

LENIN

Teoria e Prática Revolucionária

Anderson Deo
Antonio Carlos Mazzeo
Marcos Del Roio
(Org.)



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Lenin

ANDERSON DEO
ANTONIO CARLOS MAZZEO
MARCOS DEL ROIO
(ORGANIZADORES)

Lenin:
Teoria e Prática Revolucionária

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2015



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretor:

Dr. José Carlos Miguel

Vice-Diretor:

Dr. Marcelo Tavella Navega

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Ana Maria Portich

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Giovanni Antonio Pinto Alves

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

L566 Lenin : teoria e prática revolucionária / Anderson Deo, Antonio Carlos Mazzeo, Marcos Del Roio (organizadores). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2015. 418 p. :

Inclui bibliografia.

ISBN:

1. Lenin, Vladimir Ilitch, 1870-1924. 2. Ciência política. 3. Revoluções e socialismo. 4. Comunismo. I. Deo, Anderson. II. Mazzeo, Antonio Carlos. III. Del Roio, Marcos.

CDD 320.5322

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

SUMÁRIO

Apresentação	7
Prefácio	
<i>Miguel Vedda</i>	11

PARTE I

Possibilidades Lenineanas para uma <i>Paidéia Comunista</i>	
<i>Antonio Carlos Mazzeo</i>	31
Lutas de Classes, Luta Revolucionária e Partido em Lenin: Significado e Atualidade do “ <i>Que Fazer?</i> ”	
<i>Marcelo Braz</i>	57
O Partido Revolucionário, Vanguarda Consciente do Proletariado: a Concepção de Lênin	
<i>Ronaldo Coutinho</i>	83
Lenin e a Internacional	
<i>Marcos Del Roio</i>	105

PARTE II

Lenin: da Política Cultural e dos Artigos Sobre L. Tolstói	
<i>José Paulo Netto</i>	131
As Divergências entre Lênin e Trotsky e Seu Contexto Histórico	
<i>Oswaldo Coggiola</i>	165

Lênin e a Crítica ao Chauvinismo <i>Jefferson Rodrigues Barbosa</i>	199
A Questão do Direito em Lênin <i>Jair Pinheiro</i>	223
Lenin e a Crítica Viva da Economia Política <i>Fernando Leitão Rocha Junior</i>	245

PARTE III

Mariátegui e a Tradução Latino-Americana do Leninismo <i>Leandro Galastri</i>	281
Clausewitz, Marx, Engels e Lenin: Rupturas, Continuidades ou Parentescos Intelectuais na Relação entre Guerra e Revolução? <i>Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos</i>	299
Lenin: Dogmático e Doutrinário ou «Protagonista de uma Hegemonia Realizada»? <i>Gianni Fresu</i>	315
Sobre o Leninismo de Gramsci <i>Marco Vanzulli</i>	345
Lukács, Lenin e o Caminho para Marx: Apontamentos <i>Anderson Deo</i>	367
Lukács Intérprete de Lenin <i>Antonino Infranca</i>	385
Sobre os Autores.....	413

APRESENTAÇÃO

Vladimir Ilitch Ulyanov ou se quiserem, Lênin, foi a maior expressão revolucionária marxista do século XX. Nascido em 10 de abril de 1870, em Simbirsk, de um pai professor e diretor de escola e de uma mãe muito culta, Lênin cresceu em contato com a música e a literatura, lendo os escritores “proibidos” como Dobroliubov, Pissarev e Tchernychevsky, cujo romance *Que Fazer?* o impactou com profundidade. Outra influência decisiva na vida do jovem Vladimir foi a de seu irmão mais velho, Alexandre, militante do populismo russo, executado pelo governo do Czar, em 1887, que lhe deu o primeiro volume de *O Capital* de Marx.

Terminado o liceu, de onde saiu com a medalha de ouro de melhor aluno, Lênin inscreve-se na Faculdade de Direito da Universidade de Kazan, em agosto de 1887. Ali entra em contato com grupos revolucionários e em meio às agitações estudantis, acaba sendo expulso da universidade em dezembro. A partir de então, Lênin será permanentemente vigiado pela polícia czarista. Em 1889 fixa-se em Samara e frequenta um círculo populista, em que realiza críticas a seus mais expressivos dirigentes, tendo por referência as obras Marx e de Engels. Em 1890 consegue autorização para inscrever-se na faculdade de Direito de São Petersburgo, onde forma-se advogado. Naquela cidade advoga para trabalhadores e entra em contato com grupos marxistas. Ali conhece a jovem universitária e militante, Nadejda Krupskaja, com quem se casará mais tarde. Em São Petersburgo sua militância será intensa, participando de reuniões com operários, escrevendo panfletos e textos para subsidiar operários em greve.

Em 1895 encontra Plekhanov na Suíça e, de volta a São Petersburgo, depois de uma breve estada em Paris, funde aproximadamente vinte círculos marxistas formando a *União de Luta*, organização militante fortemente disciplinada, que age unindo o pensamento socialista ao movimento operário. A *União* rapidamente publica um jornal. Pode-se dizer que aí está o

embrião de sua organização revolucionária. Em 9 de dezembro de 1895 a polícia invade a sede da *União* e prende Lênin, que passa quatorze meses na prisão. Entre sua estada nas prisões de Petersburgo e Kranoiarsk, na Sibéria e depois, na aldeia de Chuchenskoie, às margens do rio Ienissei, escreve *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, além de outros escritos, como *As Tarefas dos Socialdemocratas Russos* e *A Que Herança Renunciamos*. Além disso, lê intensamente Marx e Engels, Kant, Helvétius e Holbach. Também dedica-se à leitura de revisionistas como Berstein e dos “economistas”. A partir daí Lênin passa a ser um expoente da socialdemocracia, de oposição ao reformismo, ao revisionismo e ao dogmatismo.

Lênin não foi um apenas revolucionário *routinier*, praticista e empirista. Tampouco um elaborador teoricista, mas que em sua práxis articula umbilicalmente ação e reflexão sobre a *realidade concreta*. Na formulação do jovem Lukács, já em 1924, Lenin realizou na era do imperialismo o que Marx havia feito ao analisar a primeira fase do desenvolvimento global do capitalismo.¹ Nesse sentido, muitos teóricos marxistas, antes e depois de Stalin, consideraram o leninismo o marxismo da era imperialista, como György Lukács, Henri Lefebvre, Luciano Gruppi e Louis Althusser, entre outros.

Lênin foi idealizador e organizador do partido de *Novo-Tipo*, que transcendeu o que até então, entendia-se como partido político, isto é, as tradicionais organizações políticas voltadas para a atuação institucional e parlamentar. A novidade da concepção de organização política, nucleava-se numa *forma-organização revolucionária* que pressupunha a formação intelectual de seus militantes, particularmente dos trabalhadores, elevando-os à condição de intelectuais de sua classe. Esse fundamento foi o elemento basilar para as posteriores formulações do dirigente comunista italiano Antonio Gramsci, considerado o seguidor de Lênin que irá atualizar e aprofundar seu conceito de partido de *Novo-tipo*. Não podemos deixar de ressaltar que Lenin está inserido no aceso debate da II Internacional – no período que medeia a Comuna de 1871, em Paris, e a realização da Revolução Russa de 1917 –, o confronto central é contra o dogmatismo e o reformismo, representado por Bernstein e Kautsky e suas consequentes interpretações deterministas, que mesclavam o positivismo, principalmen-

¹ Veja-se, G. Lukács, *Lenin – teoria e prassi nella personalità di un rivoluzionario*, Roma, Einaudi, 1976, pág. 13 e segts

te as formulações de Darwin e Spencer com as teorias marxianas,² que incidiam também, nas interpretações a cerca dos caminhos da ação revolucionária³. De um lado, o evolucionismo, principalmente o de expressão kautskysta e de outro o revolucionarismo nas mais variadas correntes.⁴

Lênin empreende uma dura luta teórica, escrevendo textos direcionados não somente ao combate da influência positivista no movimento operário e à crítica do espontaneísmo, etc, mas também e ao mesmo tempo, contra interpretações que ossificavam a teoria social de Marx. E como consequência do embate teórico travado no seio do movimento operário, Lênin apresenta sua proposta de *Partido Revolucionário de Novo-Tipo*. Mas é a elaboração de sua *teoria do imperialismo* que permite ao revolucionário russo vislumbrar a possibilidade de revoluções proletárias em todas as partes do mundo, pondo a “atualidade da revolução” na ordem do dia para o movimento socialista e comunista. O conceito da “atualidade da revolução” é o fundamento de toda uma época. Como define Lukács,⁵ a “atualidade da revolução” significa, que toda *problemática singular atual deve ser considerada na relação com a totalidade histórico-social*, que deve ser vista como um momento de emancipação do proletariado. Nesse sentido, Lênin diferencia-se por seu pensamento sofisticado, em que imbricam-se conhecimentos econômicos, filosóficos, políticos e organizativos. Isso o fez o grande pensador revolucionário, um intelectual militante que não somente pensou a revolução em suas complexidades, como também a realizou.

² Como ressalta E. Hobsbawm: “[...] a estranha mistura de Marx com Darwin, Spencer e outros pensadores positivistas que com tanta frequência passava por marxismo [...] Com efeito, no Ocidente, a primeira geração convertida ao marxismo. De modo geral jovens nascidos por volta de 1860, tendia a mesclar Marx com as influências intelectuais predominantes na época [...] Em contraste, na Europa Oriental, socialmente explosiva, nenhuma outra explicação do fenômeno que transformou o século XIX em modernidade podia competir com a do marxismo, cuja influência tornou-se correspondentemente profunda, antes mesmo que esses países houvessem desenvolvido uma classe operária, quanto mais movimentos operários ou ideologias burguesas relevantes além de nacionalismo locais.” *Como Mudar o Mundo – Marx e o Marxismo*, SP, Cia. Das Letras, 2011, pág. 203.

³ Na definição de E. Ragionieri: “[...] por marxismo da Segunda Internacional, entende-se, em geral, uma interpretação e elaboração do marxismo que reivindica um caráter científico para a sua concepção da história, na medida em que indica nela o desenvolvimento segundo uma necessária sucessão de sistemas de produção econômica, conforme um processo evolutivo que só no limite considera a possibilidade de rupturas revolucionárias emergentes do desenvolvimento das condições objetivas”, apud F. Andreucci, A Difusão e a Vulgarização do Marxismo, in E. Hobsbawm (org) *História do Marxismo – O Marxismo na Época da Segunda Internacional (primeira parte)*, RJ, Paz e Terra, 1982, pág. 24 – vol. 2. Ver também, K. kautsky, A Ditadura do Proletariado in Kautsky/Lenin, Ed. Ciências Humanas, SP, 1979, págs. 03 – 87.

⁴ Veja-se A. Deo, As Anomalias da Social-Democracia Brasileira, in *Revista Novos temas*, SP, ICP, 2012, pág. 96 e segts, nº 07

⁵ Lukács, op. cit. , pág. 15

O livro que hora apresentamos ao público é o resultado de um esforço coletivo que teve início com o VI Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo – *Lenin 90 anos depois: política, filosofia e revolução*, realizado nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2014, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília. A iniciativa para organização do evento partiu do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana – Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM), do Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho, do Instituto Caio Prado Júnior, do Instituto Astrojildo Pereira e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Marília. O evento contou com o imprescindível financiamento da Fapesp, do CNPq e da Capes, às quais agradecemos.

Academicamente conhecido como “Seminários TPS”, a sexta edição de nossa atividade só foi possível devido ao envolvimento notável dos estudantes de Graduação Douglas de Melo Justino da Silva, Luana Braga Batista, Samuel Estevão Vieira da Silva e aos estudantes do Programa de Pós-Graduação Alexandre Barbosa Pinto Júnior, Eder Fernando dos Santos, Eder Renato de Oliveira, João Vicente Nascimento Lins, Leonardo Sartoretto, Rodrigo Bischoff Belli e Rodolfo Sanches. Também imprescindível à realização do evento, o trabalho de toda a equipe do STAPE/Marília deve ser reconhecido. Para tanto agradecemos ao Rogério Seibel, em nome do qual estendemos nossos agradecimentos a todos os funcionários da seção. O trabalho de Maria Rosangela de Oliveira e Edvaldo D. dos Santos, do Laboratório Editorial da Unesp, foi fundamental à edição do presente livro, a quem também registramos nossos agradecimentos.

Os capítulos que compõem a presente obra resultam das comunicações e debates ministrados pelos conferencistas durante esse seminário. Cabe notar que, no ano que marca a efeméride do nonagésimo aniversário da morte de Lenin, pouquíssimas foram as iniciativas – acadêmicas ou de outra ordem – que se dedicaram ao exame e debate de sua obra teórica e política. O que faz desse livro uma importante iniciativa para o resgate e difusão da problemática teórica e prática proposta por Lenin, sobretudo entre as novas gerações.

Os organizadores
Marília, Primavera de 2015.

PREFÁCIO¹

*Miguel Vedda*²

Ubi Lenin ibi Jerusalem – onde está Lenin, allí está Jerusalém -: a fórmula de Ernest Bloch, uma das várias expressões da confluência entre messianismo e marxismo que perpassaram boa parte do século XX, qualifica muito bem a função que o líder bolchevique cumpriu exemplarmente como símbolo e signo para as lutas revolucionárias em todo o planeta. Inúmeras vezes – de Geroges Sorel a György Likács, de Bertold Brecht a Pablo Neruda, de José Carlos Mariátegui a Slavoj Žižek – se lançaram, em línguas e circunstâncias muito diversas, em defesa da pessoa e da obra de Lenin: de sua efígie política ao seu legado teórico e organizativo. As mais variadas mudanças que esse quadro sofreu, em particular durante as últimas décadas, não se devem, essencialmente, à descoberta das falhas que Lenin, sendo mortal, incorreu; devem-se, sobretudo, à lúgubre sombra que – falsamente – o período stalinista projeta sobre o passado soviético e, ainda mais, ao efeito devastador que tiveram, sobre o pensamento e a práxis revolucionários, a política econômica e os estratagemas políticos e ideológicos do neoliberalismo, ante os quais, amplos setores da intelectualidade internacional resolveram capitular. Em artigo incluído nesse volume que

¹ Tradução: Sofia Manzano: Economista e professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Autora do livro *Economia política para trabalhadores* (São Paulo, ICP, 2013).

² Professor titular regular de Literatura Alemã (Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Buenos Aires) e pesquisador do CONICET. Diretor do Departamento de Letras da UBA. Membro do conselho editorial da revista *Herramienta*.

apresentamos, Gianni Fresu afirma acertadamente: “O século XX tem sido descrito como o século dos horrores, das ditaduras e, nessa leitura apocalíptica, Lenin é representado como a origem do pecado, o diabo responsável pelas desgraças e os lutos de um século ensanguentado”. Porém, ao mesmo século XX pertence aquela *esplêndida saída do sol* que representou, para a história humana, a eclosão da Revolução de 1917. A essa reminiscência hegeliana poderia seguir outra: como se sabe, na *Fenomenologia do Espírito* se lê que ninguém é um herói para seu criado, não porque o primeiro não seja um herói, e sim porque o segundo é apenas um criado, que não vê naquele o herói, mas tão somente o homem que come, bebe e se veste. Isto nos diz algo acerca do ponto de vista sobre o qual tantos intelectuais do nosso tempo julgam um homem de ação como foi Lenin: reclusos em *campi*, defrontados com minúsculos dramas de câmara como os que envolvem a busca de financiamento para as próprias investigações ou na maquinação de pequenas intrigas com seus colegas, encontram compreensíveis dificuldades para entender alguém que decidiu consagrar sua vida à luta para transformar em realidade a emancipação humana. Hegel – tão respeitado por Lenin – não só qualificou as críticas moralizantes contra os grandes homens de *vil* “porque divide a ação e produz e retém sua desigualdade com ela mesma”, como também de *hipócrita*, já que “não apresenta tal juízo como sendo outra maneira de ser mau, senão como a consciência justa da ação, que se sobrepõe a si mesma na sua irrealidade e vaidade de bem saber e melhorar os fatos desdenhados, e querem que seus discursos imperantes sejam tomados como uma excelente realidade”³. E é *maldade e hipocrisia* o que caracteriza, justamente, a intelectualidade hegemônica de nosso tempo, empenhada em ocultar inclusive perante ela mesma a pequenez de seus objetivos e em escamotear a evidência de que a perseguição de uma finalidade verdadeiramente importante para a humanidade pode, muito bem, conter, como possibilidades, o erro e o fracasso, momentos de cega obstinação e inclusive de intolerância dogmática. No entanto, esses fracassos não implicam que este compromisso com o gênero humano seja infinitamente mais legítimo que uma condescendência indolente ante o *status quo* que se crê nobre porque não sujou suas mãos com nenhuma práxis orientada a transformá-lo.

³ Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, *Fenomenologia del Espíritu*. Trad. de Wenceslao Poces, com a colaboração de Ricardo Guerra. México: FCE, 1966, p. 388.

Nesse contexto, seria possível examinar, a partir de uma perspectiva contemporânea, a inteira fisionomia de Lenin. Aquele que queira estudá-lo de forma séria e, também, comprometida, deparar-se-á, nas atuais circunstâncias, com um contexto singularmente propício: extinto em grande medida o conceito sectário, dogmático de partido que contaminou a militância marxista internacional durante as épocas stalinista e pós-stalinista, está aberto o caminho para uma prática política experimental, ensaística, que não concebe a luta teórica e prática como a aplicação de uma receita dada. Sobre as bases de um modelo de exploração livre de tais características, Marx procurou desenvolver suas reflexões desde o começo; e a imperecível riqueza de suas investigações se deve, em grande medida, a seu empenho em rastrear a verdade não na escritura sagrada de Hegel ou de Ricardo, mas no exame livre e não tendencioso do concreto real. Lukács escreveu que todo grande realista “pode reagir negativamente no plano político, moral, etc. frente a muitos fenômenos de sua época e frente à evolução histórica; mas, em certo sentido, está enamorado da realidade, considera-a sempre com os olhos de um enamorado, ainda que, eventualmente, escandalizado e indignado”⁴. Nesse sentido pode-se falar de Marx como um pensador *realista*; nesse sentido pode-se dizer que o realismo sem fronteiras é um traço de identidade fundamental do autor de *O Capital* que deveria incorporar todo marxista como princípio metodológico básico. Em certa ocasião escreveu Siegfried Kracauer – diferenciando-se daqueles que degradam o pensamento revolucionário com adaptações conformistas aos aparatos doutrinários herdados – que deveria ser um imperativo dos intelectuais marxistas colocar “radicalmente em dúvida todas as posições dadas. Quer dizer, devem confrontar seus conceitos herdados, e precisamente aqueles que são, na aparência, irremovíveis, com os resultados da teoria revolucionária e, em seguida, dar conta da realidade concreta que preserva aqueles conceitos”⁵. A solidariedade genuína do intelectual com a causa do socialismo não se apoia, pois, na repetição de ladainhas, mas na contínua revisão das ferramentas do pensamento, já que a “afirmação rígida, adialética dos ideais socialistas enumerados degenera facilmente em sabotagem

⁴ Lukács, György. *Was ist das Neue in der Kunst?* (1939-1940). In Benseker, Frank und Jung, Werner (eds.), *Lukács 2003. Jahrbuch der Internationalen Georg-Lukács-Gesellschaft*. Bielefeld: Aistheses, 2003, pp. 11-102; aqui p. 44.

⁵ Kracauer, Siegfried. “Minimalforderung na die Intellektuellen” [*Die Neue Rundschau* 2/7, ano 42 (julho de 1931), pp. 71-75]. In: *Schriften* 5, vol. 2, pp. 352-356; aqui, p. 354.

do socialismo” e “os intelectuais que cedem ante o dado real, depõem suas armas ante uma utopia”⁶. Em concordância com esta proposta, cabe ainda ressaltar, entre as diversas facetas de Lenin, o líder político avesso a aplicar prescrições – que precisamente possuíam estatuto de lei para a doutrina marxista – e preocupado, ao contrário, em examinar minuciosamente as circunstâncias históricas com as quais se faz urgente enfrentar. É sugestivo que sejam justamente estes traços os que aparecem destacados com maior intensidade nas análises mais lúcidas e produtivas que se tem escrito sobre Lenin. Em seu conhecido opúsculo desafiou, por exemplo, Lukács qualquer tentativa de encontrar nas declarações e ações de Lenin receitas ou instruções aplicáveis a casos específicos; o líder bolchevique não ofereceu verdades universais, mas atuou sempre sobre a base de uma análise concreta sobre uma realidade concreta, sobre a base de uma consideração dialética da história. É significativo que, à luz de posições lukacsianas anteriores, o autor do opúsculo condene as generalizações mecânicas das indicações de Lenin, das que unicamente poderia derivar um leninismo vulgar, quer dizer: uma imagem grotescamente distorcida do original.

De um modo próximo ao de Lukács, Fresu assinala em seu artigo, que é possível identificar “um fio vermelho na atividade teórica e política de Lenin, exatamente na recusa metodológica das orientações mais esquemáticas e rígidas do determinismo marxista, predominante no movimento socialista na passagem do século XIX para o século XX” [...]. E, de fato, parte da importância histórica de Lenin reside na sua determinação em colocar continuamente à prova os próprios axiomas teóricos à luz da realidade contemporânea; determinação baseada no imperativo de aprender a partir do real, no lugar de tratar de impor sobre o real uma perspectiva abstrata. Coerente com tais pontos de vista de princípios é a aversão de Lenin a um determinismo pelo qual se sentiam cativados numerosos revisionistas; sem cair no voluntarismo – recordemos suas intervenções sobre os debates sobre o parlamentarismo; da maneira mais notória, no célebre *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1920) -, Lenin não deixou de insistir na transcendência do fator subjetivo. Enquanto tantos outros marxistas acreditavam melhor atender aos mandamentos do materialismo histórico ao superestimar os fatores objetivos e concluir, *consequentemente*,

⁶Id.

que a própria dinâmica interna do capitalismo é uma via de direção única que conduzirá diretamente à emancipação, tornando-se cada vez mais impossível a deflagração de guerras e crises econômicas, Lenin compreendeu que a marcha do imperialismo, se deixada por sua própria conta, só poderia conduzir a humanidade a uma catástrofe sem precedentes. Em nossa opinião, entre o aborrecimento leniniano ante as receitas e esquemas e sua oposição ao economicismo – em suas diversas expressões: o ultraimperialismo, o proudhonismo russo – existe uma raiz comum: ambas provêm do impulso de sacudir as condições sociais fossilizadas e coloca-las em movimento, encaminhando-as em direção ao melhor. Contra o objetivismo positivista de várias figuras dirigentes da Segunda Internacional, Lenin estava convencido de que se exigia uma intervenção ativa e contínua para retirar as condições históricas às longas divagações que se lhes induziu as ilusões do progresso. Nisto está mais de acordo com a teoria de Marx que muitos discípulos presumidamente “ortodoxos”; de fato, a obra marxiana está integralmente recortada pelo afã de dismantelar as estruturas ossificadas que impedem o desenvolvimento livre dos homens. Isto se pode perceber já nos escritos iniciais, nos quais o filósofo deplora as condições da Alemanha: não é em vão que em *Para uma crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução* (1844) – o artigo em que, pela primeira vez, Marx menciona o proletariado como classe destinada a converter-se em agente da revolução social e, por fim, à opressão de classe – se lê que se devem “obrigar a estas circunstâncias petrificadas a dançar cantando sua própria melodia”⁷. A edificação constante de um pensamento dinâmico – concentrado em rastrear os meios para introduzir um dinamismo libertador sobre a realidade – que se encontra explícito em numerosos escritos marxianos, e que assume formas estética e argumentativa brilhantes no *Manifesto* – está arraigada em uma aposta a favor da práxis que encontra sua mais conhecida expressão aforística na proposição segundo a qual não se trata somente de descobrir o mundo, mas, antes de tudo, transformá-lo.

A ênfase sobre a práxis transformadora é a base para as frequentes acusações de blanquismo que Lenin teve que enfrentar. Rosa Luxemburgo e os mencheviques, em particular, associaram o bolchevismo e seu líder

⁷ Marx, Karl. *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung*. In Marx, Karl / Engels, Friedrich, Werke (=MEW). Edição do Institut für Marxismus-Leninismus (ZK/SED). 43 vols. Berlin: Diets-Verlang, 1956ss., vol. 1, p. 381.

com uma política do *Putsch*; isto é: com a redução de uma prática revolucionária à derrocada da ordem política vigente mediante a conspiração. Se assim, Lenin havia representado um retrocesso diante a política dos *conspirateurs de profession*, da qual o *Manifesto Comunista* havia rompido, com a conhecida fórmula segundo a qual é chegado o momento de “os comunistas exporem, abertamente, ao mundo inteiro, seu modo de ver, seus objetivos, suas tendências, opondo um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo”⁸. De maneira pontual, Marx havia definido – a quem, diga-se de passagem, também recebeu acusações de blanquismo – os traços essenciais da política conspirativa:

A única condição da revolução é, para eles, a suficiente organização da sua conspiração [...]. Se lançam sobre invenções que produzam milagres revolucionários: bombas incendiárias, máquinas de destruição de efeito mágico; inovações que irão atuar de maneira tanto mais milagrosas e surpreendentes quanto menos possuem uma base racional. Ocupados com tal fabricação de projetos, não tem outro fim que a derrocada imediata do governo existente, e depreciam da maneira mais profunda os conhecimentos teóricos dos trabalhadores acerca de seus interesses de classe. Por isso seu ódio não proletário, mas plebeu aos *habit noirs* (trajes pretos), as pessoas mais ou menos formadas, que representam essa ala do movimento, dos quais aqueles, no entanto, não podem se tornar completamente independentes, na medida em que estes são os representantes oficiais do partido.⁹

Uma leitura mais atenta desta definição já ressalta importantes elementos para entender por que o leninismo não é uma reedição do blanquismo. Não só pela insistência permanente de Lenin sobre a necessidade de ilustrar teoricamente as massas e o partido, mas também por sua convicção de que as revoluções não são atos que podem ser traçados e executados, em qualquer conjuntura, por uma pequena *elite* de conspiradores. Por isso que seu objetivo, tendo em vista as circunstâncias russas, não tenha sido produzir uma insurreição *ex nihilo*; substancialmente realista, Lenin sabia – em consonância com a afirmação marxiana de que os homens fazem sua própria história, mas em condições que não foram criadas por eles – que uma

⁸ Marx, Karl / Engels, Friedrich, *Manifesto del Partido Comunista*. Apéndice: Friedrich Engels, *Principios del comunismo*. Introducción, traducción y notas de Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2008, pp. 22 e ss.

⁹ Marx, Karl y Engels, Friedrich. “Bespr von Adolphe Chenu. *Les conspirateurs*, Paris, 1850, und Lucien de la Hodde. *La naissance de la Republique en fevrier 1848*, Paris 1850”. In *Die Neue Zeit* (1886), p. 555.

situação revolucionária só pode ser o resultado de um complexo processo, dentro do qual a existência de condições objetivas possui uma função capital. O *realismo político* de Lenin, tão celebrado pelo velho Lukács, consiste justamente em haver sabido ler a possibilidade objetiva da transformação revolucionária dentro das circunstâncias russas, de um modo parecido a um artista que consegue ver a estátua escondida, como uma latência, dentro do bloco de mármore. E assim como é necessário desbastar a madeira bruta para que surja, com contornos precisos, a obra perfeita que “dorme” na pedra, assim também – entendia Lenin – é necessário o trabalho consciente do partido para que o proletariado não permaneça restringido à sua consciência espontânea que, abandonada a si mesma, não se transformará em uma consciência socialista, será no máximo uma consciência “tradeunionistas”. Para que o proletariado *efetivamente* se converta *no que essencialmente é* – para que logre situar-se à altura de sua missão histórica – faz-se necessário o trabalho formador do partido. Em um artigo escrito em 1968, o velho Lukács faz referência à importância que possuía, para Lenin, a dimensão educativa e autoeducativa dos líderes políticos; assim disse, em alusão ao modo como Lenin se apropria das *Teses sobre Feuerbach*:

A constatação de que o educador (o estamento dos líderes sociais da revolução socialista) deve, ele mesmo, ser educado, se dirige, por um lado [em Lenin] contra todo utopismo – que afirma que o desenvolvimento da humanidade pode ser substituído por uma compreensão espirituosa e certamente imaginada de um estado concluído e além de toda problemática -; por outro lado, contra o materialismo histórico concebido mecanicamente – que pretende estabelecer cada solução como um simples produto espontâneo e necessário do desenvolvimento da produção -.¹⁰

Para Lenin, o fator subjetivo não é somente uma condição inevitável do movimento ao socialismo, é também o verdadeiro promotor da consciência revolucionária; embora seja impossível, é claro, fazer a revolução sem o apoio do proletariado. Com seu trabalho incessante, deveria se diferenciar o partido e, em especial, seus líderes, daqueles dirigentes da

¹⁰ Lukács, György, “Lenin und die Fragen der Übergangsperiode”. O artigo foi escrito por Lukács em 1968, e publicado pela primeira vez em *Georg Lukács zum 13. April 1970 (Goethepreis)*. Neuwied y Berlén: Luchterhand, 1970, pp. 71-88.

Segunda Internacional que, nas palavras de Lenin, são revolucionários nas palavras e reformistas nas ações.

As principais diretrizes da teoria leniniana foram traçadas entre 1901 e 1903. A partir daí, foi assumindo contornos nítidos, uma concepção que foi se aprofundando e se ampliando nos anos seguintes e que representa uma autêntica renovação do marxismo. Como aspecto central dessa teoria, pode-se mencionar a proposta de aliança entre proletariado e campesinato como condição indispensável para a vitória da revolução na Rússia, a insistência sobre a transcendência da questão nacional, as reflexões – já mencionadas por nós – acerca do papel do partido, face ao movimento espontâneo da classe trabalhadora e a caracterização do período imperialista do capitalismo como um cenário histórico diferente do capitalismo “clássico”. O ponto de vista sugerido pelo líder bolchevique frente a cada uma destas questões valeu a Lenin os qualificativos de revisionista ou de antimarxista. E esta avaliação é tão errada quanto a dos stalinistas, que se obstinaram a postular uma confluência perfeita e sem fissuras – mágica, religiosa – entre os postulados de Marx e os de Lenin, como se pela boca de ambos a mesma divindade proferisse verdades. Para o leitor atento, nos escritos de Lenin pode-se observar como continuação, diante do passado, uma produtiva dialética de conservação e inovação. Nas polêmicas contra Bogdanov e os prolektkultistas pode-se perceber até que ponto Lenin valorizava a importância de que o proletariado se aproprie de todos os resultados valiosos da herança cultural humana, incluindo os da era burguesa. Assim, quando disse

O marxismo alcançou sua importância histórica universal, como ideologia do proletariado revolucionário, porque não rechaçou, de modo algum, os mais valiosos feitos da era burguesa, mas, ao contrário, se apropriou e reelaborou tudo que havia de valioso nos mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos.¹¹

Por outro lado, Lenin se diferencia nitidamente daqueles marxistas que, observando na obra de Marx e Engels uma espécie de escrita sagrada, obstinam-se em repeti-las como ladainhas e fecham seus olhos para a observação sem preconceitos da realidade histórica. Com razão escreveu

¹¹ Lenin, V.I. “Über die proletarische Kultur”. *In* -, *Werke*. Vol. 21. Berlin: Dietz, 1959, p. 308.

o velho Lukács, no ensaio citado por nós anteriormente, que na atitude de Lenin diante da tradição

Coloca-se manifestamente a metodologia leniniana, que o une tão profundamente com Marx e que o separa tão radicalmente de Stalin e de seus seguidores: a relação orgânica entre o reconhecimento da continuidade de certas tendências históricas de desenvolvimento e sua necessária mudança de função radical, nas transições e subversões revolucionárias.¹²

Daí a disposição de Lenin para revisar suas posições, incorporando ao seu pensamento e à sua práxis política elementos que alteram – às vezes, de maneira exaustiva – as perspectivas anteriores. Assim, em consonância com este espírito, a leitura da *Lógica* hegeliana o levou a assumir posições epistemológicas muito diferentes (e notavelmente mais profundas) que aquelas colocadas pelas discussões com o empiriocriticismo de Bogdanov e consortes.

II

As contribuições do volume que prefaciamos mostram, de maneira eloquente, o empenho em reavaliar o legado leniniano tratando, ao mesmo tempo, de compreendê-lo historicamente e de examinar sua vigência. Destacam a versatilidade de Lenin, que foi capaz de formular reflexões inteligentes e pessoais sobre literatura e filosofia, sobre direito e história, sobre economia e pedagogia. Muitas vezes tais reflexões foram diminuídos sublinhando que não eram pensamentos de um especialista. A questão, colocada nesses termos, chama a atenção pelo que há de pueril. Dizer que as ideias estéticas de Lenin não têm a profundidade das de Ernest Bloch ou Walter Benjamim, ou que suas considerações epistemológicas não estão à altura das de um Isaac Ilich Rubin ou de um Alfred Sohn-Rethel implica, no melhor dos casos, em trivialidade. Cremos que seria possível colocar em seu lugar outras perguntas; por exemplo: Quantos líderes mundiais, entregues de corpo e alma ao combate político, estiveram em condições de desenvolver ideias tão agudas como as que formulou Lenin sobre Tolstoi ou sobre Hegel? Imaginemos,

¹² Lukács, György, “Lenin und die Fragen der Übergangsperiode”, p. 86.

praticando um admissível *reductio ad absurdum*, um ensaio de George Bush sobre a narrativa de Herman Melville ou a poesia de Walt Whitman; em Carlos Menem proferindo uma conferência sobre os contos de Jorge Luis Borges; em Angela Merkel realizando observações críticas acerca das obras dramáticas de Johann Wolfgang Goethe, Georg Büchner ou Bertold Brecht. Mesmo esse exercício obliquamente satírico pode ajudar a compreender a dimensão de Lenin como *homem da cultura*.

Em sua contribuição dedicada a examinar as análises consagradas por Lenin à obra de Tolstói, José Paulo Netto mostra, com seu brilhantismo habitual, em que medida o líder russo era capaz de abordar de maneira lúcida um *corpus* literário. Mas não é só isso: examinando amplamente o tema que dá título ao artigo, Netto desenha um panorama vasto e preciso sobre a política cultural de Lenin e do partido bolchevique, antes da caída na larga noite do período stalinista. Contra a monotonia cinza do realismo socialista impulsionado por Zhdanov e outros burocratas da cultura, Lenin – sem renunciar sua confessada predileção pelo realismo literário – empenhou-se em resguardar a pluralidade de estilos; e essa orientação foi seguida inicialmente pelo partido que, “na sequência imediata da morte de seu autor, *prosseguiu por um tempo defendendo para a literatura a existência da pluralidade de correntes artísticas, recusando o monopólio da direção da arte a qualquer tendência*” [...]. Em uma linha consistente com a que modestamente traçamos anteriormente neste prefácio, Netto se apoia em um ensaio leniniano de 1913 para mostrar de que modo “Lenin salientou duas notas peculiares ao legado marx-engelsiano: o seu caráter aberto, avesso a qualquer espírito de seita e, a despeito da sua originalidade, o fato de constituir-se numa relação de continuidade com o acervo/patrimônio cultural precedente” [...]. Além da diversidade temática, o artigo de Antonino Infranca apresenta várias coincidências com o de Netto: profundo e original estudioso da obra lukácsiana, Infranca revisa, pormenorizadamente, as apropriações que fez da teoria leniniana o filósofo húngaro e mostra que o que este admirava no autor de *O Estado e a revolução* é a capacidade para apreender o ser-precisamente-assim da realidade histórica, sem submetê-la rigidamente a esquemas preconcebidos: daí que

Para Lukács, Lenin nunca definiu as leis gerais do processo revolucionário e, antecipando a crítica à Stalin de trinta anos depois, Lukács chama de “leninismo vulgar” qualquer pretensão de encontrar no pen-

samento do revolucionário russo, regras gerais, como por exemplo, a economia planejada, que Lenin jamais considerou uma medida típica da economia socialista [...].

Acertada e exata é também a maneira em que Infranca destaca, em Lukács, o interesse posto em examinar a “dialética entre continuidade e mudança, entre o velho e o novo, a dialética entre os tempos históricos do presente e do passado domina no método do marxismo autêntico de Marx e Lenin” [...]. Esta dialética, unida à mencionada relutância em reduzir a realidade a moldes abstratos, é um atributo definidor de Lenin e que o distingue nitidamente de um Stalin. O sistema conduzido por este, o qual o velho Lukács qualificou de hiperracionalismo, está fundado na determinação de submeter o presente aos imperativos rígidos do passado, obstaculizando a captação e elaboração concretas da realidade contemporânea e procurando paralisar os cidadãos em uma cotidianidade coisificada, desprovida de vínculos com uma hierarquia partidária burocratizada. Não em vão, em suas críticas à Stalin, Lukács invoca sempre, como contraexemplo, a Lenin; nas palavras de Infranca:

Quase sempre, quando Lukács critica Stalin, o ponto de partida é compará-lo a Lenin, e é uma escolha cautelosa, porque questiona uma fonte de legitimidade de Stalin: o fato de considerar-se o melhor herdeiro de Lenin. Lukács, no entanto, aponta que sobre as grandes questões políticas enfrentadas por Stalin, ele nunca seguiu os ensinamentos de Lenin, pelo contrário, muitas vezes tomou decisões opostas às de Lenin [...].

O artigo de Anderson Deo forma um produtivo *pendant* com o de Infranca; nele se revisa com escrupulosidade a relação precoce de Lukács com a teoria leniniana e mostra a maneira em que a mudança de posição a respeito de Lenin acompanha a superação, por parte do grande filósofo húngaro, do rigorismo ético e o voluntarismo político juvenis. Nas palavras do autor do artigo, Lukács, projetando um modelo quase platônico de uma moral comunista “pura”, “em seus primeiros estudos marxistas. Lukács constrói, assim, uma espécie de muralha – intransponível, diríamos – entre a orden burguesa e a pureza ética comunista” [...]. O opúsculo escrito por ocasião da morte de Lenin representa, como indica Anderson

Deo, alguns indícios significativos de superação das falhas juvenis; assim, o *Lenin* mostra uma determinação por preocupar-se “com a questão da vida cotidiana dos homens e, sobretudo, com as questões sociais pertinentes ao proletariado”. O filósofo húngaro

começa a superar sua conceituação anterior de vida cotidiana como sinônimo de alienação – no sentido mesmo de “falsa-consciência” – que impossibilitaria qualquer forma científica de compreensão da realidade, sobretudo ao proletariado, que estaria impossibilitado de “enxergar” para além das falsificações de sua vida imediata [...].

A contribuição de Leandro Galastri dá conta, não só das afinidades entre Lenin e Mariátegui, mas também de alguns aspectos em que o primeiro influenciou o segundo. É significativo que entre tais influências se assinala o princípio de não considerar o edifício teórico do marxismo como um corpo monolítico que deveria ser recebido e aplicado *en masse*, mas como um método vivo, que necessita ser atualizado e ampliado a partir do enfrentamento com aquela realidade histórica que se trata de transformar em sentido revolucionário. Segundo Galastri, “É inspirado em Lenin que Mariátegui declarou que o socialismo no Peru não deveria ser “decalque ou cópia” [...], apesar da definição do “socialismo indoamericano” sonhado pelo ensaísta peruano como uma “criação heróica” denotar, de maneira ostensiva, a influência de Sorel. Várias declarações de Mariátegui asseveram a dívida que este tinha com o autor de *O Estado e a revolução*; assim, quando “Considera o Partido Bolchevique como a expressão mais evidente da união entre teoria socialista e prática revolucionária, concedendo a Lenin o mérito principal de sua condução” [...]. Também mostra a influência de Lenin, como indica Galastri, o fato de que Mariátegui não analise o desenvolvimento do capitalismo do Peru como um caso único, limitado ao território de um país, mas como parte de um processo mundial: a alçada do capitalismo à sua etapa imperialista. Na base destas influências leninianas, cabe reconhecer, por outro lado, um substrato social comum à Rússia e ao Peru; neste sentido, mencionam-se “dois aspectos das respectivas sociedades: uma população camponesa enormemente majoritária, submetida a relações ainda semifeudais de trabalho, e um proletariado urbano de formação recente e pouco numeroso, concentrado em determinados centros” [...].

De caráter comparativo é também o artigo de Marco Vanzulli, dedicado a examinar o leninismo gramsciano. Examina o modo como o Gramsci logo encontra em Lenin, não uma continuação direta, mas uma superação de Marx, na medida em que a crítica da economia política se encontraria substituída, em Lenin, por uma *filosofia da vontade*, entendida esta última como *ato político*. Empenhado em superar o economicismo evolucionista da Segunda Internacional, o jovem Gramsci – que neste aspecto mostra semelhanças profundas com o jovem Lukács e Karl Korsch – interpreta a revolução bolchevique como uma revolução *contra O Capital* de Marx. No desenvolvimento posterior de Gramsci, este ativismo sede passo a uma perspectiva diferente, na qual ocupa lugar central a preocupação pela organização do partido. Para este Gramsci, é imprescindível a existência de um partido comunista sólido e disciplinado, capaz de coordenar e centralizar toda a ação revolucionária do proletariado. Substancial é, no Gramsci maduro, o conceito do partido como *educador do proletariado*. Uma comparação original é a que Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos estabelece entre von Clausewitz, Marx-Engels e Lenin. Sobre a base de uma análise específica, o artigo mostra a natureza essencialmente dialética do pensamento de von Clausewitz e sugere algumas afinidades entre este e Hegel que poderia ter ajudado a despertar o interesse pelo militar prussiano nos fundadores do materialismo histórico. A continuação não só estuda a recepção marxiana e engelsiana do *Da guerra*, como também examina a influência deste trabalho sobre a teoria política leniniana. A leitura de von Clausewitz havia assegurado, em Lenin, a convicção de que “as revoluções e as guerras são o ponto alto da política e se entrecruzam em várias outras análises e contextos”[...].

Também insiste sobre a transcendência que possui, para Lenin, a educação, Antonio Carlos Mazzeo, em um artigo que fundamenta, de maneira rigorosa e persuasiva, a importância de uma *paideia* comunista. Ele reconstrói a evolução histórica das considerações filosóficas acerca da educação do indivíduo para a vida social, desde Platão até Hegel, e indica em que medida os germes progressistas do conceito foram anulados, conservados e superados – no triplo sentido da *Aufhebung* hegeliana – pela tradição marxista. Mostra que, para a tradição fundada por Marx, é fundamental a ideia de “educação em permanente movimento”, de modo que os homens se formam continuamente a si mesmos a partir da interação dialética com

a vida natural e a social. Como demonstra Mazzeo, este modelo de formação, que Marx elabora a partir de uma leitura crítica da tradição filosófica precedente, é retomado e ampliado por Lenin, a quem se situa “*rigorosamente* no âmbito das conclusões marxianas, expressas na última tese sobre Feuerbach, isto é, a necessidade da *práxis* no processo do conhecimento e como crítica objetiva ao mero conhecimento interpretativo” [...]. Lenin se ocupou de sublinhar que “o marxismo não deveria ser entendido como uma filosofia fanática e sectária, das fórmulas prontas e petrificadas pois, segundo sua visão, a teoria social de Marx resulta de *rupturas e continuidades (continuação-dialética)* das doutrinas dos maiores pensadores” [...].

Marcos del Roio coloca a teoria e a *práxis* leninianas em relação com o desenvolvimento histórico da Internacional Comunista. Apresenta, de maneira detalhada e extremamente precisa, as divergências fundamentais que separavam Lenin dos teóricos tais como Karl Kautsky, Rudolf Hilferding ou Rosa Luxemburgo; mas também enquadra toda esta pintura histórica na situação da luta de classes no plano internacional. Resenha as discussões em Zimmerwald e detalha a forma em que elas conduziram Lenin a realizar uma crítica radical à Social-democracia e à proposta de fundação de uma nova internacional. Explica as origens e a justificação histórica da Nova Política Econômica e a coloca na perspectiva relacional com as posições sustentadas por Lenin no III Congresso da Internacional. Na medida em que o social reformismo amplamente difundido pela Europa naqueles anos era “um sustentáculo decisivo da dominação burguesa e um anteparo a influência dos comunistas” [...], Lenin se viu induzido a destacar “a importância que se prevê da ação das imensas massas subjugadas pelo colonialismo, que poderão corroer o consenso interno de que gozam as burguesias imperialistas” [...]. Finalmente, del Roio comenta a breve intervenção de Lenin no IV Congresso, o último que iria assistir o líder bolchevique. A contribuição de Osvaldo Coggiola também está consagrada à análise histórica; o estudioso argentino se apoia em diversas fontes e numa vasta bibliografia para desenvolver, em suas diferentes inflexões, as posições de Lenin e Trotsky diante da realidade de seu tempo. Graças a esta análise escrupulosa, Coggiola logra desarticular infundados preconceitos sobre a relação entre os dois revolucionários russos e aportar uma fundamentação precisa para as posições adotadas por um e por outro.

Fernando Leitão Rocha Júnior se ocupa de questões do pensamento de Lenin que reencontramos em outras contribuições neste volume, porém numa perspectiva diferente e muito original. Seu artigo se encarrega, preliminarmente, de mostrar como Lenin se utilizou da crítica da economia política iniciada por Marx para dar conta da realidade russa de seu tempo. Para isso, realiza uma resenha pormenorizada dos escritos leninianos, com vistas a apresentar suas continuidades e alterações através do tempo. Coloca em evidência a centralidade da categoria *capital financeiro*, como termo chave para compreender a dinâmica do capitalismo do século XX; segundo o autor do artigo, na fase imperialista do capitalismo “a forma de capital bancário torna-se o grande fornecedor essencial do capital, pois esta forma de capital, ao centralizar o crédito, também passa a controlar os investimentos e o ciclo econômico em sua totalidade” [...], Leitão Rocha Júnior argumenta convincentemente que a categoria *capital financeiro* não é de índole epistemológica; é, por um lado, uma categoria heurística, que abarca o conjunto das manifestações e das formas de ser do capital. Por outro lado:

Trata-se, na verdade, de uma categoria ontológica própria da fase imperialista, que por sua vez, sintetiza a totalidade contraditória que engloba os ciclos do capital (capital produtivo – capital mercadoria e capital dinheiro), bem como, as formas autônomas e fluidas de capital, em especial, a forma de capital portador de juros e o capital fictício [...].

O trabalho resenha as contribuições de Lenin à crítica da economia política desde os inícios, passando pelo comunismo de guerra e chegando à Nova Política Econômica. Em todos os períodos, mas em particular neste último, pode-se constatar que Lenin “mantem-se fiel ao lema: ‘marxismo é análise concreta de situação concreta’, assim, nesta direção, percebemos que a chamada ‘crítica viva da economia política’ se faz presente nas suas elaborações teóricas” [...]. Jefferson Rodrigues Barbosa examina as críticas de Lenin ao chauvinismo, num arco temporal que se estende desde 1913 até 1918, no período da escalada nacionalista que teve lugar na Europa no começo do século XX, e que teve um de seus pontos culminantes na época da Grande Guerra. Barbosa realiza uma breve exposição filológica e histórica sobre a gênese do termo *chauvinismo*, o qual interpreta, apoiando-se na *Ontologia* lukacsiana, como uma posição teleológica secundária, posta em prática com

fins manipulatórios. Para o autor, as ideologias autocráticas chauvinistas “são uma forma de ontologias fictícias, manifestações ideológicas que servem para tornar conscientes e operativas a práxis social dos homens” [...]. O comentário dos principais artigos de Lenin sobre o chauvinismo permite evidenciar a maneira pela qual o líder bolchevique, fiel ao internacionalismo comunista, tratou de combater uma ideologia, na época, em plena expansão, ainda na social-democracia europeia.

Jair Pinheiro empreende a tarefa de examinar as ideias de Lenin sobre o Direito, em contraste com as teorias jurídicas liberais e assinalando sua novidade e autonomia a respeito destas. Inicia por um comentário detalhado de um *corpus* de artigos leninianos posteriores a 1917; em seguida, desenvolve uma interpretação formal-normativa de diversas perspectivas jurídicas, a fim de avançar, por fim, algumas proposições sobre uma concepção do direito concebida a partir do ponto de vista da classe trabalhadora. De acordo com o autor, Lenin enfrentou uma dupla tarefa: transformar a ideologia jurídica burguesa em uma nova forma ideológica, e aplicá-la à organização do Estado, da economia e da vida social em geral. Nas diversas teorias do direito burguês, a norma assume uma posição central; o direito é pensado como um sistema que gira em torno de uma norma central: a Constituição que, por sua vez, também opera de maneira sistemática. Em tais teorias, o aparato jurídico é visto como um sistema hierarquizado, no qual a norma inferior encontra sua validade na norma superior e a Constituição situa-se na parte superior da hierarquia. Em contraponto com as concepções burguesas, Lenin – assinala Pinheiro – pensa em um sistema jurídico no qual o sujeito declarante do direito é concreto; cujo fundamento ideológico é o livre desenvolvimento de cada um e de todos; cujo objeto é a satisfação das necessidades; que possui como primeira fonte normativa os produtores diretos, como constituintes originários; e cuja autoridade legisladora são os trabalhadores organizados. O cumprimento destes objetivos deveria ser o papel específico do Comissariado do Povo para a Justiça. Pinheiro também enfrenta a questão – abordada por vários pensadores marxistas – se a lei deveria continuar existindo na sociedade comunista. Apoiando-se em uma penetrante leitura de Marx, conclui que o direito deveria continuar existindo durante as fases iniciais do comunismo, ainda que, transformado e sob novas condições, ninguém pode dar nada

além do que seu trabalho, e nada pode ser apropriado pelos indivíduos além dos meios individuais de consumo.

O artigo de Marcelo Braz se dedica a investigar o significado histórico e a atualidade do livro *O que fazer?* De maneira perspicaz e provocativa, expõe as razões pelas quais o tratado de Lenin sofreu um exílio intelectual e político do qual ainda não se recuperou. Menciona, como razões fundamentais para esse “exílio”, a “‘canonização’ de Lenin, do partido por ele idealizado e, por conseguinte, de sua obra. O marxismo-leninismo, tornado o marxismo oficial de Stalin, tratou de ossificar as teorias de Lenin, especialmente aquelas voltadas para a prática política” [...]. Por outro lado, o total desprezo como tem sido tratado o opúsculo nos meios acadêmicos; desprezo que se estende por boa parte da obra leniniana. A estes dois motivos, cabe ainda somar a falência das experiências socialistas nos países do Leste europeu e o desenvolvimento do capitalismo durante as últimas quatro décadas que alterou, profundamente, seus “processos de produção, mudou o perfil da classe trabalhadora e estabeleceu uma enorme dificuldade ao salto da consciência em si para a consciência para si da classe, ou seja, pôs na ordem do dia uma evidente ‘crise’ de identificação do sujeito político revolucionário” [...]. Com comprometida sutileza, Braz observa as dificuldades que um projeto socialista tem que enfrentar em nossos dias, tendo em vista que “vive-se uma vaga histórica ela mesma pouco propícia (mas urgente!) para se reconstruir uma projeção societária assentada em valores radicalmente antagônicos aos burgueses” [...]. Acrescenta-se a estas dificuldades, o fato de que as lutas sociais contemporâneas estejam assumindo “um caráter cada vez mais particularista em detrimento de seus conteúdos universais. E tal quadro se agrava, e é estimulado, por correntes do pensamento social contemporâneo que veem nelas (nas lutas particularistas) a saída no interior da própria ordem burguesa” [...]. Frente a um estado de coisas semelhante, Braz afirma que a proposta não pode consistir em mera reedição das práticas políticas correspondentes a outras épocas: “as formas de luta, para se afirmar um projeto socialista, devem se ajustar aos conteúdos atuais das lutas de classes” [...]. O duplo desafio que identifica o autor deste artigo é, em primeiro lugar, continuar a renovação e atualização das análises marxistas clássicas e, em segunda instância, levar adiante a tarefa mais difícil e importante: “transformar a armadura teórico-crítica edificada

em *força material real enraizada nas massas*” [...]. Na realização dessa tarefa, Lenin se entregou em *O que fazer?*, tal como demonstra Braz a partir do exame minucioso do tratado. Da dimensão prática e organizativa também se ocupa Ronaldo Coutinho, que se interroga acerca da atualidade das concepções de Lenin sobre o partido. O autor é consciente das constantes críticas ao modelo de uma vanguarda consciente da classe trabalhadora; particularmente daquelas que o qualificam de obsoleto, na medida em que foi construído a partir das conjunturas históricas concretas da Rússia do começo do século XX. Por esse motivo, se detém a examinar o desenvolvimento das ideias de Lenin, com vistas a determinar o que, nelas, está vivo e o que está morto. Com especial mordacidade, questiona os autonomismos e, em geral, àqueles que creem que é possível levar adiante uma práxis revolucionária efetiva prescindindo do partido, ou ainda, de qualquer forma de organização institucional. Por isso se negam a realizar reflexões

mais ou menos sofisticadas sobre a falência da forma partido, da ‘nova sociedade civil’ da ‘nova emergência das multidões’ e do fim das lutas de clases, das concepções do ‘antipoder’ (John Holloway), do retrocesso romântico das organizações comunitárias e dos transformismos nada ingênuos da ‘economia solidária’, entre outras artimanhas da imaginação burguesa [...].

A transformação do mundo requer, sustenta Coutinho, um sistema de aparatos de comunicação, informação e formação política que implica no partido e suas mediações. As inflexões que adotou o capitalismo durante as últimas décadas exige, sobretudo, o aprofundamento da educação política, “não só no que concerne à militância interna, mas o reconhecimento efetivo da necessidade do *recrutamento e da formação continuada de quadros oriundos diretamente da classe operária e dos diversos setores do proletariado*”. Desta maneira será possível superar um anticomunismo que não se difundiu somente entre os meios burgueses e pequeno-burgueses, mas também na própria classe operária.

PARTE I

POSSIBILIDADES LENINEANAS PARA UMA *PAIDÉIA* COMUNISTA

Antonio Carlos Mazzeo

“A consciência social reflete o ser social: tal é a doutrina de Marx”. Lênin

1 *Os PRESSUPOSTOS*

Buscando polemizar com os que definem Lênin como um pragmático homem de ação, ou como entende Gerratana, um operador “taticista” da política, este texto tem por objetivo demonstrar que o desenvolvimento da práxis lenineana aparece integrada no *scopus* das grandes contribuições que procuraram dar *soluções de práxis* ou “respostas civilizatórias” às questões candentes postas pela realidade concreta, ressaltando ainda, seu *rigoroso vínculo* ao conjunto categorial-analítico da teoria social de Marx.

Quando pensamos sob a ótica marxista, numa ação política que tem como núcleo a transformação da sociedade, é implícita e intrínseca a noção de uma *educação em permanente movimento*, porque esse conceito é parte integrante da teoria social marxiana. Para Marx o homem é produto de seu trabalho, isto é, a *práxis humana* constitui o elemento central que o transforma em homem, ou seja, o homem é *produto de sua práxis*. A ideia de práxis, que aparece dialeticamente articulada como *ação-pensamento/ pensamento-ação*, coloca no campo da lógica educacional a noção de *aprendizado permanente* do homem enquanto *ser* individual conectado umbili-

cal e dialeticamente ao *ser social*. A idéia da conexão e da *auto-mediação*, que a sociedade faz consigo mesma, isto é, o *processo auto-mediativo* do *ser social*, tem como premissa a existência de um processo permanente do conhecimento que se objetiva em dois momentos dialeticamente articulados: 1) o que podemos chamar de *apreensão racional imediata* da realidade; 2) e aquele que brota dessa *imediatividade*, que é a *apreensão racional-mediativa* do mundo. Essa conexão entre o mundo *mediativo* e o mundo *imediato*, é fundamental para a compreensão do processo permanente do aprendizado.

O mundo *imediato* pode ser definido como a cotidianidade, a *imediatividade*, o mundo pragmático-operativo do *ser social*. E o mundo da *mediação* é quando o ser social sai do plano de sua *imediatividade*, e passa a refletir sobre a sua própria cotidianidade. Como podemos definir essa mediação? A *mediação* nada mais é que o *pensamento teórico de si*, é a teoria ou a abstração que o *ser social* faz de si mesmo, do seu próprio mundo cotidiano. Portanto, a *mediação* é a *conexão entre o mundo imediato e pragmático em que vivemos e a reflexão permanente que os homens realizam através de sua práxis*.¹ A mediação e a própria ação social pragmática, constituem momentos de aprendizado dialeticamente articulados. Como define Engels, há na práxis humana uma *conexão dialética* e permanente entre o *quantum* socialmente realizado e as *qualidades geradas e conquistadas* por essas realizações – a relação entre quantidade e qualidade –, nesse sentido, o *processo de acúmulo social gera saltos qualitativos – de caráter ontológico* – e, desse modo, novas conquistas sociais (ENGELS, 1979, p. 34 et seq.). É esta conexão que configura o permanente processo social do conhecimento. Portanto, nada mais correto do que vincular o pensamento marxiano à noção de conhecimento ligado ao aprendizado, como resultado da *práxis humana*.

Como acentua Marx, ao longo de sua história, a humanidade desenvolveu diversas formas de práxis e até o surgimento do capitalismo, a questão central da compreensão da realidade objetiva eram os limites postos pela predominância do idealismo e da metafísica nas formas de construções *mediativas* que só começam a ser resolvidas e diga-se, *apenas em parte*, com o advento da sociabilidade burguesa. Mas é inegável, como ressalta Lukács, que as *formas-práxis* (históricas) do *ser social* procuraram

¹ A esse respeito, ver LUKÁCS, G. *Estética*. Barcelona: Grijalbo, 1966, cap. I, item 2 (*Principios y Comienzos de La diferenciación*), v. I, p. 81–145.

responder aos problemas advindos dos próprios processos de objetivação de si, quer dizer, o processo de trabalho social produziu modos cognoscitivos que possibilitaram, principalmente no plano prático, o conhecimento, ainda que depois esse próprio conhecimento tenha propiciado um distanciamento de si (LUKÁCS, 1966; 1990, p. 14). Objetivamente, os grandes saltos qualitativos que a humanidade deu no plano da reflexão sobre seu próprio mundo cotidiano – sua *imediatividade* –, tiveram de certo modo uma preocupação, *in limine*, de cunho pedagógico, se entendermos a educação como prática de auto-conhecimento social e de superação – aqui, no sentido da *Aufhebung*.

Como ponto de partida tomemos, por exemplo, os gregos antigos. O desenvolvimento da polis, na Grécia antiga, possibilitou por diversos elementos histórico-objetivos, o nascimento de uma ontologia, sendo que os filósofos pré-socráticos descobriram rapidamente, suas categorias mais importantes (LUKÁCS, 1981a, v. I, p. 10). Mas a filosofia jônica mantinha-se conectada às análises do mundo físico – a *φύσις* – incluindo-se aí a sociedade humana, compreendida como pertencente ao mundo da matéria física. Somente a crise da polis, em sua *particularidade ateniense*, porá o humano no centro da filosofia e correlatamente a questão da “práxis correta” (MAZZEO, 2009, p. 104 et seq.). Se Sócrates procura dar respostas à crise de dissolução de uma *polis coletiva* – baseada no *campesinato* –, confrontando-se com os sofistas, e nucleando suas críticas à própria emergência da nova sociabilidade arrimada na escravidão, contrapondo a necessidade do *homem coletivo* ao surgente *homem privado*, Platão será, como ressaltou Lukács, o primeiro filósofo a tentar responder o “*que fazer?*” diante de uma polis (*coletiva*) em crise de dissolução.² O corte socrático-platônico apresentou a proposta da construção de um conceito de Paidéia, uma *cosmologia* (*Weltanschauung*), contendo *em si* um intrínseco núcleo pedagógico de transformação, que não pode ser restrito somente à religião, ainda que seja parte integrante dela.³ Quanto voltamos ao Sócrates traduzido e interpretado por Platão, podemos perceber que o núcleo do

² Idem, especialmente p. 142-167. Ver também PLATÃO. Lettera VII (Carta VII). In: _____. *Platone Tutte le Opere*. Roma: Newton & Compton, 1997a. 235c a 328c, v. V.

³ Na definição de Jaeger, a Paidéia constitui-se numa clara *ideia de si* da identidade grega antiga, resultado de um esforço para justificar a noção de comunidade e ao mesmo tempo, de individualidade humana que nasce com a polis. Veja-se JAEGER, W. *Paidéia: los ideales de La cultura griega*. México: FCE, 1987. Introdução, p. 7 et seq.

embate Socrático com os sofistas – embate esse que finda em sua prisão e, depois, sua condenação à morte –, é composto por dois elementos chaves: primeiro, a ideia de que só é possível compreender o conjunto da cultura, a Paidéia, como resultado de uma produção social, quer dizer, *coletiva*. Segundo, o combate à mercantilização do conhecimento e à imoralidade (e impossibilidade) de transformar o conhecimento socialmente produzido em mercadoria. Na concepção socrático-platônica o *conhecimento era concebido como práxis produto da construção coletiva da Polis*. Mas além do problema da mercantilização do conhecimento, havia a questão da *αρετή* – *da virtude*. Para Sócrates e Platão a *virtude*, produto do conhecimento construído na *práxis polítia*, não poderia ser objeto de compra ou venda. Daí a ênfase platônica ao ressaltar as palavras de Sócrates para quem o sofista vende seu conhecimento como mercadoria e a contraposição do filósofo ático que oferecia seus conhecimentos a todos sem distinção, como um cidadão de vida e de deveres públicos.⁴

Mais tarde Platão, muito amargurado e envergonhado com o desfecho do julgamento e a condenação à morte de Sócrates, irá explicitar seu convencimento sobre a necessidade de dar forma prática às ideias, e à crítica ao “estado das coisas”, no desabafo feito na *Carta VII*, aos amigos de Dione: “[...] *pela grandíssima vergonha que sentia de mim mesmo, pensando em mim mesmo como nada mais que um discurso, única e simplesmente, e nunca um homem disposto a empenhar-se em alguma ação [...]*”⁵ Esse é o motivo fundamental para a fundação de sua Academia, por volta de 387 a.C. Pioneiramente Platão inaugura no pensamento ocidental a *possibilidade da conexão entre construção do conhecimento e a transformação da sociedade*, a construção do conhecimento e o combate a qualquer tipo de corrupção que o mercado coloca na sociedade. Obviamente, falamos de uma sociedade arrimada na escravidão e de um mercado não capitalista que circulava apenas o excedente da produção. Mas essa sociabilidade foi responsável pelo surgimento e sedimentação da democracia Antiga e exatamente a contraposição crítica à essa forma societal faz com que Sócrates e Platão se coloquem criticamente diante da democracia escravista que pressupunha, também, a desigualdade e a prevalência dos ricos e poderosos sobre

⁴ Ver PLATÃO, op. cit., *Protagora*, 313, v. III e *Apologia di Socrate*, 32a – 33b, v. I

⁵ PLATÃO, *Lettera VII*, op. cit., 328b – 328c, v. V

os cidadãos comuns e sem recursos. Obviamente a ideia de práxis não era uma novidade para o pensamento grego, ela surge implicitamente junto com a noção de energéia (*ἐνέργεια*), que dava os conteúdos fundamentais da moral, ligada visceralmente à outra noção, a *techné* (*τέχνη*), atividade social plena de conteúdos morais, conceitos que ganham expressividade a partir do surgimento da Tragédia e que conformam a *conexão entre energia, práxis e conhecimento*.

De formas distintas e ganhando, ao longo da história, maior amplitude, essas noções estarão presentes em todos os pensadores que se colocaram a necessidade de fundas transformações sociais, e a necessidade de justiça social, constituindo uma linha prático-especulativa que estará radicada no conjunto do pensamento ocidental. Já os primeiros teóricos do cristianismo, principalmente Clemente de Alexandria e seu discípulo Orígenes, assumirão a ideia de uma práxis universal e de transformação.⁶ O cristianismo, filho direto do helenismo, ganha universalidade com sua inserção no debate cultural e filosófico gregos, o que possibilita que ele se coloque como alternativa de construção de uma nova Paidéia – no contexto da crise do império romano e de dissolução do escravismo –, onde o conhecimento, ainda que mistificado e pleno de *hierofanias* (manifestações do sagrado), aponta para a necessidade de construção de núcleo de práxis agora, materializado na Igreja, que vem para substituir a polis universal dos gregos clássicos. Nesse sentido, emerge nessa visão de práxis uma *outra ideia de igualitarismo*, não mais aquela dos cidadãos da polis, mas agora a dos “cidadãos dos céus,”⁷ mais rebaixada e mitificada sem dúvida e que no entanto prega a noção de *igualdade entre os homens* – mesmo que abstratamente – num mundo de formas sociais e de relações de trabalho hierarquicamente rígidas.⁸

⁶ Nessa bela passagem de Orígenes: “É nosso desejo instruir todos os homens na palavra de Deus, apesar da negação de Celso, e queremos comunicar aos adolescentes a exortação que lhes convém e indicar aos escravos como podem ser engrandecidos pelo Logos recebendo um espírito de liberdade [...] E sobre esse ponto eu poderia dizer em resposta às palavras de Celso: será que os filósofos não convidam os adolescentes a ouvi-los? Não exortam a que deixem uma vida desregrada para abraçarem os bens superiores? Então não querem que os escravos vivam como filósofos? Vamos também nós censurar os filósofos por terem conduzido escravos à virtude, como fez Pitágoras com Zamolxis, Zenon com Perseu e, ontem ou anteontem, os que conduziram Epiceto à filosofia? Ou vos será permitido, ó gregos, chamar à filosofia adolescentes, escravos, idiotas, ao passo que para nós seria desumanidade fazer isto, quando aplicando-lhes o remédio do Logos, queremos curar toda natureza racional ou conduzi-la à familiaridade com Deus.” ORÍGENES. *Contra Celso*. São Paulo: Paulus, 2004. *Livro III*, 54.

⁷ Como vemos em Paulo de Tarso: “[...] Nós, porém, somos cidadãos dos céus [...]”. In: BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Ave-Maria, 1998. *Filipenses*, III-20.

⁸ Obviamente fazer o complexo debate sobre o igualitarismo não caberia nesse texto, mas é necessário ressaltar que a própria noção grega de igualitarismo e, mais adiante a de democracia, pressupunha a desigualdade entre

O projeto de uma Paidéia cristã é de tal importância, que irá basilar todas as questões sobre o problema da igualdade entre os homens, incidindo diretamente nos debates sobre a conexão entre os limites do conhecimento humano frente a deus e ao espírito, influenciando a própria construção da disputa entre a *ratio* e a *irratio* no contexto da construção do racionalismo burguês.⁹ De qualquer modo, as construções teóricas e as *propostas de práxis* expressam o papel que a filosofia é chamada à cumprir, no sentido de dar respostas às necessidades históricas do *ser social*. Mas essas respostas, que aparecem nas articulações complexas da sociedade, não se expressam em sentido linear. Não devemos esquecer que as *formas mediativas* se objetivam em sociedades divididas em classes sociais e por isso mesmo, representam visões de classe, no caso e em sua esmagadora maioria, das dominantes. Como salienta Lukács, só a ótica inaugurada pela *ontologia marxiana*, que pressupõe a conexão entre as ideias e a materialidade do *ser social*, nos possibilita compreender os zigue-zagues de importantes pensadores que por muitas vezes chegaram aos limiares da resolução de um problema mas acabaram por “fugir” de suas potenciais resoluções pelos próprios limites que a determinação ou opção de classe lhes impuseram (LUKÁCS, 1972, p. 80 et seq.). Esses pensadores que estiveram sempre nos umbrais históricos do embate entre a *ratio* e a *irratio*, como, dentre outros, os revolucionários Giordano Bruno, Galileu, Maquiavel, Descartes, Kant e principalmente Hegel, primaram por lutar pela conquista do real, e óbvio, dentro dos limites *concretos* de seus tempos históricos. No entanto, mais do que nunca esses pensadores estiveram nas trincheiras da construção de uma *nova práxis*, aquela da sociabilidade que poria abaixo grande parte dos entraves para o conhecimento e para a liberdade humana.

No plano da ciência moderna, principalmente a que se desenvolve após o século XVI, a busca de *soluções de práxis* impuseram vitórias da racionalidade sobre o obscurantismo a ponto do conhecido cardeal Bellarmino – o inquisidor santificado que condenou à fogueira Giordano Bruno e que foi também um dos inquisidores de Galileu Galilei – cinicamente, como

camponeses pobres e ricos proprietários terratenentes, no período da *polis igualitária*, fundada sobre a produção camponesa e mais tarde, a democracia clássica, baseada na escravidão. Veja-se MAZZEO, A. C. *O Voo de Minerva*, op. cit, especialmente Parte II.

⁹ Sobre a disputa entre a Ratio e a Irratio, ver especialmente LUKÁCS, G. *El asalto a la razón (Die Zerstörung Der Vernunft)*. Berlin: Aufbau-Verlag, 1953), México: Grijalbo, 1972. cap. II.

bem descreveu Brecht, ser obrigado a dizer que se já não podia evitar que os marinheiros utilizassem os novos mapas astronômicos, pelo menos manteria a vigilância sobre os que falsificavam as Escrituras (BRECHT, 1970, cena VII). O fato é que na objetivação de uma nova práxis, a corrente que irá construir o racionalismo burguês estará permanentemente contrapondo a possibilidade de apreensão ontológica dos avanços do conhecimento – como produto de conquistas dos homens, fundadas sobre a ciência –, à visão meramente gnosiológica que fraciona a práxis e submete o primado ontológico ao mundo dos espíritos e da religiosidade. Hegel será o maior representante da racionalidade revolucionária burguesa mas, apresentando como frisou Engels, um pensamento dividido entre o materialismo e o idealismo místico (ENGELS, 1977, v. I, p. 75 et seq.), fundado na oposição entre sistema e método que encerra em si uma contradição interna, superável no entanto, pela *dialeticidade* presente em seu método. Do ponto de vista do sistema, como enfatiza Lukács, aparece uma harmonização ideal-lógica entre sociedade e Estado, de modo que na esfera moral, o *dever-ser* abstrato perde qualquer senso de autenticidade, porque no plano da idealidade aparece conciliada com A Idéia – o *Espírito*. Mas no plano *metodológico*, desdobrando a análise dialética interna dos elementos componentes desta harmonia inextricável, Hegel consegue dar um passo adiante, porque introduz na filosofia as *conexões entre o particular e o universal* (HEGEL, 1975, §181). Se o universal apresenta-se como *Espírito*, a categoria da *particularidade*, por outro lado, potencialmente se revela como uma *materialidade* componente do universal. O fato de que Hegel tenha incorporado em suas análises filosóficas os resultados das pesquisas dos economistas clássicos ingleses, como parte da objetividade e das relações entre a abstração e a materialidade, possibilita sua percepção objetiva sobre as contradições dialéticas existentes na relação do Estado com a sociedade civil, e nas relações contraditórias da sociedade civil consigo mesma, definidas como o “campo de batalha” dos interesses entre indivíduos privados e das corporações profissionais, no limite hobbesiano de todos contra todos.¹⁰ O jovem Marx percebe agudamente esse aspecto qualitativo de Hegel e enfatiza exatamente esse elemento, ao ressaltar que Hegel havia pressuposto a separação da sociedade civil do Estado político

¹⁰ Como podemos ver em Hegel: “[...] Bem como a sociedade civil é o campo de batalha do interesse privado individual de todos contra todos, está nela a sede do conflito entre esse interesse e os interesses particulares comuns e entre ambos interesses juntos [...]” idem, §289

e, ao mesmo tempo, opôs o interesse em si e para si do Estado ao interesse particular e às necessidades da sociedade civil (MARX, 1987, v. I, p. 354 et seq.). Mas a visão hegeliana subsumida à noção do movimento realizado pela objetivação da ideia, o desenvolvimento do Espírito, pressupõe um processo de autoconhecimento do Espírito/Consciência universal. Nesse sentido a *solução de práxis* proposta por Hegel ainda está vinculada à noção teísta de que a razão humana evolui como parte da própria evolução da Razão Universal. Daí a noção do Estado como a manifestação encarnada do Espírito.

De todo modo, há em Hegel o que Engels irá denominar de “materialismo de cabeça para baixo” que começa a ser dissolvido com Feuerbach, como diretiva de *solução de práxis* que se pleiteia materialista, no entanto, ainda permeada por uma noção sensorial da atividade humana e que apesar de conter avanços em relação ao idealismo hegeliano, é considerado por Engels e Lênin como contemplativa e imensamente inferior ao conjunto da construção do corpo teórico hegeliano.¹¹

Efetivamente a *Aufhebung* decisiva, em relação ao idealismo será construída pela *solução de práxis contida na teoria social desenvolvida por Marx e Engels*, ainda que esse último tenha modesta e *exageradamente* se colocado no papel de coadjuvante.¹² Nessa ruptura com a concepção metafísica e contemplativa, o *núcleo da práxis situa-se no próprio homem*, como o *realizador de si e de sua história*. A teoria social marxiana estrutura-se na *ontologia do trabalho* como *forma-práxis* fundamental da existência, dissipando qualquer solução mistificada. Essa interpretação, que releva a *materialidade inerente e constitutiva do ser social*, conforma-se como uma *compreensão radicalmente nova*, em relação à tradição intelectual e de práxis

¹¹ Veja-se ENGELS, *Ludwig Feuerbach*, op.cit, p. 99-100. No comentário de Lenin sobre as *Lições sobre a Essência da Religião*: “Feuerbach é brilhante mas não profundo [...]” LENIN, V. I. Cuadernos filosóficos. In: _____. *Obras completas*. Madri: Akal, 1976a. v. XLII, p. 53.

¹² Como podemos verificar na nota de Engels: “Seja-me permitido aqui um pequeno cometário pessoal. Ultimamente, tem-se aludido, com frequência, à minha participação nessa teoria; não posso, pois, deixar de dizer aqui algumas palavras para esclarecer este assunto. Que tive certa participação independente na fundamentação e sobretudo na elaboração da teoria, antes e durante os quarenta anos de minha colaboração com Marx, é coisa que eu mesmo não posso negar. A parte mais considerável das ideias diretrizes principais, particularmente no terreno econômico e histórico, e especialmente sua formulação nítida e definitiva, cabem, porém a Marx. A contribuição que eu trouxe – com exceção, quando muito, de alguns ramos especializados – Marx também teria podido trazê-la, mesmo sem mim. Em compensação, eu jamais teria feito o que Marx conseguiu fazer. Marx tinha mais envergadura e via mais longe, mais ampla e mais rapidamente que todos nós outros. Marx era um gênio; nós outros, no máximo, homens de talento. Sem ele, a teoria estaria hoje muito longe de ser o que é. Por isso, ela tem, legitimamente, seu nome.” Nota de F. Engels in idem, p. 103.

do Ocidente. Na concepção marxiana todas as formas de objetivação do *ser social* – materializadas pelos *modos-de-produção* que deram a morfologia histórico-material das sociabilidades – implicaram, também em construções *mediativas* do mundo e conseqüentemente, em teleologias, não somente enquanto reflexos da realidade, mas também como respostas às necessidades intrínsecas dos processos históricos de objetivação do *ser social*.¹³ O elemento basilar da dialética materialista marxiana, presente na forma *dialética onto-gnoso metodológica de apreensão das categorias históricas*, possibilitou ver nas formas sociais os aspectos constitutivos das contradições e das lutas entre classes – com seus diversos matizes e em suas expressões temporais – superando o mero impressionismo empírico resultante de suas determinações fenomênicas. Essa nova conceptualidade permite também considerar a *apreensão da totalidade do ser social*. Não como arbitrariedade ou produção formal de caráter subjetivista, e sim como resultado das múltiplas determinações e da articulação e interação dos diversos complexos constitutivos das *formas de ser* e dos movimentos do real em sua *concretude*.¹⁴ Relevamos aqui a advertência de Lukács de que nesse momento, em que a filosofia idealista é definitivamente superada, ao mesmo tempo, a filosofia em sua modalidade *dialético-materialista* continua sendo

[...] o princípio diretivo dessa nova cientificidade. Por isso, não é casual, não é uma peculiaridade surgida das contingências históricas da ciência, o fato de que o Marx maduro tenha intitulado suas obras econômicas não como *Economia*, mas como ‘*Crítica da economia política*’. (LUKÁCS, 1981a, p. 276, grifos do autor).

Mas se há um elemento de ruptura radical na concepção dialética *onto-gnoso metodológica* da teoria social marxiana com a tradição ocidental – no plano das formas de apreensão do real – , em que a ciência deixa para trás o dogma absoluto, agora historicizado e considerado “absoluto e relativo” ao mesmo tempo, no escopo de sua historicidade concreta, essa *descontinuidade*

¹³ Na célebre passagem de Marx em 1859: “Minhas investigações me levaram à conclusão de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano mas, ao contrário, tem suas raízes nas condições materiais da vida [...]”. MARX, K. *Contribución a La Crítica de La Economía Política*. Buenos Aires: Estudio, 1970. Prefácio, p. 8.

¹⁴ Como acentua Marx: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, por tanto, a unidade da diversidade. Por isso, aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida e, por conseguinte, mesmo assim, o ponto de partida da visão imediata e da representação.” Idem, p. 213, grifos nossos.

apresenta-se também como *continuidade aggiornata* e recolocada das buscas de *soluções das práxis* que relevaram conhecimento/educação e transformação social. O significado da ruptura é de grande vulto e resulta, como procuramos demonstrar, de uma *longa e dialeticamente descontínua e contínua processualidade*.¹⁵ Rompia-se ali com a uma milenar discussão da relação do pensamento com o *ser social*, onde a materialidade subsumia-se às determinações de espíritos divinos e a razão como parte constitutiva de uma razão universal, existente em um espírito supremo. A tarefa de Marx e de Engels foi a de por abaixo os entraves para o conhecimento da materialidade das relações sociais, na *ruptura e continuidade* de Hegel e de Feuerbach.

O elemento central marxiano, de aplicação metodológica, foi também a *descontinuidade-contínua* de ruptura com a conceptualidade dos métodos fechados e com seus consequentes desdobramentos que direcionavam à visão de “fim da história”. Até Hegel as tentativas de *soluções de práxis* apareciam como conexão a um suposto “nexo racional” ligado à uma história *em-si* teológica e teleológica, vinculado à concepção metafísica de *Espírito Racional extra-humano* a ser desvendado para então, chegar-se à “verdade absoluta”, sendo que a partir do Renascimento, pressupunha-se também, o Contrato Social e o Estado, como expressões de Razão transcendente, fundados no escatológico Direito Natural. A crítica demolidora da teoria social de Marx põe como *solução de práxis* a noção de *história sem fim*, de movimento em *permanente processo de objetivação, de construção e reconstrução do ser social*. Mas se já não existe a realização da história através da razão escatológica de um Espírito o sujeito do processo histórico passa ser o próprio homem, libertado do misticismo. Está implícito e explícito nesse recompor da conceptualidade das dinâmicas do *ser social* o *novo caráter da práxis*, que pressupõe ainda, *sujeitos sociais* realizando materialmente suas processualidades histórico-sociais. Não como “realização da vontade” ou de circunstâncias de sua escolha, como acentua Marx, mas por determinação das contradições engendradas pela própria sociabilidade, legadas

¹⁵ Como ressalta Engels: “[...] Logo que descobrimos – e afinal de contas ninguém mais do que Hegel nos ajudou a descobri-lo – que, assim colocada, a tarefa da filosofia se reduz a pretender que um filósofo isolado realize aquilo que somente a humanidade em seu conjunto poderá realizar, em seu desenvolvimento progressivo – assim que descobrimos isso a filosofia no sentido tradicional da palavra, chega a seu fim. *Já não interessa a ‘verdade absoluta’ inatingível por este caminho e inacessível ao único indivíduo, e o que se procura são as verdade relativas, adquiridas através das ciências positivas e da generalização de seus resultados por meio do pensamento dialético.*” ENGELS, *Ludwig Feuerbach*, op. cit., p. 85, grifos nossos.

e transmitidas pelo passado (MARX, 1978, p. 329). Se o capitalismo se constituiu como a organização societal mais desenvolvida de toda a história da humanidade, sua objetivação abriu também a possibilidade para o aprofundamento da consciência dos homens sobre si, tanto do seu próprio passado como das potencialidades futuras.

Na forma social burguesa, as relações sociais ainda encontram limites para seu amplo desenvolvimento, fundamentalmente por ser o capitalismo um modo-de-produção baseado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho, materializada na extração de mais-valia do trabalhador e na produção de mercadoria, enquanto *valor de troca*. A produção de mercadorias, realizada sob a forma de *valor de troca*, retira o *essencial humano* do trabalho, quer dizer, a mercadoria circula em um meio social descolado das reais necessidades de *uso das mercadorias*, sendo o trabalho coletivo apenas um meio estranhado e alienado de relações sociais que não se concretizam entre homens produtores, mas entre coisas. É o que Marx chama de *fetichismo da mercadoria* (MARX, 1973, v. I, p. 36 et seq.). Na sociabilidade burguesa o trabalho apresenta-se para o trabalhador como exterioridade, como se não fosse parte de sua essência, na qual o trabalhador ao invés de afirmar-se com seu trabalho, nega-se, ao colocar a possibilidade de sua realização (humana) fora dele. Nesse sentido, o trabalhador encontra-se *estranhado de sua essencialidade* – do trabalho. Mas, nas contradições engendradas pela sociabilidade burguesa, o trabalhador potencialmente possui as condições de superação do estranhamento e da alienação, porque a atividade alienada não produz somente a “consciência alienada”, mas também a consciência de ser alienado. Em outras palavras, criam-se – além das forças que depauperam e desfiguram a consciência, dentro de uma dialética contraditória entre o pensamento cotidiano e a perspectiva da superação de sua “consciência tautológica”, posta pela existência de uma *relação imediata* entre teoria e prática – outras forças que possibilitam o afloramento da consciência e a perspectiva de ruptura com o pensamento *estranhado*, como a própria ciência, que permite, por meio do conhecimento da realidade objetiva, o distanciamento da lógica cotidiana (MAZZEO, 1999).¹⁶ No *Manifesto Comunista* de 1848, Marx e Engels apontam para a contradição que se desenvolve na sociabilidade

¹⁶ Ver *Questões Preliminares*.

burguesa e, na medida em a burguesia aprofunda as relações sociais capitalistas, desenvolve também o proletariado, como seu *contrário-antagônico*.

Nas primeiras décadas dos Oitocentos, ainda reverberava o impulso revolucionário da burguesia e sua luta pela construção de uma forma-político-jurídica, onde seu núcleo tinha por fundamento a liberdade consubstanciada no livre mercado e a igualdade nucleada no formalismo jurídico de vezo metafísico, assentado na formalidade do Direito Universal genérico. Antes mesmo de escrever o *Manifesto* de 1848, juntamente com Engels, Marx já havia apontado esses limites em sua polêmica com Bruno Bauer, n' *A Questão Judaica*, acentuando que no plano igualitário a sociabilidade burguesa vivia a dicotomia entre o *citoyen* de vida pública e o *bourgeois* ou *proletaire* de vida privada, evidenciando que essa dualidade refletia a limitação de uma liberdade formal reduzida à emancipação política, ou se quisermos, no *ser-precisamente-assim* da morfologia ideo-jurídica da sociabilidade burguesa (MARX, [19--?a], p. 18 et seq.). No entanto, ao final do primeiro quartel do século XIX e ao longo das décadas de 1830 e 1840, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e a agudização da divisão da sociedade em duas classes fundamentais, gera uma clivagem que possibilita por na vida política das sociedades civis burguesas europeias, particularmente na França, o proletariado moderno como um sujeito que rompe com o *bloco histórico* composto pela burguesia e pelo campesinato – constituído no processo mesmo das revoluções burguesas – e, conseqüentemente com os limites restritos da emancipação política, pondo no centro de uma contradição claramente definida na relação entre capital e trabalho e nas relações da propriedade, a *superação* da emancipação político-cidadã no projeto da *emancipação humana*. Esgota-se aí, o período do protagonismo revolucionário burguês agora, tornado conservador de sua ordem. Ao mesmo tempo, conforma-se o *novo sujeito* que levará adiante as tradições ocidentais de liberdade, mas na perspectiva de construção de um projeto societário baseado em relações sociais de produtores associados, ou se quisermos, o comunismo. O núcleo do projeto é desenhado no *Manifesto* de 1848: "A finalidade imediata dos comunistas é a mesma de todos os demais partidos proletários: formação do proletariado em classe, derrubamento do domínio da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado." (MARX; ENGELS, 1986, p. 96, grifos nossos).

Mas esse enunciado pressupunha também, a elevação do nível de consciência dos trabalhadores. Já evidenciado na *Ideologia Alemã*, de que as ideias dominantes em uma sociedade são as da classe dominante – em que subentende-se a necessidade de construção de uma *outra concepção* cultural societária –, o *Manifesto Comunista* resvala ligeiramente na questão da necessidade de construção de uma *nova cultura* e de uma *nova consciência*, para fundamentar a ação da ruptura radical com a sociabilidade burguesa,¹⁷ mas seu caráter de panfleto impede o aprofundamento dessa questão crucial. Em sua análise sobre a *Comuna de Paris* de 1871, Marx reforça a ideia presente no *Manifesto* de 1848, da necessidade de transformar o poder político e da destruição do aparelho estatal (MARX, 2011, p. 168 et seq.) e Engels, em sua *introdução* de 1891 à *A Guerra Civil na França*, de Marx, acentua a debilidade das correntes proudhonianas e blanquistas, hegemônicas na *Comuna* de 1871, no que se refere ao projeto revolucionário (ENGELS, 2011, p. 194 et seq.). Numa entrevista a R. Landor, para o jornal *The World*, em julho de 1871, respondendo ao questionamento do jornalista sobre a presença da AIT na *Comuna de Paris*, Marx afirma: “[...] A revolta de Paris foi feita pelos trabalhadores de Paris. Os mais capazes dentre os trabalhadores devem necessariamente ter sido seus líderes e administradores [...]”¹⁸ De qualquer modo, a *necessidade de organização proletária* e elevação da consciência dos trabalhadores na perspectiva do socialismo está implícita ao longo de seus textos, como podemos verificar na *Crítica do Programa de Gotha*, em sua dura crítica à proposta do Partido Operário Alemão de apoiar a ampliação da educação nas mãos do Estado Prussiano, ao dizer:

[...] *educação popular a cargo do Estado é absolutamente inadmissível [...] longe disso, o que deve ser feito é subtrair da escola toda a influência da parte do governo e da Igreja [...] o Estado é que necessita receber do povo uma educação muito severa.* (MARX, [19--?b], p. 27, grifos nossos).

Nessas declarações estão subentendidos muitos elementos de discussão sobre a *organização do proletariado a partir de uma outra cultura*.

¹⁷ “Será necessária uma inteligência profunda para compreender que ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e os seus conceitos, numa palavra, a sua consciência?” Idem, p. 102.

¹⁸ Entrevista de Karl Marx a R. Landor, In: *Ibidem*, p. 216.

De modo que estamos de acordo com o saudoso Lucio Magri, para quem seria inútil uma busca sistemática sobre uma teoria marxiana “pronta” do partido proletário.¹⁹ Ela apresenta-se em desenvolvimento, ao longo dos textos marxianos, mais claramente após a experiência da Comuna de 1871. Efetivamente, esse debate ganha impulso nos finais do século XIX e inícios do XX. Não por acaso este, também, será o caráter do embate de Lênin com a socialdemocracia europeia.

2 FUNDAMENTOS LENINEANOS DE UMA PAIDÉIA REVOLUCIONÁRIA

Quando nos referimos a um intelectual orgânico de classe como Lênin, na expressão de Gramsci, o maior *filósofo da práxis*, imediatamente nos remetemos à sua permanente preocupação em dar *respostas concretas para situações concretas*, fundamentalmente no que se refere ao problema da organização do movimento operário e da elevação da consciência dos trabalhadores, onde evidencia-se a necessidade da articulação dialética entre a *experiência e a consciência do operário*. Para Lênin, a assimilação da teoria possibilita ao trabalhador ir além da apreensão imediata da realidade, de sua *consciência econômica*. Ir para além da *imediaticidade* requer ainda que se transpasse a própria ação política e sua *inerente mediação pragmática*. A consciência *em-si* da classe necessita da absorção de uma nova visão de mundo, fundada numa ótica científica da sociabilidade, em que o trabalhador se aproprie do conjunto do conhecimento produzido pela humanidade.²⁰ O instrumento para tal é uma organização revolucionária – o *partido de Novo-Tipo* – organizador de uma *forma-conhecimento* fundada sobre a *práxis* revolucionária, em que os trabalhadores atuem sobre a realidade como “teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores” (LENIN, 1976b, p. 431-432). Em uma palavra, como *intelectuais*

¹⁹ Na definição de L. Magri: “[...] estes são pontos importantes do pensamento marxista que nunca foram desenvolvidos a fundo, cujos contornos forçosamente devem ser reconstruídos mediante um trabalho de interpretação e cujo tratamento exigiria novas indagações e novos esforços criativos. Isso não significa, porém, que na obra de Marx não esteja contida implicitamente uma definição desses conceitos [...]” MAGRI, L. Problemas de la Teoría Marxista del Partido Revolucionario. In: CERRONI, Umberto et. al. *Teoría Marxista del partido político*. Córdoba: Pasado y Presente, 1971. p. 61. (Cuadernos Pasado y Presente, n. 7).

²⁰ Em especial, LENIN, V. I. ¿Que hacer? Problemas candentes de nuestro movimiento. In: LENIN, V. I. *Obras*, op. cit., p. 428 et seq. v. V. Veja-se também, GRUPPI, L. *O pensamento de Lenin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 35.

de *práxis*, orgânicos de sua classe. Quais são os pressupostos teórico-políticos do *partido de Novo-Tipo* proposto por Lênin?

Antes de tudo, a delimitação de um *campo de classe do saber*, direcionado à transformação social – pondo, como ressalta Lukács, a revolução na “ordem do dia” (LUKÁCS, 1970, p. 11 et seq.) – e que ao mesmo tempo, transcenda a mera visão instrumental ou taticista do conhecimento e da ciência. A concepção de uma revolução na “ordem do dia” (a “atualidade da revolução”) define-se justamente na capacidade do materialismo-dialético possibilitar o amplo conhecimento do processo *histórico-concreto* da sociabilidade capitalista, suas tendências e contradições e as possibilidades de intervenção na realidade objetiva para modificá-la. Nesse sentido, Lenin tinha o claro discernimento histórico de que a teoria social inaugurada por Marx e Engels expressava os alicerces e os fundamentos de uma outra *Visão-de-Mundo*, uma nova *Weltanschauung* não conciliável com aquela erguida pela revolução burguesa e que necessariamente requeria sua superação – *Aufhebung* – dada a insuficiência e os limites históricos da racionalidade burguesa em afrontar a complexidade e as contradições de sua própria forma societal.

Não a vulgata stalinista de uma “ciência proletária” transformada, como acentuou Lefebvre,²¹ numa ideologia (enquanto falsa consciência) “restaurada” e anacrônica – considerando-se a crítica demolidora das ideologias feita por Marx – ou ainda, na definição de Lukács, numa tendência de abolir todas as mediações (LUKÁCS, 2011, p. 31). A compreensão lenineana situava-se *rigorosamente* no âmbito das conclusões marxianas, expressas na última tese sobre Feuerbach, isto é, a necessidade da *práxis* no processo do conhecimento e como crítica objetiva ao mero conhecimento interpretativo. Para Lênin, a *práxis* estava na base, como *conditio sine qua non*, da superação do conhecimento contemplativo e metafísico. Nessa concepção, Lênin ressalta que o marxismo não deveria ser entendido como um filosofia fanática e sectária, das fórmulas prontas e petrificadas pois, segundo sua visão, a teoria social de Marx resulta de *rupturas e continuidades (continuação-dialética)* das doutrinas dos maiores pensadores.²²

²¹ Cf. LEFEBVRE, H. *Lógica formallógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Prefácio à segunda edição, p. 2.

²² Nas palavras de Lenin: “[...] A história da filosofia e a história da ciência social mostram com toda a clareza que o marxismo não é nada que se pareça com sectarismo, no sentido duma doutrina fechada sobre si mesma

De modo que a “filosofia da práxis” somente pode gerar respostas às *necessidades históricas* – *historisch bestehenden Bedürfnisse* – do *ser social* se estiver *visceral e dialeticamente conectada* à ação e ao pensamento – o fundamento da teoria revolucionária. Este é o elemento central do *corpo teórico* lenineano, cujo núcleo está presente em sua *teoria do reflexo*, desenvolvida no livro *Materialismo e Empirocriticismo*, de 1908, e esparsamente em suas notas sobre Aristóteles e Hegel, nos *Cadernos Filosóficos*. Para o revolucionário russo, as formas de *reflexo (forma-consciência)* do mundo constituem sempre o resultado da realidade objetiva e devem ser apreendidas em suas conexões e relações dialéticas entre o *universal* e o *particular*, isto é, as formas abstratas e as formas concretas engendradas pelo *ser social*.²³ Daí o *reflexo* – a *mediaticidade* – constituir uma abstração resultante das relações sociais e das respostas (inclusive as estranhadas) socialmente construídas para as questões advindas do processo de objetivação do *ser social*.

A *solução de práxis* lenineana apoia-se na convicção demonstrada por Marx sobre a necessidade do *conhecimento enquanto instrumento de revolução social* – que objetiva transcender a sociabilidade construída pela burguesia – e que constitui um elemento nuclear da teoria social marxiana, quer dizer, a necessidade da construção de categorias analíticas (e históricas) para explicar e intervir no mundo real. Essa concepção insere-se inegavelmente no *scopus* do próprio conjunto histórico do pensamento ocidental. Mas se a teoria social marxiana apontava a necessidade de organização de uma *nova cultura* – de um *conjunto cultural de práxis* – que envolvia também o problema da consciência de classe, para Lênin colocava-se ainda, a questão do “que fazer?” para buscar a *resolução* teórico-prática desse problema fundamental – na visão de Lukács, *a tarefa histórica do proletariado* –, ou seja que a ação independente dos trabalhadores significava, também, livrar-se dos limites da consciência burguesa – ou da consciência determinada por uma socialidade assentada no estranhamento e na alienação. O

e ossificada, que tivesse surgido à margem da grande estrada do desenvolvimento da civilização mundial. Ao contrário, Marx respondeu às questões levantadas pela ‘humanidade avançada’ e a sua doutrina nasceu como a continuação direta e imediata das doutrinas dos mais eminentes da filosofia, da economia política e do socialismo”. LENIN, V. I. *Tres fuentes y partes integrantes do marxismo*. In: op. cit., p. 205, v. XIX.

²³ Como ressalta Lenin: “[...] A consciência social reflete o ser social: tal é a doutrina de Marx. O reflexo pode ser uma cópia aproximadamente exata do refletido, mas é absurdo falar aqui de identidade. Que a consciência em geral reflita o ser, essa é uma tese geral de *todo* materialismo. E não é possível deixar de ver sua conexão direta e indissolúvel com a tese do materialismo histórico que diz: a consciência social *reflete* o ser social.” LENIN, V. I. *Materialismo y empirocriticismo*, op. cit., p. 312, v. XIV.

debate realizado internamente à socialdemocracia do início do século XX expressou essa necessidade, enfatizando exatamente que apesar de socialmente construída e determinada, a consciência social não é idêntica ao *ser social* (LENIN, 1976d, p. 311 et seq.). É característica da consciência produzida após a última década do século XIX, a fragmentação da práxis, como resultado do aceleração das relações sociais capitalistas que requerem cada vez mais soluções refinadas no âmbito pragmático da produção o que determina, por sua vez, um *reflexo* estranhado da materialidade da vida, de suas categorizações e da própria *mediação*. Lênin, ao polemizar com Avenarius e Bogdanov, ressalta que a prevalência do gnosiológico solipsista o *elemento* histórico-contextual (e por consequência, o ontológico) do próprio processo do conhecimento – como define Engels tanto no *Anti-Dühring* como em *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* –, que é o problema do *relativismo dialético entre as “verdades”, o relativo e o absoluto do conhecimento*, em que fica evidente a relevância do ontológico no processo da apreensão do real sob a ótica do materialismo dialético (LÊNIN, 1976d, p. 260 et seq.). Essa crítica mordaz, tinha por objetivo evidenciar a questão da consciência.

O pressuposto da teoria social marxiana é que toda construção ideológica encontra-se ligada à materialidade da vida objetiva, resultado das contradições engendradas pelo *ser social*. Nesse sentido, para Lênin era fundamental não somente definir o conceito *materialista-dialético de consciência de classe* como também, encontrar e construir o caminho para sua objetivação. Desse modo, Lênin reinsere no movimento operário europeu, nos termos do materialismo dialético, a questão da conexão entre *necessidade histórica e consciência*. Já em seu texto de 1894, *Quem São Os “Amigos do Povo” e Como Lutam Contra os Socialdemocratas*, Lênin alertava que Marx, apesar de não ter sido o “descobridor” da ideia de *necessidade histórica*, desenvolveu esse conceito conectando o elemento da subjetividade social às legalidades inerentes e engendradas pelo *ser social*. (LÊNIN, 1976e, v. I, p. 167 et seq.). Ora, para a teoria social marxiana a consciência não se caracteriza como “substância” exterior e autônoma do pensamento, ao modo cartesiano do *Cógito ergo sun* (Penso, logo existo) mas, ao contrário, vincula-se imediata e dialeticamente a ele, como resultado de rela-

ções materiais desenvolvidas no *ser social*.²⁴ Lênin estabelece a *identidade* entre consciência e conhecimento, sendo que essa identidade ganha seus contornos morfológicos na forma da divisão social do trabalho e, conseqüentemente de classes. Marx e Engels haviam assinalado esse *elemento de classe* no processo de apreensão do real, acentuando que as relações sociais capitalistas constituem uma socialidade alienada, onde estão imersos na mesma alienação a classe possuidora e a classe proletária; em que a primeira sente-se à vontade nessa alienação, encontrando nela uma confirmação, reconhecendo nessa *aparência de hominidade* seu próprio poder e a segunda, o proletariado, sente-se aniquilado e vê na alienação a impossibilidade de uma existência hominizada (MARX; ENGELS, 1974, p. 53). Em suma, o *ponto crucial* reside portanto, na *divisão social do trabalho*, isto é: *a forma da organização da produção incide na fragmentação da práxis*, no dizer de Gramsci (*Gli Intellettuali*), a divisão do homem entre *faber* e *sapiens*, posta pela produção capitalista, realiza tanto no plano subjetivo como no objetivo, o *estranhamento de si do proletariado*. Por suposto, a forma de inclusão dos trabalhadores no processo produtivo determina, também, um “tipo” de inserção nas formas de conhecimento, quer dizer, cabe ao proletariado uma inserção subalterna e periférica no processo do conhecimento, subsumido às hierarquias sociais e principalmente da produção e ao controle social cada vez maior, das subjetividades. Lenin acentuou que seria ingênuo acreditar que a consciência de classe do proletariado – dadas as contradições postas pelas relações sociais da produção capitalista e da realidade da exploração do trabalho – aflorasse pouco a pouco, por si mesma, como destacou Lukács, que o proletariado pudesse maturar espontaneamente, no plano ideológico, sua vocação revolucionária de classe (LUKÁCS, 1970, p. 29).²⁵ O processo de formação da consciência de classe pressupõe ainda, a *autoeducação proletária*, formada nas lutas de massas, nas greves

²⁴ Como irá acentuar mais tarde W. Benjamin, na direção de Lênin: “[...] A criança proletária nasce dentro de sua classe. Mais exatamente, dentro da prole de sua classe, e não no seio da família. Ela é, desde o início, um elemento dessa prole, e não é nenhuma meta educacional doutrinária que determina aquilo que essa criança deve tornar-se, mas sim a situação de classe [...]” BENJAMIN, W. Uma pedagogia comunista [1930]. In: BENJAMIN, W. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades, 2009. p. 122. (tradução brasileira da *Gesammelte Schriften – Escritos Reunidos* – de Walter Benjamin, organizados por Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser, Suhrkamp, Frankfurt, 1972 – 1989).

²⁵ M. Löwy ressalta esse aspecto: “[...] o proletariado é definido não como uma classe *particular* da sociedade burguesa, reclamando direitos particulares, mas como uma esfera que tem um caráter *universal* por causa de seu sofrimento [...]” LÖWY, M. *A Teoria da Revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 189.

organizadas pelos sindicatos ou nas reivindicações por melhores condições de vida pelo proletariado.

Como observa Lênin, se essa é a premissa para a eclosão da consciência, há que se ter claro que essa é uma *forma-consciência imediata e intuitiva, de caráter econômico* e, por isso mesmo, plena de grandes limitações. Portanto a *solução de praxis* não deve estar limitada ao *praticismo intuitivo e economicista*. Analisando as movimentações operárias dos finais do século XIX na Rússia, Lênin ressalta que algumas dessas greves espontâneas ocorreram como motins com destruições de máquinas – de consciência espontânea rebaixada – e que, por outro lado, houve um salto qualitativo nas movimentações da década de 1890. Mas a conclusão lenineana é que o “elemento” espontâneo não representou mais que a forma embrionária do consciente (LÊNIN, 1976b, p. 381-382).²⁶ Este, em realidade, era o debate posto na “ordem do dia” pelos setores da vanguarda do movimento operário mas como salienta Lukács, naquele momento Lênin foi o único dirigente do movimento operário a conectar a questão da consciência com o da organização (LUKÁCS, 1970, p. 30). De qualquer modo há, nesse momento, uma confluência das posições de Lênin com as de Karl Kautsky, no que se refere à crítica da visão mística da consciência espontânea, tão em voga no movimento operário – da época e ainda hoje. Lênin é claro sobre essa questão: a consciência resulta das relações materiais da sociedade, tanto no âmbito da subjetividade, como no âmbito objetivo; ela não é resultado de um “espírito” que paira no éter. Se há uma consciência espontânea gerada na experiência de luta dos trabalhadores, a plenitude e o aprofundamento dessa consciência, que possibilite a *transcendência (Aufhebung)* do mero imediato e do economicismo, deve ser buscada no conjunto do conhecimento gerado pela humanidade, quer dizer, *a consciência proletária deve estar conectada com o que de melhor se produziu no plano do conhecimento humano*, o que significa dizer, na direção das formulações de Marx e de Engels, que a *consciência do proletariado vem de fora*. Fica evidente, que o “de fora” diz respeito a um conhecimento produzido externamente

²⁶ Como analisa Lênin: “Se os motins eram simplesmente levantes de gente oprimida, as greves sistemáticas já representavam embriões de luta classe, mas precisamente nada mais que embriões. Em si, essas greves eram luta trade-unionista, não eram ainda luta socialdemocrata; assinalam o despertar do antagonismo entre trabalhadores e patrões. Mas os trabalhadores não podiam ter a consciência do antagonismo irreconciliável entre seus interesses e todo o regime político e social contemporâneo, quer dizer, não possuíam consciência socialdemocrata.” Idem, p. 382.

à imediatividade; “de fora” do econômico-imediato: na definição de Kautsky integralmente absorvida por Lênin:

A consciência socialista moderna pode surgir unicamente sobre a base de um profundo conhecimento científico [...] Mas não é o proletariado o portador da ciência, mas a intelectualidade burguesa [...] é o cérebro de alguns membros isolados desta camada de onde surgiu o socialismo moderno e foram eles que o transmitiram aos proletários destacados pelo seu desenvolvimento intelectual, os quais o introduziram de pronto na luta de classes do proletariado, nos locais onde as condições permitiram. De modo que a consciência socialista é algo introduzido de fora (*von aussen Hineingetragenes [de fora para dentro]*) na luta de classes do proletariado e não algo que tenha surgido espontaneamente (*urwüchsig*) [...] (KAUTSKY apud LÊNIN, 1976b, p. 390-391).

Ainda baseando-se em Kautsky, Lênin conclui: “[...] isto não significa, naturalmente, que os trabalhadores não participem desta elaboração. Mas participam não na qualidade de operários, mas sim de teóricos do socialismo [...]” (KAUTSKY apud LÊNIN, 1976b, p. 391, grifos nossos). O que deve ser ressaltado dessa formulação lenineana é que somente através da *conexão da prática com a teoria* pode-se superar a metafísica de uma prática redentora, ou como bem definiu Lukács, o utopismo messiânico (LUKÁCS, 1969, p. xxvii).²⁷ Na contraposição ao “praticismo” Lênin apresenta o problema da *mediação* para organizar o que literalmente chama “necessidades de conhecimentos políticos e de educação política da classe trabalhadora”. Por isso, continua, a pergunta “o que fazer?” para levar aos trabalhadores conhecimentos políticos? (LÊNIN, 1976b, p. 428-429).²⁸ Não basta o trabalho prático, insistirá; não basta colocar uma etiqueta com o nome de “vanguarda”. Este será o núcleo base de sua teoria do partido revolucionário e, nesse plano, a ideia do partido de *Novo-Tipo* aparece, resalta Lukács, como o *instrumento de mediação* entre a prática e a teoria (LUKÁCS, 1969, p. 312).

É certo que a primeira década do século XX caracteriza-se como um período aberto para as revoluções proletárias e muitas das propostas

²⁷ Prefácio de 1967.

²⁸ Mais uma vez, ressaltamos a aproximação de Benjamin às reflexões lenineanas: “[...] A educação é função da luta de classes, mas não apenas isso. Ela coloca, segundo a concepção comunista, a avaliação completa do meio social dado a serviço de metas revolucionárias. Mas, como esse meio social não é apenas lutas, mas também trabalho, a educação apresenta-se ao mesmo tempo como educação revolucionária do trabalho.” BENJAMIN, W. cit. p.123.

lenineanas estavam direcionadas às questões das *particularidades históricas* da Rússia, dentre elas, a organização da luta democrática como luta revolucionária e socialista. Mas a formulação da teoria do partido de *Novo-Tipo* procurava atender, também, às necessidades do conjunto do movimento operário e da então esquerda da socialdemocracia. Era uma preocupação obsessiva da subjetividade política de Lênin, explícito em seu quase “desabafo político”, quando cobra de todos, inclusive de si mesmo a autoindulgência diante das dificuldades de organização da consciência espontânea e da necessidade de um plano audaz para superar os entraves organizativos: “Que nenhum militante dedicado ao trabalho prático se ofenda por este duro epíteto, pois no que concerne à falta de preparo, o aplico a mim mesmo[...]” (LÊNIN, 1976b, p. 473). Lênin vai mais adiante, escancarando sua amargura revolucionária diante da ausência de uma organização eficaz:

[...] sofríamos o indizível ao ver que não éramos mais do que artesãos [...] E quanto mais frequentemente recordava o agudo sentimento de vergonha que experimentava na época, tanto mais se acrescentou em mim a amargura sentida contra esses pseudos socialdemocratas, cuja propaganda desonra o nome de revolucionário [...] (LÊNIN, 1976b, p. 473).

Mas se podemos dizer que há uma “identidade subjetiva” com os constrangimentos amargos de Platão, diante de sua impotência pela condenação e morte de Sócrates (veja-se a nota 10) esta, findava na aparência. Platão lamentava sua inércia; Lenin, ao contrário, os impecílios para aprofundar e refinar a ação revolucionária, dos militantes, principalmente os de extração proletária. Esse novo tipo de organização requeria também um revolucionário *full time* e com alto grau de preparação intelectual e ideológica:

[...] nossas obrigações imperiosas e primordiais são as de contribuir com a formação de trabalhadores revolucionários que, do ponto de vista de sua atividade no partido, estejam no mesmo nível que os revolucionários intelectuais [...] por isso, nossa atenção deve estar direcionada, principalmente, a elevar os trabalhadores ao nível dos revolucionários e que não nos rebaixemos indefectivelmente no nível da ‘massa trabalhadora’. (LÊNIN, 1976b, p. 477).

Obviamente Lênin refere-se à “massa espontânea” dos trabalhadores e à necessidade de transformar os militantes e o proletariado em intelectuais de sua classe.

Formar trabalhadores como intelectuais, de per si, caracteriza uma outra noção presente nas formulações lenineanas: a de criar um *campo de hegemonia* – termo militar empregado por Lênin já em 1905, em seu texto *Democracia Operária e Democracia Burguesa* (LÊNIN, 1976f, v. VIII) – não somente político mas fundamentalmente *teórico-cosmológico*, uma contraposição às formulações burguesas. A teoria social de Marx já havia apontado para a necessidade da construção de uma cosmologia (*Weltanschauung*) que *superasse* aquela construída pela revolução burguesa e que a expressava, em suas pontencialidades e em seus limites. Sem negar e pressupondo o permanente diálogo/embate com a cosmologia burguesa – *mas apontando suas limitações e a necessidade social de sua superação* –, o materialismo dialético apresentou-se como a alternativa histórica cultural e científica, para uma nova socialidade. Ora, no plano da organização das formas ideo-sociais, essa foi exatamente a trajetória histórica dos grande períodos de transição, devidamente correspondente aos nexos temporais em que se processaram, respondendo e construindo *mediações* adequadas à uma outra e nova organização social, que em determinado momento apresentaram-se como debate/conflito com o velho. Nesses processos de transição histórica – *todos de longa duração* – a organização do novo não ocorreu sem a construção de um *núcleo articulador e coesivo*. Na Antiguidade, na polis grega, o núcleo foi constituído na política, como religião “laica”, na Roma republicana no senado, na Idade Média, na Igreja e com as Revoluções Burguesas, no Estado. Marx havia apontado que a radicalização da “emancipação política” posta pela burguesia deveria resultar na *emancipação humana*, que tinha como fundamento a superação do Estado e da divisão da sociedade em classes sociais, como um processo de transição para uma sociedade de produtores associados livres. É no contexto da busca pela organização dessa transição de longa duração que Lênin formula sua teoria do partido de *Novo-Tipo*, em que o protagonismo dos oprimidos requeria a apropriação de todo conhecimento produzido pela humanidade e necessariamente a *transformação do trabalhador em intelectual de sua classe*, que voltasse para a fábrica não mais como um membro

da “massa espontânea“, mergulhada na *imediatez* economicista e no senso comum. Uma “forte organização de revolucionários“, que seria *meio e não um fim em si mesma*, que organizasse a revolução social e a construção de uma forma social livre, que desmontasse o aparelho estatal e todas as formas de opressão e junto com elas, se dissolvesse na liberdade ampla da nova sociedade. Não um *condottiero* de velho tipo, mas um *organizador da anti-forma ideo-societal* vigente no mundo burguês, expressão dos interesses históricos das classes oprimidas e o construtor de um novo mundo.

O caminho aberto, por outro lado, deparou-se com muitos obstáculos, inclusive os ideológicos e organizativos – basta que verifiquemos a burocratização dos partidos que se reivindicaram leninistas ao longo do século XX. A própria dinâmica da luta de classes engendrou enormes dificuldades nessas organizações. Gramsci avançou muito na reflexão sobre o partido – o *moderno príncipe* – e a história do século XX pos à prova sua práxis, muitas vezes, demonstrando seus limites. Mas, por outro lado, a senda foi aberta, e o movimento da sociedade é permanente, assim como as suas revoluções. Podemos e devemos por em discussão todas as teses lenineanas sobre a organização que deverá levar a cabo a transformação social, entender suas potencialidades e também seus limites historicamente determinados.

Mas o fundamento, a centralidade de classe como elemento de organização de uma nova hegemonia cultural e cosmológica é a maior herança que o maior revolucionário do século XX nos legou. Concordando ou não, essa herança e essas reflexões constituem o fundamento para as reflexões de futuro para os que desejam sinceramente a construção de um novo mundo e de uma ordem societária hominizada.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades, 2009. Tradução brasileira da *Gesammeltre Schriften – Escritos Reunidos* – de Walter Benjamin, organizados por Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser, Suhrkamp, Frankfurt, 1972–1989.

BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Ave-Maria, 1998.

BRECHT, B. *Vita di Galileo*. Turin: Einaudi, 1970.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. I.

_____. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Introdução à guerra civil na França, de Karl Marx (1891). In: MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

GRUPPI, L. *O pensamento de Lenin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HEGEL, G. W. F. *Principios de la filosofía del derecho*. Buenos Aires: Sudamericana, 1975.

JAEGER, W. *Paidéia: los ideales de la cultura griega*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

LANDOR, R. Entrevista de Karl Marx a R. Landor. In: MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LÊNIN, V. I. Cuadernos filosóficos. In: _____. *Obras completas*. Madri: Akal, 1976a. v. XLII.

_____. ¿Que hacer?. In: _____. *Obras completas*. Madri: Akal, 1976b. v. V

_____. Tres fuentes y partes integrantes do marxismo. In: _____. *Obras completas*. Madri: Akal, 1976c. v. XIX.

_____. Materialismo y empiriocriticismo. In: _____. *Obras completas*. Madri: Akal, 1976d. v. ?

_____. Quienes son los “Amigos Del Pueblo” y como luchan contra los social-demócratas. In: _____. *Obras completas*. Madri: Akal, 1976e. v. ?

_____. Democracia operária e democracia burguesa. In: _____. *Obras completas*. Madri: Akal, 1976f. v. ?

LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. *Estetica*. Barcelona: Grijalbo, 1966.

_____. *Historia y consciencia de clase*. México: Grijalbo, 1969. Prefácio de 1967.

_____. *Lenin: Teoria e Prassi nella Personalità di um Rivoluzionario*. Turim: Einaudi, 1970.

_____. *El Asalto a la Razón*. México: Grijalbo, 1972.

_____. *Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma: Riuniti, 1981a.

_____. *História y consciencia de clase*. Roma: Riuniti, 1981b.

- _____. *Prolegomeni all'Ontologia dell'Essere Sociale*: Questioni de Principio di uma Ontologia Oggi Divenuta Possibile. Turin: Guerrini, 1990.
- _____. Carta sobre o Stalinismo. *Revista Novos Temas*, São Paulo, n. 5/6, 2011.
- MAGRI, L. Problemas de la Teoria Marxista del Partido Revolucionário. In: CERRONI, Umberto et. al. *Teoria Marxista del partido político*. Córdoba: Pasado y Presente, 1971. (Cuadernos Pasado y Presente, n. 7).
- MARX, K. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Achiamé, [19--?a].
- _____. *Crítica del Programa de Gotha*. Moscou: Ed. Progreso, [19--?b].
- _____. *Contribución a La Crítica de La Economía Política*. Buenos Aires: Estudio, 1970.
- _____. *El Capital*: Crítica de la Economía Política. México: Fondo de Cultura Económico, 1973.
- _____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. De La Crítica de La Filosofía del Derecho de Hegel. In: _____. *Marx: Escritos de Juventud*. México: Fondo de Cultura Económico, 1987.
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Sagrada Família ou Crítica da Crítica Crítica*: contra Bruno Bauer e consortes. Lisboa: Ed. Presença, 1974.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Edições Novos Rumos, 1986.
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada*: a política dos comunistas no brasil. São Paulo: Boitempo: Ed. Unesp, 1999.
- _____. *O Voo de Minerva*: a construção da política, do igualitarismo e da democracia no Ocidente antigo. São Paulo: Boitempo: Fapesp; Marília: Oficina Universitária, 2009.
- ORÍGENES. *Contra Celso*. São Paulo: Paulus, 2004.
- PLATÃO. Lettera VII. In: _____. *Platone Tutte le Opere*. Vol V. Roma: Newton&Compton, 1997a.
- _____. Protagora. Vol. III. In: _____. *Platone Tutte le Opere*. Vol V. Roma: Newton&Compton, 1997b.
- _____. *Apologia di Socrate*. Vol. I. In: _____. *Platone Tutte le Opere*. Vol V. Roma: Newton&Compton, 1997c.

LUTAS DE CLASSES, LUTA REVOLUCIONÁRIA E PARTIDO EM LENIN: SIGNIFICADO E ATUALIDADE DO “*QUE FAZER?*”¹

Marcelo Braz

O caráter prático-político que constitui *um* dos traços do pensamento lenineano encontra na obra *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento* sua melhor expressão, o que *não reduz* o revolucionário russo a um teórico da prática política. De sua vasta obra, que abrange as problemáticas mais diversas – política, economia, filosofia, história, cultura –, comparece em *Que Fazer?* uma *riqueza categorial* possível àqueles que, como poucos, dominavam amplamente o que havia disponível da teoria social de Marx², dos teóricos marxistas russos e europeus ocidentais e do pensamento social de sua época.

¹ Este ensaio foi publicado inicialmente como “Apresentação” a *Que Fazer?*, LENIN, V. I. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Para a atual publicação fiz uma revisão do texto que mantém sua estrutura essencial.

² Como se sabe, parte importante da obra de Marx e de Engels tornou-se conhecida após a morte de Lenin em 1924. Destacadamente: *Os manuscritos econômico-filosóficos de 1844* (obra também conhecida por *Manuscritos econômico-filosóficos de Paris*) e *A ideologia alemã* (com Engels), vieram à público somente em 1932. Deve-se lembrar que, quando Lenin preparava o *Que Fazer?*, entre 1901 e 1902, ainda não se conhecia o Livro IV d’*O capital*, que só veio à luz entre 1905 e 1910 sob os cuidados de Karl Kautsky. Os importantes e decisivos *Gründrisse* (“Elementos fundamentais para a crítica da Economia Política. Rascunhos. 1857-1858”), cuja “Introdução” tem enorme destaque na estrutura teórico-metodológica da teoria social marxiana, só foram integralmente publicizados entre 1939 e 1941. No entanto, já se conhecia o que se consagra como a estrutura essencial da obra máxima de Marx: desde a edição e publicação por Engels do Livro III em 1894, estavam disponíveis todos os volumes que compõem os três livros d’*O Capital*. O Livro IV, que ganhou edição mais cuidada somente nos anos de 1950, tornou-se mais conhecido como *As teorias da mais-valia*, tratado como obra autônoma pela maior parte das publicações disponíveis.

O LUGAR DE LENIN NO MOVIMENTO SOCIALISTA E COMUNISTA MUNDIAL

Lenin (1870-1924) está entre os clássicos da tradição marxista, pela importância teórica de suas ideias e pelo destaque que logrou no âmbito do movimento socialista internacional. O pensamento de Lenin assinala uma corrente própria no marxismo, como um movimento teórico-político constitutivo de um verdadeiro *leninismo*. Como herdeiro de uma tradição teórico-política privilegiada e tendo vivenciado intensamente como protagonista um momento histórico riquíssimo, pôde não só atualizar as ideias de Marx e Engels, mas também dar continuidade a elas introduzindo análises inovadoras sobre questões antes inéditas ou não plenamente desenvolvidas, postas pelo desenvolvimento capitalista em seu estágio monopólico e imperialista. Renovou teoricamente o debate sobre a revolução – e, nela, a questão da organização política do proletariado, a sua relação com o Estado –, acentuando a necessidade de criação de uma organização revolucionária disciplinada, coesa e preparada politicamente para se assumir como a vanguarda do proletariado.

Foi o dirigente máximo da Revolução Russa de 1917, bem como de sua afirmação nos anos posteriores de guerra civil. A criação da *Internacional Comunista* em 1919 sob suas orientações e, a partir dela, a criação dos partidos comunistas, foram fatores fundamentais para toda a história das lutas do movimento operário mundial – história que, seguramente, a partir de Lenin, modifica-se substantivamente, tanto no plano teórico, quanto no prático-político. Pode-se dizer que Lenin avançou e aperfeiçoou o comunismo moderno, adicionando a ele uma concepção de instrumento (partido) *para viabilizar a fase de transição para a sociedade comunista*.

Como ativo militante e dirigente revolucionário russo, Lenin foi muito mais do que um agitador político. Tinha conhecimento profundo da crítica da economia política marxiana, já demonstrada em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1899. Seu domínio da obra de Marx e de Engels (dos materiais até então disponíveis), fica evidente nos escritos sobre a teoria de Marx³ onde encontramos a análise sobre as bases do pensamento marxiano, identificadas por ele nas ideias da filosofia clássica alemã (Hegel), nas perspectivas teórico-políticas do socialismo utópico

³ “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo”, In: LENIN, V. I. *Três fontes*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

francês (Saint-Simon e Fourier, além do inglês Owen) e, marcadamente, da economia política clássica inglesa, sobremaneira de Smith e Ricardo.

Com o *caráter radicalmente teórico-prático do seu pensamento* – mais que qualquer outro pensador marxista –, Lenin colocou suas ideias a serviço da revolução. Mais que isso: extraiu da realidade, como poucos, os elementos revolucionários da sua teoria. Formulações clássicas, como a que identifica o marxismo como “análise concreta de situações concretas” ou a que conecta a prática política à produção de conhecimentos – “sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário” – são expressões do pensamento crítico-dialético lenineano. Segundo Florestan Fernandes⁴, Lenin “converte o marxismo em processo revolucionário real” (FERNANDES, 1978, p. xi). A profunda articulação de suas ideias às necessidades concretas da práxis política revolucionária, entre as quais situavam-se aquelas vinculadas ao plano imediato da luta política, marcou muitos de seus escritos especialmente aqueles em que Lenin apresentava questões de natureza programática ou aquelas em que combatia todo tipo de tendências, desde as abertamente contrarrevolucionárias, até o chamado esquerdismo, passando pelo reformismo ou pelas posições pequeno-burguesas.

Assim é que a forma de exposição de seus trabalhos aparece muitas vezes como pequenas incursões teórico-políticas voltadas diretamente às massas ou a outros dirigentes e teóricos: cartas, notas, correspondências, comunicados políticos, pronunciamentos, discursos etc. Em muitos deles, vemos um estilo irônico e mordaz que impressiona pela crueza com que Lenin expõe suas ideias. Essa característica aparece no conjunto de sua obra, mas sobremaneira nos textos dirigidos ao embate político-ideológico.

É preciso atentar para o contexto com que Lenin se defrontava – que envolveu todo o processo político pré e pós-Revolução de 1905; o processo revolucionário que culminou em fevereiro e no outubro/novembro de 1917 na Rússia; o período imediatamente posterior quando se abre uma longa guerra civil com forte presença de forças contrarrevolucionárias, o cenário externo com a Primeira Guerra Mundial –, que o fazia vincular, a

⁴No seu texto de “Apresentação” a *Que Fazer?* (São Paulo: Hucitec, 1978), oportunamente republicado no anexo à nova edição (que apresenta uma nova tradução) do livro de Lenin, publicada em 2010 - *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

todo tempo, suas análises teóricas e suas intervenções como dirigente revolucionário às cambiantes necessidades políticas.

A obra de Lenin compreende uma vasta produção teórica que abrange os diversos momentos da luta política revolucionária frente às metamorfoses do desenvolvimento capitalista. Há um conjunto de textos explicitamente políticos que estão relacionados aos diversos momentos da época histórica de lutas que viveu: a luta contra os populistas reacionários, contra os reformistas de todo tipo, os socialistas moderados, os radicalismos pequeno-burgueses, os estratos camponeses mais conservadores, os terroristas, oportunistas, obreiristas, anarquistas etc. Nos períodos imediatamente pré e pós-revolução de 1905 e de 1917 é que encontramos esses escritos, que têm enorme validade e demonstram o seu espírito prático-político, suas preocupações com questões imediatamente práticas da luta revolucionária, como assinalado acima.⁵

O teórico revolucionário russo publicou inúmeros textos, articulando incansavelmente suas atividades teóricas às tarefas práticas até o fim de sua vida, em 1924. Dentre eles, destacam-se: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, de 1899; *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*, de 1901-1902; *Um passo a frente, dois passos atrás (a crise no nosso partido)*, de 1903; *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática*, de 1905; *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1916-1917; *Teses de abril, sobre as tarefas do proletariado na presente revolução*, de 1917; *O estado e a revolução. A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. Escrito ainda em 1917, entre agosto e setembro, portanto no calor da revolução, publicado em 1918; *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, de 1918; *A doença infantil do esquerdismo no comunismo*, de 1920.

Já no início da década de 1900 (especialmente após as experiências de 1905-1907), Lenin passou a ser considerado como uma das referências do movimento revolucionário na Rússia, tornando-se também conhecido no âmbito do movimento socialista europeu. Acumulava uma década de lutas e experiências políticas contra o regime autocrático dos

⁵ De que são exemplos textos como “As tarefas imediatas do poder soviético”, “Sobre a fome (Carta aos operários de Petrogrado)”, dentre outros artigos e discursos (LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. t. 2).

czares. As suas contribuições teórico-políticas já se destacavam no âmbito da *Segunda Internacional*, tornando-o um dos seus principais teóricos, mesmo considerando a densidade do movimento operário europeu. Além de grande dirigente e formulador teórico, fora grande organizador editorial: recorde-se a relevância que teve o *Iskra* (jornal operário da Rússia) e a *Zária* (revista científica).

O PERMANENTE EXÍLIO⁶ DE LENIN E O “LUGAR” DE *QUE FAZER?*

Afinal, Lenin (e, *nisso*, ele ocupa posto rigorosamente similar ao de Marx) raramente é tomado por seus leitores na integridade original da sua obra [...] A sua leitura é mediada por *leituras* – um largo acúmulo de exegeses, análises, interpretações, reinterpretações e mistificações onde [...] há sabores para todos os paladares. (NETTO, 1987).⁷

Ainda que vários estudiosos da tradição marxista e das ciências sociais considerem *Que Fazer?* uma das principais obras de Lenin, seu espírito essencialmente prático-político a relega à condição de obra de menor peso teórico, voltada para polêmicas políticas datadas historicamente, cujos conteúdos remontam ao quadro político e social da Rússia do início do século XX. Isso se deve a duas razões inteiramente diversas (e opostas), mas que serviram ao mesmo objetivo: secundá-la no conjunto da tradição marxista e, mais ainda, renegá-la como teoria no conjunto do pensamento social moderno.

A primeira razão se encontra na “canonização” de Lenin, do partido por ele idealizado e, por conseguinte, de sua obra. O marxismo-leninismo, tornado o marxismo oficial de Stalin, tratou de ossificar as teorias de Lenin, especialmente aquelas voltadas para a prática política. Se obras como *Imperialismo – fase superior do capitalismo* e *O estado e a revolução* conseguiram escapar à canonização e à ossificação, mantendo assim credibilidade teórica no âmbito da diferenciada tradição marxista, uma vez que consideradas obras essenciais no interior do movimento teórico marxista, o

⁶Tomei emprestada essa oportuna expressão do professor Ronaldo do Livramento Coutinho que a vem utilizando em suas inúmeras intervenções políticas e acadêmicas.

⁷NETTO, J. P. *Lenin e a instrumentalidade do Estado*, “Apresentação” para a edição brasileira de *O Estado e a revolução*. São Paulo: Global Editora, 1987.

mesmo não se pode dizer de *Que Fazer?*. Esta foi exilada no âmbito do que Perry Anderson denominou de “marxismo ocidental” que se dedicava aos problemas de natureza teórico-filosófica, segregados pelo marxismo oficial. Entre as poucas exceções, destaque-se Lukács e, mais à frente, Togliatti⁸, que sempre articulavam seus estudos à luta política, mesmo quando eles não eram o foco central das suas preocupações, como no caso das problemáticas da *estética* e da *ontologia* lukacsianas.

Uma segunda razão promoveu um segundo exílio a *Que Fazer?*. Ela se explica pelo absoluto desprezo e repúdio que o livro (e, como de resto, o conjunto da obra de Lenin) obteve (e continua obtendo) dos meios acadêmicos⁹. O repúdio foi se estruturando ao longo do século XX e por motivos claramente ideológicos. Num *primeiro momento* da construção desse exílio, o conservadorismo acadêmico se incumbiu de neutralizar qualquer possibilidade de incorporação das ideias de Lenin já desde o pós-

⁸ É bastante conhecida a “autocrítica” (as *Teses de Blum*, apresentadas ao II Congresso do Partido Comunista Húngaro) que Lukács elaborou – que saiu como *Declaração de Blum* (1929) – para não ser expurgado do partido. Sobre a autocrítica escreveu, quase cinco décadas depois: “A verdade é que eu estava completamente convencido do acerto da minha proposta, mas também sabia – por exemplo, observando o destino de Karl Korsch – que, naquela época, ser expulso do Partido significava a impossibilidade de intervir ativamente na luta contra o fascismo emergente. Redigi aquela autocrítica como ‘bilhete de entrada’ na militância antifascista” (LUKÁCS, 1992, p. 15-16 in NETTO, J. P. (Org.). *Lukács: sociologia*. São Paulo: Ática. Grandes Cientistas Sociais, 20). Para além dessa habilidosa autocrítica, o filósofo húngaro – e isso é o mais importante – nunca deixou os problemas políticos de lado e tinha Lenin em alta conta. Vale lembrar que no mesmo período publica *Lenin: a coerência do seu pensamento* (1924) onde identifica o russo como um “operador da dialética”. O opúsculo lukacsiano foi publicado recentemente (*Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, [1924] 2012). Elaborei uma resenha crítica desta obra de Lukács que saiu na revista *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 20, p. 152-156, mar. 2013. De modo diverso pode-se reconhecer no teórico e dirigente do Partido Comunista Italiano – Palmiro Togliatti – o esforço de atualizar as ideias lenineanas. O “partido novo” defendido pelo autor apresenta forte inclinação ao pensamento de Lenin (a questão da vanguarda, a diferenciação entre luta política e luta econômica etc.) e exprime uma tentativa de “ocidentalizar” a teoria do revolucionário russo. Os desdobramentos posteriores do chamado eurocomunismo – reformismo, idealização da democracia burguesa e da própria democracia *per se* como valor universal-abstrato – não tiraram de Togliatti o mérito da tentativa de atualização teórico-política. Para o debate acerca do eurocomunismo, leia-se E. Mandel – (*Crítica do Eurocomunismo*; Lisboa; Antídoto, 1978) – e as aproximações que realizei em meu livro *Partido e revolução. 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. E para conhecer as ideias de Togliatti veja-se *Socialismo e democracia. Escritos escolhidos do período 1944/1964*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980. Para o “pensamento político” de Lukács, recorra-se à oportuna organização de textos feita por J. P. Netto e C. N. Coutinho intitulada *Socialismo e democratização. Escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

⁹ Conforme asseverou Atilio Boron num ótimo prefácio que preparou para uma reedição argentina de *Que Fazer?*: “Uma das razões [do desprezo pela obra de Lenin] desta infeliz situação reside na incontornável politicidade de toda a obra de Lenin. Pronunciar-se a seu favor ou contra não é uma questão acadêmica, mas antes um ato de vontade política. A consequência foi a constituição de uma polaridade cujos dois extremos são igualmente negativos quando chega o momento de tentar compreender o significado da herança leninista: ou a sua sacralização na União Soviética, transformando ‘uma teoria subversiva num sistema apologetico de uma certa ordem estabelecida; ou então a sua satanização na literatura acadêmica do Ocidente’”. (LIEBMAN apud BORON, A. Atualidade do *Que Fazer?* de Lenine. *Revista Socialismo e Liberdade*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, ago. 2009).

1917; num *segundo momento*, o repúdio foi agravado com a vulgarização stalinista acentuada nos anos de 1930 e 1940; reforçou-se, num *terceiro momento*, no pós Segunda Guerra Mundial quando se deflagrou um verdadeiro terrorismo ideológico contra a “ameaça vermelha” no contexto da nascente Guerra Fria. E, finalmente, tal neutralização ganhou um ingrediente de peso num *quarto momento*¹⁰ quando, nas décadas de 1960 e 1970, parte da intelectualidade da esquerda ocidental e parte dos movimentos sociais (que convergiram no chamado Maio de 1968)¹¹ alimentaram um anticomunismo, aberto ou velado (como se pode constatar no âmbito da ideologia pós-moderna). Contribuiu para isso também o agravamento da crise das experiências socialistas existentes no Leste europeu e na própria União Soviética¹², que se aprofundava à medida que se estreitavam os níveis de socialização da política¹³, tornando os “regimes” refratários a movimentos contrários às direções instituídas. A solução encontrada para o caso da Tchecoslováquia em 1968 (a *Primavera de Praga*) é emblemática neste sentido. Mas, o essencial da rejeição a Lenin não está nesse quadro de problemas atinentes ao movimento comunista mundial.

Não se pode ter dúvidas de que o repúdio e o desprezo acadêmicos a Lenin estavam circunscritos num universo ideo-político que desbordava os muros universitários: suas bases estavam estruturadas numa ver-

¹⁰ Esse *quarto momento* do exílio permanente de Lenin é o mesmo do “terceiro exílio” de Lukács criativamente identificado por José Paulo Netto, para quem o “cariz ontológico incompatibiliza a obra lukácsiana posterior aos meados dos anos de 1930 – e, notavelmente, as derradeiras construções sistemáticas de Lukács, a *Estética* e a *Ontologia...* – com a ambiência cultural contemporânea”. (NETTO, J. P. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. (Org.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002).

¹¹ Aqui é importante registrar o interesse que parte dessa intelectualidade e segmentos dos movimentos ses-sentoiista nutriram pelas lutas de libertação nacional (socialistas e/ou nacionalistas) que se intensificavam no chamado Terceiro Mundo. As experiências revolucionárias conduzidas por Mao na China (1949), por Fidel e Che Guevara em Cuba (1959) e por Ho Chi-minh nos anos de 1960-1970 no Vietnã exerceram fascínio na chamada nova esquerda. Mais do que a solidariedade e a simpatia pelas causas terceiro-mundistas, estava em questão fundamentalmente um antissovietismo, que, no afã de recusar o marxismo-leninismo, ganhava contornos nitidamente antileninistas. Estudei o significado dessa “nova esquerda” para um dos seus expoentes em “O Marcuse de *Contrarrevolução e revolta*: crítica da ‘Nova Esquerda’”. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, 2009. Deve-se ler o próprio Marcuse em *Contrarrevolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

¹² Lembre-se de que as denúncias dos crimes da era stalinista, feitas pelos próprios soviéticos, vieram à tona em 1956, quando da divulgação do *Relatório Krushev* no XX Congresso do PCUS, em 1956. Para uma primeira aproximação aos desdobramentos imediatos a 1956, veja BOFFA, G. *Depois de Kurshev*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Um estudo de suas consequências encontra-se em Braz, M., 2011 (op. cit).

¹³ E não nos enganemos que as razões da crise e de tal *deficit* de democracia política encontram-se mais nas dificuldades econômicas e nas ameaças imperialistas do que na burocratização dos Estados socialistas.

dadeira “cruzada anticomunista”¹⁴ – de espectros variados, mas ancorados em diretrizes (anticomunistas) político-ideológicas, militares e econômico-financeiras – que, evidentemente, tinha seus representantes no mundo acadêmico ocidental (europeu e estadunidense).

Somem-se a essas duas razões *outras duas* mais contemporâneas. Uma primeira diz respeito à falência das experiências socialistas do século XX, largamente conhecidas pela expressão “socialismo real”. A segunda envolve as profundas transformações do modo de produção capitalista engendradas nos últimos 40 anos. Se a primeira significou a (provisória) derrota do projeto societário alternativo ao do capital e, junto a ela, a derrota dos modelos de organização política que lhes eram correspondentes, a segunda assinalou uma profunda alteração das bases objetivas do desenvolvimento capitalista que, ao modificar amplamente seus processos de produção, mudou o perfil da classe trabalhadora e estabeleceu uma enorme dificuldade ao salto da consciência em si para a consciência para si da classe, ou seja, pôs na ordem do dia uma evidente “crise” de identificação do sujeito político revolucionário.

Por meio de processos bastante diferenciados entre si, ambas as razões concorreram para difundir um fenômeno na atualidade: uma verdadeira crise de organização política absorveu a totalidade das forças sociais do trabalho. E sua expressão mais acabada está na crise da “forma partido”. Uma breve digressão acerca desses problemas se faz necessária.

A experiência do “socialismo real” deixou o legado que até hoje repercute no movimento revolucionário: nos partidos ligados ao campo da esquerda, nos diversos organismos políticos das classes trabalhadoras e no conjunto das lutas de classes nos países capitalistas. O saldo de sua trajetória, entre vitórias e derrotas, pode ser localizado no próprio “breve século XX”. Cerca de 1/5 da humanidade viveu, durante boa parte daquele

¹⁴ A expressão é de um insuspeito professor universitário e jornalista norte-americano, Michael Parenti (autor de *A cruzada anticomunista*), que publicou um relevante trabalho para se entender o fenômeno anticomunista. Seu campo de pesquisa permite revelar as ações de governo e do Parlamento para estabelecer a cruzada que foi, em solo estadunidense, muito além do macarthismo e da própria guerra fria, antecedendo-os em larga medida e desdobrando-se em política central que guiou das ações dos EUA. É indisfarçável a declaração de Truman em plena guerra: “Se verificarmos que a Alemanha está ganhando a guerra devemos ajudar a Rússia; e se a Rússia estiver vencendo, devemos ajudar a Alemanha, e deixar que eles matem o maior número possível, embora eu não queira que Hitler seja vitorioso de forma alguma”. (apud PARENTI, M. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 118).

século, sob outra forma de organização econômica e política, sob outro modelo de participação na riqueza socialmente produzida. Fez progredir os níveis sociais de vida de centenas de milhões de pessoas no mundo socialista, condicionando inclusive as condições de vida no mundo capitalista que se via, entre suas próprias crises cíclicas, permanentemente ameaçado pelo “perigo vermelho”.

Deve-se à classe trabalhadora da União Soviética a vitória final e decisiva sobre as forças mais retrógradas do capitalismo: através do Exército Vermelho, mais de 20 milhões de russos morreram lutando contra o exército nazista até derrotá-lo. A existência da União Soviética, de sua força como segunda potência mundial do pós Segunda Guerra, foi certamente o aspecto determinante para limitar o avanço das formas mais perversas de vida nos países capitalistas, servindo inclusive para fazer avançar a democracia nos Estados capitalistas como forma de contraponto societário ao socialismo. Portanto, tal experiência edificada sob o sacrifício das classes trabalhadoras dos países socialistas, forçadas a níveis extremos de trabalho – como durante a fase da chamada *economia de guerra* na URSS (1917-1921); da *NEP* (1921-28); dos *Planos Quinquenais*; da coletivização forçada da década de 1930, premidas pela linha dura das políticas stalinistas –, essa conjunção de esforços de toda uma geração que envolveu, ainda, diversos países que ingressaram no “modelo” do “socialismo real”, principalmente após o triunfo do Exército Vermelho sobre as forças nazistas na Segunda Guerra Mundial, se custou caro aos que viveram diretamente as suas lutas, deixou enormes conquistas para os trabalhadores de todo o mundo. Se não se viveu plenamente a famosa expressão do *Manifesto do Partido Comunista* – “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!” –, espalharam-se por toda a humanidade as conquistas objetivas do movimento revolucionário e, mais do que isso, semeou-se entre os trabalhadores os melhores sentimentos humanos: a fraterna busca da igualdade entre os homens e a convicta luta pela emancipação humana.

Se a falência dessas experiências socialistas não permite dizer que o próprio socialismo como alternativa societária se exauriu, ela deixou um legado denso, carregado de equívocos os mais diversos que, se somados à avalanche ideológica que a burguesia fez desabar sobre o mundo a partir dos anos de 1990 com a queda do “Muro de Berlim” e o fim da URSS, formam

um quadro sócio-histórico extremamente adverso para a afirmação de um projeto alternativo de sociedade. Mais ainda, diante desse quadro, a própria tarefa de refundação de um projeto socialista tornou-se extremamente dificultada *nos dias atuais*. Além dos resultados da luta ideológica penderem fortemente para o mundo burguês e para todos os traços que o peculiarizam – o individualismo, a competitividade, a alienação, a aversão às formas coletivas (livres e autônomas) de organização dos homens e uma despolitização colada a ela, a plena mercantilização das relações sociais etc. –, vive-se uma vaga histórica ela mesma pouco propícia (mas urgente!) para se reconstruir uma projeção societária assentada em valores radicalmente antagônicos aos burgueses. O ser concreto do trabalho encontra-se intensamente fragmentado, favorecendo todo tipo de saídas individuais e corporativistas. As próprias formas de reprodução social do trabalho se acham profundamente precarizadas pelas modalidades contemporâneas da produção capitalista¹⁵ que engendram numa ponta o desemprego estrutural, e noutra o aviltamento salarial e as formas de trabalho desprovidas de qualquer proteção social.

Nesse ambiente terrível para o proletariado, mas paradisíaco para o capital – é o seu próprio mundo (de barbárie) – a luta política maior se esvai em lutas fragmentadas que até mesmo no campo econômico tem sido, predominantemente, defensiva, se pensarmos na situação do sindicalismo atual, no qual crescem os sindicatos parceiros do capital. As lutas sociais contemporâneas vêm assumindo um caráter cada vez mais *particularista* em detrimento de seus conteúdos universais. E tal quadro se agrava, e é estimulado, por correntes do pensamento social contemporâneo que veem nelas (nas lutas particularistas) a saída no interior da própria ordem burguesa.

Pensadores de esquerda as enfatizam não como bases sociais através das quais podem ser articulados movimentos de natureza classista, tampouco veem na classe operária o papel principal¹⁶. Eles as tomam como *um fim*

¹⁵ Estruturadas na tríade: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização (ver o cap. 9 de *Economia política*: uma introdução crítica, de NETTO; BRAZ, 2013).

¹⁶ É o que se deduz, por exemplo, do português Boaventura S. Santos: “Por minha parte, penso que a primazia explicativa das classes é muito mais defensável que a primazia transformadora. Quanto a esta última, a prova histórica parece ser por demais concludente quanto à sua indefensibilidade. Dando de barato que é fácil definir e delimitar a classe operária, é muito duvidoso que ela tenha interesse no tipo de transformação socialista que lhe foi atribuído pelo marxismo e, mesmo admitindo que tenha esse interesse, é ainda mais duvidoso que ele tenha capacidade para o concretizar. Essa verificação, que *parece hoje indiscutível*, tem levado muitos a concluir pela *impossibilidade ou pela indesejabilidade de uma alternativa socialista*” (SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41, itálicos meus).

*em si mesmo*¹⁷, como o possível diante da força do capital. Esse *conformismo possibilista* tem dado o tom no debate contemporâneo, fazendo coro com a ideologia pós-moderna do fim das verdades, da impossibilidade de uma teoria totalizante, da suposta prevalência do molecular e do fragmento. Essa *dissolução analítica* da possibilidade de um projeto global de superação da ordem dissolve igualmente, mas também no plano analítico, a disposição política e teórica para se reconstruir organizações políticas revolucionárias como o *partido*. Ainda que essa reconstrução não dependa apenas da reunião de fatores subjetivos favoráveis – pois que depende decisivamente de condições objetivas mais propícias –, ela tampouco pode ser levada adiante sem a força das melhores e mais qualificadas vontades humanas.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, frente às condições políticas adversas anteriormente apontadas, tornou-se mais complexo e difícil – mas imperioso – o desenvolvimento de um projeto socialista – supondo todos os seus componentes indispensáveis¹⁸: combate permanente da propriedade privada dos meios de produção fundamentais; unidade das forças políticas de esquerda; propaganda e formação políticas voltadas para o desenvolvimento da consciência de classe; internacionalismo proletário que envolva as mediações dos aspectos nacionais das lutas de classes; e, como instrumento que reúna todos esses elementos e que dirija o processo revolucionário, uma organização política revolucionária sob a forma de *partido político*.

Ou seja, tornou-se extremamente problemática a consolidação de tal projeto sem que os seus principais pressupostos sejam submetidos ao crivo da realidade social, às exigências que as necessidades sociais concretas das classes põem na abertura do século XXI. Isso implica que, se os conteúdos das lutas de classes incorporaram novas mediações e novas demandas sociais, a sua forma não pode ser uma mera reposição (e repetição) dos meios políticos que correspondiam às requisições de uma outra época. Em poucas palavras: as formas de lutas para se afirmar um projeto socialista devem se ajustar aos conteúdos atuais das lutas de classes. E as formas e os

¹⁷ Mais uma vez o mesmo pensador pós-moderno nos fornece a melhor ilustração teórica: “Mas, enquanto futuro, o socialismo não será mais do que uma qualidade ausente. Isto é, será um princípio que regula a transformação emancipatória do que existe sem, contudo, *nunca se transformar em algo existente*. [...] Nessas condições, a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, *sem fim definido*” (Idem, p. 277, itálicos meus). Diante de tais afirmações torna-se quase impossível não lembrar da célebre frase do velho reformismo de Bernstein para quem: “O movimento é tudo e o objetivo final [o socialismo] não significa nada”.

¹⁸ Classicamente anunciados no *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e de Engels, em 1848.

princípios (os componentes do projeto socialista acima arrolados), consagrados historicamente como revolucionários, só têm validade se ajustados, num processo de mediação que pressupõe a reflexão teórico-sistemática, ao perfil das lutas de classes contemporâneas.

Tal “ajuste” (que é na verdade a *adequação entre princípio e realidade*) requer uma *renovação teórica* que procure realizar uma articulação entre as fontes clássicas da tradição marxista e as contribuições da tradição teórico-política que delas se derivaram e a elas se associaram no curso da trajetória do movimento socialista e comunista; essa articulação deve se dar em função e a partir dos enormes desafios postos pela contemporaneidade das lutas de classes, expostos de maneira panorâmica linhas atrás. O desafio consiste, portanto, numa dupla tarefa: continuar a renovação e a atualização das análises marxianas e marxistas clássicas e, o que é mais difícil, transformar a armadura teórico-crítica edificada em *força material real enraizada nas massas*.

A conjugação dessa dupla tarefa é magistral em *Que Fazer?*, o que faz de Lenin, nesse aspecto, o maior dos marxistas. O arguto sentido prático-político do pensamento de Lenin fez com que os seus adversários (e também alguns de seus admiradores) tentassem reduzir a sua figura à de um político sagaz, limitado à *realpolitik*, e seu pensamento a modalidades estreitas que, ao esclerosarem conceitos e teses políticas, acabam por serem mesmo posições pouco ou nada relacionadas ao legado de Lenin (BRAZ, 2011, nota 7). Como conclui Lukács,

Lenin deve ser estudado pelos comunistas tal como Marx foi estudado por Lenin. Para aprender a operar o método dialético. Para aprender a encontrar o geral no particular por meio da análise concreta da situação concreta; a encontrar, no novo momento de uma situação, aquilo que o liga ao processo anterior e, nas leis gerais do processo histórico, o elemento novo que nunca cessa de surgir; a encontrar a parte no todo e o todo na parte [...] (LUKÁCS, 2012, p. 101).

QUE FAZER? – ESTRUTURA, OBJETIVOS E ASPECTOS CENTRAIS

Diante da realidade contemporânea brevemente esboçada linhas acima, podemos afirmar com toda a segurança: a crise de organização política exige uma recuperação crítica urgente do legado de Lenin, especialmente

de *Que fazer?*, sua mais acabada obra voltada para os problemas práticos do movimento revolucionário, e que estabelece princípios para a organização política revolucionária que me parecem atuais, conforme veremos.

Antes de avançar é bom que se tenha em conta a seguinte constatação: o partido concebido por Lenin foi o que mais influenciou as diversas gerações revolucionárias que dele fizeram as mais variadas interpretações: *reafirmando-o*, *complementando-o* ou *contestando-o* em alguns de seus aspectos. No plano prático-político, o partido leninista inspirou muitas das formulações sobre a questão da organização política que surgiram – a trotskista, a luxemburgueana¹⁹, a maoísta, a stalinista e, até mesmo, a eurocomunista, ainda que refutando-o; elas resultaram nas mais diversas consequências práticas e ideológicas. Entretanto, o tipo de partido defendido por Lenin, esteve voltado para uma realidade específica que, se não significa que ele deva ser abandonado, tampouco permite dizer que tal forma de partido sirva, *tout court*, de modelo para os dias atuais. O esforço consiste em extrair o que *permanece atual* e o que pode, portanto, ser *atualizado*, de *Que Fazer?*.

Além da indispensável *distinção entre lutas econômicas e luta política revolucionária*, certamente, têm enorme validade as distinções que faz das lutas espontâneas e das lutas revolucionárias – e a tese de que a consciência de classe não surge imediatamente das primeiras (tese que, como reconhece o próprio Lenin, já fora defendida por Kautsky) – que exigem a direção de um partido de vanguarda capaz de politizar as lutas de classes em suas várias expressões. Essa centralização política que se vê no partido de vanguarda leninista depende e varia de acordo com as condições históricas das lutas de classes, o que significa que os aspectos organizativos internos ao próprio partido devem obedecer a uma flexibilidade política, conforme as exigências políticas de cada época.

Entretanto, deve ser enaltecido em *Que Fazer?* algo que poucos salientam: Lenin maneja com impressionante facilidade o método de Marx. A riqueza categorial do texto advém de um rigor teórico capaz de extrair da superfície da realidade aquilo que sua aparência fenomênica oculta:

¹⁹ As idéias que Rosa Luxemburgo defendeu para a questão da organização política do proletariado se desenvolveram a partir das necessidades das lutas de classes na Alemanha; no entanto, a revolucionária travou intensa e fecunda polêmica com a experiência do partido bolchevique de Lenin. Boa parte de *Greve de massas, partido e sindicatos* foi escrita tendo como base teórico-histórica o processo revolucionário russo.

os elos e nexos causais do real, as engrenagens motoras de sua dinâmica, os aspectos negadores da sua imediaticidade, as múltiplas determinações que formam o concreto como unidade do diverso, ou seja, *a estrutura mesma que articula a realidade como totalidade social*.

A centralidade da questão organizacional do livro não dá lugar a nenhum esquematismo teórico. Ao contrário, Lenin trata o problema numa perspectiva dialética na qual *a organização política do proletariado se expressa como forma de mediação entre a teoria revolucionária e a prática política efetiva*. Daí que a forma que o partido deverá assumir no processo das lutas de classes, bem como os variados instrumentos da luta política – como o são os inúmeros meios de propaganda revolucionária (jornais, revistas, panfletos etc.) – desdobram-se de análises que articulam dialeticamente: a estrutura de classes da Rússia czarista, a natureza do capitalismo no país, a forma do Estado e de suas instituições políticas, o papel da ideologia e as possibilidades de desenvolvimento da consciência de classe, as formas de ser do proletariado em suas diversas franjas urbanas e rurais etc.

Vê-se que no pensamento lenineano as “análises concretas de situações concretas” aparecem na identificação das classes com uma riqueza incontestável. Não há em *Que Fazer?* qualquer tipo de simplismo analítico que reduziria a estrutura de classes na Rússia a uma mera reprodução do antagonismo entre burguesia e proletariado. Surgem de suas argutas análises uma miríade de estratos de classes e subclasses sociais derivadas de setores os mais diversos da vida social russa, desde aqueles que expressam resquícios da estrutura feudal na campo e nos núcleos aristocratas remanescentes, até aquelas expressões que indicam o desenvolvimento de segmentos operários do semidesenvolvido capitalismo russo. Daí desdobram-se setores médios no campo e na cidade, frações distintas estabelecidas no Estado czarista – entre os aparatos repressivos e no interior da burocracia estatal –, uma pequena burguesia que oscila entre o conservantismo da ordem e as aspirações por mudanças e que, dadas as enormes dificuldades de se reproduzir socialmente, se vê parcialmente seduzida pelas transformações sociais pleiteadas pelos estratos mais pauperizados das classes trabalhadoras, incluindo entre elas parcelas intelectuais que também vivem a mesma oscilação.

Numa palavra: a problemática da organização aparece em *Que Fazer?* subordinada a uma densa análise teórica da situação concreta russa, pressuposta à obra e que se evidencia nela como síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso. Aí se assenta o rigor teórico-metodológico lenineano: seu método é o método das aproximações sucessivas à realidade concreta, donde se erigem interpretações, reflexões e análises concretas.

Só a partir dessa compreensão do caráter profundamente dialético e rigorosamente marxista – recorde-se da já citada expressão criada por Lukács para designar Lenin: o “operador da dialética” – é que se pode apreender o essencial de *Que Fazer?*. E o essencial, uma vez que se ocupa centralmente da problemática organizacional, está na discussão do *partido revolucionário*.

O PARTIDO EM *QUE FAZER?*

Lenin viveu – e dela foi herdeiro – a época imediatamente posterior aos processos revolucionários do século XIX na Europa que conformaram, por um lado, a afirmação da burguesia como classe dominante (e, portanto, conservadora) e, por outro, a ascensão político-organizativa do movimento operário, que se pôs pela primeira vez como sujeito político autônomo na década de 1840, especialmente a partir de 1848. Na segunda metade daquele século, manifesta-se também um novo cenário ao movimento socialista internacional diante das crises capitalistas que se intensificam a partir da década de 1870, quando se transita à era dos monopólios, das intensas repressões ao movimento operário na Europa (o caso da *Comuna de Paris* é emblemático, assim como as leis de exceção contra os socialistas na Alemanha, entre os anos de 1880 e o início da década seguinte) e do divisionismo no interior da Segunda Internacional.

Escrito entre meados de 1901 e início (fevereiro) de 1902 e publicado em março de 1902, *Que Fazer?* pretendeu introduzir uma noção de organização revolucionária que, para Lenin, se colocava como uma necessidade para o avanço das lutas proletárias. Sua grande contribuição com o *Que Fazer?* foi imprimir, mais do que qualquer outra contribuição teórica da época, um “espírito prático” ao marxismo. O livro resultou num salto

de qualidade no movimento socialista na Rússia e na Europa²⁰, uma vez que seus pressupostos “correspondiam às ‘exigências da situação histórica’, não eram fruto de uma especulação ‘genial’ e tampouco uma ousadia ‘isolada’” (FERNANDES, 1978, p. ix).

A contribuição de Lenin, como já afirmei, suplanta os marcos da Segunda Internacional. Sua apropriação, por parte do movimento socialista mundial, deu-se de modo extremamente diverso ao longo do século XX, ao sabor das interpretações de seus variados discípulos. Nas últimas décadas²¹, pelas razões sociopolíticas apontadas no item anterior, as ideias de Lenin, em particular as contidas em *Que Fazer?*, passaram a ser associadas, muitas vezes e equivocadamente, ao legado stalinista, que empreendeu práticas políticas nas quais se destacavam os *marcos* estreitos de democracia política, dada a centralização de poderes nas burocracias centrais dos partidos dirigentes únicos em diversos países do antigo “bloco socialista”, no Leste europeu e na ex-URSS, especialmente.

A melhor resposta ao antileninismo contemporâneo é o resgate das ideias centrais de sua vasta obra, incluindo *Que Fazer?*, especialmente aquelas referentes ao partido e ao movimento operário.

O período compreendido entre o momento em que escreve sua obra (1901-1902) e a Revolução Russa em 1917 envolve diversos momentos históricos. No curso dos acontecimentos que abalavam os pilares da Rússia czarista – cujos espaços políticos para o desenvolvimento de ações revolucionárias eram estreitíssimos – as ideias de Lenin variaram de acordo com as necessidades prático-políticas. Em seu livro, Lenin traça uma noção de partido na qual ele teria, ao mesmo tempo, a função de vanguarda do processo revolucionário e de centralização das ações políticas, com vistas à construção da revolução socialista. Por isso, o partido de Lenin tinha no seu âmago as exigências de uma estrutura rígida e altamente disciplinada.

²⁰ Inclui-se nesse quadro, o esforço político-teórico de Lenin para a criação de um jornal de cunho político-científico, o *Iskra*, e de uma revista operária chamado *Zaria* para toda a Rússia. Tais iniciativas foram objeto de intenso debate no movimento russo e em *Que Fazer?* podemos perceber o enorme empenho de Lenin em combater as tendências oportunistas que se explicitavam no conjunto dos meios de propaganda política existentes, tais como *Rabotcheie Dielo* e *Rabotchaia Mysl*. Nota-se, com isso, que o revolucionário russo foi responsável pelo estabelecimento de um nível de organização política superior até mesmo ao que existia no movimento socialista da Europa Ocidental, notadamente por ter conseguido articular o plano teórico com a prática política das massas.

²¹ A partir da crise e derrocada das experiências do chamado “socialismo real”, mais precisamente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, culminando com o fim da URSS, entre 1991 e 1992.

Essas peculiaridades do partido lenineano se devem a dois determinantes principais, quais sejam: as condições histórico-políticas da Rússia e o combate às tendências espontaneístas e demasiadamente obreiristas no seio do movimento operário.

Lenin estava preocupado em estruturar uma organização política que fosse capaz de provocar o movimento revolucionário, que conseguisse centralizar de forma disciplinada as ações políticas, como formas alternativas às tradições políticas até então vislumbradas na Europa e na Rússia, a saber: o populismo, as tendências socialistas reformistas e o terrorismo que, na Rússia, acabava por envolver diversos tipos de militantes revolucionários que lutavam contra as arbitrariedades do governo autocrático czarista. Nesse contexto, Lenin buscou ativamente uma organização política que se diferenciasse das tradições políticas acima citadas, particularmente das lutas obreiristas (meramente econômicas)²², dos limites da luta econômica. Por isso, diferenciava claramente as funções das organizações operárias daquelas referentes às organizações revolucionárias. Diz Lenin:

A luta política da social-democracia é muito mais ampla e mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência), a organização de um partido social-democrata revolucionário deve inevitavelmente constituir um *gênero diferente* da organização dos operários para a luta econômica. A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, sindical; em segundo lugar, o mais ampla possível; em terceiro lugar, deve ser o menos clandestina possível (aqui e mais adiante refiro-me, bem entendido, apenas à Rússia autocrática). Ao contrário, a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobretudo, homens cuja profissão seja a atividade revolucionária (por isso, falo de uma organização de *revolucionários*, pensando nos revolucionários social-democratas). Diante dessa característica geral dos membros de tal organização, *deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais*, que vale, ainda mais, para a distinção entre as diversas profissões de uns e de outros. Necessariamente, tal organização não deve ser muito extensa e é preciso que seja o mais clandestina possível. (LENIN, [1902] 2010, p. 181).

Havia uma clara distinção dos objetivos (e das formas de organização) entre partido e organizações operárias (equivalentes ao que conhecemos como sindicatos). Estas se vinculam a um nível mais imediato da

²² Que para Lenin têm em comum o “culto da espontaneidade”.

luta de classes, envolvendo o conjunto de particularidades (e de interesses sociais) atuantes na luta, evidenciados nas lutas econômicas que os operários travam nas fábricas. Seu foco político de atuação limita-se à defesa de interesses particulares diversos, podendo, através de permanentes “denúncias políticas”, ser relacionados à luta política mais ampla. Essa última caberia ao partido (organizações revolucionárias) que deveria ter o papel simultâneo de promover as “denúncias políticas”, de realizar o processo constante de “educação para a atividade revolucionária” e, ainda, de provocar a agitação político-ideológica das massas em todos os aspectos da vida social, para além da “agitação política no terreno econômico”. Para Lenin, essas “denúncias políticas que abarcam todos os aspectos da vida são uma condição indispensável e *fundamental* para educar a atividade revolucionária das massas” (LENIN, [1902] 2010, p. 135-136).

Somente quando o partido revolucionário é capaz de organizar “campanhas de denúncias realmente *direccionadas a todo o povo* poderá tornar-se, nos nossos dias, vanguarda das forças revolucionárias” (LENIN, [1902] 2010, p. 156). A noção de partido de vanguarda está colada àquelas funções de toda organização revolucionária, anteriormente levantadas: educação para a atividade revolucionária através de permanentes denúncias políticas em todos os aspectos da vida do povo e de promoção de agitações políticas no seio das massas. Para Lenin, o partido jamais poderá ser vanguarda do processo revolucionário se não estiver ativamente envolvido com o conjunto das lutas cotidianas, sejam elas quais forem, desde que abranjam as condições de vida dos trabalhadores. Ele deve conhecer verdadeiramente os anseios da classe trabalhadora, pois só assim conseguirá realizar a tarefa de dirigir a organização política, ou seja, só assim poderá vincular (realizar a mediação) a luta cotidiana com a luta política.

A noção de vanguarda é cristalina em Lenin:

Para chegar a ser, aos olhos do público, uma força política faz-se necessário trabalhar muito e com obstinação para *elevantar* o nosso nível de consciência, o nosso espírito de iniciativa e a nossa energia; para tanto, não basta colar o rótulo de “vanguarda” numa teoria e numa prática de “retaguarda”. [Para tanto] essa ampla e abrangente agitação política será realizada por um partido que articula, num todo indissolúvel, a ofensiva em nome de todo o povo contra o governo, a educação revolucionária do proletariado, salvaguardando, ao mesmo tempo, a sua independência

política, a direção da luta econômica da classe operária e a utilização dos seus conflitos espontâneos com os seus exploradores, conflitos que fazem levantar novas camadas do proletariado, atraindo-as incessantemente para o nosso campo!. (LENIN, [1902] 2010, p. 157).

Subjacente à noção de partido como vanguarda está a compreensão de que a classe operária pode, por si mesma, ser protagonista de lutas de classes abrangentes que, mesmo que atadas aos objetivos imediatos do proletariado, pode ampliá-los e politizá-los. Entretanto, o alçamento à condição superior de consciência de classe só pode ser obra do partido revolucionário. E ele só pode promover tal elevação de consciência a partir de duas condições: se estiver preparado teórica e politicamente para tanto, o que supõe a formação de quadros políticos capazes de instruir e educar as massas conforme as orientações programáticas emanadas dos objetivos estratégicos do partido; e se estiver – antes mesmo da deflagração do momento revolucionário para o qual deve assumir a dianteira – profundamente enraizado nas fileiras do proletariado, ou seja, se tiver feito, até então, das lutas objetivas e imediatas do proletariado as suas próprias causas, se estiver *efetivamente* identificado com ele, que enxergará em seus quadros os seus dirigentes revolucionários.

Para Lenin, a classe operária não reúne, em si, as condições para superar a consciência de classe determinada pelas necessidades prementes das lutas econômicas contra o capital – por isso, a sua luta e a sua crítica radical contra toda forma de economicismo. Tampouco pode enfrentar as manobras burguesas que atuam no sentido de desmobilizá-la, valendo-se tanto dos meios abertamente repressivos, quanto daqueles de natureza manipulatória, através dos quais procura cooptar as lideranças mais combativas do operariado. Ademais, a luta operária alterna historicamente momentos de maior combatitividade e momentos mais conformistas, ao sabor das variações conjunturais que determinam as possibilidades objetivas das lutas sociais. A tarefa do partido de vanguarda é exatamente atuar sobre essa realidade operária de modo a explicitar, *a todo tempo*, a natureza intrinsecamente exploradora e desigual da ordem burguesa, preparando politicamente o conjunto do proletariado para o momento dos embates decisivos que podem emergir tanto por meio das agitações políticas pro-

vocadas pelo partido, quanto pode irromper *espontaneamente* do seio das contradições de classes engendradas na cotidianidade capitalista. O “elemento espontâneo” como o “embrião da consciência” só se põe como tal, ou seja, a consciência de classe só pode brotar das ações espontâneas, se o partido estiver preparado como organização de vanguarda da classe operária, o que significa estar em condições de *fazer de seu programa (de suas estratégias e táticas) os próprios objetivos do proletariado*. Do contrário, ou seja, *sem a atuação do partido como vanguarda, o “elemento espontâneo” não passará de “embrião da consciência”*.

Aqui se encontra a perspectiva que, aliás, Lenin herda de alguma maneira de Kautsky – para quem a consciência de classe deve ser atribuída, deve vir de fora –, de que a consciência de classe revolucionária não é algo que nasce do próprio operário ou algo que ele possa por si só alcançar; a consciência de classe, em seu mais alto nível político, só pode surgir no proletariado a partir do/e pelo partido revolucionário – o que não pode significar que é o partido quem faz a revolução: “a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores”. Não há, então, nenhuma oposição entre espontaneidade das massas e organização política revolucionária de vanguarda, precisamente porque elas se complementam, no sentido de que a partir do “elemento espontâneo”, o partido, apoiando-se sobre suas iniciativas, amplia-o, o faz ser suplantado pelo próprio proletariado organizado e consciente, aproximando-o progressivamente das questões mais decisivas da luta política revolucionária, da própria revolução como superação da ordem do capital através da destruição do poder político de classe da burguesia. Em Lenin, o partido não é nem a organização que se constitui como o pressuposto do processo revolucionário (como em Kautsky) e nem um mero resultado (ou produto) do movimento revolucionário das massas. Como observa com clareza Lukács, em Lenin “a função do partido na preparação da revolução faz dele, ao mesmo tempo, e com a mesma intensidade, produtor e produto, pressuposto e resultado dos movimentos revolucionários de massa”. O partido em Lenin tem um caráter profundamente histórico-social: “*ele não é, mas vem a ser*” no próprio processo revolucionário para o qual deve estar preparado para dirigir (LUKÁCS, 2012, p. 52, 57).

As questões principais do *Que Fazer?*, considerando seus determinantes históricos, assentam-se em dois pontos centrais por meio dos

quais se articulam outros aspectos relevantes do pensamento de Lenin. O primeiro ponto central, como se viu, refere-se à *relação entre a espontaneidade das massas e a consciência de classe* para a qual desenvolveu uma *crítica radical ao culto do espontâneo* e afirmou a *necessidade do conhecimento revolucionário*: “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. Deve-se enfatizar que, ao mesmo tempo, reconhece-se a importância do elemento espontâneo como portador da gênese da consciência de classe: como embrião da consciência. Daí a relevância da mediação fundamental entre o elemento espontâneo e a consciência de classe feita através da organização política; a oposição e a distinção entre movimentos de orientação economicista dos movimentos de orientação social-democrata (revolucionária). A diferença principal se encontra na organização política e no conhecimento da totalidade social. Esse conhecimento revolucionário não é gerado espontaneamente nas massas. Ele vem “de fora”, trazido pela parte consciente do movimento, que se expressa na vanguarda do partido que, como tal, só pode concretizar-se *se estiver presente em todas as lutas operárias*. Para Lenin, o partido de vanguarda deve funcionar como o mediador entre a teoria revolucionária e a prática política das massas, buscando construir, a partir de objetivos estratégicos bem definidos, a *unidade ideológica* entre os diversos movimentos. Sem essa mediação não há vanguarda, que só é possível se o partido estiver envolvido em todas as lutas do proletariado. Tal partido dirigente deve ter no seu organismo “profissionais revolucionários” como facilitadores para o conjunto do proletariado, que articulem as diversas particularidades que envolvem a classe proletária.

O segundo ponto central está relacionado ao entendimento de que as lutas de classes compreendem tanto as lutas econômicas, quanto a luta política mais ampla. O que supõe a diferenciação entre modalidades de organização política do proletariado: organização operária e organização revolucionária. Lenin combate o economicismo e o obreirismo, estabelecendo a diferença principal entre os dois tipos de organização. A tarefa das organizações revolucionárias consiste na elevação da consciência de classe no âmbito das lutas econômicas. As lutas econômicas podem se elevar à luta política mais ampla, mas não perdem seu conteúdo imediato; exatamente por isso, elas não podem ser revolucionárias, já que expressam frações do proletariado e não todo o proletariado. O papel da organização revolucionária consiste

na educação política, na agitação e na promoção de denúncias políticas que explicitem o caráter de classe das variadas lutas sociais. Essa explicitação é proporcionada tanto pela realização de agitações políticas em todos os níveis da luta, quanto pela permanente educação política das massas; para tanto, Lenin ressalta a função dos meios de divulgação da teoria revolucionária através de órgãos de comunicação: *Iskra*, *Zária* etc.

Mais uma vez, vale ressaltar o contexto histórico em que *Que Fazer?* foi escrito. Mesmo que no texto se encontrem os traços principais do partido lenineano, e que, o que mais interessa considerar, tal partido foi o que de fato conduziu o processo revolucionário russo – uma vez que no *II Congresso do POSDR* (Partido Operário Social-democrata Russo), em 1903, os bolcheviques saíram vitoriosos –, deve-se ter em conta que suas características são bastante marcadas pelas vicissitudes políticas da realidade autocrática russa; elas imprimiram ao movimento revolucionário como um todo a premência de uma organização fortemente centralizada e disciplinada, orientadas para atuar em situações praticamente clandestinas e sob a ilegalidade. Foi o que o próprio Lenin chamou atenção em texto posterior, quando rebatia exatamente as críticas ao “modelo” de seu partido em 1907. A longa citação abaixo me parece necessária e esclarecedora:

O principal erro daqueles que hoje polemizam com *Que Fazer?* consiste em separarem, por completo, esse trabalho de determinadas condições históricas, de um período determinado do desenvolvimento de nosso Partido, período que já há tempos pertence ao passado. [...] *Que Fazer?* é um resumo da tática do *Iskra* e de sua política de organização em 1901 e 1902. Precisamente um resumo, nem mais, nem menos. Quem se preocupar em ler o *Iskra*, de 1901 e 1902, se convencerá disso, indubitavelmente. E quem julgar esse resumo, sem conhecer a luta do *Iskra* contra o economicismo então *predominante*, e sem compreendê-la, não fará mais que lançar palavras ao vento. O *Iskra* lutava pela organização de revolucionários profissionais; lutou com especial energia em 1901 e 1902; triunfou sobre o economicismo então predominante; criou definitivamente, em 1903, aquela organização e a manteve, apesar da cisão que se produziu mais tarde entre os ‘*iskristas*’, apesar de todas as atribulações de uma época de tempestades e violência, mantendo-a durante toda a revolução russa e conservando-a desde 1901-1902 até 1907. [...] E nenhuma organização, a não ser o *Iskra*, poderia, nas nossas condições históricas, na Rússia de 1900-1905, criar um partido operário social-democrata como o que agora está formado. O revolucionário profissional cumpriu sua missão na história do socialismo proletário

russo. E não existem forças que possam agora destruir sua obra, que ultrapassou, há tempos, o estreito marco dos “círculos” de 1902-1905; nenhuma lamentação tardia pode ser feita sobre os exageros das tarefas urgentes, por parte de quem em seu tempo somente pôde assegurar, por meio da luta que se iniciara, acertadamente, o cumprimento daquelas tarefas; e nenhuma lamentação poderá colocar em dúvida a importância do já conquistado”. [...] Tanto na brochura ‘*Que Fazer?*’ quanto no livro ‘*Um passo a frente, dois passos atrás*’, publicado depois, o leitor terá perante seus olhos a luta apaixonada, às vezes furiosa e exterminadora dos *círculos no estrangeiro*. É inegável que essa luta de círculos tem muitos aspectos negativos. [...] Somente a afluência de elementos proletários ao partido pode, ligada a uma atividade legal junto às massas, eliminar completamente todos os traços da desarticulação dos círculos isolados, vestígios herdados do passado, que não estão em consonância com as tarefas do momento atual. A passagem para uma organização democrática do partido operário, proclamado pelos bolcheviques, em novembro de 1905, no *Novaia Zhisn*, quando surgiram as condições necessárias a essa atividade legal, equivaliu, na verdade, a uma ruptura definitiva com tudo que era caduco dentro dos círculos isolados. (LENIN in MARX et al., 1978, p. 36-37, 39, 41).

Para Florestan Fernandes, o marxista russo teve e tem enorme importância para o movimento socialista mundial. Ela se ancora no seu talento teórico e na sua contribuição efetiva aos desafios prático-políticos daqueles que estão à frente de processos de organização política. A despeito de polêmicas que as ideias lenineanas desencadearam, não restam dúvidas sobre sua posição de destaque na tradição marxista. Para Fernandes, o “que Lenin fez com o marxismo só pode ser definido de uma maneira: ele converte o marxismo em processo revolucionário real” (FERNANDES, 1978, p. xi).

As ideias lenineanas foram decisivas para o sucesso do processo revolucionário russo. Posteriormente, construiu-se em torno delas, no interior da *Internacional Comunista*, um verdadeiro *leninismo* que foi, ao mesmo tempo, uma expressão prático-política do pensamento de Lenin – suas ideias postas em movimento –, como uma expressão teórica representada pelos vários seguidores de Lenin que, a partir dele, balizavam suas ideias. O bolchevismo – que representava a maioria do Partido – foi fundado por Lenin, que o reconhecia como tendência e como partido. Em 1917, na *Conferência de Abril*, o nome foi incorporado ao POSDR, tornado então partido bolchevique. Ele incorpora ideias centrais do *Que Fazer?*, como a

questão da vanguarda revolucionária e o centralismo democrático. Foi incorporado na trajetória do movimento comunista mundial por dirigentes e teóricos os mais distintos: Trotsky, Stalin, Mao Tsé-tung, que deram a ele faces diferentes. O leninismo de Stalin tornou o *marxismo-leninismo* doutrina oficial do partido bolchevique, operando mudanças significativas nas ideias de Lenin. O partido como dirigente da classe operária passa a se confundir com o Estado, que tem funções morais e políticas de “defender” a revolução de toda forma contrarrevolucionária, como superestrutura dominante que refletiria os interesses de toda a classe.

As formas de incorporação do pensamento lenineano, o desenvolvimento do leninismo, bem como a criação do marxismo-leninismo stalinista ao longo da *Internacional Comunista*, devem ser tratados como desdobramentos da enorme influência que a autoridade teórica e política de Lenin acabou exercendo por gerações seguintes a sua morte em 1924, mas, ao mesmo tempo, não podem ser confundidos com as ideias do próprio Lenin. Essa separação deve ser feita não por razões de natureza prope-dêutica. Ela é uma exigência para tratar Lenin no seu devido lugar: como um clássico do marxismo, o que é o mesmo que dizer um clássico do pensamento revolucionário.

O conjunto de sua obra, incluindo *Que Fazer?*, não é suficiente para a tarefa da revolução em nossa época. Mas sem ela, perdemos o que de melhor o pensamento marxista revolucionário foi capaz produzir no século XX.

REFERÊNCIAS

- BOFFA, G. *Depois de Korschew*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BORON, A. Atualidade do *Que Fazer?* de Lenine. *Revista Socialismo e Liberdade*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, ago. 2009.
- BRAZ, M. *Partido e revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- FERNANDES, F. Apresentação. In: LENIN, V. I. *Que Fazer?*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. t. 2.
- LENIN, V. I. *O estado e a revolução*. São Paulo: Global Editora, 1987.

- LENIN, V. I. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: _____. *Três fontes*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- LENIN, V. I. *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, G. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, [1924] 2012.
- MANDEL, E. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- MARCUSE, H. *Contrarrevolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARGEM ESQUERDA, São Paulo: Boitempo, n. 20, mar. 2013.
- MARX, K. et al. *A questão do partido*. São Paulo: Kairós, 1978.
- NETTO, J. P. Lenin e a instrumentalidade do Estado. In: LENIN, V. I. *O estado e a revolução*. São Paulo: Global Editora, 1987.
- NETTO, J. P. (Org.). *Lukács: sociologia*. São Paulo: Ática, 1992. (Grandes Cientistas Sociais).
- NETTO, J. P. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. (Org.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*, de Netto. 9. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.
- NETTO, J. P.; COUTINHO, C. N. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- PARENTI, M. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- REVISTA PRAIA VERMELHA, Rio de Janeiro: PPGSS –ESS, UFRJ, v. 2, n. 18, 2009.
- SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.
- TOGLIATTI, P. *Socialismo e democracia: escritos escolhidos do período 1944/1964*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.

O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO, VANGUARDA CONSCIENTE DO PROLETARIADO: A CONCEPÇÃO DE LÊNIN

Ronaldo Coutinho

Ao camarada Milton Pinheiro, exemplo de militância revolucionária.

“As proposições teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo nenhum, em ideias e princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo. São apenas expressões gerais de relações efetivas de uma luta de classes que existe, de um momento histórico que se processa diante de nossos olhos” (MARX; ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*).

“Para chegar a ser, aos olhos do público, uma força política faz-se necessário trabalhar muito e com obstinação para *eleva*r o nosso nível de consciência, o nosso espírito de iniciativa e a nossa energia; para tanto, não basta colar o rótulo de ‘vanguarda’ numa teoria e numa prática de ‘retaguarda’” (LENIN, *Que Fazer?*).

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo o meu objetivo maior é explorar algumas questões que envolvem diretamente a militância política dos comunistas tendo como norte a concepção de partido revolucionário desenvolvida e consolidada por Lênin, como organização política decisiva para o projeto de ultrapassagem da barbárie concretizada pelo modo de produção capitalista e sua pervertida sociabilidade.

Embora óbvia, registro a observação de que seguir a perspectiva teórico-metodológica de Lênin não implica confundi-la com um *modelo*: analisar e ter como referência a construção histórica do partido revolucionário com raízes na classe trabalhadora, presente em vários momentos da ação e da obra de Lênin é recuperar a estreita relação entre a teoria, *como reprodução ideal do movimento do real*, com as possibilidades de organização política do proletariado e sua participação na construção de uma sociedade na qual o homem tenha, enfim, primazia sobre a mercadoria.

Não ignoro as insistentes críticas à concepção da organização de uma *vanguarda consciente do proletariado* no sentido de caracterizá-la como uma teorização “datada”, elaborada a partir de uma conjuntura histórica específica de um país, na medida em que Lênin enraíza suas observações na realidade russa entre o final do século XIX e o início da segunda década do século passado. Todavia é necessário frisar que Lênin se orienta pela categoria de *formação econômico-social* que possibilita compreender a direção do desenvolvimento de um processo histórico, antes mesmo que suas linhas tenham emergido com plena clareza, mas não esgota a necessidade de descobrir o modo específico pelo qual a formação econômico-social se corporifica nas diferentes situações.

É verdade que Lênin, durante muito tempo, volta sua reflexão para a particularidade histórica da Rússia, para a diversidade e originalidade dos processos revolucionários segundo as condições nacionais, mas é exatamente a estreita relação entre a teoria e ação, a sistemática preocupação com o fato de que, para ele, a política só faz sentido e só é plena quando orientada pela teoria, em suas palavras, assim sintetizadas: “sem teoria revolucionária, não existe movimento revolucionário”, pelo conhecimento das leis que governam o desenvolvimento histórico e das categorias que devem ser aplicadas à análise das situações concretas, que torna praticamente impossível compreendermos os seus escritos e suas ações se não os situarmos no momento histórico que os referenciam; aliás, o próprio Lênin adverte no prefácio à coletânea de artigos publicados no período 1895- 1905, editada em 1907 que:

O erro fundamental em que incorrem hoje os que polemizam com o *Que Fazer?* é o de quererem separar essa obra de seu contexto histórico

e abstraí-la de um período específico e já afastado do desenvolvimento de nosso país (LENIN, *Oeuvres*, 1967, v. 13, p. 101).

Em outros termos o modo como ele trabalha com a categoria de *formação econômico-social* permite estabelecer a necessária relação entre a teoria e a ação, *prática que articula e consolida a unidade do seu pensamento*¹ e não autoriza, sob qualquer hipótese, certas interpretações que baseadas em referências descontextualizadas recortadas em seus escritos, destacadas da análise das situações concretas que as originaram e, ao mesmo tempo, no “esquecimento” ou deliberadas omissões de afirmações essenciais feitas nos mesmos textos. Não só na vulgata stalinista, mas também em diversas propostas de interpretação que recorrem a recortes de uma providencial tesoura “epistemológica” esse tipo de deformação tem prejudicado substancialmente a abordagem da obra de Lênin² e, sem dúvida, contribuído para alimentar a rejeição acadêmica do legado teórico lenineano³.

Esclareço, ainda, que este artigo não é uma comunicação estritamente destinada ao âmbito do debate acadêmico, mesmo reconhecendo a utilidade desse tipo de debate para a socialização do conhecimento; no meu entendimento pessoal – obviamente sujeito a crítica e, portanto, a eventuais retificações – há sensíveis diferenças entre o estudo, a discussão e a construção da teoria e seu potencial de intervenção efetiva na realidade como atividades que se desenvolvem no espaço acadêmico, empreendidas por intelectuais *efetivamente comprometidos com a perspectiva revolucionária lastreada no marxismo* e encontros, seminários e eventos assemelhados que

¹ Em Henri Lefebvre encontramos uma avaliação significativa da maneira pela qual Lênin utiliza a categoria de *formação econômico-social* ao longo de toda a sua obra (Cf. LEFEBVRE, H. *La pensée de Lénine*. Paris: Ed. Bordas, 1957 – especialmente p. 206 et seq.).

² Exemplos dessa prática encontramos em RODRIGUES, Leôncio Martins; DE FIORE, Ottaviano. Lênin e a Sociedade Soviética: o capitalismo de estado e a burocracia (1918- 1923). *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 15, jan./mar. 1976 e também em CARLO, Antonio. A concepção do partido revolucionário em Lênin. *Estudos Cebrap*, São Paulo, jan./mar. 1975, ambos pertinentemente criticados por Vinícius Caldeira Brandt em “Nota sobre as interpretações burocráticas da burocracia ou as artes da tesoura”. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 17, jul./out. 1976.

³ Tenho insistentemente apontado e criticado essa rejeição em diversas circunstâncias e, neste sentido, entrado em linha direta de atrito com muitos colegas que, a despeito de sua alegada vinculação com o marxismo (ou, como preferem, com a teoria social marxiana) acomodam sua prática e militância intelectual e política nos estreitos limites do espaço acadêmico e, com esse horizonte acanhado, endossam, direta ou indiretamente, a falsa disjuntiva “intelectual X militante”. A propósito, ver COUTINHO, Ronaldo. Por que Lênin?, *Novos Temas: Revista de Debate e Cultura Marxista*, São Paulo, n. 9, p. 103-119, 2014.

tem como objetivo precípua ou dominante o atendimento de um conjunto de requisições e práticas rituais que, sobretudo estimuladas e/ou condicionadas pelo atual *produtivismo* incentivado e controlado pela *burocracia do conhecimento*, que resultam, com raras exceções, na consolidação do *academicismo*, que não é destituído de consequências políticas, como assinala a precisa crítica de José Paulo Netto:

[...] o que hoje é dominante no panorama da esquerda é, a meu juízo, um *marxismo penitente* – praticado por marxistas e ex - comunistas (ou seriam ‘pós-comunistas?’) que, para purgar-se do desastre em que se saldou a expectativa do chamado ‘socialismo real’, pretendem superar a ‘ortodoxia metodológica’ pela via do *pluralismo*, transitar da modernidade do socialismo científico para a criatividade pós-moderna da *reinvenção das utopias*, substituir a exigência da supressão da propriedade privada dos meios fundamentais de produção pelo *controle social do mercado*, deslocar as ‘velhas’ concepções das lutas de classes pelas ‘novas’ *lutas sociais moleculares*, enfim propor, em lugar do ‘ultrapassado’ projeto revolucionário, a constituição de um *novo contrato social* (NETTO, 2004, p. 9-10, itálicos do autor).

Na condição de marxista *impenitente* e comunista, recorro as palavras do sempre saudoso Florestan Fernandes:

[...] as massas populares e as classes trabalhadoras se afirmam como as únicas alavancas da revolução democrática, esta só poderá conter uma *transição burguesa extremamente curta*. Cabe aos socialistas dinamizar a ‘revolução dentro da revolução’. Hoje, mais que no passado, a civilização do consumo de massas constitui um ópio do povo. As massas populares e as classes trabalhadoras *só podem ser educadas para o socialismo através de um forte movimento socialista*, dentro do qual elas forneçam as bases, os quadros e as vanguardas, e através do qual elas *disputem* o poder das classes dominantes, deslocando-as do controle do Estado e do sistema de opressão institucional ‘democrático’. O que assinala que, se os caminhos são diversos, várias lições de *Que Fazer?* preservam toda a atualidade, sob a condição de que a opção pelo socialismo seja tomada para valer (FERNANDES, 2010, p. 288, itálicos meus).

Em sintonia com a questão levantada por Florestan Fernandes, vale sublinhar que as raízes do *partido de vanguarda* – cuja definição mais elaborada despontaria com o advento da III Internacional – nas concepções teóricas de Lênin antes mesmo dos movimentos de 1902 e 1905,

mesmo considerando que até 1907, esse partido era pensado como um *partido de quadros* e, depois, em função de sua análise das condições da luta revolucionária na Rússia, constatada a necessidade de crescimento e ampliação das atividades de *agitação política e propaganda*⁴, é que ele assume uma dimensão mais ampla sem, contudo, afastar-se de sua matriz teórica: em nenhum momento o partido revolucionário deixou de refletir o cerne da originária orientação lenineana, isto é, *o rigor dos princípios só é válido quando confrontado com o mundo real e concreto, com as contradições que impõem uma sistemática revisão de procedimentos*.⁵

É com base nessa matriz teórica que busco responder à seguinte indagação: até que ponto, considerando as diferenças entre o tempo de Lênin e o momento histórico atual, as particularidades da revolução russa e do movimento revolucionário europeu do final do século XIX aos meados do século passado, as implicações da derrocada do chamado “socialismo real” na URSS e no Leste europeu, a financeirização da riqueza e a hegemonia da oligarquia financeira, a própria consolidação do capitalismo na formação social brasileira, as novas dimensões e formas da luta de classes, podemos suprir a necessidade histórica de um *partido revolucionário* mediante o recurso ao que subsiste atual na concepção lenineana?

⁴ Atentar para a diferença estabelecida por Lênin entre esses dois tipos de atividade no desenvolvimento e dinâmica da ação revolucionária (Cf. *Que Fazer?*, 2010, cap. III, p. 134-197).

⁵ A propósito da unidade do pensamento de Lênin e de sua peculiar interpretação e da maneira pela qual ele se apropria teórica e metodologicamente do marxismo, há muitas e relevantes questões cuja análise extrapolaria o fulcro e o espaço deste artigo, por isso, dentre os trabalhos que merecem, a meu ver, uma cuidadosa leitura crítica relaciono: 1) NETTO, José Paulo. Lênin e a instrumentalidade do Estado. In: _____. *Marxismo impenitente*. São Paulo: Cortez, 2004 (especialmente p. 119-125); 2) BRAZ, Marcelo. Apresentação. In: LENIN, V. I. *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010 (esp. p. 15-28); 3) GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. cap. I, II e VIII; 4) JOHNSTONE, Monty. Lênin e a revolução. In: HOBBSAWM, Eric J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; 5) LUKÁCS, György. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012; 6) BENSÁID, D.; NAIR, A. A propos de La question de l'organisation: Lénine et Rosa Luxemburg, *Partisans*, Paris, n. 45, 1969; 7) BENEFELD, Werner; TISCHLER, Sérgio (Comp.). *A 100 Anos del Qué Hacer? Leninismo, crítica marxista et la cuestión de la revolución hoy*. Buenos Aires: Puebla, Herramienta: Universidad Autónoma de Puebla, 2002; 8) COUTINHO, Ronaldo. *Lenin: a dimensão teórica e prática do compromisso político revolucionário*. In: LENIN, V. I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 9-40; 9) BERTELLI, Antonio Roberto. *Capitalismo de estado e socialismo: o tempo de Lênin 1917-1927*. São Paulo: IPSO-Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 1999; A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin, *Novos Rumos*, ano 1, n. 2, p. 181-221, 1986; 10) MAZZEO, Antonio Carlos. Lênin e a teoria do estado revolucionário. *Novos Rumos*, ano 2, n. 2, p. 155-187, 1987; 11) GARCIA, Marco Aurélio. Reforma e Revolução/Reforma ou Revolução (Discussão de um paradigma). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 9-38, mar./ago. 1990.

Na relação entre as contradições presentes na profunda e duradoura crise que envolve o conjunto do sistema capitalista, agravada desde 2006, que se manifesta pelas bruscas flutuações do comércio mundial, recessão, expansão generalizada do desemprego e graves tensões no centro e na periferia do sistema ⁶ e suas ramificações no Brasil, consolida-se a percepção de que as tendências estruturais do desenvolvimento do capitalismo descobertas por Marx, ao contrário do que afirmam os apologistas da ordem burguesa, não foram infirmadas (a concentração e a centralização do capital, a recorrência das crises, a contínua reprodução da pobreza relativa e crescentes emersões de pobreza absoluta etc.), o que, demais da irresolução dos problemas estruturais da sociedade possibilita a vigência (e urgência) da necessidade histórica de uma alternativa socialista, ao invés da resignação preconizada pelos fundamentalistas da tradição liberal, mesmo em sua versão pós-moderna⁷. E no momento em que recrudescem manifestações caracterizadas pelo forte grau de espontaneísmo e problemas de direção política, penso ser oportuno lembrar que:

[...] não pode haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade; que quanto mais extensa for a massa espontaneamente integrada à luta, massa que constitui a base do movimento e nele participa, *mais presente será a necessidade de tal organização e mais sólida ela deverá ser* (LENIN, *Que Fazer?*, 2010, p. 194-195, itálicos meus).

Afinal, nesse tempo de hoje, como observa Milton Pinheiro:

Mais do que nunca é preciso ter convicção. Tornar-se impositivo, trabalhar no sentido do recrutamento de numerosos quadros da classe operária e formá-los na cultura comunista. Pois ser comunista *impli-ca uma vinculação ontológica, não é a mesma coisa que ser de esquerda* (PINHEIRO, 2012, p. 68-69, itálicos meus).

⁶ Para uma análise aprofundada e crítica ver COSTA, Edmilson. *A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil*. São Paulo: ICP, 2013; *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009; MUNIZ FERREIRA. Crise de hegemonia, globalização e imperialismo. In: MILTON PINHEIRO (Org.). *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 213-236.

⁷ A propósito dessas rápidas observações incluídas no texto para efeito de raciocínio, vale a pena conferir, para o devido aprofundamento, o brilhante ensaio de CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Ensaio*, n. 17/18, 1989 (especialmente p. 10-25) e os não menos estimulantes e dois expressivos ensaios de José Paulo Netto, reunidos em *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

2 ORGANIZAÇÃO E CONSCIÊNCIA POLÍTICA DE CLASSE

“É preciso sonhar, mas com a condição de acreditar seriamente nos seus sonhos, observar atentamente a realidade, compara suas observações com a vida concreta e trabalhar consciente e escrupulosamente para realizá-los” (Citação feita por Lênin do ensaio de D. I. Pissarev “Erros de um pensamento imaturo”).

Em maio de 1904, Lênin publica em Genebra uma análise do congresso decisivo para a vitória dos bolcheviques sobre os mencheviques e para a afirmação do perfil do *partido de vanguarda* com a perspectiva da revolução democrático-burguesa (programa mínimo) e da *ditadura do proletariado* (programa máximo) no texto de *Um Passo Em Frente, Dois Passos Atrás (A Crise no Nosso Partido)*⁸ do qual uma afirmação, mesmo longa, requer transcrição:

O proletariado, na sua luta pelo poder, não dispõe de outra arma senão da **organização**. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado pelo trabalho servil sob o capital, constantemente atirado ao abismo da mais completa miséria, do embrutecimento e da degenerescência, o proletariado só pode tornar-se – e se tornará inevitavelmente – uma força invencível quando a sua unidade ideológica, baseada nos princípios do marxismo e cimentada pela unidade material da **organização que reúne milhões de trabalhadores num exército da classe operária**. A esse exército não poderão resistir nem o decrépito poder da autocracia russa, nem o poder em declínio do capital internacional. Esse exército cerrará cada vez mais suas fileiras, apesar de todos os ziguezagues e passos atrás, apesar da fraseologia oportunista dos girondinos da socialdemocracia contemporânea, apesar dos louvores presunçosos do espírito de círculo atrasado, apesar do falso brilho e do palavreado anarquista *próprio de intelectuais* (LENIN, *Oeuvres*, 1966, t. 7, p. 434, itálicos do autor e negritos meus).

⁸ Lênin trabalhou durante vários meses nesse livro, revendo e analisando cuidadosamente as atas das sessões e as resoluções do II Congresso do POSDR, as intervenções de cada um dos delegados, os agrupamentos políticos que se formaram, bem como os documentos do Comitê Central e do Conselho do Partido, materiais que foram publicados em janeiro de 1904. Uma síntese foi também escrita por Lênin, com o mesmo título do livro, como resposta ao artigo de Rosa Luxemburgo “Questões de Organização da Social Democracia Russa”, publicado nos números 42 e 43 de *Die Neue Zeit* – órgão da social democracia alemã - com críticas da autora ao “ultracentralismo” defendido por Lênin, porém o artigo de Lênin, enviado a Kautsky para ser publicado no mesmo órgão, foi recusado e só veio a público em 1930, seis anos após a morte de Lênin.

A ideia de *organização* desempenha um papel decisivo no conjunto do pensamento, da obra e da ação revolucionária de Lênin, como ressalta Marcel Liebman (1973, v. 1) e na concepção do partido revolucionário é um componente necessário, estratégico. Conforme assinala Liebman,

[...] A *organização* bolchevique é a criação pessoal de Lênin e com razão, o leninismo e o bolchevismo podem ser confundidos. A própria ideia de *organização* assume no leninismo um papel essencial: *organização* do instrumento revolucionário, *organização* da própria revolução, *organização* da sociedade gerada pela revolução. A insistência sobre a necessidade absoluta da organização é recorrente ao longo de toda a obra e da trajetória de Lênin (LIEBMAN, 1973, v. 1, p. 16, itálicos do autor).

E a questão da organização, desde os primeiros escritos e sua polémica teórica com os populistas implica reflexões sobre a relação entre o trabalho teórico e os problemas políticos e organizativos. A importância dessas reflexões é devidamente realçada por José Paulo Netto na substancial “Introdução” de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* nas palavras do autor:

[...] a reflexão teórica e a prática política de Lênin, nos anos 90, não podem ser reduzidas a um conjunto de intervenções diversas, vinculada pelos nexos que unem a crítica ao populismo a uma análise científica capaz de aportar elementos para a elaboração de uma estratégia a ser implementada por um partido revolucionário da classe operária. Antes, *devem ser tomadas como a efetivação de um projeto global integrado de apreensão da dinâmica econômico-social de uma formação histórica particular, da identificação das suas tendências mais profundas, da determinação do seu movimento*. Da reposição dos traços essenciais dessa formação histórica particular no âmbito da instância analítica é que deriva a crítica social que abre a via para uma intervenção política cientificamente dirigida (donde inclusive, mas não só, o partido “de novo tipo”) (NETTO, 1982, p. ix-x, itálicos do autor).

No seu primeiro livro, em 1894, *O que são os “Amigos do povo” e como lutam contra os socialdemocratas* Lênin já indica que “a organização de um Partido operário socialista” constituía uma “tarefa imediata” para o movimento revolucionário russo (*Oeuvres*, 1966, t. 1, p. 319) e, em 1899, nos artigos *Nossa Tarefa Imediata* e *Uma Questão Urgente* (*Oeuvres*, 1959, t. 4, p. 221-226; 227-232) reitera a necessidade de solução daquilo

que considera o “problema urgente”, “o ponto nevrálgico” do movimento, a importância estratégica da criação de “um órgão central do partido” (p. 230), tanto quanto a “absoluta necessidade de um jornal revolucionário” (p. 226), mas o que deve ser destacado, a meu ver, é o *processo de transformação da luta econômica em luta política*, inscrito como objetivo de um *programa comum* para todos os ramos do movimento socialdemocrata: “Quais são as principais questões suscitadas pela aplicação à Rússia do programa comum a todos os socialdemocratas? Já tínhamos dito que a essência desse programa consiste em *organizar e dirigir a luta de classes do proletariado*, cujo objetivo final é a conquista do poder político pelo proletariado e a organização de uma sociedade socialista” (p. 218). Contudo, já naquele momento, nos mesmos escritos – que antecedem os movimentos de 1902 e 1905 e o *Que Fazer?* – Lênin explicita sua divergência com os “economicistas” que orientavam os socialdemocratas a se ocuparem não da luta política contra a autocracia russa, mas das lutas obreiristas, que não ultrapassavam os limites das lutas meramente econômicas. E configura-se, desde então, o projeto do *partido de vanguarda*.

Em *Nosso Programa*, escreve com toda a clareza:

Todos os socialdemocratas concordam com a necessidade de *organizar a ação econômica da classe operária*, de conduzir uma agitação entre os operários, de ajudar os operários nesse aspecto, ou seja, de ajudá-los na sua luta cotidiana contra os patrões, de despertar sua atenção para todas as formas e todos os casos de opressão e portanto fazê-los compreender a necessidade de união. *Mas esquecer a luta política em função da luta econômica seria afastar-se do princípio essencial da socialdemocracia internacional e esquecer o que nos ensina toda a história do movimento operário* (LENIN, *Oeuvres*, 1959, t. 4, p. 218, itálicos meus).

E de forma conclusiva:

[...] Não é a luta econômica que pode trazer para os operários uma melhoria constante, significativa, se os operários não tem o direito de organizar reuniões livremente, sindicatos, de ter os seus jornais, de enviar seus representantes às assembleias nacionais, como fazem os operários da Alemanha e de todos os demais países da Europa (com exceção da Turquia e da Rússia). Para conquistar esses direitos faz-se necessária *uma luta política* (LENIN, *Oeuvres*, 1959, t. 4, p. 219, itálicos do autor).

Por isso,

Toda luta econômica transforma-se necessariamente em uma luta política, e a socialdemocracia deve ligar indissolavelmente uma e outra *numa luta de classes única do proletariado*. O primeiro e principal alvo deve ser a conquista dos direitos políticos, *a conquista da liberdade política* (LENIN, *Oeuvres*, 1959, t. 4, p. 219, itálicos do autor).

Ao comentar o texto de Plekhanov, *Socialismo e luta política* (1883), Lênin reitera que “o movimento revolucionário russo deve precisamente promover a fusão do socialismo com a luta política, *a fusão do movimento espontâneo das massas operárias com o movimento revolucionário*” [...] É tarefa da socialdemocracia *desenvolver a consciência política das massas*, e não deixar-se levar a reboque pelas massas privadas de direitos políticos” (LENIN, *Oeuvres*, 1959, t. 4, p. 295-296, 298, itálicos meus).

De qualquer modo, Lênin faz uma distinção entre os objetivos e as formas de organização do partido e das organizações operárias, na medida em que estas atuam em uma esfera mais imediata da luta de classes, como ocorre nos embates econômicos nas fábricas, delimitados pela defesa dos interesses particulares, mas nem sempre necessariamente relacionados à luta política. Esta diferença acentua claramente a divergência de suas concepções com aquelas defendidas pelos “economistas” sob a argumentação de que,

[...] A luta política da socialdemocracia é muito mais ampla e mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência), a organização de um partido socialdemocrata revolucionário deve inevitavelmente constituir um *gênero diferente* da organização dos operários para a luta econômica (*Que Fazer?*) (LENIN, 2010, p. 181, itálicos do autor).

Este é o cerne da concepção lenineana do partido político revolucionário, ou seja, a relação entre *consciência* e *espontaneidade*, pois o *partido se constitui no momento em que a teoria revolucionária se articula com o movimento operário*; ou seja, para Lênin o partido de vanguarda deve atuar como o grande instrumento de mediação entre a teoria revolucionária e a prática política das massas e a partir de objetivos estratégicos – definidos

pela “análise concreta da situação concreta” – operar a construção da unidade ideológica entre os diversos movimentos da classe trabalhadora.

Encontra-se em Marx e Engels, quando escrevem o *Manifesto*, uma indicação para a concepção teórica do partido revolucionário;

[...] os comunistas só se distinguem dos outros partidos operários pelo fato de que nas diferentes fases por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto [...] Praticamente, os comunistas constituem, pois, a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; *do ponto de vista da teoria* têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições de andamento e *dos fins gerais do movimento proletário* (MARX; ENGELS, 1978, v. 1, p. 31, itálicos meus).

Isto é, o que se destaca, para eles, é o *momento da consciência teórica* e Lênin se orienta nessa direção. A necessidade da teoria, enfatizada por ele, ao longo de toda a sua obra, reflete, em boa parcela, a influência das análises de Engels sobre as guerras camponesas na Alemanha e é reconhecida no capítulo I do *Que Fazer?*, quando faz referências explícitas no item “Engels e a importância da luta teórica” (LENIN, 2010, p. 78) e transcreve algumas observações do prefácio à segunda edição alemã (1874) de *As Guerras Camponesas na Alemanha*⁹.

Todavia, a enorme importância atribuída por Lênin à teoria também deve ser vinculada a certos componentes da conjuntura histórica dos primeiros momentos de sua obra, especialmente *Que Fazer?* (1901-1902), *Um passo à frente, dois passos atrás (a crise no nosso partido)*, de 1903 e *Dois táticas da socialdemocracia na revolução democrática* (1905): as influências

⁹ Lênin extrai as citações de Engels do “Prefácio da Segunda Edição Alemã” de *As Guerras Camponesas Na Alemanha*. Após mencionar as vantagens dos operários alemães com relação aos operários do resto da Europa “[...] A primeira é de pertencerem ao povo mais teórico da Europa e de *terem conservado todo esse sentido teórico*, quase completamente perdido pelas classes chamadas ‘cultas’ da Alemanha. Sem a filosofia alemã que o precedeu, sobretudo sem a filosofia de Hegel, nunca se teria criado o socialismo científico alemão, o único socialismo científico que existiu [...] e o valor imenso dessa vantagem é demonstrado, por um lado, *pela indiferença por toda a teoria* que constitui uma das causas de o movimento operário inglês avançar tão lentamente, apesar da excelente organização de alguns ofícios” (2008, p. 53-54). Engels reitera a importância do trabalho teórico para as lutas do movimento operário: “[...] os chefes, sobretudo, deverão aprender cada vez mais *sobre todas as questões teóricas*, desembaraçar-se cada vez mais da influência da fraseologia tradicional, própria da velha concepção do mundo, e ter sempre presente que o socialismo, a partir do momento em que se torna *ciência*, *exige ser tratado como tal, isto é, ser estudado*” (ibid., p. 55, itálicos meus).

ideológicas e políticas derivadas da nova situação do capitalismo na Europa, depois da grande depressão do início de 1870 e que se prolongaria por duas décadas; a especificidade das condições do desenvolvimento capitalista na Rússia e do seu regime político da autocracia czarista; o crescimento dos partidos operários europeus nas décadas de 1870 e 1880, fator de grande peso para a luta do proletariado em torno da II Internacional, criada em 1889 e a influência da socialdemocracia alemã no movimento operário internacional, principalmente na última década do século XIX e na primeira do século XX. E ainda nesse contexto, não pode ser negligenciada a repercussão e a influência nos grupos de marxistas russos, incluído o próprio Partido Operário Socialdemocrata da Rússia (POSDR) da corrente dos “economicistas”, inspirada nas teses revisionistas de Bernstein apresentadas em *As Premissas do socialismo e as tarefas da socialdemocracia* (1899)¹⁰.

Por outro lado, a importância da teoria também era corroborada por duas circunstâncias adicionais. A primeira, relativa ao caráter internacional do movimento social democrata, que implicava um conhecimento das diferentes experiências das lutas que se desenvolviam em outros países (principalmente os europeus) e, simultaneamente, assumir uma atitude crítica diante das mesmas; a segunda, como observa Boron, representada, “pelas responsabilidades especiais que recaíam sobre o partido russo, pois este devia liberar seu povo do jugo czarista e, ao mesmo tempo, derrubar o mais poderoso baluarte da reação, não só europeia, como também asiática” (BORON, 2006, p. 38).

Mas se a *organização* é um componente ampla e detalhadamente examinado em todas as manifestações de Lênin sobre o processo revolucionário, ele sempre deixa muito claro a ideia de que a organização política do

¹⁰ Vale registrar a oportuna e pertinente observação de Marcelo Braz sobre a influência das ideias de Bernstein na divulgação do *revisionismo* e do *reformismo*: “[...] Bernstein não criou o revisionismo. Tampouco inventou o reformismo. Mas foi quem deu àquela a sua forma mais acabada, o que – aliado à sua projeção e credibilidade teórico - política entre os marxistas – resultou em infinitas polêmicas, debates intermináveis, declarações de apoio e manifestações radicalmente contrárias dos mais diversos teóricos ligados ao PSDA e à Segunda Internacional [...] As tendências revisionistas assumem de vez o comando do partido, fazendo triunfar as teses reformistas ante uma perspectiva de superação da sociedade capitalista. Consolidava-se a hegemonia revisionista - reformista no partido alemão e, com ela, a falência *de fato* da Segunda Internacional como organismo revolucionário do proletariado” (2011, p. 59-60, itálicos do autor). Ainda a respeito das repercussões do chamado *Bernstein-Debate*, ver: BERTELLI, Antonio Roberto. *Revisionismo e ortodoxia no marxismo*. São Paulo: IPSO/IAP, 2003 e *Marxismo e transformações capitalistas: do Bernstein-Debate à República de Weimar - 1899-1933*. São Paulo: IPSO, IAP, 2000 (especialmente p. 17-174); GUSTAFSSON, B. *Marxismo y revisionismo. La crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. Barcelona: Grijalbo, 1975.

proletariado se apresenta como a mediação entre a teoria revolucionária e a prática política concreta: “[...] *só um partido orientado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda*” (LENIN, 2010, p. 82, itálicos do autor).

Assim, ao relembrar a luta para superar a cisão entre as tendências que fracionaram o conjunto do movimento socialdemocrata e sobretudo os partidários do segmento oportunista, cujas posições e teses eram veiculadas, entre abril de 1899 e fevereiro de 1902 no *Rabotcheie Dielo*, que apoiava a palavra de ordem bernsteiniana de “liberdade de crítica” ao marxismo e negava as possibilidades de organização revolucionária do campesinato, Lênin na obra *Que Fazer?* pondera, acerca deste debate que,

[...] a famosa liberdade de crítica não implica na substituição de uma teoria por outra, mas a *liberdade de prescindir de qualquer teoria coerente e refletida, expressando ecletismo e ausência de princípios*. Quem conhece, mesmo que pouco, a situação real do nosso movimento não pode deixar de verificar que a ampla difusão do marxismo foi acompanhada por um relativo rebaixamento do nível teórico. Muitos, *poucos preparados teoricamente*, outros inclusive sem qualquer preparo, aderiram ao movimento por seus êxitos práticos e por sua significação efetiva (LENIN, 2010, p. 80, itálicos meus).¹¹

Agora, contudo, já tentando indicar algumas possíveis respostas à principal questão que motivou a elaboração deste artigo, entendo que é necessário frisar que a posição de Lênin sobre a relação entre *consciência e espontaneidade*, decisiva para a sua concepção teórica do partido revolucionário não se identifica, sob qualquer ângulo, com as posições oportunistas, autoritárias e burocráticas dos partidos comunistas de orientação stalinista que consumaram a equivalência deformada de teoria com *doutrina*, para efeito de manipulação político - ideológica.¹²

¹¹ E no mesmo texto, logo em seguida, Lênin menciona a carta de Marx a W.Bracke, de 5 de maio de 1875, sobre o programa de Gotha, na qual qualificava as propostas do documento de unificação dos dois partidos socialdemocratas alemães como oportunista e marcada pelo ecletismo e pela “barganha de princípios” e cheio de “concessões teóricas” (Cf. MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz, 1984. p. 35-36) e desabafa: “Esse era o pensamento de Marx, e eis que há entre nós pessoas que em seu nome, procuram reduzir a importância da teoria” (2010, p. 81).

¹² A propósito transcrevo uma passagem de Lukács “[...] Aqueles que não veem em Lênin mais do que um ‘político realista’ inteligente ou mesmo genial, desconhecem inteiramente a essência do seu método. Mas desconhecem-no ainda mais aqueles que julgam encontrar em suas decisões ‘receitas’ aplicáveis a qualquer caso e ‘prescrições’ para uma prática adequada. Lênin jamais formulou ‘regras gerais’ que possam ser aplicadas a toda

É certo que Lênin define o partido como um sujeito político oposto à espontaneidade, mas também um sujeito político que alimenta as suas iniciativas e articula suas táticas considerando que a espontaneidade das massas é o *elemento embrionário da consciência política*, que só se constituirá plenamente no desenvolvimento das ações políticas da luta de classes, quando for colocado em questão o poder político e a própria legitimidade do Estado burguês. A consciência de classe não surge como um momento de “revelação” para cada indivíduo em particular, como simples decorrência do conhecimento, mas de uma experiência prática e continuada de um trabalho de educação política e é por isso que,

a consciência política de classe não pode ser levada ao operário *senão do exterior*, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. A única esfera de onde se poderá extrair esses conhecimentos é a das relações de *todas* as classes e camadas com o Estado e o governo, na esfera das relações de *todas* as classes entre si (LENIN, 2010, p. 145, itálicos do autor).

Enquanto a luta de classes se apresenta como um dado objetivo inserido na essência da própria sociedade capitalista, a consciência que a percebe provém das lutas teóricas, embates travados num domínio fundamentalmente intelectual. Por isso, no que se refere à consciência política do proletariado, Lênin rejeita qualquer forma de espontaneísmo e na sua polêmica com os ‘economicistas’, reitera que “[...] o movimento operário espontâneo não pode resultar, por ele mesmo, *senão* no *trade*-unionismo (e inevitavelmente resulta), e a política *trade*-unionista da classe operária não é mais do que a política burguesa da classe operária” (LENIN, 2010, p. 163).

Todavia, importa observar que Lênin quando afirma que a consciência política de classe não pode chegar ao proletariado de fora da luta econômica, ou seja, de fora das relações entre operários e patrões não propõe o afastamento da luta sindical, o que se confirma em sucessivas passagens do *Que Fazer?*: “[...] As organizações operárias para a luta econômica

uma série de casos. Suas ‘verdades’ brotam da análise concreta de situação concreta com ajuda da concepção dialética da história. De uma ‘generalização’ mecânica de seus gestos ou decisões só pode emergir uma caricatura, um leninismo vulgar” (2012, p. 197). Demais, como enfatiza Atilio Boron, “[...] para além da radicalidade de seu estilo polêmico, não há como negar que Lênin foi, na história do socialismo e, muito particularmente, na história do pensamento socialista, um dos poucos autores capazes de submeter suas próprias idéias a uma crítica rigorosa e, por vezes, impiedosa” (BORON, 2006, p. 53).

devem ser organizações sindicais. *Todo operário socialdemocrata deve, no que for possível, apoiar essas organizações e trabalhar ativamente nelas*” (LENIN, 2010, p. 183, itálicos meus); “[...] A organização de um partido socialdemocrata revolucionário deve inevitavelmente constituir um *gênero diferente* da organização dos operários para a luta econômica” (LENIN, 2010, p. 183, itálicos do autor). O que Lênin defende, em todos os momentos, é a necessidade de levar a consciência política de classe para a luta sindical, *mas tendo sempre como direção o programa revolucionário socialista e é justamente por isso que a questão da organização do partido torna-se decisiva*,

Sobre a questão da organização do partido – e isto não vale apenas para o partido bolchevique e naquela particularidade russa – convém o registro das inúmeras formas de simplificação no sentido de rotular a concepção lenineana como restrita a *um pequeno partido de quadros*, simplificação deliberada com o objetivo de estigmatizar os partidos comunistas inspirados nessa orientação como “dogmáticos”, “autoritários” atc. Neste sentido, valho-me de uma relevante análise de Ruy Penna da qual tomo a liberdade de uma citação relativamente longa:

Lenin jamais sequer sugeriu que a mobilização espontânea das massas pudesse ser substituída pela atuação de qualquer grupo restrito de militantes, ainda que estes fossem extremamente preparados. Ocorreu justamente o inverso: ele manteve um combate incansável contra o ultraesquerdismo (ou sectarismo) ao longo de toda a sua vida política. Ao mesmo tempo, ele também percebeu o significado político oportunista e, portanto, a necessidade de combater aquela forma de espontaneísmo conhecida como economicismo. Na melhor das hipóteses, tanto o ultraesquerdismo quanto o economicismo concebem ‘as relações entre o consciente e o espontâneo’ de um modo mecânico e não dialético e, para Lênin, ambos ‘subestimam a atividade revolucionária das massas’ e ‘têm uma raiz comum, a saber: o culto da espontaneidade’, no caso do ultraesquerdismo apelando para o voluntarismo das ações artificiais que estimulem a mobilização das massas, e no caso do economicismo limitando o programa às ‘reivindicações concretas’ da vida cotidiana. (PENNA, 2014, p. 6-7).

Aliás, sobre a questão da oposição entre a organização como princípio e pressuposto da ação revolucionária do partido como sujeito político e uma suposta subestimação do elemento espontâneo atribuída a Lênin, que inclusive estaria no cerne da divergência entre ele e Rosa Luxemburgo, vale

mencionar uma passagem do *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* que desautoriza a referida interpretação e, ao mesmo tempo, coloca em xeque as críticas à decantada rigidez e inflexibilidade das diretrizes que orientam a concepção do partido e da ação revolucionária derivadas de seu legado teórico e político:

A história em geral, e a das revoluções em particular, é sempre mais rica de conteúdo, mais variada em suas formas e aspectos, mais viva e mais ‘astuta’ do que imaginam os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas. E isso é compreensível, pois as melhores vanguardas exprimem a consciência, a vontade, a paixão e a imaginação de dezenas de milhares de homens, ao passo que a revolução é obra – em momentos de especial exaltação e tensão de todas as faculdades humanas – pela consciência, a vontade, a paixão e a imaginação de dezenas de milhões de homens incitados pela mais aguda luta de classes. Daí se depreendem duas conclusões práticas muito importantes: a primeira, que a classe revolucionária, para realizar sua missão, deve saber utilizar *todas* as formas ou aspectos, sem a menor exceção, da atividade social (terminando depois da conquista do poder político, às vezes com grande risco e imenso perigo, o que não terminou antes dessa conquista); a segunda, que a classe revolucionária deve estar preparada para substituir uma forma por outra do modo mais rápido e inesperado (LENIN, 2014, p. 144).¹³

De qualquer modo, a grande questão que desafiou Lênin e por ele foi enfrentada era como organizar, nas condições históricas conhecidas, um partido revolucionário e como vincular esse partido aos diversos setores constitutivos do proletariado. A necessidade da teoria, da consciência crítica que se exerce sobre o movimento e sobre a sua espontaneidade é, nessa concepção, decisivo e essencial. O partido revolucionário do proletariado só pode ser autônomo e capaz de assegurar as condições para a consecução do projeto de ultrapassagem da ordem burguesa, na medida em que for portador dessa consciência política. Por isso, na construção desse partido se deve partir do *momento da consciência teórica e da iniciativa política*, o que implica a exigência de relações organizativas precisas e de disciplina consciente.

¹³ Sobre a divergência de Rosa Luxemburgo, quando esta entende que a organização é um *produto do movimento revolucionário das massas*, ver as observações de LUKÁCS, op.cit., p. 52-53.

Por outro lado, não resta dúvida de que essa concepção de partido político revolucionário é também incompatível com as características do intelectual tradicional, do intelectual orgânico da burguesia, na medida em que sua inserção na política requer a militância efetiva e integral no trabalho de educação política do proletariado; afinal, o que Lênin afirma é que, de um lado, a consciência teórica dos intelectuais não existe sem o seu objeto e, de outro, que a incapacidade dos operários para romper “de dentro” a ideologia burguesa, implica a necessidade deles receberem do exterior de sua prática cotidiana, os conhecimentos oriundos de outro universo teórico, conhecimentos indispensáveis para a compreensão das contradições existentes na realidade social. É assim que, para Lênin, supera-se a cisão entre prática e teoria, entre operários e intelectuais. Na reflexão de Lênin a ultrapassagem desta cisão só pode ser operada através de um movimento que contemple a articulação entre conhecimento e ação em uma realidade social concreta:

Já afirmamos que os operários *nem sequer podiam ter* consciência socialdemocrata. Esta só dia ser introduzida de fora. A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente s de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência *trade-* unionista, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc. Já a doutrina do socialismo nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas formuladas por representantes instruídos das classes proprietárias, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pela sua situação social, pertenciam à intelectualidade burguesa (LENIN, 2010, p. 89-90, itálicos do autor).

A resposta à indagação que motivou este artigo requer uma advertência realmente indispensável para a sua plena inteligibilidade: a necessidade ou não de um partido revolucionário, independente da concepção que julgemos mais adequada aos fins propostos, pressupõe uma definição sobre o projeto de sociedade que vinculamos à ação transformadora da qual esse partido seja um instrumento essencial ou seja: *ele só pode ser pensado por quem assuma uma proposta de transformação revolucionária da sociedade concretizada pelo modo de produção capitalista*. Em outras palavras, não tratarei aqui de reflexões mais ou menos sofisticadas sobre a falência

da forma partido, da “nova sociedade civil”, da “nova emergência das multidões” e do fim das lutas de classes, das concepções do “antipoder” (John Holloway), do retrocesso romântico das organizações comunitárias e dos transformismos nada ingênuos da “economia solidária”, entre outras artimanhas da imaginação burguesa; aqui o meu interesse é muito claro: o que subsiste das concepções de Lênin que pode ser incorporado ao processo de reestruturação revolucionária do Partido Comunista?

A reprodução, hoje, daquilo que Lênin defendeu no início do século passado- um órgão de imprensa para toda a Rússia com o objetivo de contraposição aos “círculos” e ao “trabalho artesanal”, à fragmentação dos grupos etc implica a necessidade (e possibilidade efetiva) de nosso Partido ter a capacidade de operar uma política de comunicação e informação em toda a dimensão de um país com amplas, sedimentadas e complexas desigualdades e diferenciações econômicas, sociais, culturais e, acima de tudo, uma política capaz de atender especialmente as áreas de grandes concentrações operárias.

Evidentemente que este problema concreto e decididamente só pode ser enfrentado mediante um sistema de aparatos de *comunicação, informação e formação política* que implica não somente o partido, *porém o Partido mais as suas mediações*, compatíveis com o embate e a luta ideológica, mas é fundamental, para a *construção de uma estratégia de ruptura realmente revolucionária* entender que a *luta ideológica*, que assumiu uma nova dimensão, exige uma intensidade muito maior e uma profunda mudança no trabalho partidário relativo à educação política, não só no que concerne à militância interna, mas o reconhecimento efetivo da necessidade *do recrutamento e da formação continuada de quadros oriundos diretamente da classe operária e dos diversos setores do proletariado*. Esta proposição aparentemente é óbvia e , numa análise mais apressada, até mesmo eivada de um certo tipo de obreirismo, mas deriva de algumas constatações que submeto à discussão e crítica.

A participação do nosso partido (PCB) nessa luta ideológica, em termos concretos, acomodou-se às manifestações e a produção publicizada de alguns intelectuais comunistas (nem sempre intelectuais com participação orgânica no cotidiano partidário), a atividades esporádicas, fragmentárias de formação política (eventos isolados, seminários, encontros, “cur-

“relâmpagos” de final de semana e às rotineiras e tradicionais “análises de conjuntura” operadas nas células partidárias etc). Em outras palavras, mesmo o eventual sucesso de algumas dessas atividades, do ponto de vista midiático e de presença de público, não pode elidir o fato de que não temos um projeto ambicioso e compatível com as demandas do campo de batalha da história, razão pela qual a nossa contribuição para ampliar e fortalecer o campo antagônico à burguesia ainda é, para dizer o mínimo, extremamente tímida.

Apesar da impossibilidade de um inventário das condições objetivas historicamente constitutivas, é forçoso reconhecer que as mudanças ocorridas nas quatro últimas décadas também implicaram uma derrota dos comunistas no embate ideológico e uma das consequências dessa derrota – que mesmo não sendo definitiva, fortaleceu a ascensão contrarrevolucionária – foi a disseminação de uma resistência anticomunista no interior da própria classe operária e, ao mesmo tempo, um terreno propício à recepção de todas as formas de reformismo e oportunismo. E tenho a certeza de que a acomodação da intelectualidade comunista ao confortável espaço universitário para a sua participação no necessário e cada vez mais urgente e crucial trabalho de formação de quadros na classe operária e demais setores do proletariado é mais uma questão a ser enfrentada, se o que pretendemos é contar com um forte movimento operário articulado com os diversos movimentos sociais, sob a vanguarda do bloco revolucionário do proletariado.

Em resumo, como escreve Lukács:

[...] *O partido tem de preparar a revolução.* Quer dizer, ele tem, por um lado, de procurar atuar (por meio da influência sobre a ação do proletariado e também das outras camadas exploradas) para a *aceleração* do processo de amadurecimento dessas tendências revolucionárias; por outro lado, no entanto, ele tem de preparar o proletariado ideológica, tática, material e organizacionalmente para a ação necessária na situação revolucionária aguda. (LUKÁCS, 2012, p. 2, itálicos do autor).

REFERÊNCIAS

- BENEFELD, Werner; TISCHLER, Sérgio (Comp.). *A 100 Ános del Qué Hacer? Leninismo, crítica marxista y la cuestión de la revolución*. Buenos Aires: Puebla, Herramienta: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.
- BENSAÏD, D.; NAIR, A. A propos de la question de l'organization. Lénine et Rosa Luxemburg. *Partisans*, Paris, n. 45, 1969.
- BERTELLI, Antonio Roberto. A questão do estado e da transição el Lênin e Bukhárin. *Novos Rumos*, ano 1, n. 2, p. 181-221, 1986.
- _____. *Capitalismo de estado e socialismo: o tempo de Lênin 1917-1927*. São Paulo: IPSO, IAP, 1999.
- _____. *Marxismo e transformações capitalistas: do Bernstein- Debate à República de Weimar – 1899-1933*. São Paulo: IPSO: IAP, 2000.
- _____. *Revisionismo e ortodoxia no marxismo*. São Paulo: IPSO: IAP, 2003.
- BORON, Atilio. Estudo introdutório – atualidade de *Que Fazer?*. In: LENIN, V. I. *Que Fazer? A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRANDT, Vinícius Caldeira. Nota sobre as interpretações burocráticas da burocracia ou as artes da tesoura. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 17, jul./out. 1976.
- BRAZ, Marcelo. Apresentação. In: LENIN, V. I. *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Partido e revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CARLO, Antonio. A concepção do partido revolucionário em Lenin. *Estudos Cebrap*, São Paulo, jan./mar. 1975.
- CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Ensaio*, n. 17/18, 1989.
- COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil*. São Paulo: ICP, 2013.
- COUTINHO, Ronaldo. Lênin: a dimensão teórica e prática do compromisso político revolucionário. In: LENIN, V. I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- _____. Por que Lênin?. *Novos Temas: Revista de Debate e Cultura Marxista*, São Paulo, n. 9, p. 103-119, 2014.
- ENGELS, Friedrich. *As Guerras Camponesas na Alemanha*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Florestan. Apresentação. In: LENIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERREIRA, Muniz. Crise de hegemonia, globalização e imperialismo. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 213-236.

GARCIA, Marco Aurélio. Reforma e revolução/ reforma ou revolução (discussão de um paradigma). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 9-38, mar./ago. 1990.

GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979

GUSTAFSSON, B. *Marxismo y revisionismo. La crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. Barcelona: Grijalbo, 1975.

JOHNSTONE, Monty. Lênin e a revolução. In: HOBSBAWM, Eric J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEFEBVRE, H. *La pensée de Lénine*. Paris: Ed. Bordas, 1957.

LIEBMAN, Marcel. *Le Léninisme sous Lénine*. Paris: Éditions du Seuil, 1973. v. 1.

LENIN, V. I. *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LÉNINE, V. *Oeuvres*. Paris: Éditions Sociales, 1959, t. 4; 1966, t. 1, t. 7; 1967, t. 13.

LUKÁCS, György. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Rio de Janeiro: Ciência e Paz, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. v. 1.

MAZZEO, Antonio Carlos. Lênin e a teoria do Estado Revolucionário. *Novos Rumos*, ano 2, n. 2, p. 155-187, 1987.

NETTO, José Paulo. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Introdução. In: LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PENNA, Ruy. Apresentação. In: *1903: Atas do Segundo Congresso do Partido Operário Socialdemocrata da Rússia (POSDR)*. São Paulo: Editora Marxista, 2014. v. 1.

PINHEIRO, Milton. Operador político, movimentos sociais e lutas antissistêmicas. In: _____. (Org.). *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

RODRIGUES, Leôncio Martins; DE FIORE, Ottaviano. Lênin e a Sociedade Soviética: o capitalismo de estado e a burocracia. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 15, jan./mar. 1976.

LENIN E A INTERNACIONAL

Marcos Del Roio

1 INTRODUÇÃO

O verão europeu de 1914 foi momento de uma grande virada histórica. A eclosão da guerra não foi precisamente uma surpresa, mas o efeito em cadeia que envolveu praticamente toda a Europa, os Países imperialistas e suas respectivas zonas coloniais, foi algo sem precedentes. Pela primeira vez as nações imperialistas capitalistas com grau significativo de industrialização e de poder bélico até então inigualável se confrontavam em campo de batalha amplo e múltiplo. Milhões de homens se mobilizaram para a guerra, quase todos insuflados pelo discurso que expressava sólida concentração de hegemonia burguesa frente o risco crescente e quase iminente que o movimento operário socialista representava para o capital e o poder político concentrado nos Estados imperiais em disputa pelo predomínio.

A Internacional Socialista, fundada em julho de 1889, colocara no centro de suas preocupações a luta pela Paz, assim como pela democracia e pelo socialismo. A convicção era que a preservação da Paz entre os Estados contribuía na luta pela democracia, a qual, por sua vez, apontava para a realização do socialismo. No entanto, a Internacional concentrou

todas as suas forças na estratégia da manutenção da Paz o que facilitou a subsunção do partido operário a hegemonia burguesa que se consolidava, o que incluía a “nacionalização” da classe operária.

Certo que Engels havia previsto que a guerra era um risco altíssimo diante da presença de exércitos sempre maiores e de maior capacidade bélica, o que implicava que a estratégia socialista fundada na luta pela Paz e no cerco do poder burguês não poderia se abster de contemplar a possibilidade da guerra e as condições que se abririam para a luta revolucionária. Da mesma maneira, Engels havia antecipado que as contradições que se avolumavam no império russo tornavam inevitável uma eclosão revolucionária democrática. A revolução democrática burguesa de 1905, na Rússia, na sequência da guerra nipo-russa, ainda que tenha sido principalmente uma revolução “nacional”, provocou um deslocamento de forças em toda a região periférica, da Turquia ao Japão e a indústria bélica se fortaleceu nos Estados imperialistas.

O debate sobre a questão da guerra e do imperialismo ganhou impulso depois de 1907, no congresso de Estocolmo, mas a Internacional Socialista jamais conseguiu resolver a complexa equação, que envolvia a questão nacional, da guerra, do imperialismo, da revolução. Havia divergências fundas dentro dos partidos nacionais e, em ocasiões diferentes, entre os partidos. O SPD – Partido Socialdemocrata da Alemanha acentuou o preconceito antirusso e acelerou a sua crescente submissão à ideologia nacionalista, que se desdobrava no apoio ao imperialismo. Assim, a postura da socialdemocracia alemã frente uma eventual guerra já estava virtualmente dada. Note-se que a IS acabava também se dividindo entre os que seguiam as posições majoritárias da SPD, como os holandeses e os escandinavos, e os que seguiam o partido francês, como os ingleses, italianos, balcânicos, poloneses e russos (REBERIOUX, 1979).

Essa política encontrava-se respaldada na leitura que se fazia do desenvolvimento capitalista e do imperialismo. Hilferding, no seu *O capital financeiro* (1910), entendia que o capitalismo se endereçava para formas mais organizadas que abriria caminho para uma sorte de socialismo de Estado e que a guerra seria evitável. Para Kautsky a previsão era de que a formação de grandes corporações monopolistas em concorrência no mercado mundial gestaria o supra imperialismo, deduzindo disso que a guerra

não seria do interesse da burguesia, mas sim de camadas sociais agrárias, herdeiras do feudalismo. Isso justificaria alianças com frações burguesas e a aposta na democratização do Estado.

As vertentes de esquerda da socialdemocracia tinham uma leitura bastante diferente da realidade. Guardadas as importantes diferenças existentes, a concepção era que o desenvolvimento do capitalismo levava ao imperialismo e a guerra, de modo que a luta contra esses fenômenos coincidiam com a luta pela revolução socialista. Nessa leitura, na qual se destacou a obra de Rosa Luksenburg, *A acumulação do capital* (1913), a eclosão da guerra deveria ter como resposta a greve política de massas e a insurreição armada contra o Estado. Pouca ou nenhuma importância teve o fato de a posição da esquerda ter sido vencedora em certas ocasiões, como no encontro de Basileia em 1912, pois, em julho de 1914, o levantamento da bandeira da Pátria em perigo e a mobilização total para a guerra significou a mais grave derrota do movimento operário socialista desde o massacre da Comuna de Paris. Agora seriam milhões de proletários a morrer pela Pátria que só lhes oferecia miséria e exploração do trabalho.

O movimento dos trabalhadores voltava a ganhar força pelo menos desde 1912, mas também as sementes da guerra, em contraposição, já estavam plantadas e frutificando nos Balcãs, na Líbia, no Marrocos. Contudo para as classes dominantes e para as instituições operárias que haviam fincado raízes na ordem burguesa, o principal era frear a revolução. A guerra levou a imensa maioria das classes dirigentes, da intelectualidade reacionária e mesmo liberal-democrata a urros de excitação, deixando impressionados os dirigentes socialistas. Foram poucos aqueles que viram na guerra aquilo que efetivamente era: a barbárie, a contraparte da civilização burguesa. Certo que Lenin foi aquele que melhor viu o que ocorria, o que melhor interpretou e antecipou os acontecimentos, mesmo que em posição de quase isolamento (HAUPT, 1978).

2 ISOLAMENTO E PERSISTÊNCIA.

O impacto moral e político que o desencadeamento da guerra generalizada e a capitulação praticamente sem resistência da Internacional Socialista -- em particular do SPD -- alcançou Lenin de maneira muito

forte. Entre aqueles poucos socialistas marxistas que se opuseram a guerra desde o primeiro dia, Lenin foi quem rapidamente percebeu que a guerra trazia como implicação uma mudança estratégica e a atualidade da revolução socialista internacional.

Em artigo escrito em outubro e publicado em 1 de novembro de 1914, Lenin afirmava com convicção que

o único conteúdo real, o significado e o sentido da guerra presente é anexar terras e subjugar outras nações, arruinar a nação concorrente, saquear suas riquezas, desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas de Rússia, Alemanha, Inglaterra e demais países, desunir e confundir os operários com propaganda nacionalista e exterminar a sua vanguarda para debilitar o movimento revolucionário do proletariado. (LENIN, 1976a, t. V, p. 161).

Lenin já tinha então clareza sobre o que deveria ser feito para barrar a guerra, que opunha fulcralmente a burguesia germânica à coligação burguesa anglo-francesa. Para ele, de fato, deveria ser travada “a única guerra verdadeiramente emancipadora, quer dizer, a guerra civil contra a burguesia, tanto de seu “próprio” país, quanto dos países “alheios” [...]”. (LENIN, 1976a, t. V, p. 162-163).

Entretanto, notava Lenin, a socialdemocracia deixava de lado a perspectiva socialista e assumia o nacionalismo burguês como sua ideologia e como prática política. Essa postura oportunista era secundada pela corrente “pacifista”, que contribuía para encobrir a bancarrota da Internacional. “Ao contrario – dizia Lenin –, é preciso reconhecer abertamente essa bancarrota e compreender suas causas para poder criar um novo agrupamento socialista, mais sólido, dos operários de todos os países” (LENIN, 1976a, t. V, p. 165).

Percebe-se então que Lenin, sob o impacto da “traição” da Internacional Socialista, em primeiro lugar do SPD, o partido referencial do movimento dos trabalhadores, desde logo se endereça para a construção de uma nova Internacional, cujo passo inicial é a ruptura completa com o oportunismo. Entrava na ordem do dia a revolução socialista internacional e

Que os oportunistas “conservem” as organizações legais ao custo da traição de suas convicções; os socialdemocratas revolucionários utilizarão os

hábitos de organização e os vínculos da classe operária para criar formas ilegais de luta - em consonância com a época de crise – pelo socialismo e unir estreitamente os operários de todos os países e não com a burguesia chovinista de seu próprio país. A Internacional proletária não pereceu e nem perecerá. As massas operárias criarão a nova Internacional por cima de todos os obstáculos. (LENIN, 1976a, t. V, p. 168).

Contudo,

na Rússia, devido o maior atraso do país, que não levou ainda a cabo a sua revolução burguesa, as tarefas da socialdemocracia devem ser ainda os três requisitos fundamentais da transformação democrática consecutiva: república democrática (com plena igualdade de direitos e autodeterminação de todas as nações), confisco das terras dos latifundiários e jornada de oito horas. (LENIN, 1976a, t. V, p. 167).

A mudança estratégica estava dada: a revolução democrática na Rússia estaria agora acoplada à revolução socialista no Ocidente e a organização de uma nova Internacional seria um passo indispensável. Ocorre que Lenin era voz praticamente isolada, que tinha alguma repercussão apenas entre os próprios bolcheviques. A conclamação pela cisão não convencia os largos e incertos setores de “centro” da Internacional Socialista.

Em resposta a um artigo de Kautsky, no *Neue Zeit*, de outubro de 1914, Lenin escreve e publica em dezembro, um pequeno comentário no qual compara o que o mesmo autor havia escrito em 1909, no livro *O caminho do poder* com o texto de agora, já com a guerra em andamento, para mostrar a capitulação política e ideológica do mais respeitado teórico da Internacional Socialista. Kautsky é, no entanto, apenas um exemplo, o principal, mas longe de ser o único. Toda uma geração de dirigentes socialdemocratas, que ao fim expressavam a vontade de suas bases sociais e políticas, havia capitulado frente à guerra, havia seguido a ideologia burguesa do nacionalismo extremado.

Nesse texto, *Chauvinismo morto e Socialismo vivo (como reconstituir a Internacional)*, se pergunta do por que teria isso acontecido, como do ponto de vista social histórico se poderia explicar esse acontecimento decisivo. A primeira hipótese é que o período de paz internacional e de

legalidade política teria condicionado o movimento operário e a social-democracia a lutar unicamente nessas condições, nesse terreno, que seria aquele mais fértil para originar o oportunismo. Diz Lenin:

Mas os decênios da época “pacífica” não passaram sem deixar marcas: criaram de maneira inelutável o oportunismo em todos os países, assegurando-lhe o predomínio entre os “chefes” parlamentares, sindicais, jornalistas, etc. (LENIN, 1976b, t. V, p. 210).

Mesmo assim, segundo Lenin, a Internacional cumpriu o seu papel histórico de contribuir pra a organização da classe operária e para a difusão do marxismo, mas agora, por conta da guerra, pode ser considerada morta. A guerra mostrou como no involucro da Internacional Socialista havia diferentes vertentes teóricas, diferentes interesses. Esse era um elemento positivo em perspectiva histórica, apesar do impacto moral que produzia a participação na guerra da fração majoritária da socialdemocracia. Mas, por ora, no pensamento de Lenin, a Internacional sobrevivia e deveria ser reconstituída nos termos da luta contra a guerra e pela revolução. De fato,

a Internacional consiste na aproximação mútua (primeiro ideológica e depois, a seu tempo, orgânica) de homens capazes de defender de verdade em nossos difíceis dias o internacionalismo socialista, quer dizer, de agrupar suas forças e “disparar de volta” contra os governos e as classes dirigentes de suas “pátrias” respectivas”. (LENIN, 1976b, t. V, p. 211).

Lenin indica a necessidade da cisão com os socialchovinistas e seus defensores de maneira suave, acentuando a necessidade de se fazer o trabalho de reconstituição da Internacional apenas com quem esteja disposto (o que não seria o caso daquela citada maioria socialdemocrata). A cisão com os socialchovinistas é condição para que a vertente vacilante, atordoada, pacifista possa ainda fazer parte da Internacional reconstituída.

Meses depois, entre maio e junho de 1915, Lenin escreve um texto mais organizado e sistematizado sobre o mesmo tema, *A bancarrota da II Internacional*, com aprofundamento de teses antes apenas esboçadas. Esse texto teria seguramente como objetivo, entre outros, o de angariar apoio para o projeto de fundação de uma nova Internacional, agora com uma posição mais clara sobre a questão.

Lenin denuncia mais uma vez a “traição” dos grupos dirigentes dos partidos operários, que, em sua maioria decidiram pelo apoio a burguesia, ao governo e ao comando militar de seus respectivos países, em contra as resoluções tomadas no Congresso da Internacional realizado em Basileia (Suíça), em 1912. Esse Congresso havia definido que frente a guerras de caráter imperialista a Internacional confrontaria com a mobilização, a sabotagem, a revolução, pois que uma situação revolucionária seria criada. O argumento da maioria que optou por apoiar a burguesia era que as condições concretas em que a guerra surgiu a revolução como resposta era impossível. Pode-se dizer que o reconhecimento da derrota, seguida de capitulação, não poderia ser mais clara.

A resposta de Lenin, sempre orientada pelo horizonte da revolução, entende que essa só pode ocorrer a partir de uma situação revolucionária, mas que não é uma decorrência necessária. Ou seja, é muito difícil a ocorrência de uma revolução. De fato, a situação revolucionária pode ser identificada quando a classe dominante não pode mais manter o seu poder sem que faça alterações na forma do domínio; quando ocorre um agravamento das dificuldades das condições de vida das massas; um aumento significativo na mobilização das massas (LENIN, 1976c, p. 226). Mas para que a revolução ocorra é necessário ainda observar “a capacidade da classe revolucionária de levar a cabo ações revolucionárias de massa suficientemente fortes para romper (ou quebrar) o velho governo, que nunca, nem mesmo em épocas de crise “cairá” se não se lhe “fizer cair”” (LENIN, 1976c, p. 227).

Para Lenin, há uma situação revolucionária produzida exatamente pela guerra, mas não se sabe até quando essa situação poderá perdurar, pois a burguesia pode reverter a situação. A revolução pode acontecer, mas “a resposta só poderá nos oferecer a experiência do desenvolvimento do estado de animo revolucionário da classe avançada, do proletariado, e de sua passagem para ações revolucionárias” (LENIN, 1976c, p. 229). Assim, ao militante socialista cabe a missão de

revelar às massas a existência de uma situação revolucionária, de explicar a sua amplitude e a sua profundidade, de despertar a consciência revolucionária e a decisão revolucionária do proletariado, de ajuda-lo a passar para as ações revolucionárias e a criar organizações que correspondam à situação revolucionária e que sirvam para trabalhar nesse sentido. (LENIN, 1976c, p. 229).

Na avaliação de Lenin, então, a guerra desencadeava uma situação revolucionária e a bancarrota da Internacional era apenas o sinal de que essa havia cumprido a sua missão histórica e que uma nova era agora tinha início, a qual exigia um novo operador político. A explicação científica para bancarrota da Internacional Socialista, para a sua incapacidade de fazer frente à guerra imperialista precisava ser localizada no surgimento e desenvolvimento do oportunismo, que, a rigor, existia desde os primórdios do SPD e depois da IS. Lenin não aborda essa questão, mas, sem dúvida, o lassallismo foi uma vertente que sempre foi muito influente e que se somou a outras correntes de estirpe social reformista. O oportunismo (reformismo) ganhou força na fase da legalidade e impôs a ideia e a prática da colaboração entre as classes. Diz Lenin:

O oportunismo é o sacrifício dos interesses vitais das massas em troca dos interesses momentâneos de uma minoria insignificantes de operários ou, dito em outros termos, a aliança de uma parte dos operários e a burguesia contra a massa proletária. (LENIN, 1976c, p. 257).

Essa vertente do movimento operário era forte exatamente pela quantidade de recursos aos quais tinha a acesso por conta de sua aliança com a burguesia. Lenin não considera, porém, outro elemento explicativo de importância, qual seja, que o grupo dirigente oportunista / reformista era mesmo expressão das bases sindicais e partidárias. Ao fim das contas – e sempre considerando o caso alemão – desde 1875 até 1914, o marxismo revolucionário era corrente minoritária no movimento operário, ainda que com prestígio e capacidade de ditar um coerente discurso ideológico.

De todo modo foi a corrente oportunista que se fez a corrente socialchovinista e social imperialista com a eclosão da guerra. Para Lenin,

Defender e consolidar a sua privilegiada situação de “camada superior” da pequena burguesia ou da aristocracia (e da burocracia) da classe operária: está aqui a continuação natural, durante a guerra, das esperanças oportunistas pequeno burguesas e da tática que daí se depreende; está aqui a base econômica do social imperialismo de nossos dias. (LENIN, 1976c, p. 257).

Em suma,

A base econômica do oportunismo e do chovinismo no movimento operário é sempre a mesma: a aliança de reduzidas camadas superiores do proletariado e da pequena burguesia – que aproveitam as migalhas dos privilégios de “seu” capital nacional – contra as massas proletárias, contra as massas trabalhadoras e oprimidas em geral. (LENIN, 1976c, p. 259).

A implicação lógica dessas considerações indica a necessidade da cisão orgânica do movimento operário. A aristocracia operária, a burocracia sindical e partidária criaram interesses próprios que as aproxima do interesse da burguesia e da pequena burguesia, de modo a aderir à ideologia nacionalista e imperialista sem maiores problemas. Com tal situação às massas proletárias toca a criação de um novo instrumento de ação política, um novo partido revolucionário adequado à situação reinante de conflito militar e preparado para desencadear a guerra civil contra a burguesia e desenvolver a revolução socialista internacional.

3 ZIMMERWALD

Às vésperas da conferência que se realizaria em Zimmerwald, Lenin escreveu um documento de título *O socialismo e a guerra*, que expressava a posição dos bolcheviques frente a essa questão. Chama a atenção para a necessidade de se definir a particularidade da guerra em andamento, dado que esse problema não tinha resposta consensual, até longe disso. Para Lenin a guerra não era uma guerra nacional, a não ser talvez para a Sérvia. Tratava-se de fato, no seu conjunto, de uma guerra imperialista. A guerra indicava como

O capitalismo, progressivo em outros tempos, é hoje reacionário e desenvolveu as forças produtivas a tal ponto que a humanidade se encontra hoje diante do dilema de passar ao socialismo ou de padecer durante anos, talvez decênios, a luta armada entre as “grandes” potências pela conservação artificial do capitalismo mediante as colônias, os monopólios, os privilégios e a opressão nacional de todo gênero. (LENIN, 1976d, t. V, p. 288).

A corrente oportunista do movimento operário ao identificar a guerra como de defesa nacional e eventualmente progressiva do ponto de vista burguês, justifica a sua adesão à guerra em apoio às burguesias nacionais e se coloca a Internacional em estado de letargia. A compreensão do caráter da guerra como imperialista exige que se ponha na ordem do dia a revolução socialista internacional e se reordene a Internacional em termos completamente diferentes.

A orientação política de Lenin é bastante clara e acentua a necessidade de se agrupar todas as correntes marxistas internacionalistas presentes em quase todos os países conflagrados, com destaque para a Alemanha, em firme oposição ao socialchovinismo e ao “centrismo”, que ainda entendia poder restaurar a Internacional Socialista. Assim seria composta, na luta, uma nova Internacional dedicada à guerra civil revolucionária contra o imperialismo.

Lenin procura localizar os grupos que se opõe à guerra e pugnam pela revolução, mas nota que ainda são pouco numerosos, mas com grande possibilidade de crescimento desde que tenham uma posição política e ideológica muito clara. Entre os dias 5 e 8 de setembro de 1915, em Zimmerwald, na Suíça, tem lugar um reunião de alguns desses grupos opositores. O Manifesto de Basileia era o ponto de referencia de todos esses que se opunham a guerra e a política do oportunismo. Precedida por conferências de jovens e de mulheres, a conferência política de Zimmerwald foi organizada pelo suíço Robert Grimm e pelo russo Martov (que não era bolchevique).

Foram 38 delegados de 11 países, mas apenas os partidos da Itália, Rússia, Letônia, Polônia, Romênia e Bulgária se fizeram representar oficialmente. O Manifesto do encontro sugere a falta de definição teórica e prática, pois a crítica a guerra e ao imperialismo se limita a exortação pela paz sem anexações e pela autodeterminação dos povos. Apenas uma minoria de seis delegados subscreveu outro documento que invocava a necessidade da luta contra a guerra e a denuncia do oportunismo. Entre esses seis delegados estavam Lenin, Zinoviev e Radek, enquanto Trotsky e Martov assinaram o documento majoritário (REBERIOUX, 1974, v. 2, p. 739-741).

Antes de finalizar o ano de 1915, Lenin ainda escreveu outro texto que procurava mostrar como os socialchovinistas e também os centristas

havam traído as decisões coletivas tomadas em encontros da Internacional. Ao difundido argumento oportunista de que não havia condições para a que uma ação revolucionária fosse entabulada, Lenin retruca que as revoluções “são precedidas de por um processo de efervescência, crises, movimentos e comoções de começo da revolução, com a particularidade que esse processo nem sempre se desenvolve até o fim (por exemplo, se a classe revolucionária é débil).” (LENIN, 1976e, t. 5, p. 346).

Arrematava Lenin nessa ocasião que

apoio, desenvolvimento, ampliação, confluência das ações revolucionárias das massas e do movimento revolucionário. Criação de uma organização clandestina para fazer propaganda e agitação com esse fim, para ajudar as massas a compreender o movimento, suas tarefas seus meios e seus fins. A esses dois pontos se reduz toda a tarefa de ação prática da socialdemocracia nessa guerra. (LENIN, 1976e, t. 5, p. 348).

Ainda que a posição dos bolcheviques fosse ainda muito minoritária, depois de Zimmerwald conseguiu alguma difusão. Os oportunistas / socialchovinistas tentaram criar obstáculos à realização de outra reunião desse tipo, mas fracassaram diante da realização, entre 24 e 30 de abril de 1916, da conferência de Kienthal, quando se reuniram 44 delegados. Os efeitos sociais e políticos da guerra previstos por Lenin começavam a se aguçar, com o espocar de algumas greves importantes e o deslocamento à esquerda de parte do movimento socialista. A conferência expressou essa situação e a esquerda, que alçava a posição defendida por Lenin desde o começo da guerra, conseguiu 19 votos na discussão do documento final (REBERIOUX, 1974, v. 2, p. 742-743).

Na disputa científica e ideológica que travava, para Lenin era da maior importância a demonstração de que o imperialismo (fase contemporânea do capitalismo), que conseguira acoplar determinada camada do proletariado à sua base social era o inimigo a ser batido. Demonstrar que qualquer aliança ou proximidade em relação aos oportunistas de todos os matizes era uma ação equivocada e contrária aos interesses da revolução proletária. Dizia então no artigo *O imperialismo e a cisão do socialismo* que “a burguesia de uma grande potencia imperialista tem capacidade econô-

mica para subornar as camadas superiores de seus operários [...]” (LENIN, 1976f, t. VI, p. 136).

Os esforços vindos de várias direções para reestabelecer as relações internacionais entre os socialistas ganharam impulso em 1917, em particular depois de março com a vitória da revolução democrática na Rússia. Esses esforços, no entanto, desnudaram ainda mais o estado de fragmentação em que se encontrava o movimento socialista. Muito empenho e muito tempo foi gasto para a realização de uma conferencia mais ampla em Estocolmo, mas as diferenças se mostraram grandes demais e o encontro – sucessivamente postergado – acabou por não se realizar (REBERIOUX, 1974, p. 750-753).

Desde o começo desse ano, Lenin já indicava que o movimento zimmerwaldiniano estava comprometido pela falta de uma orientação política nítida. Não era possível manter ainda ilusões a respeito das posições de Kautsky e Martov, por ex. Também as duas vertentes do movimento estavam por se separar:

O futuro imediato nos indicará qual será o curso dos acontecimentos na Europa, em particular a luta entre o pacifismo reformista e o marxismo revolucionário, incluindo a luta entre os dois setores zimmerwaldinianos. (LENIN, 1976g, t. VI, p. 166).

Os acontecimentos se precipitaram efetivamente com a eclosão revolucionária na Rússia. Agora a revolução democrática burguesa russa poderia se o início da revolução socialista internacional, o que tornava mais premente ainda que a classe operária russa assumisse o poder e que se aliasse ao proletariado alemão. Dizia Lenin então no seu discurso de despedida da Suíça rumo a Petrogrado:

As condições objetivas da guerra imperialista são a garantia de que a revolução não se limitará à primeira etapa da revolução russa, de que a revolução não se limitará à Rússia. O proletariado alemão é o aliado mais fiel e mais seguro da revolução proletária russa e mundial. (LENIN, 1976h, p. 250).

Chegado à Rússia, Lenin apresentou à direção bolchevique um documento que definia *As tarefas do proletariado na nossa revolução*. Nesse documento, além de propor que o proletariado derrubasse o poder bur-

guês e forjasse um Estado-comuna através dos soviets, retoma ainda uma vez o problema das relações internacionais do proletariado. Lembra como a Internacional Socialista se cindiu entre uma maioria socialchovinista, um centro que defendia a unidade do movimento e aluta pela Paz, e a esquerda de Zimmerwald, onde se encontravam Lenin e os bolcheviques, os quais defendiam a revolução socialista internacional. Em resumo, “seu principal traço característico é: a ruptura completa com o socialchovinismo e com o “centro”, a abnegada luta revolucionária contra o governo imperialista próprio e contra a burguesia imperialista própria” (LENIN, 1976i, p. 301).

Nesse documento, Lenin faz a invocação explícita, declarada urgente, pela fundação de uma nova Internacional:

Estamos obrigados, precisamente nós, e agora mesmo, sem perda de tempo, a fundar uma nova Internacional revolucionária, proletária; melhor dito, devemos reconhecer sem temor, abertamente, que essa Internacional já foi fundada e atua. (LENIN, 1976i, p. 306).

Mesmo que fossem pouco numerosos e ainda em fase de organização, para Lenin era indispensável uma coligação internacional do proletariado para travar batalha pela revolução socialista. A necessidade da cisão era enfatizada mais que nunca, pois a necessidade de novos partidos revolucionários que formassem a III Internacional era impostergável. No entanto, essa invocação encontrou restrições mesmo entre os bolcheviques e o andamento da revolução russa deixou essa questão momentaneamente em segundo plano, ainda que Lenin tenha muito bem lembrado, em 7 de novembro de 1917, quando os bolcheviques assumiam o poder, que aquele era o momento inicial da revolução socialista mundial.

4 CISÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO E FUNDAÇÃO DA INTERNACIONAL COMUNISTA

Com a necessidade premente de defesa da revolução na Rússia e de difusão da revolução para a Alemanha, em primeiro lugar, a organização da esquerda marxista ficou ainda mais importante. Em janeiro de 1919, *na Carta aos operários da América e da Europa*, Lenin anunciava que a posição de isolamento dos bolcheviques na defesa da necessidade da fundação de novos

partidos e de uma nova Internacional havia sido finalmente rompida e que o movimento operário se organizava na forma de soviets também em outros Países, mas sempre com o destaque ficando com a Alemanha e o recém fundado KPD – Partido Comunista da Alemanha (LENIN, 1976j, t. IX).

Enfim, entre 2 e 6 de março de 1919, se desenvolve o Congresso de fundação da Internacional Comunista, objetivo pelo qual Lenin lutava desde o início da guerra e a bancarrota da Internacional Socialista, no verão de 1914. O encontro se desenrolou tentando demarcar a cisão teórica e organizativa com a direita socialdemocrata, que havia se reunido em fevereiro (KRIEGEL, 1978, p. 81-93). O ponto mais importante dessa cisão foi enunciado na crucial diferença na compreensão da questão da democracia. Para os reformistas o problema se reduzia à defesa e aperfeiçoamento das instituições da república democrática liberal burguesa, a qual, em tese, possibilitaria a progressão da classe operária em termos de condições de vida e de direitos, até mesmo o acesso ao governo do Estado. Para o movimento comunista, que agora se fundava, essencial era a desorganização do Estado burguês a sua substituição por outra forma de democracia, a ditadura democrática do proletariado organizada sobre a base de conselhos.

Com efeito,

[...] a ditadura do proletariado não só deve acarretar inevitavelmente uma mudança das formas e instituições da democracia, falando em geral, mas precisamente uma mudança que ofereça uma extensão ainda não vista no mundo no gozo efetivo da democracia pelos homens que o capitalismo oprimia, pelas classes trabalhadoras. (LENIN, 1976k, t. IX, p. 217).

Desde o começo de 1918 a Rússia teve já que enfrentar o levante reacionário da nobreza feudal e da burguesia, que contou com apoio político e militar do imperialismo, além dos próprios mencheviques e socialistas revolucionários, os quais havia antes composto o governo provisório junto com a representação burguesa. A situação de guerra civil e de intervenção imperialista dificultaram sobremaneira a correspondência e os contatos internacionais, tão necessários à organização da nova Internacional. Lenin e os bolcheviques fizeram o possível para furar o bloqueio e tentar acompanhar os acontecimentos no seio do movimento operário da Europa, que as-

sistia o empenho de reorganização da Internacional Socialista, assim como também se agrupavam os simpatizantes da revolução dos soviets.

A clareza teórica e o empenho prático eram pontos decisivos para a consolidação da cisão do movimento operário que a organização da Internacional Comunista implicava. Dai a insistência de Lenin na demarcação da diferença fundamental entre a IC e a Internacional Socialista que se empenhava na reorganização.

As discrepâncias mais profundas, mais fundamentais, que resumem o que foi dito e explicam a inevitabilidade da lua teórica implacável no plano teórico e político-prático do proletariado revolucionário contra a Internacional de Berna, dizem respeito aos problemas da transformação da guerra imperialista em guerra civil e da ditadura do proletariado. (LENIN, 1976l, t. X, p. 93).

Na medida em que a contra revolução armada recuava e os grupos comunistas se organizavam na Europa e também na Ásia a situação parecia melhorar. Em fins de 1919, Lenin participou do importante Congresso de representantes dos povos do Oriente. Exortou então a organização dos comunistas e destacou a importância do campesinato na luta revolucionária contra o imperialismo internacional, o que significava cravar a importância da aliança operária e camponesa a nível mundial. Nesse cenário, todavia, as manifestações de nacionalismo burguês poderiam ser bem vistas, na medida em que se opunham ao colonialismo e ao “feudalismo”.

Diz então que

Por si mesmo se compreende que o proletariado de todos os países avançados do mundo só pode vencer – e nós, os russos começamos a obra que consolidará o proletariado inglês, francês ou alemão; mas vemos que eles não vencerão sem a ajuda das massas trabalhadoras de todos os povos coloniais oprimidos e, em primeiro lugar, dos povos do Oriente. (LENIN, 1976m, t. X, p. 218).

A circulação de informações continuava a ser bastante limitada, mas as palavras “bolchevique” e “soviet” haviam se difundido pela Europa e boa parte do mundo. Frente à crise do socialismo e do anarquismo, a nova vertente política (e cultural) do movimento operário que se agrupava

em torno da Rússia dos soviets ganhava contornos, ainda que em meio a fortes contradições. Por ocasião do primeiro aniversário da IC, Lenin se mostrou cauteloso, mas otimista quanto aos rumos da nova organização. Insistia particularmente na necessidade da cisão e na demarcação de posição frente ao social reformismo na Europa. Dizia que

A Europa caminha para a revolução de maneira distinta da maneira que fizemos nós, mas, na essência, está passando pela mesma situação. Cada país deve levar a sua maneira e começou já a levar a luta interna contra os próprios “mencheviques”, contra o oportunismo e contra os próprios “esseristas”, que existem com outros nomes e maior ou menor grau em todos os países. (LENIN, 1976n, t. X, p. 431).

O II Congresso da IC se realizou em Moscou entre os dias 19 de julho e 7 de agosto de 1920. Era o momento de consolidar a IC e de constatar que a onda revolucionária na Europa começava já a refluir, enquanto na Rússia a guerra civil se desenvolvia em modo favorável aos bolcheviques. Apenas a ofensiva do exército vermelho na Polônia deu uma nova esperança, mas muito momentânea, considerando que o caminho da revolução foi sustado em Varsóvia.

Das principais preocupações do congresso -- expressas por Lenin -- foram a reafirmação dos princípios que orientaram a fundação da nova organização, em termos de teoria e ação política. A vertente social reformista mostrava ainda grande vitalidade na Europa e já nos estudos sobre o imperialismo, Lenin havia mostrado como a burguesia fazia concessões a setores do movimento operário por conta do apoio à expansão nacional imperialista, o que tornava o processo revolucionário de grande complexidade. Assim, grande importância foi dada a problemas que diziam respeito à Europa imperialista, mas que eram decisivos no contexto da periferia colonial, agrária e pré-capitalista, tais como a questão nacional, a questão agrária, em particular no mundo colonizado pelo imperialismo. Era a primeira vez que se refletia sobre essas questões de um ponto de vista radicalmente anti-imperialista e anticapitalista, tendo Lenin participado exatamente da comissão que estudou o problema agrário e nacional.

Caberia aos comunistas lutar contra a democracia burguesa enquanto forma de dominação burguesa e imperialista, assim como analisar

a questão nacional de forma concreta. Antes de tudo, dever-se-ia observar a contraposição entre nações opressoras e nações oprimidas. As nações opressoras seriam muito poucas, segundo observava Lenin, e eram fundamentalmente os vitoriosos da guerra imperialista: Inglaterra, França, EUA, Japão. As nações oprimidas eram as derrotadas na guerra: Alemanha, a desintegrada Áustria-Hungria, a Turquia. No entanto, a maior parte das nações oprimidas eram aquelas submetidas a situação de colônias ou a diversos graus de dependência frente ao imperialismo e que era a maioria da população do globo. Essa situação, consolidada com o Tratado de Versalhes, deveria intensificar

a luta revolucionária, tanto do proletariado dos países avançados como de todas as massas trabalhadoras das colônias e dos países dependentes, e acelerando o desvanecimento das ilusões nacionais pequeno-burguesas sobre a possibilidade da convivência pacífica e a igualdade das nações sob o capitalismo (LENIN, t. XI, p. 121).

A tarefa da IC seria, portanto, “aproximar os proletários e as massas trabalhadoras de todas as nações e de todos os países para a luta revolucionária conjunta para a derrubada dos latifundiários e da burguesia” (LENIN, t. XI, p. 121).

Para Lenin entrava na ordem do dia o estabelecimento da ditadura do proletariado em todo o mundo. Certo que o processo revolucionário seguiria as condições concretas, a particularidade, de cada país ou região. Por suposto que a revolução em Países industrializados seria muito diferente daquelas realizadas em países da zona colonial.

Lenin também sugeria que as nações que realizassem a revolução viessem a se agrupar em federações. Em todas as situações, porém, a solidariedade com as nações que houvessem já instaurado a ditadura proletária na base de conselhos seria prioritária, com a Rússia antes de tudo.

Em 1917, Lenin avaliava serem os conselhos uma forma organizativa particular da Rússia, mas agora pensava ser essa a forma da ditadura proletária em toda a parte. Certo que na Alemanha seria algo diferente da Índia, por ex, mas sempre na base de conselhos de trabalhadores. Alguns elementos de novidade se apresentaram na exposição de Lenin, como o

vínculo entre o problema das nações oprimidas e o papel revolucionário do campesinato.

A rigor, a questão nacional e a questão agrária são problemas postos à revolução democrática burguesa, mas apenas em casos excepcionais a burguesia desempenharia um papel revolucionário. Até por isso o Congresso ao fim das contas resolveu nomear o movimento anticolonial de nacional revolucionário. De fato,

A burguesia imperialista tenta por todos os meios que o movimento reformista se desenvolva também entre os povos oprimidos. Entre a burguesia dos povos exploradores e a das colônias produziu-se uma aproximação, devido a qual muito a miúdo – e quem sabe na maioria dos casos – a burguesia dos países oprimidos, pese o seu apoio aos movimentos nacionais, luta ao mesmo tempo de acordo com a burguesia imperialista, a dizer, ao lado dela, contra todos os movimentos revolucionários e as classes revolucionárias. (LENIN, t. XI, p. 194).

Nessas condições torna-se possível mesmo pensar em se fazer uma revolução social tendo por base os conselhos de camponeses com um projeto que contorne a desenvolvimento capitalista, sempre que se possa contar com a colaboração de outros povos mais avançados que já fizeram a sua revolução. Desse modo, “é errôneo supor que a fase capitalista de desenvolvimento seja inevitável para os povos atrasados” (LENIN, t. XI, p. 196).

5 A FRENTE ÚNICA

Em março de 1921 era já patente a mudança de conjuntura. A vitória do exército vermelho sobre as tropas imperialistas invasoras e sobre os restos do exército imperial russo possibilitou que as desgastadas energias da Rússia revolucionária se voltassem para o trabalho de reconstrução do País, guiado sempre pelo projeto socialista. Com o objetivo de recompor a aliança operário-camponesa, esgarçada no momento da guerra civil, aumentar a produtividade da agricultura e garantir a industrialização. Lenin propôs ao Partido a implantação de uma orientação que ficaria depois conhecida como NEP – Nova Política Econômica.

A substância da NEP era a construção de um capitalismo de Estado com controle do poder soviético. As relações com o campesinato

seriam modificadas a fim de garantir a sua contribuição econômica assim como o seu respaldo político ao Estado. Do campesinato seria cobrado um imposto em espécie (o trigo, em particular), seria garantido o montante para o plantio e para o resgate e expansão da pequena indústria, ficando o resto disponível para o comércio. Os camponeses teriam também, em troca do imposto, acesso a produtos industriais. Lenin reconhece que “o desenvolvimento da pequena agricultura é um desenvolvimento pequeno burguês, um desenvolvimento capitalista, já que existe intercâmbio; [...]” (LENIN, 1976q, p. 81). No entanto essa situação seria um grande avanço frente às condições de parte do campesinato submetido ao patriarcado, que ainda subsistia na Rússia.

O outro pilar da NEP seria a concessão em forma de arrendamento ao capital externo de minas, bosques, poços de petróleo, por ex. Com isso se contava com poder incorporar conhecimento técnico e administrativo, que seria utilizado no desenvolvimento da indústria estatal socializada. A chave do problema era canalizar o desenvolvimento para o leito do capitalismo de Estado. O argumento de Lenin era persuasivo:

Implantando o capitalismo de Estado na forma de concessões, o poder soviético reforça a grande produção contra a pequena, a produção avançada contra a atrasada, a produção com máquinas contra a produção manual, aumentando assim a quantidade de artigos da grande indústria reunidos em suas mãos (por meio dos cânones de concessão) e intensificando as relações econômicas reguladas pelo Estado para contrastar as anárquicas relações pequeno burguesas. (LENIN, 1976q, p. 84).

Mesmo assim, a luta de classes na Rússia se aguçava, porquanto a burguesia e os representantes do reformismo no exílio continuavam a estar objetivamente aliada à burguesia imperialista, força antagônica do poder soviético. Daí a necessidade da política da IC dever se coordenar com a perspectiva da NEP, ou seja, partir do reconhecimento de que a fase revolucionária havia se concluído ou, em hipótese mais factível, se dar conta de que o processo revolucionário havia sido bloqueado por algum tempo.

Quando da realização do III congresso da IC, entre 22 de junho e 12 de julho de 1921, era já notório que os partidos comunistas recém-fundados não haviam atraído a maioria do movimento operário europeu,

o qual persistia com forte influência reformista. Assim, a necessidade imperativa era aquela de disputar a hegemonia no seio da classe operária. Era preciso ainda mostrar à classe operária que era o reformismo o pilar principal da dominação burguesa. Para Lenin, a situação era de equilíbrio de forças, mas acontece que a derrota da revolução socialista era já um fato inequívoco diante da ofensiva do capital, embora não se reconhecesse a situação.

Enquanto que na Rússia a estratégia da NEP ou do capitalismo de Estado se impunha não sem grandes dificuldades e com a condição de que a aliança operário-camponesa se aprofundasse e estabilizasse, na Europa havia séria disputa pela orientação política a ser seguida e que estava nucleada na Alemanha. A linha de direita do partido comunista da Alemanha havia desde janeiro de 1921, em uma Carta aberta, proposto a aproximação de todos os partidos operários e sindicatos na luta comum para resistir à ofensiva do capital em crise, tendo sido essa a origem da tática que depois seria chamada de frente única.

O grupo mais à esquerda entendia que se deveria persistir naquilo que veio a se chamar de “teoria da ofensiva”, a qual implicava entender que a situação revolucionária era contínua e que qualquer aproximação com o reformismo era indesejável. Essa posição teve bastante sustentação nos debates do III Congresso da IC, pois as feridas da cisão com os reformistas continuavam abertas e não era fácil empreender conversações. A indefinição dentro do comunismo alemão possibilitou o fracassado levante operário de março, ação guiada pela convicção na teoria da ofensiva.

A intervenção de Lenin no Congresso foi sobre a tática do partido comunista da Rússia, mas agiu intensamente para mostrar que aquela teoria da ofensiva era um equívoco muito perigoso naquela conjuntura. Lenin sugeria ser “agora indispensável preparar a fundo a revolução e estudar profundamente seu desenvolvimento concreto nos países capitalistas mais adiantados” (LENIN, 1976r, t. XII, p. 132).

Não havia mais quaisquer dúvidas de que o social reformismo era um sustentáculo decisivo da dominação burguesa e um anteparo a influência dos comunistas. Dai a dificuldade da luta pela conquista da maioria da classe operária, a qual exigiria uma batalha política e cultural de grande relevo e que decerto tomaria certo tempo. Lenin destaca todavia a impor-

tância que se prevê da ação das imensas massas subjugadas pelo colonialismo, que poderão corroer o consenso interno de que gozam as burguesias imperialistas. Essa orientação política foi vitoriosa no III congresso da IC, mas levou algum tempo para se impor, até que restasse apenas o partido comunista da Itália em posição contrária.

O IV Congresso da IC se realizou em dezembro de 1922 em ambiente bem mais tranquilo quanto à linha a ser seguida, tendo ocorrido mesmo um aprofundamento sobre a tática da frente única. Discutiu-se bastante sobre as formas de aproximação da ditadura do proletariado através de diferentes expressões de governo operário surgidos do avanço da frente única (HAJEK, 1975).

Esse congresso foi o último a contar com a participação de Lenin, que já se encontrava adoentado. Fez apenas uma breve exposição sobre os cinco anos da revolução russa. Aproveitou mais uma vez para falar da NEP e do capitalismo de Estado, mas pouco falou da situação internacional. O convite a todos para que estudassem a experiência russa, assim como os métodos de organização e de trabalho revolucionário, se sobressaiu nessa fala (LENIN, 1976s, t. XII).

Em outubro de 1923, na Alemanha aconteceu o fracasso de um intento revolucionário, o que custou o consenso duramente conquistado para a tática da frente única. Ao mesmo tempo, tal a destacar a conexão entre a NEP e a política de frente única, a política definida por Lenin começa a ser contestada na URSS. Trotsky, que fora um grande defensor da NEP e da política de frente única em 1921, agora avalia que ambas estariam esgotadas e dá início à luta interna pela sucessão de Lenin, cuja morte ocorreu em janeiro de 1924.

REFERÊNCIAS

A) DE APOIO

GRUPPI, L. *Il pensiero de Lenin*. Roma: Riuniti, 1970.

HAJEK, M. *Storia dell'Internazionale Comunista (1921-1935)*. Roma: Riuniti, 1975.

HAUPT, G. *L'Internazionale Socialista dalla Comuna a Lenin*. Torino: Einaudi, 1978.

KRIEGEL, A. *La Terza Internazionale*. In: DROZ, Jacques (a cura di). *Storia del Socialismo dal 1918 a 1845*. Roma: Riuniti, 1978. t. 3, p. 81-135.

REBERIOUX, M. Il socialismo e la Prima Guerra Mondiale. In: DROZ, Jacques (a cura di). *Storia del socialismo dal 1875 al 1918*. Roma: Riuniti, 1974. v. 2, p. 700-771.

REBERIOUX, M. Il dibattito sulla guerra. In: HOBSBAWN, Eric (a cura di). *Storia del marxismo: il marxismo nell'età della Seconda Internazionale*. Torino: Einaudi, 1979. t. 2, p. 897-933.

B) DE LENIN

LENIN, V. A guerra y la socialdemocracia de Rusia. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976a. t. V.

LENIN, V. Chovinismo muerto y socialismo vivo: como reconstituir la Internacional In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976b.

LENIN, V. La bancarrota de la II Internacional. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976c.

LENIN, V. El socialismo y la guerra. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976d.

LENIN, V. O oportunismo y a bancarrota de la II Internacional In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976e.

LENIN, V. El imperialismo y la escisión del socialismo. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976f. t. VI.

LENIN, V. Zimmerwald en la encrucijada. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976g.

LENIN, V. Carta de despedida a los obreros suizos. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976h.

LENIN, V. Las tareas del proletariado em nuestra revolución. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976i. t. VI.

LENIN, V. Carta a los obreros de América y Europa. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976j. t. IX.

LENIN, V. I Congreso de la Internacional Comunista. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976k. t. IX.

LENIN, V. Las tareas de la III Internacional. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976l. t. X.

LENIN, V. Informe en el II Congreso de toda Rusia de las organizaciones comunistas de los pueblos del Oriente. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976m. t. X.

LENIN, V. Discurso pronunciado en la sesión solemne del soviet de Moscú em 6 de marzo de 1920. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976n. t. X.

LENIN, V. Tesis para el II Congreso de la Internacional Comunista. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976o. t. XI.

LENIN, V. Informe de la comisión para los problemas nacional y colonial, 26 de julio. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976p. t. XI.

LENIN, V. Sobre el impuesto en especie. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976q. t. XII.

LENIN, V. Informe sobre la táctica del PC de Rusia. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976r. t. XII.

LENIN, V. Cinco años de la revolución rusa y perspectivas de la revolución mundial. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976s. t. XII.

PARTE II

LENIN: DA POLÍTICA CULTURAL E DOS ARTIGOS SOBRE L. TOLSTOI

José Paulo Netto

Na passagem dos noventa anos da morte de Lenin, com certeza um tema que merece a atenção e os cuidados daqueles que evocam a figura maior da Revolução de Outubro é a sua relação com a cultura – e, particularmente, com a literatura.

É conhecido o fato de, no processo de que resultaram os primeiros passos do que se vislumbrava (em outubro-novembro de 1917) como o momento inaugural da revolução em escala mundial, parte expressiva dos quadros da direção revolucionária ser constituída por intelectuais cultos e eruditos; entre eles, Lenin não constituía uma exceção, era somente uma das suas expressões mais notáveis¹ – e, lembre-se, o protagonismo diri-

¹ Sabe-se, com toda a evidência, que, no *Partido Operário Social-Democrata Russo* (POS DR), Lenin e Trotski “eram [...] intelectuais sofisticados, nutridos de toda a cultura europeia, lendo em várias línguas” (LEMINSKY, Paulo. *Trotski. A paixão segundo a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 128) e que a seu lado havia uma notável galeria de figuras teórica e culturalmente muito preparadas – entre tantas, do velho “pai do marxismo russo”, G. Plekhanov, a A. V. Lunatcharski, N. I. Bukharin, D. Riazanov et al.

Nesta rápida intervenção, restringirei minhas observações à relação de Lenin com a herança cultural e com Tolstoi – mas dada a relevância de Trotski no processo revolucionário e no debate sobre a literatura, cabe lembrar que também ele dedicou atenção ao autor de *Guerra e Paz* (p. ex., em um artigo publicado na edição de 15 de setembro de 1908 da revista teórica da social-democracia alemã, *Die Neue Zeit*). Tolstoi era autor que admirava desde a adolescência (cf. TROTSKI, L. *Ma vie*. Paris: Gallimard, 1966, cap. IV) e sobre o qual, segundo o anticomunista Adam B. Ulam (*Os bolcheviques*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976, p. 309), deu aulas na escola do partido, em 1911, em Bolonha (I. Deutscher, em *Trotski. O profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 220, refere-se rapidamente à passagem de seu biografado por Bolonha, mas não menciona o fato). Não cabe aqui arrolar mais que umas poucas fontes sobre o pensamento trotskiano neste domínio: os capítulos “Nem só de política...”, do segundo volume da obra de Deutscher (*Trotski. O profeta desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

gente deste tipo de intelectuais, à época, era saliente também em outros partidos de vinculação proletária 2.

O objetivo desta brevíssima intervenção é, tão só, apontar alguns parâmetros da concepção leniniana de política cultural e mostrar a relevância, no seu interior, dos artigos de Lenin sobre Leão Tolstói (1828-1910).

1

A cultura (a ciência, a filosofia e a arte, com destaque para a literatura e também para a música) sempre ocupou um espaço significativo no universo intelectual de Lenin³. Conhecem-se as suas páginas de debate filosófico – notadamente a sua polêmica contra os discípulos de Mach e a sua efetiva descoberta de Hegel⁴. O seu interesse pelos escritores clássicos russos (e não só) está documentado e, no que toca à música, a sua paixão por Beethoven é bastante referida⁵. O seu gosto estético, basicamente

1968) e “Trotsky”, do livro de Leandro Konder, *Os marxistas e a arte* (São Paulo: Expressão Popular, 2013); as páginas pertinentes de E. Mandel, *Trotsky as alternative* (London: Verso, 1980, p. 159 et seq.) e de Cliff Slaughter, *Marxismo, ideologia e literatura* (Rio de Janeiro: Zahar, 1983); a apresentação de W. Keach e o prefácio de Moniz Bandeira a L. Trotsky, *Literatura e revolução* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007) e o ensaio de Alan Woods (2000), “Introduction to Trotsky’s writings on Art and Culture” (disponível em: www.trotsky.net).

² Bastaria evocar algumas figuras-chave da social-democracia clássica alemã ou, já nos anos 1920, da austríaca e do recém-fundado Partido Comunista italiano para indicar a procedência da afirmação.

³ Dados os limites desta intervenção (e descontada a baixa qualificação do signatário neste domínio), não tematizarei aqui o quadro do desenvolvimento científico russo às vésperas da Revolução e no curso dos primeiros anos do governo soviético. Para indicações e análises diferenciadas desse quadro, cf. D. Joravsky, *Soviet Marxism and Natural Science* (New York: Columbia University Press, 1961); K. Bailes, *Technology and Society under Lenin and Stalin. Origins of the Soviet Technical Intelligentsia. 1917-1941* (Princeton: Princeton University Press, 1978); Z. Medvedev, *Soviet Science* (New York: Norton, 1978); S. Tagliagambe, *Scienza, filosofia, política in Unione Sovietica* (Roma: Feltrinelli, 1978); Vv. Aa., *Investigaciones soviéticas sobre la historia de la ciencia* (Moscu: ACURSS, 1980); Academy of Sciences of the URSS, *The History of Science: Soviet Research* (Moscow: ASURSS, 1985); L. R. Graham, *Science in Russia and the Soviet Union: a short History* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994).

⁴ Cf. V. I. Lênine, *Materialismo e empiriocriticismo* (Lisboa: Avantel; Moscou: Progresso, 1982) e *Cadernos sobre a dialética de Hegel* (Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011). É bem divulgada a linha interpretativa que, para minimizar ou, no limite, desqualificar o significado da primeira dessas obras, contrapõe-lhe a segunda; uma interpretação alternativa, que deve ser levada em conta, defende que “parece pouco sustentável que os *Cadernos* representem um verdadeiro giro no pensamento de Lenin. No que tange às chamadas ‘autocríticas’ que estes contêm, consideramos que constituem críticas a teses defendidas por outros marxistas, mas não uma mudança das expostas em *Materialismo e empiriocriticismo*. A conclusão que julgamos poder-se extrair é que Lenin, muito compreensivelmente, continuou refletindo larga e seriamente sobre problemas que tratou na obra de 1909 [*Materialismo e empiriocriticismo*] para ampliar e aprofundar as posições que nela distinguiu laboriosamente – e não para renegá-las” (L. Geymonat, in GEYMONAT, L. et al. *Historia del pensamiento filosófico y científico. Siglo XX (I)*. Barcelona: Ariel, 1984, p. 101).

⁵ Conta sua companheira, que levou-lhe para a Sibéria (onde Lenin, entre maio de 1897 e janeiro de 1900, viveu desterrado) obras de Pushkin, Lermontov e Nekrasov, que “Vladimir Ilich colocou-as próximo de sua cama, ao

constituído segundo os padrões cultivados do fim do século XIX 6, de algum modo condicionou o seu juízo pessoal diante do desenvolvimento das vanguardas artísticas que se processou na Rússia imediatamente antes e depois da Revolução de Outubro – de que é exemplo notório a sua limitada recepção da poesia de Maiakovski 7.

A mim me parece que a análise adequada das posições de Lenin em face da cultura deve partir da determinação do carácter da sua intervenção neste âmbito. Menos que os seus juízos estéticos, especialmente os literários (por exemplo, a sua admiração pela obra de Tolstoi e a sua restrita sensibilidade em face de Dostoiévski 8), o essencial da sua intervenção no terreno da cultura – que se estende de meados da primeira década do

lado de Hegel, e pelas noites relia-as uma e mais vezes. Seu escritor predileto era Pushkin” – mas Lenin apreciava ainda Tchernichevski e Herzen; dentre os alemães, seus prediletos eram Goethe e Heine. Veja-se o depoimento de N. K. Krupskaya na coletânea V. I. Lenin, *Cultura e revolução cultural* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968). A paixão de Lenin pela *Appassionata* de Beethoven (sonata 23, *opus* 57), reconhecida mesmo por um biógrafo tão pouco compreensivo e adverso como R. Service, ao afirmar que, “para Lenin, Beethoven era uma festa” (cf. o seu pretensioso *Lenin. A biografia definitiva*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006, p. 262), foi objeto de F. W. Skinner, “Lenin and Beethoven: Beyond the *Appassionata* Affair” (*The Beethoven Journal*, San José, v. 18, n. 2, Winter 2003). Gorki, autor que Lenin admirava e com o qual manteve ativa interlocução, apesar de várias discrepâncias políticas, atribui ao líder da Revolução de Outubro a seguinte declaração: “Não conheço nada tão belo quanto a *Appassionata*: poderia ouvi-la todos os dias. Música surpreendente, sobre-humana” (GORKI, M. *Lénine et le paysan russe*. Paris: Sagittaire, 1925, p. 15). Também já foi suficientemente salientado o interesse de Lenin pelo cinema e o estímulo que a política cultural revolucionária ofereceu à nova arte – cf. J. Leyda, *Kino. Histoire du cinéma russe et soviétique* (Lausanne: L’Age d’Homme, 1976) e P. Kenez, *Cinema and Soviet Society, 1917-1953* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992).

6 Da cultura de Lenin, diz Claude Prévost que ela “é determinada pela história: é uma cultura de intelectual progressista russo que tem trinta anos quando termina o século XIX. Um bolchevique cultivado de 1900 é o herdeiro de uma tradição balizada pelos combates da *intelligentsia* progressista contra o absolutismo, em cuja primeira linha figura a tetralogia de ideólogos esclarecidos, eles próprios herdeiros do Século das Luzes europeu e, singularmente, da *Aufklärung*, do *Sturm und Drang* e do classicismo alemão dos Lessing, Goethe e Schiller: Herzen, Tchernichevski, Bielinsk, Dobroliubov” (PRÉVOST, C. *Literatura, política, ideologia*. Lisboa: Moraes, 1976, p. 76).

7 Se tinha simpatia e respeito por Maiakovski, Lenin, no geral, não apreciava a sua poesia – mas é preciso insistir no fato de Lenin não fazer do seu gosto pessoal uma pauta de avaliação; aqui, o testemunho de Lunatcharski é insuspeito: “Vladimir Ilich jamais transformou em diretrizes suas simpatias e antipatias estéticas” (cf. *Cultura e revolução cultural*, ed. cit., p. 187); neste mesmo texto, Lunatcharski resumiu as “simpatias” leninianas: “Agradavam-lhe os clássicos russos, agradava-lhe o realismo na literatura, no teatro, na pintura” (idem, p. 183). Sobre a posição de Lenin em face de Maiakovski, parecem-me substancialmente corretas as breves notações de Prévost, *Literatura, política, ideologia*, ed. cit., p. 79-83.

8 É ilustrativa, se comparada às posições de Lenin, a diferente evolução de Lukács diante da literatura russa: o jovem Lukács admirava mais a Dostoiévski que Tolstoi (cf. *A teoria do romance*. São Paulo: Ed. 34, 2000 e *Dostoevskij*. Milano: SE, 2000); é na sua maturidade que Lukács, sem perder de vista a grandeza de Dostoiévski (cf., p. ex., “Dostoiévski”, in G. Lukács, *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965), avaliará Tolstoi adequadamente (cf. *Der Russische Realismus in der Weltliteratur*. Neuwied/Berlin: Luchterhand, 1964 e *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011) – aliás, é já num ensaio da maturidade (“Narrar ou descrever?”, de 1936), que Lukács recorre a Tolstoi para indicar a peculiaridade do método (compositivo) realista em contraposição ao naturalista, tipificado em Zola (cf. LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 149 et seq.).

século XX até os primeiros meses de 1923 – vincula-se medularmente à problemática da *política cultural*⁹.

Penso que a análise da intervenção leniniana no terreno da política cultural deve levar em conta que Lenin estava convencido – antes e depois da Revolução de Outubro – de que o partido tinha características peculiares que impediam a sua identificação ao novo e transitório Estado (*transitório* mesmo, somente necessário no marco da supressão do domínio de classe, como se registra no último grande texto teórico de Lenin, redigido em agosto/setembro de 1917 e publicado no ano seguinte¹⁰).

A mais importante dessas características é aquela que diz respeito à vinculação do indivíduo ao partido: na medida em que esta vinculação é um ato de vontade, de livre decisão pessoal, ela implica a adesão a uma pauta explícita e conhecida de normas/regras – nas quais se insere a disciplinada e consciente aceitação das deliberações formuladas majoritariamente coletivamente; vale dizer, aquele que passa a integrar as fileiras do partido (no caso específico do POSDR, clandestino, operando com revolucionários profissionais e com uma estrutura fortemente hierárquica) deve atuar não segundo os ditames da sua vontade, *mas conforme a linha política definida pelo coletivo partidário e confiada ao centro dirigente* (o Comitê Central)¹¹. Muito diversa é a relação indivíduo/Estado: esta não é, primária e originariamente, derivada de uma escolha ou uma opção livre daquele

⁹ A lição de Florestan Fernandes deve ser lembrada aqui: “Lenin nasceu, cresceu e viveu para a ação política [...], para a ação política revolucionária, consagrada ao socialismo. [...] *Todo o seu pensamento é político*: em suas origens, em suas motivações ou em seus alvos” (F. Fernandes, “Introdução” ao volume *Lenin*, da col. “Grandes cientistas sociais”. São Paulo: Ática, 1978, p. 33 itálicos meus).

¹⁰ Cf. *O Estado e a revolução* (São Paulo: Expressão Popular, 2010, esp. cap. V). São decisivas, na concepção leniniana, as notações em que se pontua que, uma vez chegado ao poder político, “o proletariado só necessita do Estado durante algum tempo. Não divergimos de modo nenhum dos anarquistas na questão da abolição do Estado como *objetivo*” – ainda que se advirta que tal abolição “representará em si notoriamente um processo prolongado”. Neste processo, “o aparelho especial, a máquina especial para a repressão, o ‘Estado’, é *ainda* necessário, mas é um Estado de transição, já não é um Estado no sentido próprio, porque a repressão da minoria [...] pela maioria [...] é algo relativamente [...] fácil [...] e é compatível com a extensão da democracia a uma maioria tão esmagadora da população que a necessidade de uma *máquina especial* para a repressão começa a desaparecer” (estas passagens de *O Estado e a revolução* são extraídas da versão contida em V. I. Lênine, *Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa: Avante!, Moscovo: Progresso, 1978, v. 2, p. 236, 279 e 283).

¹¹ Não é este o lugar para discutir a concepção de partido que Lenin propôs para o POSDR em 1902 (cf. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. S. Paulo: Expressão Popular, 2010) e que acabou por ser aceita majoritariamente no seu partido e que, *a posteriori* praticamente universalizada, formatou os partidos que se ligaram à *Internacional Comunista* – com o sistema organizativo nucleado a partir do chamado “centralismo democrático” (mormente com as decisões do III Congresso do POSDR, realizado em Londres, em abril-maio de 1905, quando se deliberou que ao Comitê Central caberia a função de centro dirigente único).

que dispõe de uma cidadania determinada. Por isto mesmo, se o partido pode e deve exigir do seu membro uma disciplina tornada compulsória pela adesão voluntária, ele não pode requisitar igual disciplina ao/do cidadão em face do Estado, mesmo de um Estado surgido de um processo revolucionário em que o partido tenha funções dirigentes e governativas – tal requisição seria uma exorbitância; ainda aí, num “Estado de transição”, partido, sociedade e Estado são distintos. Somente quando partido e Estado são identificados sói ocorrer a exorbitância do primeiro reclamar da/impor à cidadania a aceitação da sua orientação – e parece claro que, no caso russo, uma tal identificação *não* se realizou prática e efetivamente sob a liderança de Lenin ¹².

Estas rápidas considerações sobre processos tão complexos são feitas aqui para indicar que a menção, a propósito de Lenin, de *política cultural* deve levar em conta que esta se colocava para ele em dois níveis – *articulados, porém distintos e específicos*. De uma parte, punha-se a política cultural do *partido*, que, uma vez definida, envolvia a sua imperativa aceitação e implementação pelo coletivo partidário; de outra, a luta para ganhar, para a orientação partidária, a hegemonia no marco societário que então se constituía – ganho que não poderia ser alcançado por meios simplesmente impositivos. É evidente que os bolcheviques buscavam conquistar esta hegemonia e, pois, *o Estado que dirigiam não poderia ser indiferente, arbitral ou neutro em relação à cultura* – mas a hegemonia, se implicava também e necessariamente mecanismos de coerção, ultrapassava-os largamente ¹³. Por isto mesmo, se Lenin mostrava-se *intransigente no que toca à política*

¹² Em alguns passos do processo revolucionário aberto pela tomada de poder pelos bolcheviques ficaram claros os cuidados de Lenin para travar a exorbitância referida que já emergia – por exemplo, no caso da guerra civil e em face da urgência da reconstrução econômica, a sua recusa da “militarização” do trabalho, que implicou divergências com Trotski; sobre esta questão, cf. I. Deutscher, *Trotski. O profeta armado* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 519 et seq.); para uma aproximação diversa, muito mais singela, à mesma questão, cf. A. Rosenberg, *História do bolchevismo* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 190 et seq.); não valem absolutamente nada as poucas linhas (e não só elas) que R. Service, no seu pretensioso e já citado *Lenin. A biografia definitiva* (p. 476-477), dedica à “discussão sobre os sindicatos”. A identificação entre o partido e o Estado derivados da vitória bolchevique é processo que se esboça ainda com Lenin vivo, mas tomará forma nítida especialmente a partir de 1928/1929, com dramáticas e largas implicações para a história do que se constituiu como a URSS. É desnecessário sublinhar a conexão entre este processo e a instauração da autocracia stalinista.

¹³ Não se esqueça que, como tão bem lembrou Carlos Nelson Coutinho, retomando as palavras de Gramsci, o Estado, como “sociedade política + sociedade civil”, é “hegemonia escudada na coerção” (cf. COUTINHO, C. N. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 127; nas páginas seguintes a esta, Coutinho desenvolve argumentamente o conceito de hegemonia).

cultural do partido, o seu trato da cultura, mediante a política cultural do novo Estado, *foi flexível e tolerante*¹⁴ – como o reconhecem credibilizados analistas (de posições muito diferentes no espectro político-ideológico) ao abordar a postura do Estado soviético diante da eferescência cultural que, expressando-se já antes da Revolução de Outubro, prosseguiu até a entrada do último terço da década de 1920, quando, então, a inspiração leniniana da política cultural do Estado deixou de ter vigência¹⁵.

¹⁴ Numa conversação relatada por Clara Zetkin, Lenin teria afirmado: “A revolução põe em liberdade todas as forças antes encarceradas e impulsiona-as, do fundo, para a superfície da vida. [...] Na sociedade baseada na propriedade privada, o artista produz mercadorias para o mercado, necessita compradores. Nossa revolução libertou os artistas do jugo dessas condições tão prosaicas. Fez do Estado soviético seu defensor e cliente. *Todo artista, todo aquele que se considera artista, tem direito a criar livremente de acordo com seu ideal, sem depender de nada*” (cf. *Cultura e revolução cultural*, ed. cit., p. 176, itálicos meus).

¹⁵ Cf., entre muitos exemplos, de um lado, T. Eagleton, *Marxismo e crítica literária* (Porto: Afrontamento, 1978) e, doutro, E. Lunn, *Marxismo y modernismo. Un estudio histórico de Lukács, Benjamin y Adorno* (México: Fondo de Cultura Económica, 1986). Escreveu o primeiro: “Depois da Revolução de 1917, o Partido Bolchevique pouco controle exerceu sobre a cultura artística; até 1928 [...] floresceram várias organizações culturais relativamente autônomas, a par de uma série de editoras independentes” (p. 54-55); o segundo também toma o ano de 1928 como a data indicativa do “término do período relativamente aberto e intensamente experimental observado nas artes depois da revolução” (p. 87). Não é arbitrária, nas notações de Eagleton e de Lunn, a referência a 1928: foi praticamente neste ano que se reduziu o peso do implementador da política cultural inspirada por Lenin, A. Lunacharski, que acabou por se afastar do ministério pertinente em 1929 (as suas concepções – muitas vezes colidentes com as de Lenin, especialmente no tocante à filosofia – podem ser apreendidas numa coletânea de alguns de seus ensaios: *As artes plásticas e a política na URSS*. Lisboa: Estampa, 1975; quanto à sua intervenção na execução da política cultural, cf. sobretudo S. Fitzpatrick, *The Commissariat of Enlightenment: Soviet Organization of Education and the Arts under Lunacharsky*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970). Os fatos conhecidos depõem a favor de considerações como as de Eagleton e Lunn – vencida a guerra civil pelos bolcheviques, quando medidas de coerção atinentes a intelectuais eram (apesar de raras) compreensíveis, em vida de Lenin só se pode apontar como intervenção repressiva sobre o “mundo da cultura” a expulsão para o Ocidente, noticiada pelo *Pravda* em 31 de agosto de 1922, “de um substancial grupo de intelectuais” (conforme Strada), assim mencionada por um militar que se dedicou a relatos históricos: “*Durante a doença de Lenin*, a GPU [polícia política], com apoio de Stalin, tomara uma providência *inusitada*: 160 pessoas – escritores, cientistas, filósofos, poetas, historiadores, a fina flor da cultura russa – foram expulsas do país” (VOLKOGONOV, D. *Stalin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, v. 1, p. 130, itálicos meus). A consideração de que tal grupo constituía a “fina flor da cultura russa” pode ser questionada, mas não há dúvida de que a “providência” foi *inusitada* e tomada *durante a doença de Lenin* – lembremo-nos de que “menos de dois meses depois da nomeação de Stalin para o posto de secretário-geral, *as rédeas do governo escaparam das mãos de Lenin* [itálicos meus]. No fim de maio de 1922, sofreu o primeiro ataque de paralisia arteriosclerótica. Quase sem fala, foi levado do Kremlin para o campo, perto de Moscou. Até meados do outono, não se recuperaria o bastante para voltar às funções; e, depois, sua atividade seria muito limitada. No final do outono, um segundo ataque o colocou fora de atividade; e, no final do inverno, em março de 1923, um terceiro ataque finalmente o retirou da cena política, embora o corpo ainda lutasse contra a morte até 21 de janeiro de 1924” (DEUTSCHER, I. *Stalin. Uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 259). Evidentemente, em contraponto a tantos juízos sérios como os de Eagleton e Lunn, avulta a enorme bibliografia reacionária, que ignora (intencionalmente ou não) a profunda inflexão sofrida pelo poder soviético na segunda metade dos anos 1920 e estabelece um vínculo imediato e uma inteira continuidade entre a política cultural do período leninista com aquela conduzida sob a autocracia stalinista (recente paradigma dessa falsificação histórica é o livro, já citado, de R. Service). Da expressiva bibliografia que considera o cenário artístico soviético na década de 1920, registre-se aqui apenas M. Hayward and L. Labetz, eds., *Literature and revolution in Soviet Russia. 1917-1962* (Oxford: Oxford University Press, 1963); B. Thomson, *The Premature Revolution: Russian Literature and Society* (London: Weidenfeld & Nicholson, 1972) e o ensaio de J. Willet (“Arte e revolução”) coligido em E. J. Hobsbawm, org., *História*

Dos vários documentos e intervenções de Lenin referidos à política cultural *do partido*, um merece destaque especial, não apenas pela sua importância conjuntural, mas sobretudo pela utilização que dele foi feita posteriormente – seja por opositores e/ou inimigos da Revolução de Outubro, seja pelos intelectuais e ideólogos soviéticos que contribuíram, em qualquer escala, para a constituição da política cultural stalinista; esta, para tomarmos um marco mais ou menos consensual, adquire formulação clara (no que toca à arte, nomeadamente a literatura, para a qual se estabelece a doutrina do *realismo socialista*) no *I Congresso dos Escritores Soviéticos*, quando começa a brilhar a estrela de A. Zhdanov ¹⁶.

O texto de Lenin em questão aqui é um pequeno artigo – “A organização do partido e a literatura de partido” – publicado originalmente em 13 de novembro de 1905, no primeiro jornal legal dos bolcheviques, *Novaia jinz* [*Vida Nova*], que circulou em S. Petersburgo durante a Revolução de 1905 ¹⁷.

Trata-se de artigo em que Lenin, dadas as novas condições – postas pela revolução em curso naquele momento – em que a *imprensa*

do marxismo (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. IX). Do ponto de vista documental, é útil o volume, editado por K. Clark et al., *Soviet culture and power. A History in Documents. 1917-1953* (New Haven: Yale University Press, 2007) – a que recorro na citação de documentos partidários.

¹⁶ O congresso, realizado em agosto-setembro de 1934, assinalando o enquadramento da filosofia e da arte pelo marxismo-leninismo que vai caracterizar o período da autocracia stalinista, tivera as suas condições já preparadas pela dissolução das organizações culturais e literárias autônomas que floresceram na década de 1920 – dissolução imposta pela resolução do Comitê Central do partido de 23 de abril de 1932. No lugar daquelas organizações, instituiu-se, em 1934, sob comando estatal-partidário, a *União dos Escritores Soviéticos*. Sobre o congresso, cf. H. G. Scott, ed., *Soviet Writers' Congress 1934: the debate on socialist realism and modernism in the Soviet Union* (London: Lawrence and Wishart, 1977); quanto às ideias do ideólogo stalinista, cf. A. Zhdanov, *Sur la littérature, la philosophie et la musique* (Paris: Éd. de la Nouvelle Critique, 1950).

¹⁷ Observe-se que o artigo em questão foi redigido na sequência do III Congresso do POSDR, quando cabia a seus dirigentes a defesa da orientação do “centro dirigente único” (cf., *supra*, a nota 11). Com o seu consabido cuidado, Konder salientou que, “nesse artigo, ele [Lenin] tratava de questões conexas com as condições de trabalho do Partido e a sua organização, marcada pela difícil luta pela conquista da legalidade. Em termos um tanto ríspidos, ele procurava dar certa ordem à atividade da imprensa do Partido e estabelecia normas disciplinares para os jornalistas e escritores que trabalhavam para ela. Krupskaya, viúva de Lenin, sua mais íntima colaboradora, frisou que as formulações adotadas por ele nesse texto se referiam exclusivamente à produção literária *encomendada* pela imprensa partidária para fazer frente às circunstâncias do momento, e não à literatura em geral” (Leandro Konder, *Os marxistas e a arte*, ed. cit., p. 89-90). O artigo de Lenin, de não mais que 5 páginas, está disponível em V. I. Lênine, *Obras escolhidas em 6 tomos*, ed. cit., 1, 1986, p. 277-282 (todas as citações feitas a seguir são extraídas desta fonte). Acerca dele, cf. o ensaio de V. Strada, “Da ‘revolução cultural’ ao ‘realismo socialista’”, recolhido por Hobsbawm no volume, já citado *supra* na nota 15, da *História do marxismo*. Sobre a revolução de 1905 (que, para Lenin, configurou uma espécie de “ensaio geral” da revolução de 1917), cf. os textos leninianos “As duas táticas da social-democracia na revolução democrática” e “As lições da insurreição de Moscou” (cf. *Obras escolhidas em três tomos*, ed. cit., v. 1, 1977, p. 383 et seq.). Cf. também L. Trotski, *A revolução de 1905* (São Paulo: Global, [1986?]).

partidária podia circular legalmente, formula as diretrizes básicas para a atividade jornalística dos membros do partido: Lenin afirma, cristalina-mente, que está em causa a “literatura de partido e da sua subordinação ao controle do partido”: ele quer adequar o jornalismo (a “literatura” a que se refere ¹⁸) à nova conjuntura, na qual “o nosso partido está a tornar-se de repente massivo” – “estamos agora a atravessar uma transição brusca para uma organização aberta”. Argumenta:

O partido é uma associação voluntária, que se dissolveria inevitavelmente, primeiro ideologicamente e depois também materialmente, se não se depurasse dos membros que defendem concepções antipartido. *E para definir as fronteiras entre o que é de partido e o que é antipartido existe o programa do partido, existem as resoluções táticas do partido e os seus estatutos, existe, finalmente, toda a experiência da social-democracia internacional, das associações voluntárias internacionais do proletariado, que incluiu constantemente nos seus partidos determinados elementos ou correntes não de todo consequentes, não de todo puramente marxistas, não de todo corretas, mas que também empreendeu constantemente «depurações» periódicas do seu partido – (itálicos meus).*

e conclui, na abertura de um quadro político em que a voz do partido podia se apresentar como tal: “Também assim será conosco”. Nesta conjuntura até então inédita, novas tarefas se põem à imprensa partidária e, para realizá-las,

toda a literatura social-democrata deve tornar-se partidária. *Todos os jornais, revistas, editoras etc., devem lançar-se imediatamente a um trabalho de reorganização, à preparação de uma situação em que eles sejam integrados, na base de uns ou outros princípios, numas ou noutras organizações do partido. (itálicos meus).*

Está claro: *esta* literatura e seu aparato devem ser controlados pelo partido, devem estar submetidos ao “programa do partido”, às suas “resoluções táticas” e aos seus “estatutos”.

Não diremos, evidentemente, que esta transformação da atividade literária, que foi estropiada pela censura asiática e pela burguesia europeia,

¹⁸ No ensaio que citamos na nota anterior, Strada – exímio conhecedor da língua russa – ressalta que o termo *literatura* empregado por Lenin “tinha aqui um significado amplo, próprio da língua russa, e significava também *jornalismo*” (cf. op. e loc. cit., p. 115).

possa dar-se de repente. *Estamos longe de pensar em defender qualquer sistema uniforme ou a resolução da tarefa com alguns decretos.* Não, neste domínio menos do que em qualquer outro não se pode sequer falar de esquematismo. A questão consiste em que o nosso partido, em que todo o proletariado social-democrata consciente de toda a Rússia, tenham consciência desta nova tarefa, a coloquem corretamente e se lancem em toda a parte à sua resolução. Ao sair do cativeiro da censura feudal, nós não queremos e não iremos para o cativeiro das relações literárias burguesas-mercantis. Queremos criar e criaremos uma imprensa livre não apenas no sentido policial mas também no sentido da liberdade em relação ao capital, da liberdade em relação ao carreirismo; mais ainda: também no sentido da liberdade em relação ao individualismo burguês-anarquista. (itálicos meus).

O texto – vazado em algumas passagens numa linguagem verri-nária, polêmico em face da concepção liberal, especialmente em sua versão pequeno-burguesa, acerca da “liberdade de pensamento” – só muito *ilegitimamente* poderia ser empregado para enquadrar a literatura (como *arte*). Por isto mesmo, a política cultural do poder soviético, ao tempo de Lenin, não se socorreu desse texto; aliás, o próprio partido, na sequência imediata da morte de seu autor, *prosseguiu por um tempo defendendo para a literatura a existência da pluralidade de correntes artísticas, recusando o monopólio da direção da arte a qualquer tendência* ¹⁹.

Na transição dos anos 1920 aos 1930, dadas as condições que abriram o passo à autocracia stalinista, o artigo de Lenin veio a ser amplamente instrumentalizado na formulação da política cultural de Stalin – e constituiu mesmo uma de suas referências mais expressivas. Convertido o pensamento de Lenin no marxismo-leninismo próprio da era stalinista, a translação – insista-se, ilegítima e infundada – das notações leninianas de 1905 para o domínio da arte (fundamental, mas não exclusivamente, da literatura) passou a enquadrar, mediante uma política estatal-partidária coativa e repressiva, a atividade de artistas e escritores. Essa translação ofereceu – ao preço do apagamento/mistificação da história russa recente – à política cultural stalinista a aparência de uma “fidelidade” a Lenin e de uma “continuidade” em relação à política cultural do período leniniano e serviu para levar, por longos anos, à residualidade o legado artístico que

¹⁹Veja-se a resolução do Comitê Central do partido de 16 de junho de 1925.

precedeu à década de 1920 e nela floresceu. A manipulação assim operada prestou-se tanto aos agentes e serventuários da autocracia stalinista quanto aos adversários da Revolução de Outubro, que buscaram no texto de 1905 as raízes do obscurantismo instaurado nos anos 1930.

Houve, como se sabe, no interior das fronteiras do depois designado “mundo do socialismo”, aqueles que resistiram, com maior ou menor coerência. Parece-me que Lukács, sustentando a sua “guerrilha” contra a política cultural stalinista, contribuiu efetivamente com intervenções e obras que comprovam o seu combate corajoso à *razzia* de que Zhdanov se fez o mais orgulhoso executor – trabalhos como *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista* e inúmeros ensaios de crítica e história literárias produzidos entre 1938 e 1945 são, nesta ótica, documentos suficientes para mostrar a profundidade (mas também os limites) das batalhas de que ele então participou²⁰. A posição de princípio que Lukács *sempre* defendeu, como ele pôde explicitar sem ambiguidades depois de 1956, é que o texto leniniano de 1905 não tem razão de ser referido senão à “literatura de partido” e que sua extensão à literatura como arte constituiu/constitui uma falsificação²¹.

Nos círculos reacionários e/ou conservadores, o texto de 1905 foi largamente explorado como prova cabal da incompatibilidade entre comunismo e liberdade, como instrumento de domesticação da literatura pelos bolcheviques e como demonstração de que o despotismo stalinista estava já

²⁰ Na “Introdução” que preparei para G. Lukács, *Socialismo e democratização. Escritos políticos. 1956-1971* (Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008), arrolo uma sintética, porém expressiva, bibliografia que tematiza as relações entre Lukács e a autocracia stalinista.

²¹ Numa carta a W. Hofmann, de 11 de abril de 1964, Lukács observa que, “nos tempos de Stalin [...] se interpretavam falsamente, e inclusive se falsificavam, as orientações de Lenin – mais ainda: os seus textos. Um exemplo especialmente explícito é o ensaio de Lenin de 1905 sobre a literatura de partido, do qual se fez uma diretiva para a pauta ideológica da literatura – mesmo quando, já nos anos 1930, a esposa e colaboradora de Lenin, N. Krupskaya, declarava que aquele escrito não se referia absolutamente à literatura” (cf. LUKÁCS, G. *Sobre el stalinismo. Cartas con W. Hofmann*. Buenos Aires: Kohen & Asociados, 1994, p. 94). São inúmeras as passagens lukacsianas em que esta posição de princípio é reiterada; assinalarei apenas duas: o prefácio (1967) a uma coletânea de ensaios publicada na Hungria (cf. LUKÁCS, G. *Arte e società*. Roma: Riuniti, 1972, v. I, p. 14-15) e a análise (1969) dos romances de Solzenitsin (cf. LUKÁCS, G. *Soljenitsyne*. Paris: Gallimard, 1970, p. 158). Expressivamente, *antes* que a política cultural stalinista, através de Zhdanov, enunciasse que a literatura deveria constituir-se em “literatura de tendência”, Lukács já repudiava esta tese (cf. o seu ensaio, de 1932, „Tendenz oder Parteilichkeit?” [“Tendência ou partidismo?”] in G. Lukács, *Essays über Realismus*. Neuwied/Berlin: Luchterhand, 1971). O fato é que, para Lukács, somente a manipulação textual de Lenin (que a autocracia stalinista levou ao limite) pode fazer com que o artigo de 1905 funcione como eixo de uma política cultural em que o Estado-partido subordina a literatura. Marxistas competentes, todavia, não consideram que esta tese lukacsiana passe sem problemas – veja-se, por exemplo, a breve notação de I. Mészáros, *Para além do capital* (São Paulo: Boitempo; Campinas: Ed. Unicamp, 2002, p. 478-479).

contido no pensamento e na prática de Lenin. Em críticos competentes – como Joseph Frank, acadêmico norte-americano que se notabilizou como cuidadoso analista de Dostoievski – a argumentação é refinada e mais sutil, mas conduz a conclusões similares ²².

Por isto, uma tentativa de sintetizar a concepção de política cultural de Lenin (tomada em sua inteireza, sem a escolha arbitrária da sua expressão em contextos singulares ²³) certamente contribui para desfazer os equívocos – intencionais ou não – que sobre ela vieram se acumulando, seja pela ação daqueles que se reclamaram seus continuadores, seja pela crítica dos seus adversários e antagonistas.

2

A concepção de Lenin sobre o legado de Marx e Engels é cristalina: em um pequeno texto publicístico, mas nem por isto de valia menor, de 1913, Lenin salientou duas notas peculiares ao legado marx-engelsiano: o seu *caráter aberto*, avesso a qualquer espírito de seita e, a despeito da sua originalidade, o fato de constituir-se numa *relação de continuidade* com o acervo/patrimônio cultural precedente. Nas suas palavras:

[...] No marxismo não há nada que se assemelhe ao “sectarismo”, no sentido de uma doutrina fechada em si mesma, petrificada, surgida à *margem* da estrada real do desenvolvimento da civilização mundial. [...] O marxismo] surgiu como a *continuação* direta e imediata das doutri-

²² Cf., especificamente, J. Frank, *Pelo prisma russo. Ensaios sobre literatura e cultura* (São Paulo: EDUSP, 1992). Como se trata de estudioso sério e informado, Frank reconhece que “não se encontra em Marx e Engels nenhum desejo de atrelar a literatura exclusivamente a uma tarefa social” (op. cit., p. 85). Mas ele não hesita em afirmar que Lenin “rompeu com a relativa tolerância e o respeito humanistas pela literatura ainda presentes no marxismo clássico” (idem, p. 86). Quanto ao artigo de 1905, a interpretação de Frank é absolutamente convencional à do reacionarismo/conservadorismo: para ele, o texto “proclamava a obrigação do artista de subordinar-se às exigências do Partido Comunista” (ibid.); mesmo admitindo que nele a referência era à “literatura de partido”, escreve que, “*uma vez que a revolução triunfou* [itálicos meus], as ordens traçadas no artigo de Lenin tornaram-se naturalmente a lei da terra” (ibid.) – afirmação que não corresponde aos fatos.

²³ Se se tomam manifestações isoladas e/ou descontextualizadas do pensamento de Lenin (e, é claro, não só dele), corre-se o risco de serem “construídos” tantos Lenin quantos se queira, com as posições mais contraditórias e até excludentes. Recorde-se aqui, a propósito, a “arte da tesoura” que Caldeira Brandt ironizou em relação a Rodrigues e Fiore – cf. Leôncio M. Rodrigues e Ottaviano de Fiore, “Lenin e a sociedade soviética: o capitalismo de Estado e a burocracia (1918-1923)” e Vinícius Caldeira Brandt, “Nota sobre as interpretações burocráticas da burocracia ou as artes da tesoura”, em *Estudos Cebrap* (São Paulo, respectivamente n. 15, jan./mar. 1976 e n. 17, jul./out. 1976).

nas dos representantes mais eminentes da filosofia, da economia política e do socialismo. [...] O marxismo é o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX [...] ²⁴.

Estas duas notas ou, se se quiser, estes dois traços que Lenin ressalta na concepção que tem do marxismo não resultam de um exame pontual ou conjuntural do legado de Marx – de fato, acompanham praticamente toda a sua evolução ídeo-teórica e seu padrão de análise já surge num texto redigido em 1897 e publicado no ano seguinte – “*A que herança renunciamos?*”²⁵. De uma parte, o primeiro traço sublinhado por Lenin, que diz respeito ao caráter aberto e necessariamente aperfeiçoável/desenvolvível do legado de Marx e Engels, ainda que por vezes obnubilado por declarações de retórica discutível ²⁶, é retomado por ele inúmeras vezes e, entre estas, há uma passagem que me parece essencial, constante de um artigo publicado em 1899, clarificando a questão da ortodoxia em matéria de marxismo:

Não acreditemos que a ortodoxia permite a aceitação de qualquer coisa como artigo de fé, que a ortodoxia exclui a aplicação crítica e o contínuo desenvolvimento, que permite empanar as questões históricas com esquemas abstratos. [...] Os ortodoxos] querem permanecer marxistas consequentes, *desenvolvendo as teses fundamentais do marxismo de acordo com as novas condições que constantemente se modificam e com as peculiaridades específicas de cada país e continuando a elaborar a teoria do materialismo dialético e a doutrina política e econômica de Marx* ²⁷.

²⁴ Cf. “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo”, in V. I. Lênine, *Obras escolhidas em três tomos*, ed. cit., 1977, v. 1, p. 35. É ilustrativo cotejar este artigo leniniano com outro de Kautsky, intitulado *As três fontes do marxismo* (São Paulo: Global, [19--?]).

²⁵ Disponível no mesmo volume das *Obras escolhidas...* citado na nota anterior. O texto, que trata da relação entre marxistas que então se destacavam na Rússia e o pensamento social russo, revela o que estou caracterizando como padrão de análise que reaparece em “As três fontes...”, padrão que conecta *abertura e continuidade*, situando como fulcral a questão da *herança cultural*, a que voltaremos adiante.

²⁶ Um exemplo, extraído do mesmo “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo”: “A doutrina de Marx é onipotente porque é exata. É completa e harmoniosa [...]” (cf. o texto citado na nota 24, mesma página). O caráter aperfeiçoável/desenvolvível do marxismo, porém, reponta sempre nas análises leninianas, mesmo as mais polêmicas, de que é um exemplo a sua notação acerca da relação da “revolução nas ciências da natureza” com o materialismo dialético: para ele, “a revisão da ‘forma’ do materialismo de Engels, a revisão das suas teses de filosofia da natureza, não só nada tem de ‘revisionista’ no sentido estabelecido da palavra, como, pelo contrário, *o marxismo a exige necessariamente*” (cf. V. I. Lenin, *Materialismo e empiriocriticismo*, ed. cit., p. 191, *itálicos meus*).

²⁷ Lenin reproduz partes do artigo de 1899 no texto “Uma crítica acrítica”, redigido em janeiro-março de 1900 e publicado em maio-junho de mesmo ano, apensado a V. I. Lenin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 385-398 (Os economistas); a passagem citada encontra-se à p. 397 [*itálicos meus*]).

Reclamando-se ortodoxo, esclarecerá Lenin que a ortodoxia não pode ser reduzida a uma exegese da textualidade de Marx; mais:

[...] Tomar algo por fé, excluir a apreciação crítica e ignorar o desenvolvimento ulterior constituem erros gravíssimos, pois para aplicar e desenvolver uma teoria a “simples exegese” é evidentemente insuficiente ²⁸.

Retomando uma formulação engelsiana, o mesmo Lenin anotou, num texto de 1910, que “o marxismo não é um dogma morto, não é uma qualquer doutrina acabada, pronta, imutável, mas um guia vivo para a ação”; e mais tarde, num material publicado em 1920, reiterou a sua tese segundo a qual “a essência mesma, a alma viva do marxismo” reside na “análise concreta de uma situação concreta” ²⁹. Ao longo da sua vida, Lenin manteve a sua concepção de que o legado de Marx implicava “crítica” e “contínuo desenvolvimento”, com ênfase na tarefa de os seus legatários levarem em conta as “condições que constantemente se modificam” e as “peculiaridades específicas” de seus contextos nacionais, bem como a centralidade da “análise concreta de uma situação concreta” – e parte substantiva de sua obra (destacadamente *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Que fazer?* e *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*) prova suficientemente a coerência do seu trabalho teórico em face daquela concepção.

Concepção cujo segundo traço apontado por ele – a relação da obra e do legado marxiano com o acervo cultural que os precedeu, mais exatamente, com a *herança cultural* – também acompanha toda a elaboração de Lenin: ele articulou com maestria o caráter teórico e praticamente inovador, *revolucionário*, do pensamento marxiano com as suas bases e raízes, que não se limitam àquelas “três fontes”, situadas como o “que de melhor criou a humanidade no século XIX” ³⁰. Já como chefe de Estado,

²⁸ Ibid.

²⁹ Cf. as suas *Obras completas* (Moscu: Progreso, 1986, t. 41, p. 140). A citação imediatamente anterior encontra-se no artigo “Acerca de algumas particularidades do desenvolvimento histórico do marxismo”, inserido na coletânea *Karl Marx e o desenvolvimento histórico do marxismo* (Lisboa: Avante!, 1975).

³⁰ Lembre-se também do empenho de Lenin para demonstrar que o pensamento marxista na Rússia não se constituiria como um transplante cultural, desligado da tradição russa, mas que o estímulo euro-ocidental, propiciado pela introdução do marxismo no país, encontrara suportes na atividade de expressivas figuras da intelectualidade – nomeadamente Bielinski, Herzen e Tchernichevski. Veja-se o artigo (1912) sobre Herzen *in Obras escolhidas em três tomos*, ed. cit., 1, 1977, p. 486-491.

discorrendo em 1919 sobre os “êxitos e dificuldades do poder soviético”, dizia ele da necessidade, para a construção do comunismo, de

apoderar-se de toda a cultura deixada pelo capitalismo. [...] É preciso apossar-se de toda a ciência, de toda a técnica, de todos os conhecimentos, de toda a arte. Sem isso não podemos edificar a vida da sociedade comunista. [...] É preciso [...] apoderar-se de tudo o que o capitalismo tem de valioso, *é necessário tornar nossa toda a sua ciência e toda a sua cultura*. (LENIN, 1968, p. 47, 51, itálicos meus).

Nesta mesma ocasião, porém, a sua referência vai *muito além* da “cultura deixada pelo capitalismo”: ele se refere, expressamente, à necessidade de assimilar os “*frutos do desenvolvimento milenar da civilização*”³¹. E, um ano depois, insiste em que “o marxismo conquistou sua significação histórica universal” porque “assimilou e reelaborou tudo o que existiu de valioso *em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos*” (LENIN, 1968, p. 113, itálicos meus – JPN). Atente-se, todavia, que o “*tornar nossa toda a sua ciência e toda a sua cultura*” não se opera através de uma recepção ingênua e acrítica: implica em *assimilar* esse acervo mediante uma *reelaboração crítica* – cerca de vinte anos antes, replicando a Struve (que advertia que o marxismo não devia “fechar simplesmente os olhos à chamada *crítica burguesa*”), Lenin pontuava:

É claro que é prejudicial “fechar simplesmente os olhos” não só à ciência burguesa, mas também às teorias mais absurdas, inclusive ao mais extremo obscurantismo. Isso é um banal lugar-comum. Mas uma coisa é não fechar os olhos à ciência burguesa, observar a sua evolução, aproveitá-la, mas mantendo uma atitude *crítica* em relação a ela sem abrir mão da integridade e da clareza de sua concepção de mundo; outra é render-se à ciência burguesa [...] (LENIN, 1982, p. 398, nota).

Vê-se com nitidez esta posição de princípio de Lenin quando se recorda, por exemplo, que ele jamais subestimou as pesquisas dos economistas burgueses “no domínio das investigações factuais e especializadas”; considerava, mesmo, que não se avançaria “um passo no [...] estudo

³¹ Idem, p. 49 (itálicos meus - JPN); e, num discurso de outubro de 1920, afirmou: “O marxismo é um exemplo de como o comunismo resultou da soma de conhecimentos adquiridos pela humanidade” e “Só se pode chegar a ser comunista quando se enriquece a memória com o tesouro da ciência acumulado pela humanidade” (idem, p. 98-99).

dos novos fenômenos econômicos sem utilizar” os seus trabalhos; mas era preciso “saber assimilar e reelaborar suas aquisições” (em especial, quando estava em jogo a “teoria geral da economia política”), era preciso “*saber cortar-lhes a tendência reacionária, saber aplicar a nossa própria linha e combater toda a linha* das forças e classes que nos são hostis” (LÉNINE, 1982, p. 259) – a notar, nestas últimas palavras, o destaque, *do original leniniano*, tanto do empenho cognitivo (*saber*) quanto do critério político-ideológico (a oposição, frequentemente o antagonismo, entre a *nossa própria linha* e a de outras forças e classes).

Tais sumárias indicações acerca da concepção leniniana do legado de Marx e Engels têm aqui, nesta breve nota, um duplo sentido: *primeiro*, reiterar que Lenin sempre considerou aquele legado como resultante histórico de um largo processo de acúmulo (de ideias, de teorias e de lutas sociais) e que ele, sem reduzir o lastro da sua dimensão revolucionária, não pode ser desconectado da *herança cultural* constituída em tal processo senão ao alto preço do seu empobrecimento e da sua mutilação ³²; *segundo*: afirmar que a política cultural implementada pelo poder soviético ao tempo de Lenin (e, nalguma medida, vigente até o início do último terço dos anos 1920) mostra-se, de modo íntegro, congruente, consistente e coerente com a valorização da *herança cultural* que atravessa o *conjunto* do pensamento de Lenin.

Cuidemos então, também de maneira sumária, da orientação leniniana da política cultural do poder soviético. Paradoxais foram as condições em que Lenin tornou-se chefe de Estado. De uma parte, o governo soviético defrontou-se imediatamente com um país semi-destruído pela guerra que, poucos meses depois da chegada dos bolcheviques ao poder, foi ainda mais arruinado pela ação contra-revolucionária dos “brancos” e da intervenção estrangeira, que mergulharam o país na guerra civil. Vencidas as forças reacionárias no plano bélico, ao “comunismo de guerra” sobreveio, em 1921, a “nova política econômica”, instrumento a que a direção bolchevique recorreu para a reanimação da economia e cujos primeiros frutos começam a surgir ainda em vida de Lenin. Evidentemente, a questão mais urgente com que Lenin e a direção bolchevique se depararam,

³² A que nível de empobrecimento e mutilação pode levar a tese do marxismo como *ruptura radical*, absoluta, com o passado (a herança cultural) prova-o a concepção própria da autocracia stalinista (enunciada, naturalmente, por Zhdanov) da relação do marxismo com Hegel.

entre 1918 e 1921, foi a fome e a penúria que, herdadas do czarismo, se ampliaram com a guerra civil e o cerco imperialista (o “cordão sanitário”, assim designado por G. Clemenceau) – a prioridade era a produção de gêneros e o abastecimento, dependentes diretos da dinâmica econômica. A bibliografia sobre os primeiros anos do poder soviético é abundante e documenta as monumentais dificuldades que a direção soviética e a classe operária russa enfrentaram com destemor e altivez.

O paradoxo é que, de outra parte, este país em escombros, onde imperava o que o próprio Lenin designava como “atraso asiático” – entre outros indicadores assinalado pelo analfabetismo massivo (cerca de 70% da população ao fim da guerra civil) e pela estrutura restritiva da educação formal (ao final da guerra civil, apenas 20% das crianças recebiam precária educação primária e só 1% da população ingressava no ensino superior ³³) –, não dispunha somente de uma rica tradição artística e literária: ainda que com a exclusão do grosso da população dos circuitos letrados, experimentava, de fato e apesar da censura czarista, desde o início do século, uma efervescência cultural para a qual a Revolução de Outubro criou condições de extraordinário florescimento – a que se somava uma cultura científica a que a Revolução também deu nova vida, a ponto de autores caracterizarem a década de 1920 como “os anos de ouro da ciência soviética”³⁴.

Em outubro de 1920, no *III Congresso da União das Juventudes Comunistas da Rússia*, dirigindo-se aos jovens sobretudo estudantes, Lenin deixava claras as prioridades do novo regime e definia a educação como a pedra-de-toque da sua política cultural:

Sabeis todos que agora, imediatamente depois dos problemas militares, dos problemas da defesa da República, surge diante de nós o problema econômico. Sabemos que é impossível construir a sociedade comunista sem restaurar a indústria e a agricultura [...]. É preciso restaurá-las sobre uma base moderna, de acordo com a última palavra da ciência. [...] Ergue-se diante de vós a tarefa de fazer renascer a economia de todo o país [...] sobre a base da instrução moderna [...]. Se carecer dessa instrução, o comunismo não passará de um desejo [...]. Vossa tarefa é construir, e só podereis cumpri-la possuindo todos os conhecimentos modernos

³³ Para o quadro educacional encontrado pelos bolcheviques e a posição de Lenin, cf. o artigo “A educação na Rússia de Lenin”, de Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Jr. in *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, abr. 2011. Número especial.

³⁴ Cf., *supra*, a nota 3.

[...]. Esta é a vossa missão. Por ela deveis guiar-vos ao instruir, educar e elevar toda a jovem geração. (LENIN, 1968, p. 101-102).

Vê-se: educação – em primeiro lugar, erradicação do analfabetismo massivo e abertura para a formação técnica –, sem o que a *restauração da indústria e da agricultura* seria impossível (e, igualmente, sem o que o *comunismo não passará de um desejo*), era a primeira palavra-de-ordem leniniana. Um ano depois, insistia em que “não basta liquidar o analfabetismo”³⁵ e acentuava a dimensão *educativa* para as tarefas que arrolava, porque sem instrução a *cultura* permaneceria inacessível aos trabalhadores; já antes da sua chegada ao poder, é expressiva a notação de Lenin que remete à literatura:

É preciso que os operários não se confinem ao quadro artificialmente limitado de uma “literatura para operários” e sim que aprendam a compreender melhor a *literatura para todos*. (LÉNINE, 1957, p. 81).

Priorizada a luta contra o analfabetismo, a política cultural orientada por Lenin será direcionada para tornar acessível – mais que a literatura – a arte para as massas³⁶. Especificamente no caso da literatura, além da rica herança cultural que vinha do século XIX e do tradicionalismo patrocinado pelo recém-derrotado czarismo, estava em curso a efervescência já mencionada, bem resumida por Konder:

O ambiente literário [...] se caracterizava pelo choque estrepitoso de várias tendências, que incluíam desde o formalismo dos *Irmãos Serapião* [...] e o tradicionalismo acadêmico, até o refinamento dos *imagistas* (Essenin), o sectarismo do *proletkult* [...], passando pela agressividade dos futuristas (entre os quais surgiu Maiakovski) e a posição moderada, aberta e confusa de Gorki. (KONDER, 2013, p. 69).

À efervescência do ambiente literário corresponderam confrontos ideológicos intensos, com a ativa participação de Lenin. A direção política de Lenin, em face dessas tendências, nunca manteve uma postura de

³⁵ Na sequência imediata desta afirmação, acrescenta: “Necessitamos de uma enorme elevação da cultura. É necessário que o homem exerça a sua capacidade de ler e escrever [...]” (ibidem, p. 136).

³⁶ Um quadro dessa política pode ser inferido das atividades desenvolvidas pela agência governamental dirigida por Lunatcharski (cf., entre outras fontes, Fitzpatrick, *The Commissariat of Enlightenment: Soviet Organization of Education and the Arts under Lunacharsky*, ed. cit.).

neutralidade ou um papel arbitral: o partido tinha posições franca e abertamente políticas diante delas (como o mostra, por exemplo, a dura crítica ao futurismo, do final de 1920 ³⁷); entretanto, sob Lenin, as resoluções do partido em matéria de arte, bem como suas inclinações pessoais, não foram convertidas em *diktats* do Estado. É o que factualmente se verifica quando consideramos, nesses confrontos, a firme oposição de Lenin ao programa cultural de muitos dos seus camaradas (portanto, de segmentos do partido) aglutinados na proposta e na atividade do *proletkult*, que tinha em Bogdanov a figura mais saliente, proposta cuja essência era a constituição de uma “cultura proletária” radicalmente nova e sem vínculos com a herança cultural precedente – de acordo com Bogdanov, à revolução proletária caberia a criação de uma cultura especificamente sua, proletária ³⁸.

No processo revolucionário, Bogdanov (que, na década anterior, Lenin, em *Materialismo e empiriocriticismo*, criticara asperamente) torna-se o responsável pela cultura do soviete de Petrogrado e atua desenvoltamente na implementação do programa do *proletkult*, que se constitui em movimento na *I Conferência do Proletkult* (outubro de 1917), movimento que logo cresce e galvaniza parte expressiva da intelectualidade revolucionária e/ou que adere à revolução. Ora, a ideia de uma “cultura proletária”, tal como posta por Bogdanov e seus companheiros, era frontalmente rechaçada por Lenin, tanto pelo seu manifesto sectarismo ³⁹ quanto, sobretudo,

³⁷ Expressa numa resolução partidária de 1º de dezembro de 1920, repetidamente evocada por Lunatcharski – por exemplo, em seu texto inserido em N. Krupskaya, *Recuerdos de Lenin* (Madrid: Nosotros, 1930).

³⁸ Acerca de Bogdanov e suas ideias, cf. A. Bogdanov, *La science, l'art et la classe ouvrière* (Paris: Maspero, 1977) e *El arte y la cultura proletaria* (Madrid: Comunicación, 1979); A. Belova, *A. A. Bogdanov* (Moscow: Meditsina, 1974); quanto ao *proletkult*, cf. esp. L. Mally, *Culture of the future: The Proletkult Movement in Revolutionary Russia* (Berkeley: University of California Press, 1990) e, ainda, F. Champarnaud, *Révolution et contre-révolution culturelle en URSS* (Paris: Anthropos, 1975) e Z. A. Sochor, *Revolution and culture. The Bogdanov-Lenin Controversy* (Ithaca: Cornell University Press, 1988). Uma apertada, mas competente, síntese da importância e do programa do *proletkult* é encontrada no respectivo verbete, cujo signatário é J.-M. Gayman, de G. Labica e G. Bensussan, *Dictionnaire critique du marxisme* (Paris: PUF, 1985).

³⁹ Já indiquei que Lenin, sem abrir mão da sua ortodoxia e da sua recusa sistemática do ecletismo, era avesso ao sectarismo tanto na prática política quanto na elaboração teórica. Em um escrito de março de 1922, esta posição é nitidamente explicitada – referindo-se à recém-criada *Sob a bandeira do marxismo*, revista que pretendia aglutinar comunistas e não comunistas, ele escreveu: “Acredito que esta aliança dos comunistas com os que não o são é indiscutivelmente necessária [...]. Um dos mais graves e perigosos erros dos comunistas [...] é o de imaginar que a revolução pode ser levada a cabo pelos revolucionários sozinhos. [...] *Sem a união com os não comunistas, nos mais diversos terrenos da atividade, não se pode sequer falar de qualquer construção comunista eficaz*” (Lenin, *Cultura e revolução cultural*, ed. cit., p. 140, itálicos meus).

por fazer *tabula rasa* da cultura precedente⁴⁰ – já vimos o apreço leniniano pela herança cultural. Em outubro de 1920, depois de assinalar que

só se pode criar esta cultura proletária conhecendo com precisão a cultura criada pela humanidade em todo o seu desenvolvimento e transformando-a,

ele afirma sem qualquer ambiguidade:

A cultura proletária não surge de fonte desconhecida, não é uma invenção dos que se proclamam especialistas em cultura proletária. Isso é pura necessidade. A cultura proletária tem de ser o desenvolvimento lógico do acervo de conhecimentos conquistados pela humanidade sob o jugo da sociedade capitalista, da sociedade latifundiária, da sociedade burocrática. (LENIN, 1968, p. 98).

Em função desta defesa da relevância da herança cultural, no mesmo outubro de 1920, ele se mobilizou para influir no *I Congresso do Proletkult de toda a Rússia*, que se realizaria em Moscou, em dezembro. Preparou um projeto de resolução a ser submetido ao Comitê Central do partido⁴¹, propondo que se rechaçasse, “com a maior energia, como inexata teoricamente e prejudicial na prática, toda tentativa de inventar uma cultura especial própria” e se determinasse que o *proletkult* se submetesse à direção do partido⁴². Pois bem: apesar desta claríssima e inequívoca posição de Lenin, só posteriormente o movimento de Bogdanov foi submetido ao controle do partido, mas o próprio *Bogdanov não foi objeto de qualquer sanção – suas obras continuaram a ser publicadas e a circular livremente até 1928*⁴³.

⁴⁰ Escrevendo anos depois, Lunatcharski observou que uma das razões de Lenin para se opor às propostas bogdanovianas da “cultura proletária” era o seu temor de que, “com tais invenções [...], afastar-se-iam os operários do estudo, da assimilação da ciência e da cultura já existentes” (cf. a sua lembrança em Lenin, *Cultura e revolução cultural*, ed. cit., p. 188).

⁴¹ Cuja íntegra está disponível em Lenin, *Cultura e revolução cultural*, ed. cit., p. 112-113. A citação que se segue é extraída desta fonte.

⁴² Num esboço inacabado, relacionado a esse projeto de resolução, ele anotou: “Não *invenção* de uma nova cultura proletária, mas *desenvolvimento* dos melhores modelos, tradições e resultados da cultura *existente do ponto de vista* da concepção marxista do mundo e das condições de vida e de luta do proletariado na época da sua ditadura” (Lenin, *Cultura e revolução cultural*, ed. cit., p. 114).

⁴³ Reconhece-o Gayman, no já citado verbete (nota 45, *supra*), ao mencionar dois períodos da “literatura proletária” na Rússia: entre 1917 e 1921, quando o *proletkult* dispôs de um quase-monopólio das práticas culturais e artísticas e, depois de 1921, quando este quase-monopólio foi quebrado, mas com a sua programática subsistindo (até a transição aos anos 1930) em numerosos grupos de escritores e artistas.

A tolerância e a flexibilidade *práticas* são emblemáticas da política cultural do poder soviético durante o período em que Lenin esteve efetivamente à cabeça do Estado soviético. A vigorosa (e às vezes agressiva) defesa que ele fazia de seus pontos de vista não derivou em nenhum enquadramento administrativo e/ou coercitivo da vida cultural. Sua posição – pessoal e política – diante da relevância da herança cultural não implicou a asfixia de expressões diversas da arte e da literatura ⁴⁴.

3

Os anos que se seguiram imediatamente à revolução que explodiu em 1905 e que se viu derrotada em 1907 foram anos de refluxo das forças que expressavam, na Rússia, os interesses das massas trabalhadoras do campo e da cidade. Stolypin, guindado em 1906 à chefia de fato do império russo, jogando simultaneamente com uma repressão massiva e um projeto de “modernização” para o regime czarista, parecia avançar com êxito no sufocamento das lutas de classes – o movimento dos trabalhadores reduziu-se e flagrantemente perdeu o ímpeto de que dera provas em 1905 ⁴⁵. Sobrevieram anos duríssimos, especialmente para o POSDR – seus dirigentes que escaparam à repressão, bolcheviques e mencheviques, viram-se compelidos a retomar o caminho do exílio e, em janeiro de 1908, Lenin já estava de regresso à Genebra.

De 1908 a 1911, Lenin viveu na Suíça e na França, mas deambulando por outros países europeus. Foram anos de deserções e fragilização orgânica, de intensas polêmicas no POSDR, porém marcados por esforços de formação política em escolas localizadas nos países de exílio e por empenhos de reconstrução partidária no interior da Rússia; Lenin participou

⁴⁴ Pode-se recorrer novamente a Lunatcharski para sinalizar a abertura de Lenin em face mesmo de experiências que não apreciava. Num diálogo que ele situa ainda no período da guerra civil, lembra que Lenin realçou a necessidade de apoiar “o novo, o que nascera sob a influência da revolução”. Ao que ele, Lunatcharski, pontuara: “É preciso abordar os novos fenômenos sabendo distingui-los. Não deixar que monopolizem nada. Dar-lhes a possibilidade de conquistar um posto mais destacado graças a seus méritos artísticos reais. Neste sentido, ajudá-los no que for possível”. Ao que Lenin arrematou: “Creio que essa é uma formulação bastante exata” (Lenin, *Cultura e revolução cultural*, ed. cit., p. 190).

⁴⁵ “As estatísticas sobre o número de grevistas retratam bem isso: em 1907, eles constituíam apenas 26% do total de 1905, o ano da revolução; em 1908, 6%. Em 1910, 2%” (Ulam, op. cit., p. 303).

ativa e febrilmente desse processo, conjugando-o com uma atenção dirigida ao cenário das relações internacionais (e também à questão das nacionalidades) e com uma extensíssima produção intelectual ⁴⁶. Precisamente nesses anos, dedicou a Tolstói os seus seis artigos: em 1908, “L. Tolstói, espelho da revolução russa”; em 1910, “L. Tolstói”, “L. Tolstói e o movimento operário contemporâneo”, “Tolstói e a luta proletária” e “Os heróis da ‘pequena reserva’” e, em 1911, “L. Tolstói e sua época”⁴⁷. Pelo que me consta, nenhum outro escritor russo, criador literário, recebeu pública e explicitamente de Lenin cuidados tais e análise similar. Havia razões e motivos para tanto – como haveremos de ver mais adiante –, que transcendiam o interesse geral despertado pela passagem, em 1908, do octogésimo aniversário do escritor.

Tolstói, no primeiro decênio do século XX, era o último gigante ainda vivo da grande literatura russa – dentre seus representantes mais notáveis, alguns haviam falecido na metade inicial do século XIX (Pushkin em 1837, Lermonontov em 1841) e outros nas décadas seguintes (Gogol em 1852, Herzen em 1870, Nekrasov em 1878, Dostoiévski em 1881, Turgueniev em 1883, Saltykov-Schedrin em 1889, Goncharov em 1891; só Tchecov chegou a ver um pouco do novo século, morrendo em 1904). Censurado pelo czarismo e excomungado pela Igreja Ortodoxa, Tolstói teve comemorado o seu octogésimo aniversário com expressa valorização internacional e celebrações, algumas inclusive de carácter popular, na própria Rússia – onde todos, do espectro liberal a até mesmo setores da Igreja e segmentos oficiais (que antes o perseguiram), procuraram capitalizar algo do seu prestígio; a passagem dos seus oitenta anos deu azo à disputa em torno da aura que legitimamente o cercava. O seu legado literário e ideológico tornava-se, então e abertamente, pasto para interesses e objetivos heterogêneos e conflitantes.

⁴⁶ Envolvendo trabalhos de fôlego e material publicístico, a magnitude da produção leniniana nesses anos é notável: ela está registrada em *quatro volumes* de V. I. Lenin, *Collected Works* (Moscow: Progress Publishers, XIV, XV, XVI e XVII, 1962-1963). Os artigos sobre Tolstói, a seguir citados, encontram-se nos volumes XV a XVII.

⁴⁷ Encontram-se os artigos, além da fonte referida na nota anterior, em V. I. Lénine, *Sur la littérature et l'art* (Paris: Éd. Sociales, 1957), *Sur l'art et la littérature* (Paris: UGE/col. 10/18, III, 1964), *Articles on Tolstói* (Moscow: Progress, 1971), *Lénine et Léon Tolstói* (Moscu: Novosti, 1972) e *Escritos sobre la literatura y el arte* (Barcelona: Península, 1975). Ao que sei, desses textos, os dois primeiros estão vertidos ao português em V. I. Lénine, *Obras escolhidas em 6 tomos* (Lisboa: Avante!, Moscou: Progresso, 1986, t. 1-2).

É nesta conjuntura que Lenin, que de há muito, como se assinalou, admirava o escritor, inicia a publicação da série de artigos sobre Tolstói – autor que mereceu cuidados de outros intelectuais revolucionários e de teóricos e dirigentes do POSDR ⁴⁸ –, artigos que já foram objeto de inúmeros estudos⁴⁹. Não seria pertinente, aqui, oferecer uma apresentação resumida de cada um daqueles artigos, até porque é sustentável considerar o seu conjunto como um texto único ⁵⁰; meu interesse incidirá na *concepção geral* da função social da literatura que subjaz, com ênfase diferenciada, aos seis artigos e na *tese central* que estrutura em definitivo a apreciação de Lenin.

Cumpre, porém, desde já salientar que existem, em face da elaboração leniniana sobre Tolstói, duas posições diferentes, ambas defendidas por marxistas, que resultam de procedimentos interpretativos (que não podemos deslindar neste espaço) distintos; não se trata propriamente de posições antagônicas, mas sem dúvida os seus desdobramentos (políticos, teóricos e estéticos) são bem diversos. Em termos necessariamente esquemáticos, pode-se dizer que uma primeira posição considera que nesses trabalhos de Lenin (mesmo reconhecendo a sua natureza política) está contida uma fecunda *contribuição teórica à crítica literária marxista*; representante dessa vertente analítica, P. Macherey afirma que os artigos leninianos sobre Tolstói “constituem, na história do marxismo científico, uma obra *except-*

⁴⁸ Já vimos (nota 1, *supra*) que, em 1908, também Trotski escreveu sobre Tolstói. E não se esqueça que, à época, em pelo menos três oportunidades (1907, 1910 e 1911 – é deste ano o artigo “Karl Marx e Léon Tolstói”), G. Plekhanov ocupou-se dele: sempre se referindo ao “conde Tolstói”, o “pai do marxismo russo” revelou pouca sensibilidade diante da grandeza estética do autor de *Guerra e paz*; leia-se o artigo “Tolstói”, incluído em G. Plekhanov, *L'art et la vie sociale* (Paris: Ed. Sociales, 1949). Marxistas não russos também abordaram, então, a obra de Tolstói, como F. Mehring; entre eles, cf. esp. Rosa Luxemburg, *Scritti sull'arte e sulla letteratura* (Verona: Bertani, 1976).

⁴⁹ É significativa a bibliografia elaborada sobre os textos leninianos acerca de Tolstói; umas poucas amostras podem ser expressivas das várias perspectivas de análise nela presentes: B. Meilakh, *Lénine et les problèmes de la littérature russe* (Paris: Éd. Sociales, 1956); Léon Roubel, “Analyse de Tolstói ou Création et Histoire” (*La Nouvelle Critique*, Paris, jul.-out. 1957); Stefan Morawski, “Lenin as a Literary Theorist” (*Science and Society*, New York, v. XXI, n. 1, Winter 1965); P. Macherey, “Lénine, critique de Tolstói” (1965), recolhido depois em *Pour une théorie de la production littéraire* (Paris: Maspero, 1966); A. Sánchez Vázquez, “Notas sobre Lenin y el arte” (*Revista Casa de las Américas*, La Habana, n. 6, jul. 1970); Marcelin Pleynet, “Lénine et Tolstói” (*La Nouvelle Critique*, Paris, n. 39, 1970); M. Aucouturier, “Le ‘léninisme’ dans la critique littéraire soviétique” (*Cahiers du Monde Russe et Soviétique*, Paris, v. 17, n. 4, p. 411-426, 1976); o excelente ensaio de C. Prévost, “Lénine, la politique et la littérature” (1970-1971), recolhido em *Literatura, política, ideologia* (ed. cit.); Y. Lukin, *Lenin and literature* (Moscow: Raduga, 1988) e J.-M. Palmier, *Lénine, l'art et la révolution* (Paris: Payot, 2006). Entre os brasileiros que cuidaram da relação de Lenin com a literatura, recorde-se o breve e provocativo ensaio de Flávio R. Kothe, “Lenin e a literatura” (*Revista Novos Rumos*, São Paulo, v. 1, n. 3, jul./set. 1986).

⁵⁰ A indicação, que considero pertinente, é de P. Macherey, *Pour une théorie de la production littéraire*, ed. cit., p. 126.

cional” e sustenta que “Lenin descobriu [...] uma nova função da crítica literária, atribuindo-lhe o seu lugar na atividade teórica geral”; Macherey avalia que Lenin, “à sua maneira”, nos brinda com “a primeira imagem do que poderia ser uma crítica engajada”⁵¹. A segunda posição, que tem abrigo na argumentação de Sánchez Vázquez, assegura que Lenin, abordando a arte, simplesmente “se enfrenta, como político, a fenômenos diante dos quais não pode permanecer indiferente pela simples razão de que a arte e a literatura também não podem ser indiferentes à política” e que “Lenin não se propôs fundar teoricamente a estética marxista – nele não há nenhuma fundamentação filosófica explícita dela”⁵². Ambas as posições, a meu juízo, absolutizam traços que efetivamente se encontram, alguns matizados e potenciais, nos textos de Lenin sobre Tolstoi – mas a absolutização as torna unilaterais, além do que acabam por enviar a supostos excludentes⁵³. Mais mediatizada e fundamentada se demonstra a perspectiva analítica aberta por Prévost: igualmente considerando o caráter político dos seis artigos de Lenin, argumenta que as suas reflexões “não produzem uma teoria nova do texto, mas deixam um lugar para ela”, na medida exata em que, e segundo Prévost esta é uma determinação “capital”, Lenin sinaliza, na arte literária, a existência de “*uma autonomia relativa do significante em relação ao significado*”⁵⁴ (mas não é cabível, nesta oportunidade, avançar nesta perspectiva). Feita esta rapidíssima menção à posição de uns poucos, contudo representativos, estudiosos marxistas, voltemos ao próprio Lenin.

No conjunto dos seus textos, Lenin parte, como de um dado de fato, da *grandeza artística de Tolstoi* – que é reiteradamente qualificado como “artista genial”, “romancista genial”, “grande escritor”, autor de obras “as melhores da literatura mundial”⁵⁵. Para Lenin, a genialidade lite-

⁵¹ Ibidem, p. 125, 127-128. O emprego da expressão “marxismo científico” denota a estreita vinculação de Macherey, à época, ao pensamento de L. Althusser.

⁵² Sánchez Vázquez, “Notas sobre Lenin y el arte”, *loc. cit.*, notas 7 e 12.

⁵³ Examinando os textos de Macherey e Sánchez Vázquez, verificará o leitor que eles expendem uma argumentação radicalmente diversa acerca dos fundamentos da defesa leniniana do *realismo* na literatura: se, para Macherey, neles está suposta a teorização de *Materialismo e empiriocriticismo*, Sánchez Vázquez infirma essa relação dos seis artigos de Lenin com a teoria do conhecimento explicitada na obra de 1909.

⁵⁴ C. Prévost, *Literatura, política, ideologia*, ed. cit., p. 121. Parágrafos antes (p. 120), Prévost reconhecendo a coerência interna dos seis artigos, avança a hipótese segundo a qual “Lenin não produziu uma ‘teoria da literatura’ [...] e que] canonizar os seus juízos, tentar organizar num texto sistemático os seus ‘escritos sobre a literatura’, é conceder todas as facilidades ao desenvolvimento de uma crítica dogmática”.

⁵⁵ Já não cansarei o eventual leitor com remissões em nota – daqui em diante, todas as citações de Lenin foram extraídas de *Articles on Tolstoi*, ed. cit. na nota 55, *supra*.

rária de Tolstói é algo estabelecido e fica fora do seu escopo crítico. O ponto de partida da sua análise, bem como o seu eixo, não é estético (teórico-filosófico): é *histórico* – suas questões primárias dizem respeito ao *lugar* de Tolstói na história russa.

Lenin considera que o espaço histórico de Tolstói está claramente demarcado entre 1861 e 1905. Mesmo levando em conta que a atividade literária tolstoiniana desborda estes marcos cronológicos, Lenin não tem dúvidas de que foi neste período histórico (situado entre a abolição formal do sistema servil na Rússia e a emergência da primeira revolução russa) que “Tolstói se formou definitivamente como artista e como pensador”⁵⁶. O artista e pensador se inscreve, conforme Lenin, num “período de transição” que expressa uma “inflexão” na história russa: ao desenvolvimento do capitalismo integram-se as sobrevivências do regime servil, penalizando fortemente os camponeses. A saturação do campo pelas relações capitalistas potencia as contradições da realidade social russa: as seculares relações sociais em que viviam os camponeses entram em colapso, o *status quo* em que assentava o sistema de poder czarista estremece – o “velho” cambaleia e o “novo” ainda não se afirma. Se a abolição do regime servil marca o avanço inicial do capitalismo, a revolução de 1905, desobstruindo ainda mais a via para o evoluir deste último, é a primeira emersão do “novo” – e por isto, tem o caráter de uma revolução burguesa-camponesa, cujas tarefas são acelerar o desenvolvimento capitalista, liquidando a propriedade monopólica da aristocracia fundiária, mas na qual, entretanto, o campesinato opera como mero coadjuvante. Em 1905, todas as contradições, abertas e latentes, da sociedade russa vêm à superfície.

Resultante das transformações em curso nas quatro décadas anteriores, o processo que saltou à luz em 1905 portava uma contraditoriedade que, na interpretação de Lenin, se espelha (vide o título do seu primeiro artigo: “L. Tolstói, espelho da revolução russa”) nas atividades literária e

⁵⁶ Recorde-se o leitor de algumas datas significativas da atividade literária de Tolstói (excluído o seu teatro): 1859, início da redação de *Felicidade conjugal*, logo publicado; 1860, esboço de *Os dezembristas*, nunca concluído; 1863, projeto de romance sobre os anos 1810-1820; 1867, publicação dos primeiros capítulos de *Guerra e paz*, com a edição concluída em 1869; 1873, começa a trabalhar em *Ana Karenina*, cujos primeiros capítulos são dados à luz em 1875 e o livro em 1878; 1883, redação de *A morte de Ivan Ilitch*; 1887, primeira redação de *Sonata a Kreutzer*; 1889, início da redação de *Ressurreição*. Da atividade doutrinária de Tolstói, lembre-se que são de 1883 esboços de *Qual é a minha fé*, publicado no ano seguinte e logo proibido pela censura, e de 1894 *O reino de Deus está em vós*.

doutrinário-filosófica de Tolstói. Lenin observa que Tolstói *não* compreendeu aquele processo – impediu-o a sua concepção *ideológica*, corporificada na sua doutrina pacifista e filantrópica (no *tolstoísmo*, enfim).

É extremamente importante, na análise leniniana, a determinação da raiz ideológica do universo intelectual de Tolstói, na medida em que Lenin escapa às tentações sociologistas (armadilha que aprisionou a leitura de Tolstói por Plekhanov): ele não a vincula nem à origem nem à condição de classe do “conde Tolstói”, oriundo da aristocracia fundiária e membro dela – Lenin indica expressamente que Tolstói, em termos ideológicos, é o “intérprete das ideias e da neutralidade dos milhões de camponeses russos no momento da eclosão da revolução burguesa na Rússia”. O núcleo dessa ideologia, Lenin o esclarece inclusive ao não aceitar a sua caracterização como simples “anarquismo cristão”: trata-se de um núcleo “certamente utópico e, no seu conteúdo, reacionário no sentido mais exato e profundo da palavra”; no entanto, Lenin adverte que, expressão das aspirações camponesas, tal ideologia porta, difusamente, “elementos críticos, passíveis de oferecer matéria preciosa para a instrução das classes avançadas” ⁵⁷.

Lenin opera, nos passos em que trata da ideologia tolstoïniana, uma dupla recusa: primeiro, não a trata como algo harmônico, homogêneo e livre de incongruências – expressando o anticapitalismo voltado para o passado (o passado patriacal camponês, idealizado), contém uma crítica ao presente que as “classes avançadas” devem resgatar e direcionar num novo sentido ⁵⁸; segundo: não reduz nem identifica o “artista” ao “pensador” – e a este aspecto, crucial, logo voltaremos. Importa salientar que, no conjunto da sua análise – seja do “pensador”, seja do “artista” –, Lenin detecta com argúcia as contradições que saturam a elaboração de Tolstói ⁵⁹ e não

⁵⁷ Por isto mesmo, como observou Sánchez Vázquez (na fonte citada na nota 57, *supra*), citando Lenin, a obra de Tolstói “proporciona um conhecimento do real. [...] Todo o povo russo deve compreender em que consistiu a sua própria debilidade, que não lhe permitiu conduzir até o fim a sua libertação” (Lenin refere-se aqui à revolução de 1905). Lembremos que Marx, cerca de meio século antes, considerava que um ponto de vista anticapitalista, *mesmo inteiramente dissociado de uma perspectiva revolucionária*, pode contribuir para uma crítica da sociedade capitalista, seja no domínio teórico, seja no da arte – basta evocar a sua notação sobre Stuart (cf. MARX, K. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 40) e a sua conhecida apreciação da obra de Balzac.

⁵⁸ Resgate e novo direcionamento sem o qual – para o líder e dirigente político Lenin – não seria viável a aliança operário-camponesa necessária à revolução socialista (cf. os materiais reunidos em V. I. Lenin, *A aliança operário-camponesa*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961).

⁵⁹ Contradições que são, no plano da ideologia do *tolstoísmo*, índices das *reais contradições* experimentadas na condição camponesa; cf. os sete quadros sinóticos organizados por Prévost (cf. op. cit., p. 109-111). O *tolstoísmo*

as debita a qualquer biografismo: elas não podem ser tratadas como uma questão da individualidade de Tolstoi, já que são a síntese da “ideologia das condições de existência em que se encontraram, de fato, milhões e milhões de homens durante determinado lapso de tempo”. E de modo conclusivo:

As contradições nas concepções de Tolstoi não são contradições do seu pensamento estritamente individual: são o reflexo das condições e das influências sociais, de tradições históricas complexas e contraditórias no mais alto grau.

Enquanto *esta* ideologia que expressa o horizonte camponês, a ideologia tolstoiniana espelha parcial e enviesadamente a realidade que a produz. Neste sentido, as contradições que comparecem no pensamento de Tolstoi são, elas mesmas, um “espelho” – que deforma o que “espelha” – do movimento que levou a sociedade russa à disrupção de 1905 e assim exprimem *de algum modo* esse movimento⁶⁰. Tais contradições, portanto, uma vez determinados e clarificados os seus condicionalismos sociais, são reveladoras da dinâmica do processo de que o ideólogo (o “pensador”) Tolstoi não tinha, nem poderia ter, consciência.

A análise leniniana não divorcia o “pensador” do “artista” – as limitações ideológicas que travaram a compreensão, pelo pensador Tolstoi, do processo revolucionário também não permitiram ao artista Tolstoi compreender o mesmo processo e, com a apreensão da sua dinâmica, oferecer para ele uma solução qualquer. *Mas a concepção geral que Lenin tem da literatura (e, no limite, da arte como tal) não contempla a ideia de que ela deve “espelhar” totalizadamente o movimento da sociedade e oferecer soluções.* Lenin não reduz ou identifica – insistamos – o “artista” Tolstoi ao “pensador” Tolstoi (ou, se se quiser, não identifica e/ou hipoteca a arte de Tolstoi ao *tolstoísmo*): se o segundo pretendeu apontar no pacifismo e na filantropia a solução alternativa ao horror do avanço das relações capitalistas na Rússia, o primeiro dispõe de um “lúcido realismo” que lhe permite

é situado por Lenin (no artigo “L. Tolstoi e sua época”, de 1911) como uma ideologia *necessária e própria* do momento de transição em que o antigo regime se vê subvertido.

⁶⁰ No artigo “L. Tolstoi” (1910), Lenin destaca que Tolstoi soube “transmitir [...] o estado de espírito das grandes massas oprimidas pelo sistema patriarcal”, “exprimir o seu sentimento espontâneo de protesto e de cólera”. Afirma mesmo que a sua (de Tolstoi) “denúncia do capitalismo exprime todo o horror do camponês patriarcal em face das transformações capitalistas.

(como Lenin pontua no artigo “L. Tolstói e o movimento operário contemporâneo”, de 1910) *colocar problemas reais* e essenciais.

À literatura (à arte), Lenin não pede soluções: pede que “espelhe” com veracidade a realidade – e o Tolstói “artista”, “grande artista”, o fez nas condições concretas da sociedade russa, combatendo a idealização/mistificação (operada inclusive pelas correntes oposicionistas liberais) da vida russa. A importância desse *colocar problemas reais*, próprio do “lúcido realismo” de Tolstói, revela o seu inteiro significado histórico e político-social na Rússia da época na medida em que (como Lenin sublinha no artigo “L. Tolstói”, de 1910)

o simples enunciado, corajoso, franco, severamente implacável, dos problemas mais dolorosos, mais malditos do nosso tempo, desfez um golpe direto nas frases estereotipadas, nos malabarismos vulgares, nas mentiras da imprensa liberal.

Ao “grande artista”, recusa-se Lenin a reclamar a expressão (o “espelhamento”) da *totalidade* do movimento da realidade: desde o seu primeiro artigo (“L. Tolstói, espelho da revolução russa”, de 1908), fica muito claro o que ele requisita da literatura – “Se estamos diante de um artista realmente grande, ele deve ter refletido em suas obras pelo menos *alguns aspectos essenciais* da revolução” [itálicos meus]. Se Lenin não pede ao escritor “soluções”, tampouco lhe demanda que tome outro partido que não a figuração literária veraz de aspectos da realidade, o que supõe que o artista *conheça efetivamente* “alguns aspectos essenciais” dela. Os limites ideológicos do *tolstoísmo* bloqueavam o conhecimento da dinâmica do movimento social (e revolucionário) da Rússia do último terço do século XIX; mas o fato de o núcleo da sua ideologia *colidir* com o ideário da aristocracia fundiária, de expressar a visão de mundo do camponês por ela oprimido e explorado, permitiu a Tolstói um conhecimento da vida rural, dos conflitos que nela grassavam e (como Lenin anota no citado “L. Tolstói e o movimento operário contemporâneo”) agudizaram “a sua atenção” aos “acontecimentos” que se desenrolavam nela. A obra literária de Tolstói, nesta escala, é um “espelho da revolução russa”, espelho ainda que parcial – independentemente da sua expressa intencionalidade.

O tratamento *concretamente histórico* da obra de Tolstói por Lenin não pretendeu, a meu juízo, fundar a sua “grandeza artística” – que, como salientei, é tomada por Lenin como indiscutível. Todavia, nele transparece a *concepção geral que Lenin tem da grande arte*, especialmente da literatura: um “espelho” de relações e processos sociais, porém “espelho” que está longe de ser um “espelhamento” integral e total e sobretudo bem distanciado de mostrar-se um “reflexo” direto daquelas relações e processos – está mediado pelos recursos especificamente literários (em cuja estrutura a argumentação leniniana não toca, uma vez que Lenin nunca se considerou qualificado para tanto ⁶¹) e, com relativa autonomia, pelo quadro ideológico em que se move o escritor. Aqui, a atenção de quem trabalha com estes textos leninianos deve explorar o que me parece ser a *tese central* que percorre a argumentação de Lenin: a relativa, mas real, *autonomia* que Lenin confere à produção literária em face da expressa ideologia do escritor (ou, para designá-lo noutras palavras, o cuidado leniniano de não reduzir/identificar o “artista” ao “pensador”). O *lúcido realismo* do “artista” Tolstói não suprime a/nem está hipotecado à ideologia – utópica e reacionária – do “pensador” Tolstói: o que ele denota, antes, é aquela *vitória do realismo* tão bem sinalizada por Engels num esboço a que Lenin nunca teve acesso⁶². Pelos seus próprios meios e caminhos, Lenin, tendo Tolstói por objeto, chega a resultados similares aos de Engels.

Observei, há pouco, que Lenin tinha razões e motivos mais que suficientes para ocupar-se de Tolstói. No plano mais imediato, o artigo que inaugura esta série de textos leninianos visava, claramente, contrapor-se às manifestações celebrativas da passagem dos oitenta anos do grande escritor que círculos oficiais (do czarismo e da Igreja) dispuseram-se a patrocinar em 1908 e que incluíam setores da oposição liberal-burguesa. É inequívoca a motivação política conjuntural de Lenin: tratava-se de impedir a exploração do prestígio de Tolstói pelos círculos reacionários e conservadores e travar a sua recuperação pelos liberais burgueses; simultaneamente, Lenin buscava erradicar os preconceitos acerca da obra do “conde Tolstói”, correntes entre ponderáveis segmentos revolucionários, que identificavam sumária e grossei-

⁶¹ Em questões especificamente artísticas, Lenin sempre foi muito cauteloso: “Eu não me faço passar por especialista em questões de arte” (cf. *Cultura e revolução cultural*, ed. cit., p. 191).

⁶² Cf. o rascunho da carta de Engels, de abril de 1888, a Margaret Harkness, disponível em K. Marx-F. Engels, *Cultura, arte e literatura. Textos escolhidos* (São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 67-69).

ramente a produção artística de Tolstói com o *tolstoísmo*. Vale dizer: Lenin abria uma dupla frente de luta político-ideológica, à direita e à esquerda.

Na medida, porém, em que consideramos a inteira trajetória ideo-política de Lenin – *antes e depois* da revolução de 1905 e, para tanto, alguns elementos dela foram sumariamente sinalizados nesta breve nota –, fica claro que os textos sobre Tolstói ganham a sua efetiva dimensão muito para além de uma intervenção política conjuntural: adquirem-na no marco da concepção leniniana da política cultural. Eles são emblemáticos desta concepção: ao mesmo tempo, esclarecem a valorização rigorosa, e por isto mesmo pluralista, da *herança cultural*, numa perspectiva própria aos “clássicos” (Marx e Engels) e contêm o núcleo do seu combate a qualquer sectarismo em face da cultura (como o demonstra o seu ulterior enfrentamento às teses vinculadas ao *proletkult*).

Neste sentido, a relação de Lenin com a obra literária de Tolstói (e, também, com a sua ideologia) permanece como um capítulo de extrema relevância no quadro geral do desenvolvimento do legado marx-engelsiano e, sem constituir meramente um *exemplo*, deve ser tomada antes como uma *lição* – na sua efetividade, na sua potencialidade e nos seus limites.

REFERÊNCIAS

- ACADEMY OF SCIENCES OF THE URSS. *The history of science: soviet research*. Moscow: ASURSS, 1985.
- AUCOUTURIER, M. Le ‘léninisme’ dans la critique littéraire soviétique. *Cahiers du Monde Russe et Soviétique*, Paris, v. 17, n. 4, p. 411-426, 1976.
- BAILES, K. *Technology and Society under Lenin and Stalin: origins of the Soviet Technical Intelligentsia. 1917-1941*. Princeton: Princeton University Press, 1978.
- BELOVA, A. A. *A. Bogdanov*. Moscow: Meditsina, 1974.
- BITTAR, M.; FERREIRA, A. A educação na Rússia de Lenin. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, abr. 2011. Número especial.
- BOGDANOV, A. *La science, l’art et la classe ouvrière*. Paris: Maspero, 1977.
- _____. *El arte y la cultura proletaria*. Madrid: Comunicación, 1979.
- CHAMPARNAUD, F. *Révolution et contra-révolution culturelle en URSS*. Paris: Anthropos, 1975.

- CLARK, K. et al. *Soviet culture and power: a history in documents. 1917-1953*. New Haven: Yale University Press, 2007.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DEUTSCHER, I. *Trotsky: o profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Trotsky: o profeta desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Stalin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- EAGLETON, T. *Marxismo e crítica literária*. Porto: Afrontamento, 1978.
- ESTUDOS CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 1976.
- FERNANDES, F. *Lenin*. São Paulo: Ática, 1978. (Grandes Cientistas Sociais).
- FITZPATRICK, S. *The Commissariat of Enlightenment: Soviet Organization of Education and the Arts under Lunacharsky*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- FRANK, J. *Pelo prisma russo: ensaios sobre literatura e cultura*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- GAYMAN, J.-M.; LABICA, G.; BENSUSSAN, G. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: PUF, 1985.
- GEYMONAT, L. et al. *Historia del pensamiento filosófico y científico. Siglo XX (I)*. Barcelona: Ariel, 1984.
- GORKI, M. *Lénine et le paysan russe*. Paris: Sagittaire, 1925.
- GRAHAM, L. R. *Science in Russia and the Soviet Union: a short history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HAYWARD, M.; LABETZ, L. (Ed.). *Literature and revolution in Soviet Russia. 1917-1962*. Oxford: Oxford University Press, 1963.
- HOBSBAWM, E. J. (Org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- JDANOV, A. Sur la littérature, la philosophie et la musique. Paris: Éd. de la Nouvelle Critique, 1950.
- JORAVSKY, D. *Soviet marxism and natural science*. New York: Columbia University Press, 1961.

- KENEZ, P. *Cinema and soviet society, 1917-1953*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- KAUTSKY, K. *As três fontes do marxismo*. São Paulo: Global, [19--?].
- KONDER, L. *Os marxistas e a arte*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- KOTHE, F. R. Lenin e a literatura. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, v. 1, n. 3, jul./set. 1986.
- KRUPSKAYA, N. *Recuerdos de Lenin*. Madrid: Nosotros, 1930.
- LEMINSKY, P. *Trotsky: a paixão segundo a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LENIN, V. I. *A aliança operário-camponesa*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- _____. *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1962-1963. v. XIV-XVII.
- _____. *Cultura e revolução cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- _____. *O estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- LÉNINE, V. I. *Sur la littérature et l'art*. Paris: Éd. Sociales, 1957.
- _____. *Sur l'art et la littérature*. Paris: UGE/col. 10/18, III, 1964.
- _____. *Articles on Tolstoi*. Moscow: Progress, 1971.
- _____. *Lénine et Léon Tolstoi*. Moscou: Novosti, 1972.
- _____. *Escritos sobre la literatura y el arte*. Barcelona: Península, 1975.
- _____. *Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa: Avante!; Moscovo: Progresso, 1978.
- _____. *Materialismo e empiriocriticismo*. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1982.
- LEYDA, J. *Kino. Histoire du cinéma russe et soviétique*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1976.
- LUKÁCS, G. *Der Russische Realismus in der Weltliteratur*. Neuwied: Luchterhand, 1964.
- _____. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

- _____. *Soljenitsyne*. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. *Essays über Realismus*. Neuwied: Luchterhand, 1971.
- _____. *Arte e società*. Roma: Riuniti, 1972.
- _____. *Sobre el stalinismo*: Cartas con W. Hofmann. Buenos Aires: Kohen & Asociados, 1994.
- _____. *A teoria do romance*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- _____. *Dostoevskij*. Milano: SE, 2000.
- _____. *Socialismo e democratização. Escritos políticos. 1956-1971*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- _____. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LUKIN, Y. *Lenin and literatura*. Moscow: Raduga, 1988.
- LUNATCHARSKI, A. *As artes plásticas e a política na URSS*. Lisboa: Estampa, 1975.
- LUNN, E. *Marxismo y modernismo: un estudio histórico de Lukács, Benjamin y Adorno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- LUXEMBURG, R. *Scritti sull'arte e sulla letteratura*. Verona: Bertani, 1976.
- MACHEREY, P. *Pour une théorie de la production littéraire*. Paris: Maspero, 1966.
- MALLY, L. *Culture of the future: The Proletkult Movement in Revolutionary Russia*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- MANDEL, E. *Trotsky as alternative*. London: Verso, 1980.
- MARX, K. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. S. Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Cultura, arte e literatura: Textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MEDVEDEV, Z. *Soviet science*. New York: Norton, 1978.
- MEILAKH, B. *Lénine et les problèmes de la littérature russe*. Paris: Éd. Sociales, 1956.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Ed. Unicamp, 2002.
- MORAWSKI, S. Lenin as a literary theorist. *Science and Society*, New York, v. XXI, n. 1, Winter 1965.
- PALMIER, J.-M. Palmier, *Lénine, l'art et la révolution*. Paris: Payot, 2006.

- PLEKHANOV, G. *L'art et la vie sociale*. Paris: Ed. Sociales, 1949.
- PLEYNET, M. Lénine et Tolstoi. *La Nouvelle Critique*, Paris, n. 39, 1970.
- PRÉVOST, C. *Literatura, política, ideologia*. Lisboa: Moraes, 1976.
- ROSENBERG, A. *História do bolchevismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- ROUBEL, L. Analyse de Tolstoi ou création et histoire. *La Nouvelle Critique*, Paris, juil./aout. 1957.
- SCOTT, H. G. (Ed.). *Soviet Writers' Congress 1934: the debate on socialist realism and modernism in the Soviet Union*. London: Lawrence and Wishart, 1977.
- SERVICE, R. *Lenin. A biografia definitiva*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.
- SKINNER, F. W. Lenin and Beethoven: Beyond the *Appassionata* Affair. *The Beethoven Journal*, San José, v. 18, n. 2, Winter 2003.
- SLAUGHTER, C. *Marxismo, ideologia e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SOCHOR, Z. A. *Revolution and Culture. The Bogdanov-Lenin Controversy*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- TAGLIAGAMBE, S. *Scienza, filosofia, política in Unione Sovietica*. Roma: Feltrinelli, 1978.
- THOMSON, B. *The premature revolution: russian literature and society*. London: Weidenfeld & Nicholson, London, 1972.
- TROTSKY, L. *Ma vie*. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. *A revolução de 1905*. São Paulo: Global, [1986?].
- _____. *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- ULAM, A. B. *Os bolcheviques*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- VÁZQUEZ, A. S. Notas sobre Lenin y el arte. *Revista Casa de las Américas*, La Habana, n. 6, jul. 1970.
- VOLKOGONOV, D. *Stalin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- Vv. Aa. *Investigaciones soviéticas sobre la historia de la ciencia*. Moscu: ACURSS, 1980.
- WOODS, A. *Introduction to Trotsky's writings on Art and Culture*. 2000. Disponível em: <www.trotsky.net>. Acesso em:

ANDERSON DEO; ANTONIO CARLOS MAZZEO &
MARCOS DEL ROIO
(ORG.)

AS DIVERGÊNCIAS ENTRE LÊNIN E TROTSKY E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Oswaldo Coggiola

As divergências entre Lênin e Trotsky, prévias à Revolução de Outubro, são frequentemente apresentadas fora do seu contexto histórico e conjuntural (político). Embora a diferença de idade entre ambos fosse de só uma década, eles pertenciam a duas gerações diferentes do socialismo russo. Lênin, nascido na primeira metade de 1870, pertencia à segunda geração, depois daquela dos fundadores (com, entre outros Guiorgui Plekhánov), a geração dos exilados que tentaram implantar o partido socialdemocrata (POSDR) na Rússia czarista. Trotsky, nascido na segunda metade de 1879, pertencia à geração dos ativistas que agiu nas condições de um POSDR já relativamente implantado no império dos czares, padecendo com frequência perseguições, prisão e exílio, no quadro de uma Internacional Socialista já claramente dividida entre reformistas e revolucionários. Poder-se-ia dizer - tema relativamente pouco estudado - que pertenciam a duas gerações com sensibilidades políticas e até históricas relativamente diferenciadas, diferença oriunda do diverso tipo de tarefas teóricas e políticas com que se viram confrontadas.

Em 1898, houve a primeira tentativa de se fundar um partido socialista na Rússia, num pequeno congresso, com apenas nove representantes, dos quais seis representavam o *Bund* (“união”), União Judaica Trabalhista

de Rússia, Polônia e Lituânia, chamada em iídiche de *Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poyln un Rusland*, ou simplesmente *Bund*.¹ Ao mesmo tempo, importantes greves aconteciam, empreendidas pelos operários têxteis de São Petersburgo, entre 1896 e 1897. O movimento refluíu, e o partido ficou inicialmente no papel, desarticulado pela repressão. Seus principais dirigentes e alguns organizadores buscaram refúgio no estrangeiro, de onde continuaram sua atividade propagandística em direção da Rússia, publicando notadamente o jornal *Iskra* (A Faísca), introduzido e distribuído clandestinamente na Rússia.

Já aparecia com destaque o trabalho político e a polêmica teórica de Lênin (codinome de V. I. Ulianov), membro da segunda geração marxista, e irmão mais novo de Alexander Ulianov, que tinha sido enforcado por participar de uma conspiração para assassinar o Czar, desmantelada,

¹ Em 1882, Leo Pinsker, socialista judeu vinculado ao populismo, diante da extensão e brutalidade dos *pogroms* no Império Russo, passou a defender um Estado (com território) próprio para os judeus, antecipando a ideia do sionismo, fundado só quinze anos mais tarde em congresso internacional em Basileia. O Bund foi organizado em 1897 no congresso constituinte dos grupos socialdemocratas judeus em Vilna, na Lituânia, chamada de “Jerusalém do Leste”; agrupava principalmente os elementos semiproletários dos artesãos judeus das regiões ocidentais da Rússia. Os seus principais líderes eram Arkadi Kramer e Vladimir Medem. No I Congresso do POSDR, o Bund passou a fazer parte do POSDR como «uma organização autónoma, independente nas questões referentes especificamente ao proletariado judeu». No II Congresso do POSDR, tendo este rejeitado as exigências do Bund de ser reconhecido como único representante do proletariado judeu, o Bund abandonou o partido. Foi Leon Trotsky, ele próprio de origem judaica, quem falou contra a pretensão do Bund de representar o proletariado judeu, separado do restante do proletariado do Império Russo. O povo judeu, obrigado a viver em províncias periféricas pelo regime czarista, com escassos direitos trabalhistas e educacionais, confinado em pequenas aldeias (*shetels*), desempenhava tarefas, sobretudo, como artesãos, vendedores ambulantes, domésticos e outros, de mera sobrevivência. Sete milhões de judeus de Europa do Leste, que falavam iídiche, viviam sua pobreza em uma situação de isolamento cultural. Dessa situação surgiu o que se chamou de “socialismo judeu”, a partir de uma vasta classe trabalhadora oprimida, e de uma intelligentsia aculturada, mas não necessariamente assimilada, influenciada pelo socialismo russo, e depois também pelo nacionalismo judeu sionista. As primeiras organizações socialistas judias apareceram na década de 1870, buscando sintetizar os princípios gerais do socialismo com as necessidades particulares da sociedade judia. Os internacionalistas, inclusive judeus, propugnavam a assimilação dos judeus, as diferenças nacionais desapareceriam na luta de classes. Seus antecedentes eram os judeus que em meados do século XIX questionavam os valores tradicionais, interessando-se pelas ideias constitucionais de Ocidente e simpatizando com o movimento “dezembrista”, no qual havia ideias socialistas com forte cor jacobina. Foram judeus alguns dos introdutores do marxismo na Rússia, como Pavel Axelrod. Martov, líder dos mencheviques, provinha do Bund, influenciou sobre Lênin e combateu o Bund, criticando-o por nacionalista. A esquerda sionista se desenvolveu na virada do século, propugnando a migração para a Palestina, com grupos como Hashomer Hatzair, constituído por jovens de classe média “semi-assimilados”, destacando-se os nomes de Meir Yaari e David Horovitz. Em 1906, de acordo com a resolução do IV Congresso (de unificação) do partido, o Bund voltou a fazer parte do POSDR. A ambiguidade do Bund foi seu drama: defendia que os trabalhadores judeus pertenciam à terra onde haviam nascido e vivido, mas exigia “autonomia nacional e cultural” para os judeus, uma “autonomia” em que o iídiche seria o idioma nacional. Baseavam-se nas teorias do austro-marxista Otto Bauer a respeito da “autonomia cultural”, mas o próprio Bauer, na sua principal obra (*A Questão Nacional e a Socialdemocracia*) negava todo caráter nacional ao judaísmo. O Bund combateu o “territorialismo” (a reivindicação de um “Estado Judeu”, com território próprio), o que o enfrentou ao sionismo, considerando-o um movimento utópico liderado por forças reacionárias.

como várias outras, pela infiltração policial, fato que marcou decisivamente a vida do futuro dirigente revolucionário, um adolescente no momento em que seu irmão foi vítima da sangrenta repressão czarista, vítima fatal por causa de um atentado que sequer chegara a ser realizado. Lênin, já a partir de 1893 levava uma batalha em dois fronts: contra o “marxismo legal” (Piotr Struve e o já mencionado Tugan-Baranovski, destacadamente) e, sobretudo, contra os teóricos populistas, partidários de uma variante local da teoria do subconsumo, que justificava uma via diversa para a revolução na Rússia, dado que o capitalismo não teria possibilidades de se desenvolver no país por ausência de mercados de consumo: a velha comuna rural seria, para eles, a base da revolução russa, que daria origem a uma espécie de socialismo agrário.

Em 1895, Lênin foi preso pela polícia czarista e passou um ano na prisão, onde deu forma final ao seu texto *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, que, com análises estatísticas e metodológicas extremamente detalhadas, resumiu e compendiou a polêmica do marxismo russo contra o populismo e o “marxismo liberal” (ou “legal”), aliado autodeclarado da fantasmagórica burguesia liberal russa, defendendo a perspectiva de organizar um partido operário e socialista para tornar independente a política do proletariado na futura e inevitável revolução democrática russa. Objetivamente, ele já deslocara Plekhánov da condição de teórico principal da revolução russa, em breve também o deslocaria como seu principal líder político.

Lênin criticou os populistas, que, no tocante ao mercado interno e ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia, afirmavam que a mais-valia não podia realizar-se no país, dado que não existiam os pequenos produtores que constituiriam o mercado interno (nem existia o mercado externo), demonstrando que num país onde se desenvolve o capitalismo se produz uma diferenciação entre os pequenos agricultores, transformados, em parte, em empresários agrícolas ou, a maioria, em proletários assalariados: o capitalismo criava para si o mercado interno. O regime de posse de terras russo ainda tinha características feudais em primeiro plano — apesar do avanço lento, mas consistente, do capitalismo no campo russo desde meados do século anterior. Essa base feudal no campo — latifúndios feudais que obtinham rendimentos a partir da exploração de trabalho em moldes medievais — estava intimamente ligada à superestrutura po-

lítica czarista, igualmente permeada por elementos feudais ou “asiáticos” (LÊNIN, 1974). Varrer o czarismo era condição para o desenvolvimento das forças produtivas, não só para conquistar liberdade política.

Em *A propósito da chamada questão dos mercados*, Lênin afirmava:

O crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno não se faz tanto por conta dos bens de consumo que por conta dos meios de produção... O capital constante existente nos bens de consumo é trocado pelo capital variável e a mais-valia contida nos meios de produção. Mas de acordo com a lei geral da acumulação capitalista, o capital constante cresce mais rapidamente que o capital variável... O setor da produção social que fabrica meios de produção deve então crescer mais rapidamente do que aquele que fabrica bens de consumo. Assim, o crescimento do mercado interno do capital é, até certo ponto, independente da expansão do consumo individual, e mais dependente do consumo produtivo. Mas seria errado interpretar isso no sentido de uma completa separação de consumo produtivo e individual: o primeiro pode e deve aumentar mais rápido que o segundo (é só nisso que consiste sua ‘independência’) mas, em última instância, o consumo produtivo vincula-se ao consumo individual.

A produção agrária em bases feudais, na Rússia, seria inexoravelmente substituída por uma produção em moldes capitalistas. Tal processo dava seus passos decisivos no campo, mas o desenvolvimento poderia se realizar por duas vias: “reformista” ou “revolucionária”. O desenvolvimento burguês podia verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornariam cada vez mais capitalistas e substituiriam os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses; e, também, pode verificar-se tendo à frente as pequenas explorações camponesas, que, por via revolucionária, extirpariam do organismo social a existência dos latifúndios feudais e, sem eles, se desenvolveriam livremente pelo caminho da agricultura capitalista dos granjeiros.

A primeira via era inspirada pelo desenvolvimento “prussiano” do capitalismo, no qual os latifúndios feudais alemães se metamorfosearam lentamente em capitalistas, enquanto se produzia a expropriação camponesa com apoio estatal. A segunda via era inspirada no desenvolvimento norte-americano do capitalismo, no qual os grandes latifúndios do Sul foram expropriados pelo Estado durante a guerra civil de 1861-1865,

prevalecendo assim o camponês lentamente metamorfoseado em granjeiro capitalista. A Rússia naquele momento ainda estava diante das duas possibilidades. Lênin pretendia combater os programas agrários reformistas de diversas forças políticas russas, que, ainda que não defendessem abertamente os grandes interesses latifundiários, propunham soluções como a partilha de terras, o controle das terras por instituições comunais da velha Rússia agrária, ou a municipalização. Qualquer uma dessas propostas seria incompleta, reformista, antirrevolucionária. A primeira somente cristalizaria relações de dependência feudais.² A segunda congelaria formas sociais e instituições de velha Rússia. A terceira depositaria a não resolução do problema agrário russo em suas instituições locais e não colocaria em questão a tomada do poder.

Lênin argumentou que a Rússia caminhava de conjunto para o capitalismo:

Com respeito à lentidão ou a rapidez do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tudo depende com que comparamos este desenvolvimento. Se comparamos com a época pré-capitalista deveremos reconhecer que o desenvolvimento da economia nacional é extraordinariamente rápido com o capitalismo. Se, em troca, comparamos a rapidez do desenvolvimento com o que entendemos ser o nível moderno da técnica e da cultura em geral, devemos admitir que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia é, com efeito lento. E não poderia ser de outro modo, pois em nenhum país capitalista sobreviveram com tanta abundância instituições do passado, incompatíveis com o capitalismo, e que freiam o seu desenvolvimento e dificultam a situação dos produtores, os quais sofrem do capitalismo e do insuficiente desenvolvimento do capitalismo. (LÊNIN, 1974).

A proposta de basear a futura sociedade socialista em torno da comuna aldeã e no trabalho artesanal dos *kustari* era, por isso, puro pasadismo, um ranço de romantismo conservador no seio do movimento revolucionário. Ainda assim, em *O Programa Agrário da Socialdemocracia*, Lênin afirmava:

² “O que é nossa “grande” reforma camponesa, o arrebatamento da terra dos camponeses, o estabelecimento dos camponeses em terras mediócras, a implantação do novo regime agrário mediante a força militar, os fuzilamentos e castigos corporais? É a violência exercida pela primeira vez em massa contra os camponeses, em favor do capitalismo nascente na agricultura. É a ‘limpeza das terras’ pelos latifundiários para o capitalismo”, afirmava Lênin, em *Dois Táticas da Socialdemocracia na Revolução Democrática*.

O erro de certos marxistas consiste em que, ao criticar a teoria dos populistas, perdem de vista seu conteúdo historicamente real e historicamente legítimo na luta contra o feudalismo. Criticam, e com razão, o ‘princípio do trabalho’ e o ‘igualitarismo’ como socialismo atrasado, reacionário, pequeno-burguês e esquecem-se de que essas teorias exprimem o democratismo pequeno-burguês avançado, revolucionário, e de que essas teorias servem de bandeira à mais decidida das lutas contra a velha Rússia, a Rússia feudal. A ideia de igualdade é a ideia mais revolucionária na luta contra a velha ordem de coisas do absolutismo em geral e contra o velho regime feudal e latifundiário de posse da terra em particular. A ideia de igualdade é legítima e progressista no pequeno-burguês camponês, porque expressa a aspiração à repartição.

O avanço do capitalismo não só era irreversível como apresentava um fenômeno transcendental: formava a classe operária na Rússia. Existiam já no país quase quatro mil fábricas e meio milhão de trabalhadores industriais em finais do século XIX, com a característica de estarem agregados em torno de Moscou, na província de Vladmir e em São Petersburgo. A industrialização ocorreu basicamente em duas cidades, São Petersburgo e Moscou, que se encontravam na parte ocidental do Império. Com a rápida modernização (urbanização e industrialização) implantada na segunda metade do século XIX e com a abolição da servidão aconteceu uma migração para as cidades, camponeses foram trabalhar como operários nas indústrias, outros continuaram sendo explorados no campo. Com a recuperação econômica mundial da última década do século e o incremento dos investimentos externos, a indústria russa e o proletariado cresceram a passos cada vez mais largos. O proletário russo era, ainda assim, um “anfíbio econômico”, pois não perdera seus laços com a vida rural, à qual voltava nos períodos de desemprego, ou da qual não se afastava quando desempenhava tarefas industriais de caráter sazonal (temporárias) (ANWEILER, 1977).

O Congresso de 1903 dividiu-se politicamente, o que fez surgir o *bolchevismo* (“maioria”). Depois que sete delegados abandonaram o Congresso, ficaram 44 delegados com direito a voto: Lênin passou a constituir uma maioria de 24 contra 20, contra a inicial maioria (27x24) de seus adversários, conseguindo a admissão de sua própria lista de candidatos ao Comitê Central. Houvera uma divergência entre Lênin e Martov no Congresso, a respeito do primeiro artigo do estatuto partidário. Martov

(líder dos *mencheviques*, ou “minoria”) propunha: “É membro do POSDR quem aceita o seu programa e sustenta o partido, materialmente ou mediante uma cooperação regular desenvolvida sob a direção de um de seus organismos”. Ao que Lênin respondeu propondo: “É membro do partido quem aceita seu programa e sustenta o partido, materialmente ou através da sua *participação pessoal* na atividade de um de seus organismos”.

Dois correntes, duas concepções de partido, vinculadas a duas concepções da revolução, se manifestavam:

O caráter burguês da revolução não deixava, porém, prever que classes deveriam realizar as tarefas da revolução democrática e que forma tomariam então, as relações entre as classes. Era esse, no entanto, o ponto de partida de todos os problemas estratégicos fundamentais. Plekhánov, Axelrod, Zassulitch, Martov e, com eles, todos os mencheviques russos, partiam do ponto de vista de que o papel dirigente numa revolução burguesa só podia pertencer à burguesia liberal, na qualidade de pretendente natural do poder. Segundo esse esquema, cabia ao partido do proletariado o papel de ala esquerda da frente democrática: a socialdemocracia devia sustentar a burguesia liberal na luta contra a reação, mas defender, ao mesmo tempo, os interesses do proletariado contra a burguesia liberal. Em outras palavras, os mencheviques consideravam a revolução burguesa, sobretudo, como uma reforma liberal e constitucional.

Do outro lado:

Lênin formulava o problema de modo inteiramente diverso. A libertação das forças produtivas da sociedade burguesa do jugo da servidão significava antes de tudo, para ele, a solução radical do problema agrário, no sentido de uma liquidação definitiva da classe dos grandes proprietários fundiários e de uma transformação revolucionária no domínio da propriedade fundiária. Tudo isso estava indissolúvelmente ligado à abolição da monarquia. Lênin colocara o problema agrário, que tocava nos interesses vitais da enorme maioria da população e que constituía, ao mesmo tempo, a base do problema do mercado capitalista, com uma audácia verdadeiramente revolucionária. Uma vez que a burguesia liberal, que se opunha aos operários, estava ligada à grande propriedade fundiária por laços numerosos, a libertação verdadeiramente democrática da classe camponesa só podia realizar-se pela cooperação revolucionária dos operários e camponeses. Em caso de vitória, essa revolta comum contra o antigo regime devia acarretar, segundo

Lênin, a instauração da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses”. (TROTSKY, 1979).

Em decorrência, Lênin propunha uma organização política de revolucionários profissionais, conspirativa e centralizada, que fosse ao mesmo tempo uma organização operária, com ampla margem para o debate interno (mas com plena unidade de ação). Se o primeiro aspecto foi enfatizado, foi por entrar em choque com os partidários de um partido “laxo”, que os bolcheviques não consideravam adaptado às condições russas. Para Lênin, o revolucionário

não deve ter por ideal o secretário do sindicato, mas o tribuno popular, que sabe reagir contra toda manifestação de arbitrariedade e de opressão, onde quer que se produza, qualquer que seja a classe ou camada social atingida, que sabe generalizar todos os fatos para compor um quadro completo da violência policial e da exploração capitalista, que sabe aproveitar a menor ocasião para expor diante de todos suas convicções socialistas e suas reivindicações democráticas, para explicar a todos e a cada um o alcance histórico da luta emancipadora do proletariado.

No texto citado acima, *Que Fazer?* (1902), cujo título “expropriava” o título de um romance social do democrata revolucionário Tchernichevski, Lênin afirmava que

o desenvolvimento espontâneo do movimento operário marcha precisamente para sua subordinação à ideologia burguesa. Porque o movimento operário espontâneo é trade-unionista (sindicalista). Tudo o que inclinar-se perante a espontaneidade do movimento operário, tudo o que seja diminuir o papel do ‘elemento consciente’, o papel da socialdemocracia, significa - independentemente da vontade de quem o faz - fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários.

Mas, ao mesmo tempo, definia que “o elemento espontâneo não mais do que a forma embrionária do consciente. E os motins primitivos refletiam já certo despertar consciente”: “A classe operária tende espontaneamente para o socialismo, mas a ideologia burguesa, a mais difundida (e constantemente ressuscitada sob as formas mais diversas) é contudo aquela que mais se impõe espontaneamente aos operários”.

Em 1904, Rosa Luxemburgo criticou o “ultra centralismo” leninista em *Questões de Organização da Socialdemocracia Russa*, afirmando:

Não é partindo da disciplina nele inculcada pelo Estado capitalista, com a mera transferência da batuta da mão da burguesia para a de um comitê central socialdemocrata, mas pela quebra, pela extinção desse espírito de disciplina servil, que o proletariado pode ser educado para a nova disciplina, a autodisciplina voluntária da socialdemocracia.

Acrescentando que

o ultra centralismo preconizado por Lênin parece-nos, em toda a sua essência, ser portador, não de um espírito positivo e criador, mas do espírito estéril do guarda noturno. Sua preocupação consiste, sobretudo, em controlar a atividade partidária e não em fecundá-la, em restringir o movimento e não em desenvolvê-lo, em importuná-lo e não em unificá-lo.

Lênin³ respondeu às críticas de Rosa polidamente, afirmando que “o que o artigo de Rosa Luxemburgo, publicado em *Die Neue Zeit*, dá a conhecer ao leitor, não é meu livro, mas outra coisa distinta”, e dizendo que “o que defendo ao longo de todo o livro, desde a primeira página até a última, são os princípios elementares de qualquer organização de partido que se possa imaginar; (não) um sistema de organização contra qualquer outro” (LÊNIN; LUXEMBURGO, 1980).

Em 1904, o jovem agitador do POSDR, Leon Trotsky, que participou do congresso partidário em nome da organização siberiana (por sua agitação política em Odessa tinha sido preso e confinado à Sibéria, de onde fugira para o exterior da Rússia) publicou um trabalho (*Nossas Tarefas Políticas*), no qual acusava Lênin de propor “a ditadura do partido sobre a classe operária” (e do Comitê Central sobre o próprio partido). Trotsky havia rompido com Lênin, por esse motivo, no Congresso de 1903. Alguns historiadores viram em *Nossas Tarefas Políticas* uma antecipação profética

³ Em artigo enviado a Kautsky para ser publicado no *Die Neue Zeit*, órgão da socialdemocracia alemã, sendo recusado, e só dado a conhecer em 1930. Depois da revolução de 1917, Lênin ironizou seus críticos: “Afirmar que a Iskra (de 1901 e 1902!) exagerou na ideia de uma organização de revolucionários profissionais é como dizer, depois da guerra russo-japonesa, que os japoneses se faziam uma ideia exagerada das forças militares russas, e que se preocuparam demais, antes da guerra, em lutar contra essas forças”.

sobre o destino do bolchevismo e da própria revolução russa,⁴ o que foi negado por Trotsky, embora nunca abjurasse explicitamente desse texto (e chegasse até a resgatá-lo parcialmente).

Lênin havia sustentado que, historicamente, a intelectualidade revolucionária desempenhava um papel especial no movimento revolucionário, dotando-o da perspectiva marxista que os operários não haviam alcançado, nem poderiam alcançar por si mesmos. Trotsky via nessa opinião uma negação das capacidades revolucionárias da classe operária e uma aspiração da intelectualidade, cujo porta-voz era Lênin, a manter o movimento operário sob a sua tutela. Na mesma época, o socialista polonês Makhavski sustentava opinião semelhante sobre o “socialismo russo” (MAKHAVSKI, 1978). À acusação de Trotsky de praticar um “jacobinismo”, Lênin respondeu: “O jacobino ligado indissolúvelmente à organização do proletariado que tem consciência dos seus interesses de classe, é justamente o socialdemocrata revolucionário”. Na concepção de Rosa Luxemburgo, ao contrário, “a socialdemocracia não está ligada à organização da classe operária: ela é o próprio movimento da classe operária”.⁵

Depois da ruptura de 1903 entre ambos, Lênin afirmou que

Trotsky esqueceu que o partido deve ser apenas um destacamento da vanguarda, o dirigente da imensa massa da classe operária, que no seu conjunto (ou quase) trabalha “sob o controle e sob a direção” das organizações do Partido, mas que não entra inteiramente, e nem deve, no “Partido”.

A respeito do controverso *Que Fazer?*, escrevendo posteriormente, Lênin criticou os exegetas desse texto, que “separam completamente esse trabalho de seu contexto em uma situação histórica definida - um

⁴ Para Isaac Deutscher, que criticou os ataques pessoais contidos no trabalho, este era também “assombroso” por conter “grandes ideias” e “sutil perspicácia histórica”. Para E. H. Carr, “o processo (futuro) foi previsto muito detalhadamente por Trotsky (de todos os revolucionários nenhum era mais ditatorial do que ele, por temperamento e ambição), que em um brilhante panfleto publicado em 1904 anunciou uma situação em que ‘o partido é substituído pela organização do partido, a organização pelo comitê central e finalmente o comitê central pelo ditador”. Pierre Broué criticou o “pedantismo” de *Nossas Tarefas*, suas invectivas contra “Maximilien Lênin”, e afirmou que Trotsky considerou, mais tarde, o trabalho como “um documento terrivelmente molesto acerca do qual observou a maior discrição”.

⁵ LUXEMBURGO, Rosa. op. cit., p. 18. Sobre o “jacobinismo” leninista, cf. JOUBERT, Jean P. *Lénine et le jacobinisme. Cahiers Leon Trotsky*, Saint Martin d’Hères, n. 30, jun. 1987.

período definido e há muito tempo ultrapassado pelo desenvolvimento do partido”, precisando que

nenhuma outra organização senão aquela liderada pela Iskra podia, nas circunstâncias históricas da Rússia de 1900-1905, ter criado um partido operário socialdemocrata tal como aquele que foi criado... *Que Fazer?* é um resumo da tática e da política de organização do grupo da Iskra em 1901 e 1902. Nada mais que um resumo, nada mais e nada menos.

Depois do II Congresso do POSDR, os postos dirigentes da *Iskra* logo retornaram a homens que eram adversários ideológicos de Lênin, novamente posto em minoria. Lênin preparou então a fundação de seu próprio periódico, *Vperiod* (Avante), lançado no final de 1904. Logo depois, os bolcheviques constituíram a sua própria fração e convocaram o seu próprio Congresso, ao que chamaram de III Congresso do POSDR, realizado em 1905. Lênin percorria, com métodos que suscitavam forte polêmica e muitas críticas (de Trotsky, na Rússia, e de Rosa Luxemburgo, no exterior, por exemplo) o caminho que o levaria a ser, segundo Eric Hobsbawm, “o homem com o maior impacto individual na história do século XX”. Pela estratégia proposta por Lênin, o partido deveria promover uma revolução de operários e camponeses, e esta, ao realizar uma revolução burguesa, ainda que preparando o terreno para a revolução socialista, não poderia escapar, pelo menos por algum tempo, ao destino da revolução exclusivamente burguesa.

Trotsky, pelo contrário, entendia que o proletariado não poderia deixar de buscar o apoio dos camponeses, mas não poderia ficar só nisso: ao completar a revolução burguesa, o proletariado seria inevitavelmente induzido a realizar a sua própria revolução, sem solução de continuidade. Lênin mudou, não uma, mas várias vezes a sua concepção acerca da natureza da revolução russa, mas nunca a ideia de que seu protagonista central seria o proletariado industrial, elaborada já na década de 1890 e reafirmada diversas vezes depois:

A classe operária é o inimigo coerente e declarado do absolutismo, e só entre a classe operária e o absolutismo não é possível qualquer compromisso. A hostilidade de todas as outras classes, grupos e estratos da população em relação à autocracia não é absoluta: sua democracia está sempre olhando para trás.

Ou ainda,

o operário russo é o único e natural representante de toda a população trabalhadora e explorada da Rússia. É seu representante natural porque, por sua própria natureza, a exploração dos trabalhadores na Rússia é em toda parte capitalista se deixarmos de lado os restos, agora quase extintos, da economia servil.

Os objetivos que Lênin propunha para a revolução burguesa eram: a república democrática, a assembleia constituinte e o governo revolucionário provisório, num regime da ditadura democrática dos operários e camponeses. O meio para realizar tais objetivos seria a insurreição popular armada. Trotsky, por sua vez, era adversário da fórmula leninista de “ditadura democrática dos operários e camponeses”, que não explicitava a clara hegemonia operária no regime revolucionário. As peculiaridades históricas da sociedade russa estavam refletidas e ao mesmo tempo distorcidas e tornadas absolutas, unilateralmente, nas ilusões messiânicas eslavófilas desenvolvidas pelos *narodniks*. O marxismo de Plekhánov rejeitou o particularismo *narodniki* tornando absoluta a via histórica seguida pelo capitalismo ocidental, e identificando-o mecanicamente como o caminho a ser seguido pela Rússia. Aderindo a essa concepção os mencheviques viram a revolução russa como mera repetição das revoluções burguesas da Europa Ocidental, concebidas unicamente sob a liderança da burguesia liberal e levando ao estabelecimento de seu próprio poder.

A perspectiva de Lenin da “ditadura democrática do proletariado e do campesinato” era uma negação do marxismo ossificado de Plekhánov. Lênin enfatizou que a atrasada burguesia russa era incapaz de liderar sua própria revolução até o fim. O papel de sujeito da revolução seria transferido para o proletariado e para o campesinato. A ditadura democrático-burguesa exercida por essas duas forças “tirárá o país do medievalismo”, desenvolveria rapidamente o capitalismo russo, fortaleceria as posições do proletariado e abriria enormes possibilidades para a luta pelo socialismo. Seria um poderoso impulso para a revolução socialista no Ocidente, o que evitaria uma restauração contrarrevolucionária e permitiria ao proletariado russo chegar ao poder num curto intervalo histórico.

A perspectiva da *revolução permanente*, desenvolvida por Trotsky em 1905, estava de acordo com a concepção de Lênin no que tange à rejeição da perspectiva menchevique-liberal, mas se opunha resolutamente a ela quanto ao caráter social e às tarefas da ditadura originada na revolução.⁶ Segundo Trotsky não havia dois sujeitos revolucionários politicamente independentes - o proletariado e o campesinato - com o segundo impondo limites à atividade revolucionária autônoma do primeiro. A vitória da revolução democrática na Rússia só era concebível na forma de uma ditadura do proletariado, apoiada pelo campesinato. Uma vez no poder, o proletariado não poderia limitar-se às tarefas democráticas; pela lógica de sua posição social, seria obrigado a introduzir medidas socialistas, impulsionando a revolução socialista mundial, cuja vitória era a única garantia da implantação do socialismo. A teoria de Trotsky negava tanto o particularismo dos *narodiks* quanto o universalismo formal do marxismo de Plekhánov.

O potencial revolucionário do campesinato, explicava Trotsky, sempre recebera sua canalização através de outra classe, urbana. Assim sucedera nas grandes revoluções europeias, quando o campesinato emprestou o seu potencial de luta revolucionária à burguesia e assim sucederia na Rússia onde, no entanto, a classe que serviria aos interesses democráticos dos camponeses não era a burguesia. Era na medida em que o campesinato não se apresentava apto a centralizar as suas próprias forças revolucionárias, que o proletariado aparecia-lhe como a classe libertadora: “Pela primeira vez na história universal, o camponês encontraria o seu guia na pessoa do operário.

⁶ A “teoria da revolução permanente” (que explica a extensão do processo revolucionário em escala mundial, a transição ininterrupta da revolução democrática para a socialista e a realização das tarefas democrático-burguesas pelo proletariado no poder) deriva da lei do desenvolvimento combinado, que constitui o fundamento da teoria da revolução permanente. Mas o desenvolvimento desigual e combinado e a teoria da revolução permanente não são um só conceito. Uma crítica à lei deveria tentar provar a falsidade do “salto histórico”. Uma crítica da teoria da revolução permanente deveria atacar não apenas a conclusão (que a revolução proletária pode ocorrer em primeiro lugar em um país atrasado), mas também a ideia de que a revolução de um país atrasado se viabiliza pela expansão da revolução para os países avançados. Jon Elster chegou a atribuir a Trotsky um conceito que expressa o oposto do seu pensamento: seu conceito central seria “aquilo que Thorstein Veblen chamou de as vantagens do atraso, com a ideia concomitante do castigo por tomar a dianteira” (ELSTER, Jon. *Making Sense of Marx*. Cambridge: Harvard University Press, 1985). A noção de “vantagem do atraso” ocupa um lugar central na elaboração de Trotsky. Mas jamais deixou transparecer qualquer coisa parecida com um suposto “castigo por tomar a dianteira”. O ponto central do pensamento de Trotsky era a ideia de que a revolução proletária ocorreria provavelmente em primeiro lugar na Rússia atrasada. Mas os países europeus avançados deveriam, em seguida, entrar no caminho revolucionário influenciados pelos acontecimentos na Rússia. A revolução russa dependeria para sua consolidação da revolução nos países avançados. A condição de atraso da Rússia proporcionava uma vantagem momentânea, que pouco significava em termos de realização do socialismo sem a revolução dos países capitalistas desenvolvidos que, longe de serem castigados pelo seu avanço, possuíam uma vantagem histórica sobre os atrasados para o sucesso da revolução socialista.

Isso é essencialmente e, podemos dizer, integralmente, o que distingue a Revolução Russa de todas aquelas que a precederam” (TROTSKY, 1950, p. 88).

Na medida em que o campesinato encontrasse sua direção política no operariado, a democracia não poderia ser instaurada senão por meio da *ditadura do proletariado*. Este prognóstico determinou a singularidade de Trotsky no cenário do marxismo russo:

Plekhanov, o brilhante fundador do marxismo russo, considerava como louca a ideia da possibilidade de uma ditadura proletária na Rússia contemporânea. Este ponto de vista era compartilhado não somente pelos mencheviques, mas também pela esmagadora maioria dos dirigentes bolcheviques. (TROTSKY, 1979).

Seu mais celebre biógrafo, o historiador polonês Isaac Deutscher, chamou Trotsky de “profeta da revolução”, usando um termo com uma (pouco apropriada) ressonância religiosa (DEUTSCHER, 1976).

Em síntese, uma nação atrasada, como a Rússia, estava obrigada a incorporar as conquistas técnicas das nações avançadas para poder se manter como força autônoma, e não ser incorporada sob a forma de colônia de uma potência vizinha, da Europa avançada. Da mesma maneira, mesmo que sobre bases distintas, as colônias também passariam por um processo de incorporação da técnica avançada de seus dominadores. A técnica incorporada, por sua vez, exigiria a criação de relações de produção que lhe correspondessem, o que significava a instauração brusca, acelerada, de formas de organização social condizentes. O processo todo ocorreria por meio de “saltos históricos”,⁷ eliminando-se as etapas que caracterizam a evolução

⁷ O que coloca a questão de esses “saltos” serem possíveis. Maximilien Rubel (*Marx, Critique du Marxisme*. Paris: Payot, 1974) atribuiu as “modificações realizadas por Trotsky à teoria marxista” ao fato dos escritos de Marx serem marcados por “uma curiosidade intelectual livre de toda finalidade política, (onde) suas hesitações e interrogações permitem a crítica fácil tanto quanto interpretações abusivas”. Michael Löwy (Revolução permanente e revolução burguesa em Marx e Engels. *Discurso*, São Paulo, n. 9, nov. 1978), ao contrário, assinalou no pensamento de Marx e Engels - “livre de quaisquer preconceções” - tanto “elementos, ideias e hipóteses que preparavam o terreno para a teoria da revolução permanente (tal como Trotsky a formulou)”, quanto “uma perspectiva ‘etapista’, onde se pressupõe uma ordem rígida de sucessão de etapas históricas”. Porém, mesmo a fundamentação socio-econômica “rígida”, apresentada por Marx e Engels, recebeu em Trotsky uma interpretação diferente daquela que era o comum em sua época. A fundamentação socio-econômica, escreveu Löwy, “situa-se no plano exclusivo das forças produtivas e faz do esgotamento das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo uma condição indispensável para colocar na ordem do dia sua abolição”. Ela se expressaria na frase de Marx: “nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém”. Trotsky interpretava essa afirmação como relacionada aos grandes sistemas produtivos em escala histórico-mundial (feudalismo, capitalismo...) e de forma alguma uma referência a nações isoladas. Vista desse

dos países pioneiros no processo histórico capitalista. Mas a nova estrutura sócio-econômica apresentada pela nação atrasada não reproduziria simplesmente uma etapa histórica precedente do país avançado.

A técnica, as relações de produção e as formações sociais capitalistas incorporadas, em sua forma acabada, sobre uma base arcaica semi-feudal, como no caso da Rússia, criavam um quadro completamente novo que não podia ser comparado ao de uma nação capitalista “antiga”. Trotsky ressaltou, portanto, o caráter particular e diferenciado do desenvolvimento das nações, mesmo que governadas pelo processo comum e universalizante do capitalismo, e extraiu desses pressupostos teóricos as tarefas imediatas e estratégicas da revolução na Rússia. Os teóricos democrático-burgueses (Pável Miliukov, o principal dentre eles), os mencheviques (Martov, Plekhánov, em especial), os bolcheviques (Lênin, Bukhárin) representavam outras variantes, extremamente diferenciadas. Os debates sobre a estratégia revolucionária na socialdemocracia russa não tiveram paralelo nem equivalente, em qualidade, virulência e profundidade, no restante do socialismo internacional, nos primeiros anos do século XX. Afirmar que “para a Rússia, à beira da modernidade burguesa, o socialismo era um substituto mais ou menos adequado dos elementos constitutivos religiosos do modo de produção capitalista na Europa ocidental, desde a Reforma” (KURZ, 1992, p. 23),⁸ é fazer tabula rasa da história real, substituindo-a por uma construção ideológica *ex post facto*.

ângulo, a teoria da revolução permanente poderia ser considerada, segundo Denise Avenas (*Teoria e política no pensamento de Trotsky*. Lisboa: Delfos, 1973), como “a expressão de uma nova compreensão da teoria das etapas, entendida como o processo histórico geral da humanidade”. A etapa democrático-burguesa já se realizara a nível mundial, fazendo necessário que se abrisse, a partir da Rússia, uma nova via revolucionária. Por outro lado, o atraso é uma noção que exige parâmetros. E se a Rússia estava atrasada em relação à Europa ocidental, a Europa como um todo, Rússia incluída, estava historicamente mais avançada do que as demais regiões do globo, o que significa que a revolução partiria da porção capitalista mundial mais avançada. O grau do desenvolvimento combinado e a possibilidade de salto histórico estão determinados tanto pela persistência dos elementos do atraso quanto pelo grau de introdução dos elementos do avanço. Löwy encontra de fato “a ideia de que o proletariado poderia tomar o poder e suprimir o capitalismo (ao longo de um processo revolucionário ininterrupto) mesmo nos países periféricos, atrasados e semi-feudais da Europa”, em vários textos de Marx e Engels, incluído o *Manifesto Comunista* (na referência deste à possível revolução proletária na Alemanha).

⁸ KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 23. Segundo Immanuel Wallerstein: “O movimento socialista mundial, na verdade todas as formas de movimento anti-sistema, assim como todos os Estados revolucionários e/ou socialistas, são eles próprios produtos integrais do capitalismo histórico. Não são estruturas externas ao sistema histórico, mas a excreção de processos internos ao sistema. Por isso, têm refletido todas as contradições e todas as limitações do sistema. Não podiam nem podem agir de outra maneira. Suas falhas, suas limitações, seus efeitos negativos fazem parte do balanço do capitalismo histórico, e não um hipotético sistema histórico, o de uma ordem socialista mundial, que ainda nem existe” (*O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1995). Para estes autores, o “socialismo russo” foi só o invólucro ideológico de uma revolução que, pelas suas tarefas objetivas num país atrasado, só poderia ter um caráter capitalista tardio, fortemente estatal.

No Congresso de Londres do POSDR de 1905, Lênin, ainda exilado, empreendeu a batalha pelo recrutamento para o partido de operários que não eram - nem podiam ser - “revolucionários profissionais”, mas apenas militantes operários revolucionários, e para que eles, nas novas condições revolucionárias, ocupassem postos dirigentes no partido. Os *komitetchiki*, dirigentes clandestinos do partido na Rússia, se opunham explicitamente a isso. Krupskáia, esposa de Lênin, relatou em suas memórias a batalha entre Lênin e Rykov, porta-voz dos “clandestinos”: “O *komitetchiki* era um homem cheio de segurança... não admitia nenhuma democracia no interior do partido... não gostava de inovações”. Lênin mal conseguiu se conter ouvindo dizer que não havia operários capazes de formar parte dos comitês: propôs incluir obrigatoriamente nos comitês uma maioria de operários (a proposição de Lênin foi derrotada no Congresso). Manifestava-se o “espírito de seita” que deixou os bolcheviques longe dos primeiros *soviets*, na revolução de 1905, nos quais muitos deles recebiam uma organização adversária.

Como surgiram os soviets (termo russo para “conselho operário”)? Dada a amplitude da luta e a substituição das greves econômicas pelas políticas, surgiu a necessidade de se criar uma organização operária própria e independente, capaz de centralizar e dar voz a todas as reivindicações populares: a ideia de se criar conselhos operários como forma, inicialmente, de coordenar as várias greves, nasceu durante as reuniões de trabalhadores, inicialmente no centro têxtil de Ekaterinoslav. Pouco tempo depois nasceu o soviete de São Petersburgo, cujo primeiro presidente foi Khrustalyov-Nossar (1877-1918), advogado liberal (ANWEILER, 1977). Durante a greve geral, o conselho passou a ser conhecido como o “Soviete de Representantes Operários”.

A sua reunião constituinte aconteceu no prédio do Instituto Tecnológico de São Petersburgo e contou com quarenta representantes. O soviete da cidade chegou a ter de 400 a 500 membros, eleitos por aproximadamente 200 mil trabalhadores, representando cinco sindicatos e 96 fábricas da região. Surgido no âmbito de uma nação atrasada, como uma organização revolucionária especial, com a capacidade de englobar as massas populares e de lhes tornar capazes de uma ação revolucionária sob a

direção dos operários, o soviete era o primeiro exemplo “prático” do *desenvolvimento político combinado*, capaz de saltar etapas históricas, da Rússia.

Entrementes, Leon Trotsky,⁹ formulador dessa ideia, voltara do exílio europeu, acompanhado de Helphand-Parvus, militante russo estabelecido na Alemanha, que comprou (suas habilidades financeiras eram lendárias, e o levaram a ser moralmente desqualificado anos mais tarde, no socialismo internacional, quando se dedicou ao comércio internacional de armas) um jornal falido, *Aurora*, que se transformou num veículo de massas das ideias e propostas revolucionárias, chegando a atingir a fantástica tiragem, para a época, de 500 mil exemplares diários. Através do jornal, seu principal redator, Leon Trotsky, ganhou, com seus muito lidos artigos e seus inspirados discursos no soviete de São Petersburgo, dimensões de dirigente revolucionário de massas (BROUÉ, 1994).

Quando Khrustalyov-Nossar foi preso pela polícia, Trotsky assumiu seu lugar na presidência do soviete de São Petersburgo, e rapidamente alterou a agenda política da organização, transformando-a num centro de organização e agitação política, do qual participavam também os partidos políticos revolucionários com representações designadas pelos próprios

⁹ Leon Trotsky (1879-1940) foi, desde os inícios da sua carreira política, uma figura polêmica. Nascido Lev Davidovich Bronstein em novembro de 1879 em Ianovka (sul da Ucrânia) em família judaica (não praticante) dedicada à agricultura, vinculou-se ao movimento revolucionário clandestino da Rússia czarista ainda muito jovem. Em 1898, Trotsky foi encarcerado e, no final do ano seguinte, condenado a quatro anos de exílio. No cárcere de Odessa aderiu ao marxismo, mas leu pela primeira vez Marx só no posterior exílio siberiano. Fugido da Sibéria, exilou-se em Londres, onde, a partir de finais de 1902, colaborou diretamente com o órgão da socialdemocracia, o *Iskra* (“faísca”). Apesar da sua proximidade com Lenin, afastou-se dele no II Congresso do POSDR (Partido Operário Socialdemocrata da Rússia), em 1903, quando ficou configurada a fração (futuro partido) bolchevique, encabeçada pelo próprio Lenin. Sua proximidade com a outra fração, a menchevique, encabeçada por Julius Martov, foi efêmera. Em 1905, voltou à Rússia, onde tomou parte ativa na revolução; foi o último presidente do soviete dos trabalhadores de São Petersburgo. Em 1906, foi deportado pela segunda vez para a Sibéria; escapou novamente e, entre 1907 e 1914, viveu com sua segunda esposa, Natalia Sedova, em Viena onde, de 1908 a 1912, editou o *Pravda*. Depois de desenvolver a teoria da revolução permanente, aproximou-se ideologicamente dos bolcheviques, aos quais se uniu em 1917, para ser, com Lênin, um dos principais dirigentes da Revolução de Outubro. Lendário responsável pela sua defesa militar, como organizador e chefe do Exército Vermelho, em 1923 passou a organizar a Oposição de Esquerda contra a nascente burocracia stalinista. Depois de dura batalha, foi expulso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), desterrado para o interior da URSS e finalmente expulso do país (1927-1929), que o privaria mais tarde da própria cidadania. No exterior continuou organizando os “bolchevique-leninistas” em fração da Internacional Comunista; em 1933 (depois da vitória sem batalha do nazismo na Alemanha) chamou a fundar a IV Internacional, declarando à Internacional Comunista “morta para a revolução” (a IV Internacional seria fundada em 1938, em congresso celebrado em Paris). Escreveu no exílio, e sob perseguição, suas principais obras (História da Revolução Russa, A Revolução Traída, A Revolução Permanente, A III Internacional depois de Lênin). Exilado em diversos países, encontrou finalmente (1936) temporário refúgio no México, onde foi assassinado por um agente stalinista infiltrado em seu entorno imediato, Ramón Mercader del Rio, a 21 de agosto de 1940.

partidos, além dos representantes dos trabalhadores e de outros grupos e camadas sociais: ainda assim,

mesmo quando do segundo congresso (dos soviets), a 28 de outubro, nenhum membro dessa assembleia sabia muito bem a sua função, se eles constituíam um comitê central de greve ou um novo tipo de organização, semelhante a um organismo de autoadministração revolucionária.

Foi só depois da revolução que Trotsky afirmou que

o conselho de deputados operários nasceu para a realização de um objetivo: no curso dos acontecimentos criar uma organização que representasse a autoridade, livre da tradição, uma organização que pudesse abarcar de uma vez por todas as massas disgregadas sem a imposição de demasiados obstáculos organizativos, uma organização que pudesse unir as correntes revolucionárias no interior do proletariado e controlar por si própria uma iniciativa de maneira capaz e automática e, o que é mais fundamental, uma organização à qual se pudesse dar vida em 24 horas. (YASSOUR, 1968).

Os soviets eram organismos eleitos pelos trabalhadores nos próprios locais de trabalho. Os delegados aos soviets eram em todo momento revogáveis pelos seus eleitores. Sindicalizados ou não, politicamente organizados ou desorganizados, os proletários de Petersburgo, Moscou, Kiev, Kharkov, Tula, Odessa e de outras aglomerações industriais do império criaram uma nova forma de organização de massa. Os soviets apareceram como o contrário das assembleias parlamentárias através das quais a burguesia exercia a sua dominação de classe. Em 1905, depois de algum vacilo e receio inicial em relação ao soviete, o bolchevismo ultrapassou seu caráter de organização basicamente composta por intelectuais, para passar a ser de fato um partido da vanguarda operária (que era a proposta e a intenção de Lênin), como o demonstrava a sua composição: quase 62% de operários (e 5% de camponeses).

O problema da atitude a ser adotada perante os soviets afetou não só os bolcheviques, mas todas as frações do POSDR na revolução:

Sem atender à cooperação de muitos operários bolcheviques nos conselhos, a posição de princípio dos órgãos dirigentes bolcheviques variava

entre uma rejeição radical e uma aceitação meio desgostosa desses ‘corpos alheios’ à revolução. A posição dos bolcheviques com respeito aos soviets da primeira revolução era diferente segundo os locais e estava sofrendo transformações; o próprio Lênin não chegou a um juízo definitivo sobre seu papel e importância, apesar de ter sido o único que, entre os bolcheviques, se esforçou para examinar a fundo esse novo fenômeno revolucionário e agregá-lo a sua teoria e tática revolucionárias. Durante a greve de outubro os operários bolcheviques participaram na formação do Conselho de Deputados Operários de Petersburgo, assim como os outros operários. O comitê do partido que, no início, diferenciando-se dos mencheviques, não havia chamado à eleição de deputados, enviou seus representantes ao comitê executivo do soviete.

E, paradoxalmente, o partido da futura revolução soviética se opôs inicialmente a essa nova criatura política:

Nos primeiros dias de existência do soviete, quando este atuava como comitê de greve e ninguém sabia realmente que papel ele desempenharia no futuro, os bolcheviques a ele se opunham de forma benévola. Isso mudou quando, ao terminar a greve de outubro, o soviete permaneceu em pé e começou a evoluir no sentido de um órgão de direção política da classe operária da capital. A partir daí a maior parte dos bolcheviques petersburguenses fixou abertamente a sua oposição ao soviete. Os bolcheviques conseguiram elaborar, nos comitês federativos formados por representantes de ambas as frações do POSDR uma resolução na qual se recomendava a aceitação oficial do programa da socialdemocracia, já que organizações independentes não poderiam guiar uma orientação política clara e, portanto, seriam perniciosas. (ANWEILER, 1977, p. 83).

Não se tratava (ainda) de uma teoria do “partido único da revolução”; a questão da relação entre o partido e os órgãos das massas em luta não estava clara para os socialdemocratas russos (para os numerosos anarquistas russos, por sua vez, a questão do partido, da direção política unificada da classe operária e das massas exploradas, sequer se colocava), e a experiência da socialdemocracia ocidental, centrada já exclusivamente na ação parlamentar e sindical, alheia à revolução, não os ajudava para esclarecer a questão. A própria teoria sobre a natureza da revolução russa, iniciada como revolução *política* e rapidamente desdobrada em revolução *social*, sofreu abalos devido à ação revolucionária do proletariado e ao nascimento

dos soviéticos. Durante a revolução, Lênin afirmou que “da revolução democrática começaremos logo a passar, na medida mesmo das nossas forças, das forças do proletariado consciente e organizado, à revolução socialista. Somos pela *revolução ininterrupta*. Não nos deteremos a meio caminho”. Embora a ideia de “revolução permanente” não fosse explicitamente mencionada, ela abriu, implicitamente, seu caminho *organizativo* no POSDR através do bolchevismo.

As concepções políticas de Lênin iam mudando ao calor dos acontecimentos: “Desde a sua obra escrita no exílio siberiano, Lênin tinha a tendência de ver capitalismo atrás de cada carreta russa. Mas a revolução de 1905 o levou a matizar suas ideias: o capitalismo estava ainda fracamente desenvolvido, as forças liberais eram embrionárias e tímidas” (LEWIN, 1996). A revolução burguesa carecia de bases econômicas e sociais próprias. Ainda assim, para Lênin a revolução seria

burguesa no sentido de seu conteúdo econômico-social. O que significa: as tarefas da revolução que está ocorrendo na Rússia não ultrapassam o âmbito da sociedade burguesa. Nem mesmo a mais plena vitória da atual revolução, isto é, a conquista da república mais democrática e a confiscação de toda a terra dos proprietários pelos camponeses, abalará os fundamentos da ordem social burguesa.

Mas disso “não derivava absolutamente a conclusão segundo a qual o motor principal ou guia da revolução será a burguesia” como queriam os mencheviques. Isto porque a revolução ocorria no momento em que “o proletariado já começou a tomar consciência de si como uma classe particular e a se unir numa organização de classe autônoma”. As divergências e as ásperas polêmicas com Trotsky, no entanto, se mantinham. As divergências com os mencheviques também se aprofundaram, as duas frações atuavam de fato como partidos independentes. Por outro lado, uma convergência de alcance internacional se desenhou desde o V Congresso de 1905 (de Londres) do POSDR:

O fato mais notável do congresso foi o isolamento dos mencheviques diante da convergência de posições de Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky. Naturalmente, tratava-se de uma convergência objetiva, sem qualquer acordo, e não isenta de consideráveis discrepâncias, entre Lênin e os bolcheviques, por um lado, e Rosa e Trotsky, por outro. (STRADA, 1984, p. 164).

O trabalho do soviete na revolução consistiu basicamente na impulsão das greves e na organização da vida social e política nos bairros operários, incluído o fornecimento de suprimentos para os trabalhadores, chegando a praticamente substituir os órgãos administrativos da autocracia czarista em bairros e cidades inteiras; fez um apelo aos trabalhadores para que se recusassem a pagar impostos e que sacassem seu dinheiro dos bancos. A greve geral de outubro de 1905, no entanto, ocorreu espontaneamente, sem a decretação do soviete, que tentou sim organizá-la; sua tentativa de convocar uma nova greve geral em novembro falhou.

As atividades do soviete voltaram a cessar em 3 de dezembro, quando seus líderes, incluído Trotsky, foram presos acusados de preparar uma rebelião armada. Postos em julgamento público, a defesa realizada por Trotsky das atividades do soviete contra as acusações dos procuradores foram transcritas pelos jornais russos (e do exterior), transformando Trotsky numa celebridade revolucionária, cuja fama transcendeu, pela primeira vez, as fronteiras da Rússia. A revolução estava momentaneamente suspensa, mas já projetara uma liderança revolucionária de estatura nacional e potencialmente internacional.

Para conter os ânimos ainda aquecidos, inclusive dentro da burguesia, em inícios de 1906 o governo czarista resolveu atender (isto é, deturpar) uma das reivindicações que a revolução havia posto na ordem do dia: a criação de um parlamento, a *Duma*, que teve sua função muito limitada pela autocracia; esta manteve um regime totalmente centralizado e autoritário nas mãos do czar. O POSDR, ainda assim, participou diversas vezes das eleições parlamentares da *Duma* (outras vezes as boicotou) para usá-las como tribuna de agitação política, enquanto os principais líderes do partido e de suas diversas frações (Lenin, Martov, Plekhánov e Trotsky, fugido novamente da prisão) voltaram para o exílio.

Em pleno período de reação pós-1905, Trotsky precisou o alcance das divergências no interior do POSDR:

Se os mencheviques, partindo da seguinte concepção abstrata: ‘nossa revolução é burguesa’, chegam à ideia de adaptar toda a tática do proletariado à conduta da burguesia liberal até a conquista do poder pela mesma, os bolcheviques, partindo de uma concepção não menos

abstrata, ‘a ditadura democrática, mas não socialista’, chegam à ideia de uma autolimitação do proletariado, que detém o poder num regime de democracia burguesa. É verdade que entre mencheviques e bolcheviques há uma diferença essencial: enquanto os aspectos antirrevolucionários do menchevismo se manifestam desde o presente, aquilo que há de antirrevolucionário no bolchevismo não nos ameaça - mas a ameaça não é menos séria - senão no caso de uma vitória revolucionária.

Trotsky se aproximava, assim, do bolchevismo, mas mantinha também suas distâncias. Suas polêmicas com Lênin se tornaram ainda mais ásperas: elas atingiram seu cume em 1912, quando Trotsky propiciou a formação do “Bloco de Agosto” procurando reunir novamente todas as frações do POSDR, ou a maioria delas, provocando a violenta reação de Lênin e os bolcheviques, para os quais a cisão entre revolucionários e oportunistas já tinha sido consumada.

Durante a reação posterior à revolução de 1905, bolcheviques e mencheviques dividiram-se em três sub-frações de cada fração: os “liquidadores” (Potressov, Zassulich), o “centro” (Martov, Dan) e os “mencheviques de partido” (Plekhánov) entre os segundos; os “vperiodistas” (Bogdanov), os “leninistas”, e os “conciliadores” ou “bolcheviques de partido” (Rykov, Nogin), entre os primeiros. Em 1906 Lênin declarou que até a revolução social, a socialdemocracia apresentaria inevitavelmente uma ala oportunista e uma ala revolucionária.

Lênin se reconciliou depois com Plekhánov, e formou um bloco no POSDR com os “mencheviques do partido” contra os “liquidadores”, com o objetivo da manutenção de um partido dotado de aparato clandestino. É sobre essa base que se constituiu definitivamente a fração bolchevique (BROUÉ, 1971, p. 84). Lênin aceitou, no Congresso de reunificação (bolcheviques + mencheviques) de 1906, a redação menchevique do artigo 1º dos estatutos do partido. É, portanto, hagiográfica e deturpada a visão retrospectiva do bolchevique Zinoviev: “Em 1903 já tínhamos dois grupos claramente separados, duas organizações e dois partidos. Bolchevismo e menchevismo, como tendências ideológicas, já estavam formadas com o seu perfil característico, depois evidenciado na tormenta revolucionária” (ZINOVIEV, 1973, p. 96).

O desenvolvimento capitalista do campo russo se acelerou após 1906, quando se promulgou uma lei possibilitando que um pequeno número de camponeses, contra a vontade da maioria, estabelecesse, através da compra, lotes independentes nas terras comunais. A medida significou, por um lado, a ascensão da categoria superior dos camponeses ao status de fazendeiros capitalistas e, por outro, a proletarização de grandes massas camponesas. O efeito dessa medida, que, ao criar uma nova camada pequeno-burguesa, visava fortalecer a camada mais antiga de proprietários, fugiu em grande medida do esperado. Os novos proprietários, longe de servirem de apoio aos antigos, ganhando a adesão das massas camponesas que lhe estavam, ou deveriam estar, mais próximas, encontraram-se desde o início em estado de hostilidade declarada em relação àqueles. As massas camponesas proletarizadas, por sua vez, aumentaram consideravelmente a reserva revolucionária.

A burguesia fortaleceu-se economicamente, mas seu crescimento repousava sobre uma maior concentração da indústria e sobre a intensificação do papel do capital estrangeiro. Influenciada pelos acontecimentos de 1905, a burguesia tornou-se ainda mais conservadora e cautelosa. O peso social da pequena e média burguesia, que já era insignificante, diminuiu mais ainda. Os intelectuais democratas, por sua vez, não possuíam uma base social estável. Eles podiam exercer provisoriamente certa influência política, mas não chegavam a exercer um papel político independente. A questão agrária permanecia sem solução; a modernização do campo, impulsionada em dois momentos, 1861 e 1906, pesava tremendamente sobre as massas camponesas devido ao caráter desigual do processo, isto é, ao fato de a modernização prosseguir, lentamente, com a predominância do papel do dinheiro na economia rural, que impunha ao primitivo trabalho rural exigências que só poderiam ser respondidas por tratores.

A questão agrária se esboçava como o fator determinante do rumo que deveria tomar a futura etapa da revolução russa. Que a situação de atraso econômico do campo tivesse persistido após o nascimento da indústria significava, não que a revolução deveria consolidar a burguesia no poder para liquidar com os restos feudais na Rússia, mas que a revolução seria provavelmente proletária, porque apenas o proletariado estava em

condições de realizar a tarefa burguesa de varrer os restos feudais pertencentes a um período anterior ao da existência da própria burguesia.

Trotsky atribuiu à questão agrária a chave da revolução russa, enquanto produto de um desenvolvimento combinado, uma combinação original de elementos atrasados com os fatores modernos:

A aproximação e a penetração mútua de dois fatores de natureza histórica completamente diferentes: uma guerra camponesa, isto é, um movimento que caracteriza o auge do desenvolvimento burguês, e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que assinala o declínio da sociedade burguesa. (TROTSKY, 1950, p. 88-89).

A revolução na Rússia deveria ser *proletária*, por seus métodos, ao mesmo tempo em que *burguesa*, por suas tarefas diretas e imediatas – fenômeno este que Trotsky descreveu como a *expressão mais extrema da lei do desenvolvimento combinado*: “Iniciando pela derrubada do edifício medieval podre, a revolução leva ao poder, em apenas alguns meses, ao proletariado”.

Para aqueles que só conseguiam entender o papel do proletariado russo através de analogias formais, a fusão de tarefas históricas diversas e opostas em uma única revolução era inaceitável. Para eles, apenas a burguesia poderia realizar o caráter burguês da revolução. A combinação é um dos fatores que explicavam a não repetição das revoluções na sociedade burguesa, revoluções que traziam novas etapas da sociedade burguesa e novos aspectos da consciência de suas classes, sentidos inclusive nas regiões mais remotamente tocadas pelo capital. O caminho percorrido pelo capital na Europa ocidental não guardava semelhança com o desenvolvimento das forças produtivas russas.

Não havia, portanto, analogia possível entre um país capitalista de primeira linha e as colônias, bem como com as nações que, sem serem colônias, receberam do capital externo sua influência determinante:

Quando o capital inglês ou francês, quintessência da obra histórica de séculos, é transportado para as estepes do Donetz, ele é absolutamente incapaz de manifestar as forças sociais, as paixões, os valores por ele absorvidos progressivamente. Sobre um território novo, ele não pode repetir o desenvolvimento que já cumpriu. Ele retoma a sua obra do

ponto onde a deixou em seu país. Em torno das máquinas que trouxe consigo pelos mares e aduanas, ele reúne rapidamente, sem etapas intermediárias, as massas proletárias, e injeta nessa classe a energia revolucionária que trazia congelada dentro de si, das velhas gerações burguesas [...] A condição de atraso que leva o proletariado russo ao poder coloca diante desse poder problemas que, por sua essência, não podem ser resolvidos dentro das fronteiras de um Estado isolado. O destino deste está assim inteiramente ligado à marcha ulterior da história mundial. (TROTSKY, 1950, p. 510).

A concepção de que o destino da revolução proletária, num país atrasado, estava diretamente influenciado pelo caminho da revolução mundial, revelou-se o eixo de toda uma estratégia revolucionária para o século XX. Trotsky se libertou das amarras do fatalismo econômico, da afirmação da total dependência do político em relação ao econômico no âmbito da teoria, em que a dominação econômica da burguesia deveria ser seguida pela sua dominação política antes que ambas pudessem ser superadas, graças à percepção das implicações internacionais da expansão mundial do capital financeiro. O caminho percorrido pelo capitalismo desde a morte de Marx exigia uma reinterpretação das possibilidades revolucionárias do proletariado, e da relação entre política nacional e economia internacional. A transformação econômica da Rússia tinha sido impressionante nos anos precedentes, com um crescimento econômico centrado principalmente na indústria, nos meios de transporte modernos (estradas de ferro) e no emprego industrial como percentual do emprego total.

A produção industrial, o comércio em dinheiro, o emprego industrial e os meios mecânicos de transporte e comunicação cresceram, durante o quarto de século precedente à “Grande Guerra”, em ritmos que quadruplicavam o crescimento demográfico e duplicavam o crescimento da população urbana. Restava uma última linha de defesa para as concepções “etapistas”: a consciência de classe proletária se ressentia, para os “marxistas legais” e os mencheviques, do fato que a Rússia agrária e semi-industrial não conhecia o desenvolvimento capitalista nem as modificações sociais, políticas e culturais decorrentes (a *modernização*) para que se pudesse falar de proletariado consciente e de socialismo.

A transformação cultural e ideológica da sociedade russa, não apenas de sua economia, seria, desse modo, condição prévia absolutamente necessária para a possibilidade de uma ditadura do proletariado. O raciocínio esquecia que toda a modernização e progresso do capitalismo - necessários para o surgimento de um proletariado consciente e revolucionário - não resultaram no próprio Ocidente europeu, no início do século XX, em qualquer movimento que se assemelhasse em combatividade e envergadura ao 1905 russo. Não se tratava, por outro lado, no caso da Rússia, de um proletariado tão ignorante quanto às suas reivindicações, nem tão inexperiente.

Quanto à consciência socialista propriamente dita:

É verdade, naturalmente, que o progresso da consciência depende do crescimento do número de proletários conscientes, e que a ditadura do proletariado pressupõe que estes tenham se tornado numerosos o suficiente para se impor diante da resistência da contrarrevolução burguesa. Mas isso de forma alguma significa que 'a grande maioria' da população deve se tornar proletária; nem 'a grande maioria' do proletariado, socialista consciente.

O exército conscientemente revolucionário do proletariado devia ser mais forte do que o exército contrarrevolucionário do capital; enquanto que as camadas intermediárias da população, receosas ou indiferentes, deviam se encontrar em uma situação tal que a ditadura do proletariado as atraísse para o lado da revolução ao invés de repeli-las para o lado de seus inimigos; o que a política proletária deveria levar em consideração. Tudo isso pressupunha a hegemonia da indústria sobre a agricultura, e o domínio da cidade sobre o campo, um processo que já se verificava objetivamente no desenvolvimento capitalista russo (TROTSKY, 1975a).

A agricultura russa, mesmo que ainda majoritária em termos numéricos *sociais* absolutos, não possuía a importância *econômica* ou o peso da indústria russa. A essa altura, a antiga hegemonia do campo já havia cedido lugar ao domínio econômico da indústria e da cidade, responsável pelo espantoso crescimento produtivo russo no século XIX (quase 500%, uma taxa quase equivalente à inglesa, e muito superior à francesa, austríaca ou italiana). As taxas de crescimento da agricultura e da indústria russas, entre 1860

e 1913, estavam na média ou acima da média do padrão europeu no mesmo período, mesmo entre os países mais avançados da Europa Ocidental.

No crescimento econômico global do país, no entanto, fazia-se sentir o peso do setor agrícola, que ainda respondia por mais de 74% da produção total em 1880. A baixa produtividade deste setor indicava que o crescimento econômico da agricultura no período não se deu por mais eficiência no trabalho, mas preponderantemente pela incorporação de novos trabalhadores. O atraso também se fazia sentir na indústria russa, embora cada vez menos. Em 1887, 82,4% da produção industrial russa era composta por produtos básicos e de baixo valor agregado; em 1900, esse valor tinha caído para 73,4 %, e em 1908 para 71,6 %. Na virada do século XIX, a Rússia era ainda conhecida como “o celeiro da Europa”; *socialmente*, continuava existindo um predomínio do trabalho rural sobre o urbano.

Trotsky reconhecia que a consciência socialista do proletariado russo estava longe de ser “plenamente desenvolvida”; que o proletariado não estava composto integralmente por “socialistas conscientes”. Mas também rejeitava a ideia de que fosse preciso que a maioria dos operários fosse socialistas conscientes. Bastava que houvesse um núcleo consciente - bem entendido, de operários, e não simplesmente de revolucionários profissionais. Trotsky alertava para o fato de que a ausência de um proletariado composto majoritariamente por socialistas conscientes era uma característica não apenas da Rússia, mas também das sociedades capitalistas:

De fato, não podia ser de outro modo, já que a própria existência do capitalismo infecta e distorce a consciência das massas. Uma ‘regeneração moral’ completa, objetivo do socialismo, era impossível no interior de uma sociedade não socialista; aqueles que pregavam que a natureza humana tem que ser transformada antes que o socialismo possa ser alcançado, faziam apenas ‘prorrogar o socialismo por vários séculos. (KNEI-PAZ, 1979, p. 126).

No plano do socialismo internacional, a revolução russa de 1905 foi o sinal de que a era do desenvolvimento pacífico do capitalismo estava chegando ao fim e se fazia necessário preparar o proletariado para os novos tempos – que exigiam uma nova tática. A maioria dos socialistas não conseguiu compreender isto. Começou a se constituir lentamente uma ala

esquerda da Internacional que foi encabeçada pelos bolcheviques e pela esquerda da social democracia alemã, dirigida por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na luta política interna na II Internacional, Lênin conseguiu ser reconhecido como representante do POSDR (junto com Plekhánov), desde 1905, no Bureau Socialista Internacional (BSI) cargo que manteve até a explosão da I Guerra Mundial.

Em 1907, no Congresso Socialista Internacional de Stuttgart, a moção sobre a atitude e o dever dos socialistas em caso de guerra (“utilizar a crise provocada pela guerra para precipitar a queda da burguesia”), foi apresentada conjuntamente por Lênin, Rosa Luxemburgo e o menchevique Martov. Durante o período que Massimo Salvadori chamou de “radicalização de Kautsky”, o da revolução russa de 1905 e sua influência europeia (SALVADORI, 1978), o ideólogo da Internacional Socialista esteve entre os primeiros socialdemocratas europeus a alertar acerca da significação revolucionária internacional dos acontecimentos russos, a partir da guerra russo-japonesa de 1904, assim como acerca do papel de vanguarda que caberia ao proletariado na revolução russa. Para Kautsky:

Uma revolução não poderia estabelecer imediatamente na Rússia um regime socialista, pois as condições estão ali demasiado atrasadas. Não poderia estabelecer, portanto, mais do que um regime democrático; este, porém, estaria submetido ao impulso de um proletariado enérgico e impetuoso que arrancaria por sua própria conta concessões importantes. Uma constituição semelhante não deixaria de influir poderosamente nos países vizinhos: desde logo estimularia e aticaria nelas o movimento operário, que receberia assim um impulso vigoroso que lhe permitiria entregar-se ao assalto às instituições políticas que se opõem ao advento de uma verdadeira democracia - antes de mais nada, na Prússia, o sufrágio das três classes. Logo desencadearia as múltiplas questões nacionais da Europa Oriental. (KAUTSKY, 1979, p. 12-13).

Kautsky limitava o horizonte revolucionário russo a uma “verdadeira democracia”. Trotsky, no entanto, levou em conta a posição à esquerda que o veterano dirigente socialista ocupava nesse momento na Internacional, e reivindicou as análises de Kautsky como confirmatórias do seu próprio balanço da revolução de 1905:

Segundo Kautsky, a Rússia está caracterizada no terreno econômico por um nível relativamente baixo de desenvolvimento capitalista, e na esfera

política pela falta de importância da burguesia capitalista e pelo poder do proletariado revolucionário. Esta análise conduz a que a ‘luta pelos interesses de toda Rússia corresponda à *única classe forte atualmente existente*, o proletariado industrial’. Tudo isto, não nos dá o direito de concluir que o ‘servo’ russo pode chegar ao poder antes de seus ‘amos’?.

Karl Kautsky agiu como uma espécie de catalisador do impacto da revolução russa no socialismo ocidental:

Intervindo repetidamente sobre a ‘natureza’ da revolução russa, ele traçou uma análise das tarefas da socialdemocracia russa que lhe valeu a admiração e o aplauso de Lênin. Revendo as conclusões a que chegara em *Die Soziale Revolution*, sob a influência das ‘lições’ da insurreição armada de Moscou (dezembro de 1905) - chegou a afirmar que não era de excluir que, também no Ocidente, a luta armada readquirisse um papel na fase do choque frontal entre o proletariado e o Estado capitalista. (SALVADORI, 1982, v. 2, p. 324).

Outros militantes de projeção internacional intervinham nesse debate. Já antes de 1905,

intervindo no debate sobre a greve geral, Parvus teorizou - em antes do desencadeamento da revolução na Rússia e, portanto, das ‘lições’ fornecidas pelos grandes movimentos de massa russos - que a greve geral representava a forma específica na qual estava destinada a ter início o processo revolucionário proletário... A revolução russa era vista por Parvus no interior desse processo internacional, dessa dialética entre imperialismo e revolução em escala mundial. Ela se apresentava como aspecto particular de um fenômeno geral. (SALVADORI, 1984, v. 3, p. 278-279).

Mas, embora Parvus afirmasse que “a revolução russa abala o mundo capitalista em seus fundamentos políticos, e o proletariado russo pode adquirir o papel de vanguarda da revolução social”, ele limitava a projeção dessa revolução:

Não se trata ainda da ditadura do proletariado, cuja tarefa é mudar pela raiz as relações de produção no país; todavia, já dá um passo além da democracia burguesa. Não podemos considerar ainda como nossa tarefa a transformação da revolução burguesa em socialista. Mas consideramos ainda menos necessário nos submetemos à revolução burguesa. Nossa tarefa consiste em ampliar os limites da revolução burguesa,

no interior dessa impulsionarmos os interesses do proletariado, e no âmbito da constituição burguesa criar a base mais ampla possível para a transformação revolucionária da sociedade.¹⁰

Já para Trotsky, o comportamento das classes sociais e de seus partidos durante a revolução de 1905 confirmava a perspectiva da revolução permanente, isto é, da revolução democrática que se transformava em proletária em um processo ininterrupto:

Sob a dominação política do proletariado, a introdução do dia de trabalho de oito horas teria que conduzir a consequências muito diferentes. O fechamento de fábricas e empresas pelos capitalistas naturalmente não pode ser motivo para prolongar a jornada de trabalho por parte de um governo que se quer apoiar no proletariado e não no capital - como o liberalismo - e que não quer desempenhar o papel de intermediário “imparcial” da democracia burguesa. Para um governo operário só há uma saída: a expropriação das fábricas e empresas fechadas e a organização de sua produção sobre a base da gestão coletiva”.

Não só histórica, mas também politicamente, esta perspectiva da revolução implicava expectativas completamente diversas às imaginadas até então, não só pelos socialistas, mas pelo conjunto das frações políticas da “sociedade civil” russa:

Agora, e por muito tempo, a revolução russa encerrou o caminho da edificação de qualquer ordem burguesa constitucional que pudesse solucionar mesmo que só as tarefas mais simples da democracia. No que se refere aos burocratas reformistas do estilo de Witte e Stolypin, todos seus esforços ‘ilustrados’ vão água abaixo, o que se comprova com o simples fato de que eles mesmos se vêm obrigados a lutar por sua própria existência... Nossa opinião é que a revolução russa criará as condições sob as quais o poder pode passar para as mãos do proletariado (e, em caso de uma vitória da revolução, assim tem que ser) antes que os

¹⁰ *Die Neue Zeit*, XXIV, 1905-1906, v. I. Parvus foi o autor do prefácio do folheto *Antes de 9 de janeiro* de Trotsky, publicado em 1905 em Genebra, onde este expôs pela primeira vez a tese da “revolução permanente”. Embora nesse prefácio Parvus já adiantasse alguns dos temas da análise do desenvolvimento histórico da Rússia que Trotsky expôs depois em 1905 e, sobretudo, na *História da Revolução Russa* (especialmente o caráter “asiático” e não “europeu” do desenvolvimento urbano russo, tema que Parvus retomou da obra do historiador e político liberal Pável Miliukov) ele chegou só a formular que “o conceito de um governo revolucionário provisório e uma república democrática, até agora utópicos, adquirem (na Rússia) um caráter de realidade política” (Cf. ZVERETEMICH, Piotr. *Il Grande Parvus*. Milão: Garzanti, 1988. p. 88-89).

políticos do liberalismo burguês tenham a oportunidade de fazer um desdobramento completo de seu gênio político. (TROTSKY, 1975b).

Os anos de 1908 a 1911 corresponderam, na Rússia, a um período de contrarrevolução vitoriosa. O crescimento industrial começou a se reaquecer a partir de 1910, dando novo ímpeto ao movimento operário. Quando em janeiro de 1912 a conferência do POSDR de Praga consumou de vez a cisão dos bolcheviques com as outras correntes da socialdemocracia russa, Lênin não a apresentou como a ruptura entre reformistas e revolucionários, mas dos defensores do “verdadeiro partido operário” contra os “liquidadores”. Anos depois, Trotsky recapitulou o processo partidário de conjunto:

Em 1903 teve lugar a cisão entre mencheviques e bolcheviques. Em 1912 a fração bolchevique tornou-se definitivamente um partido independente. Ensinou-nos durante doze anos (1905-1917) reconhecer a mecânica de classe da sociedade nas lutas e nos grandiosos acontecimentos. Educou quadros capazes, quer de iniciativa quer de disciplina. A disciplina da ação revolucionária apoiava-se na unidade da doutrina, nas tradições de lutas comuns e na confiança numa direção experimentada.

Em 1914 (pouco antes da guerra), devido ao isolamento internacional dos bolcheviques (inclusive em relação à ala esquerda da Internacional Socialista, cuja dirigente Rosa Luxemburgo se aliara aos mencheviques e ao “Bloco de Agosto” liderado por Trotsky), os bolcheviques admitiram uma nova e infrutuosa “conferência de unificação” da socialdemocracia russa. Entre 1912 e 1914, sobre bases históricas mais desenvolvidas e um proletariado mais concentrado e numeroso, o movimento de greve na Rússia cresceu novamente. Uma nova ofensiva proletária foi lançada, brutalmente interrompida pela Primeira Guerra Mundial. A guerra teve o efeito imediato de desorientar politicamente as massas e fornecer aos diretores de fábricas a oportunidade de “falar uma linguagem patriótica em nome de suas empresas”.

A guerra mudou também a composição da classe operária: em Petrogrado, principal centro econômico do país, os efetivos da mão de obra industrial foram renovados com a guerra e com o recrutamento de

operários para o *front* em quase 40%. Mas, rapidamente, já em 1915, o aumento do custo de vida e o agravamento das condições de trabalho, com o ressurgimento dos traços da exploração mais gritante, fez com que surgissem novas greves econômicas que, não obstante, possuíam um limitado alcance político. A liderança operária estava desorientada, e muitos de seus líderes presos, com o agravante de que nesse período ocorreu um fluxo de uma mão de obra pouco qualificada e politicamente inexperiente para dentro das fábricas, que substituiu os operários enviados para o front bélico. Os efeitos catastróficos da guerra para os trabalhadores industriais e para os camponeses russos, e até para a “classe média”, porém, mudaram em termos relativamente rápidos a situação de retrocesso político.

REFERÊNCIAS

- ANWEILER, O. *Los Soviets en Rusia 1905-1921*. Madri: Zero, 1977.
- AVENAS, D. *Teoria e política no pensamento de Trotsky*. Lisboa: Delfos, 1973.
- BROUÉ, P. Observaciones sobre la historia del partido bolchevique. In: RUBEL, M. et al. *Partido y revolución*. Buenos Aires: Rodolfo Alonso, 1971.
- _____. *Trotsky*. Paris: Fayard, 1994.
- DEUTSCHER, I. *Trotsky: el profeta armado*. México: ERA, 1976.
- ELSTER, Jon. *Making sense of Marx*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- JOUBERT, J. P. Lénine et le jacobinisme. *Cahiers Leon Trotsky*, Saint Martin d'Hères, n. 30, jun. 1987.
- KAUTSKY, K. *O caminho do poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- KNEI-PAZ, B. *The social and political tthought of Leon Trotsky*. Oxford: Claredon Press, 1979.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- LÊNIN, V. I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Barcelona: Ariel, 1974.
- LÊNIN, V. I.; LUXEMBURGO, R. *Partido de Massas ou Patido de Vanguarda?* São Paulo: Ched, 1980.
- LEWIN, M. Illusion communiste ou réalité soviétique? *Le Monde Diplomatique*, Paris, dez. 1996.

- LÖWY, M. Revolução permanente e revolução burguesa em Marx e Engels. *Discurso*, São Paulo, n. 9, nov. 1978.
- MAKHAIWSKI, J. W. *Le socialisme des intellectuels*. Paris: Seuil, 1978.
- RUBEL, M. *Marx, Critique du Marxisme*. Paris: Payot, 1974.
- SALVADORI, M. *Kautsky e la rivoluzione socialista*. Milão: Feltrinelli, 1978.
- _____. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: HOBSBAWM, E. J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. v. 2.
- _____. A socialdemocracia alemã e a revolução russa de 1905. In: HOBSBAWM, E. J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. v. 3.
- STRADA, V. A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905. In: HOBSBAWM, E. J. (Org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. v. 3.
- TROTSKY, L. *Histoire de la Révolution Russe*. Paris: Seuil, 1950.
- _____. *Balance y perspectivas*. Buenos Aires: El Yunque, 1975a.
- _____. *Resultados y perspectivas*. Buenos Aires: El Yunque, 1975b. (1a edição, 1906).
- _____. *A revolução permanente*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- YASSOUR, A. Leçons de 1905: Parti ou Soviet? *Le Mouvement Social*, Paris, n. 62, jan./mar. 1968.
- ZINOVIEV, G. *History of the Bolshevik Party*. From the beginnings to February 1917. Londres: New Park, 1973.
- ZVERETEMICH, P. *Il Grande Parvus*. Milão: Garzanti, 1988.

ANDERSON DEO; ANTONIO CARLOS MAZZEO &
MARCOS DEL ROIO
(ORG.)

LÊNIN E A CRÍTICA AO CHAUVINISMO

Jefferson Rodrigues Barbosa

A expressão chauvinismo começou a ser utilizada com maior ênfase por lideranças “socialistas revolucionárias”, como distinguiu Vladimir Ilitch Lênin, para o embate e polemização, na crítica ao nacionalismo que permeava as tendências políticas em disputa na Europa nas primeiras décadas do século XX. A expressão já era utilizada desde o século XIX, como sinônimo de patriotismo e devoção à nação.

Os fundamentos ideológicos do chauvinismo enquanto modalidade de um pensamento regressivo de direita tem como marca, segundo Vizentini (2000) pressupostos débeis, como o patriotismo, e a crença de uma “comunidade nacional” ameaçada pelo inimigo estrangeiro”.

Os textos de Lênin revelam como a referida expressão era articulada nas suas análises de conjuntura proporcionando fundamentos que sugerem, segunda a interpretação aqui defendida, que o termo nos seus escritos ganha conotações de uma potencial categoria de análise, sob perspectiva de fundamentos históricos, da teoria da luta de classes e de uma crítica da economia política, revelada no real conteúdo das consequências da forma do nacionalismo em questão; a espoliação colonial, a apologia à guerra e, a cooptação dos trabalhadores para a colaboração de classes, sob o estandarte do apelo patriótico.

Na utilização do termo, já presente nos debates da imprensa operária e dos círculos socialistas, as formulações de Lênin associam também a crítica ao chauvinismo com a necessidade de mobilização e organização da luta contra a influência do nacionalismo entre os trabalhadores. Estratégia esta que mobilizaria a partir daquele período o antifascismo como umas das proposições fundamentais no espectro da esquerda, como estabelecido nas diretrizes do Congresso de Basileia, de 1912 e no VI Congresso da Internacional Comunista de 1928, como será apontado a seguir.

O chauvinismo do século XX era identificado nos escritos de Lênin, como práxis manipulatória, como uma ideologia de mobilização e legitimação da guerra sob o apelo da “defesa nacional”. Com novas determinações, a análise de seus textos entre 1913 a 1918, fundamenta o conceito em questão como central para compreensão de ideologias legitimadoras da corrida imperialista, dos países proeminentes na corrida armamentista e na busca de territórios para exploração.

O verbete “Chauvinismo”, no *Dicionário Crítico de Pensamento de Direita* (VIZENTINI, 2000) é interessante ao apresentar a construção genética do termo, onde este é identificado como forma de nacionalismo exacerbado. Segundo o pesquisador brasileiro Paulo Vizentini, o termo tem origem na França do período Napoleônico, e faz referência a um suposto soldado caracterizado como portador de um patriotismo fanático e de extrema fidelidade a Napoleão I.

A referência a Chauvin tornou-se um estigma de nacionalismo ingênuo e de orgulho nacional exacerbado. A popularização do termo deve-se a peças teatrais do início do século XIX que consagraram a imagem do chauvinismo como forma de patriotismo extremado e beligerante:

O termo chauvinismo teve sua origem na França, tendo como base a atitude nacionalista extremada manifestada por Nicolas Chauvin, um soldado dedicado e corajoso que lutou no exército no período revolucionário e napoleônico. Suas ingênuas manifestações denotavam um patriotismo fanático e uma fidelidade absoluta ao Imperador Napoleão I. Sua figura foi, posteriormente, popularizada pelas peças teatrais de A. Scribe, *Le soldat laboureur*, e dos irmãos Gogniard, *La cocard tricolore, épisode de la guerre d'Alger* (1831). Esta última, de grande sucesso durante o reinado de Louis-Philippe, constituía uma espécie de sátira ao nacionalismo extremado dos bonapartistas e de seus sucessores. A partir de então, o termo foi incorporado pela literatura e pela ciência

política como sinônimo de orgulho nacional exacerbado e cego. O patriotismo fanático denotava opiniões simplistas, ignorantes e estreitas, tanto sobre os demais povos, encarados com desconfiança e desprezo, quanto em relação aos conterrâneos, que tinham suas “virtudes” destacadas e exageradas. Em fins do século XIX, o termo chauvinismo passou a ter uma conotação explicitamente pejorativa por parte dos políticos socialistas, anarquistas e democratas, anticlericais e até liberais, como forma de denúncia de seus adversários de direita e extrema direita, bem como de certos argumentos justificadores da arrogância colonialista. [...] (VIZENTINI, 2000, p. 85).

No período entre as duas guerras mundiais a referida expressão foi instrumentalizada para a crítica aos discursos nacionalistas que eram utilizados para convencer os trabalhadores europeus para o apoio de seus respectivos países na guerra primeira Guerra Mundial:

Durante a fase que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, o termo, que havia sido empregado em um sentido relativamente satírico a respeito de um fenômeno considerado mais prosaico do que perigoso, começa a referir-se a uma realidade sombria. A exaltação patriótica foi habilmente utilizada pela direita, chegando mesmo a influenciar setores da esquerda, como o *osocial-patriotismo*, o que levou as classes trabalhadoras a apoiar majoritariamente seus respectivos governos na Grande Guerra, desferindo um duro golpe na II Internacional. No século XX, o termo associou-se ainda mais às novas formas de nacionalismo extremado, como o nazi-fascismo, entre outras correntes políticas. As manifestações de chauvinismo também espalharam-se por outras regiões do mundo, geralmente vinculando-se a outras formas antidemocráticas (mas não exclusivamente), antiindividualistas, e antiinternacionalistas. O chauvinismo tem explorado a dimensão exclusivamente nacional [...] (VIZENTINI, 2000, p. 85).

No sentido de caracterização de um novo tipo de nacionalismo, como fundamento ideológico da etapa imperialista do capitalismo, as ideologias chauvinistas justificavam a corrida por territórios e a corrida armamentista no contexto da Primeira Guerra Mundial. Este apelo à exaltação patriótica influenciou inclusive setores da socialdemocracia européia, o que colaborou para que setores da classe trabalhadora apoiassem seus respectivos governos na guerra iniciada em 1914, influenciados por líderes da II Internacional, cooptados pelo reformismo e pelo nacionalismo.

A particularidade do chauvinismo pode ser interpretada nas formulações e valores de apelo ao “espírito de unidade nacional” para uma guerra defensiva entre os países imperialistas.

Num momento da maior importância histórica mundial, a maioria dos dirigentes da atual, da Segunda (1889-1914) Internacional Socialista tenta substituir o socialismo pelo nacionalismo. Devido à sua conduta, os partidos operários destes países não se opuseram à conduta criminosa dos governos, mas chamaram a classe operária a *fundir* a sua posição com a posição dos governos imperialistas. Os dirigentes da Internacional cometeram uma traição em relação ao socialismo, votando a favor dos créditos de guerra, repetindo as palavras de ordem chauvinistas («patrióticas») da burguesia dos «seus» países, justificando e defendendo a guerra, entrando nos ministérios burgueses dos países beligerantes, etc, etc. Os dirigentes socialistas mais influentes e os órgãos da imprensa socialista mais influentes da Europa contemporânea adotam um ponto de vista burguês-chauvinista e liberal, de forma alguma socialista. (LENIN, 1914).¹

Violência é a palavra utilizada por muitos pesquisadores para descrever o ambiente de agitação e mobilização política nos principais países da Europa, no contexto das primeiras décadas do século XX, período que Hobsbawm (1995) denominou “era dos extremos”.

Eve Rosenhaft, em “Beating in fascists” (2008), ressaltou o ambiente do que ela denominou “violência política” e destacou em suas palavras “o vigor e a tenacidade com que os comunistas levaram as suas ‘batalhas pelas ruas’, em referência a situação da Alemanha.

O referido livro apresenta uma importante contribuição para o estudo da influência chauvinista entre os trabalhadores alemães na perspectiva história da luta antifascista europeia. Luta esta que estava sendo inaugurada naquele período de forma explosiva, também em país como França, Hungria e, até mesmo, além da Europa, em países da América, como no Brasil.

A violência era a tônica na Alemanha e Itália e para evidenciar o ambiente de radicalização política e de mobilização do período é inte-

¹ LENIN, V. I. A guerra e a social-democracia na Rússia. 1914. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/09/28.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2011. O texto citado faz parte LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. 5. ed. Lisboa: Edições Avante!; Moscou: Edições Progresso, 1984a.

ressante, antes das referências propriamente aos textos de Lênin, algumas referências sobre a experiência das *Freikorps* na Alemanha e dos *Fasci Italiani di Combattimento* na Itália.

Principalmente nas cidades como, por exemplo, Berlin, as táticas de autodefesa dos comunistas evidenciavam o clima de tensão dos confrontos, e utilização de táticas de guerra civil. Por exemplo, no enfrentamento dos militantes do KPD com os nacional-socialistas, com maior intensidade, a partir de 1920, no contexto da República de Weimar. Assim como na Itália, como descrevem Palmiro Togliatti e Antonio Gramsci. Este último em seus textos da imprensa operária e em escritos do período de cárcere, organizados por Enzo Santarelli (1979).

Palmiro Togliatti (1978) apontou a necessidade do confronto tático como estratégia de ação direta na luta antifascista:

Nosso partido não prestou suficiente atenção a estas palavras, as últimas que o camarada Lênin nos endereçou, e que exprimiam de modo bastante conciso a ideia de que apenas um amplo trabalho de massa, a luta consequente do partido e a combinação do trabalho ilegal com o trabalho legal podem colocar em xeque os bandos fascistas e impedir, em particular, a infiltração da influência fascista em algumas camadas de trabalhadores. [...] Mas parece-me que o essencial é isto: o nosso partido não compreendeu inteiramente e em tempo oportuno que a instauração de uma ditadura fascista totalitária exige da parte da vanguarda comunista, não a restrição da amplitude de sua ação política, mas a extensão dessas; a vanguarda deve fazer política corajosamente, sem dar tréguas ao inimigo, perseguindo-o e combatendo-o em todos os terrenos. (TOGLIATTI, 1978, p. 130-131).

No contexto de 1918 na Alemanha, em oposição aos socialistas-revolucionários, sobretudo o Partido Social Democrático Independente e a Liga Spartacus, ocorreram formações e mobilizações de tropas do governo com o auxílio de voluntários de direita formando as denominadas *Freikorps*.

A República de Weimar sofreu uma tentativa de golpe entre 1919 e, efetivamente, em 1920, com a complacência dos militares, liderados pelos generais von Kapp e Lüttwitz. Diante do quadro de suplantação da legalidade institucional os levantes organizados por socialdemocratas

independentes e comunistas em diversas cidades tentaram responder à tentativa de golpe com greves e mobilização de trabalhadores. Sobretudo, o espírito combativo era influenciado pelo êxito dos socialistas revolucionários russos de 1917.

As Freikorps, assim como as milícias do *Fasci Italiani di Combattimento*, eram compostas de milhares de soldados que retornaram da Guerra em 1918 e que foram mobilizados por agrupamentos chauvinistas existentes no período, para o combate aos comunistas. Cujo exemplo pode ser observado no Partido dos Trabalhadores da Alemanha de Aston Drexler, que teve como membro já em 1919 o famigerado combatente da Primeira Guerra, que lançaria depois de alguns anos um livro, cujo título original era: “Quatro anos e meio de luta, contra mentiras, estupidez e covardia”, título alterado pelos editores para maior vendagem para “Minha Luta”.

A repressão aos trabalhadores fortaleceu a formação e mobilização de organizações paramilitares que prestaram serviços ao governo republicano, com apoio de parte da socialdemocracia, diante do quadro de instabilidade. Sendo as Freikorps apoiadas pelo Ministro da Defesa Gustav Noske e utilizadas para derrotar a Liga Spartacus e assassinar seus líderes Liebnecht e Luxemburgo. Após a derrota da tentativa de golpe na República de Weimar, Rosenhaft (2008, p. 3) aponta o contexto de confrontos entre os opositores e “a violência e agitação anti-republicana” e afirma que “os grupos mais profundamente envolvidos neste tipo de luta foram organizações paramilitares (ROSENHAFT, 2008, p. 3) de vários partidos”.

Como foi apontado nos textos de Lênin, escritos entre 1913 e 1918, analisados nesta investigação, o nacionalismo era um dispositivo ideológico para a colaboração de classes no contexto de guerra e violência. Estes aspectos são evidenciados nos textos “A classe operária e a questão nacional (1913)”, “A Guerra e Social Democracia na Rússia (1914)”, “A situação e as tarefas da Internacional Socialista (1914)”, “O oportunismo e a falência da II Internacional (1916)” e “O socialismo e a guerra (1918)”.

O chauvinismo é entendido por Lênin como forma de manipulação dos trabalhadores para o contexto de guerra. Nesse sentido, através de fundamentos lukacsianos, propõem-se a interpretação do chauvinismo

como forma e teleologia secundária, enquanto forma de práxis manipulatória no contexto de luta de classes.

LÊNIN, PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A CRÍTICA AS IDEOLOGIAS CHAUVINISTAS

A utilização da categoria chauvinismo difundida por Vladimir Ilich Lênin, inicialmente, durante o período que antecedeu a Primeira Guerra, foi ampliada na sua utilização e potencial crítico, principalmente no sentido de denuncia das tentativas de cooptação das lideranças da Segunda Internacional, da manipulação dos trabalhadores europeus para apoiar seus respectivos países no conflito.

Em Lênin a expressão ganha conotação potencial para ser compreendida e utilizada como categoria crítica orientada em critérios históricos e alicerçada na perspectiva marxiana da teoria das classes sociais, como apontado. Assim, as análises dos escritos de Lênin são aqui apresentadas para evidenciar a sua contribuição, no desenvolvimento da referida expressão em categoria histórica.

Em maio de 1913, Lênin escreveu em “A classe operária e a questão nacional” (LÊNIN, 1984b), que a política governamental russa e a política dos latifundiários com o apoio da burguesia, estavam impregnadas de nacionalismo, advertindo que esta política se voltava contra a maioria da população de um “país heterogêneo”, onde a burguesia procura corromper os operários com palavras de ordem nacionalistas. Segundo Ilich, sob a perspectiva de uma democracia operária, nenhum privilégio deveria ser dado a nenhuma nação ou minoria nacional no sentido de legitimação de ideologias que defendem a “opressão ou a desigualdade das nações”: “Ao mesmo tempo levanta a cabeça o nacionalismo burguês das outras nações [...] procurando desviar a classe operária, através da luta nacional ou da luta por uma cultura nacional, das suas grandes tarefas mundiais” (LÊNIN, 1984b, p. 99).

A interpretação do chauvinismo enquanto antítese do internacionalismo proletário, enquanto fundamento persuasivo para a aceitabilidade e cooptação dos trabalhadores dos principais países europeus para a guerra imperialista, foi apontada no referido escrito de 1913.

Os trabalhadores, entretanto deveriam, em contraposição a propaganda chauvinista, afirmar os laços de solidariedade e internacionalismo:

Os operários criam em todo o mundo a sua cultura internacional. [...] Ao velho mundo, ao mundo da opressão nacional, das querelas nacionais ou do isolamento nacional, os operários opõe o novo mundo da unidade dos trabalhadores de todas as nações, no qual não há lugar para nenhum privilégio nem para a mínima opressão do homem pelo homem (LÊNIN, 1984b, p. 99).

Lênin no contexto de deflagração da guerra na Europa em 1914 escreveu importantes textos de denúncia do nacionalismo manipulatório naquele primeiro ano de conflito. Como o texto escrito em novembro de 1914 “A situação e as tarefas da Internacional Socialista” (LÊNIN, 1984c). Neste escrito, destaca-se a acusação de que os “representantes oficiais do socialismo europeu” haviam se rendido “a adaptação ao nacionalismo burguês” (LÊNIN, 1984c, p. 171).

No referido texto de 1914 é realizado um balanço da divisão das lideranças da II Internacional na questão do apoio a guerra. Lênin critica Plekhánov, porém, coloca a ressalva que não há unanimidade na socialdemocracia em relação ao discurso de “defesa nacional”, referindo-se aos socialistas franceses. Entre os ingleses, Lênin denuncia que o Partido Socialista Britânico “desembocou completamente para o chauvinismo, tal como a maioria dos dirigentes semiliberais das trade-unions”. Em relação aos alemães, Lênin afirmava que os oportunistas eram vitoriosos e que a ala centrista representada por Kautsky havia também se corrompido, aparentando neutralidade, mas de fato apoiando a guerra. As menções positivas foram direcionadas a atuação de resistência dos socialdemocratas revolucionários. Lênin se refere a Mehring, Pannekoek e Karl Liebknecht.

Na Itália a referência é feita em relação à atuação “dos socialdemocratas revolucionários (o ‘partido socialista’), encabeçado pelo *Avanti!*, lutam contra o chauvinismo e desmascaram o caráter burguês interesseiro dos apelos a guerra [...]” (LÊNIN, 1984c, p. 173).

Em novembro de 1914 escreveu em “A situação e as tarefas da Internacional Socialista”, a denúncia do chauvinismo, como modalidade de nacionalismo burguês e, como consequência, a crítica a colaboração de

classes, como resultado da ideologia e “unidade nacional”. O contexto de guerra leva Lênin a evidenciar o oportunismo dos líderes socialdemocratas na Europa que, segundo ele, haviam colaborado para a formação de uma mentalidade chauvinista entre os trabalhadores, sendo o predomínio dos oportunistas responsável pela cooptação de parte dos trabalhadores e socialistas reformistas, legitimando discursos patrióticos.

Lênin denunciava em seus escritos que o clima de guerra havia revelado “com particular rapidez e agudeza as reais dimensões desse predomínio”, o oportunismo e a acusação de colaboração de classes era direcionada a crítica aos líderes da II Internacional:

O mais penoso na crise atual é a vitória do nacionalismo burguês, do chauvinismo, sobre a maioria dos representantes oficiais do socialismo europeu. Não é por acaso que os jornais burgueses de todos os países hora escarnecem deles, hora os elogiam com condescendência. E não há tarefa mais importante para quem quiser manter-se socialista do que esclarecer as causas da crise socialista e analisar as tarefas da internacional. Há pessoas que receiam em reconhecer a verdade de que a crise, ou mais exatamente a falência, da II Internacional é a falência do oportunismo. [...] A defesa da colaboração das classes, a renúncia à ideia da revolução socialista e aos métodos revolucionários de luta, a adaptação ao nacionalismo burguês, o esquecimento do carácter historicamente transitório das fronteiras da nacionalidade ou da pátria, a transformação da legalidade burguesa num fetiche, a recusa do ponto de vista de classe e da luta de classe com receio de afastar as “amplas massas da população” (leia-se: a pequena burguesia) – Tais são indubitavelmente as bases ideológicas do oportunismo. Foi precisamente neste terreno que cresceu a atual mentalidade chauvinista, patriótica, da maioria dos chefes da II Internacional. (LÊNIN, 1984c, p. 171-172).

A defesa da concepção de que “os operários não têm pátria” foi retomada como pressuposto fundamental do internacionalismo dos trabalhadores para que se antagonizem aos apelos patrióticos. Lênin lembra que as noções de nacionalidade e pátria são “formas necessárias do sistema burguês”. O sistema socialista deve engendrar formas superiores de organização social que superem os limites da concepção do “velho quadro da pátria”:

A questão da pátria – responderemos nós aos oportunistas – não pode ser colocada ignorando o carácter histórico concreto da guerra atual. É uma guerra imperialista isto é, uma guerra da época do capitalismo

mais desenvolvido, a época do *fim* do capitalismo. A classe operária deve primeiro (constituir-se a si mesmo como nação) diz o *Manifesto Comunista*, indicando em que *limites e condições* nós reconhecemos a nacionalidade e a pátria, como formas necessárias do sistema burguês e também, por conseguinte, a pátria burguesa. [...] E acerca desta época, acerca das tarefas do proletariado na luta pela destruição não do feudalismo, mas do capitalismo, o Manifesto Comunista diz clara e definitivamente: “os operários não tem pátria”. [...] O movimento socialista não pode vencer no velho quadro da pátria ele cria formas novas, superiores, da convivência humana, em que as necessidades legítimas e as aspirações progressistas das massas trabalhadoras de qualquer nacionalidade serão, pela primeira vez, satisfeitas em unidade internacional, como a abolição das atuais fronteiras nacionais. Às tentativas da burguesia contemporânea de dividir e desunir os operários através das referências hipócritas à “defesa da pátria”, os operários conscientes responderão com novas e repetidas tentativas para criar a unidade dos operários das diferentes nações na luta pelo derrubamento da burguesia de todas as nações. (LÊNIN, 1984c, p. 174).

A estratégia de Lênin, já em desenvolvimento em 1914 em suas análises de conjuntura, é que a guerra imperialista deveria ser transformada em guerra civil, como afirmava a estratégia deliberada nas resoluções do Congresso Basileia². No referido escrito de novembro de 1914 são lançadas as bases de uma conclamação da necessidade de utilização da estratégia de guerra civil diante da explosão das guerras nacionais. Seria o papel do que Lênin denomina de “uma linha de trabalho” comum entre socialdemocratas revolucionários, com ele denomina no período a ala esquerda da socialdemocracia:

Não votar os créditos de guerra, não tolerar o chauvinismo do “seu” país (e dos países aliados), combater em primeiro lugar o chauvinismo da “sua” burguesia, não se limitar as formas legais de luta quando surgiu uma crise e a própria burguesia anulou a legalidade por ela criada – tal é a *linha* de trabalho que *conduz* a guerra civil e que a ela conduzirá num ou noutro momento da conflagração européia. (LÊNIN, 1984c, p. 175).

² “Resolução de Basileia: manifesto sobre a guerra aprovado em 25 de novembro de 1912 no Congresso Socialista Internacional extraordinário realizado em Basileia. O congresso foi convocado para decidir a questão da luta contra o perigo da guerra imperialista mundial. O manifesto aprovado pelo congresso revelava os objetivos de pilhagem da guerra em preparação pelos imperialistas e chamava os operários de todos os países a travar uma luta decidida pela paz, contra a ameaça de guerra. Em caso de eclosão de uma guerra imperialista, o manifesto recomendava aos socialistas que utilizassem a crise econômica e política criada pela guerra para lutar pela revolução socialista.” (LÊNIN, 1984c, p. 435).

No escrito de 1914, “A Guerra e a Social-Democracia na Rússia” (LENIN, 1984a), o líder bolchevique denunciou a cooptação dos principais partidos da socialdemocracia europeia, assim como, as justificativas aparentemente patrióticas e alienantes de participação no conflito militar internacional, em benefício dos interesses dos grupos hegemônicos, sob o mito de “defesa da pátria” e em detrimento da organização classista dos trabalhadores³.

A Guerra e a Socialdemocracia da Rússia foi um dos primeiros escritos de Vladimir Lênin a instrumentalizar a expressão chauvinismo, enriquecendo-a com novas determinações e para o desenvolvimento enquanto categoria de análise, com mediações para a análise de explicação acerca das formas de metamorfose das ideologias de direita, sobretudo a sua função social, em conjunturas de crise:

[...] desviar a atenção das massas trabalhadoras das crises políticas internas da Rússia, Alemanha, Inglaterra e de outros países, a desunião e o entontecimento nacionalista dos operários e o extermínio da sua vanguarda com o objetivo de debilitar o movimento revolucionário do proletariado — tal é o único real conteúdo, significado e sentido da atual guerra. (LENIN, 1984a).

Para Lênin a tarefa dos bolcheviques era esclarecer aos trabalhadores sobre as causas reais da propaganda patriótica: a guerra por territórios e mercados, a evidência desta orientação materializada na corrida armamentista entre países imperialistas:

Sobre a socialdemocracia recai antes de mais nada o dever de revelar este verdadeiro significado da guerra e desmascarar implacavelmente a mentira, os sofismas e as frases «patrióticas» difundidas pelas classes dominantes, pelos latifundiários e pela burguesia em defesa da guerra. (LENIN, 1984a).

³ “O manifesto A Guerra e a Social-Democracia da Rússia foi o primeiro documento oficial do CC do POSDR que exprimiu a posição do partido bolchevique em relação à guerra mundial imperialista que se tinha iniciado. O manifesto teve ampla difusão na Rússia e no estrangeiro. Como documento oficial que expunha a posição do POSDR em relação à guerra, o manifesto foi enviado para o Bureau Socialista Internacional (órgão executivo da II Internacional - ver a nota n° 186) e para alguns jornais socialistas de Inglaterra, Alemanha, França, Suécia e Suíça. Por instrução de V. I. Lênine, o manifesto do CC do POSDR foi enviado à conferência dos socialistas dos países neutrais.” (LENIN, 1984a. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/09/28.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2011).

O chauvinismo apresentava-se para Lênin no contexto pré-guerra como uma forma reativa e particular de fundamentação de valorização nacionalista como concepção ideológica instrumental para sedimentação de valores e crenças que proporcionassem a adesão da população dos países imperialistas europeus para guerras. O nacionalismo de caráter chauvinista foi aplicado como manifestação antagônica, defensiva e reificada de contraposição ao internacionalismo dos trabalhadores:

Mas para enganar o proletariado e desviar a sua atenção da única guerra verdadeiramente libertadora, isto é, da guerra civil contra a burguesia tanto do «seu» país como dos países «alheios», para atingir este elevado fim a burguesia de cada país procura exaltar com frases falsas sobre patriotismo o significado da «sua» guerra nacional e assegurar que aspira a vencer o inimigo não para a pilhagem e a conquista de terras, mas para «libertar» todos os outros povos salvo o seu. Mas quanto mais zelosamente os governos e a burguesia de todos os países procuram desunir os operários e lançá-los uns contra os outros, quanto mais ferozmente é empregado para este elevado fim o sistema do estado de guerra e da censura militar (que persegue muito mais, mesmo agora, durante a guerra, o inimigo «interno» do que o externo), tanto mais imperioso é o dever do proletariado consciente de defender a sua coesão de classe, o seu internacionalismo, as suas convicções socialistas, contra o chauvinismo desenfreado da clique «patriótica» burguesa de todos os países. Renunciar a esta tarefa por parte dos operários conscientes significará renunciar a todas as suas aspirações libertadoras e democráticas, sem falar já das socialistas. (LENIN, 1984a).

Para Lênin, em oposição a lógica de adesão a legitimidade “patriótica” para a “guerra defensiva”, presente nas principais lideranças da II Internacional, ele retomava os Manifesto de 1848; “os operários não tem Pátria”:

Os oportunistas fizeram fracassar as decisões dos congressos de Stuttgart, de Copenhague e de Basileia, que obrigavam os socialistas de todos os países a lutar contra o chauvinismo em todas e quaisquer condições, que obrigavam os socialistas a responder a qualquer guerra desencadeada pela burguesia e pelos governos com a redobrada propaganda da guerra civil e da revolução social. A bancarrota da II Internacional é a bancarrota do oportunismo que se desenvolveu sobre a base das particularidades de uma época histórica passada (a chamada época «pacífica») e que nos últimos anos passou a dominar de facto na Internacional. Os oportunistas há muito que preparavam esta bancarrota, negando a revolução socialista e substituindo-a pelo reformismo

burguês; negando a luta de classes e a sua necessária transformação, em determinados momentos, em guerra civil e defendendo a colaboração de classes; pregando o chauvinismo burguês sob o nome de patriotismo e de defesa da pátria e ignorando ou negando a verdade fundamental do socialismo, já exposta no Manifesto Comunista de que os operários não têm pátria [...] (LENIN, 1984a).

Em “O oportunismo e a falência da II Internacional” (LÊNIN, 1984d) escrito em janeiro de 1916, a particularidade da ideologia chauvinista enquanto expressão de uma conjuntura singular, de militarização da sociedade para a subjugação de territórios alheios, sob o estandarte das bandeiras nacionais e discursos patrióticos, é fundamentada, segundo Lênin. A nova conjuntura, em sua singularidade, se distinguiria enquanto um novo contexto de expansão militarista e disputas territoriais entre as nações imperialistas. O chauvinismo enquanto manifestação ideológica de uma nova conjuntura de conflitos demarcava os reflexos superestruturais de uma nova etapa do sistema capitalista que estava suplantando o período de 1789 a 1871, que foi segundo Lênin, à época do capitalismo progressista. Segundo Lênin: “Do reconhecimento de uma guerra como guerra de libertação nacional decorre uma tática, do seu reconhecimento como guerra imperialista decorre outra” (LÊNIN, 1984d, p. 280).

A crítica de traição aos valores do internacionalismo proletário é confirmada na acusação endereçada aos líderes da II Internacional, que mesmo sendo signatários do Manifesto de Basileia, como Kautsky, não haviam se posicionado de forma condenatória em relação ao apoio dos social-democratas alemães em relação a guerra. Segundo Lênin, de acordo com o conteúdo do manifesto a guerra tinha um caráter “espoliador, imperialista e reacionário”, e enfatiza; “o caráter que transforma a admissibilidade da defesa da pátria numa insensatez do ponto de vista teórico num absurdo do ponto de vista prático” (LÊNIN, 1984d, p. 281).

O período de 1789 a 1871 foi a época do capitalismo progressista, em que na ordem do dia da história estava o derrube do feudalismo e do absolutismo, a libertação do jugo estrangeiro. Nesse terreno, e só nele era admissível a “defesa da pátria”, isto é, a defesa contra a opressão. Este conceito poderia ainda hoje ser aplicado a uma guerra contra as grandes potências imperialistas, mas seria absurdo aplicá-lo à guerra entre as grandes potências imperialistas, à guerra na qual se trata de

saber quem pilhará mais os países balcânicos, a Ásia Menor, etc. Não é por isso de espantar que os “socialistas” que reconhecem a “defesa da pátria” na presente guerra evitem o manifesto da Basileia como o ladrão evita o lugar do roubo. É que o manifesto demonstra que eles são sociais-chauvinistas, isto é, socialistas em palavras e chauvinistas na realidade, que ajudam a “sua” burguesia a pilhar países estrangeiros, a subjugar outras nações. O que é essencial na noção de “chauvinismo” é a defesa da “sua” pátria mesmo quando as ações desta visam escravizar as pátrias alheias. (LÊNIN, 1984d, p. 280).

Lênin, afirmava que os partidos socialdemocratas da Europa estavam prestando um serviço a burguesia e que setores da socialdemocracia alemã já haviam diagnosticado que seria perigoso se a socialdemocracia se deslocasse ainda mais para a direita, advertindo que se a imagem de um partido socialista não fosse mantida naquele período, no dia em que os socialdemocratas renunciassem esta identificação, surgiria um partido que adotaria um programa político radicalizado. A referência citada por Lênin é da revista *Preussische Jahrbücher*, de abril de 1915:

Um dos membros da socialdemocracia alemã, que publicou em abril de 1915, sob o pseudônimo de Monitor, um artigo na revista reacionária-*Preussische Jahrbücher*, exprime com uma franqueza digna de agradecimento as concepções desses oportunistas em todos os países do mundo. Monitor considera que seria para a burguesia muito perigoso que a social-democracia se deslocasse ainda mais para a direita: “Ela deve manter o caráter de partido operário com ideais socialistas. Porque no dia em que ela renunciar a isso, surgirá um novo partido, que adotará o velho programa do partido anterior e lhe dará uma formulação ainda mais radical (*Preussische Jahrbücher*, 1915, n. 4, p. 50-51)”. (LÊNIN, 1984d, p. 285).

Com o início da Primeira Guerra Mundial e a cooptação de importantes lideranças da II Internacional Comunista se intensificou a antagonização entre socialistas revolucionários e socialistas reformistas, Lênin foi um dos principais formuladores da crítica a estratégia de propaganda patriótica que estava sendo lançada aos trabalhadores europeus.

O apoio dos principais partidos socialdemocratas da Europa ocidental a entrada de seus respectivos países no conflito levou Lênin a instrumentalizar a expressão chauvinismo com novas determinações históricas

relacionadas ao papel do nacionalismo como fundamento burguês para legitimação da corrida imperialista, como evidenciado nos seus escritos do período da Primeira Guerra Mundial, aqui selecionados.

A brochura “O socialismo e a guerra” (LÊNIN, 1984e), concluída em agosto de 1918, aponta com objetividade a necessidade de compreensão, segundo Lênin, das “particularidades históricas da guerra atual”. Segundo ele era necessário distinguir as modalidades de guerra, sendo legítima para ele as guerras civis efetuadas pelas classes oprimidas, as guerras de libertação nacional realizadas por colônias dominadas pelas potências coloniais, ocorrendo neste sentido guerras progressistas. Entretanto, para Lênin, a guerra internacional iniciada em 1914 era um conflito entre frações da burguesia dos países imperialistas europeus.

Nesse sentido, advertia: os “socialistas condenam as guerras entre os povos como coisa bárbara e brutal” (LÊNIN, 1984e, p. 229), assim identificava e analisava a relação entre as guerra e a luta de classes: “[...]É precisamente assim que a atual burguesia, imperialista, mistificaos povos por meio da ideologia “nacional” e do conceito de defesa da pátria na presente guerra [...]” (LÊNIN, 1984e, p. 231).

Com a guinada política transformista das lideranças da II Internacional, como Kautsky, a expressão chauvinismo foi instrumentalizada por Lênin como social-chauvinismo, denominação utilizada então para acrítica aos líderes socialdemocratas que estavam, como apontado, orientando os trabalhadores para o apoio a guerra através da ideia de defesa da nação e proteção da pátria.

No VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou em 1928, foi aprovada as teses do “Terceiro período do capitalismo internacional”. As teses, de forma esquemática, afirmavam, entre outros pontos, que o período naquele contexto era de relativa estabilidade social e expansão das principais economias capitalistas, onde os trabalhadores comunistas deveriam entrar numa tática defensiva, e centrar sua antagonização com os socialdemocratas (ROSENHAFT, 2008, p. 31).

A expressão chauvinismo nestes referidos textos de Lenin críticos a capitulação de lideranças da II Internacional foi articulada como ter-

mo social-chauvinismo. Assim, social-chauvinismo tornou-se expressão de embate, na crítica aos socialdemocratas cooptados:

O social-chauvinismo é a defesa da ideia de “defesa da pátria” na presente guerra. Dessa ideia decorrem, seguidamente, a renúncia à luta de classes durante a guerra, a votação dos créditos de guerra, etc. De fato, os social-chauvinistas praticam um política antiproletária, burguesa, pois de fato, preconizam não a “defesa a pátria”, no sentido de luta contra a opressão estrangeira, mas o “direito” de tais ou tais “grandes” potencias de pilhar as colônias e de oprimir outros povos. Os sociais-chauvinistas repetem a mistificação burguesa do povo segundo o qual a guerra é travada pela defesa da liberdade e da existência das nações, e passam assim para o lado da burguesia contra o proletariado. São social-chauvinistas tanto aqueles que justificam e embelezam os governos e a burguesia de um dos grupos de potência beligerantes como aqueles que, a exemplo de Kautsky, reconhecem aos socialistas de todas as potências beligerantes igual direito há “defender a pátria”. O social-chauvinismo que é de facto a defesa dos privilégios, das vantagens, das pilhagens, e das violências da “sua” burguesia (ou de qualquer burguesia em geral) imperialista, constitui uma completa traição a todas as convicções socialistas e à resolução do Congresso Socialistas Internacional de Basiléia. (LÊNIN, 1984e, p. 236-237).

A crítica ao oportunismo da “aristocracia operária” e a sua lógica de colaboração de classes foi ponto essencial da polêmica de Lênin como os apologetas dos ideais de “defesa da pátria”:

O conteúdo ideológico-político do oportunismo e do social-chauvinismo é o mesmo: a colaboração de classes em vez da sua luta, a renúncia aos meios revolucionários de luta, a ajuda ao ‘seu’ governo em situação difícil em vez da utilização das suas dificuldades para a revolução. Se consideramos todos os países europeus no conjunto, se não tivermos em atenção personalidades isoladas (mesmo as de maior prestígio), verificaremos que foi precisamente a *corrente* oportunista que se tornou o principal esteio do social-chauvinismo, e no campo dos revolucionários se ouve por quase toda a parte um protesto mais ou menos consequente contra ele. (LÊNIN, 1984e, p. 240).

As teses do VI Congresso da Internacional Comunista ratificaram a interpretação de Lênin acerca da cooptação e abandono do princípio da luta de classes pela II Internacional e pela aristocracia operária, repre-

sentada pela atuação de líderes sindicais e partidários. Segundo, Rosenhaft (2008, p. 32), a situação de capitulação foi apontada como; “o aburguesamento deliberado da burocracia sindical, a disponibilidade de socialdemocratas no governo a recorrer a instrumentos existentes de repressão, e seu apoio decidido da política externa antissoviética”.

As lideranças cooptadas que ocasionaram a falência da II Internacional foram acusadas, nos escritos de Lênin de “traição ao socialismo” por “migalhas dos lucros obtidos por ‘sua’ burguesia nacional com a pilhagem de outras nações”:

Os socialistas de todo o mundo declararam solenemente em 1912 em Basiléia que consideravam a futura guerra européia como uma empresa “criminosa” e reacionaríssima de todos os governos que devia acelerar a derrocada do capitalismo, gerando inevitavelmente a revolução contra ele. Começou a guerra, começou a crise. Em vez da tática revolucionária a maioria dos partido social-democratas aplicaram uma tática reacionária colocando-se ao lado de seus governos e da sua burguesia. Essa traição ao socialismo significa a falência da II Internacional (1889-1914), e nós devemos aperceber-nos do que causou esta falência, do que gerou o social-chauvinismo, daquilo que lhe deu força. (LÊNIN, 1984e, p. 239).

A análise da conjuntura da sociedade russa ainda sob o domínio czarista no prelúdio da Primeira Guerra realizada por Lênin, no segundo capítulo da brochura “O socialismo e a guerra”, denominado “As classes e os partidos na Rússia”, revela também o apoio da “classe dos latifundiários e as camadas superiores da burguesia comercial-industrial apoiaram a política belicista do governo czarista”. Assim como camadas da média burguesia urbana, de parte da intelectualidade burguesa e de profissionais liberais “foram também contaminadas pelo chauvinismo”, afirmando Lênin que a burguesia liberal russa havia tomado definitivamente o caminho da contrarrevolução. Entre os trabalhadores, Ilich denunciou que até mesmo entre frações do campesinato, seus dirigentes haviam conseguido com a ajuda da imprensa burguesa e do clero “suscitar um estado de espírito chauvinista” (LÊNIN, 1984e, p. 247).

O estudo da correlação de força entre as classes sociais na Rússia no contexto pré-guerra proporciona a Lênin a compreensão de que entre o proletariado russo a conjuntura de grandes mobilizações e greves entre 1905

a 1015 havia desenvolvido, segundo expressão gramsciana, “um espírito de cisão” entre os trabalhadores, que proporcionou uma barreira ideológica contra as tentativas de instrumentalização de um “sentimento patriótico” e de “defesa nacional”; O proletariado é a única classe na Rússia à qual não foi possível inocular os germes do chauvinismo” (LÊNIN, 1984e, p. 248).

Lênin observava uma nova etapa de condições revolucionárias contra a ordem vigente: “Os anos de 1912-1914 foram marcados pelo início de um novo e grandioso ascenso revolucionário na Rússia. De novo assistimos a um grande movimento grevista, sem precedentes no mundo” (LÊNIN, 1984e, p. 249).

A guerra imperialista deveria ser entendida como ocasião propícia para a organização dos trabalhadores. Diante dos conflitos da conjuntura, a guerra imperialista deveria ser direcionada para se transformar em guerra civil dos trabalhadores contra as burguesias nacionais.

O internacionalismo dos trabalhadores está articulado, segundo Lênin com a valoração do direito dos trabalhadores oprimidos a sua autodeterminação:

Um socialista de uma nação que seja uma grande potência ou possua colônias que não defende este direito é um chauvinista [...] Os socialistas das nações oprimidas, por sua vez, devem obrigatoriamente lutar pela completa unidade (incluindo organizativa) dos operários das nações oprimidas e opressoras”. [...] Não pode ser socialista um proletariado que admite a mínima violência da ‘sua’ nação sobre outras nações. (LÊNIN, 1984e, p. 246).

No capítulo terceiro da brochura “O socialismo e a guerra”, Lênin argumenta sobre a necessidade urgente de uma nova Internacional que pudesse depurar os chauvinistas e os centristas (como Kautsky). Utilizando a expressão social-chauvinistas como crítica aos socialdemocratas, Lênin defende que entre os trabalhadores europeus a III Internacional deveria ser organizada sobre bases revolucionárias e, como resultado da necessidade de uma organização de bases internacionalistas, em oposição ao nacionalismo presente entre trabalhadores ludibriados pela propaganda patriótica:

Compreende-se perfeitamente que para tornar realidade uma organização marxista *internacional* é necessário que exista a disposição de criar

partidos marxistas independentes em diversos países” [...] O futuro próximo mostrará se já amadureceram as condições para a criação de uma nova internacional marxista. Se sim, o nosso partido aderirá com alegria a essa III Internacional depurada do oportunismo e do chauvinismo. (LÊNIN, 1984e, p. 258-259).

Os escritos de Lênin entre 1913 a 1918, aqui referenciados, revelam a perspectiva da compreensão das relações entre o reformismo no movimento operário e a adesão ao clamor patriótico, identificando as práticas reformistas da II Internacional no período, como expressão da renúncia do imperativo da construção de uma “sociedade regulada” sob a perspectiva de auto-organização dos trabalhadores e a sua substituição pela política imperialista burguesa e pela lógica de colaboração de classes.

Os textos selecionados apontam as relações entre o chauvinismo como forma de práxis manipulatória na corrida por territórios e para a guerra, formulando assim, os fundamentos explicativos sobre a particularidade da guerra naquele contexto, a distinção dos diferentes tipos de guerras e qual deveria ser a posição dos socialistas sobre este ponto naquela conjuntura. Assim, a guerra imperialista criava potencial contexto de guerra civil, sendo esboçado para este cenário uma teorização acerca do papel dos socialistas revolucionários no contexto de crise e a estratégia de antagonização ao clamor chauvinista sob a perspectiva do internacionalismo dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES: A PARTICULARIDADE DAS IDEOLOGIAS CHAUVINISTAS COMO PRÁXIS MANIPULATÓRIA COMO FORMA DE TELEOLOGIA SECUNDARIA

A prévia- ideiação, o planejamento que antecede e dirige a ação, ao ser levada a prática, materializa-se, objetiva-se, propiciando causalidades e novos nexos causais no mundo objetivo. Nesse sentido, a categorização das ideologias chauvinistas como expressões, em sentido lukácsiano, de teleologias secundárias é compreendida aqui enquanto projeção de uma finalidade de ação, gerando novos nexos causais nas disputas e conflitualidades dentro da sociedade civil e da sociedade política.

Um processo de objetivação para ter êxito deve ter por base um efetivo setor da realidade que se pretende influenciar. Assim, as finalidades são sempre socialmente construídas, na lógica lukacsiana compreendida como *intentio recta*, mirando a busca e seleção dos meios que impulsionem a consciência para além de si própria. Entende-se aqui que, nesse sentido, as transformações na esfera do ser social e as novas determinações políticas possibilitaram a reconfiguração e metamorfose de elementos da tradição conservadora transmutada ao chauvinismo das autocracias das primeiras décadas do século XX. Com novas fórmulas organizacionais que se propunham a um projeto político nacionalista, corporativista, centralizado, e fortemente hierárquico, emerge a figura do líder ou do partido, que sustentada através da utilização de técnicas de propaganda modernas que se apresentavam como novas ferramentas políticas para mobilização social. As ações através da propaganda política são mediações que propiciam, possibilidades no agir, mediações estas que ocorrem na consciência e se manifestam nas práticas sociais enquanto fenômenos históricos.

Com o desenvolvimento das novas determinações na esfera do ser social, as relações sociais reificadas, que articulam os homens entre si e com a natureza, assumem uma objetividade própria, elas assumem a aparência de uma segunda natureza. Nessa situação a vida em sociedade recebe determinações que na imediaticidade lhe parecem externas; por exemplo, a concepção das comunidades nacionais como comunidades naturais e o entendimento do indivíduo enquanto componente de um corpo social que precisa ser defendido.

Para Lukács estas concepções são denominadas de ontologias fictícias, tais ontologias fornecem uma compreensão incongruente da esfera social, situando os indivíduos numa determinada relação equivocada com o existente.

As ideologias autocráticas chauvinistas têm a finalidade e a função social de ordenamento em sociedades que experimentam conflitos classistas e contradições inerentes ao funcionamento sistêmico da ordem social do capital. Assim, seguindo os pressupostos de Lukács, estas ideologias são aqui entendidas enquanto *teleologias secundarias*; aquelas voltadas a persuasão de outros indivíduos para que ajam de determinada maneira, influenciando sua visão de mundo, também influenciando sua reprodução social.

A própria existência de ontologias fictícias ao colocarem os problemas relativos às finalidades de existência colabora como fator propiciador de tomada de consciência reificada, na sua dimensão social ocasionando consequências éticas desagregadoras⁴.

A busca de sentidos para a vida em sociedade é um complexo de proposições, que propiciam a origem de novos complexos sociais, expressados em filosofias e ideologias políticas. Como aponta Sérgio Lessa (1996, p. 44), “fazendo uma contraposição com o *intentio recta*, o *intentio obliqua* se constitui enquanto uma interpretação globalizante do existente a partir de uma antropomorfização do ser”, conferindo sentido a uma ordem universal marcada. Como a concepção maniqueísta representada numa interpretação reificada entre nacionalismos de direita e as tendências da esquerda ou entre as disputas entre a preservação das comunidades nacionais contra o internacionalismo marxista. As ideologias autocráticas chauvinistas são uma forma de ontologias fictícias, manifestações ideológicas que servem para tornar conscientes e operativas a práxis social dos homens (LESSA, 1996 p. 52). Nesse sentido, a complexificação das relações sociais propicia origem a complexos sociais específicos que tem a função de regular a práxis social de modo a tornar possível (operativa) a reprodução da sociedade.

Nesse sentido o chauvinismo enquanto práxis manipulatória é uma manifestação ideológica de ordenamento social. Segundo afirmou György Lukács ao referir-se as ideologias:

Se agora e mais tarde falarmos de ideologias em contextos mais amplos, estas não devem ser entendidas no sentido enganoso da palavra (como uma consciência antecipadamente falsa da realidade), mas, assim como Marx as determinou no prefácio de *Para a crítica da economia política*, como formas nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito e o combatem (LUKÁCS, 2010, p. 38).

⁴ Segundo Sérgio Lessa (1996): “Apenas assinalamos como, nesse contexto, uma interpretação falseada, uma ontologia fictícia, pode jogar um papel fundamental para o desenvolvimento do gênero humano. Normalmente, tal ontologia fornece uma compreensão provisória do cosmos que situa o homem em uma determinada relação com o existente, influenciando o desenvolvimento de sua visão de mundo e, deste modo, também influenciando, mais ou menos diretamente, sua própria reprodução social. A própria existência de uma ontologia fictícia, ao colocar o problema de uma vida plena de sentido, é fator importante para uma tomada de consciência, em escala social, dessa problemática e das suas ressonâncias éticas, morais [...] Esse impulso à constituição de “ontologias fictícias [...] Lukács denomina de *intentio obliqua*. Fazendo uma contraposição com a *intentio recta*, a *intentio obliqua* se constitui enquanto uma interpretação globalizante do existente a partir de uma antropomorfização do ser. A teleologia, categoria puramente social, é estendida a toda natureza, convertendo-se em categoria que confere sentido à ordem universal. A teleologia, de humana e restrita ao ser social, [...]” (LESSA, 1996, p. 41-43).

Assim, as concepções autocráticas chauvinistas representam na perspectiva aqui defendida uma proposição de ordenamento social de intervenção e mobilização marcados por pressupostos de colaboração entre as classes, de forma defensiva sob o fundamento do patriotismo exacerbado para a mobilização social em defesa da ordem.

Neste sentido, os textos de Lênin escritos entre 1913 e 1918, acerca da influência do chauvinismo no contexto europeu de guerra, proporciona entendimento sobre como este é um fundamento autocrático e manipulatório para um contexto de crise. Os escritos de Lênin que fazem referência ao chauvinismo continuam pontuais, em suas dimensões analíticas e estratégicas, diante da conjuntura crise e permanência destes valores regressivos, manifestados de forma pretérita e contemporânea.

REFERENCIAS

HOBSBAWN, E. Os intelectuais e o antifascismo. In: HOBSBAWN, E. *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 257-314.

HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENIN, V. I. A guerra e a social-democracia na Rússia. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/09/28.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2011. In: LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. 5. ed. Lisboa: Edições Avante!; Moscou: Edições Progresso, 1984a.

LÊNIN, V. I. A classe operária e a questão nacional. 1913. In: LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em seis Tomos*. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1984b. t. 2.

LÊNIN, V. I. A situação e as tarefas da Internacional Socialista. 1914. In: LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em seis Tomos*. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1984c. t. 2.

LÊNIN, V. I. O oportunismo e a falência a II Internacional, 1916. In: LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em seis Tomos*. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1984d. t. 2.

- LÊNIN, V. I. O socialismo e a guerra, 1918. In: LÊNINE, V. I. *Obras escolhidas em seis Tomos*. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1984e. t. 2.
- LESSA, Sérgio. *Ontologia de Lukács*. Maceió: Edufal, 1996.
- LUKACS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKACS, G. *Lênin*: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ROSENHAFT, E. *Beating the fascists? The german communists and political violence 1929-1933*. London: Cambridge University Press 2008.
- SANTARELLI, E. *Sobre el fascismo*. México: Ediciones Era, 1979.
- TOGLIATTI, P. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. Chauvinismo. In: SILVA, F. C. T. et al. *Dicionário crítico de pensamento da direita*: idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2000.

ANDERSON DEO; ANTONIO CARLOS MAZZEO &
MARCOS DEL ROIO
(ORG.)

A QUESTÃO DO DIREITO EM LÊNIN

Jair Pinheiro

Se Luís XIV teria dito *l'Etat c'est moi*, como expressão da ideologia absolutista de concentração de todo o poder de Estado na pessoa do soberano encarnado; a revolução burguesa pretendeu deixar firmado na história que *l'Etat n'est personne*, para continuar com a forma francesa. Podemos incluir nessa mesma linha de raciocínio a afirmação de Lênin de que "*l'Etat, c'est nous, nous les ouvriers conscients, nous les communistes.*" (1977, t. 45, p. 485). Há nessas afirmações uma relação entre o que é o Estado e a representação ideológica dele. A frase de Luís XIV é a representação ideológica de um Estado (absolutista) que consagra privilégios como prerrogativas de uma ordem que retira legitimidade de uma representação religiosa do mundo, e, por isso, encontra na personificação ideológica do poder político sua representação mais adequada; a divisa burguesa é a representação ideológica de um poder político que regula relações concorrenciais, o que exige uma representação despersonalizada deste poder, uma vez que aí não se admite privilégios (formalmente, pelo menos); despersonalização, aliás, que é fonte de muita mistificação quanto à figura do soberano.

A afirmação de Lênin, por sua vez, personifica a representação do poder político, não num sujeito individual, encarnação da soberania, mas num sujeito coletivo, a soberania reunida. À primeira vista e aos olhos do analista imbuído dos ideais liberais, esta personificação aparece

como autoritária, pois segundo o ideário liberal o poder é um lugar vazio (LEFORT, 2011) que não pode ser preenchido, apenas representado por um eleito periodicamente em relações políticas concorrenciais (DAHL, 1997; BUCHANAN; TULLOCK, 2004), análogas às econômicas. É essa concorrência infinita que garante a permanência do vazio.

O limite dessa visão é a suposição implícita de que o poder é um lugar vazio engendrado por um arranjo institucional que dá forma social à vontade pura. Assim, o poder político pode ser representado ideologicamente como acima dos interesses comezinhos de indivíduos e grupos particulares; entretanto, tão logo aqueles que ocupam esse lugar (ocupação supostamente sempre temporária) se põem a tomar decisões, decidem sobre tais interesses ou matérias que os afetam e, tão importante quanto, a ação administrativa de pôr em prática a decisão se utiliza de um instrumental (legislação, disposições e recomendações técnicas, recursos materiais e financeiros) dependente desses mesmos interesses.

Enfim, o exercício do poder político revela aquilo que sua representação ideológica oculta: ele é um lugar habitado por interesses materiais identificáveis, entre os quais há uma relação de dominação. Como o objetivo deste breve ensaio é explorar o sentido jurídico subjacente à reflexão de Lênin, para explicar a relação entre o direito e a relação de dominação entre interesses é preciso partir de uma definição de direito e, em seguida, submetê-la a duas operações simultaneamente: criticá-la e cotejá-la com os fundamentos materiais das relações juridicamente reguladas.

Por isso, neste ensaio, procura-se explicar essa “relação entre o direito e a relação de dominação entre interesses”, cotejando o conceito liberal de direito e as contribuições de Lênin. Na primeira seção, realiza-se uma leitura formal-normativa, no plano político, de alguns textos selecionados¹ de Lênin, após a tomada do poder em 1917, e, baseado no resultado, na segunda seção realiza-se uma leitura formal-normativa, no plano jurídico, deduzindo os contornos do que pode ser considerado uma formulação alternativa do direito da perspectiva das classes trabalhadoras. Desse modo, a segunda seção adquire um caráter especulativo-propositivo à espera de mais

¹ Como é sabido, Lênin legou um prodigioso material de análise e de encaminhamentos práticos; aqui limitei-me a alguns textos pós-17 que tem como foco a organização do Estado e/ou da produção. Espero que a análise feita na primeira seção possa justificar esse limite.

pesquisas, tanto no campo da sociologia jurídica quanto no da ciência jurídica propriamente dita, já que aqui se apresenta apenas o resultado de uma primeira incursão e, se o apresento em estágio preliminar, é porque creio que pode ser útil às lutas que se travam na atual quadra histórica.

LÊNIN: UMA LEITURA FORMAL-NORMATIVA

Assim sendo, um programa de estudo que dê conta de descrever a trajetória histórica daquelas três divisas e demonstrar seu caráter de classe, deve partir de uma definição de direito e cotejá-la com a forma social a que corresponde. Entretanto, limito-me aqui a cotejar a definição corrente de direito com aquela passível de ser extraída dos textos de Lênin que, como é sabido, tinha como horizonte político e teórico a transformação das relações sociais de produção capitalistas em relações sociais de produção socialistas, o que supunha, com relação ao direito, uma dupla operação: 1) transformar a ideologia jurídica burguesa numa nova forma ideológica (socialista?) e 2) aplicá-la à organização do Estado, da economia e, a partir dessas esferas, da vida social em geral.

Esta dupla operação exige um método de leitura que, aqui, consistirá numa analogia logicamente sustentável entre categorias do direito burguês e enunciados de Lênin – com ou sem referência explícita ao direito – que tenha sentido normativo. Em consequência, tal leitura formal-normativa consiste em identificar as figuras de uma normatividade subjacente ou pressuposta aos textos. Tal leitura difere de outras duas possíveis: uma, que é a habitual, poderíamos chamar de histórico-política, no sentido de examinar a relação entre os desafios políticos postos pela luta política no contexto histórico e a resposta que Lênin lhes dá e, outra, de natureza formal-administrativa que teria por objeto a relação entre eficiência e instrumentos de gestão. Essas três leituras são possíveis, compatíveis, necessárias e complementares. Mais: boa parte dos problemas políticos (organização do Estado) e de controle da produção (eficiência e eficácia) com que Lênin se preocupou e para os quais propôs medidas práticas, dependia, para avançar, de definições jurídicas (normativas) mais precisas, articuladas às lutas políticas.

Partirei, então, de alguns conceitos gerais presentes nos clássicos da teoria do direito e amplamente aceitos, como referências para a analogia pretendida: os conceitos de direito, relação jurídica e sistema normativo podem ser encadeados como segue: direito como faculdade de obrigar (KANT, 2005), ou seja, uma relação jurídica como correspondência entre o direito de um e a obrigação de outro quanto a um interesse material sobre o qual incide o direito subjetivo (WEBER, 1999), enquanto faculdade subjetiva, a vontade livre que se põe num objeto externo, conforme um sistema normativo (KELSEN, 1974), esquema que supõe uma autoridade mediadora com poder coercitivo: o Estado. Voltarei a esses conceitos na segunda seção.

Este encadeamento conceitual, no plano ideológico, supõe relações materiais reguladas pelo sistema normativo. A norma jurídica, para Kelsen, estatui uma conduta como devida (dever-ser) relativamente a um indivíduo em face de outro quanto a um objeto externo², o que supõe uma relação de exterioridade entre a ordem jurídica e a esfera do fático³. Entretanto, essa distância entre uma e outra desaparece sutilmente através de duas operações teóricas: a) a definição de ordem social e b) o postulado do direito como sistema ideológico exaustivamente inclusivo, nada se lhe escapa. Ambas as operações se complementam e, como afirma Miaille “Neste jogo das possibilidades, qualquer situação deve poder encontrar uma tradução jurídica. É neste trabalho de transformação do real em “real jurídico” que se situa a parte mais evidente da intervenção do jurista [...]” (2005, p. 180).

Por isso, a crítica interna ao direito se debruça sobre si mesmo, não permite questionamentos acerca da esfera do fático nem como o direito contribui para a reprodução dessa esfera, o que acaba por conferir à ideia de ordem ares de valor inquestionável, já que, nesta circunstância, não há ordens possíveis, apenas ordem: a do direito vigente. Em consequência, uma crítica que pretenda colocar em pauta esses questionamentos tem de

² Abrange também aspectos subjetivos que não serão considerados aqui por serem irrelevantes para os objetivos propostos.

³ O Dicionário Jurídico registra várias acepções do verbete “fato”, entre as quais: “3. *Direito processual civil e direito processual penal.* a) Questão a ser debatida; b) caso concreto; c) caso *sub judice*; d) fato causador da demanda; e) questão de fato.” (DINIZ, 1998, p. 519, grifos do autor). Nesta acepção, à qual se refere o termo fático do argumento, o fato é constituído por dados (sujeitos litigantes, fato causador da demanda etc.) exteriores ao sistema jurídico, mas simultaneamente subsumidos a ele através das categorias jurídicas como condição de eficácia da regulação, função do sistema jurídico. Esse entendimento desconhece ou desconsidera os vínculos objetivos entre os dados e, por consequência, também a dialética entre o desenvolvimento das categorias jurídicas e as lutas políticas em torno desses vínculos.

situar-se numa perspectiva distinta da do direito ou da sociologia filiada ao *mainstream* das ciências sociais, que também adota como base empírica da ciência o mesmo postulado do direito: um indivíduo natural identificado com a categoria jurídica sujeito de direito. Portanto, é necessário situar-se numa perspectiva que me parece mais adequado denominar uma sociologia jurídica materialista, que toma a ideologia jurídica como uma ideologia particular da totalidade social (ALTHUSSER, 1996), o que permite examinar a particularidade dessa ideologia, suas articulações com a totalidade de que é parte e sua função reprodutora de uma forma social determinada, forma social que tem como relação estruturante as relações sociais de produção. É no interior dessas relações que se situa o fato jurídico estruturante da ordem jurídica.

Para evitar a introdução indevida de conotações metafísicas na interpretação de Lênin, inicialmente considerarei o sentido formal-normativo apenas em sua dimensão política como “situação-dada”, “situação visada” e “indicações para ação”. À eventual objeção de que essas categorias não são compatíveis com esquemas formal-normativos, por ausência de abstração, por estarem presas a conteúdos concretos, opõem-se três contra-argumentos: a) os conteúdos políticos têm formas que lhe são atribuídas pelo sistema jurídico, por usos e costumes e pela correlação entre as forças em luta; b) as indicações para a ação, embora não sejam unívocas por não serem determinadas por uma norma nem sancionadas por uma autoridade com poder coercitivo, sugere ação adequada a fins e, por isso, comportam uma normatividade propriamente política, pois sua inobservância tem como sanção o risco e a responsabilização política, diferente da pena, sanção da norma jurídica; c) além disso, o sistema jurídico só pode operar autonomamente, sem intervenção política direta, quando a revolução que lhe deu origem se consolida e, por conseguinte, o novo sistema social atinge alto grau de estabilização⁴.

Definido em linhas gerais o método da leitura formal-normativa, passo ao exame dos textos. Em dezembro de 1917, logo após a tomada do poder, portanto, Lênin redige um conjunto de teses que servirá de base para a socialização da terra urbana:

⁴ Este é o caso da revolução política burguesa, que não se aplica à revolução socialista por motivo que analiso na seção seguinte.

- 1) Toda terra urbana se torna bem (propriedade) do povo
- 2) As casas sistematicamente alugadas serão confiscadas e se tornarão propriedade do povo.
- 3) Os proprietários de casas não alugadas permanece proprietários sem modificação do seu direito de propriedade.
- 4) Indenização de alguns meses (2 ou 3) aos proprietários confiscados se eles provarem seu...⁵
- 5) Os alugueis serão recolhidos (por quem) pelos Soviets (depositados em conta corrente dos Soviets).
- 6) As Comissões de construção (sindicatos + união de empresas de construção) se ocuparão da exploração (combustível etc.)
- 7) A coleta começa imediatamente.
- 8) As comissões de construção e de exploração entram em funcionamento progressivamente, à medida de sua criação pelos sindicatos e pelos Soviets.
- 9) O aquecimento das casas e sua manutenção normal integram as obrigações dos comitês de habitação e outros organismos (sindicatos, Soviets, serviços de combustível junto às Duma da vila etc.)⁶ (1977, v. 42, p. 21).

Este conjunto de teses tinha por objetivo orientar uma ação jurídico-política sobre uma “situação dada”, o mercado de terras urbanas, com vistas a uma “situação visada”, a socialização dessas terras. Essa ação retira sua autoridade do poder revolucionário num contexto político-institucional (indicado pela nota 6) que indica um processo de transformação simultânea do Estado e do direito que o rege. Entretanto, os conceitos desse novo direito estão apenas pressupostos.

Pouco tempo depois, em abril de 1918, em *As tarefas imediatas do poder soviético*, Lênin deixa clara a distância que separa a “situação dada” da “situação visada”, assim como a “indicação para a ação” que deve levar de uma à outra, quando afirma:

⁵ Frase inacabada.

⁶ Essas teses foram redigidas por Lênin no momento da discussão pelo Sovnarkom de um projeto de decreto relativo aos bens imóveis urbanos. Este projeto foi adotado na sessão do Sovnarkom de 23 de novembro (6 de dezembro) 1917 e publicado em 25 de novembro (8 de dezembro) na *Gazeta Vremennogo Rabotchégo i Krestianskogo Pravitelstva* n.º 18, sob o título “Projeto de decreto sobre a abolição do direito de propriedade dos bens imóveis (adotado pelo C.C.P)”. Em 20 de outubro de 1918 o decreto foi sancionado pelo C.E.C.R. e publicado em 24 no jornal *Izvestia* do C.E.C.R. n.º 182, p. 21. (Nota da edição francesa).

A luta para incutir nas massas a ideia do registro e do controlo estatais *soviéticos*, para levar à prática essa ideia, para romper com o maldito passado que ensinou a considerar a obtenção do pão e do vestuário como um assunto “privado”, a compra e a venda como um negócio que “só a mim diz respeito” – esta é uma luta grandiosa, de importância histórico-mundial, a luta da consciência socialista contra a espontaneidade anárquico-burguesa. (1980a, v. 2, p. 571).

Essa preocupação tanto indica a grandiosidade da luta político-ideológica pela transformação da visão de mundo (LÖWY, 1998) quanto avança alguns elementos úteis para a formulação de um novo direito, como a indicação para a ação deixa claro algumas páginas à frente:

Depois de 25 de Outubro de 1917, também neste aspecto as massas revolucionárias entraram no caminho certo e demonstraram a vitalidade da revolução, começando a organizar os seus próprios tribunais operários e camponeses, mesmo antes de quaisquer decretos sobre a dissolução do aparelho judicial burocrático-burguês. Mas os nossos tribunais revolucionários e populares são excessiva e incrivelmente fracos. Sente-se que ainda não foi definitivamente abolida a opinião que o povo tem dos tribunais como algo de burocrático e alheio, opinião herdada do jugo dos latifundiários e da burguesia. Não há ainda a consciência suficiente de que o tribunal é um órgão para atrair precisamente os pobres sem excepção à administração do Estado (pois a atividade judicial é uma das funções da administração do Estado), que o tribunal é um *órgão de poder* do proletariado e do campesinato pobre, que o tribunal é um instrumento de *educação na disciplina*. (1980a, v. 2, p. 579, itálicos e ortografia do original).

Embora nesta citação os conceitos do novo direito não tenham sido formulados, aliás, nunca foram, há nela duas indicações implícitas do que aqui se considera conteúdo formal-normativo, tanto na dimensão política como na jurídica, da reflexão de Lênin. Vale a pena explicitá-las. A primeira dessas indicações é a consideração do produtor direto como agente produtor de direito; a segunda é o domínio que a ideologia política (visão de mundo da classe dominante) deve exercer sobre a ideologia jurídica na medida em que as massas começaram a “organizar seus próprios tribunais operários e camponeses”, que são “órgãos de poder do proletariado e do campesinato”.

Essa relação de domínio da ideologia política sobre a jurídica se inscreve no processo de transformação histórica do tipo de Estado, portanto, de substituição da burguesia como classe dominante pela aliança entre o proletariado e o campesinato, o que é exposto com clareza cristalina nas *Teses sobre as tarefas fundamentais do II Congresso da Internacional Comunista*:

Apenas quando os Soviets se tornarem o único aparelho de Estado que pode ser assegurada a participação real na gestão de toda a massa dos explorados, massa que, mesmo nas democracias burguesas mais esclarecidas e livres, sempre foram excluídas em 99% da gestão. É apenas no quadro dos Soviets que a massa dos explorados começa a se educar, não em livros, mas a partir da sua experiência prática, na edificação socialista, numa livre associação de trabalhadores livres. (LÊNIN, 1977, v. 31, p. 190-191).

Tanto no texto citado anteriormente, como neste, o sujeito de direito da abstração jurídica burguesa é substituído pelo produtor direto como agente da transformação da “situação dada” em “situação visada”, pois, segundo Lênin,

Tendo tomado todo o poder, o proletariado, no lugar da velha fórmula nebulosa: ‘eleições dos juízes pelo povo’, lança a palavra de ordem de classe: eleição dos juízes entre os trabalhadores e apenas pelos trabalhadores” e a aplica a toda a organização da justiça. Ao eleger para os tribunais apenas os representantes dos operários e camponeses, que não utilizam o trabalho assalariado com vistas ao lucro, o partido comunista não diferencia as mulheres, concedendo aos dois sexos exatamente os mesmos direitos, tanto no que se refere às eleições dos juízes como ao exercício da sua função. (1977, v. 29, p. 127).

Esta referência aos produtores diretos, enquanto produtores de direito, em substituição ao sujeito de direito também aparece nas considerações da luta contra o burocratismo, no *Relatório sobre o programa do partido*, em março de 1919, onde Lênin afirma:

[...] fizemos o que nenhum outro Estado do mundo fez. Aniquilámos até aos seus fundamentos esse aparelho, aparelho⁷ que era totalmente burocrático e de opressão burguesa, e que o continua a ser nas repú-

⁷ Advirta-se que, conceitualmente, Estado e aparelho de Estado são objetos distintos, além do fato de que a crítica de Lênin tem por objeto um Estado burguês que ainda não havia estendido os direitos políticos às classes trabalhadoras, tampouco instituído os direitos sociais como consagrados a partir da segunda metade do século XX.

blicas burguesas mais livres. Consideremos, por exemplo, os tribunais. Aqui a tarefa era certamente mais fácil, aqui não era necessário criar um novo aparelho, pois todos podem julgar na base do sentimento revolucionário do direito das classes trabalhadoras. (1980b, v. 3, p. 103).

Todavia, não se trata de uma mera substituição, mas de uma transformação conceitual do sujeito de direito em sujeito declarante do direito (compatível com a ideia de agente produtor de direito), na medida em que “todos podem julgar na base do sentimento revolucionário do direito das classes trabalhadoras”, transformação que retomarei na próxima seção. Na continuidade Lênin observa que se estava “[...] ainda muito longe de ter levado a obra até ao fim, mas em toda uma série de aspectos fizemos dos tribunais aquilo que dever ser.” (1980b, v. 3, p. 103). Esta preocupação de Lênin com a fragilidade do Estado soviético – ou, o que é o mesmo, com a transformação do Estado burguês em outro tipo – foi uma constante desde a tomada do poder, sempre em consonância com as tarefas práticas impostas pela conjuntura.

Em *Que fazer da inspeção operária e camponesa?*, texto de janeiro de 1923, ele volta a esta questão de maneira bastante crítica: “Nosso aparelho de Estado, fora o Comissariado do Povo para os Negócios Exteriores, é uma sobrevivência do antigo que, por assim dizer, não sofreu transformações radicais. Ele foi apenas ligeira e exteriormente remendado.” (1977, v. 42, p. 460-461).

A admoestação que Lênin dirige ao Comissariado do Povo para Justiça não deixa dúvida quanto ao lugar que ele atribui ao direito nesse processo de transformação:

Não menos importante é o papel de combate do Comissariado do Povo para a Justiça no domínio da *NEP*, domínio em que sua fraqueza e sonolência são ainda mais revoltantes. Não se percebe que ele tenha compreendido que reconhecemos e continuaremos a reconhecer unicamente o capitalismo *de Estado*; ora, o Estado somos nós, nós os operários conscientes, nós os comunistas. Por isso, é preciso assegurar aos comunistas que nada valem os comunistas que não compreenderam que sua tarefa é restringir, sufocar, controlar, prender em flagrante delito e punir severamente *todo capitalista que ultrapasse os limites do capitalismo de Estado, segundo a concepção e as tarefas do Estado tal como nós as entendemos*. (1977, v. 45, p. 485, itálicos e negrito no original).

Vale a pena enumerar os conteúdos, implícitos e explícitos, nesta admoestação que só podem ser articulados por um conceito formal-normativo: 1) o direito como arma de combate expresso no papel do Comissariado do Povo para Justiça; 2) o papel atribuído a uma nova ideologia jurídica na transformação do Estado; 3) o papel do direito como ideologia reguladora das relações econômicas; e 4) a necessidade urgente (a urgência está nas palavras de Lênin) de uma nova ideologia jurídica. Na próxima seção procura-se desenvolver o conceito formal-normativo necessário à articulação desses conteúdos.

LÊNIN: UMA ANALOGIA ENTRE UM SISTEMA NORMATIVO EXISTENTE E UM VISADO

Nas teorias do direito burguês (direito natural, positivismo, pós-positivismo) a norma ocupa um lugar central. Nelas, o direito é concebido como um sistema normativo que tem como elemento central e unificador uma norma central: a Constituição que, por ser constituída de regras de aplicação imediata, disposições, normas programáticas e princípios, também ela opera como sistema, embora regido pelos princípios de integridade e horizontalidade. Por isso, ainda que o pós-positivismo critique a representação positivista do sistema jurídico como uma pirâmide, todas as teorias o concebem como um sistema hierarquizado em que a norma inferior retira sua validade da norma superior, ocupando a Constituição o topo da hierarquia.

Esta hierarquia requer um fundamento exterior que sustente sua lógica interna e lhe confira autoridade moral. Para Kant, este fundamento é o grande legislador (Deus), para Kelsen, a norma fundamental pressuposta (cujá origem o autor não informa) e, para as teorias jurídicas contemporâneas, o conceito diretamente extraído da teologia de dignidade humana como princípio constitucional superior. Em qualquer das alternativas, o fundamento do direito se reveste de certo misticismo religioso.

Independentemente do fundamento adotado, o sistema assim apresentado parece fundar-se em si mesmo, pois ainda que se recorra ao conceito de poder constituinte originário (e se está sempre falando de um conceito ideológico, pois trata-se de uma teoria ideológica), não se escapa

dessa fundação do sistema em si mesmo, pois o poder constituinte só opera sob uma juridicidade que o antecede na prática, aliás, este é o paradoxo do conceito de poder constituinte originário: na teoria ele é o começo de tudo, na prática jurídico-política opera como normatização de um poder político porque o antecipa e lhe atribui uma forma jurídica.

Entretanto, a exigência de legitimidade do sistema impõe a necessidade de fazer com que o conceito de poder constituinte originário opere como o começo de tudo, ou seja, é necessário resolver o paradoxo. Como observa Miaille (2005), as teorias do direito parecem não sentir necessidade de explicitar que o seu pressuposto é o conceito de sujeito de direito porque, baseado no idealismo, este conceito parece óbvio, dispensando referências à história do seu surgimento e à explicitação do seu papel na estruturação do sistema, mas é esse pressuposto que resolve o paradoxo e, a crítica dele, permite extrair a normatividade subjacente e pressuposta nos textos de Lênin citados na seção anterior.

De acordo com essas considerações, nada há de óbvio no conceito de sujeito de direito. Para o direito operar como um sistema de normas abstratas regulador do comportamento de indivíduos desiguais, as normas devem ter por referência o que há de comum nesses indivíduos, por isso é preciso abstrair as diferenças entre eles, considerá-los como portadores de um atributo comum: a vontade livre, que pode postular direitos, pôr-se em objetos externos e trocá-los (KASHIURA, 2009). Evidentemente essa abstração pode ser produto da intelecção individual ou coletiva, mas, enquanto tal, não tem efetividade social.

A rigor, essa abstração só se tornou socialmente efetiva porque, além de produto da intelecção, ela é também um processo histórico-social de abstração do indivíduo trabalhador, processo que consistiu na progressiva autonomização jurídica do produtor direto (o trabalhador nas suas diferentes formas históricas: servo, escravo, plebeu etc.), autonomização que corresponde a diferentes graus e formas sociais de vinculação do produtor direto aos meios de produção, até a separação completa entre ambos pela revolução burguesa. Ou seja, um longo e penoso processo histórico. Por isso, argumentei em outro lugar que há uma relação causal entre o fato histórico (separação entre produtor direto e meios de produção) e a universalização da forma jurídica igualitária, relação que é a forma social do

movimento de autovalorização do capital e que o exame do direito a partir da sua forma racional abstrata apaga devido à sua suposta indiferença ao conteúdo, ou seja, desconsidera a forma histórico-social determinada de produção/apropriação do excedente (PINHEIRO, 2014).

Assim, nas formações sociais onde domina o modo de produção capitalista plenamente desenvolvido,

[...] a categoria sujeito de direito é evidentemente abstraída do ato de troca que ocorre no mercado. É precisamente neste ato de troca que o homem realiza praticamente a liberdade formal de autodeterminação. [...] O objeto é a mercadoria, o sujeito é o proprietário de mercadorias que delas dispõe no ato de apropriação e de alienação. É precisamente no ato de troca que o sujeito manifesta, primeiramente, toda a plenitude de suas determinações. O conceito formalmente mais acabado, de sujeito, que doravante abrangerá apenas a capacidade jurídica, afasta-nos muito mais do significado histórico real desta categoria jurídica. É por isso que é tão difícil aos juristas renunciar ao elemento voluntário ativo em suas construções dos conceitos de “Sujeito” e de “Direito subjetivo”. (PACHUKANIS, 1989, p. 90).

Esse processo de abstração histórico-social se completa na figura do próprio indivíduo trabalhador enquanto sujeito de direito, dividido em sua subjetividade, pois enquanto guardiões de mercadorias, nas palavras de Marx,

[...] cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se apropria da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. [...] O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma. As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias. Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam. (MARX, 1988, p. 79-80).

Tendo em vista que uma das acepções de abstrair é separar (considerar à parte), o sujeito de direito (vontade livre) é abstraído da sua qualidade social de personificação da categoria econômica à qual pertence (proprietário ou não proprietário dos meios de produção). Para o trabalhador (não proprietário dos meios de produção), essa abstração tem especial

relevância, pois consiste na separação entre a vontade e a capacidade de trabalho (força de trabalho), ou seja, a base da relação de heteronomia material entre ele e o capitalista (o proprietário dos meios de produção), pois

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias da qual o livre-cambista *vulgaris* extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*. O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtu-me. (MARX, 1988, p. 145).

A transformação da “fisionomia de nossa *dramatis personae*” está assentada no fato de que o trabalhador aparece dividido em sua subjetividade no conjunto dessas relações. Na esfera da circulação, enquanto sujeito de direito (vontade livre), ele contrata a venda (a alienação)⁸ de um atributo subjetivo seu, sua força de trabalho, sobre a qual ele perde toda a autonomia jurídica ao entrar na esfera da produção⁹.

Em consequência, a relação de heteronomia material entre o trabalhador e o capitalista (proprietário e não proprietário dos meios de produção, respectivamente) tem significado tanto objetivo como subjetivo. Como a força de trabalho não tem valor de uso para o trabalhador,

⁸ Althusser admite que “[...] a categoria de alienação pode prestar, [...], alguns serviços *provisórios*, mas sob uma dupla condição: 1.º) de “cortá-la” de qualquer filosofia da “reificação” (ou do fetichismo, ou da auto-objetivação), que não passa de uma variante antropológica do idealismo; 2.º) de pensar a alienação *sob* o conceito de exploração. Sob essa dupla condição, a categoria da alienação pode – *num primeiro momento*, pois ela desaparece no resultado obtido – desviar de uma concepção puramente *matemática*, ou seja, economicista, da *mais-valia*: para introduzir a ideia de que, na exploração, a *mais-valia é inseparável das formas concretas e materiais de extorsão*. Parece-me que numerosos textos dos *Grundrisse* e de *O Capital* tem esse sentido.” (1978, p. 45). O uso de alienação aqui satisfaz a primeira condição por situar-se no contexto de uma crítica ao direito burguês e, a segunda, é satisfeita parcialmente, na medida em que, além “*das formas concretas e materiais de extorsão*”, inclui também a forma ideológica de projeção da vontade do operário (disciplinamento, adesão à empresa, etc.) na vontade do capitalista, para quem a força de trabalho tem valor de uso. Com isso, se escapa da concepção idealista de uma essência humana que se transfere ao capital.

⁹ A esta divisão da subjetividade entre vontade livre e capacidade de trabalho que, a meu ver, deve ser referida a afirmação de Marx de que “Para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto, como valores, e nessa forma reificada relacionar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, **com seu culto ao homem abstrato**, é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo, etc.” (1988, p. 75, grifo nosso).

apenas para o capitalista (significado objetivo), sua venda depende de o trabalhador pôr-se subjetivamente à disposição do capitalista, já na esfera da circulação (significado subjetivo). Por certo todos concordam que pôr-se à disposição da vontade de outro é a própria negação da vontade livre, ou seja, a liberdade jurídica é a negação da liberdade natural, no sentido espinosano de *sui juris*.

Todavia, essa crítica escapa à ciência jurídica na medida em que ela toma como fonte ideológica do direito os conceitos abstratos de liberdade (da vontade) e igualdade (moral) e, como fonte material do direito positivo, a autoridade estatal da qual emana o sistema de norma, autoridade que tem aquela fonte ideológica por referência. Desse modo, o longo e penoso processo histórico de abstração do produtor direto é subsumido no pressuposto ideológico de racionalização das instituições.

Esta crítica põe em evidência a relação causal entre forma social, precisamente as relações sociais de produção, e o sistema jurídico, nele incluídos o sistema normativo e a estrutura do poder judiciário. Esta relação causal aparece, ora mais ora menos explícita, nos textos de Lênin citados na seção anterior; por isso limito-me agora à explicitação dos conteúdos desses textos que permitem a dedução de um sistema normativo distinto do direito burguês reclamado por Lênin. Advirta-se que este exercício teórico tem um caráter prospectivo, portanto sujeito a lacunas e limites que, creio, podem ser superados pelas pesquisas se se admite como correta a premissa da relação causal.

Os elementos básicos presentes nos textos citados de Lênin que permitem a dedução de um sistema normativo são: 1) o domínio dos meios de produção pelo proletariado como condição comum, 2) o domínio do Estado e, 3) ainda que o novo direito não tenha sido formulado, as duas condições anteriores transformam o antigo sujeito de direito, tutelado pelo Estado, em sujeito declarante do direito.

A dedução de um sistema normativo que, segundo minha hipótese, está subjacente aos textos de Lênin, exige uma analogia entre as categorias do direito burguês e os conteúdos normativos desses textos, agora no sentido jurídico de uma conduta estatuída como devida à qual corresponde uma sanção coercitiva quando desrespeitada. Para tal analogia, destaque-se

a figura do sujeito de direito como categoria central das teorias jurídicas, o objeto do direito sobre o qual incide a vontade deste sujeito, a autoridade legisladora que protege esse direito, o fundamento ideológico e a fonte da norma. Assim, na tabela abaixo, na primeira coluna encontra-se essas categorias, na segunda, o conteúdo delas no direito burguês e, na terceira, o conteúdo correspondente deduzido dos textos de Lênin examinados na seção anterior.

Tabela 1: Analogia entre categorias do direito e conteúdos normativos em Lênin

Categorias	Direito burguês	Lênin
Sujeito de direito	Abstrato	
Sujeito declarante do direito		Concreto*
Fundamento ideológico	Ideológico: liberdade e igualdade	O livre desenvolvimento de cada um e de todos**
Objeto do direito	Propriedade	Satisfação de necessidades
Fonte primeira da norma	Grande legislador (Kant)/ norma fundamental pressuposta (Kelsen)	Produtores diretos como constituintes originários
Autoridade legisladora : o Estado	Representante do povo-nação, um ente abstrato	Os trabalhadores organizados

*Por oposição a abstrato, como definido acima, aqui concreto significa unidade da vontade e da potência (capacidade de trabalho).

** “Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação [o comunismo – JP] na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.”, Marx, n’O Manifesto Comunista. Este fundamento assentado sobre a autoridade legisladora (os trabalhadores organizados) põe por terra o misticismo da origem da lei.

De acordo com a leitura aqui proposta, deduzir um sistema normativo dos elementos da terceira coluna era a tarefa teórico-política que Lênin cobrava do Comissariado do Povo para a Justiça. Em certa medida, os trabalhos de Stutchka (2001) e de Pasukanis (1989) podem ser considerados diferentes respostas a essa cobrança. Enquanto o primeiro segue na mesma linha das teorias burguesas de fundamentar o direito no elemento subjetivo da vontade – embora não do indivíduo, mas da classe – o segundo identifica este fundamento na relação de troca. A respeito dessas contribuições, Poulantzas afirma que

Stutchka y Pashukanis, al considerar el derecho y el Estado como un *orden o sistema de relaciones sociales*, correspondiente en grado decisivo para Pashukanis a las relaciones entre poseedores de mercancías, se sitúan en otro nivel. A simple vista, su concepción permite establecer la relación del nivel jurídico estatal con la base económica. Sin embargo, *reducen* en realidad, según un economismo simplista, el derecho y el Estado a esta base [...] (1969, p. 15, itálicos no original).

Minha exposição até aqui creio não deixar dúvida quanto à inadequação de identificar o fundamento do direito no elemento subjetivo da vontade, ainda que tal fundamentação se expresse como “un *orden o sistema de relaciones sociales*”. No que se refere à fundamentação do direito como “relaciones entre poseedores de mercancías”, embora não se possa deduzir dessas relações o Estado, sob pena de reduzi-lo à estrutura econômica do modo de produção, o aspecto central da contribuição de Pashukanis, não abordado por Poulantzas, é que ele aplica o método dialético à categoria central do direito (o sujeito de direito), como Marx o faz com a mercadoria (NAVES, 2000).

Através do desenvolvimento da forma mercadoria na esfera da circulação, Marx chega à produção dela na esfera produtiva porque “[...] a circulação não contém em si o princípio da sua própria renovação. Parte de elementos previamente supostos e não dados por ela. É preciso lançar-lhe constantemente novas mercadorias do exterior [...]” (1971, p. 298); do mesmo modo a análise crítica da categoria sujeito de direito permite essa transição da circulação à produção, no movimento circular de valorização do capital, como Marx o demonstra no capítulo IV do livro I d’*O Capital*. Por outras palavras, a mercadoria possuída (força de trabalho ou capital) especifica a condição do possuidor no conjunto das relações sociais de produção (unidade da circulação e da produção), obrigando ao trabalhador a transitar entre as duas esferas para reproduzir-se em quanto tal e, ao capitalista, a tomar em consideração essas mesmas duas esferas para garantir a reprodução ampliada da alíquota parte do capital que possui.

É na esteira dessa crítica da categoria sujeito de direito, e da transformação que ela sofre nos textos de Lênin, que proponho deduzir por analogia um esquema formal-normativo das categorias da terceira coluna da tabela acima.

Para Kelsen, a norma é um juízo de valor objetivo porque o sujeito judicante é desinteressado¹⁰ quanto ao objeto a que se dirige a vontade de uma ou várias pessoas. Esta concepção de norma está em consonância com a síntese dos conceitos centrais do direito burguês, acima apresentada, que repito aqui para clareza do argumento: os conceitos de direito, relação jurídica e sistema normativo podem ser encadeados como segue: direito como faculdade de obrigar (KANT, 2005), ou seja, uma relação jurídica como correspondência entre o direito de um e a obrigação de outro quanto a um interesse material sobre o qual incide o direito subjetivo (WEBER, 1999), enquanto faculdade subjetiva, a vontade livre que se põe num objeto externo, conforme um sistema normativo (KELSEN, 1974), esquema que supõe uma autoridade mediadora com poder coercitivo: o Estado.

Esse esquema ignora, desconhece ou simplesmente despreza (tanto faz) o fato de que o “objeto a que se dirige a vontade de uma ou várias pessoas” não é um mero objeto exterior sobre o qual incide a vontade; antes é o produto da capacidade (força de trabalho) individual ou coletiva, de modo que o “objeto a que se dirige a vontade” é sempre corporificação de trabalho individual ou coletivo. Por isso, a figura que, em Lênin, assume a função de sujeito judicante (os trabalhadores organizados coletivamente), como autoridade que se reveste de caráter subjetivo coletivo (a soberania reunida), reclama para si a propriedade e a autoridade para distribuir a cada um segundo seu trabalho. Desse modo, pode-se admitir que na “[...] sociedade comunista, não como ela se *desenvolveu* a partir de duas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de *sair* da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu.” (MARX, 2012, p. 29, *itálicos no original*), de modo que qualquer indivíduo ou coletivo pode trocar entre si os produtos do seu trabalho, como transação útil não voltada à acumulação, por isso mesmo não podem retirar da riqueza coletiva geral mais do que trabalho fornecido à formação dessa riqueza.

Isto posto, por analogia, creio poder deduzir o seguinte esquema formal-normativo: 1) o direito como faculdade de obrigar em sentido concreto, pois se todos são sujeitos declarantes do direito (unidade de vontade

¹⁰ Esse desinteresse perde a aura de abnegação se se considera que ele é a condição para assegurar a forma concorrencial do modo de produção capitalista, portanto, o desinteresse no “objeto a que uma ou várias pessoas dirigem sua vontade” corresponde ao interesse político na manutenção da ordem concorrencial.

e potência, isto é, capacidade de trabalho), ninguém pode declarar um direito cuja obrigação¹¹ correspondente não lhe seja solidária também; 2) daí resulta que o objeto sobre o qual incide o direito subjetivo guarda relação de determinação pela unidade¹² entre vontade e capacidade; 3) a autoridade mediadora (a soberania reunida) retira legitimidade para obrigar a todos da condição igualitária de sujeitos declarantes do direito. Há um enorme hiato entre essas formulações teóricas e a concretização de instituições correspondentes, mas, certamente elas oferecem uma resposta formal-normativa compatível com as questões postas por Lênin – ele reclamava principalmente um novo direito civil e penal – quanto à organização do Estado e à gestão operário e camponesa da produção.

Para finalizar, este ensaio, não o tema. Algumas poucas observações sobre a questão da permanência do direito no socialismo, já que não é meu propósito revisar este debate no campo do marxismo. A meu ver, essa questão não deveria ser controversa, pois a tese geral é formulada por Marx (2012) e retomada por Lênin (1980c). Uma hipótese, sem prejuízo de outras possíveis, para o surgimento e persistência da controvérsia, é a substituição da tese da permanência do direito no socialismo pela da transição jurídica ao socialismo; tese veementemente criticada por Engels e Kautsky (1991) e defendida por alguns autores da II Internacional. Todavia, se essa distinção esclarece a natureza da controvérsia, não resolve o problema subjacente de como se relaciona direito e socialismo, uma vez que se assume como assentado que o direito é uma ideologia tipicamente burguesa.

Naves refuta categoricamente a tese da permanência do direito no socialismo, afirmando que “A transição socialista implica um complexo conjunto de iniciativas de massa, que propiciem gradativamente a *recuperação, em uma escala social, da unidade entre os meios de produção e o trabalhador direto*, unidade esta cujo rompimento, como vimos, marca o nascimento da relação de capital.” (2014, p. 94-95). Todavia, um exame dos próprios termos da negação implica a necessidade de uma forma jurídica, senão vejamos: a ideia de “um complexo conjunto de iniciativas de massa”

¹¹ No direito burguês os direitos e as obrigações são contrapostos, ou seja, o direito e a obrigação de um excluem o direito a obrigação de outro e vice-versa. Nessa forma aqui proposta, os direitos de um e outro não se excluem porque a obrigação é solidária como condição de realização dos direitos de todos.

¹² Na ideologia jurídica burguesa o querer é ilimitado devido à separação entre vontade e capacidade, mas guarda um silêncio sepulcral sobre a heteronomia implícita nessa separação.

supõe coordenadas de ação, de outro modo, tais iniciativas seriam fragmentárias e, portanto, inócuas. Mais: a ideia de que “a *recuperação, em uma escala social, da unidade entre os meios de produção e o trabalhador direto*”, como objetivo (que é síntese do fim prático de transformação da produção e de valores socialistas) daquelas iniciativas de massa exige coordenação, o que supõe um “dever-ser” reconhecido pelos agentes das iniciativas que oriente tanto a conduta como o objetivo a alcançar; “dever-ser” necessariamente distinto daquele do direito burguês, sob pena de reproduzir as relações sociais de produção capitalistas.

Entretanto, ainda que um “dever-ser” necessariamente distinto daquele do direito burguês, trata-se do direito burguês porque “[...] o *igual direito* é ainda, de acordo com seu princípio, o *direito burguês*, embora princípio e prática deixem de se engalfinhar, enquanto na troca de mercadorias a troca de equivalentes existe apenas *em média*, não para o caso individual.” (MARX, 2012, p. 30). É razoável deduzir dessas considerações de Marx que o direito permanece nessa fase da sociedade comunista, mas transformado, porque “Conteúdo e forma são alterados, porque, sob novas condições, ninguém pode dar nada além de seu trabalho e, por outro lado, nada pode ser apropriado pelos indivíduos fora dos meios individuais de consumo.” (MARX, 2012, p. 30). O esquema formal-normativo acima enunciado visou a esta transformação, mesmo porque se a boa vontade é um valor que queima corações, aprendemos com os clássicos (Marx entre eles) que a ela não podemos atribuir a tarefa da transformação social.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Lire Le Capital*. Paris: PUF, 1996.
- BUCHANAN, J.; TULLOCK, G. *The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy*. Indianapolis: Liberty Fund, 2004.
- DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DINIZ, M. H. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- ENGELS, F.; KAUTSKY, K. *O socialismo jurídico*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- KANT, I. *Doutrina do direito*. São Paulo: Ícone, 2005.

- KASHIURA, C. *Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista*. São Paulo: Quartier Latina, 2009.
- KELSEN, H. *Teoria pura do direito*. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1974.
- LEFORT, C. *A invenção democrática: limites da dominação totalitária*. São Paulo: Autêntica, 2011.
- LÊNIN, V. As tarefas imediatas do poder soviético. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1980a. v. 2.
- _____. Relatório sobre o programa do partido. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1980b. v. 2.
- _____. O estado e a revolução. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1980c. v. 3.
- LÉNINE, V. Premier alinea du point du Programme concernant la justice. In: _____. *Œuvres*. Paris: Editions Sociales, 1977. t. 29.
- _____. Que devons-nous faire de l'inspection Ouvriere et Paysanne? In: _____. *Œuvres*. Paris: Editions Sociales, 1977. t. 42.
- _____. Sur les tâches du commissariat du peuple à la justice dans les conditions de la nouvelle politique économique. In: _____. *Œuvres*. Paris: Editions Sociales, 1977. t. 45.
- _____. Thèses Sur les Tâches Fondamentales du Iie Congrès de L'Internationale Communiste. In: _____. *Œuvres*. Paris: Editions Sociales, 1977. t. 31.
- _____. Thèses de la loi sur la confiscation des maisons de rapport. In: _____. *Œuvres*. Paris: Editions Sociales, 1977. t. 42.
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARX, K. Prefácio. In: _____. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1971.
- _____. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1.
- _____. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MIAILLE, M. *Introdução crítica ao direito*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.
- NAVES, M. B. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PACHUKANIS, E. B. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PINHEIRO, J. Apontamentos para uma crítica marxista do direito. In: BRABO, Tânia S. A. M. (Org.). *Direitos humanos, ética, trabalho e educação*. São Paulo: Ícone Editora, 2014.

POULANTZAS, N. *Hegemonía y dominación en el estado moderno*. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1969.

STUTCHKA, P. *Direito de classe e revolução socialista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2001.

SZABO, I. Lénine et le droit. *Revue Internationale de Droit Comparé*, v. 22, n. 4, p. 675-686, oct./déc. 1970.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1999. v. 2.

ANDERSON DEO; ANTONIO CARLOS MAZZEO &
MARCOS DEL ROIO
(ORG.)

LENIN E A CRÍTICA VIVA DA ECONOMIA POLÍTICA

Fernando Leitão Rocha Junior

“Por nada nesse mundo renunciaremos ao poder dos soviets” Lenin.

1 INTRODUÇÃO¹

A relação que Lenin² estabeleceu com a crítica da economia política, isto é, com o marxismo, foi uma relação sempre viva, pautada por análises concretas de situações concretas. Podemos sem muitos esforços constatar estas premissas, já em suas primeiras obras, escritas durante a última década do século XIX.

Assim, desde 1894 com a publicação de sua primeira obra: *Quem são os amigos do Povo? e como lutam contra os socialdemocratas*, o jovem Lenin, com pouco mais de 20 anos, dará continuidade a pavimentação do caminho aberto por Marx e Engels na direção da compreensão efetiva da sociedade sob a égide do modo de produção capitalista, “Lênin como discípulo dos fundadores do Socialismo Científico, não fugiu a esta maneira

¹ Este trabalho é dedicado aos meus pais: Fernando Leitão Rocha e Maria Lindalva Rocha, migrantes nordestinos que enfrentam desde a década de 1960 a peleja laboral no “mundo cão” da chamada “terra da garoa” sem nunca terem perdido a sua dignidade humana!

² Por conta do novo acordo gramatical, usaremos no texto a palavra Lenin sem o acento circunflexo. Contudo, nas citações bibliográficas manteremos a fidelidade aos textos originais, o que indica algumas variações, como: (Lenine, Lénine, Lénin ou Lénin).

de apreender o real, dando assim ênfase ao entendimento da dinâmica da Economia Capitalista de seu tempo” (MAZZEO, 1987, p. 159).

Segundo Sodré (1986, p. 35):

ele jamais aborda um problema sem considerar o conjunto das rela es, tudo que o cerca, tudo que o condiciona, ainda que de forma indireta. Não há um só trabalho de Lênin, entre aqueles que marcam sua trajetória política, em que o timbre histórico esteja ausente. Ele raciocinava histórica e dialeticamente.

Ademais, não podemos esquecer que o jovem Ilich Ulianov foi fortemente marcado pela experiência histórica da Comuna de Paris de 1871³, e ainda, que para o revolucionário russo, a constru o de um instrumento de organiza o dos trabalhadores era imprescindível, noutras palavras, um Partido classista para interven o na arena política da velha Rússia. Nas palavras de Sodré (1986, p. 37):

Quem são os amigos do povo, de 1894 – Lênin tem então, apenas vinte e quatro anos –   o primeiro de uma série de trabalhos políticos, visando a forma o de um partido proletário forte pela sua organiza o e sem o qual, ele dirá sempre, a revolu o   impossível [...] Nesse estudo, Lênin fornece um esquema de sociedade de classes que   modelar e fundamenta teoricamente o papel histórico da classe operária como força revolucionária de vanguarda.

2 A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA COMO FERRAMENTA PARA A COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA RÚSSIA

Devemos registrar que a Rússia em fins do século XIX era pautada por uma estrutura de poder autocr tica pela vigência do czarismo, e também que o proletariado russo que estava em processo de forma o, cuja práxis política e de organiza o sindical era ainda muito incipiente. Já do ponto de vista teórico, imperava na Rússia, as chamadas formula es “críticas” realizadas pelos Populistas russos, que seriam os principais inter-

³ Em diversos momentos históricos, Lenin teceu comentário e reflexões teóricas sobre a Comuna de Paris, ver: *A comuna de Paris e as tarefas da Ditadura do Proletariado* (1905); *Ensinamentos sobre a Comuna de Paris* (1908); *Em memória da Comuna* (1911); *Novas Li es da Comuna de Paris* (1917) e a *Ditadura do Proletariado e a Comuna de Paris* (1919). Estes textos estão reunidos na coletânea: LENIN, Vladimir I. *A comuna de Paris*. Brasília, DF: Kiron, 2012. Para uma rica e sugestiva interpreta o teórica e política sobre a temática ver MAZZEO, Antonio Carlos. Notas sobre L nin e a Comuna. *Revista Novos Temas*, São Paulo, ano III, n. 4, set. 2011.

locutores de Lenin na década de 1890. Para Cerroni (1975, p. 85): “Toda la producción económica juvenil de Lenin comprendida en el último decênio del siglo XIX está dominada pela polémica contra la ideia de la ‘impossibilidade’ de um desarrollo capitalista de Rusia en ausencia de um mercado”.

Sabe-se que para os “populistas russos” os camponeses seriam os verdadeiros protagonistas de um pretenso “socialismo agrário”. Contudo, como nos alerta o Professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2011, p. 51):

Em seu estudo [sobre o Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia], Lenin mostra que não havia como evitar as dores do capitalismo. A figura mítica do camponês que deveria protagonizar um socialismo agrário russo simplesmente não existia. Era uma ficção ideológica.

Pois, como Sodré (1986, p. 36-37) descreve:

A Rússia do arado primitivo, do moinho de água e do tear manual já se transformara, na Rússia do arado, da máquina trilhadora, do moinho e do tear a vapor. [...] não se tratava apenas do crescimento numérico do proletariado russo, mas de sua concentra o em grandes e em importantes centros industriais.

Trilhando um caminho reflexivo, sobre a obra leniniana *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*⁴, o Professor Jose Paulo Netto (1982, p. xv-xvi) observa que: “a refuta o das teses populistas opera-se com a afirma o, verificável a partir de dados empíricos, tanto da possibilidade concreta do capitalismo quanto a sua efetiva emergência, constatável por índices objetivos, em todos os  mbitos da forma o econ mico-social russa”.

Na esteira da crítica as concep es teóricas dos populistas,   que Lenin formular  teoricamente as concep es e diretrizes que serão desdo-

⁴ As diversas a es políticas realizadas por Lenin durante a década de 1890 tiveram implica es que, redundaram em algumas prisões. O desterro na Sibéria por quase três anos, fez com que a sua principal obra do século XIX, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, fosse redigida na prisão. Lenin foi condenado em janeiro de 1897 e obrigado a cumprir pena de prisão por três anos na província de Lenissei, na aldeia de Shunshenkoie, “Alli acab  la redacc n de El desarrollo del capitalismo en Rusia (1899)” (VRANICKI, 1977, p. 344-345). A primeira edi o da obra: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* fora publicada em março de 1899, cuja tiragem de exemplares foi de 2.400 unidades. Para um aprofundamento sobre a vida e obra de Lenin, ver: LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lenin*. 2. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1975, CHASLES, Pierre. *A vida de Lenin*. São Paulo, Difel, 1979, OBITCHKINE, G. A et al. *V. I. L NINE*: pequena biografia. Lisboa: Avante!, 1981 e ainda COGNIOT, Georges. *Presença de Lenin*: o curso de uma vida heroica. Lisboa: Estampa, 1974. 2 v.

bradas e compõem o eixo heurístico da obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Segundo Sodré:

É um trabalho longamente preparado e muito meditado. Sua importância residiu essencialmente no fato de que condicionaria as posições e o programa do partido – Lênin militava, então no grupo União da Luta- por longo tempo, motivando essa controvérsia: uma delas, partindo da idéia de que a Rússia estava ainda em etapa pré-capitalista, defendia a idéia de que era necessário realizar a revolução burguesa e, para isso, entregar o comando político à burguesia; outra em que Lênin militava, defendia, ao contrário, a tese de que o capitalismo definia a etapa histórica russa e de que, portanto, tratava-se, realizando a revolução burguesa, sem dúvida de fazê-la com o proletariado à frente, para lhe dar um conteúdo favorável a futuros avanços. [...] Lênin demonstrou, em sua exaustiva e objetiva análise da sociedade russa e de sua história, que o problema do mercado interno residia no processo de desintegração dos pequenos proprietários de terra, repartidos em proprietários de meios de produção, particularmente a terra, e em proletariados, isto é, trabalhadores assalariados. E a criação do mercado interno acompanhava, passo a passo, o desenvolvimento do capitalismo. O antigo regime patriarcal, que alguns davam como existente, estava destruído e o processo de destruição se operara no interior da própria comuna rural. A época da reforma camponesa diferenciava-se nitidamente das épocas precedentes da história russa (SODRÉ, 1986, p. 36).

Nesta direção, merece destaque a reflexão cuidadosa e articulada de Netto (1982, p. xxi), ao apontar que:

O Desenvolvimento é a mais russa de todas as grandes obras de Lênin – e, paradoxalmente e exatamente, aí me parece residir a sua universalidade. Por que não se trata, neste livro, de ‘aplicar’ um método preciso – no caso, aquele elaborado por Marx – a uma dada realidade. Antes o procedimento leniniano consiste, a partir desse método, em agarrar a realidade de modo tal que a sua particularidade não resulte subsumida no reducionismo inerente às instâncias teóricas-metodológicas. Dai também, a sua criatividade: o aparato metodológico não retorna, desse mergulho na particularidade, idêntico a si mesmo, mas se amplia e se enriquece com novas determinações. A universalidade deste texto se encontra na sua exemplaridade [...] a efetiva compreensão de que face à irredutível particularidade que consiste cada formação econômico-social, o método se recria no confronto com a empiria, cuja aparente opacidade é ultrapassada e dissolvida na captação da sua essência movente.

Por outro lado, para o historiador Iugoslavo, Pedrag Vranicki, a obra leniniana, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*:

que no solo es el análisis más profundo del tema y la refutación definitiva de las ilusiones populistas de Vorontsov, Karysev, Danielson, etc., sino que permitió también al próprio Lenin estudiar más a fondo que todos los demás marxistas la evolución real de la sociedad rusa y su estrutura: de aquí se deriván sus lúcidas valoraciones de las diversas situaciones históricas concretas. Sobre la base de una documentación muy ampla recogida durante el período que pasó encarcelado en Petersburgo, Lenin aborda el problema del desarrollo del capitalismo en Rusia exclusivamente desde el punto de vista del mercado interior, limitando-se al período posterior a la reforma, a los goviadores rusos y al aspecto económico de ese processo. Poniendo de manifesto los errores teóricos de los economistas populistas, analiza, a partir de numerosas estadísticas y diversos estúdios económicos, el desarrollo y la diferenciación de la población campesina, llegando a la conclusión del predominio de las relaciones económico-sociales basadas sobre la economía de mercado (VRANICKI, 1977, p. 345).

Fica evidente que os resultados e conclusões da obra leniniana, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, apontam para aquilo que denominamos como uma “crítica viva da chamada Economia Política”. Nas palavras de Florestan Fernandes, sintetizamos que:

A sua primeira obra de grande envergadura, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, evidencia três coisas: 1) completo domínio crítico das teorias econômicas de Marx e do materialismo histórico; 2) aplicação exclusiva dessas teorias na descrição e interpretação dos fatos (isto é sem qualquer modalidade erudita de ecletismo); 3) As teorias econômicas de Marx forneciam “hipóteses diretrizes” estando longe de ser a fonte de um dogmatismo estéril: o que assegurava a marcha criadora da investigação, que se abria para a descoberta tanto do que era geral, quanto do que era peculiar à manifestação do capitalismo na Rússia (FERNANDES, 1978, p. 15).

Por isso para o historiador Iugoslavo Vranicki (1977, p. 348):

o objetivo de Lenin en aquella obra no era la pura investigación científica, sino la acción social. En una sociedad tan llena de contradicciones como la Rusia de aquel tempo, cargada todavia de vestígios feudales, marcada por el absolutismo político y por el capitalismo en su fase de

expansión, Lenin proponía fundamentalmente determinar si la lucha por el socialismo en Rusia tenía algún fundamento. Y para ello, necesitaba resolver los problemas relativos al desarrollo do capitalismo y la formación de la classe obrera más significativas, Lenin ofrecía, partiendo de una documentación muy ampla, um análisis precioso de esse processo, demostrando que el destino de Europa occidental era también el destino de Rusia.

Lenin pode constatar o processo de fragmentação do campesinato (camponeses ricos, camponeses médios e camponeses pobres) como também, o surgimento do Capitalismo no campo e o engendramento de novas relações sociais de produção no seio da nação euroasiática.

3 O INÍCIO DO SÉCULO XX E A “REVOLUÇÃO DE 1905” NA RÚSSIA

A partir deste diagnóstico sobre a Rússia, Lenin evidencia a “ilusão” dos populistas, sobre o papel de vanguarda que o campesinato poderia exercer num processo revolucionário. Sepultadas quaisquer ilusões, ele sabia que neste momento histórico, o “proletariado russo” ainda não possuía a necessária musculatura para protagonizar a Revolução.

Nesta direção, o caminho político correto consistia numa aliança tática com o campesinato pobre. Como Arruda Júnior (2011, p. 54) sinaliza:

É com base nessa avaliação concreta sobre a especificidade da realidade russa que Lenin chega a conclusão de que a revolução colocava na ordem do dia a necessidade de uma ditadura democrática operária e camponesa para levar a revolução burguesa até as suas últimas consequências e assim, criar as condições que favoreceriam uma aceleração da transição do capitalismo para o Socialismo.

Por isso, haverá por parte de Lenin um enorme esforço não só teórico, mas especialmente político, de propaganda e de agitação política. Não custa lembrar que o partido operário social democrata russo (POSDR) já havia sido formado em 1898, como instrumento de ação para a efetiva concreção da Revolução na Rússia. Não é por acaso que em 1902 Lenin publica o livro: *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. Esta

importante obra, nesse momento histórico, sintetiza a concepção teórica sobre o papel do “Partido de novo tipo” e como este seria o instrumento imprescindível para a revolução. Para Braz (2011, p. 79-80):

Em *Que fazer?* Lenin traça uma noção de partido na qual este teria, ao mesmo tempo, a função de vanguarda do processo revolucionário e de centralização das ações políticas, com vistas à construção da revolução socialista. Por isso, o partido de Lenin tinha no seu amago as exigências de uma estrutura rígida e altamente disciplinada. Essas peculiaridades do partido lenineano devem-se a dois determinantes principais, quais sejam: as condições histórico-políticas da Rússia e o combate às tendências espontaneístas e demasiadamente obreiristas no seio do movimento operário. Lenin estava preocupado em estruturar uma organização política que fosse capaz de provocar o movimento revolucionário, que conseguisse centralizar de modo disciplinado as ações políticas, como formas alternativas às tradições políticas até então vislumbradas na Europa e na Rússia, a saber: o populismo, os socialismos reformistas e o terrorismo, que, na Rússia, acabava por envolver diversos tipos de militantes revolucionários que lutavam contra as arbitrariedades do governo autocrático czarista.

Todavia, para Fernandes (1978, p. 15), o livro *Que fazer?* Representa:

obra de síntese e superação das experiências políticas acumuladas durante o processo de formação, constitui a face política das descobertas históricas e econômicas contidas em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Sua total fidelidade ao marxismo não pressupunha a ‘repetição de Marx’ ou a ossificação da dialética, e sim, a busca de novos caminhos, que só o marxismo podia desvendar desde que aplicado de forma precisa, exigente e imaginativa, como um saber vivo, em intrínseca conexão com a vida.

Em suma, percebe-se que para Lenin, o marxismo não seria um dogma, uma “mumificação” das ideias de Marx e Engels, e sim “análise concreta de situação concreta”. Assim, sob o eixo de uma *crítica viva da Economia Política*, o pensador russo em 1904, após a realização do II congresso do POSDR, escreveu o livro: *Um passo adiante, dois passos atrás*, avançando teoricamente sobre os princípios organizativos de Partido de

Vanguarda⁵, expostos na obra, *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*.

Paralelamente ao avanço teórico e político, e aos seus posteriores desdobramentos na práxis de Vladimir Ilich Ulianov, a nação euroasiática vivia uma situação econômica e social extremamente péssima. Como corrobora Genro e Genro Filho (2006, p. 37) “a crise econômica que abalou a Rússia entre 1900 e 1903 desempregou mais de duzentos mil trabalhadores. No campo aumentava a miséria e a exploração. Os castigos corporais, pela lei, abolidos em 1903, na verdade continuavam”.

Pois, a Rússia envolveu-se num conflito bélico contra o Japão entre 1904/1905, episódio este, que ficou conhecido como a Guerra Russo-Japonesa. O saldo deste conflito bélico foi nocivo para a nação eslava.

Diante destas condições, a Rússia czarista configurava-se como um terreno fértil para revoltas e protestos de camponeses e trabalhadores urbanos. Tendo por base Salomoni (1995, p. 21-22) verificamos historicamente que no dia 03 de janeiro de 1905, eclode uma greve em São Petersburgo na fábrica *Putilov*, esta logo se alastra por inúmeras fábricas da cidade.

Com contornos de uma greve geral mobiliza cerca de 250.000 operários, cujos desdobramentos reivindicativos materializam-se na grande marcha do dia 09 de janeiro de 1905. Neste dia, mais de 140 mil pessoas (homens, mulheres e crianças) lideradas pelo Padre Georg Gapon caminhavam rumo ao Palácio de Inverno, residência oficial do Czar para entregar sua pauta de demandas, cujas principais seriam: eleição para uma Constituinte por meio de sufrágio universal, redução da jornada de trabalho para 08 horas/dia e a fixação de um salário mínimo.

Contudo, são duramente reprimidos pelas tropas imperiais que atiraram contra a multidão, promovendo uma verdadeira carnificina, cujo saldo contabilizou mais de mil mortos e mais de dois mil feridos.

Este episódio ficou conhecido como o “domingo sangrento”, e deflagraria assim, a revolução na Rússia em 1905. Portanto, como sina-

⁵ Para um estudo rigoroso e sistemático sobre a concepção de Partido em Lenin. Ver: BRAZ, Marcelo. *Partido e revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2011 e ainda: BRAZ, Marcelo. Apresentação. In: LENIN, Vladimir I. *Que fazer? Problemas candentes do nosso tempo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

lizou corretamente, Rosenberg (1989, p. 69) “A revolução russa de 1905 não começou por ordem de um comitê central partidário, mas contrariando o esquema leninista, pela rebelião espontânea das massas”.

Por todo o país, protestos e revoltas se generalizam. Em junho de 1905, ocorre na cidade portuária de Odessa, uma insurreição de marinheiros que regressavam da guerra contra o Japão. Eles realizam uma subversão no encouraçado *Potemkin* da marinha imperial mostrando que até nas forças armadas a ideia da revolução ganha força. Diante das várias pressões, o czar publica no mês de agosto o regulamento para eleição da дума⁶ (parlamento).

Entretanto, como a lei até então não havia saído do papel, cresce a insatisfação da população russa, e no mês de outubro de 1905, estoura uma greve geral tanto em São Petersburgo como em Moscou, tendo à frente trabalhadores dos mais diversos segmentos, ou seja, padeiros, gráficos, bancários, operários de fábricas têxteis, funcionários dos correios e telégrafos e especialmente os trabalhadores ferroviários.

Desta experiência concreta, os trabalhadores de São Petersburgo criam em 13 de outubro, “o parlamento dos trabalhadores”, isto é, um Soviete. A criação deste órgão político de ação direta já estava em curso na Rússia desde maio de 1905 quando os operários têxteis de Ivanovo-Voznesenk região de Moscou materializam o primeiro Soviete.

Percebe-se que esta prática dos chamados “conselhos populares” foi disseminada em diversas cidades e no campo da Rússia. Os sovietes marcam uma nova etapa na luta contra o regime czarista na Rússia, neste sentido, concordamos com a observação de Genro e Genro Filho (2006, p. 41):

uma nova tática organizativa e política se impunha, pois surgiam espontaneamente os sovietes, que eram assembleias de delegados operários e camponeses, que resolviam e faziam, ou seja, tornavam-se instru-

⁶A Duma na Rússia funcionava como uma espécie de Parlamento (órgão legislativo), criada pelo czar Nicolau II em virtude das pressões e reivindicações das jornadas revolucionárias de 1905. A primeira Duma criada entre os dias 24 e 27 de abril de 1906, foi dissolvida pelo czar Nicolau II em 09 de julho de 1906. A segunda Duma, apelidada de “Duma Vermelha” teve uma brevíssima vida (20 de fevereiro a 03 de junho de 1907). Já a terceira Duma, cuja designação como “Duma dos senhores” durou de 1º de novembro de 1907 até 09 de junho de 1912. A 4ª Duma criada em 1912 foi logo “desativada operacionalmente” devido a 1ª guerra Mundial, de atuação amorfa e inócua durou até 1917. Na verdade as Dumas funcionavam como adornos, alegorias estereis, como “simulacro” de poder. Como Hill nos diz: “as dumas de Estado jamais tiveram poder de fato. Os sovietes, as assembleias de representantes de fábricas e organizações da classe trabalhadora, eram as únicas instituições espontaneamente democráticas no país” (HILL, 1977, p. 84).

mentos de democracia direta, fazendo o papel de executivo e legislativo ao mesmo tempo.

Voltando aos fatos históricos da Rússia, verifica-se que diante da pressão social, o regime czarista sinaliza com algumas mudanças aparentes:

Em 17 de outubro, um manifesto do Tsar redigido pelo primeiro ministro, Seguei Witt estabelece os direitos civis fundamentais (inviolabilidade da pessoa, liberdade de imprensa, da palavra de reunião, de associação) estende o direito de voto a todas as nacionalidades do Império, e confere à дума (parlamento) o poder de aprovar as leis do Estado (ANTONIELLI, 1995, p. 26).

Por outro lado, o governo cria as “centúrias negras” órgão que junto com a polícia secreta (Okhrana) reprimiram com extrema crueldade os trabalhadores urbanos e camponeses, ou seja, as centúrias negras se constituíram como uma *verdadeira máquina de repressão*:

Eles irão deflagrar uma onda de perseguições contra os judeus, os estudantes, os trabalhadores em toda Rússia. Em uma só semana, a partir de 18 de outubro, violentos confrontos explodem em 110 localidades do país. Eles irão fazer no mínimo 3.500 mortos e 10.000 feridos (ANTONIELLI, 1995, p. 27).

É importante também chamarmos atenção para a manobra política orquestrada pelo czar Nicolau II que tendo como seu primeiro ministro, Pedro Stolipin que no período de 1906 a 1911, reformulará leis, dentre elas, será realizada uma reforma agrária, ocasionando assim uma concentração das propriedades rurais nas mãos de uma pequena classe média camponesa, e como consequência direta os camponeses mais pobres, acabariam formando um proletariado agrário. Como aponta Hill (1977, p. 75-76):

Stolipin teve permissão de adotar uma tática inteiramente nova para enfrentar a situação agrária. Sua tática poderia ser definida como o avesso da política bolchevique: Stolipin tinha em vista cooperar com os elementos capitalistas do campo e dar assistência ao desenvolvimento deles. A revolução conquistara do governo a abolição das taxas anuais de resgate; com elas, grande parte da utilidade do *mir* para a máquina burocrática desaparecia também. Mediante uma série de decretos no outono de 1806, Stolipin, outorgou aos chefes de grupos familiares

o direito de propriedade absoluta das respectivas glebas, juntamente com o direito de firmar contratos fora da comuna e consolidar suas posses. A propriedade das terras até então atribuída à comuna, que personificava todos os membros da aldeia; a nova medida vinha assim desapropriar a todos com exceção dos chefes dos grupos familiares. Facilitaram-se créditos (aos dignos de crédito) a fim de que pudessem comprar as terras dos que as quisessem vender, fossem latifundiários assustados com os acontecimentos de 1905-1906 ou camponeses desvinculados e já graciosamente livres de se desfazerem de suas cotas para irem cuidar da vida onde lhes aprouvesse.

Não restam dúvidas que as experiências acumuladas com o processo revolucionário de 1905, forneceram fermento necessário para que Lenin efetivamente pudesse compreender a particularidade da formação histórico social da Rússia e sua correlação de forças na esfera da política. Como ressalta Rosenberg (1989, p. 75):

Em 1905, Lênin defendia a ditadura revolucionária democrática de operários e camponeses. Uma ideia genuinamente marxista mas que naquele momento, não poderia ser formulada por qualquer social-democrata da Europa Ocidental, nem mesmo o mais radical deles.

O caminho pavimentado com as jornadas de 1905 possibilitou ao pensador bolchevique um profundo período de estudos e reflexões, que iriam do terreno da política, das análises mais conjunturais, e atividade de agitação, como o texto: *as lições da Insurreição de Moscou*, publicado em agosto de 1906 no *Proletarii* nº02, até textos mais densos e complexos na esfera da filosofia⁷ e da crítica da economia política, em especial o debate teórico⁸ sobre a etapa monopolista do capital.

⁷Ver: LÉNINE, Vladimir. *Materialismo e empiriocriticismo*. Moscovo: Progresso; Lisboa: Avante!, 1982. Para uma aproximação propedêutica com esta problemática ver. GENRO, Tarso F.; GENRO FILHO, Adelmo. *Lenin: coração e mente*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, especialmente p. 51-59.

⁸ Sabe-se que a temática do Imperialismo foi objeto de estudo e reflexão de vários, destacamos a obra pioneira de Hobson de 1902: *Estudios del imperialismo*. Madrid: Alianza, 1981. Houve durante as duas primeiras décadas do século XX, diversos estudos sobre o Imperialismo. Destacamos entre outros a contribuição de Rudolf Hilferding com a publicação da obra: *O capital financeiro* em 1910, Rosa Luxemburgo com: *A acumulação de Capital*, publicada em 1912; Karl Kautsky com o polêmico artigo de 1914, denominado: *Ultra-Imperialismo*, Nikolai Bukharin que em 1915 escreveu: *A economia mundial e o Imperialismo*. Para uma síntese do debate sobre o Imperialismo consultar: KEMP, Tom. *Theories of imperialism*. London: Dobson Books, 1967 e ainda BREWER, Anthony. *Marxist theories of imperialism. A critical survey*. London: Routledge and Kegan Paul, 1980.

Enfim, poderíamos destacar inúmeros artigos e pesquisas realizados por Lenin antes da eclosão da Revolução de Novembro de 1917. Porém, não é o nosso objetivo. Por outro lado, caberia mencionar um estudo cuja importância, ao nosso juízo, continua indispensável para todos aqueles que pretendem na contemporaneidade seguirem o caminho aberto por Marx e Engels e trilhado de forma criativa e viva por Lenin.

Trata-se do estudo sobre: *As três fontes do Marxismo*⁹ datado de 1913, e escrito para comemoração do trigésimo aniversário da morte de Marx. Nele, Lenin detalha, quais são os vetores que edificam o marxismo, bem como, revela a sua potência, atualidade e vivacidade, ou seja, o tripé pautado na aceitação da teoria do valor trabalho como a única que explica o fundamento da riqueza material, o método de investigação dialético e a perspectiva de classe proletária. Sobre este opúsculo Genro e Genro Filho (2006, p. 72):

a assimilação que certos intelectuais fazem do marxismo [...] equivale a esfolar um tigre, arrancar-lhe os dentes, as garras e continuar a chamá-lo de tigre. O marxismo que não serve aos operários e seus aliados na luta contra a exploração capitalista – e por isso mesmo é bem visto pela burguesia e seus representantes – não merece ser chamado de marxismo. Lenin sabia bem disso. Por este motivo. Ele afirma em seu breve texto (*Três fontes*) que o marxismo é uma concepção materialista no plano filosófico exatamente para pensar e fazer a revolução.

Mesmo com eclosão da 1ª guerra mundial em 1914, Lenin manteve o foco num denso e rigoroso trabalho sobre filosofia¹⁰, chamado:

⁹ Infelizmente, Lenin (1870-1924) não chegou a completar 54 anos! Por este motivo, não teve acesso há obras substantivas de Marx e Engels, até então inéditas. O pensador soviético não conheceu os famosos *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844* (só publicados pela primeira vez em 1932), também, *A ideologia alemã*, obra escrita por Marx e Engels entre 1845 - 1846, submetida à “crítica roedora dos ratos” (só publicada em 1932), como ainda, os famosos *Grundrisse* (só publicados em 1939-1941). Mesmo diante deste quadro, Lenin conheceu muito bem, como ainda, possuiu um amplo domínio dos Livros I, II e III d’*O Capital: crítica da economia política* e de outras obras de Marx e Engels, como o *Manifesto do partido comunista*, *A sagrada família*, *Crítica ao programa de Gotha* entre outras. Este fato possibilitou ao pensador revolucionário o desenvolvimento de uma rica reflexão e interpretação sobre a Teoria Social Marxiana. Ao analisar suas fontes constitutivas: A Teoria do Valor Trabalho, herdada dos Economistas Políticos Ingleses, a Perspectiva de Classe advinda do Socialismo Francês, e o Método de Investigação, herdado da Filosofia Clássica Alemã. Ademais, cabe assinalar que há uma extensa polêmica e controvérsia sobre esta assertiva leniniana. Ver: “Crítica ao amálgama originário” In: CHASIN, José. *Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

¹⁰ Cabe assinalar que Lenin estudou muito a Filosofia Clássica, fica clara esta incursão ainda com alguns equívocos em seu livro de 1908, *Materialismo e empiriocriticismo*. Contudo, sua musculatura filosófica ganha estatura e relevância ao se debruçar sobre a obra hegeliana, nos anos de 1914 e 1915, especialmente sobre: *A*

Cadernos filosóficos, cujo objetivo pautava-se em especial na compreensão da obra hegeliana, *Ciência da lógica* como ainda, se debruçou num estudo sistemático que versava sobre o Imperialismo¹¹, esta obra ficou conhecida como: *Os Cadernos sobre o imperialismo*, estudo este que serviu de base para a redação do livro: *O imperialismo, fase superior do capitalismo*.

Nunca é demais lembrarmos, que tendo a cabeça a prêmio e “caçado como um rato” pelo czarismo russo, Lenin teve que passar vários anos longe de seu país, entre prisões e exílios, como descrevem Genro e Genro e Filho (2006, p. 47):

em dezembro de 1907, caçado em toda Rússia, Lenin empreendeu uma perigosa viagem sobre lagos e rios gelados para chegar até a fronteira sueca. Nádia contou em suas memórias que num certo momento, quando o gelo começou a ceder sob os seus pés, Lenin exclamou: ‘que maneira mais estúpida de morrer...’ pela segunda vez iria viver no exílio.

Em janeiro de 1908, Lenin e sua esposa, Nádia Krupskaja chegam à Suíça. O pensador soviético regressará em definitivo para a Rússia, apenas em 1917.

ciência da lógica, Lições da historia da filosofia e Lições de filosofia da história. Estes estudos compõem uma parte daqueles manuscritos que ficaram conhecidos como Cadernos Filosóficos. Ver: LENINE, Vladimir I. *Cadernos filosóficos*. Lisboa: Edições Avante!, 1989. (Obras escolhidas, Tomo VI). Há ainda um excerto de parte do estudo sobre a Lógica Hegeliana editado com uma longa apresentação de Henri Lefebvre e Norbert Guterman sob o título de *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Cf. LENIN, Vladimir I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2011.

¹¹ Trata-se de um estudo preparatório para a redação e confecção de seu livro: *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Não seria nenhum exagero da nossa parte, apontar e comparar a importância que este estudo teve para Lenin redigir o livro sobre o Imperialismo, com aquela atribuída aos *Grundrisse* para que Marx redigisse a Contribuição à crítica a Economia Política em 1859 e posteriormente em 1867 publicasse o Livro I *d'O Capital*. Nesta direção, *Os chamados Cadernos sobre o imperialismo*, reúnem estudos, observações e apontamentos feitos por Lenin entre os anos de 1915 e 1916, um estudo ciclópico em face das condições históricas objetivas da Europa, e em especial da Rússia em meio à 1ª Guerra Mundial. Este trabalho de acúmulo teórico sobre o Imperialismo envolveu o estudo de 148 livros (106 em alemão, 23 em francês, 17 em inglês e 2 traduzidos ao russo), também de 232 artigos (206 em alemão, 13 em francês e 13 em Inglês, e ainda 49 jornais, sendo 34 periódicos alemães, 7 franceses e 8 ingleses. Cabe ainda lembrar que este monumental Livro ficou inédito até a década de 1930, sendo uma parte publicada no ano de 1933 e a outra parte, só seria publicada em 1938. Cf. LENIN, Vladimir I. *Cadernos sobre el imperialismo*. Moscú: Editorial Progreso, 1986. (Obras completas, v. XXVIII).

4 AS PORTAS DA REVOLUÇÃO: A CONCREÇÃO DE UMA TEORIA SOBRE O IMPERIALISMO

Na Suíça, particularmente na cidade Zurique, durante os meses de janeiro e junho de 1916, Lênin elabora, sistematiza e sintetiza na forma de livro, o seu estudo: *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, que publicado a partir de 1917, torna-se um importante texto para o combate das terias econômicas vulgares, bem como, instrumento na arena da política, seja para as atividades de propaganda, e em especial de agitação.

Este importante trabalho, inicia-se com a constatação da importante mudança que havia sido introduzida na dinâmica do modo de produção capitalista, ou seja, “a concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também em particular o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos” (LÉNINE, 1975, p. 38).

Lenin também analisa a natureza do fenômeno dos monopólios que regem a etapa imperialista: elencando os traços constitutivos desta nova fase:

1. A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. A fusão do capital bancário com o industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira;
3. A exportação de capitais, diferente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. A formação de associações monopolistas internacionais de capitalistas, que partilham o mundo entre si;
5. O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÉNINE, 1975, p. 108).

Por fim, o pensador soviético detalha que:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu importância assinalável a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LÉNINE, 1975, p. 108).

Prosseguindo com a formulação leniniana, ao nosso juízo, percebe-se a centralidade da categoria *capital financeiro* em seu arcabouço teórico para uma efetiva compreensão da dinâmica do modo de produção capitalista na contemporaneidade. Para Lenin (1975, p. 63) “[A] concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; *fusão ou entrelaçamento dos bancos com a Indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra”*.

Desdobrando o argumento de Lenin, sobre esta questão, percebesse que o fenômeno de concentração monopolista que marca a etapa imperialista do modo de produção capitalista, atinge a esfera produtiva, como também a esfera financeira, *locus* de atuação privilegiado da forma capital bancário. Assim, na fase imperialista, a forma de capital bancário torna-se o agente fornecedor essencial do capital, pois, esta forma de capital ao centralizar o crédito, também passa a controlar os investimentos e o ciclo econômico em sua totalidade.

Em suma, ocorre uma fusão financeira e administrativa entre as indústrias (enquanto forma do capital produtivo) e os bancos (enquanto forma do capital bancário), sob a hegemonia destes últimos. Não é por acaso, que na etapa do imperialismo¹², este novo tipo de capital sob a égide dos banqueiros e grandes rentistas em geral, isto é, de uma Oligarquia financeira, chama-se capital financeiro¹³.

¹² A problemática sobre o Imperialismo continua atual e mostra a sua vitalidade teórica, inúmeros trabalhos continuam sendo produzidos no seio da chamada tradição marxista. Posições sob os mais diversos matizes e às vezes controversias como é o caso de: HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004. Lembramos o clássico: AMIN, Samir (Org.). *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. Também o estudo instigante e provocativo de: WOOD, Ellen. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014. Ainda sem tradução no Brasil, vale a pena conferir o estudo de SANTI, Paolo et al. *Teoria marxista del imperialismo*. 3. ed. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

¹³ O entendimento em torno da validade atual, da categoria *capital financeiro*, não se constitui como um consenso. Muitos analistas e pesquisadores que teorizam na atualidade sobre a financeirização da riqueza, utilizam analiticamente as categorias de capital portador de juros e de capital fictício. Sugerimos a leitura de um texto basilar que didaticamente além de explicitar as diferenças entre capital financeiro, capital portador de juros e capital fictício, reconstrói com propriedade a discussão sobre as formas autônomas (capital comercial, portador de juros e do capital fictício) presentes na obra marxiana, *O Capital...* Livro III, seção V. Neste artigo, Marcelo Carcanholo e Juan Pancieira detalham como, o capital bancário desdobra-se além de suas funções técnicas (enquanto capital de comércio de dinheiro), graças ao desenvolvimento do sistema de crédito. Neste sentido, o capital bancário (como forma autonomizada de capital) dialeticamente se configura como capital portador de juros, pois, o capital torna-se uma mercadoria *sui generis*, isto é, seu empréstimo é destinado para a produção de lucros. Já a forma fictícia configura-se como desdobramento categorial e dialético e autonomizado do capital a juros. Por tudo isso, percebe-se que autonomização/substantivação das formas de capital são próprias à dinâmica e *modus operandi* do capital. Cf. CARCANHOLO, Marcelo; PAINCEIRA, Juan P. P. A atual crise do capitalismo e suas perspectivas. *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, ano XIX, n. 45, p. 161-173, jan. 2010.

Já para Rudokova (1986, p. 40-41):

As duas correntes da concentração - nas esferas industrial e bancária - fundem-se, formando o novo fenómeno, o capital financeiro [...] o monopólio do capital financeiro conduz necessariamente á dominação daquele sector da burguesia que representa este capital: a oligarquia financeira.

Ao nosso juízo, a categoria capital financeiro não é uma categoria epistemológica, trata-se na verdade, de uma categoria não só heurística, que abarca a totalidade das múltiplas manifestações e das distintas formas de ser e do *modus operandi* do capital. Noutras palavras, o capital financeiro não se configura apenas pela “fusão, junção ou entrelaçamento da forma de capital bancário com o capital produtivo”.

Trata-se na verdade de uma categoria ontológica própria da fase imperialista, que por sua vez, sintetiza a totalidade contraditória que engloba os ciclos do (capital produtivo – capital mercadoria e capital dinheiro), bem como, as formas autônomas e fluídas de capital, em especial, a forma de capital portador de juros e o capital fictício.

Analisando a obra em seu contexto histórico e numa perspectiva de totalidade, concordamos com a argumentação de Lukács (2012, p. 63) de que: *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, não é uma obra economicista, pois, na verdade:

A teoria do Imperialismo de Lenin é menos uma teoria a respeito do seu surgimento economicamente necessário e de seus limites econômicos – como a de Rosa Luxemburgo – do que uma teoria das forças concretas de classe que o imperialismo desencadeia e que atuam em seu interior; é a teoria da situação mundial concreta provocada pelo imperialismo. Quando Lenin investiga a essência do capital monopolista e a divisão de classes que daí surge: como a terra foi repartida de facto pelas grandes potências coloniais; as alterações ocorridas na divisão interna entre burguesia e proletariado (camadas parasitárias de rentistas, aristocracia operária etc.). E, sobretudo, como o movimento interno do capital monopolista, em razão do ritmo desigual nos diferentes países, revoga a repartição entre ‘zonas de interesse’ outros compromissos firmados e leva a conflitos que só podem ser solucionados pela violência, pela guerra.

O filósofo húngaro conclui que:

À medida que a essência do imperialismo como capital monopolista e sua guerra são determinadas com o desenvolvimento e exteriorização necessários da tendência de concentração ainda maior, de monopólio absoluto, a estratificação da sociedade torna-se mais clara em sua relação com essa guerra (LUKACS, 2012, p. 63).

No plano político, Genro e Genro Filho (2006, p. 95) sintetizam que: “Precisamente porque apenas [Lenin] entendeu o imperialismo como uma totalidade concreta, [ele foi] capaz de extrair as consequências políticas relevantes para a práxis revolucionária do proletariado”.

Voltando ao legado deixado por este importante estudo de Lenin, Sodré (1986, p. 45-46) resgata a sua atualidade teórica e heurística:

A análise do Imperialismo, a criação enquanto categoria marxista dessa etapa do desenvolvimento capitalista, a forma de separar tal categoria da escória de sua concepção vulgar de simples expansão pela força, definindo-a historicamente, foi sem sombra de dúvida, uma das maiores contribuições de Lênin ao marxismo e um dos instrumentos mais importantes para a luta política do nosso tempo e particularmente para os povos dos países oprimidos e dependentes. A atualidade desse estudo está acima de qualquer dúvida.

Detalhando ainda que:

o estudo de Lênin sobre o imperialismo está entre as suas mais importantes contribuições ao desenvolvimento do marxismo e representa análise aguda da fase histórica de que se gerou a crise do mundo contemporâneo. Todos estes estudos, de que o sobre o imperialismo, em 1916, foi o último, representam a genial interpretação de Lênin, no exílio, dos fenômenos que estavam em processo. Estava encerrada a fase em que ele poderia realizar estudos acurados, resultados de pesquisas e de leituras, de meditação prolongada. Daí por diante, caberia a Lênin outra forma de militância, aquela que se define por trabalhos do tipo das *cartas de longe* ou das *Teses de abril*, em que lhe cabe intervir no concreto, em situações particulares, cuja seriedade é indiscutível (SODRÉ, 1986, p. 49).

Também, Arruda Júnior (2001, p. 96): sinaliza a importância do estudo leniniano para que a atual tradição marxista possa manter viva, a efetiva crítica da economia política:

No conjunto da obra de Lênin, a teoria do imperialismo representa uma espécie de pedra angular que lhe permite estabelecer as mediações necessárias para que a perspectiva universalista da classe operária seja organicamente incorporada ao método de ‘análise concreta de uma situação concreta’. A visão do capitalismo monopolista – a base material do imperialismo – como um sistema econômico mundial composto de formações sociais heterogêneas articuladas por nexos econômicos e políticos, cujas particularidades estão condicionadas pela lei do desenvolvimento desigual, abre caminho para que a especificidade de cada formação econômica e social seja vista como um todo integrado à totalidade maior que a sobredetermina. Assim, a dinâmica da luta classes deixa de atrelar-se mecanicamente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas para ganhar uma dimensão que extrapola a restrita perspectiva economicista que dominava o marxismo do início do século XX.

Se a obra, *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, sintetiza os traços fundamentais do Imperialismo, explicitando como a dinâmica de acumulação e reprodução capitalista, passa a ser regida não mais pela simples exportação de mercadorias e sim pela exportação de capital, entrando em cena como protagonista principal o *capital financeiro*. Também é verdade, que o efetivo entendimento e compreensão da categoria *capital financeiro* permite comprovar sua atual validade histórica, e explicita como a *oligarquia financeira* tem exacerbado a lógica rentista e parasitária no século XXI.

Ora, no nosso entendimento, a categoria de *capital financeiro* continua sendo o grande maestro e regente da dinâmica e acumulação no capitalismo recente, ou seja, a alquimia das finanças via processos de “financeirização da riqueza” cujos protagonistas são o capital portador de juros e o capital fictício, são na verdade, a representação e expressão mais imediata e reificada da realidade cotidiana que ofusca a atuação do capital financeiro (enquanto categoria síntese) na etapa atual do Imperialismo.

5 A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO: DO COMUNISMO DE GUERRA À NEP

O ano de 1917 é emblemático na Rússia. Após mais de 300 anos governada sob a égide dos Romanov (1613-1917), o czar Nicolau II e o seu filho abdicam em 15 de março. Ao mesmo tempo, ao esfacelamento da Rússia por estar participando ativamente da primeira guerra mundial, contribuem para o ressurgimento na cidade de Petrogrado (capital da Rússia), dos soviets, ou seja, aqueles órgãos de ação direta utilizados por trabalhadores urbanos e camponeses nas jornadas revolucionárias de 1905.

Entre os meses de março a novembro de 1917 (fevereiro a outubro pelo antigo calendário juliano), a dualidade de poderes instalasse-se de forma definitiva na Rússia. Em meios aos inúmeros protestos e agitações que se alastravam por todo o país, não foi possível o governo Provisório conter a situação que se agravava a cada dia.

Lenin que estava na Suíça, e havia regressado para Rússia em 16 de abril de 1917, será obrigado, mais uma vez, a viver na clandestinidade, a partir de julho. Pois, Alexandre Kerenski que havia sido conduzido ao cargo de 1º ministro do governo provisório em julho, desencadeará um intenso processo contrarrevolucionário. Por outro lado, quanto mais a truculência do governo provisório aumentava, mais os Sovietes se disseminavam pela Rússia; alastrando-se de Petrogrado, passando por Moscou até Kronstadt, este instrumento de ação direta dos trabalhadores e camponeses, ganhava musculatura e legitimação política e social, alargando ainda mais, o fosso da dualidade de poderes e conseqüentemente minando os alicerces contrarrevolucionários do Governo provisório de Kerenski.

Em outubro de 1917, Lenin que estava na Finlândia regressa a Rússia, agora em definitivo, para dirigir o exitoso processo revolucionário.

Pouco antes disso, logo que voltou da Suíça, Lenin não perdeu tempo, escreve as *Teses de Abril* conclamando: “Todo o poder aos Sovietes” fornecendo o alimento político necessário para a ocasião. Não é menos verdade que Lenin também ao lançar o lema: “pão, paz e terra” irá canalizar todas as forças sociais e aglutiná-las dando mais coesão e legitimação política ao processo insurrecional que culminará em Novembro.

Cabe lembrar ainda, que às portas da Revolução, isto é, entre os meses de agosto e setembro de 1917, Lenin redige: *O estado e a revolução*¹⁴, que só viria a ser publicado em 1918. Esta obra será de muita valia para Lenin pensar como se dirige o Estado com a tomada definitiva do poder pelos trabalhadores.

Depois de telegrafarmos sumariamente alguns acontecimentos que culminaram com a Revolução, levando os bolcheviques¹⁵ ao poder, estes agora deveriam destruir o Estado Burguês e edificar o Estado Socialista, ou seja, uma aguda fase de transição que devido às particularidades russas exigirão um esforço hercúleo. Mais uma vez brota em Lenin a sua genialidade de realizar uma crítica viva da Economia Política, será neste período de transição, o que para muitos analistas (BERTELLI, 1988, 1999; ARRUDA JÚNIOR, 2011; GENRO; GENRO FILHO, 2006; ROSENBERG, 1989; GOMES, 2006) representa também, o período de produção de textos de *intervenção imediata*, cuja elaboração caminha no embrião e desenvolvimento de uma *Teoria sobre a Transição*.

Retomando os fatos, nesta fase de transição deveriam ser criados organismos e instrumentos novos e originais de gestão e administração. Com base em Bertelli (1988, 1999) e Mazzeo (1987) percebe-se que as experiências da Comuna de Paris e do soviete de São Petersburgo da Revolução de 1905 rendem frutos para a reflexão leniniana. Noutras palavras, a necessidade de transformação do Estado Burguês num Estado Proletariado, só se daria com a utilização dos Sovietes como a verdadeira

¹⁴ Nesta direção, *O estado e a revolução*, representa para vários analistas, o estudo que dará o acabamento final à sua síntese da “Teoria do Partido”, cujo embrião e germe já haviam sido expostos em 1902, noutro estudo leniniano, *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. Além da leitura desta obra, recomendando para uma reflexão mais aprofundada e articulada, a leitura dos famosos “Cadernos azuis” escritos nos meses de janeiro e fevereiro de 1917 em Zurique. Este material serviu de base para que Lenin redigisse o livro, *O estado e a revolução*. Ver: LENIN, Vladimir I. *El marxismo y El estado*: materiales preparatórios para el libro El estado y la Revolucion. Madrid: Biblioteca Júcar, 1978. Já para uma primeira aproximação ao estudo do *Estado e a revolução*, ver: FERNANDES, Florestan. Apresentação. In: LENIN, Vladimir I. *O estado e a revolução*. São Paulo: HUCITEC, 1978, como também: NETTO, José Paulo. Lênin e a instrumentalidade do poder. In: LÊNIN, Vladimir I. *O estado e a revolução*. São Paulo: Global, 1987.

¹⁵ Lembremos que em abril de 1917, o termo bolchevismo passou a incorporar o antigo Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), passando assim a ser denominado de Partido Bolchevique, além disso, em seu VII Congresso ocorrido entre os dias 06 a 08 de março, transforma-se no Partido Comunista da Rússia Bolchevista (PCR). Em 1925, no XVI Congresso muda seu nome para Partido Comunista de Toda a União (Bolchevista). Somente em 1952, no XIX Congresso, altera-se o nome para Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Cf. SEGRILLO, Angelo. *Herdeiros de Lenin: A história dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003. p. 15.

e democrática forma de governo sobre o efetivo controle do proletariado. Segundo Mazzeo (1987, p. 174)

Lênin percebeu que somente a centralização do poder político, garantiria a implantação de um Estado de novo tipo, [...] Em suma, os soviets expressam este novo tipo de Estado Proletário que se torna instrumento de dominação dos oprimidos sobre os antigos opressores. Caberá, então, a esse Estado de *novo tipo*, a reestruturação total (revolucionária) da sociedade e a eliminação da divisão de classes, sob a ditadura proletária, como fundamento para a primeira etapa do comunismo.

Contudo, mesmo com o fim da 1ª guerra Mundial em 1918. A nascente Rússia Soviética estará vivendo um processo contrarrevolucionário expresso numa brutal guerra civil que eclodiu em abril de 1918 e durou até novembro de 1920. Este momento histórico, como mencionado anteriormente, exigirá de Lenin e dos bolcheviques, grandes habilidades teóricas e políticas.

O recém governo revolucionário na segunda metade do ano de 1918 implanta, então, o chamado “Comunismo de Guerra”, que irá vigorar até meados da primeira metade do ano de 1921. Sobre este acontecimento, Bertelli (1988, p. 18) elucida que:

o período da guerra civil foi marcado pela necessidade de se militarizar toda a sociedade. Se a economia estava destruída pelos esforços dos quatro anos da guerra contra a Alemanha, imagina-se às dificuldades e as condições de sobrevivência de todo o povo em decorrência da luta contra os guardas brancos e as tropas estrangeiras que invadiram o país. Diante desta situação, não restou alternativa senão implantar o comunismo de guerra. Tudo passou para o controle do Estado: acontecia a socialização desejada pelos comunistas de esquerda, não por uma decisão econômica e política, mas militar.

No período do Comunismo de Guerra, há um processo de nacionalização das Indústrias e estas passam ao controle e gestão do Estado. Também ocorre o monopólio Estatal dos cereais e outros gêneros alimentícios, neste período em virtude da intensa guerra civil, a Rússia enfrenta uma grave inflação que implica numa substantiva desvalorização do di-

nheiro, fato esse que se estimulam as trocas in natura. Após quase três anos sob a égide do Comunismo de Guerra, constata-se na Rússia Soviética que:

O poder soviético pagou um preço incalculável pela derrota da contra-revolução. A economia foi praticamente destruída, isto é, acabou de ser destruída. A anarquia espalhava-se por todo o país. Revoltas camponesas no interior, fome, frio, doenças e banditismo nas cidades e no campo. A classe operária conscientizada praticamente desapareceu, vítima de combates nas frentes de batalha, da fome do frio, ou então devido à migração para o interior, em busca de alimentos para as famílias operárias (BERTELLI, 1988, p. 19).

No X Congresso do partido realizado em março de 1921, o Comunismo de Guerra é abandonado, surgindo assim na Rússia Revolucionária, a Nova Política Econômica (NEP). Esta nova política econômica resgata as teses dos bolcheviques sobre o período da transição. Para Medvedev (1988, p. 54-55):

Embora Lenin ainda depositasse confiança na iminente revolução proletária mundial, não podia, enquanto político lúcido que era, ligar o destino da Rússia soviética às vicissitudes imprevisíveis do movimento revolucionário mundial; e a busca de uma saída para a nova situação que se criou, chegou à elaboração da Nova Política Econômica. A NEP, em seu conjunto, não foi instaurada num só mês, nem mesmo num só ano. O próprio Lênin não teve consciência imediata de seu alcance. Considerada no início por numerosos dirigentes bolcheviques como um simples recuo temporário e inevitável, como uma mera manobra tática, a NEP trouxe tão rapidamente a estabilização e a melhoria da situação política e econômica interna que Lênin se deu conta também rapidamente que ela não era só uma retirada forçada, mas sim, a política mais adequada para a Rússia, com a sua economia atrasada e o seu governo operário.

Por meio da NEP foi restabelecida uma economia de mercado sob o controle do Estado. No nosso entendimento, observa-se neste período que Lenin mantém-se fiel ao lema: “marxismo é análise concreta de situação concreta”, assim, nesta direção, percebemos que a chamada “crítica viva da economia política” se faz presente nas suas elaborações teóricas. Embora, estes sejam textos escritos no calor da hora para uma intervenção mais imediata, eles exprimem uma compreensão de totalidade concreta

pautada na especificidade da realidade russa neste período, ou seja, o caminho correto para edificação do Socialismo. O célebre artigo: *Sobre o imposto em espécie: o significado da Nova Política econômica e suas condições*, escrito em 1921 é a prova mais cabal desta atitude.

Neste trabalho, Lenin retomando os argumentos de outro trabalho de 1918, intitulado *infantilismo de esquerda e a mentalidade pequeno-burguesa*, explicita como seria uma economia de transição, o chamado *Capitalismo de Estado*, seria uma etapa necessária para que a Rússia Soviética pudesse chegar ao Socialismo, isto é, “*O capitalismo de Estado é a preparação material, a antessala do Socialismo*”.

Lenin (1987, p. 145), ao refletir sobre a particularidade da formação econômico-social da Rússia, constata que neste período de transição, existem partículas de socialismo como de capitalismo e ainda que de diversos tipos de economia social:

1. economia camponesa patriarcal, isto é, natural em grau considerável;
2. pequena produção mercantil (nela se inclui a maioria dos camponeses que vendem cereais);
3. capitalismo privado;
4. capitalismo de Estado;
5. socialismo.

Lenin (1987, p. 145) detalha também que: “A Rússia é tão grande e tão complexa que nela se entrelaçam todos estes tipos diferentes de economia social. A originalidade da situação está exatamente nisso”. O pensador soviético insistia na ideia de uma fase de transição cujo protagonismo seria por meio de um capitalismo de Estado. Ele já afirmava em 1918 que:

O capitalismo de Estado representaria um passo à frente em comparação com a situação existente hoje em nossa República soviética. Se dentro de uns seis meses o capitalismo de Estado fosse implementado em nosso país, isso seria um imenso êxito e a mais sólida garantia de que, ao fim de um ano, o socialismo se afirmaria entre nós definitivamente e se tornaria invencível (LÊNIN, 1987, p. 144).

Ainda neste texto de 1918, no sentido de justificar a superioridade técnica do capitalismo para o efetivo avanço das forças produtivas¹⁶ em solo russo, Lenin (1987, p 148) estabelece uma analogia com a Alemanha, país este considerado como o grande exemplo a ser seguido:

[...] um exemplo concretíssimo de Capitalismo de Estado. A Alemanha. Aí temos a última palavra da grande técnica capitalista moderna e da organização harmônica *subordinada ao imperialismo junker-burguês* deixando as palavras sublinhadas e colocando no lugar de Estado militar, *junker*, burguês, imperialista, também um Estado, mas um Estado de outro tipo social, de outro conteúdo de classe, o Estado soviético, isto é, proletário, obteremos toda a soma de condições que dá como resultado o socialismo

O pensador bolchevique é enfático:

O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista, calçada na última palavra da ciência moderna, sem uma organização estatal harmônica, que submeta dezenas de milhões de pessoas à mais rigorosa observância de uma única norma na produção e na distribuição dos produtos. (LÊNIN, 1987, p. 148, grifos e negritos nosso).

Para além de quaisquer elucubrações abstratas, Lenin não admitia vacilo:

Hoje na Rússia, predomina precisamente o capitalismo pequeno-burguês, do qual o único e mesmo caminho leva tanto ao grande capitalismo de Estado como ao socialismo; leva por meio de uma contabilidade e controle por todo o povo da produção e da distribuição. Quem não compreende isto comete um erro econômico imperdoável, seja desconhecendo os fatos da realidade, não vendo o que existe, nem sabendo olhar a verdade cara a cara, seja limitando-se a uma contradição abstrata entre capitalismo e o socialismo e não se aprofundando nas formas e fases concretas dessa transição existente em nosso país (LENIN, 1987, p. 149).

¹⁶ Sabe-se que Lenin desde a vitória da Revolução Bolchevique, evoca as práticas tayloristas como as mais científicas para estimular o aumento da produtividade e o desenvolvimento das forças produtivas na Rússia Soviética. Contudo, esta nem sempre foi a sua postura. Cf. LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses e Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, e também: FINZI, Roberto. Lênin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência econômica após Outubro. In: HOBSBAWM, Eric et al. *História do Marxismo VII. O marxismo na época da Terceira Internacional: A URSS da construção do Socialismo ao Stalinismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Evidentemente que a fase de transição sob a égide do capitalismo de Estado exigiria mudanças na condução da economia, para isso, o imposto em espécie era vital:

O imposto em espécie é uma das formas de transição do peculiar comunismo de guerra – determinado pela extrema miséria, pela ruína, pela guerra – para uma justa troca socialista de produtos. E esta última é, por sua vez, uma das formas de transição do socialismo ao comunismo, com as particularidades originadas pelo predomínio dos pequenos camponeses entre a população (LENIN, 1987, p. 156).

Lenin (1987, p. 157), ao refletir numa perspectiva de totalidade, também expressava uma sincera preocupação com a situação econômica dos camponeses que no período do comunismo de guerra viviam forte penúria. Assim, com as novas medidas econômicas introduzidas pela NEP, o quadro mudaria, pois:

O imposto em espécie representa esta transição. Estamos ainda tão arruinados, tão sufocados pelo peso da guerra (terminada ontem, e que amanhã mesmo, pela avidez e fúria dos capitalistas, pode eclodir de novo), que não podemos entregar ao camponês, produtos industriais em troca de todo o trigo que necessitamos. Sabendo disso, implantamos o imposto em espécie, isto é, tomamos dos camponeses, em forma de imposto, o mínimo indispensável de trigo (para o Exército e para os operários) e o resto, trocamos por produtos industriais.

Percebe-se que a partir deste diagnóstico, a chamada NEP reestabelecia uma economia de mercado sob o controle do Estado. Para Mazzeo (1987, p. 184-185):

Não restam dúvidas, por outro lado, que a NEP significou a reimplantação do capitalismo na Rússia. Mas essa reimplantação capitalista se deu sob outros conteúdos; foi na verdade, um tipo de capitalismo sem essência de si; sem essência burguesa. O capitalismo reimplantado, já não possui o poder de Estado em suas mãos, ao contrário, é controlado por um estado proletário que restringe seus lucros.

Também para Arruda Júnior (2011, p. 93) a NEP representou uma ação articulada, uma vez que:

No plano econômico, a recomposição dos mecanismos de funcionamento da economia exigia um recuo nas medidas de socialização exigidas pelo comunismo de guerra do período da guerra civil. Sem abrir mão dos mecanismos de planejamento central, Lênin defende a importância de uma abertura para a iniciativa privada, colocando na ordem do dia questão do recuo tático que permitisse melhores condições para a circulação mercantil e para a operação do grande capital, nacional e internacional.

Contudo, para Alec Nove (1988, p. 116) a política econômica executada na Rússia Soviética revelava que:

A NEP tornou-se um modelo de economia mista, na qual os setores fundamentais (a economia em larga escala, grande parte do comércio no atacado, o comércio exterior) eram controlados pelo Estado, mas onde o próprio setor estatal tinha de agir também em um contexto de mercado; através de um acordo com os consumidores, a direção estabelecia a proporção relativa dos produtos, os custos deviam ser cobertos com o que fosse conseguido com as vendas e o plano estatal se limitava em grande medida, somente aos investimentos. Os camponeses foram liberados para cultivar e vender como bem entendessem.

Todavia, cabe esclarecer que para Lenin não havia nenhum paradoxo, tratava-se sim de “fazer análise concreta de uma situação concreta”, ou seja, desenvolver as forças produtivas, custe o que custar, para isso as práticas capitalistas eram imprescindíveis, pois:

é preciso que se coloquem em andamento tudo que o possa ativar a troca entre indústria e a agricultura, custe o que custar. Aquele que neste terreno obtiver os melhores resultados, seja por meio do capitalismo privado, seja pela cooperação, sem transformar esse capitalismo privado em capitalismo de estado, trará mais proveito à construção do socialismo em toda a Rússia do que aquele que permanece meditando sobre a pureza do comunismo, escreve regulamentos, instruções e regras a respeito do capitalismo de Estado e da cooperação, mas não impulsiona de fato a troca (LÊNIN, 1987, p. 169).

Dessa forma, a NEP foi muito positiva para a nascente URSS¹⁷, os aspectos positivos desta política são descritos por Davies (1988, p. 84-85):

A Nova política econômica (NEP), inaugurada por Lênin em 1921, obteve em alguns aspectos um brilhante sucesso. A NEP permitiu que o Estado renunciasse ao exercício dos controles coercitivos sobre a produção camponesa que haviam sido característicos dos anos da guerra civil, bem como a reabertura do mercado entre cidade e campo. Dada estas condições, tanto a produção agrícola como a industrial conheceram uma retomada mais rápida do que se supunha os políticos ou economistas; e no outono de 1926 quase se reconquistou o nível pré-bélico. O estado continuava a ser proprietário de quase toda a indústria fabril e do sistema bancário. Foi mantido o monopólio do Estado sobre o comércio exterior.

Ressaltando que:

O mecanismo de planificação e controle estatal desenvolvido em meados dos anos 20 não era, portanto, absolutamente irrelevante. O governo soviético desenvolveu e estendeu os mecanismos de controle pré-bélicos, e bélicos do governo czarista – que se ocupavam a agricultura, ferrovias, transporte e estatísticas – acrescentaram-se agora outros departamentos para a Indústria (O VESENKHA, o conhecido conselho supremo da Economia Nacional) e para a Planificação (GLOSPAN) (DAVIES, 1988, p. 85).

Percebemos que a NEP no seu conjunto, efetivamente representou o fim de uma pretensão utópica e idealista de implantação do Socialismo via a imediata tomada de poder, assim, após a experiência mais que necessária do Comunismo de Guerra, “dar um passo atrás para depois dar dois três passos à frente era necessário”.

É evidente que para Lenin, enquanto revolucionário, na condução da NEP, o Estado continuava tendo um papel de protagonista central, de controle e de fiscalização:

¹⁷ Historicamente, sabe-se que o Congresso dos Sovietes em 30 de dezembro de 1922 cria a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cuja Constituição de 06 de julho de 1923, seria ratificada em lei no dia 31 de janeiro de 1924. A URSS era composta pelas: República Socialista Federativa dos Sovietes da Rússia, constituída logo em Julho de 1918, a República Socialista Federativa da Ucrânia, a República Socialista Federativa da Rússia Branca e a República Socialista Federativa da Transcaucásia (Geórgia, Arménia e Azerbaijão). A URSS nesta época possuiu uma extensão territorial de mais de 22 milhões de quilômetros quadrados.

O comércio justo, que não se esquite ao controle do Estado, deve ser apoiado por nós e seu desenvolvimento nos convém. Porém é impossível diferenciar a especulação do comércio 'justo' se tomamos como um conceito da economia política. A liberdade de comércio é o capitalismo, e o capitalismo é a especulação: é ridículo fechar os olhos diante deste fato. Como proceder então? Declarar a impunidade da especulação? Não. É preciso rever e reformular todas as leis sobre a especulação, declarando passível de punição (persequindo de fato, com rigor três vezes maior do que antes) qualquer desfalque e qualquer ação para evitar aberta ou encoberta, direta ou indiretamente, o controle, a vigilância e o registro estatal (LENIN, 1987, p. 172).

Mais uma vez, pensando numa perspectiva de totalidade sob o cariz de uma crítica viva da Economia, o pensador soviético argumentava, sobre o desenvolvimento das forças produtivas. Pois, uma das suas preocupações mais urgentes, seria a necessária eletrificação de toda a Rússia Soviética.

O processo de eletrificação colocava-se como condição indispensável para a edificação do Socialismo. Sabe-se que não seria uma tarefa nada fácil para o nascente país Soviético, já que contando com uma tecnologia pouco desenvolvida e ainda, com uma extensão territorial total de mais de 22 milhões de quilômetros quadrados (17 milhões de km² só do território russo). Este motivo levaria Lenin em seu texto: *O imposto em espécie*, a afirmação que a Rússia soviética teria que passar pelas práticas do Capitalismo de Estado como fase de transição para o Socialismo:

A passagem direta de tal estágio predominante na Rússia para o socialismo é possível? Sim, é concebível até certo ponto, mas somente com uma condição, que agora conhecemos exatamente graças ao trabalho científico realizado. Esta condição é a eletrificação. Se construirmos dezenas de centrais elétricas distritais (agora já sabemos onde e como se pode e se deve construir) se levarmos sua energia a todas as aldeias e se conseguirmos a quantidade suficiente de motores elétricos e de outras máquinas, não precisaremos mais passar por graus intermediários ou transitórios entre o regime patriarcal e o socialismo, ou quase não será necessário. Mas sabemos perfeitamente que essa única condição exige somente para os trabalhos mais urgentes, pelo menos uma década, e reduzir este prazo, só é possível no caso da vitória da revolução proletária em países como Inglaterra, Alemanha e América do Norte (LENIN, 1987, p. 164-165).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo deste texto estabelecer conexões que marcaram a relação de Lenin com a *Crítica da economia política* para a efetiva compreensão da particularidade histórica e social da Rússia, bem como, sua utilidade como ferramenta de luta para o debate e intervenção teórico-prática e por conseguinte, sua contribuição para a construção do socialismo neste país. O contato de Lenin com a crítica da economia política foi estabelecido muito cedo, desde 1888, ou seja, como apenas 18 anos de idade, ele já estudava de forma rigorosa e sistemática a obra: *O capital* de Karl Marx.

Durante a década de 1890, a vida de Lenin é marcada por tragédias familiares e uma intensa atividade de agitação e subversão políticas, como ainda, representa o período em que ele publica os seus primeiros trabalhos, cujo expoente é sem dúvidas, a obra: *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicado em 1899. Este estudo marcará a construção de um eixo teórico-crítico que acompanhará o autor ao longo de todo o desenvolvimento posterior de sua obra, ou seja, uma crítica viva da Economia Política.

Se as formulações de 1916, sobre o *Imperialismo*, feita com tempo e reflexão profunda, caminham nesta direção, também é verdade que após a Revolução de Outubro, sobretudo no período do comunismo de guerra, e em especial, da NEP, Lenin mesmo sem tempo para reflexões densas e substantivas, continuava a formular para ação e intervenção real na realidade mais imediata, mas sem nunca abrir mão, de uma crítica viva e rica, e não ossificada, da Economia Política, em seu texto, *o imposto em espécie*, fica claro o seu lema: “dar respostas concretas para situações concretas”.

Lenin sem dúvidas foi protagonista como autor e ator da História. Como constatado por vários estudiosos e analistas: (BERTELLI, 1999; ARRUDA JÚNIOR, 2011; ROSENBERG, 1989; VRANICK, 1977), o pensador e líder revolucionário nos deixou um legado sobre: *uma Teoria do Imperialismo, uma Teoria do Estado, uma Teoria da Transição e uma Teoria do Partido*.

Mais do que nunca, ao nosso juízo, sinalizamos que, o que deve orientar teórica e politicamente a chamada tradição marxista no tempo presente, é o resgate da potência da crítica viva da Economia Política, isto é, de uma práxis concreta que seja pautada incondicionalmente no tripé da

aceitação e explicação pela teoria do valor trabalho para o fundamento da exploração na rodem do capital, do método de investigação social dialético e na perspectiva revolucionária da classe trabalhadora. Assim, se isso for feito, far-se-á jus ao legado de Lenin de que: “marxismo é análise concreta de situação concreta”.

Pois bem, entendemos que este é o único caminho possível para a plena efetivação da crítica viva da Economia Política, noutras palavras, o uso de categorias analíticas e conexões metodológicas feitas por Lenin contribuem para a efetiva compreensão heurística, teórica e política da Contemporaneidade, ou melhor, ajudam a desvendar o manto reificado que encobre e velam as engrenagens do estágio atual do Imperialismo, pois esta por sua vez, regida por intensos processos de “financeirização da riqueza” ditam o ritmo e dinâmica de acumulação e reprodução ampliada do capital.

Pois, como Lenin nos ensinou: “não existe prática revolucionária, sem teoria revolucionária”. Se Sartre acreditava que “o marxismo era o espírito do nosso tempo”, nós por outro lado, continuamos a acreditar que a teoria social lavrada por Marx e trilhada de forma rica e original por Lenin por meio de uma critica viva da Economia Política, continua a ser *o espirito do tempo presente!*

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir (Org.). *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- BANFI, Rodolfo. A propósito de El imperialismo de Lenin. In: SANTI, Paolo et al. *Teoría marxista del imperialismo*. 3. ed. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.
- BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de estado – transição – socialismo*. São Paulo: Global, 1987.
- BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). *Lênin: estado, ditadura do proletariado e poder soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- BERTELLI, Antonio Roberto. *Capitalismo de estado e socialismo: o tempo de Lênin 1917-1927*. São Paulo: IPSO-IAP, 1999.
- BRAZ, Marcelo. Apresentação. In: LENIN, Vladimir I. *Que fazer? Problemas candentes do nosso tempo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

- BRAZ, Marcelo. *Partido e revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- BREWER, Anthony. *Marxist theories of imperialism. A critical survey*. London: Routledge and Kegan Paul, 1980.
- CARCANHOLO, Marcelo; PAINCEIRA, Juan P. P. A atual crise do capitalismo e suas perspectivas. *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, ano XIX, n. 45, p. 161-173, jan. 2010.
- CERRONI, Umberto. *La teoria de las crisis sociales em Marx*. Madrid: Alberto Corazón, 1975.
- CHASIN, José. *Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHASLES, Pierre. *A vida de Lenine*. São Paulo: Difel, 1979.
- COGNIOT, Georges. *Presença de Lenine: o curso de uma vida heroica*. Lisboa: Estampa, 1974. 2 v.
- COUTINHO, Ronaldo. Por que Lênin. *Revista Novos Temas*, São Paulo, n. 9, jun. 2014.
- DAVIES, R. W. As opções econômicas da URSS. In: HOBBSAWM, Eric et al. *História do Marxismo VII. O marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do Socialismo ao Stalinismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FERNANDES, Florestan. Apresentação. In: LENIN, Vladimir I. *O estado e a revolução*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- FERNANDES, Florestan. Apresentação. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Lenin*. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- FINZI, Roberto. Lênin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência econômica após Outubro”. In: HOBBSAWM, Eric et al. *História do Marxismo VII. O marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do Socialismo ao Stalinismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GENRO, Tarso F.; GENRO FILHO, Adelmo. *Lenin: coração e mente*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GETZLER, Israel. Outubro de 1917: o debate marxista sobre a revolução russa. In: HOBBSAWM, Eric et al. *História do Marxismo V. O marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro/ o austromarxismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lenin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

- HILL, Christopher. *Lênin e a Revolução Russa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- HOBSON, John A. *Estudios del imperialismo*. Madrid: Alianza, 1981.
- JOHNSTONE, Monty. Lênin e a revolução. In: HOBBSAWM, Eric et al. *História do Marxismo V. O marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro/ o austromarxismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KEMP, Tom. *Theories of imperialism*. London: Dobson Books, 1967.
- KOTHE, Flávio. Lênin e a literatura. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, ano 1, n. 3, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lenine*. 2. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1975.
- LENIN, Vladimir I. *Contribución a la caracterización del romanticismo económico*. Moscú: Editorial Progreso, 1975.
- LENIN, Vladimir I. *El marxismo y El estado: materiales preparatórios para el libro El estado y la Revolucion*. Madrid: Biblioteca Júcar, 1978.
- LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- LÊNIN, Vladimir I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. 4. ed. São Paulo: Global, 1983.
- LENIN, Vladimir I. *Cuadernos sobre el imperialismo*. Moscú: Editorial Progreso, 1986. (Obras completas, v. XXVIII).
- LÊNIN, Vladimir I. Sobre o imposto em espécie. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de estado – transição – socialismo*. São Paulo: Global, 1987.
- LENIN, Vladimir I. *Que fazer? Problemas candentes do nosso Tempo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LÊNIN, Vladimir I. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE, UNICAMP: Navegando Publicações, 2011.
- LENIN, Vladimir I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2011.
- LENIN, Vladimir I. *A comuna de Paris*. Brasília, DF: Kiron, 2012.
- LENINE, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa: Edições Avante!, 1975.
- LÊNINE. Vladimir I. *Materialismo e empiriocriticismo*. Moscovo: Progresso; Lisboa: Avante!, 1982.

- LENINE, Vladimir I. *Cadernos filosóficos*. Lisboa, Edições Avante!, 1989. (Obras escolhidas, t. VI).
- LENINE, Vladimir I. *O imperialismo e os imperialistas*. Moscovo: Edições Progresso, 1981.
- LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses e Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- LUKACS, György. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MAZZEO, Antonio Carlos. Lênin e teoria do estado revolucionário. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, ano 2, n. 1, 1987.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sociologia política marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MAZZEO, Antonio Carlos. Notas sobre Lênin e a Comuna. *Revista Novos Temas*, São Paulo, ano III, n. 4, set. 2011.
- MEDVEDEV, ROI A. O socialismo num só país. In: HOBBSAWM, Eric et al. *História do Marxismo VII. O marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do Socialismo ao Stalinismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- NETTO, José Paulo. Título. In: LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo agrário na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. .
- NETTO, José Paulo. Lênin e a instrumentalidade do poder. In: LÊNIN, Vladimir I. *O estado e a revolução*. São Paulo: Global, 1987.
- NOVE, Alec. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? In: HOBBSAWM, Eric et al. *História do Marxismo VII. O marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do Socialismo ao Stalinismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- OBITCHKINE, G. A et al. *V. I. LÊNINE: pequena biografia*. Lisboa, Avante!, 1981.
- REIMAN, Michal. Os bolcheviques desde a guerra mundial até Outubro. In: HOBBSAWM, Eric et al. *História do Marxismo V. O marxismo na época da Terceira Internacional: a revolução de outubro/ o austromarxismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROSENBERG, Arthur. *História do Bolchevismo*. Belo Horizonte: Oficinas de Livros, 1989.
- RUDAKOVA, I. *Sobre a obra de "Imperialismo fase superior do Capitalismo"*. Moscovo: Edições Progresso, 1986.

- SALOMONI, Antonella. *Lenin e a revolução russa*. São Paulo: Ática, 1995.
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Arruda. Apresentação: Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LÊNIN, Vladimir I. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE, UNICAMP: Navegando Publicações, 2011.
- SANTI, Paolo et al. *Teoria marxista del imperialismo*. 3. ed. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.
- SEGRILLO, Angelo. *Herdeiros de Lenin: a história dos partidos comunistas na Rússia pós-soviética*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.
- SODRÉ, Nelson Weneck. Lênin e a história. Revista Novos Rumos, São Paulo, ano 1, n. 3, 1986.
- VRANICKI, Predrag. *História del marxismo. De Marx a Lenin*. Salamanca: Ágora: Ediciones Sígueme, 1977. v. I.
- WOOD, Ellen. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PARTE III

MARIÁTEGUI E A TRADUÇÃO LATINO-AMERICANA DO LENINISMO

Leandro Galastri

INTRODUÇÃO

Relevantes trabalhos recentes na universidade e no mercado editorial brasileiro têm demonstrado os elementos originais do que seria o marxismo “heterodoxo” de Mariátegui em seu contexto latino-americano. O objetivo deste trabalho é chamar a atenção para o fato de que dimensões importantes dessa originalidade se devem também a aproximações do pensador peruano com as reflexões e desenvolvimentos do marxismo “ortodoxo” levados a efeito por Lênin. Tais aproximações se mostraram cada vez mais incisivas nos últimos anos de vida de Mariátegui e culminaram em rigorosas aplicações, para o contexto peruano, do método leninista de adaptar a teoria marxiana para as condições concretas de formações sociais específicas sem descurar de seu caráter revolucionário.

Elaborar uma reflexão comparativa entre os pensamentos políticos de Mariátegui e Lênin implica não tanto distinguir o que Mariátegui pensava sobre o líder bolchevique e a Revolução Russa, mas, principalmente, buscar, nas maneiras em que Mariátegui pensa a luta de classes peruana, um paralelo em relação a como Lênin o fazia para o contexto russo. É inspirado em Lênin que Mariátegui declarará que o socialismo no Peru não deveria ser “decalque ou cópia” (MARIÁTEGUI, 1974, p.

249)¹. É também adaptando a teoria marxiana para sua realidade concreta que ele chamará atenção para o problema específico da exploração da população indígena, acrescentando à problemática da luta de classes essa variável tão latino-americana que é a questão racial. Em sua opinião, o marxismo é a única concepção teórica que pode conferir um sentido moderno e construtivo para a causa indígena, elevando-a a um plano de política criadora e realista com base em sua própria condição social e econômica (MARIÁTEGUI, 1974, p. 188). Aqui, por exemplo, Mariátegui demonstra uma interessante afinidade com as reflexões de Lênin a respeito da união operário-camponesa sob a hegemonia dos primeiros. Observa que a causa indígena “conta com a vontade e a disciplina de uma classe que faz hoje sua aparição em nosso processo histórico: o proletariado” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 188). Para Del Prado (CHOY et al., 1970, p. 25), um dos traços característicos do trabalho de massas de Mariátegui ao organizar o Partido Socialista no Peru teria sido a importância decisiva que ele dera à conquista das massas camponesas e indígenas como aliados fundamentais do proletariado peruano, já que era sobre a grande massa formada pelas etnias quíchua e aymara que pesava a exploração semifeudal por parte das grandes fazendas açucareiras e algodoceiras do litoral.

Para Mariátegui, Lênin se distinguiria por uma singular capacidade de compreender a direção da história contemporânea e o significado de seus acontecimentos (MARIÁTEGUI, 1972, p. 92). Acompanha com vivo interesse os desdobramentos da revolução bolchevique na Rússia e as vicissitudes da construção do Estado socialista. Identifica nessa construção a obra de “homens heroicos e excepcionais”, no âmbito de uma “tremenda tensão criadora”. Considera o Partido Bolchevique como a expressão mais evidente da união entre teoria socialista e prática revolucionária, concedendo a Lênin o mérito principal de sua condução (MARIÁTEGUI, 1977, p. 213).

SOBRE O REVISIONISMO E O IMPERIALISMO

Também nas análises a respeito das tendências reformistas presentes no movimento operário mundial e suas consequências para uma

¹ “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indoamericano. Eis aqui uma missão digna de uma geração nova”.

rigorosa avaliação da fase imperialista do capital internacional se podem encontrar paralelos interessantes entre Mariátegui e Lênin. Mariátegui criticou mais ou menos asperamente alguns dos principais representantes do revisionismo europeu, como Bernstein, Croce, Henry De Man (MARIÁTEGUI, 1976, p. 55-63). No filósofo revisionista francês Georges Sorel, no entanto, ele encontrou aportes significativos para a mobilização socialista no Peru, já que também no âmbito “teórico” não hesitava em assumir, de forma marcadamente livre e “heterodoxa”, aproximações improváveis, desde que julgasse necessárias para a inspiração e motivação práticas do exercício cotidiano da luta de classes.

Mariátegui demonstra, assim, nutrir apreço especial pelas reflexões de Sorel, conhecido por suas posições sindicalistas-revolucionárias e pelos seus esforços revisionistas na virada dos séculos XIX e XX. Mas não há ingenuidade ou voluntarismo romântico nessa composição teórico-prática heterogênea de Mariátegui ao assimilar o pensamento de Sorel. Existe, isso sim, uma aguda intuição teórico-política que o levava a aproveitar toda e qualquer contribuição que pudesse servir ao “seu” marxismo, a fortalecê-lo no objetivo de impulsionar a luta socialista nas condições objetivas do Peru de então. De resto, o próprio Lênin já havia demonstrado certo interesse positivo nos escritos daqueles que o líder bolchevique considerava serem os “revisionistas de esquerda”.² De acordo com Choy (1970, p. 13), no lugar de descartar o sindicalismo revolucionário de Sorel e tudo que pudesse aproximá-lo das motivações classistas do neonato proletariado peruano, Mariátegui soube aproveitar a capacidade de luta conferida pelos cânones de ação prática anarcossindicalistas que, orientados por uma concepção marxista hegemônica, poderiam servir para erodir o sistema de classes existente.

² O interessante aqui é a alusão feita por Lênin ao que chama de “revisionismo de esquerda”, que teria origem nos “países latinos”. Sendo o “revisionismo de direita”, bem entendido, as correntes de matiz bernsteiniana aludidas acima, Lênin distingue o revisionismo de esquerda identificando-o como um “sindicalismo revolucionário” que “*adapta-se, ele também, ao marxismo, corrigindo-o. Labriola na Itália, Lagardelle na França, referindo-se o tempo todo a um Marx mal compreendido e um Marx bem compreendido. Não podemos nos demorar aqui na análise da substância ideológica desse revisionismo, que está ainda longe de se desenvolver como o revisionismo oportunista, não se internacionalizou e não sustentou praticamente nenhuma batalha importante com os partidos socialistas de nenhum país. Limitar-nos-emos, portanto, ao ‘revisionismo de direita’*” (LÊNIN, 1971, p. 68). Há uma concessão tácita feita aqui por Lênin ao “revisionismo de esquerda”, o reconhecimento de que “esse” revisionismo não seria oportunista, ou pelo menos não o seria ainda, e estaria sujeito a enfrentar provocações ideológicas nos países “latinos” onde se desenvolvia. Poderia exercer alguma função revolucionária, ou pelo menos conteria alguma proposição útil ao proletariado revolucionário o pensamento revisionista “de esquerda”? Como o próprio Lênin enfatiza, o combate ao revisionismo de direita era prioridade, e não havia tempo (e haveria cada vez menos a partir de então) para que ele pudesse se ocupar detidamente do assunto.

Voltemos à crítica das tendências reformistas analisadas por Mariátegui. Ele faz coro com Lênin também quanto à crítica impiedosa às tendências reformistas marcantes no âmbito da II Internacional. Considera que a Segunda Internacional teria reaparecido, após a Grande Guerra, com o “mesmo pacifismo platônico dos tempos pré-bélicos” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 114). Identifica em líderes como Vandervelde, Kautsky e Bernstein a “antiga fé” nos métodos reformistas. Sustenta que tais homens não compreendem as modificações causadas pela guerra e não conseguem perceber a existência de uma nova realidade na luta de classes mundial. Mariátegui depositava suas esperanças na III Internacional, que concentrava a força da juventude revolucionária em contraste com aqueles “velhos socialistas” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 114). Sem menosprezar completamente os socialistas encabeçados pela socialdemocracia alemã, ele constata que a “II Internacional foi uma máquina de organização e que a III Internacional é uma máquina de combate” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 115).

Mariátegui não analisa o desenvolvimento do capitalismo peruano como um fenômeno específico contido nos limites do território de seu país, mas associa tal desenvolvimento ao desenrolar de uma nova fase do capitalismo mundial, qual seja a fase imperialista. Dessa forma, assevera igualmente que o proletariado peruano também é parte do contexto mundial de crise do capitalismo. E não poderia ser diferente, já que, como enfatizado por ele, o desenvolvimento capitalista tornaria unificados os interesses, as idéias, os costumes e os regimes dos povos submetidos a esse sistema econômico. O Peru encontrar-se-ia, assim como todos os outros países americanos, inserido naquela crise (MARIÁTEGUI, 1973, p. 17).

Mais uma vez em estreita sintonia com as reflexões de Lênin, Mariátegui aponta o que considera serem as duas principais correntes de esquerda a atuar sobre o cenário econômico de então: os “reformistas” e os “revolucionários”. Nas suas palavras:

Tanto num quanto noutro grupo há diferentes matizes, mas os grupos são claramente apenas dois: o dos que querem realizar o socialismo colaborando politicamente com a burguesia e o dos que querem realizar o socialismo conquistando integralmente para o proletariado o poder político. E a existência desses dois grupos provém da existência de duas concepções diferentes, de duas concepções opostas, de duas concepções antitéticas do atual momento histórico (MARIÁTEGUI, 1973, p. 19).

Lênin, por sua vez, aponta, com relação ao momento histórico em que escreve, o caráter já totalmente internacionalizado do revisionismo, e distingue também entre “ortodoxos e bernsteinianos na Alemanha, guesdistas e jaressistas na França, [...] bolcheviques e mencheviques na Rússia” (LÊNIN, 1971, p. 69) e observa que as relações de antagonismo entre cada “par” são, no fundo, de mesma natureza, a despeito das diferenças de condições nacionais. Também para o líder bolchevique a possibilidade de distinção clara entre reformistas e revolucionários em cada país se constituiria num grande passo adiante em relação ao que se teria passado décadas antes quando, nos diversos países europeus, tendências diferentes afrontavam-se no seio de um único movimento socialista internacional (LÊNIN, 1971, p. 69).

Também para Mariátegui, poucos anos depois, se tratava de um momento histórico revolucionário, de uma burguesia mundial incapaz de reconstruir a riqueza social destruída pela guerra (no caso, a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918) e, por conseguinte, incapaz de solucionar problemas concernentes à manutenção da paz (MARIÁTEGUI, 1973, p. 20). Sustenta que a guerra teria originado uma crise cuja solução deveria ser proletária, socialista, já iniciada com a Revolução Russa.

Tanto na afirmação da existência das correntes reformista e revolucionária quanto na defesa de uma solução proletária para as contradições engendradas pelo imperialismo, Mariátegui, nitidamente, faz coro com as análises de Lênin presentes em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Ou antes, interpreta os escritos do marxista russo à luz da realidade latino-americana em geral e peruana em particular. Além disso, viria mais tarde a identificar na APRA³ o reformismo burguês que Lênin desvela em Kautsky quando critica seu artigo *Ultra-imperialismo*, publicado pelo social-democrata alemão às vésperas da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Para Lênin, Kautsky encontrava-se no meio daqueles cuja revisão do marxismo conduzia o movimento operário a políticas de conciliação e de reformas no âmbito do Estado burguês. De fato, as teses de Kautsky, ao menos em seu escrito sobre o ultra-imperialismo, conduzem a uma estratégia reformista disfarçada de tática revolucionária. O autor alemão destitui o im-

³ Aliança Popular Revolucionária Americana. Movimento político peruano liderado por Haya de La Torre a partir do exílio no México. Mariátegui rompe com o movimento em 1928, quando este decide se transformar em partido político de caráter reformista, disposto a agregar em suas fileiras as frações nacionalistas da burguesia peruana.

perialismo de sua condição de capitalismo levado às últimas conseqüências, como considera Lênin, para enxergá-lo como apenas uma de outras formas possíveis da relação entre os capitais internacionais. Uma forma que já estaria em vias de ser substituída por outra, constituída por uma aliança internacional de países imperialistas, a “cartelização” do capital internacional, ou a fase do “ultra-imperialismo” (KAUTSKY, 1970, p. 46).

Ao negar o imperialismo e as lutas interimperialistas como desdobramentos necessários da competição capitalista internacional Kautsky priva qualquer luta antiimperialista de seu valor potencialmente revolucionário e anticapitalista, já que não se luta contra o fenômeno superior e necessário do desenvolvimento do capitalismo mundial, mas apenas contra uma de outras formas possíveis de sua manifestação internacional, entre as quais estaria o “ultra-imperialismo”.

Embora Kautsky afirme que, contra o ultra-imperialismo, “nós devemos lutar tão energeticamente quanto fazemos contra o imperialismo” (Idem), resulta de sua argumentação que golpear o imperialismo seria inútil de um ponto de vista estratégico. Como observa Lênin, Kautsky separaria, no fenômeno imperialista, a política da economia, e esta seria a manobra crucial do desvio burguês de sua análise:

O essencial é que Kautsky separa, no imperialismo, a política da economia, pretendendo que as anexações são a política “preferida” do capital financeiro e opondo a esta política uma outra política burguesa, pretensamente possível, baseada sempre no capital financeiro. [...] Daí resulta que a partilha territorial do mundo, concluída precisamente na época do capital financeiro, e que constitui a base das atuais e originais formas de rivalidades entre os maiores Estados capitalistas, é comparável com uma política não imperialista. Isto leva a ocultar, a tornar menos perceptíveis as contradições da atual fase do capitalismo em vez de lhes desvendar a profundidade. Em vez de marxismo chega-se assim ao reformismo burguês (LÊNIN, 1987, p. 91).

Concluirá Lênin que, separando a política da economia, a luta contra a política dos trustes e dos bancos não atinge suas bases econômicas e se reduz, portanto, a reformismo e pacifismo burgueses, a “piedosos e inofensivos desejos” (LÊNIN, 1987, p. 92).

O revolucionário russo atribui a existência da vertente reformista no seio do movimento operário à capacidade de corrompimento adquirida pelo capital, devida aos enormes ganhos proporcionados pelo imperialismo. Tal corrompimento atingiria os estratos superiores do movimento operário e formaria uma aristocracia operária apartada da massa do proletariado, mas que se arrogaria sua direção. Nas palavras de Lênin:

[...] o imperialismo tende também a criar, entre os operários, categorias privilegiadas e a separá-las da grande massa do operariado. [...] cria a possibilidade econômica de corromper as camadas superiores do proletariado (LÊNIN, 1987, p. 103).

Mariátegui vê o reformismo de parcela do movimento operário como uma concepção equivocada do momento histórico de então. No mesmo reformismo, Lênin enxerga o corrompimento do movimento operário induzido pelas pressões do capital. Uma e/ou outra coisa, importante notar que, nos passos de Lênin, o marxista peruano aponta como tarefa urgente a conscientização da massa do proletariado de seu país, fazer com que tal massa visualize com clareza essa cisão existente em meio às suas lideranças e compreenda o momento de crise revolucionária que vive, como parte que é do proletariado mundial.

SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

Nesse momento pode ser interessante um exercício teórico mais detido sobre o modo de proceder à análise de suas respectivas realidades concretas, por Lênin e Mariátegui. A forma de tratamento que cada um dá à questão agrária em seu país pode ser uma ilustração sistemática da afinidade político-teórica entre os dois revolucionários ou, mais especificamente, da perspectiva leninista de Mariátegui a respeito da tradução dos métodos do materialismo histórico para as condições concretas de seu país.

Há muito em comum entre a Rússia e o Peru agrários da virada do século XX. Se por mais não fosse, é suficiente lembrar apenas dois aspectos das respectivas sociedades: uma população camponesa enormemente majoritária, submetida a relações ainda semifeudais de trabalho, e um proletariado urbano de formação recente e pouco numeroso, concentrado em determi-

nados centros. Some-se, porém, no caso do Peru, a voracidade dos capitais financeiros imperialistas inglês e americano sobre todos os ramos da produção econômica⁴ e o proeminente elemento étnico-racial, sendo indígena a imensa maioria componente daqueles campesinato e proletariado, fato que agregava a questão racial como um elemento novo da luta classista.

Vejamos como cada autor analisa sua própria conjuntura.

UM RÁPIDO ESBOÇO SOBRE LÊNIN E A QUESTÃO AGRÁRIA RUSSA

No texto “O Partido Operário e o campesinato”, publicado no terceiro número do *Iskra* em 1901 (LENIN, 1975, p. 464-473), Lênin explica a abolição da servidão ocorrida na Rússia na década de 1860. Os camponeses tinham de pagar, por meio de empréstimos junto ao governo, por pequenas porções da terra onde haviam vivido e trabalhado pela vida toda. Usou-se de força repressiva para reprimir os recalcitrantes. Os camponeses permaneciam com dívidas e obrigações pendentes junto a seus “antigos” senhores. O resultado fora o retorno à semi-servidão, proletarianização da maioria e formação, a partir de uma minoria de kulaks, de uma nascente burguesia rural, ajuntando-se aí dezenas de milhares de mortes por fome e epidemias.

Lênin exorta a que se leve a luta de classes ao campo, unindo-se as lutas contra o capital e contra o jugo dos latifundiários. Segundo ele, haveria, no campo russo, contradições de classe dos dois tipos seguintes: entre o proletariado agrícola e os patrões rurais; entre todo o campesinato e toda a classe dos proprietários rurais. Ele observa que, apesar da primeira condição pertencer já às lutas do futuro, é a segunda que adquire caráter nacional de maior urgência na Rússia, pois sobre o proletariado agrícola se abatem ainda todas as opressões que caem sobre os camponeses. Já numa das primeiras elaborações da própria noção de hegemonia em Lênin, ele assevera que o partido operário socialdemocrata russo deve incluir em seu programa todas as reivindicações dos camponeses, se “pretende marchar à frente de todo o povo na luta contra a autocracia” (LENIN, 1975, p. 471).

⁴ “Durante o período do caudilhismo militar, em vez de se fortalecer o demos urbano, foi a aristocracia fundiária que se robusteceu. Estando o comércio e as finanças em poder de estrangeiros, o surgimento de uma vigorosa burguesia urbana não era possível” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 47).

Em “O proletariado e o campesinato”, publicado no número 11 de *Novaya Zhizn*, 12 de novembro de 1905 (LENIN, 1976, p. 164-165), Lênin permanece enfatizando a necessidade de se conquistar o essencial apoio do campesinato russo à revolução proletária. As perguntas cujas respostas considera urgentes são: “O que o campesinato espera da revolução? O que a revolução pode dar ao campesinato?”. E responde: “O campesinato quer terra e liberdade. Sobre isso não pode haver dúvidas. Todos os operários conscientes apoiam com todas suas forças o campesinato revolucionário” (LÊNIN, 1976, p. 165).

Trata-se, segundo Lênin, de uma luta não apenas pela socialização da terra, mas pela abolição do capital em todas as dimensões da força de trabalho. A luta por terra e liberdade é uma luta democrática. A luta para destruir a dominação do capital é uma luta socialista (LÊNIN, 1976, p. 167).

Em “Revisão do programa agrário do partido operário”, publicado em 1906 no periódico *Nasha Myst* como proposta do programa bolchevique para a solução do problema agrário apresentada no IV Congresso do POSDR (LENIN, 1976, p. 198-225), Lênin apresenta, na primeira parte do texto, o histórico do debate da questão agrária no seio da socialdemocracia russo daqueles últimos anos. Defronta-se com diferentes tendências e vertentes de interpretação e propostas políticas de grupos liderados, por exemplo, por Plekhanov (Grupo “Emancipação do trabalho”) e Riazanov (Grupo “Borbá”).

Nesse texto, comentando as propostas de outros setores do partido, Lênin entende como pertinentes e afinadas com os objetivos democráticos da revolução camponesa a expropriação de todas as propriedades territoriais (expropriação completa dos “terratenientes”), além também de sua completa nacionalização: “não cabe a menor dúvida de que a ideia de propriedade de todo o povo sobre a terra circula agora com extraordinária amplitude entre o campesinato” (LÊNIN, 1976, p. 209). Lênin é enfático com relação à proposta de que, diante do campesinato, deve-se defender o máximo de transformações democrático-burguesas. O papel do Estado, a alteração das formas de exercício de seu poder, não podem, em todo caso, ser subestimadas: “A medida radical de abolir a propriedade agrária fundiária é inconcebível sem a modificação radical das formas estatais” (LÊNIN, 1976, p. 216).

Ao criticar as propostas de reforma da propriedade agrária feitas por Maslov⁵, Lênin observa que não se pode elaborar um programa socialista de maneira retraída e acuada pela pressuposição de que a revolução não chegará até seu final. O projeto máximo deve orientar a estratégia programática. E é esse projeto máximo que desaparece da estratégia programática ao se fazer concessões definitivas a setores conservadores no âmbito de uma aliança de classes permanentemente defensiva por parte do proletariado (no caso em questão, o campesinato).

Observa Lênin que um Estado sustentado por tal aliança, pela própria lógica da luta de classes, tenderá a tomar iniciativas constantes para a proteção da propriedade privada da terra, restabelecê-la onde quer que tenha sido parcialmente abolida (LÊNIN, 1976, p. 218). Embora esteja pensando especificamente na propriedade operária, as preocupações estratégicas de Lênin alcançam maiores profundidades aqui. E as conclusões se impõem: o partido revolucionário não pode possuir um programa para uma nacionalização *parcial* da propriedade fundiária, bem como não pode possuir um programa de luta *parcial* contra o capital em geral e, por extensão, não pode projetar uma luta *parcial* contra o imperialismo. Nesse raciocínio, “parcial” significa precisamente agir de forma conciliatória com os inimigos de classe e seus representantes políticos: os rentistas fundiários, os capitais nacionais das diferentes frações da burguesia interna, o capital financeiro imperialista e seus respectivos partidos e representantes na cena política nacional.

MARIÁTEGUI E A QUESTÃO AGRÁRIA NO PERU

Para Mariátegui, a questão agrária em si e a mesma problemática da propriedade fundiária forneciam a estrutura da luta de classes no Peru. O marxista peruano estava preocupado com as mesmas implicações estratégicas da luta dos camponeses e do proletariado agrário para elaborar um programa de ação revolucionária que os unisse estrategicamente, junto com o nascente proletariado urbano, contra a espoliação promovida pelo capital financeiro internacional e seus aliados locais no Peru. A questão estratégica mais ampla, para Lênin tanto quanto para Mariátegui, era es-

⁵ Representante de uma das correntes internas da socialdemocracia com respeito ao problema agrário, Maslov propunha a “alienação” das terras dos grandes proprietários no âmbito de uma nacionalização limitada aos governos provinciais, e levada a efeito por esses governos apenas parcialmente.

tabelecer as bases da ação política que tornasse o campesinato um aliado massivo para a luta classista.⁶

Não é forçar o argumento procurar, nas preocupações estratégicas de ambos os revolucionários, os elementos materiais, históricos e políticos necessários para o que poderia ser chamado de uma hegemonia de novo tipo, qual seja aquela dos trabalhadores urbanos e rurais organizados politicamente e em luta classista com a hegemonia burguesa. Não se trata apenas de uma questão tática, mas da construção paulatina, entre os grupos subalternos, de uma nova concepção de mundo e das relações sociais a ser apresentadas em desafio à ordem vigente.⁷ Para analisar as variáveis históricas que pudessem indicar as possibilidades de um tal projeto, Mariátegui remete à análise dos primórdios da questão agrária no Peru, ou seja, ao tempo da revolução de independência.

Observa o autor que a revolução encontrou um país atrasado com relação à formação de sua burguesia. No Peru, os elementos de uma economia capitalista eram ainda mais atrasados que em outros países da América espanhola em que já havia uma burguesia formada em estágios menos embrionários (MARIÁTEGUI, 1979, p. 42). O que faltava no Peru para que a revolução de independência pudesse ter permitido ganhos razoáveis ao campesinato era a existência de uma burguesia consciente das finalidades, dos objetivos de suas ações e um estado de ânimo revolucionário na classe camponesa, sobretudo sua reivindicação do direito à terra em termos que fossem incompatíveis com o poder da aristocracia rural.

O autor apresenta uma composição de classes que descrevia em geral as populações americanas pré-independência e constituía um quadro de classes “opostas em interesses, sem nenhum vínculo de sociabilidade moral ou política” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43): uma aristocracia parasitária detentora de terras e do poder político de fidalgos, composta em sua maior parte de espanhóis; uma camada média de industriais e comer-

⁶ Nesse quesito, Mariátegui distinguia, nas condições materiais concretas e particulares de seu país, por exemplo, a questão racial, ou seja, o pertencimento étnico às variedades indígenas peruanas como um elemento a mais que podia ser trabalhado politicamente a favor da constituição daquela base de massas.

⁷ A importância atribuída por Mariátegui à conquista das massas indígenas e camponesas pode ser verificada em seus esforços para preparar politicamente elementos dessas classes sociais. Até sua morte, empenhou-se na formação teórica de militantes quéchuas e aymaras e camponeses da costa com o objetivo de enviá-los ao exterior para estudar e adquirir experiência como dirigentes políticos para o partido (PRADO, in CHOY, 1970, p. 25). Não consta ref. com o autor Prado, seria apud Choy?

ciantes que dispunha de condição econômica confortável e se organizava corporativamente; em terceiro lugar, os “villanos”, os que empregavam efetivamente sua força de trabalho na produção, ou sejam, era a camada do trabalho manual assalariado, compondo-se de artesão e proletários de todo tipo. Havia ainda, obviamente, uma massa de indígenas e africanos, que eram escravos e possuíam uma existência extremamente marginalizada e forçada à vida extra social (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43). A bandeira revolucionária da independência seria, como se sabe, levantada pelos descendentes americanos das duas primeiras classes, educados nas metrópoles.

Os programas revolucionários de independência não promoveram o choque entre a nobreza rural e a burguesia comerciante. Antes, os uniram no interesse comum de se livrar do jugo da coroa espanhola. Assim, os processos de independência possuíram um caráter passivizante, marcado pela colaboração entre as classes dominantes aristocrática e burguesa e alijando completamente as massas camponesas, marcadamente indígenas no Peru, que não tiveram suas reivindicações ou interesses contemplados pelos movimentos nacionais de independência.

De toda forma, tais movimentos inspiravam-se em princípios liberais, princípios que consideravam a existência das reivindicações agrárias, que encontravam seus fundamentos na necessidade prática de livrar o domínio fundiário das travas feudais. No entanto, o Peru não possuía uma burguesia que os aplicasse de acordo com seus interesses econômicos e sua própria doutrina política e jurídica. Assim, as consequências práticas da revolução, no que dizia respeito à propriedade agrária, detiveram-se nos limites fixados pelos interesses dos grandes proprietários (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43).

As novas políticas agrárias aboliram formalmente as formas de servidão do indígena camponês. Porém, como deixava intactos a concentração, o poder e a força da propriedade feudal, anulava suas próprias medidas de proteção da pequena propriedade e do trabalhador da terra (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43). Assim, a aristocracia fundiária seguiu sendo a classe dominante no Peru. Como a burguesia industrial e comerciante era muito débil para assumir o controle político do país, a revolução não levou ao poder uma nova classe, mas manteve a antiga: “A abolição da servidão não passava, por isso, de uma declaração teórica. Porque a revolução

não tinha tocado no latifúndio. E a servidão não é senão uma das faces da feudalidade, e não a própria feudalidade” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 44).

O caudilhismo militar se tornou assim o produto natural de um processo revolucionário que não tinha podido conduzir uma nova classe social ao poder. Assim, este era exercido pelos próprios militares condutores da revolução no campo de batalha, já que estes gozavam do prestígio de ter feito a guerra, assim como tinham a capacidade de manter-se no poder pela força das armas. Ocorria que, no conflito de interesses entre liberais e conservadores, faltava uma reivindicação camponesa ativa e direta que obrigasse aos primeiros a incluir em seu programa a distribuição da terra (MARIÁTEGUI, 1979, p. 44). É necessário lembrar ainda que a escravidão negra não foi abolida de imediato após a revolução de independência, embora a servidão o tenha sido, ao menos formalmente. A escravidão negra, bem como a contribuição pecuniária obrigatória que mantinha os camponeses indígenas vinculados na prática a seus antigos senhores foram abolidas apenas em 1854 pelo general presidente Castilla, a quem Mariátegui atribui as conquistas menos acanhadas da postura política liberal de então em seu país.

Mais que por incentivos estatais aos pequenos proprietários, a política de favorecimento da distribuição de terras aconteceu sobretudo por anulação dos entraves jurídicos aristocráticos. Mariátegui observa que em nenhum lugar do mundo a reforma agrária fora ainda possível sem leis específicas que expropriassem o latifúndio e distribuísse as terras para quem nela trabalhe. Assim, não obstante a presença de leis que anulassem o estatuto da servidão, a pequena propriedade acabou por não prosperar no Peru. Pelo contrário, o latifúndio prosperou e se estendeu: “E a propriedade da comunidade indígena foi a única que sofreu as consequências desse liberalismo deformado” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 47).

Ao mesmo tempo que não fora possível no Peru o estabelecimento de uma política predominantemente burguesa que se voltasse para uma distribuição menos injusta da propriedade da terra, o capital financeiro, majoritariamente estrangeiro, expandia-se e se associava com a aristocracia nacional, que mantinha intacto seu poder político. Esta classe, que permanecia a mesma, tinha mantido, agora na república, basicamente os mesmos privilégios adquiridos na situação de colônia. Mariátegui considera ser, as-

sim, natural que ela tratasse da questão da propriedade da terra por meio dos critérios os mais conservadores possíveis. A permanência da condição extra social dos indígenas, por sua vez, não expunha essa aristocracia aos perigos das reivindicações de massas camponesas conscientes.

O efeito perverso da legislação republicana fora que seu liberalismo, inerte diante da propriedade feudal, era aplicado apenas sobre a propriedade comunal indígena, o que suplantava seu caráter coletivista e desintegrava-a em pequenas propriedades sem nenhum suporte do Estado e sofrendo toda a pressão da grande propriedade que as ameaçava. Assim, a destruição das comunidades rurais indígenas não significava transformar esses camponeses em pequenos proprietários, e sequer em assalariados livres. Significava, ao contrário, entregar suas terras aos grandes proprietários e sua clientela de rentistas. Era o caminho efetivo de vincular novamente o indígena ao latifúndio, sem que nunca tivesse se alterado, na prática, sua situação social (MARIÁTEGUI, 1979, p. 48).

Finalmente, o desenvolvimento de grandes cultivos industriais de uma agricultura de exportação nas fazendas costeiras ocorria integralmente subordinado à colonização econômica dos países da América Latina pelo capitalismo ocidental. O capital financeiro britânico se interessara em explorar essas terras para produção de cana-de-açúcar e algodão. As hipotecas das propriedades agrárias colocavam grande parte dessas terras sob o controle de empresas estrangeiras. Mariátegui observa ainda que os fazendeiros devedores dos comerciantes e investidores financeiros estrangeiros acabam realizando um papel deliberado de intermediação para submeter a propriedade fundiária peruana ao controle desses. Ou seja, serviam de intermediários ao capital anglo-saxão para lhe assegurarem a exploração de campos cultivados com mão de obra indígena superexplorada e miserável (MARIÁTEGUI, 1979, p. 49).

Informado por essa análise histórica sobre a constituição da propriedade territorial em seu país, Mariátegui apresenta um “complemento ao estudo do problema da terra no Peru”⁸ (MARIÁTEGUI, 1972, p. 108-112), texto que consiste, na verdade, em propostas para se atender e contemplar todos os interesses dos camponeses e trabalhadores rurais peruanos

⁸ Sob o título “Princípios de política agrária nacional”, foi publicado originalmente no periódico *Mundial*, de Lima, em 1º de julho de 1927. Compilado postumamente no volume “Peruanicemos al Perú” das obras completas.

em detrimento da secular política de latifúndio então vigente. Trata-se de uma perspectiva que visava conquistar os camponeses para a revolução socialista no Peru, por meio da assimilação de seus interesses ao programa revolucionário. Nesse sentido, aproxima-se sobremaneira das soluções propostas por Lênin antes e no decorrer da Revolução Russa e que visavam conquistar os camponeses e trabalhadores rurais para a causa da revolução.

Com base na constatação de que no Peru, a despeito dos princípios liberais da legislação, subsistiam ainda formas e instituições próprias de uma economia feudal, Mariátegui sustenta que o ponto de partida formal e doutrinal de uma política agrária socialista deveria ser uma lei de nacionalização da terra (MARIÁTEGUI, 1972, p. 108). Uma nova política agrária deveria tender, ainda, para o fomento, desenvolvimento e proteção da comunidade indígena. O autor chama a atenção para a potencialidade do “ayllu”, “célula do Estado incaico” sobrevivente ainda, a despeito dos ataques da grande propriedade, de converter-se gradualmente em organização do Estado socialista moderno (MARIÁTEGUI, 1972, p. 110). Observa que a extensão de terras disponíveis no país permite reservar aquelas necessárias para uma distribuição progressiva aos camponeses, permanecendo em relação contínua, ao mesmo tempo, com o processo de crescimento das comunidades.

Mariátegui propõe, como consequência, uma política de crédito agrícola coerente com as medidas acima descritas. O crédito agrícola, que para isso deveria ser controlado e dirigido pelo Estado, impulsionaria a agricultura no sentido mais conveniente às necessidades nacionais. Tal seria o principal recurso para o desenvolvimento da produção comunitária. O Banco Agrícola Nacional deveria dar preferência às operações das cooperativas, as quais, por sua vez, seriam ajudadas pelos corpos técnicos e educativos do Estado para melhor trabalharem suas terras, bem como para a instrução da técnica industrial de seus membros (MARIÁTEGUI, 1972, p. 110). Os confiscos de terras não cultivadas, bem como a irrigação e beneficiamento de terras ociosas, colocariam à disposição do Estado extensões territoriais que seriam preferencialmente destinadas à sua ocupação por cooperativas tecnicamente capacitadas (MARIÁTEGUI, 1972, p. 110).

Mariátegui tem em vista também a necessidade de se estabelecer solidamente não apenas a produção dos pequenos camponeses comunitários,

mas também a grande produção de caráter agroindustrial para a consecução de objetivos de produção em larga escala. No cumprimento desse objetivo, a proposta que faz o autor é que as terras não exploradas diretamente por seus proprietários, ou pertencentes a grandes rentistas rurais improdutivos, passariam diretamente para as mãos de seus arrendatários, sendo seu usufruto e extensão territorial limitados pelo Estado, no caso em que a exploração do solo fosse efetivada com base em técnicas industriais modernas, com instalações e capitais apropriados (MARIÁTEGUI, 1972, p. 111).

Por fim, em atenção ao desenvolvimento individual para a vida produtiva no campo com caráter autônomo e voltado para a diminuição das contradições entre este e os centros urbanos, Mariátegui propõe o ensino agrícola amplo organizado pelo Estado, com a máxima difusão desse ensino para as massas rurais. Tal difusão massiva deveria ocorrer na forma de escolas rurais primárias e escolas práticas de agricultura, ou “granjas-escola”. A instrução das crianças do campo deveria, assim, possuir um caráter claramente agrícola (MARIÁTEGUI, 1972, p. 111).

POR QUE MARIÁTEGUI

José Carlos Mariátegui considerou sempre, desde que se reconheceu como um pensador marxista (notadamente na última década de vida), a necessidade da organização política e do desenvolvimento de uma consciência socialista entre os trabalhadores rurais e urbanos.⁹ Viveu, pensou e escreveu absorvido pela necessidade premente de se criar as condições materiais e simbólicas para a revolução socialista no Peru. Foi assim que nos legou, aos latino-americanos, passagens essenciais da história de nosso pensamento crítico a respeito do imperialismo, da luta de classes com as especificidades dessa região do mundo, da importância da assimilação dos costumes e tradições da organização social própria dos indígenas camponeses na construção do socialismo, entre outras reflexões originais. Enxergou

⁹ A tal tarefa se entregava por meio de, entre outras atividades, suas conferências sobre a crise mundial proferidas no âmbito da Universidad Popular Gonzalez Prada, principalmente nos anos de 1923 e 1924. Tratava-se de escolas noturnas para trabalhadores montadas a partir de 1921 pela Federação Estudantil Peruana, sob a orientação do então líder estudantil Haya de La Torre. Sua organização fundamentava-se no princípio de que o proletariado deveria ser conscientizado social e politicamente através da ação docente de intelectuais. Mariátegui, convidado por Haya a colaborar nas UPGP, anos antes do rompimento entre os dois, aceitara a sugestão de ministrar cursos aos trabalhadores sobre os movimentos operários na Europa e no Peru, sobre as revoluções russa, alemã e mexicana e sobre aspectos da crise europeia do pós-guerra (BELLOTO; CORREA, 1982).

no marxismo o caminho teórico e político para a realização de tais intentos, e no pensamento e prática de Lênin¹⁰ as maneiras para se realizar a necessária e dialética tradução dos princípios do materialismo histórico para as lutas proletárias e camponesas latino-americanas¹¹. Por tudo isso convém estudar e pesquisar a obra de Mariátegui. Convém difundir seu pensamento entre os lutadores sociais desse canto do globo. Convém inclusive, mais especificamente, que o conjunto de sua obra seja submetida a estudos contínuos e cada vez mais aprofundados por parte do marxismo latino-americano de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- BELLOTO, Manuel L.; CORREA, Anna M. M. Introdução. In: _____. (Org.). *Mariátegui*. São Paulo: Ática, 1982.
- CHOY, Emilio et al. *Lenin y Mariategui*. Lima: Amauta, 1970.
- GALASTRI, Leandro. O antiimperialismo revolucionário de José Carlos Mariátegui. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 4, p. 71-84, 2007.
- _____. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2015.
- KAUTSKY, Karl. Ultra-imperialism. *New Left Review*, London, n. 59, p. 41-46, 1970.
- LÊNIN, Vladimir. Marxisme et révisionnisme. In: _____. *Oeuvres choisies*. Moscou: Editions du Progrès, 1971. v. I.
- _____. *Obras escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1975. t. I.
- _____. *Obras escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1976. t. III.
- _____. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.
- MARIÁTEGUI, José C. *La escena contemporânea*. Lima: Amauta, 1972.
- _____. *Peruanicemos al Perú*. Lima: Amauta, 1972.

¹⁰ Em outubro de 1928, Mariátegui é encarregado pelo Comitê Organizador do Partido Socialista Peruano de redigir o seu programa, que será aprovado pelo Comitê Central no início de 1929. Assim, pouco mais de um ano antes de sua morte, Mariátegui é suficientemente claro quanto ao caráter político-ideológico que deveria, a partir de então, servir de guia a recém-fundado PSP. No 4º parágrafo escreve:

“O capitalismo se encontra em seu estágio imperialista. É o capitalismo dos monopólios, do capital financeiro, da pilhagem dos mercados e das fontes de matérias primas. A práxis do socialismo marxista neste período é a do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo é o método revolucionário da etapa do imperialismo e dos monopólios. O Partido Socialista do Peru o adota como método de luta” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 160).

¹¹ A breve demonstração da proximidade das considerações de ambos com relação à questão agrária e camponesa feita neste trabalho procura dar um exemplo disso.

- _____. *Historia de la crisis mundial*. Lima: Amauta, 1973.
- _____. *Ideología y política*. Lima: Amauta, 1974.
- _____. *Defensa del marxismo*. Lima: Amauta, 1976.
- _____. *Figuras y aspectos de la vida mundial*. Lima: Amauta, 1977.
- _____. *Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho, 1979.

CLAUSEWITZ, MARX, ENGELS E LENIN: RUPTURAS, CONTINUIDADES OU PARENTESCOS INTELECTUAIS NA RELAÇÃO ENTRE GUERRA E REVOLUÇÃO?

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

“A revolução é uma guerra. É, de todas as guerras conhecidas na história, a única legítima, legal e justa verdadeiramente grande guerra. [...] na Rússia, essa guerra foi declarada e iniciada”¹.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar uma brevíssima leitura da obra *Da Guerra* do general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831), e sua relação com pontos específicos do pensamento de Marx, Engels e Lenin no que se refere a suas formulações teóricas e políticas. Pretende-se demonstrar que o interesse dos expoentes do materialismo histórico e do líder bolchevique pelas formulações do referido general vai além da famosa assertiva de que a guerra é a continuação da política por outros meios. Tal formulação tem conseqüências de maior amplitude, que tangenciam não somente a guerra, mas também outras ações políticas fortes, em particular, as revoluções, além de uma perspectiva dialética presente no entendimento do conflito político. A tese central refere à existência de um parentesco intelectual entre Marx, Engels, Lenin e Clausewitz que aponta para a validade de vários aspectos da guerra para a política e principalmente para as revoluções.

¹ Encontramos o trecho citado em LENIN, 1980, p. 10-11.

Em um primeiro momento, farei uma leitura de Clausewitz sobre a relação entre a guerra e política, mostrando como a lógica da primeira é a mesma da última. Ao abordar o pensamento de Marx e Engels, farei mais sucintamente, breve análise de diferentes momentos em que tratam da relação entre guerra e política. Posteriormente, exporei como isso se apresenta em formulações de Lenin no que refere a uma guerra e uma revolução.

CLAUSEWITZ: A LÓGICA DA GUERRA PERTENCE À POLÍTICA

As formulações do influente general prussiano Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz chamam a atenção por sua definição sistemática, densa e complexa do fenômeno guerreiro e sua determinação política, social e histórica, dentre outros aspectos. No seu dizer, o entendimento de cada manifestação do fenômeno bélico passaria pela compreensão de uma conjuntura histórica específica, diferente de outras guerras: a “[...] guerra é um verdadeiro camaleão que sutilmente adapta suas características para o caso dado”² (CLAUSEWITZ, 1984, p. 89).

Meu exame será restrito à lógica comum à política e à guerra. A guerra é entendida como uma ação política que tem um meio peculiar para sua manifestação a violência. Tal definição considera a política tanto como aquela implementada por meios pacíficos entre os Estados, por notas diplomáticas, como a forma belicosa. A guerra é apenas mais uma maneira desses mesmos Estados se manifestarem, implicando que a política como um todo não cessa quando os contatos diplomáticos são suspensos. A guerra pode ter sua própria gramática, mas sua lógica pertence à política (CLAUSEWITZ, 1984, p. 605). A política pode ter sua forma pacífica sob a diplomacia ou violenta, sob a guerra. Toda guerra implica em imposição de uma vontade sobre o oponente, isto é, envolve a busca de poder em diferentes feições. Tal busca implica em ações políticas. Assim, todas as guerras possuem objetivos políticos. A gramática da guerra diz respeito às suas peculiaridades, aos pontos que nem sempre estão presentes em todas as ações políticas. A violência seria exemplar nesse sentido. Apesar de sua manifestação na política, não aparece em todas as ações políticas. Tudo o que se relaciona especificamente à guerra, à violência, às suas leis próprias,

2 Todas as citações de textos em inglês e espanhol tiveram minha tradução.

ao engajamento - definido por Clausewitz como todos os aspectos operacionais ligados especificamente à guerra (CLAUSEWITZ, 1984, p. 95) – constitui sua gramática. A guerra é uma ação política forte, que envolve paixão, na qual os homens se lançam de todo o coração, com coragem (JOUVENEL, 1963, p. 63-64). Nesse caso, os sujeitos da ação têm uma ligação de caráter patético – assim considerado, pois deseja-se transformar o mundo e tal perspectiva gera uma empatia, uma comoção emocional ou tem uma influência tocante -, e no caso específico da guerra, atingir o fim (impor a vontade de uma organização, que no caso é um exército, ao adversário, um outro exército).

A guerra se diferencia das ações políticas fracas, como normalmente o é o voto, atitude em que o sujeito da ação empresta pouca importância emocional, ao cumprir um ritual do qual não cogita abdicar e com o qual possui uma ligação simpática, afim. No entanto, não há de modo algum uma ligação patética. Mesmo que lhe seja facultado votar e o faça, trata-se ainda de uma ação política fraca, pois ela tem um alcance pequeno, limitado no sentido de transformar o mundo e a realidade à sua volta. Todavia, o caráter patético pode estar presente no voto, se ele estiver associado a uma escolha que envolva uma transformação, um forte apego a valores ou idéias de ruptura, de mudança social ou de imposição de uma nova visão de mundo.

Por sua vez, a gramática da guerra diz respeito a todos os elementos relacionados à violência, aspectos não necessariamente presente em todas as ações políticas. Para entender as conseqüências de tal formulação para a definição da política, deve-se ter em vista os dois tipos de guerra delineados por Clausewitz: a guerra real e a guerra absoluta.

Clausewitz define como guerra absoluta uma “fantasia lógica” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 78), um puro conceito de violência, um extremo caracterizado por um choque de forças operando livremente obedecendo a nenhuma lei a não ser suas próprias. As guerras napoleônicas tenderam a se aproximar da forma absoluta na medida em que foram conduzidas com forte intensidade. Ou seja, sob o comando de Bonaparte, a França, em suas vitórias, lutou sem trégua, até os inimigos sucumbirem (CLAUSEWITZ, 1984, p. 580). Estando no campo dos extremos, a guerra absoluta pertence ao mundo abstrato. Difere do mundo real e é, portanto, muito difícil de

ser concretizada. Os intérpretes contemporâneos (ARON, 1986a, p. 72; HOWARD, 1983, p. 70-71) de Clausewitz entenderam que um exemplo da manifestação da guerra absoluta na realidade contemporânea – ponto jamais imaginado pelo general prussiano - seria o uso de armas atômicas ou nucleares. Tal episódio se adequaria à descrição proposta por Clausewitz, isto é, consistiria em uma manifestação extrema da violência em um único episódio, sem que a política apareça como elemento moderador de sua intensidade. Isso não significa que a política saia de cena na guerra absoluta.

De modo diverso, a guerra na sua forma real nunca ocorre como um ato isolado, repentino e desconexo de eventos prévios no mundo político. Não consiste de um único decisivo ato ou apenas um conjunto simultâneo de atos. Por outras palavras, a violência se manifesta em diferentes momentos que não correm ao mesmo tempo. Não há uma única manifestação da violência que, na sua extrema intensidade de manifestação, decida inapelavelmente a guerra. A guerra real não é uma decisão perfeita e completa em si própria. Ela é um conjunto de atos em que há influência de eventos anteriores ligados às questões políticas que norteiam a guerra (CLAUSEWITZ, 1984, p. 78). Ela contempla toda sorte de obstáculos, dificuldades, incidentes menores colocados pela realidade durante o desenrolar das hostilidades, o que Clausewitz chama de fricção. Por outras palavras, situações múltiplas, inúmeros incidentes menores que não poderiam ser previstos em um planejamento teórico da guerra ou na presunção da pura disciplina dos soldados que cumprissem e executassem um plano de guerra.

Na guerra real em geral, a tensão referente aos elementos em luta, durante o tempo em que as hostilidades se desenrolam, tem a sua energia descarregada em choques menores, descontínuos. Isto é, não se aproxima da feição de um choque único que envolve toda a energia dos elementos em luta, própria da guerra absoluta (CLAUSEWITZ, 1984, p. 579) e a tendência ao extremo é moderada, por conta de sucessivos atos existentes no contexto real (CLAUSEWITZ, 1984, p. 79). No entendimento de Clausewitz, todo plano de guerra está em um certo sentido situado entre os dois conceitos de guerra em questão (1984, p. 580-581).

Sustentamos que a guerra possui a mesma lógica da política e, portanto, a política acompanharia a guerra, possuindo também uma feição absoluta e uma feição real. Não há explicitamente a menção

de uma política absoluta no texto de Clausewitz. É possível afirmar que a guerra absoluta poderá ser um parâmetro geral a ser considerado em um plano de guerra, quando for pertinente ao caso específico em consideração (CLAUSEWITZ, 1984, p. 581). Sendo procedente a consideração da forma absoluta em dado momento em conformidade com o esforço demandado pelo adversário e pelo objetivo político em vista, tal extremo pode ser contemplado na avaliação da guerra que se pretende conduzir. Quanto maior o esforço demandado pelo oponente, quanto mais grandiosa e inspiradora for a política motivadora de sua manifestação, mais a violência da guerra se aproximará do extremo (CLAUSEWITZ, 1984, p. 87-88).

Partindo dessa linha de raciocínio, a interpretação de Pierre Naville sobre Clausewitz dá conta de uma política real e uma política absoluta (NAVILLE, 1955, p. 28). Entretanto, o comentador mencionado não fornece uma definição mais precisa do que seria uma política absoluta e uma política real. Ele sustenta que a política absoluta, a própria essência das relações políticas, é uma abstração que nunca foi concretizada, senão no momento revolucionário, aquele mais intenso e mais fugaz da vida social. De modo distinto, a política absoluta também pode ser também a guerra. Por outras palavras, a política, em sua forma mais elevada, quando não alcançar sua forma abstrata, extremada, pode ser a revolução – sem estar aí todo o processo revolucionário, que tem seu momento decisivo na insurreição - ou a guerra (NAVILLE, 1955, p. 28-31). Temos, portanto, três possibilidades de política absoluta: guerra, revolução e uma forma abstrata.

Entendo que tal compreensão não confunde lógica e gramática da guerra porque, a partir da formulação clausewitziana, a natureza própria ou específica da guerra não está no absoluto, no extremo. A natureza mencionada refere à violência, notadamente aquela dos extremos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 76). Então, o que seria a política absoluta? Elaboro duas definições que explicam tal noção.

Primeiro, uma essência, uma idéia abstrata das relações políticas, semelhante ao caráter da guerra em seu tipo absoluto, jamais concretizada. Por que? Não se pode entender a guerra tampouco a política como ações dotadas de um resultado que seja considerado final, último. A disputa por poder, característica tanto da guerra quanto da política, enseja uma constante busca e consolidação do poderio dos sujeitos da ação envolvidos em

uma determinada luta, um permanente conflito. Trata-se de um processo em constante movimento, sem um desfecho. Portanto, a política absoluta pode ser definida como aquela ação política em que a luta pelo poder alcançou um patamar último, definitivo, um resultado final, de tal modo que se desarmou o inimigo e também aniquilou inapelavelmente as suas forças. Um dos lados em luta impôs sua vontade ao inimigo sem qualquer possibilidade de reversão de tal quadro. É uma definição puramente abstrata, sem conexão com a realidade.

A segunda definição refere àquela lógica subjacente às ações políticas fortes, configuradas da mesma maneira que a guerra. O ápice de uma ação política, a política absoluta, seria uma revolução. Em tal momento, o distanciamento, a hostilidade, os interesses excludentes, as diferentes concepções de mundo envolvendo os lados em luta, atingiriam uma feição bastante intensa. Trata-se de um fato concreto, real, em que a política não assumiu sua forma mais elevada através de uma guerra.

Isso posto, cabe também uma definição da política real. Constituiu-se naquela ação política concreta, real, em que há limites e relativização da capacidade do sujeito da ação impor seus desígnios ao oponente para a consecução de seu poder de forma definitiva.

Justifico tal aproximação entre a política e a guerra valendo-me da formulação do próprio Clausewitz. O general prussiano entende ser mais adequada a comparação da guerra com o comércio – também um conflito de interesses e atividades humanas - e ainda mais com a política, do que com a arte. A guerra só difere dos outros conflitos sociais pelo deramamento de sangue e tem na política a matriz na qual ela se desenvolve de modo embrionário, rudimentar (CLAUSEWITZ, 1984, p. 149).

Contudo, pode-se objetar: como pode existir dentro da própria formulação clausewitziana tal aproximação entre os diferentes tipos de guerra – real e absoluta - e classificação semelhante quanto à política? Retomando uma tese já tratada, a guerra somente alcançou patamar próximo do absoluto na Revolução Francesa, mais precisamente a partir de 1793. Conforme a análise clausewitziana, todo o referencial anterior sobre o fenômeno bélico se tornou antiquado. A guerra passou a ser manifestada com todo o vigor, toda a sua fúria, com fortes paixões, com uma gigantesca

mobilização de recursos e de toda a sua sociedade. Tudo isso sugeria uma mobilização que não mais reconhecia limites. Não era mais assunto restrito ao governo de um Estado. A França tornou a guerra assunto de todo um povo, composto por trinta milhões de indivíduos, todos considerando a si próprios cidadãos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 592-593).

Tal caracterização do novo quadro da guerra nos leva inevitavelmente ao sentido aqui proposto de uma ação política forte, isto é, partimos da guerra para explicar a política. A Revolução Francesa, marcada por fortes sentimentos, paixões, por um elemento patético, mobilizador das massas e de recursos das mais diferentes ordens e de alcance transformador do mundo por excelência – considerando tanto a vasta mobilização social e as profundas mudanças no plano interno, com um forte sentido de nacionalismo e patriotismo, quanto a repercussão das suas idéias e pela busca por seus exércitos de uma transformação do mundo no plano externo -, o que guarda fortes paralelismos e traços comuns com a guerra, principalmente a absoluta. Ao tomarem-se todos esses aspectos concretizados de forma inovadora, a lógica política interna da França deu o tom, contribuiu para o modo como a guerra se manifestou no plano externo também. O vigor, as paixões, enfim, o elemento moral (terminologia que Clausewitz usa para referir aos elementos psicológicos), tem forte peso em tal caracterização. Não menos importante é a nova concepção de mundo que permeia todas as transformações desdobradas da Revolução Francesa, todos os aspectos referentes ao elemento moral das massas e, por conseguinte, também dos exércitos. Se nos valermos do já definido conceito de uma política absoluta como aquela concretizada em uma revolução, vigorosa e grandiosa, poderemos entender que ela foi fator marcante para a consecução de uma guerra próxima do tipo absoluto sob a liderança de Bonaparte. Consideremos o esforço absoluto acima mencionado para preservar o Estado francês e todo o entusiasmo e vigor revolucionários. A política alcançou sua forma mais intensa, próxima do absoluto, na jornada revolucionária francesa em diferentes momentos. Antes e depois da ascensão de Bonaparte ao poder, ela se manifestou no seu auge, tanto no plano interno, no curso do processo revolucionário, como guerra próxima ao tipo absoluto, no plano externo. Portanto, todo esse vigor da violência da guerra foi acompanhado *pari passu* pelos outros elementos ligados ao processo revolucionário francês.

Mostrarei como todo esse raciocínio está presente, de algum modo, nas formulações de Lenin. Argumentarei como alguns dos elementos presentes em Lenin são, de certa forma, esboçados na maneira como Marx e Engels receberam as formulações de Clausewitz e conceberam alguns pontos da relação entre guerra e política.

ALGUNS ELEMENTOS DO PARENTESCO INTELECTUAL ENTRE MARX, ENGELS, LENIN E CLAUSEWITZ

O fato de Engels ter recomendado a Marx que lesse *Da Guerra*³ e as citações em suas correspondências em que ambos dão crédito às teses do general prussiano, ilustram a importância de Clausewitz para os expoentes do materialismo histórico. Nesta carta, Engels se referiu ao raciocínio clauswitziano como um estranho modo de filosofar, mas que por si era muito bom. Conforme o próprio Engels, trata-se da reflexão de Clausewitz sobre a adequação de se entender a guerra como arte ou como ciência. O general prussiano se distancia das duas possibilidades e aproxima a guerra do comércio: o combate significa aquilo que o pagamento em espécie denota para o comércio. Talvez seja possível identificar tal aprovação de Engels em face de uma dialética que não exclui a guerra e relação ao comércio e à própria política: não são excludentes; a despeito de suas enormes diferenças e negações, fazem parte de um todo. Assim como o comércio e a guerra estão

³ Engels faz tal recomendação em carta endereçada a Marx datada de 7 de janeiro de 1858. Ver a respeito ENGELS, 1983b, p. 241-242. Há outros exemplos de menções de crédito a Clausewitz: dois textos de Marx (MARX, 1983b, p. 445 e 1983c, p. 435) em que ele cita explicitamente o general prussiano para respaldar argumentos. Há carta em que Marx dá notícia de que lera Clausewitz e isso lhe tomou bastante tempo (MARX, 1983a, p. 198). Há outra carta de Engels com passagem elogiosa a Clausewitz (ENGELS, 1983a, p. 372), além de texto no qual credits ao general prussiano uma grande densidade sobre a história militar (ENGELS, 1983c, p. 450). A análise do professor de História Militar da Universidade de Tel Aviv, Azar Gat (GAT, 1992, p. 366) nega a admiração de Marx e Engels por Clausewitz. Gat assume ter Engels interesse maior pelos assuntos militares do que Marx e dá um peso demasiado aos escritos do primeiro, quase ignorando o segundo. De fato, as referências de Engels, de certa forma, diluem a importância de Clausewitz ao mencionarem outros estudiosos de assuntos militares junto com o general prussiano. Contudo, Gat ignora textos de Marx no seu argumento – citados nessa nota – que aludem diretamente ao general prussiano. Ao mesmo tempo, Gat não dá crédito algum às pequenas – mas efetivas – menções elogiosas ou aceitadoras de Marx e Engels a diferentes momentos da obra de Clausewitz. Outro ponto de divergência com a análise de Gat por nós formulado também diz respeito a fontes por ele utilizadas com relação a Lenin. Ao não fazer um trabalho mais abrangente quanto às fontes e formulações leninistas mais precoces – do início do século XX, como buscaremos argumentar mais abaixo – associa o interesse do líder bolchevique por Clausewitz somente em função da eclosão da Primeira Guerra Mundial e da sua denúncia do conflito bélico como instrumento político violento a serviço do imperialismo (IDEM, p. 371). Tal ponto era objeto de discórdia entre Lenin – crítico desta guerra – e os partidos da Segunda Internacional, apoiadores do conflito.

no domínio das relações humanas, ambos apontam para um objetivo uma imposição de vontade sobre outrem.

Ao longo de vários escritos de Marx e Engels, a guerra é tomada como sinônimo de luta, conflito e até mesmo como metáfora da política (MARX; ENGELS, 2012, p. 50, 56, 73; MARX, [19--?], p. 194) sem, no entanto, uma definição mais sistemática que permita uma definição próxima àquela que estabeleci acima aproximando a guerra da revolução ou das outras ações políticas fortes. Não há na obra de Marx e Engels, em primeiro momento, o estabelecimento de um argumento de uma relação direta de Clausewitz com a perspectiva dialética de Hegel. Também não há qualquer menção explícita na obra clausewitziana do filósofo de Stuttgart. Contudo, há possibilidade de Clausewitz ter convivido com o filósofo. Frequentaram os mesmos círculos artísticos e intelectuais em Berlim. Clausewitz foi diretor da Academia Militar de Berlim no mesmo período em que Hegel lecionou na Universidade da mesma cidade. Morreram no mesmo ano em função de uma epidemia de cólera. A dialética - termo usado explicitamente pelo general - conceitual clausewitziana poderia ser de alguma forma fruto do contato com Hegel.

Dentre várias passagens dos epígonos do materialismo histórico, destaque-se passagem de Engels em que ele aproxima a guerra da insurreição, inclusive na perspectiva organizativa de um exército, o que talvez possa sugerir a já referida aproximação entre guerra e revolução:

A [...] insurreição é uma arte, como a guerra... e está sujeita a certas regras que, se não forem bem obedecidas, levam à ruína... Primeiro, nunca brincar com a insurreição... ela é um cálculo muito incerto da ação contra forças que contam com a vantagem da organização, da disciplina e da autoridade... (ENGELS apud GALLIE, 1979, p. 84).

Por sua vez, Lenin foi leitor de Clausewitz numa chave hegeliana (LENIN, 1984, p. 235). Conforme Henri Lefebvre, o estudo do general prussiano não o influenciou (LEFEBVRE, 1975, p. 273). Apenas o ajudou a interpretar questões políticas em registro hegeliano afim ao marxismo. Entendemos que o interesse e o parentesco intelectual de Lenin em relação a Clausewitz vão além da perspectiva de aplicar as idéias do general prussiano à estratégia política, fundamentar a sua própria estratégia político-

-militar ou ainda colher meras lições sobre tática insurrecional, como formulam seus críticos⁴.

As primeiras referências mais explícitas de leitura de Clausewitz por Lenin datam de 1915, por ocasião de seu exílio em Genebra, quando fez anotações sobre *Da Guerra*. Entretanto, há indício de que tenha tomado contato bem anteriormente com tal obra, já no início do século XX (LEFEBVRE, 1975, p. 273). Este indício está em seus escritos de 1905⁵, como desenvolverei adiante. No ano referido, de acordo com as memórias da companheira de Lenin, Nadezda Konstantinovna Krupskaya,

Ilitch não somente leu Marx e Engels; estudou um grande número de obras militares; o problema da organização de uma insurreição lhe ocupou muito mais do que se crê normalmente (KRUPSKAYA, 1937, p. 72).

Outro argumento sobre o conhecimento da obra de Clausewitz próximo a este período está em *Que fazer?*, importante obra sobre a organização e a atuação partidárias, elaborada entre 1901 e 1902. Há nela metáforas e raciocínios que contemplam a lógica da guerra e como a mesma pode ser aplicada à política. Chamo a atenção para uma passagem em que Lenin analisa uma revolução. Ela tem seus altos e baixos, com diferentes intensidades de violência. Tal como na definição clausewitziana de guerra real já tratada acima, as diferentes batalhas mostram sucessivos e diferentes atos com distintas manifestações da violência e o resultado nunca é final. Sempre enseja a continuidade da luta, do conflito. Percebe-se que Lenin

⁴ Críticos como Raymond Aron (1986c, p. 59).

⁵ Há elaboração em linha distinta com a tese deste texto. Ou seja, não haveria um provável contato com a obra de Clausewitz já no início do século XX. Kipp (1985, p. 185-186) sustenta que a apropriação do general prussiano por Lenin só se deu em 1915 e serviu para suprimir uma deficiência teórica ou anomalia do marxismo posta pela Primeira Guerra Mundial. Tal anomalia se ligaria ao fato de Engels não ter previsto sobre a guerra o caráter que ela assumiria no conflito de 1914-19. Ademais, Marx e Engels não teriam antevisto o caráter maduro do capitalismo então existente no início do século XX. Outro ponto importante: a Primeira Guerra Mundial negava o internacionalismo e pacifismo proclamados por todos os social-democratas no âmbito da Segunda Internacional. O sentido de anomalia sugerido por Kipp é o do filósofo da ciência Thomas Kuhn (1970) e refere a uma deficiência frente a problemas postos pela realidade de uma teoria científica entendida como um paradigma. Sobre as anomalias dos paradigmas conforme este filósofo, consultar KUHN, 1970, p. 52-65. Esboçando uma perspectiva crítica sobre Kipp, questionamos também o uso da categoria kuhniana de paradigma para as humanidades ou ciências humanas, uma vez que ela foi somente concebida para as ciências naturais. Consultar a respeito KUHN, 1970, p. 174-210 e, em particular, as páginas 177 e 208-209. Uma análise nessa mesma direção é a de ASSIS, 1993, p. 133-164. Também sobre a avaliação de que a noção kuhniana de paradigma não foi concebida para as ciências humanas e foi testada apenas superficialmente nas ciências naturais, consulte LAUDAN et al., 1993, p. 8 e 21.

imputa o mesmo à revolução: “É a própria revolução não deve ser imaginada como acto único [...], mas como uma rápida sucessão de explosões mais ou menos violentas, alternando com frases de calma mais ou menos profunda” (LENIN, 1982c, p. 204).

Na mesma direção, tomamos emprestada a assertiva de Henri Lefebvre:

Na verdade, porém, o interesse com que Lenine leu Clausewitz vai muito mais longe. Lendo o estratega alemão, Lenine constata esta tese da dialética: não há discontinuidade (*sic*) absoluta nem continuidade absoluta. Há uma unidade entre a paz e a guerra, mas existem diferenças profundas e contradições entre ambas. Não é só nas guerras entre Estados que a política troca a pena pela espada. Esta proposição é também verdadeira na luta de classes. Essa luta, pensada politicamente por Lenine, pensa-se *estrategicamente*. Lenine julga que assim, e só assim, pode reconhecer e desvendar, as iniciativas, as ofensivas e os objectivos reais da classe adversa, que são também estratégicos. Além disto, as guerras entre nações, Estados e povos têm também um conteúdo de classe (um dos exemplos desta afirmação é o Estado opressor, um Estado de classe que, tendo de enfrentar dificuldades interiores e uma oposição poderosa, tenta a diversão clássica: a guerra. Foi o caso de Napoleão III em França – ou do czar em 1905 e 1914) (LEFEBVRE, 1975, p. 270-271, destaques no original).

No mesmo sentido, Lefebvre cita a fracassada aventura do exército czarista na guerra contra o Japão como tentativa de desviar a atenção dos gravíssimos problemas econômicos e sociais da Rússia em 1905.

Retomemos a epígrafe deste texto. Ela alude – ainda que de modo implícito - justamente à correspondência entre revolução e guerra como formas mais elevadas da política. Lenin usou-a para explicar os acontecimentos ligados à Revolução de 1905 em São Petersburgo e as manifestações de massas, inicialmente pacíficas, contra o governo czarista.

Há implicitamente no argumento de Lenin a formulação clauswitziana de que o oponente e o tipo de conflito por ele oferecido determinam a natureza das armas e o esforço a ser demandado numa interação entre os dois lados (CLAUSEWITZ, 1984, p. 81, 127). É o próprio Lenin quem reitera mais de uma vez em sua análises sobre as jornadas de 1905 que o governo buscou uma batalha e reprimiu violentamente todas as ma-

nifestações de massas em diferentes cidades. Conforme Lenin, os trabalhadores perceberam que sem armas eles podiam ser mortos pelo governo pelo menor pretexto possível em qualquer situação (LENIN, 1980, p. 14). Daí a necessidade dos trabalhadores recorrerem também à violência. Nesse sentido, explica-se a afirmação de Lenin de que revolução é guerra. Em São Petersburgo, um dos episódios dessa repressão foi o Domingo Sangrento. A repressão na cidade teve organização de caráter militar e comando de oficiais do exército imperial. Uma verdadeira batalha foi travada cruelmente contra os manifestantes.

Evidentemente que não se pode estabelecer uma completa correspondência entre as teses marxianas, engelsianas, leninianas e as formulações clausewitzianas. Marx e Engels não têm o foco em Estados em guerra, mas sim nas classes sociais dos distintos países belicosos. No caso de Lenin, destaque-se a menção à justiça e legitimidade da guerra, ponto não discutido pelo autor de *Da Guerra*. O referencial do interesse de classe ao qual serve uma guerra é um ponto diferenciador entre o general prussiano e o líder revolucionário russo. Lenin identifica a guerra justa e legítima no fato dela servir aos propósitos das massas contra o despotismo e a violência e não como interesse egoísta de dominadores e exploradores como ocorre nas demais guerras (LENIN, 1980, p. 13-14). Também de modo distinto, ressalte-se que a abordagem de guerra de Clausewitz não contempla a guerra civil, somente aquela entre Estados.

Por fim, abordamos um pouco sobre os trechos de *Da Guerra* destacados e comentados em Genebra, em 1915, por Lenin a propósito do tema em pauta nesse artigo:

1. Ao lado de passagem que contem o raciocínio do uso da política pacífica na forma da diplomacia e a política violenta na forma da guerra para a consecução dos objetivos políticos de um Estado (CLAUSEWITZ, 1984, p. 603), Lenin escreve: “ ‘Graus’ ‘Gradações’ da concepção de guerra e paz” (LENIN, 1979, p. 78);
2. Há a seguinte anotação ao lado de trecho em que Clausewitz sustenta a unidade contraditória entre paz e guerra na política (CLAUSEWITZ, 1984, p. 605-610): “o capítulo mais importante” (LENIN, 1979, p. 79).

3. É possível verificar a observação “Guerra = parte de um todo”; “Esse todo = a política” (LENIN, 1979, p. 81) ao lado de passagem em que Clausewitz sustenta que a guerra deve ser entendida como parte de um todo, a política. Se se considera a guerra na feição prática, ela não pode ser vista em si mesma. Não se pode tomar a guerra circunscrita somente à violência, como se tivesse suas próprias leis (CLAUSEWITZ, 1984, p. 605-606).

Verifica-se a partir das anotações em tela que Lenin tinha clareza sobre a política nas suas distintas faces, bem como o caráter indissolúvel entre guerra e política⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos devem ser sublinhados nessa breve leitura com vistas a análises ulteriores.

Em primeiro lugar, as idéias fornecidas pela leitura de Clausewitz a Lenin reforçaram o entendimento fornecido pela história de que as revoluções e as guerras são o ponto alto da política e se entrecruzam em várias outras análises e contextos. Significativas passagens o demonstram: “[...] qualquer grande revolução, especialmente uma revolução socialista, mesmo se não existe uma guerra externa, é inconcebível sem uma guerra interna, isto é, sem guerra civil” (LENIN, 1982a, p. 578); “[...] a revolução é a luta de classes e a guerra civil mais agudas, mais furiosas, mais encarniçadas. Na história não houve uma só grande revolução sem guerra civil” (LENIN, 1982c, p. 351). A própria proposição leniniana de 1915 entre socialistas internacionalistas reunidos em Zimmerwald, Suíça, - derrotada por pequena margem nesse encontro – de transformar a então guerra mundial entre nações em guerra de classes seria mais um dos exemplos nesse sentido⁷ (FONTES, 2008, p. 91).

⁶ Analisei este tema de modo mais aprofundado em outro momento. Ver PASSOS, 2012.

⁷ Sem analisar eventuais parentescos intelectuais entre Lenin e Clausewitz, o historiador Georges Haupt não vê, acertadamente, um padrão único de causalidade na relação entre guerra e revolução. Nesse sentido, em que pese a guerra russo-japonesa ter contribuído para a concretização da Revolução Russa de 1905, as classes revolucionárias russas não foram suficientemente fortes para a consecução da conquista do poder (HAUPT, 1971, p. 263). Em 1914, há uma nova constelação de forças que permite uma correlação entre guerra e a iminência da revolução (IDEM, p. 275). O ponto importante da análise do historiador, com o qual nos filiamos também, é a análise da especificidade histórica e concreta no sentido de apontar a relação entre revolução e guerra (IDEM, p. 258).

Em segundo lugar, pode-se ligar o pensamento de Lenin ao de Clausewitz de modo a desenvolver em outra oportunidade outros aspectos que evidenciam ainda mais o caráter dialético do pensamento de ambos e a relação dialética entre política e guerra. Seriam exemplares nesse sentido os pares conceituais clausewitzianos de defesa e ataque, tática e estratégia, meios e fins, real e absoluto. Há mais temas ligados à validade da guerra para a política a serem aprofundados no pensamento de Lenin: o partido e os aspectos de sua organização de caráter militar, sua tática e estratégia, a flexibilidade da organização do partido tal como um exército, dentre outros.

Por fim, entendemos que o parentesco entre os quatro autores aqui tratados pode ir além. Principalmente no tocante a Marx e Engels, bem menos abordados na presente análise. Sabe-se da enorme controvérsia na literatura especializada envolvendo o caráter da dialética clausewitziana e sua eventual compatibilidade com o aparato filosófico de Hegel e Kant, mas que escapa aos limites de espaço do presente texto. Afirma-se, à guisa de conclusão, que há rupturas, continuidades e parentescos intelectuais de Marx, Engels e Lenin em relação a Clausewitz. Destaque-se, contudo, um fortíssimo parentesco intelectual que permite identificar as bases historicistas e dialéticas de análise da guerra e da política convergentes em vários aspectos nos autores em tela, ponto também amparado em muitos estudos mas que também vão além dos limites desta reflexão. Em consonância com este entendimento, há uma bela passagem de Clausewitz que lembra formulações de Marx e Engels, com a qual terminamos esse texto: “[...] embora por muitos séculos elas possam existir e funcionar, até mesmo as mais sublimes criações da sociedade carregam em si mesmas o elemento de sua própria destruição” (apud PARET, 1985, p. 3).

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1986a.
- _____. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era européia*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1986b.

_____. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era planetária*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1986c.

ASSIS, Jesus de Paula: Kuhn e as ciências sociais, *Estudos Avançados*, v. 17, n. 9, p. 133-164, 1993.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Princeton: Princeton University, 1984.

ENGELS, Frederick. Engels to Joseph Weydemeyer in Franksfurt am Main, 19 June 1851. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983a. v. 38, p. 370-373.

_____. Engels to Marx, 7 January 1858. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983b. v. 40, p. 241-242.

_____. Introduction [To Sigmund Borkeim's pamphlet, in memory of the German *blood-and-thunder patriots*. 1806-1807]. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983c. v. 26, p. 446-451.

FONTES, Virgínia. O imperialismo: de Lenin aos dias atuais. *Outubro*, São Paulo, n. 17, p. 67-105, 2008.

GALLIE, W. B. *Os filósofos da paz e da guerra*. Rio de Janeiro: Artenova; Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1979.

GAT, Azar. Clausewitz and the marxists: yet another look. *Journal of Contemporary History*, v. 27, n. 2, p. 363-382, Apr. 1992.

HAUPT, Georges. Guerre et révolution chez Lénine. *Revue Française de Science Politique*, v. 21, n. 2, p. 256-280, 1971.

HOWARD, Michael. *Clausewitz*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

JOUVENEL, Bertrand de. *De la politique pure*. Paris: Calmann-Lévy, 1963.

KIPP, Jacob W. The militarization of marxism, 1914-1921. *Military Affairs*, v. 49, n. 4, p. 184-191, Oct. 1985.

KRUPSKAYA, Nadezda Konstantinovna. El año 1905. In: _____. *Mi vida con Lenin (1893-1917)*. Santiago de Chile: Ercilla, 1937. p. 69-79.

KUHN, Thomas S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: Chicago University, 1970.

LAUDAN, Larry et al. Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 9, p. 7-89, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes, 1975.

LENIN, Vladimir. Obras Póstumas del General Carl Von Clausewitz acerca de la conduccion de la guerra. In: ARICÓ, José; GÓMEZ, Jorge Tuta; SILBERBERG, María Inés (Org.). *Clausewitz em el pensamiento marxista – Lenin, Ancona, Braun, Razin, Stalin, Engelberg, Korfes – Cadernos de Pasado y Presente*. México: Siglo XXI, 1979. v. 75, p. 51-98.

_____. *1905 – Jornadas Revolucionárias*. Contagem: História, 1980.

_____. A situação internacional da República Soviética da Rússia e as tarefas fundamentais da revolução socialista, In: _____. *Obras escolhidas em três tomos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982a. v. 1, p. 559-587.

_____. Conservarão os bolcheviques o poder de Estado?. In: _____. *Obras escolhidas em três tomos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982b. v. 1, p. 327-365.

_____. Que fazer? – Problemas candentes do nosso movimento. In: _____. *Obras escolhidas em três tomos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982c. v. 1, p. 79-214.

_____. La bancarrota de a II Internacional. In: _____. *Obras completas*. Moscou: Progreso, 1984. v. 26.

MARX, Karl. Marx to Engels in St. Hélier in Jersey, 31 October 1857. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983a. v. 40, p. 197-198.

_____. Quid pro quo. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983b. v. 16, p. 445-449.

_____. Truth testified. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected works*. New York: International Publishers, 1983c. v. 16, p. 435-438.

_____. Prefácio a A Guerra Camponesa na Alemanha. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [19-?]. v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NAVILLE, Pierre. Carl von Clausewitz et la théorie de la guerre. In: CLAUSEWITZ, Carl von. *De La Guerre*. Paris: Les Editions de Minuit, 1955. p. 19-37.

PARET, Peter. *Clausewitz and the State – the man, his theories, and his times*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

PASSOS, Rodrigo. Uma leitura sobre Lenin, Clausewitz, a revolução e a guerra. *Outubro*, São Paulo, n. 20, p. 150-169, 2012.

LENIN: DOGMÁTICO E DOUTRINÁRIO OU «PROTAGONISTA DE UMA HEGEMONIA REALIZADA»?

Gianni Fresu

Com o predomínio do padrão ocidental, após o fracasso do bloco socialista na Europa do leste, a liquidação da herança teórica de Lenin passa a ser uma tarefa seguida com obstinação por grande parte do mundo político, acadêmico e cultural. Assim, entre a maioria dos historiadores do pensamento político, sociólogos, cientistas políticos, economistas ou simples jornalistas, prevalece a tendência a representar sumariamente Lenin como um «doutrinário» rígido e ortodoxo, que tinha a obsessão de abrigar a realidade numa camisa de força para fazê-la aderir aos seus desenhos. O “drama do comunismo” seria então o resultado do fundamentalismo ideológico de Lenin e da sua pretensão por fazer nascer a nova ordem a fórcipe. O século XX tem sido descrito como o século dos horrores, das ditaduras e, nessa leitura apocalíptica, Lenin é representado como a origem do pecado, o diabo responsável pelas desgraças e os lutos de um século ensanguentado, incluído aí o fascismo. Por isso, uma das suas elaborações mais conhecidas, o imperialismo, tem sido combatida com tanta violência.

O sinal desta ofensiva não é neutro, porque nasce da exigência de cancelar a dupla validade do imperialismo, não só para o que tem representado na obra de desmistificação das formas de auto representação do real, mas sobretudo pelos instrumentos de luta fornecidos aos povos

subalternos, aqui nos referimos à luta pela libertação do domínio colonial na Ásia, África e América Latina no século XX

A noventa anos da morte de Lenin, a necessidade de retornar às suas premissas filosóficas e à sua atividade política, surge em primeiro lugar por exigência de evitar estes atalhos e começar um trabalho de investigação o mais sério e rigoroso possível. Para além da liquidação e também das interpretações apologéticas, tal retorno é fundamental, se temos a ambição de compreender o evento revolucionário que marcou profundamente a história da humanidade no século XX.

1 ENTRE MARX E DARWIN, AS CERTEZAS IDEOLÓGICAS DO DETERMINISMO SOCIALISTA.

Embora tenha sido definido como um «doutrinário dogmático», podemos identificar um fio vermelho na atividade teórica e política de Lenin, exatamente na recusa metodológica das orientações mais esquemáticas e rígidas do determinismo marxista, predominantes no movimento socialista na passagem do século XIX para o XX. A segunda metade do século XIX foi caracterizada por muitas transformações, rápidas e profundas, que determinaram um desenvolvimento das forças produtivas sem precedentes históricos. Entre 1860 e 1870 alcança-se o apogeu da livre concorrência; com a crise de 1873 começa a delinear-se o sistema dos cartéis; depois, entre 1890 e 1903 (ano do começo de uma nova crise), observa-se um crescimento nos negócios e nas trocas que levam para uma, cada vez maior, concentração e centralização dos capitais. A organização por cartéis se torna base fundamental de toda a vida econômica, e não mais um fenômeno transitório ligado a um momento da conjuntura. Segundo a expressão de Lenin, o capitalismo transformou-se em imperialismo.

Essas profundas mudanças, marcam a formação e o desenvolvimento do movimento operário, num percurso no qual o encontro com o marxismo coincide com a libertação de uma condição desagregada das grandes massas, que irrompem na cena política. O nascimento do movimento socialista da Segunda Internacional e a afirmação do marxismo como doutrina predominante, são, todavia, profundamente condicionadas por um contexto cultural caracterizado pelo grande interesse pelas ciências

sociais e as ciências naturais, e na qual o mito do progresso se entrelaça ao sucesso das sínteses populares das obras de Darwin, Spencer e Haeckel. Na Alemanha o conjunto desses elementos, assim como a solução de compromisso que se realiza na edificação do Impero Alemão – entre a velha aristocracia rural prussiana, a burguesia e o Estado de Bismarck – cria já nos anos 1860 as condições favoráveis para o nascimento de um forte movimento socialista. A difusão do marxismo no movimento operário alemão encontra dois veículos extraordinários, no semanário “Sozialdemocrat”, editado em Zurique sob a supervisão de Wilhelm Liebknecht, e na “Neue Zeith”, nascida em setembro de 1882 em Salisburgo fundada por Kautsky, Liebknecht, Bebel e Dietz. A “Neue Zeith” se impõe como a primeira revista teórica de um Partido operário e se torna o principal órgão de aprofundamento do marxismo na Segunda Internacional (RAGIONIERI, 1968).¹

A impostação cultural dos fundadores da revista influí na obra de difusão do marxismo, portanto o marxismo era influenciado pelas sugestões positivistas, na confiança na ciência e no progresso. Ao mesmo tempo a dialética hegeliana, abandonada e considerada descartável, não era conhecida por muitos propagandistas do marxismo, favorecendo a sua vulgarização determinista.

A história desta revista, dos seus debates, das suas viragens, é a história do marxismo da Segunda Internacional. Sobre sua natureza Ernesto Ragionieri faz uma sintética e eficaz definição:

Por marxismo da Segunda Internacional se entende, em geral, uma interpretação e elaboração do marxismo que afirma um caráter científico à sua concepção da história enquanto indica o desenvolvimento em uma sucessão de sistemas de produção econômica, segundo um processo de evolução que só ao limite considera a possibilidade de rupturas revolucionárias, que emergem do desenvolvimento das condições objetivas. (RAGIONIERI, ano, p. 47). 2

Os primeiros a entenderem este equívoco foram os dois autores do *Manifesto do partido comunista*. No prefácio à segunda edição do *Capital* (1873), Karl Marx tem a necessidade de se distanciar dos os «mo-

¹ Do mesmo autor veja-se *Socialdemocrazia tedesca e socialisti italiani 1875-1895*. Milano: Feltrinelli, 1961.

2 RAGIONIERI, Ernesto. *Alle origini del marxismo della Seconda Internazionale*, cit. p. 47.

lestos, presunçosos e medíocres epígonos» que ao seu tempo se permitiam tratar Hegel como um «cachorro morto». Neste escrito, Marx se define abertamente discípulo do «grande pensador»³. O escrito mais importante deste ponto de vista é o *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, de 1888⁴, no qual Engels promove um retorno aos elementos essenciais da dialética hegeliana para reafirmar a sua primazia contra as concepções do materialismo mais mecânico e rude. Neste importante ensaio, Engels retorna ao projeto compartilhado com Marx em 1845, ou seja, fazer um acerto de contas com sua própria formação filosófica, enfrentar novamente a concepção ideológica da filosofia alemã.

Substituir a filosofia hegeliana pelo positivismo e as ciências naturais, tem levado muitos marxistas a interpretar o devir histórico e social da humanidade segundo fases consequentes e inevitáveis, “naturalmente” inscritas nas leis da economia; assim como na natureza o macaco se transformou em homem, da mesma maneira, as sociedades humanas estariam destinadas a transitar do modo de produção feudal ao modo de produção burguês, para depois chegar ao socialismo. O ponto político desta abordagem é o predomínio de tendências messiânicas no movimento operário, a atribuição de um papel passivo e subalterno aos verdadeiros protagonistas do processo revolucionário, submetidos aos dirigentes encarregados de ler na economia as contradições insanáveis do capitalismo, destinadas a explodir na “hora H”.

A luta de classe foi interpretada como uma lei da evolução social, que os marxistas tinham só que desvelar, da mesma forma que Newton explicou a Lei da Gravidade. Portanto, a tarefa do movimento socialista, era acumular forças, na espera que a história cumprisse o seu curso, até determinar – como uma lei natural – o fracasso do capitalismo e a ascensão do socialismo. Esta ideia foi a base fundamental do Programa de Erfurt de 1891, que logo seria transformado no maior programa teórico para todos os partidos socialistas do mundo, no universo ideológico para importantes

³ A mistificação à qual sujeita-se a dialética nas mãos de Hegel não impede de nenhuma maneira que ele tenha sido o primeiro a expor amplamente e com consciência as formas gerais do movimento da dialética mesma. Precisamos invertê-la para descobrir o núcleo racional no interior da casca mística. Na sua forma mistificada, a dialética se torna uma moda alemã porque parecia transfigurar o estado das coisas existentes. Na sua forma racional, a dialética é escândalo e horror para a burguesia e para os seus corifeus doutrinários, pois na compreensão positiva do estado das coisas existentes inclui mesmo a compreensão da negação dele». MARX, Karl. *Il Capitale*. Roma: Editori Riuniti, 1994.

⁴ ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e il punto di approdo della filosofia classica tedesca*. Roma: Edizioni Rinascita, 1950. Tradução da original edição alemã do 1888 por Palmiro Togliatti.

intelectuais como Karl Kautsky, para os quais a tarefa da socialdemocracia não era organizar a revolução, mas organizar-se para a revolução, não fazer a revolução, mas usá-la.

Entre os anos de 1880 e 1890, a tese sobre a inevitabilidade do fim do capitalismo parecia oferecer uma correta explicação à grande depressão em curso. O estado de instabilidade e as deficiências da sociedade burguesa, geradas a partir da maior crise da produção capitalista, assim como, as piores condições de vida dos trabalhadores durante vinte anos, pareciam uma materialização das teorias sobre a «miséria crescente» e da «crise final». Mas, a nova e impetuosa retomada econômica, iniciada em 1896, e a desilusão sobre a derrota próxima do capitalismo, produziram uma grave crise na ideologia do movimento operário. Neste contexto, entre 1896 e 1898, Eduard Bernstein começou a editar na “*Neue Zeit*” uma série de artigos intitulados *Problemas do socialismo*, depois retomados e ampliados, em 1899, na obra mais famosa do revisionismo marxista, *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da socialdemocracia*. (BERNSTEIN, 1968).

Esta longa digressão é necessária para esclarecer um primeiro conceito: propriamente, em polémica com as orientações ortodoxas de Kautsky e aquelas revisionistas de Bernstein, Lenin abre uma dura contenda teórico-política no movimento socialista internacional. Segundo os cânones do socialismo naquele momento, cada país chegaria ao socialismo através do mesmo processo. Por isso, em um país atrasado como a Rússia não seria possível nem sequer pensar num processo revolucionário socialista, sem passar por todas as etapas da “via crucis” do capitalismo e os estados evolutivos da sociedade burguesa. Esta é, exatamente, a contradição localizada pelo jovem Gramsci no famoso artigo *La rivoluzione contro il capitale*, depois da tomada do poder pelos bolcheviques (GRAMSCI, 1975, p. 150). Ao contrário, para Gramsci a revolução de outubro é um manifesto contra o determinismo e também a afirmação de um princípio destinado a marcar a história do século XX: cada país pode percorrer o seu caminho para o socialismo, de acordo com as peculiaridades da sua realidade econômico social, e do seu conjunto histórico e cultural. Segundo Lenin – este é o sentido das críticas a Kautsky, Plechanov ou aos mencheviques – nenhum esquema fixo pode ser considerado único e geral sem transformar o socialismo numa doutrina abstrata. De acordo com Lukács, Lenin foi «o maior pensador do movi-

mento operário revolucionário desde a época de Marx» (LUKÁCS, 1970, p. 13). Já no seu tempo, os detratores afirmavam que Lenin foi só um grande homem político russo, mas lhe faltaria a intuição da diferença entre a Rússia e os países ocidentais Segundo Lukács. Marx também foi acusado de impor universalmente os seus estudos sobre a economia inglesa. Mas, pelo contrário, Lukács afirma que Marx teria localizado na ossatura da fábrica inglesa «as tendências decisivas do capitalismo moderno» (LUKÁCS, 1970, p. 13). Do mesmo modo – na análise sobre o desenvolvimento capitalista num país com relações sociais de produção semifeudais – Lenin localizou a questão central de todo um período histórico, o problema da transição ao socialismo numa nação rural e atrasada. No processo de decomposição do feudalismo e do absolutismo czarista, marcado por sempre mais frequentes sublevações populares contra o poder constituído, as perspectivas revolucionárias se deparavam com a pergunta: a Rússia também teria percorrido o mesmo desenvolvimento capitalista da Europa?

2 TRAZER O MARXISMO À REALIDADE CONCRETA DOS CONTEXTOS NACIONAIS

A abordagem que o jovem Lenin produziu sobre a obra de Marx, privilegia a investigação estatística e econômica da realidade russa. Nesse momento, não se detém em discussões sobre a revolução ou o capitalismo em geral. Metodologicamente, a impostação é diferente em comparação com as outras correntes da socialdemocracia russa. Para o revolucionário russo o marxismo é um instrumento de pesquisa científica para compreender as linhas de tendências dos sistemas de produção e relações sociais. Então, o marxismo assume o seu valor revolucionário através do estudo profundo das «formações econômico sociais» historicamente determinadas, ou seja, das peculiaridades que fazem a perspectiva do socialismo diferente e particular em cada país. Lenin chega a uma leitura original da questão camponesa, num contexto marcado pela afirmação do capitalismo e pela consolidação de uma classe operária aguerrida e radical, fruto do atraso econômico-social e do despotismo czarista. Para os populistas, no entanto, o empobrecimento e a desagregação da comunidade camponesa foram as confirmações da impossibilidade do desenvolvimento capitalista.

Amplamente representativas deste período são três obras que constituem as premissas teóricas de toda a atividade política seguinte de Vladimir Il'ich Ul'janov: *Quem são os amigos do povo e como lutam contra os socialdemocratas?*, de 1894; *Caraterísticas do romantismo econômico, de 1897*; *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1898.

O primeiro livro se inicia com as considerações sobre método e a perspectiva do materialismo histórico. Se os economistas e sociólogos do passado preferiam os discursos sobre o fim, a essência, a descrição da sociedade em geral, Marx se ocupou de uma específica «formação econômico-social», aquela capitalista, a partir da ideia do desenvolvimento das forças produtivas e separando todas as relações produtivas para vê-las num conjunto orgânico (LENIN, 1972, p. 21).

O valor mais científico do marxismo está na sua pesquisa para explicar as específicas leis históricas que determinam o nascimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de um organismo social historicamente determinado, e a sua substituição por um outro. Os populistas acusaram os marxistas de crerem e professarem uma fé baseada na «intangibilidade de um esquema histórico abstrato» e uma previsão doutrinária. A resposta do jovem Lenin já apresenta os temas principais da sua futura polêmica com a posição da Segunda Internacional:

Nenhum marxista, nunca e em nenhum lugar, tem defendido que a Rússia será capitalista porque o capitalismo existiu no Ocidente. Nunca nenhum marxista analisou a teoria de Marx como um esquema histórico-filosófico obrigatório para todos, algo mais que a explicação de uma formação econômico-social [...] Nunca nenhum marxista sustentou suas concepção socialdemocratas, senão sobre a correspondência deles com a realidade e com a história das relações econômico sociais determinadas, ou seja russas, e não poderia funda-las sobre outro, porque esta exigência para a teoria é afirmada e posta de um modo claro e preciso, como pedra angular de toda a doutrina de Marx. (Ivi, p. 81-82).

Assim, a pergunta se «a Rússia deve passar pelo capitalismo», segundo Lenin, se fundamenta em critérios estranhos ao marxismo. Se o marxismo fosse entendido como a profissão de fé para uma doutrina por «esquemas abstratos», a resposta àquela pergunta partiria do caráter absoluto do processo dialético, do «valor filosófico geral da teoria de Marx»,

até chegar à inevitabilidade para cada País de atravessar – do mesmo jeito – esta fase. O marxismo, todavia, não se reduz a discursos gerais, mas toma os movimentos, analisando as específicas e concretas «formações sociais», portanto a resposta pode ser encontrada somente nestas.

Um passo a mais na direção desta análise se pode encontrar no livro *Caraterísticas do romantismo econômico*, onde Lenin investiga as teorias econômicas e sociais do principal intelectual do romanticismo econômico no começo do século XIX, Simon de Sismondi, e aquelas semelhantes aos populistas russos. Simon de Sismondi afirmava que o desenvolvimento da grande produção e do trabalho assalariado na indústria e na agricultura criavam uma situação de desequilíbrio, na qual a produção superava o consumo porque, com a transformação das massas camponesas em trabalhadores, simples operários e desempregados, a produção mesma não podia encontrar no mercado interno um número adequado de consumidores. A opinião de Lenin é que Sismondi colhe corretamente como à base da criação do proletariado estava um processo histórico de expropriação das massas dos pequenos produtores (sendo entre os primeiros a fazer uma dura crítica à economia política). Porém, não foi capaz de entender com profundidade os fenômenos conexos à transformação capitalista da sociedade. Lenin reconhece que Sismondi teve o mérito de ter localizado algumas contradições fundamentais do capitalismo, mas também o demérito de ter-lhe dado uma resposta sentimental e pequeno burguesa. Assim, para Sismondi, a ruína do pequeno produtor era a prova do fechamento do mercado interno, da necessidade de um mercado externo e da impossibilidade de um desenvolvimento capitalista, teoria muito difundida entre os populistas. A transformação da pequena propriedade em grande empresa comercial, produzia este resultado pela simples razão que a renda individual dos camponeses assalariados era muito mais limitada, quando comparada a quanto podia garantir a pequena propriedade camponesa. Novamente, segundo Lenin, Sismondi localiza uma contradição real – aquela entre produção, consumo, acumulação – mas evita de investigá-la em profundidade, por isso não é capaz de compreender quanto esta contradição era, na realidade, o eixo fundamental daquela «acumulação originária», primeiro passo até a riqueza comercial, típica da transformação capitalista da sociedade.

O nascimento da grande produção na Rússia e a grande desagregação das velhas comunidades camponesas, ao invés de impedir um desenvolvimento capitalista, reproduziam, ao contrário - embora com formas diferentes - aquele fenômeno que a Inglaterra viveu entre os séculos XV e XVI, que Thomas More descreveu no livro *A Utopia* (2000, p. 24-25) e que Marx investigou no *Capital*, localizando no processo histórico da separação do produtor dos meios de produção, a origem e a gênese do capitalismo (MARX, 1994, v. I, p. 777-836). Existe uma conexão não compreendida por Sismondi entre desenvolvimento do capitalismo industrial e diminuição da população agrária.

Pela «crítica da economia política» o desenvolvimento do capitalismo e da grande produção agrícola, não produz a contração, mas, pelo contrário, a criação do mercado interno. A economia mercantil prepara (é essencial) àquele desenvolvimento, num processo no qual a pequena produção doméstica é *substituída pela grande produção*. Foi esta mesma dinâmica que criou os dois elementos fundamentais do capitalismo moderno:

Os camponeses sem terra expulsos pela agricultura, depois da transformação dos camponeses em locatários, fornecem a força de trabalho ao capital, enquanto os locatários tornam consumidores dos produtos da indústria e não só dos bens de consumos, mas também de meios de produção, que não podem ser os mesmos depois que a pequena agricultura for substituída pela grande. (LENIN, 1957, v. II, p. 128).

O eixo político da reflexão é esse: os populistas afirmam a impossibilidade na Rússia de um desenvolvimento capitalista pelo empobrecimento e a desagregação do mundo camponeses. Lenin, no entanto, julga estes como claras manifestações de um processo capitalista já em curso. Entre as duas doutrinas (romantismo econômico e populismo) existe uma identidade que em primeiro lugar olha a característica essencial do capitalismo - negada por ambos - ou seja, a produção pela produção. Sismondi e o populismo não reconhecem o significado progressivo do capitalismo, ignoram a necessidade do seu desenvolvimento e assim fazem uma crítica sentimental e individualista; ambos, idealizam a pequena produção até transforma-la em organização social e formação econômica alternativa ao capitalismo. Esta contraposição seria o resultado de uma leitura superficial, onde a tarefa é isolar e condenar uma forma da economia mercantil (o

grande capital industrial), para idealizar de maneira utópica e abstrata uma outra forma da mesma economia mercantil (a pequena produção).

Na realidade, o pequeno produtor idealizado pelos românticos e pelos populistas, é um pequeno burguês que se acha em relações contraditórias como cada outro membro da sociedade capitalista, que se defende através da mesma luta, a qual exprime por um lado uma exígua minoria de grande burguesia e transforme, por outro, a maioria no proletariado [...] não existem pequenos produtores que não estejam entre estas duas classes em choque, esta posição intermediária condiciona o papel específico da pequena burguesia, determina as suas oscilações, a sua ambigüidade, o seu gravitar para a minoria vitoriosa, a sua hostilidade para os derrotados, ou seja a maioria. (Ivi, p. 211-212).

A terceira obra do período juvenil é, provavelmente, a mais importante, porque nela a abordagem de Lenin sobre o materialismo histórico é aprofundada. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* é uma obra imponente pela quantidade de dados estatísticos analisados, onde o revolucionário russo descreve um País cada vez mais dominado pelas relações produtivas capitalistas, mas que convivem com a sobrevivência de formas atrasadas, do passado, onde a maioria da população permanece numa dimensão rural feudal ou semifeudal. Embora com contradições, o processo de formação de uma moderna classe capitalista parece uma verdade inegável. A necessidade de uma revolução burguesa é no pensamento de Lenin um elemento comum com as outras almas do movimento, todavia, também a sua aproximação sobre esta questão e a relação dele com a revolução socialista agora já é diferente:

A tendência de criar respostas a perguntas concretas no simples desenvolvimento lógico de uma verdade geral sobre o caráter fundamental da nossa revolução, não seria outro que um envelhecimento do marxismo, escarnecer com o materialismo dialético. De gente deste tipo, que deduz, por exemplo, o papel dirigente da burguesia na revolução ou a necessidade de os socialistas suportarem os liberais, de uma verdade geral sobre o caráter desta revolução, Marx provavelmente diria [...] “teinho semeado dragões para colher pulgas”. (LENIN, 1956, v. III, p. 9).

Plechanov, como os mencheviques, segundo Lenin, tinha o limite de não compreender a natureza, a particularidade, e, por conseguinte, a

diferença do processo que promoveu na Rússia a ascensão do capitalismo. Nos países ocidentais, a burguesia tem assumido um papel de direção econômico-social, antes mesmo que político, sem sombra de dúvida. Na Rússia, pelo contrário, as transformações capitalistas foram o resultado de um compromisso entre a burguesia nacional e a autocracia czarista, entre as classes mais dinâmicas e as velhas camadas parasitárias ligadas ao Czar. Por isso, nesta obra já se pode encontrar, embora em forma ainda embrionária, um tema central que Lenin aprofunda e articula melhor nos três momentos de inflexão de sua trajetória teórica, 1905, 1917, 1921-22: a diferença entre o Oriente e o Ocidente, premissa da categoria da hegemonia. Neste contexto, as perspectivas são substancialmente duas: ou a sociedade baseada sobre a velha fazenda ligada à servidão da gleba se transforma (como os junker da Prússia) em empresa capitalista, mudando todo o regime agrário e com esse o Estado, conquanto guardando algumas relações semifeudais, ou a revolução derruba e varre embora toda a velha sociedade. No primeiro caso, o processo de transformação não pode ser mais que vagaroso, com o problema de unir a exploração capitalista com o domínio político mais reacionário e a expropriação e opressão das grandes massas camponesas. Na ideia de revolução burguesa progressiva, de acordo com Lenin, o desenvolvimento teria derrotado os resíduos feudais com a expropriação dos latifúndios e uma reforma agrária em favor da pequena empresa camponesa. Isso teria acelerado o desenvolvimento das forças produtivas e entre elas do proletariado. Esta revolução não poderia ser conduzida pela burguesia débil e titubeante, já comprometida com o czarismo e incapaz de assumir um papel progressivo como no Ocidente. Segundo Lenin esta tarefa poderia ser realizada só através da estrita aliança da classe operária com os trabalhadores rurais. Então, o tema da reforma agrária já é nessa obra de Lenin a chave para fazer do proletariado uma classe dirigente. É propriamente esta ideia de direção que Gramsci tem em mente quando analisa a função positiva dos jacobinos na Revolução Francesa e aquela negativa do Partito d'Azione no curso do Risorgimento Italiano, e também quando indica o papel da classe operária na aliança com os camponeses do Sul, para resolver a Questão meridional através da construção de um bloco social revolucionário.

A mesma aproximação, que nada tem de doutrinal ou dogmática, está presente também na questão do partido e o seu papel na sociedade,

onde muitas vezes é dominante uma ideia superficial que vai reduzir a concepção organizativa às suas posições da primeira década do século XX (aquela do *Que fazer?*). Pelo contrário, segundo Lenin, não existe uma modalidade única para todas as realidades, mas a resposta tem que nascer da concreta frente de luta na qual o partido se encontra, das condições objetivas do seu trabalho político⁵. Assim, a sua ideia sobre a organização revolucionária até a tomada do poder em 1917, é diferente daquela para ele adequada aos países de capitalismo avançado, em particular depois da derrota dos movimentos revolucionários entre 1919 e 1921, encerrados com o começo do período reacionário marcado pelo fascismo.

3 «DA A UTOPIA À AÇÃO»

A preocupação de não «fechar-se numa doutrina como numa armadura» emerge ainda com mais força nas escolhas que antecedem e acompanham a Revolução de 1917. Como já dito, o eixo fundamental para Lenin é que cada País deveria chegar ao socialismo através caminhos próprios, segundo as próprias peculiaridades econômicas, históricas, culturais. Assim, o percurso até o socialismo seria muito diferente quando comparado aos países ocidentais. Em primeiro lugar, há uma concepção das relações com as massas camponesas que não se encontrava nas outras correntes do POSDR e que em 1917 deixou em dúvida, também, muitos bolcheviques, que se apegavam ao velho programa. Para os socialdemocratas os camponeses tinham um papel revolucionário só na fase democrático-burguesa e, de qualquer maneira, para o partido operário não existia nenhuma perspectiva de ação conjunta, de constituição de uma aliança.

Lenin faz uma viragem profunda pela primeira vez entre os anos de 1901 e 1908, propondo a inclusão, no programa do seu partido, das reivindicações das massas camponesas, na convicção que só assumindo o problema de sua direção, o proletariado russo tinham alguma possibilidade de sucesso⁶.

⁵ Devido às dimensões e escopo do presente ensaio, não posso aprofundar aqui o tema, remetendo ao meu livro no qual o afrontei organicamente: FRESU, G. *Lenin lettore di Marx. Determinismo e dialettica nel movimento operaio*. Napoli: La Città del sole, 2008.

⁶ Essa batalha de Lenin encontra uma síntese significativa no escrito *A questão agrária e os críticos de Marx*. Roma: Editori Riuniti, 1976. Os primeiros nove capítulos foram escritos em 1901, os últimos três em 1907. A publicação clandestina dos nove primeiros capítulos é também de 1901; depois, foram reeditados em 1905 e 1906; por fim, foram integrados os últimos três capítulos e reeditados em 1908.

Tal posição, decisiva em 1917, e depois para a difusão do marxismo nos Países do Oriente asiático, não encontrada em outras elaborações marxistas daquele tempo, foi criticada também por Rosa Luxemburg, porque segundo a revolucionária alemã, tal posição apontava para uma solução pequeno burguesa e não marxista à questão camponesa.

A Revolução de fevereiro, depois de três anos de guerra, mudou profundamente o quadro tático, esgotando rapidamente a fase democrático-burguesa e impondo o tema da passagem do poder ao soviét. Esta transição cria as condições para a edificação do socialismo num contexto institucional – comparável à Comum de Paris – mais avançado da Republica parlamentar. Mas os bolcheviques estavam em posição de minoria nos soviets, então a tarefa seria conquistar a maioria e romper com o governo provisório. A questão camponesa se põe exatamente nesta perspectiva, como esclarecem as *Teses de abril*⁷. Por isso, o partido deveria ser capaz de atrair todos os subalternos, não só os operários, e fazer uma revolução popular, não um putsch, como afirmara claramente em seu artigo de 9 de abril:

Nós não somos blanquistas, não queremos a conquista do poder por parte de uma minoria consciente. Somos marxistas e sustentamos a luta de classe proletária contra a intoxicação pequeno burguesa, contra o chauvinismo e o defensivismo, contra as frases vazias, contra a subalternidade à burguesia. (Ivi, p. 31).

As *Teses de abril* geraram um profundo debate e importantes fraturas entre os próprios bolcheviques, uma parte dos quais não aceitavam a viragem proposta por Lenin, melhor definidas nas *Cartas sobre a tática*, onde o revolucionário faz duras críticas à abstração ideológica que não verifica na realidade concreta as suas afirmações, contra as fórmulas aprendidas mecanicamente e repetidas de memória «as quais podem indicar as tarefas gerais, sempre modificada pela situação econômica e política de

⁷ «Reconhecer que o nosso partido é minoria, na maior parte dos soviets dos deputados operários, em comparação com o bloco de todos os elementos oportunistas pequenos burgueses, que são sujeitos à influência da burguesia e que estendem tal influência ao proletariado [...]. Explicar às massas que os soviets dos deputados operários são a única forma possível de governo revolucionário e que, portanto, até quando este governo será submetido à influência da burguesia, a nossa tarefa pode ser só explicar às massas com paciência, em modo sistemático e perseverante, correspondente às suas necessidades práticas, os erros da própria tática. Enquanto estamos em minoria, realizaremos uma obra de crítica e explicação dos erros, apoiando ao mesmo tempo a necessidade da passagem de todo o poder estatal aos soviets dos deputados operários, para livrar as massas dos seus erros através da experiência». LENIN, V. I. *Opere complete*. Roma: Editori Riuniti, 1967a. v. XXIV, p. 12.

cada fase do processo histórico [...] o marxista deve levar em conta a vida concreta, os fatos da realidade, não fechar-se na teoria de ontem, que no máximo pode indicar só o fundamental, o geral, que se aproxima mas não pode colher a complexidade da vida» (Ivi, p. 36-38).

Pelos compromissos com a burguesia tradicional, no quadro do governo provisório, os Socialistas revolucionários não podiam realizar o seu programa agrário. Isso criava contradições com a sua base social numa fase de luta entre grande propriedade agrária e pequena burguesia rural. Então, para conquistar a maioria dos soviets, os bolcheviques tinham que inserir-se nesta contradição assumindo o programa da reforma agrária que os Socialistas revolucionários não podiam fazer sem quebrar o governo provisório:

Os camponeses querem conservar a própria empresa, dividir as terras em partes iguais... que assim seja. Nenhum socialista razoável se afastará dos camponeses por isso [...]. Nós não somos doutrinários: a nossa doutrina não é um dogma, mas uma guia para nossa ação. Não temos a pretensão de dizer que Marx e os marxistas conhecem todos os feitos concretos da tarefa que leva ao socialismo. Isto é uma tolice: sabemos onde leva esta estrada, sabemos quais são as suas forças sociais, mas concretamente, praticamente, esta será indicada pela experiência de milhões de homens quando estes se movimentarem. (LENIN, 1967a, v. XXV, p. 270).

No início de nosso texto, havíamos tratado da contribuição teórica de Lenin à formulação de algumas categorias gramscianas. A intervenção no VII Congresso do PC(B) da Rússia, em 1918, é nesse sentido exemplar. Aqui Lenin fala sobre as dificuldades encontradas pela Revolução de Outubro, devido à peculiaridade do contexto russo, diferente tanto da revolução burguesa, quanto daquela socialista num país capitalista avançado. A revolução burguesa nasceu no ventre do feudalismo, «nas entranhas do velho regime», isso favoreceu a criação de novas organizações econômicas e a transformação da ordem da velha sociedade feudal. Nesse sentido, a burguesia conseguiu conquistar a direção do processo econômico antes de tomar o poder político. Assim sua tarefa principal foi quebrar as cadeias da velha sociedade e reforçar a explicitação das suas estruturas econômicas. Muito diferente e mais complicado foi o desafio da Revolução de Outubro:

Quanto mais atrasado é o país onde, em virtude dos zigzagues da história, começou a revolução socialista, tanto mais difícil é para ele

transitar das velhas relações capitalistas àquelas socialistas. Aqui a tarefa de destruição se acrescentam os trabalhos novos, de grande dificuldade, para as organizações. (LENIN, 1967b, v. XXVII, p. 75).

Na Rússia as classes dominantes não conseguiram exercer uma real direção sobre as classes subalternas e, portanto, a tomada do poder foi relativamente simples. Isso devido ao «gênio criativo popular» capaz de organizar os sovietes antes que qualquer partido tivesse o tempo para lançar esta palavra de ordem. Através dos sovietes, já em 1905, foram criadas as condições para tomar o poder. Por isso em 1917 a edificação do poder político não foi difícil, pois este se fundamentou nas instituições do povo. Mas a rápida criação do poder não podia resolver os problemas de construção da sociedade socialista. A Rússia não só tinha um atraso estrutural das forças produtivas, e o que ficava do velho aparato produtivo foi destruído pela guerra e o fracasso do velho regime. Nessa análise é possível localizar o primeiro núcleo da hegemonia, ou seja, a categoria que foi utilizada nas leituras liberais sobre Gramsci para afirmar o seu afastamento do comunismo.

Nas diferentes leituras sobre o intelectual da Sardenha se afirmou uma tendência favorável a teoria da descontinuidade entre as reflexões de um primeiro Gramsci dirigente comunista, e de um outro do período do cárcere. Uma ruptura entre a produção anterior e posterior ao ano de 1926: a primeira pertenceria ao Gramsci político, homem de partido, ou seja, um fanático comunista; a segunda, pertence ao Gramsci filósofo, maduro homem de cultura, e representaria a sua chegada à socialdemocracia. Assim, o conceito de hegemonia seria a prova desta ruptura com Lenin. Esta tendência, originada das exigências mais políticas que científicas, se revelou sem rigor filológico, mostrando em pouco tempo todos os seus limites.

Pelo contrário, a teoria de Lenin é uma premissa fundamental à definição de hegemonia. Assim, para ele, nos países capitalistas avançados, é mais difícil fazer a revolução socialista, porque a sociedade burguesa tem instrumentos de controle e repressão sempre mais sofisticados, proporcional ao próprio nível de desenvolvimento. Portanto as massas se acham enquadradas nos esquemas da direção política, econômica e cultural da sociabilidade burguesa. Aqui está o eixo fundamental para Gramsci: nos Países Ocidentais o trabalho de preparação da revolução tinha que ser

muito mais cuidadoso do que aquele do contexto russo. Diferentemente do que aconteceu na Rússia, no Ocidente o assalto ao poder estatal é inútil sem uma conquista hegemônica da sociedade civil. Este é o sentido das famosas notas sobre a «guerra de manobra» e «guerra de posição». Segundo Gramsci, Lenin foi o primeiro a entender o problema, mas não teve como aprofunda-lo. Estas reflexões têm um valor muito importante para a ciência política porque abrem um campo de análise totalmente novo sobre as formas do poder político. No *Caderno sete* escreveu Gramsci:

No Oriente o Estado é tudo, a sociedade civil é primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil, havia uma justa relação, e em qualquer abalo do Estado se avistava logo uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era só uma trincheira avançada atrás do qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; mais ou menos, de Estado a Estado, se entende, mas exatamente isto pedia uma cuidadosa investigação de caráter nacional. (GRAMSCI, 1977, p. 866).

Estas são as palavras por Lenin:

Começar sem preparar a revolução num País onde o capitalismo é desenvolvido, que tem dado, até ao último homem, uma cultura e um método de organização democrático é errado, é um absurdo. (LENIN, 1967b, v. XVII, p. 85).

Em 1917 na Rússia, existiam as condições subjetivas para a revolução socialista, mas não o nível avançado das forças produtivas. Pelo contrário, na Alemanha encontrava-se esta última condição, mas não o primeiro fundamento. A Revolução de Outubro se afirmou com a convicção da próxima ascensão do processo ao restante da Europa, e a situação do velho continente depois da guerra parecia confirmar esta previsão com as mobilizações revolucionárias na Alemanha e o nascimento da República Húngara dos Conselhos operários e camponeses. Embora esta experiência fora derrotada já em 1919 pela intervenção das forças comandadas por Horthy, as esperanças revolucionárias pareciam de qualquer maneira estarem vivas no verão do 1920, com o avanço do Exército Vermelho no em torno de Varsóvia, com a explosão do «biênio vermelho» na Itália, os

acontecimentos na Alemanha⁸. Entre o outono de 1920 e março do 1921, todas estas perspectivas foram derrotadas, num contexto muito crítico, pela Rússia cercada por forças contrarrevolucionárias e envolvida na crise de abastecimento no campo. Nesse contexto se abriu, entre junho e julho de 1921, o Terceiro Congresso da Internacional Comunista, com razão considerado um momento de mudança tática na história do movimento, onde foi lançada a palavra de ordem do «Frente Única» pela conquista da maioria das classes subalternas. Por razões de tempo, não podemos nos aprofundar nos importantes trabalhos desse Congresso, nos limitamos somente ao posicionamento de Lenin sobre a «Frente Única» e a necessidade de levar em conta a mudança na realidade internacional, com o começo de um período de equilíbrio desequilibrado e o risco de uma fase de duro refluxo reacionário:

Preparar atenciosamente a revolução e fazer um estudo aprofundado do seu desenvolvimento concreto nos Países capitalistas mais avançados [...] aproveitar desta breve tregua para adaptar a nossa tática aos “zigzagues” da história. Quanto mais organizado é o proletariado de um país capitalista desenvolvido, tanto maior seriedade a história exige de nós na preparação da revolução, tanto mais devemos conquistar a maioria da classe operária. (LENIN, 1967a, v. XXXII, p. 456-457).

De acordo com Gramsci, este é o eixo fundamental, através do qual Lenin compreende a exigência no Ocidente, depois da falência das perspectivas revolucionárias e o abrir-se da ofensiva reacionária. A necessidade de uma mudança da «guerra de manobra» à «guerra de posição». A primeira teve sucesso na Rússia em 1917, mas a segunda só era possível naquele momento no Ocidente, onde a sociedade civil era muito desenvolvida e a capacidade hegemônica das classes dominantes muito superior. A reforçar esta posição, Karl Radek apresentou as *Teses sobre a tática*, redigidas com a supervisão de Lenin, onde foi encarado o problema central para a elaboração de Gramsci no cárcere: a diferente articulação social e capacidade organizativa da burguesia, junto aos limites dos partidos comunistas, não levaram, ao final da guerra, à vitória da revolução no Ocidente. O processo se revelou muito mais complexo e longo do que o previsto,

⁸ Para outros aprofundamentos, HÁJEK, Miloš. La discussione sul fronte unico e la rivoluzione mancata in Germania. In: STORIA del marxismo. Torino: Einaudi, 1980. v. III: *Il marxismo nell'età della III Internazionale*, p. 442-463.

então a primeira tarefa não era preparar a guerra civil, mas um trabalho de organização para criar raízes nas sociedades nacionais. Isso levou Lenin e o Comitê Executivo da Internacional a lançarem a palavra de ordem da conquista das grandes massas trabalhadoras, para fazer dos partidos no Ocidente não mais pequenos grupos de vanguardas, seitas comunistas que querem impor a própria influência com a propaganda, mas grandes exércitos do proletariado que se constroem nas lutas sociais. O trabalho para pôr em contato as massas com o partido, deveria acontecer em primeiro lugar no plano sindical e, por sua vez, a organização tinha que construir os seus objetivos através das batalhas concretas dos trabalhadores.

O movimento comunista precisava combater o oportunismo, mas também a vazia fraseologia revolucionária, que impedia a compreensão das reais relações de força, ignorando as dificuldades das lutas. O ponto fundamental, nas *Teses de Lion*, redigidas por Gramsci quatro anos depois, é que o partido comunista deveria pôr-se como o chefe de todas as reivindicações parciais dos trabalhadores, para estendê-las e radicaliza-las, até transformá-las em lutas gerais da classe operária.

Voltando à intervenção de Lenin, a questão colonial também foi central em suas elaborações, para a qual a maioria dos partidos da II Internacional tinham uma atitude sentimental e moralista, de simpatia para com os povos coloniais oprimidos, mas não atribuíam a esse movimento uma importância pela luta geral até o socialismo. Os comunistas, pelo contrário, deviam compreender que desde o início do século centenas de milhões de indivíduos agiam como «fatores autônomos ativos». Nas futuras batalhas revolucionárias as lutas anticoloniais – para a libertação nacional e contra o imperialismo – teriam assumido um papel mais importante do que se poderia esperar. Foi esta consciência que empurrou a Internacional Comunista a investir recursos e energias nessas lutas, encarregando-se dos problemas ligados à preparação e ao suporte das mesmas.

Nas considerações sobre a frente interna russa, a viragem aparece com toda a sua evidência em dois pontos: a política das alianças e a questão camponesa. Se em 1917 a burguesia estava desorganizada e fraca politicamente, agora tinha alcançado o nível de consciência e desenvolvimento político da burguesia ocidental. Por isso, disse Lenin, mesmo depois da tomada do poder pelos bolcheviques, permanecia no País uma dura luta

de classe, onde a burguesia tinha ainda um instinto e uma consciência mais avançada do que aquela dos oprimidos. Assim, ao explicar uma diferente atitude do proletariado em relação à grande burguesia, os velhos proprietários fundiários e a pequena burguesia, Lenin definia o novo quadro tático que serviria de base para a NEP. Depois dos anos do comunismo de guerra a revolução precisava de uma aliança com a pequena burguesia, para reforçar a luta de classe contra a grande burguesia. Ainda o tema das relações entre operários e camponeses voltava ao centro do debate; a tarefa □ substituir a hegemonia da grande burguesia por aquela do proletariado. A aliança militar da guerra civil não era suficiente o bastante. Como na reforma agrária de 1917, a revolução necessitava de uma nova aliança econômica, porque sete anos de guerra sem fim tinham produzido privações intoleráveis para os camponeses, devido à paralisia da economia, com péssimas colheitas, falta de forragem, escassez de combustível. Este desastre podia ser superado, salvando a revolução, com uma nova política econômica capaz de reforçar aquela aliança periclitante e reconstruir uma relação orgânica entre cidade e campo, produção industrial e camponesa. A NEP foi uma necessidade inadiável para promover o salto, no desenvolvimento das suas forças produtivas, numa Rússia rodeada pelas potências ocidentais onde o fracasso das tentativas insurrecionais reforçou o desejo dos governos de derrotar também a experiência soviética. Todos esses eixos foram reafirmados e reforçados no IV Congresso da Internacional Comunista em novembro 1922, o último Congresso em que Lenin exerceu a direção política.

3 LENIN E A FILOSOFIA

Segundo um profundo conhecedor de Lenin, Luciano Gruppi, sua concepção filosófica não emerge só dos escritos de caráter estritamente filosófico, como os *Cadernos filosóficos*: as encontramos também em escritos políticos, como o *Que fazer?*, ou *As duas táticas da socialdemocracia*. Nesses textos, verifica-se o debate sobre a importância que Lenin atribuiu ao momento da consciência do partido, a unidade dialética da relação sujeito-objeto, determinada pela intervenção consciente do sujeito no processo histórico. Gruppi, não casualmente escolhe o prefácio a *Materialismo e empiriocriticismo* para afirmar que a impoção filosófica de Lenin só pode ser compreendida no conjunto da sua obra, e não de forma

fragmentada, por este ou aquele escrito específico. Uma ideia bem esclarecida por Gramsci em algumas reflexões sobre a contribuição de Lenin ao materialismo histórico:

A proposição contida na introdução à Crítica da economia política, que os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada uma afirmação de caráter gnosiológico e não puramente psicológico e moral. Disso se desdobra que o princípio teórico prático da hegemonia tem também esse um valor gnosiológico e, portanto, é neste campo que se deve buscar a abordagem teórica máxima de Ilici à filosofia da práxis. Ilici teria feito progredir efetivamente a filosofia porque fez progredir a doutrina e a prática política. A realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de consciência, é um feito filosófico. (GRAMSCI, 1977, p. 1249-1250).

Ainda mais claras são as notas intituladas *Posição do problema*, sempre no *Caderno sete*:

Marx é um criador de Weltanschauung, mas qual é a posição de Ilici? É puramente subordinada e subalterna? A explicação está no mesmo marxismo – ciência e ação. A passagem da utopia até a ciência e dá ciência à ação. A fundação de uma classe dirigente (ou seja, de um Estado) equivale à criação de uma Weltanschauung. [...] Para Ilici isto realmente acontece num terreno determinado. A Hegemonia realizada significa a crítica real de uma filosofia, a sua real dialética [...]. Fazer um paralelo entre Marx e Ilici é estúpido e inútil: exprimem duas fases: ciência-ação, que são homogêneas e heterogêneas ao mesmo tempo. (Ivi, p. 881).

Na passagem seguinte Gramsci faz um curioso paralelo da relação entre Marx e Lenin, com aquele entre Cristo e São Paulo, que esclarece a sua opinião sobre uma categoria, surgida depois da morte de Lenin, ainda hoje razão de conflito no movimento marxista, aquela do marxismo-leninismo:

Assim, historicamente, seria absurdo um paralelo entre Cristo-Weltanschauung, São Paulo organizador, ação, expansão da Weltanschauung: eles são ambos necessários na mesma medida e, todavia, são da mesma estatura histórica. O cristianismo poderia se chamar, historicamente, cristianismo-paulinismo e seria a expressão mais correta (só a crença na divindade de Cristo tem impedido um caso deste gênero, mas esta crença é também um elemento histórico, e não teórico) (Ivi, p. 882).

O tema filosófico no pensamento de Lenin está, portanto, estritamente entrelaçado à batalha política. Um partido revolucionário segundo Lenin não pode empenhar-se em disputas filosóficas. Todavia, não podemos desprezar uma visão do mundo ou ser indiferente às ligações entre teoria e práxis. O choque com os empiriocriticistas esclarece como a ideia de separar política e filosofia no pensamento de Lenin seria uma pretensão sem possibilidade de sucesso. O empiriocritismo encontrou espaço no movimento socialdemocrata numa fase de refluxo seguinte à derrota da revolução democrática do 1905. Por isso, embora Lenin se considerasse, nas questões filosóficas, um «marxista de base», não se retira do estudo dos temas filosóficos em discussão, com a tarefa de munir-se teoricamente na polêmica e reafirmar as noções de objetividade do marxismo. *Materialismo e empiriocriticismo* nasce assim e, para Luciano Gruppi, ainda todas as atenções de Lenin são orientadas aos argumentos do materialismo, enquanto encontram limitado aprofundamento os temas do materialismo dialético. O interesse pela «dialética dos processos reais», da necessidade de o pensamento ser capaz de colhe-la no conjunto como totalidade, típico no Lenin mais maduro, ficam aqui ainda marginais. Por isso, *Materialismo e empiriocriticismo*, para ser apreciado, deve ser contextualizado no quadro histórico e na luta política de seu tempo, mas não pode ser considerada a obra que exprime ou define a filosofia de Lenin.

A importância da dialética e a contribuição hegeliana é o núcleo de alguns artigos escritos por Lenin entre 1908 e 1913, depois editados num livro, *Karl Marx, em 1925*. No primeiro, significativamente intitulado *Três fontes e três partes integrantes do marxismo*, Lenin reproduz um conceito elaborado por Engels: a doutrina de Marx tem seguido e desenvolvido as três mais importantes correntes de ideias do século XIX produzidas nos três países mais avançados historicamente, a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa, o socialismo francês. Lenin afirma que no pensamento de Marx a dialética é a ciência das leis gerais do movimento, tanto na realidade objetiva exterior, quanto nas ideias do homem, por isso ele absorveu e desenvolveu esta parte revolucionária da filosofia hegeliana, desenvolvendo o materialismo dialético, que estabeleceu a inutilidade de qualquer filosofia sobre outras ciências. A dialética é o que fica da filosofia precedente que, em Marx como em Hegel, tem em si uma teoria do co-

nhecimento mais complexa do que o positivismo determinista, capaz de considerar o objeto da própria investigação historicamente:

Um desenvolvimento não mas em espiral; uma revelação por saltos, catastrófico, revolucionário; a interrupção do gradual; a transformação da quantidade em qualidade; dos impulsos interiores do desenvolvimento, gerados das contradições, dos choques entre diversas formas e tendências produzidas resta um corpo, ou entre os limites de um fenômeno ou no interior duma sociedade: a interdependência e a ligação mais estreita e indissolúvel entre todos os lados de cada fenômeno, ligação que realiza um processo de mudança único, universal, submetido a leis: tais são algumas caraterísticas da dialética, doutrina do desenvolvimento mais rica do que as doutrinas atuais. (LENIN, 1992, p. 20-22).

Para evitaras incoerências unilaterais do velho materialismo, Marx, segundo Lenin, se pôs o problema de conciliar a ciência da sociedade com a base materialista e de reconstruí-la sobre ela. A aplicação do materialismo ao campo dos fenômenos sociais, portanto o abandono da natureza especulativa e filosófica do materialismo de Feuerbach, tem posto fim ao dois principais defeitos das velhas concepção históricas: 1) em sua maioria estas levavam em consideração só os fatores ideológicos, sem investigar as raízes da produção material e, portanto, sem compreender as leis de desenvolvimento das relações sociais; 2) estas teorias descuidavam das ações das massas⁹, enquanto o marxismo foi o primeiro a fornecer os instrumentos para investigar com precisão científica as condições de vida social, popular, e as suas mudanças. O materialismo histórico abriu a estrada a um «estudo universal, completo, do processo de origem, desenvolvimento e decadência de todas as formações econômico sociais», abriu o caminho ao estudo científico da história que, embora o conjunto das suas formidáveis contradições, assume o caráter de processo unitário submetido a leis bem precisas. A obra de Marx não é para Lenin o parto da especulação intelectual de um demiurgo que estaria além da civilização mundial

⁹ Na *Ideologia alemã* Marx afirma que o materialismo histórico se encaminha não a partir do que os homens dizem, como se imaginam e se representam, para chegar depois aos homens vivos, mas a partir dos homens realmente ativos no processo real, de suas vidas concretas; assim se explica também o desenvolvimento dos reflexos e dos ecos ideológicos desse processo de vida, «ele parte dos pressupostos reais e deles não se afasta nunca. Os seus pressupostos são os homens, não isolados e fixados fantásticamente, mas no processo real de seu desenvolvimento, quando é representado este processo da vida ativa, a história acaba de ser uma mera junção de fatos mortos, como acontece com os empiristas que são também abstratos, ou uma ação imaginária por sujeitos imaginários, como acontece com os idealistas», cit. p. 13-14.

(MARX; ENGELS, 1999, p. 50-53). Ele tem afrontado «questões já postas pelos setores mais avançados da história do pensamento da humanidade». A teoria de Marx é a continuação direta da obra dos maiores representantes das doutrinas filosóficas, econômica e do pensamento socialista. Segundo Lenin, o materialismo histórico estaria expresso em três obras de Marx e Engels: o *Ludwig Feuerbach*, o *Antidürring*, o *Manifesto*. Obviamente entre estas não está a *Ideologia alemã*, editada pela primeira vez só nos anos 1930.

Assim, quando a Europa é arrastada com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, Lenin sente a exigência de se debruçar, ao lado dos seus estudos econômicos e políticos, ao tempo concentrados sobre o imperialismo, sobre uma pesquisa filosófica para melhor entender os instrumentos da investigação dialética. Exatamente na fase de máximo empenho de análise e de enfrentamento no movimento operário socialdemocrata, Lenin volta ao estudo não só de Marx e Engels, mas da obra de Hegel. Assim, em 1914, Lenin começa o estudo da *Ciência da lógica* e em 1915, das *Aulas sobre a história da filosofia e sobre a filosófica da história*, com a convicção que sem um conhecimento profundo destas obras também a compreensão do *Capital* seria limitada. O resultado destas leituras são as notas dos *Cadernos filosóficos*, editados pela primeira vez entre 1929 e 1930. Não uma obra filosófica orgânica, mas – embora na forma desagregada de anotações – um dos mais importantes resultados da sua produção teórica. O tributo mais significativo à continuidade entre os dois filósofos se acha numa nota na qual Lenin põe em evidência a *lógica* presente no *Capital*:

Embora Marx não deixou uma *Lógica*, nós temos a *lógica* do *Capital*, que necessita ser utilizada ao máximo na realidade concreta. No *Capital* se aplica uma só ciência lógica, a dialética do conhecimento do materialismo, o que em Hegel é o mais precioso, desenvolvendo-o. (Ivi, p. 341).

Esta *Lógica* aparece na forma com que Marx afronta a relação entre mercadoria e dinheiro, mercadoria e capital, a produção de mais valor, absoluto e relativo. Ao comentar o resumo de *Heráclito*, Lenin explica a diferente abordagem de Hegel, por Ferdinand Lassalle em comparação a elaborada por Marx. Se o primeiro se limita a «remastigar, repetir e transcrever de maneira escolástica Hegel», em Marx, pelo contrário, se encontra um interesse vivo, não repetitivo, um enriquecimento que preenche de

novidade o movimento do pensamento, que volta à superação tanto do idealismo quanto do materialismo contemplativo de Feuerbach.

Nessa passagem podemos encontrar a crítica contundente de Lenin aos marxistas deterministas, em primeiro lugar Kautsky, sobre o desconhecimento da centralidade da dialética no pensamento de Marx. Cada concepção de cético subjetivismo, que considera o desenvolvimento como repetição, diminuição ou aumento, se revela árida em comparação à riqueza da dialética. Marx no *Capital* revela o sentido do desenvolvimento como unidade dos opostos, e dessa forma descobre todas as contradições da moderna sociedade capitalista, partindo do seu elemento mais elementar: a troca das mercadorias. Partindo dessa «célula da sociedade burguesa» Marx localiza o fio dessas contradições, desde o princípio até a fim. A dialética do capitalismo é só um caso particular da dialética em geral, a exposição do *Capital* nos explica o método de estudo da dialética através de um conceito básico, o individual que é universal. A dialética nos diz que os opostos são idênticos e que o individual não existe por si, mas só em relação ao seu oposto, o universal, que existe só no individual e através dele. Já nesse conceito encontramos, em forma embrionária, a ideia de necessidade, de conexão objetiva da natureza¹⁰. Desse modo, se pode descobrir em cada proposição todos os elementos da dialética, compreendendo assim que a dialética da conta da totalidade do conhecimento humano.

As ciências naturais nos apresentam a natureza objetiva com essa mesma propriedade: transformação do individual em universal, do acidental em necessário, traspassos, degradações, conexão recíproca dos opostos. A dialética é a teoria do conhecimento do marxismo: exatamente nesse aspecto (que não é só aspecto, mas essência) do problema não tem prestado atenção Plechanov, para não falar de outros marxistas. (Ivi, p. 364).

* * *

Os *Cadernos filosóficos* são a síntese do seu percurso filosófico, estritamente entrelaçado à sua obra mais propriamente política e econômica. A constante interação entre teoria e práxis é o elemento que mais caracteriza a figura de Lenin, num panorama – aquele do marxismo depois

10 «Acidental e necessário, fenômeno e essência estão aqui já presentes porque no dizer: Ivan é um homem, Žučka um cão, essa é uma folha da árvore, deixando de lado como acidentais muitos traços, separamos o essencial do aparente e opomos um ao outro», Ivi, p. 364.

Marx – onde estas duas exigências raramente têm encontrado uma unidade orgânica efetiva.

De acordo com Lubomír Sochor (1980, v. III, p. 702), nas primeiras décadas do século XX não se encontra no marxismo a necessidade de aprofundar e reelaborar as principais questões filosóficas. Se na economia, nesses anos, o marxismo vive um desenvolvimento novo, através das categorias conexas ao imperialismo, na filosofia Sochor encontra só obras de divulgação ou, no máximo, redigidas em polémica com as posições do revisionismo filosófico. A iniciativa teórica nesses anos é dos revisionistas, que põem problemas e dúvidas sobre muitos termos da teoria marxista, enquanto os ortodoxos se limitam a responder com citações dos clássicos.

Além dos problemas sobre o método e a gnosiologia no debate entre essas duas vertentes, nesse período, a discussão teórica está concentrada sobre a concepção «ampla» ou «restrita» de marxismo: no primeiro caso, se concebe o marxismo como uma teoria realizada e autônoma, que não precisa das contribuições de outras filosofias; no segundo, se concebe como uma particular teoria científica – ou seja, como economia-política, concepção materialista da história, ciência da luta de classe –, enquanto se recusa a ideia do marxismo como visão do mundo universal, orgânica e coerente. Portanto, nesses anos não nasce nada de novo e original em chave filosófica, entre as poucas exceções. Além de Labriola e Plechanov, Sochor indica Lenin, empenhado nos anos do exílio na Suíça a confrontar-se com os seus limites filosóficos. Todavia, os *Cadernos filosóficos*, ficaram trancafiados numa gaveta até 1929-30, sem poder exercer nenhuma influência sobre o debate filosófico nos anos 1910 e 1920.

A obra de Lenin e a sua atenção pelos temas das fontes do marxismo, foi abordada por outros autores, como Gramsci e Lukács, que a desenvolveram ao máximo nível. Segundo este último o marxismo se caracteriza pelo seu método dialético revolucionário, superando a distinção entre teoria e práxis, os seus conceitos não são esquemas rígidos imutáveis, ou instrumentos racionais isolados, que se podem compreender só por abstração, mas realidades viventes, capazes de produzir uma superação processual ininterrupta, no qual «cada conceito se torna o oposto da sua formulação originária». Para os revisionistas a dialética violenta a realidade só pelo amor do método, demonstrando-se incapaz de compreender a ciência

moderna baseada sobre os «fatos»; a dialética seria um resíduo superado da filosofia hegeliana, que teria de ser descartada, para que o socialismo pudesse assumir um método científico sem prejuízos. Na realidade, com a eliminação do método dialético se privaria o marxismo do seu rigor e da sua força revolucionária. Somente a coleta bruta dos fatos não faria compreensível a necessidade da revolução e da transformação do estado de coisas existentes, porque só a dialética demonstra como cada modo de produção tem em si os elementos da sua ruína e da sua superação. Se o ecletismo dos revisionistas, como Bernstein, foi baseado sobre a recusa do método dialético, por outro lado, a vulgarização do marxismo por alguns de seus defensores ortodoxos, como Kautsky, tem a sua origem mesmo no abandono, embora não declarado, da dialética.

Enquanto Bernstein declarava abertamente que a tarefa final para ele não existia, mas que o movimento era tudo, Kautsky e os seus seguidores têm relegado ao objetivo final um papel de divindade celeste, têm envolvido o objetivo final numa aura de sublimidade estranha a cada realidade imediata. (LUKÁCS, 1972, p. 28).

Assim, o socialismo se transformaria numa fórmula vazia, útil para embelezar as conclusões de discursos, livros ou manifestos. A revolução em Marx tem caráter processual e o contínuo crescimento de diferenças de quantidade se transforma em diferença de qualidade¹¹, na unidade dialética de cada momento vai encontrando a possibilidade da revolução. Marx chega a compreender a unidade-totalidade do processo dialético, ou seja, como o todo prevalece sobre cada parte, e como se deve chegar a cada parte avançando do todo e não vice-versa. Desse modo, consegue descobrir o engano da economia política liberal que considera cada elemento do processo econômico, para depois chegar ao sistema econômico como um todo. Segundo Lukács, assim, a economia política faz aparecer alguns pressupostos do modo de produção (a propriedade privada, o direito burguês) como leis naturais eternas, «suporte necessário da existência humana». Por

¹¹ «Cada momento do curso normal do movimento operário, cada aumento salarial, cada redução do horário de trabalho etc., é, portanto, uma ação revolucionária, porque exatamente desses momentos se compõem aquele processo que a um certo momento se transforma num elemento qualitativamente novo, elemento que se põe em contradição com a produção capitalista. Mas estes momentos individuais podem se tornar revolucionários só na unidade do método dialético. Àqueles que permanecem somente no primeiro nível, o movimento operário acaba em reformistas reivindicações salariais», lvi, p. 30.

isso a economia política pode compreender o funcionamento da produção entre algumas relações, mas é incapaz de explicar como nascem historicamente aquelas relações produtivas.

Se Marx foi o primeiro a reconhecer a natureza historicamente determinada, não eterna, das leis econômicas, Hegel soube reconhecer a história mundial como um processo unitário dialético, no qual as transformações não ocorrem devido as inacessíveis leis divinas ou naturais, mas ao estrito entrelaçamento de contradições objetivas e subjetivas no mesmo corpo social. Assim, se antes as transformações ligadas à revolução francesa foram explicadas com categorias conceptuais externas ao corpo social – como as teorias da conspiração ou aqueles que comparam a revolução às catástrofes naturais (terremoto, erupção, inundação), ou doenças – Hegel é o primeiro a fornecer um quadro conceptual histórico racional dos processos revolucionais (LOSURDO, 2001).

O método dialético é o que consegue evitar as utopias do reformismo, e também o messianismo do marxismo vulgar, ambas com o mesmo fundamento de recusa ou abandono, ou simplesmente a ignorância do papel da dialética no materialismo histórico. Esta centralidade foi reafirmada por Lukács também na resenha à nova edição das *Cartas de Ferdinand Lassalle*, assim como a crítica do velho marxismo ortodoxo¹².

Portanto o que caracteriza o marxismo não é o predomínio das motivações econômicas na explicação das dinâmicas históricas, mas a chamada categoria da totalidade, o predomínio do inteiro sobre cada parte, ou seja o método da filosofia hegeliana reelaborado com originalidade por Marx, através da sua inflexão materialista, e posto como instrumento duma nova ciência histórica¹³.

No livro *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista* – escrito no outono de 1938, mas editados entre 1947 e 1948 – Lukács se coloca a tarefa de «demonstrar as específicas raízes alemãs da obra de Marx»

¹² «A evolução juvenil de Marx é ocupada da crítica a Hegel, da superação interna de Hegel, que se realiza de forma tão radical que Marx nunca mais retornará de forma explícita a este tema, embora ocasionalmente continue o propósito de fazer um breve compendio do núcleo utilizável da lógica hegeliana, mesmo que o núcleo da filosofia hegeliana, superado e conservado por Marx no seu pensamento, seja mais importante do que o admitem os marxistas vulgares», LUKÁCS, György. *Scritti politici giovanili 1919-1928*, p. 206.

¹³ Lukács dice: “o domínio da categoria da totalidade é o veículo do princípio revolucionário na ciência”.

(LUKÁCS, 1960). Nesse programa de investigação científica encontramos a mesma premissa dos *Cadernos filosóficos* de Lenin – inspiração fundamental para Lukács – mais em geral se pode localizar o sentido da contínua necessidade de aprofundamento que – a partir do estudo da concreta formação econômica social russa entre 1893 e 1898 – marca a existência política e filosófica de Lenin. «A passagem da utopia à ciência e da ciência à ação», nessa definição de Gramsci sobre Lenin é, para nós, a melhor síntese da relação teórico-política entre o revolucionário russo e Marx, e a sua tentativa de sair do ecletismo entre marxismo e positivismo, que trancafiaram «a realidade na esfera da natureza morta», até transformar «a pesquisa filosófica numa nova teologia materialista (GRAMSCI, 1977, p. 85). Nesse intento se encontra a riqueza não dogmática ou doutrinária da obra de Lenin e sobretudo a sua eficácia prática. Talvez, esteja aqui o problema que para a cultura dominante faz de Lenin o «diabo do século XX», a origem do pecado original deste século. Não um revolucionário idealista que se chocou com a impossibilidade de transformar a ordem natural das coisas, um revolucionário derrotado, mas, para falar ainda com as palavras de Gramsci, «o protagonista de uma hegemonia realizada», ou seja, «a crítica real de uma filosofia, a sua real dialética».

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, E. *I presupposti del socialismo e i compiti della socialdemocrazia*. Bari: Laterza, 1968.

ENGELS, F. *Ludwig Feuerbach e il punto di approdo della filosofia classica tedesca*. Roma: Edizioni Rinascita, 1950.

FRESU, G. *Lenin lettore di Marx. Determinismo e dialettica nel movimento operaio*. Napoli: La Città del sole, 2008.

GRAMSCI, A. *Scritti giovanili, (1914-1918)*. Torino: Einaudi, 1975.

_____. *Quaderni del cárcere*. Torino: Einaudi, 1977.

HÁJEK, M. *La discussione sul fronte unico e la rivoluzione mancata in Germania*. In: STORIA del marxismo. Torino: Einaudi, 1980. v. III: *Il marxismo nell'età della III Internazionale*.

LENIN, V. I. *Lo sviluppo del capitalismo in Russia. Opere Complete*. Roma: Editori Riuniti, 1956.

- _____. *Caratteristiche del romanticismo economico*. Roma: Editori Riuniti, 1957.
- _____. *Opere complete*. Roma: Editori Riuniti, 1967a.
- _____. Rapporto sulla guerra e sulla pace, 7 marzo 1918, al III Congresso del PC(B)R. In: _____. *Opere complete*. Roma: Editori Riuniti, 1967b. v. XXVII.
- _____. *Che cosa sono gli "amici del popolo" e come lottano contro i socialdemocratici?*. Roma: Editori Riuniti, 1972.
- _____. *A questão agraria e os críticos de Marx*. Roma: Editori Riuniti, 1976.
- _____. *Karl Marx*. Napoli: La città del sole, 1992.
- LOSURDO, D. *L'ipocondria dell'impolitico. La critica di Hegel ieri e oggi*. Lecce: Milella, 2001.
- LUKÁCS, G. *Il giovane Hegel e i problemi della società capitalistica*. Torino: Einaudi, 1960.
- _____. *Lenin*. Torino: Einaudi, 1970.
- _____. *Scritti politici giovanili 1919-1928*. Bari: Laterza, 1972.
- MARX, K. *Il Capitale*. Roma: Editori Riuniti, 1994.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Il manifesto del partito comunista*. Bari: Laterza, 1999.
- MORO, T. *L'Utopia*, Bari: Laterza, 2000.
- RAGIONIERI, E. *Socialdemocrazia tedesca e socialisti italiani 1875-1895*. Milano: Feltrinelli, 1961.
- _____. *Il marxismo e l'Internazionale*. Roma: Editori Riuniti, 1968.
- SOCHOR, L. *La discussione filosofica degli anni venti*. In: STORIA del marxismo, Il marxismo nell'età della III Internazionale. Torino: Einaudi, 1980. V. III.

SOBRE O LENINISMO DE GRAMSCI¹

Marco Vanzulli

Escreveu Mario Tronti:

Gramsci havia errado quando falava de “revolução contra o *Capital*”. Desse modo entregava Marx nas mãos reformistas da Segunda Internacional. Na Rússia, *O Capital* não era “o livro dos burgueses”. Era o livro dos bolcheviques. Era o livro do jovem Lênin, que dali havia partido. Mas, Gramsci tinha razão quando via no “nosso Marx” a mesma pessoa de Lênin. Para este era realmente direto – em maio de 1918 – o seu elogio ao voluntarismo. (TRONTI, [1966]1971, p. 254).

A partir desses dois elementos tratados pelo Gramsci de 1917-1918, é útil tomar seus movimentos: um especificamente político, o leninismo incondicional do primeiro Gramsci que não projetava Lênin sobre Marx, mas que via em Lênin um movimento superior àquele de Marx, a ação política contra a determinação economicista (que várias vezes o jovem Gramsci atribuía a uma não investigada posição marxiana)², para dizer *en*

¹ Tradução: Rodrigo Ismael Francisco Maia: é Mestre em Ciências Políticas pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp, graduado em Ciências Sociais na FFC-Unesp de Marília, realizou intercâmbios de estudo e pesquisa em Itália e Portugal. Estudante da área do marxismo e de Partidos Políticos de esquerda na União Europeia.

² Escreveu Norberto Bobbio: “Contrariamente a muitas leituras gramscianas, nunca tive interesse particular pela disputa sobre o maior ou menor marxismo ou leninismo de Gramsci, e a natureza ou os limites deste ser marxista ou leninista. A maior ou menor aproximação aos clássicos do marxismo não acrescenta e não retira nada da importância de sua obra de historiador e crítico da sociedade contemporânea [...]. Continuo a ter a impressão que para muitos comentadores de Gramsci interessa sobretudo mostrar que Gramsci foi marxista, ao invés de expor o que ele disse verdadeiramente. O que não quer dizer que não era marxista. Quer dizer que foi de maneira não servil, mas original” (BOBBIO, N. *Saggi su Gramsci*. Milano: Feltrinelli, 1990. p. 9-10). Sem dúvida o marxismo de Gramsci, a sua problemática, é muito original. Não se trata aqui para nós, portanto, atribuir ou negar os certificados de marxismo ou leninismo, pois uma comparação entre Gramsci e Lênin serve propriamente para capturar elementos de especificidade do pensamento gramsciano.

gros - um elemento que permanecerá nos *Cadernos do Cárcere*³, no qual Lênin, como teórico da hegemonia, é considerado o maior pensador marxista⁴; o outro específico da filosofia da vontade, vontade entendida como ato político. Dois elementos inseparáveis nas expressões e juízos efetivos, na concretude dos textos de Gramsci. Naturalmente, ao início, Gramsci, como os outros socialistas italianos, conhecia apenas fragmentadamente a obra de Lênin⁵. Imediatamente, Gramsci alude a ruptura bolchevique ao âmbito dos esquemas de seu voluntarismo gentiliano, do seu marxismo lido através do revisionismo crociano. Dos dois neoidealistas italianos, Gramsci retoma o léxico e os esquemas interpretativos fundamentais. Há toda uma série de artigos de 1917-1918 em que Lênin, como líder do bolchevismo, é interpretado através das categorias de criação e vontade, e o conceito de trabalho é dissolvido no de “ato histórico”; O marxismo era concebido crocianamente como um conjunto de “doutrinas”, válidas “apenas *post factum*, para estudar e compreender os acontecimentos do passado, e que não deveria se tornar uma hipoteca sobre o presente e o futu-

³ “Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas possam produzir eventos fundamentais de imediato”; apenas a “historia vulgar, tradicional, que aprioristicamente ‘encontra’ coincidência entre uma crise e as grandes rupturas sociais”. Isto vale mesmo para a Revolução Francesa: “não se pode dizer que a catástrofe do Estado Absolutista se deu através de uma crise de pauperização”. (GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Edição crítica de V. Gerratana. Torino: Einaudi, 1975. p. 1587 et seq.).

⁴ Cfr. QC, p. 1235.

⁵ “Ao contrário, começaram a ser conhecidos trechos dos seus escritos durante 1917, sobretudo através de revistas e jornais de língua francesa e de uma revista americana, o *Liberator*, a partir de Max Eastman. Resulta que vem organizada e publicada em 1919, por Gramsci, um amplo estudo sobre Lênin, o *Statista dell'ordine nuovo*. O perfil de Lênin como pensador e homem político, que resulta deste estudo, no entanto, é parcial. Os momentos mais importantes do pensamento, relacionados com a análise do imperialismo e, portanto, com a definição do período histórico e suas perspectivas, não são considerados, enquanto que a atenção está focada sobre as características originais do sistema soviético e sobre os fundamentos que ele tem na esfera da produção. O documento, na verdade, não é mais do que reprodução e comentário de alguns trabalhos de Lênin dedicados, após a revolução e nos primeiros anos do poder soviético, a enfatizar a importância crucial da construção econômica e do desenvolvimento da produção para a consolidação do poder soviético [...] Apenas depois de 1918 é que Lênin passou a ser conhecido, traduzido, publicado e amplamente lido na Itália. Com prevalência, no entanto, dos escritos dedicados à luta imediata daqueles anos contra o socialchavunismo e o centrismo, para a criação de partidos comunistas em todos os países, para a fundação e organização da Internacional Comunista. Dos grandes trabalhos teóricos, são agora conhecidos o *Imperialismo, O Estado e a Revolução*, a *Revolução Proletária* e o *Renegado Kautsky*, os relatórios e as teses para o I e o II Congresso da Internacional Comunista, portanto o *Extremismo* e discursos no III Congresso, que são quase um comentário. Menos conhecidos são *O Que Fazer?*, *Duas Táticas* e *Um passo a frente, dois passos atrás*. Muito difícil de encontrar e quase desconhecidos são *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* e o *Empirio-criticismo*. Desconhecido era o importantíssimo *Quem são os amigos do Povo?*, que também na Rússia foi republicado apenas em 1923. Pode-se considerar que, em 1922, quando foi para a União Soviética, Gramsci já conhecia todos esses escritos”. (P. Togliatti, *Il leninismo nel pensiero e nell'azione di A. Gramsci, Studi gramsciani*, processos da conferência junto ao Istituto Gramsci nos dias 11-13 de janeiro de 1958, Editori Riuniti, 1958, in Togliatti, 1972).

ro”⁶. Aqui claramente são distinguidos os meios intelectuais dos objetivos políticos: Gramsci não propõe como objetivo relegar o marxismo a um mero auxílio historiográfico; pretende, ao contrário, desvincular a política revolucionária comunista das limitações e dos tempos longos e incertos do economicismo, que acabava por coincidir com o reformismo.

Os pontos fracos desta posição foram apanhados:

no jovem Gramsci é visível uma tendência a romper com o reformismo dos silogismos filosóficos e das citações acadêmicas em nome de uma vontade abstrata, a qual ele termina por trazer de volta o fenômeno da Revolução de Outubro, mostrando, contudo, ignorar os bastidores teóricos e observando na ação dos bolcheviques a confirmação da onipotência miraculosa e criacionista da subjetividade, sobre os pedaços da objetividade evolucionista e do determinismo inerte e conservador [...]. A ruptura com o peso das resoluções reformistas se resolveu, neste caso, em uma *fuga dos problemas da história* (não a causa última da ignorância da “essência” marxista do leninismo), implícita na exaltação da vontade criativa do sujeito histórico, do homem que faz a sua história a despeito das condições “objetivas”. (MARRAMAO, 1971, p. 49, 281).

Não há como negar, de fato, toda a inclinação subjetiva de Gramsci, uma subjetividade criativa. Tanto é assim que Gramsci vem a dizer, imediatamente antes da famosa Revolução Russa que “é a revolução contra O *Capital* de Karl Marx”, que: “A revolução dos bolcheviques é materializada mais de ideologia do que de fatos (Por isso, basicamente, pouco importa a nós saber mais do que sabemos)” (GRAMSCI, 1958, p. 150).

Comentadores mais próximos a Gramsci, por reconhecerem os limites espirituais da primeira recepção gramsciana do marxismo e da Revolução Russa, estavam propensos a reconhecer em Gramsci uma superação de algumas unilateralidades das suas posições de juventude graças às lições de Lênin: Gerratana, por exemplo, reconhece primeiro o “ativismo voluntário” do jovem Gramsci, o limite de seu horizonte em que

a idéia de “revolução” se identifica, portanto, com a idéia de “vida” e com a idéia de “história” e perde assim sua especificidade funcional.

⁶ Cf., entre outros, o celebre *A Revolução contra o “Capital”*, imediatamente sucessivo a revolução russa; *Wilson e i massimalisti russi*; *Repubblica e proletariato in Francia*; *Utopia*; *Margini*; *La critica critica*, In: GRAMSCI, A. *Scritti giovanili. 1914-1918*. Torino: Einaudi, 1958, respectivamente, p. 149-153; 183-185; 205-206; 281-286; 84-86, 154-155.

De fato, encontramos esta mesma identificação, através do qual o marxismo vem diluído em um vago heraclitismo, em outros intérpretes do marxismo contemporâneo a Gramsci, mas muito distante de sua orientação política (como Mondolfo) (GERRATANA, 1997, p. 92-93)⁷.

Gramsci aprofundaria o conceito de revolução somente a partir do período do “L’Ordine Nuovo”, através de Lênin que o reaproximaria de Marx⁸. Ou seja, para Gerratana, a teoria política de Gramsci por volta de 1920 estaria num sentido de reaproximação ao marxismo e, finalmente, a ilusão idealista seria abandonada e substituída pelo “primado do conhecimento”. De fato,

o que caracteriza Gramsci como um pensador revolucionário não é a exaltação da vontade em geral (e muito menos de uma vontade entendida - como Schopenhauer - como evento ordenador do mundo), mas a busca pelas condições nas quais pode se formar uma vontade coletiva *permanente*. O problema é recolocado constantemente nos *Cadernos*, e Gramsci não se cansa de revisá-lo de todos os lados [...]. Uma vontade coletiva que não seja firmemente agregada em seu interior, pode facilmente se desintegrar e se dispersar: e o “realista político - adverte Gramsci - que conhece as dificuldades de organizar uma vontade coletiva, não é facilmente levado a crer que essa se reforme mecanicamente depois de desintegrada” Compreende-se, portanto, a importância que assume na reflexão gramsciana o tema da “reforma intelectual e moral” como um elemento unificador no processo de formação de uma vontade coletiva permanente. Para Gramsci este é um tema discriminante, que não admite concessões arbitrárias. (GERRATANA, 1997, p. 116-117)⁹.

Ainda assim, Gruppi observou como Gramsci fazia como sua a lição de Lênin “na qual é claramente estabelecida a função da iniciativa subjetiva (o *Que Fazer?*, *Um passo adiante, dois passos atrás, Duas táticas da social-democracia*). É o Lênin que, rejeitando a relação mecânica entre a

⁷ O parêntese é nosso.

⁸ Cfr. GERRATANA, V. *Gramsci. Problemi di metodo*. Roma: Editori Riuniti, 1997. p. 92-93. Gerratana comenta esses passos do jovem Gramsci: “A vida é sempre uma revolução, uma substituição de valores, de pessoas, de categorias, de classes. Os homens, porém, dão o nome de revolução à grande revolução, aquela em que participa o maior número de indivíduos, que coloca um maior número de relações, que destrói todo um equilíbrio para substituí-lo por um outro inteiro, orgânico. Nos diferenciamos dos outros homens porque concebemos a vida como *sempre* revolucionária e, portanto, amanhã não declaramos como definitivo um nosso mundo realizado” (GRAMSCI, A. *Scritti giovanili. 1914-1918* cit., p. 126).

⁹ GERRATANA, V. *Gramsci. Problemi di metodo* cit., p. 116-117; citação interna: QC, p. 1789.

situação objetiva e a iniciativa política, afirma, por exemplo, a função dirigente da classe trabalhadora mesmo na revolução democrático-burguesa e chega ao conceito de hegemonia – a sua “maior descoberta filosófica”, disse Gramsci (GRUPPI, 1968, p. 22), depois, nos *Cadernos*. Assim:

A maneira pela qual Lênin enfatiza que o partido é o momento de consciência, da síntese crítica, a força organizadora capaz de fazer coesas as massas, retorna totalmente em Gramsci. (GRUPPI, 1972, p. 95).¹⁰

O que é certamente aceitável, desde que não se identifique de forma simplista a noção de *consciência* de Gramsci com a de Lênin: uma é a matriz, e outros são os pressupostos teóricos do pensamento do autor de *Marxismo e Empiriocriticismo*, em relação àqueles dos *Cadernos do Cárcere*.

Além disso, quando se fala do leninismo de Gramsci está em jogo também a questão do marxismo de Gramsci como uma relação ao pensamento de Marx:

Gramsci faz parte daquela “nova esquerda” revolucionária de 1919-1920, estranhamente sortida, que resultou nos novos bolcheviques, inesperados prosélitos, e foi atraída através do marxismo não pela filosofia de Marx, conhecida e rejeitada nas interpretações predominantes de tipo positivista e determinista, mas através da prática revolucionária de Lênin. (HOBSBAWM, 1975, p. 335).

Este julgamento de Hobsbawm é certamente aceitável, mas a equação de Gerratana, e de outros, pelos quais Gramsci iria realizar, através de Lênin, um retorno a Marx, é extremamente simplificadora de um processo de aproximação com Marx que Gramsci tenta talvez pela primeira

¹⁰ GRUPPI, L. *Il concetto di egemonia in Gramsci*. Roma: Editori Riuniti, 1972. p. 95. Cf. ainda Gruppi: “O princípio leninista que o partido “se cria a partir do alto”, partindo do conhecimento, retorna aqui com força. Com vigor vem enfatizado o momento da consciência, da racionalidade, da vontade unificadora [...]. Nesta relação, a direção e o espontaneísmo, entre situação objetiva e iniciativa revolucionária estão longe – tanto em Gramsci como em Lênin – seja a partir de uma visão mecanicista, como de uma concepção subjetivista e voluntarista, da função da vanguarda política. O partido não se identifica com a classe operária, porque é a sua vanguarda, mas é uma parte da classe e a ela indissolúvelmente articulada. O partido trabalha em uma determinada situação. Deve compreendê-la, tomando a base de sua estrutura, as relações econômicas, de classe, as manifestações políticas que a caracterizam, senão pode se mover de modo abstrato, aventureiro; lançaria e repetiria fórmulas teóricas incapazes de agirem sobre a realidade, fazendo a partir da agitação e da propaganda, e não da política. Moveria vanguardas restritas, não verdadeiramente ligadas à classe operária e às massas, portando-as ao erro de aventuras fantasiosas. Mas, ao mesmo tempo, o partido não é o reflexo mecânico da situação, mas sobre essa intervém, com a sua iniciativa” (GRUPPI, L. *Introduzione*. In: LENIN, V. I. *Che fare?*. Roma: Editori Riuniti, 1968. p. 23-25).

vez nos *Cadernos do Cárcere*, e que ainda teria que passar sobretudo por uma *Aufhebung* da filosofia de Benedetto Croce.

O que pode surpreender e é significativo na biografia política de Gramsci, é a prontidão com que adere à revolução bolchevique, como se tivesse assimilado originalmente o espírito, interpretando-a através de algumas das suas categorias filosóficas específicas. Acreditava naquela “potência criativa” da revolução que - nas palavras de *O Estado e a Revolução* - não acreditavam os oportunistas, como Kautsky, de acordo Lênin (1967a, p. 198-199). Não sem razão. Se olharmos para as razões políticas vemos que, mesmo antes de 1917, Gramsci estava preparado para ser parte de uma esquerda revolucionária não vacilante. Quando a revolução na Itália e no Ocidente falhou, a grande admiração pela União Soviética se tornou um modelo de contemplação distante a respeito daquele que deveria agora ser calculado a distância que dele nos separa. Mas, no período 1917-1920, a revolução soviética se colocava num processo revolucionário mais amplo e mais homogêneo. Poucos meses antes da Revolução Russa, durante a guerra, no *A Cidade Futura*, Gramsci afirmaria que a ordem socialista “na Itália será implementada mais cedo do que em todos os outros países” (GRAMSCI, 1958, p. 78). Aqui também, como escreveria mais tarde em julho de 1918, teríamos, através de uma dialética de partido e soviético, uma nova democracia, uma nova ordem, uma nova humanidade, uma nova moralidade, como na Rússia, onde “a sociedade se torna algo jamais visto na história” (GRAMSCI, 1958, p. 281-286). Longe de qualquer reformismo é o seu socialismo ativista, fortemente anti-economicista, que o levou a juntar-se àquela esquerda “intransigente revolucionária” que, na reunião secreta de Florença, em novembro de 1917 (na qual participaram, entre outros, Bordiga e Fortichiarri), se oporia à posição mediadora do centro de Serrati e do grupo parlamentar¹¹.

¹¹ Cf. SPRIANO, P. *Introduzione a V.I. Lenin, Sul movimento operaio italiano* [1962]. Roma: Editori Riuniti, 1976. p. 24. Cf. porém: na conferência de Firenze, Bordiga proclamou que “O P.S.I. Deveria se alinhar com Lênin no campo internacional contra o imperialismo, sem subordinar a sua atividade à consideração nacional que são, portanto, instrumento do capitalismo de qualquer país. Entre os presentes se declararam plenamente de acordo com Bordiga os representantes da Esquerda de Milão [...]. Lazzari hesita e se reserva a conferir com a direção, Gramsci não toma posição e não esconde sua insatisfação. Sabe-se que na vigília da entrada na Guerra da Itália, havia hesitado entre interventismo e neutralidade. Havia superado sua crise, mas era muito honesto para assumir a partir de um golpe uma posição contrária à guerra. Ao seu tempo, Togliatti não havia demorado em escolher a intervenção, e não parece que havia nunca feito a cômoda autocrítica posta em seguida no PCI” (FORTICHIARI, B. *Comunismo e revisionismo in Italia. Testimonianza di un militante rivoluzionario*. Milano: Mimesis, 2006. p. 34-35).

Gramsci sempre se referia nos anos do pós-guerra à experiência da Revolução Russa e do movimento comunista europeu,

cuja característica comum neste período é justamente essa: ser capaz de estimular e criar novas organizações operárias, centros de poder proletário e de democracia socialista no coração da produção (os soviets de operários e camponeses, os Conselhos de fábrica) (SPRIANO, 1920, p. 30-31).

Então, é assim que Gramsci definia uma “batalha leninista”, tornando-se “uma feliz exceção no contexto do movimento italiano”. As críticas de Gramsci à orientação da direção do PSI coincidiam neste momento com as feitas por Lênin, que no II Congresso da Internacional Comunista, em julho de 1920, aprovou o documento elaborado por Gramsci da seção do PSI de Turim, em abril daquele ano, *Para uma Renovação do Partido Socialista*, publicado mais tarde no “L’Ordine Nuovo”, de 08 de maio de 1920¹². Assim:

Nos artigos que Gramsci dedicará, no verão e no outono de 1920, ao problema de um partido que seja comunista, retoma sempre esses elementos: a necessidade de um partido coeso, disciplinado, sendo a frente das massas, e tanto mais capaz tal quanto se move em sua articulação e em sua hierarquia sobre um terreno que sai do tradicional leito do rio socialista. O PSI é marcado - escreve Gramsci - por uma estrutura intimamente democrático-burguesa, com suas seções restritas, com seus vários centros autônomos, com a repartição mecânica das competências, e também com o fetiche dessas competências que o imobiliza. E ele pode contrastar o antigo para a nova concepção, pode - como faz aqui - contrapor *O Estado e a Revolução* de Lênin às concepções próprias da II Internacional que ainda dominam no PSI, enquanto se verifica o novo tipo de direção em um movimento como o dos *Conselhos de Fábrica*. É a partir desse movimento de massas que Gramsci desenha os elementos distintivos novos do mesmo partido revolucionário. O problema da relação entre a concepção dos Conselhos e do partido de Gramsci e a leninista, não se resolve obtendo uma identificação. Se trata de uma relação complexa, de um cansativo processo de libertação desses elementos de “mito ideológico”, na teoria dos Conselhos, que estão presentes até mesmo na elaboração ordinovista. (SPRIANO, 1976, p. 32).

No entanto, os pontos de identificação existem:

¹² Cf. SPRIANO, P. *Introduzione a V.I. Lenin, Sul movimento operaio italiano* cit., p. 30-31. Cf. LENIN, V. I. *Tesi sui compiti fondamentali del II Congresso dell’Internazionale comunista*. In: _____. *Opere complete*. Roma: Editori Riuniti, 1967. v. XXXI, apr./dic. 1920, p. 192.

o movimento dos Conselhos é entendido por Gramsci como um típico movimento da Internacional Comunista e por ele apoiado com citações dos maiores teóricos e dos mais responsáveis expoentes políticos, de Lênin a Zinoviev, de Radek a Humbert -Droz, citações que enfatizam com fundamento esse momento e este endereço [...] na concepção gramsciana, desde 1920, se toma passo a passo uma maior ênfase na exigência da disciplina a um centro dirigente *coeso*, e [...] aqui ele busca o fator “caracterizante” em sentido revolucionário, um partido e um movimento [...] a elaboração teórica se concretiza em uma luta política contra o buocratismo sindical, contra as hesitações oportunistas, que tem sentido perfeitamente coincidente com a luta antiriformista da Internacional. (idem, p. 33).

Como apoio, Spriano citava *Para uma Renovação do Partido Socialista*, o documento programático de maio de 1920, elogiado por Lênin no II Congresso da Internacional, no qual Gramsci escreve:

A existência de um Partido Comunista coeso e fortemente disciplinado, que por meio dos seus núcleos de fábrica, de sindicato, de cooperativa, coordena e centraliza em seu Comitê executivo toda a ação revolucionária do proletariado, é a condição fundamental e indispensável para qualquer tentativa de experimento de soviets”, “um partido homogêneo, coeso, com uma própria doutrina, uma própria tática, uma disciplina rígida e implacável. (GRAMSCI, [1967] 1987a, p. 320).

Mesmo que, talvez, a concepção gramsciana dos soviets se diferencie da leniniana com ênfase no fato de que “O Estado socialista já existe potencialmente nas organizações de vida social características da classe trabalhadora explorada” (GRAMSCI, [1967] 1987b, p. 206). Salvadori observa a este respeito que Lênin “no II Congresso da IC, de 02 de agosto de 1920, se expressou de modo a fazer entender claramente que o modo correto de significar a função dos soviets não era gramsciano”. Salvadori provavelmente se referia ao texto contra Bordiga, *Discurso sobre o Parlamentarismo*, em que Lênin escreveu:

o mesmo Bordiga, em seguida, reconheceu que os soviets não podem ser criados artificialmente. O exemplo da Rússia mostra que os soviets podem ser construídos durante a revolução ou na iminência desta. Nos tempos de Kerensky, os soviets (e precisamente os soviets mencheviques) eram constituídos de tal maneira que não poderiam, sob

quaisquer circunstâncias, dar origem ao poder proletário [...]. Somente quando se faz parte do parlamento burguês é que se pode combater - partindo das condições históricas dadas - a sociedade burguesa e o parlamentarismo [...]; se quiser contestar o que eu disse, deve-se cancelar a experiência de todos os eventos revolucionários do mundo¹³.

Provavelmente Salvadori assim se referia a estes passos. No entanto, deve-se dizer que Gramsci defendia os conselhos sobretudo até que se sinta na “iminência” da Revolução (claro, é precisamente o fato de que Lênin não concordava que a Itália, no verão de 1920, estivesse nesta situação). Que lugar ocupam os Conselhos na reflexão de Gramsci a partir de 1921-1922?

No entanto, em *Para Uma Renovação do Partido Socialista*, Gramsci concordava com Lênin sobre a oportunidade de expansão dos elementos reformistas¹⁴. Mas nos meses seguintes, imediatamente após o fracasso da ocupação de fábricas, em setembro, seria favorável à unidade do partido, enquanto Lênin e Bordiga propunham a cisão; Gramsci se alinharia a estas posições cisionistas somente após o *Falsos Discursos Sobre a Liberdade*, escrito por Lênin entre 04 de novembro e 11 de dezembro de 1920. Aqui certamente se tratava de uma diferença de tática, resultado principalmente de uma percepção de desacordo com a etapa inicial do fracasso da ocupação de fábricas, em vez de uma diferença de estratégia da organização revolucionária. Gramsci, no entanto, ficaria perplexo com a possibilidade de fundação do Pcd'I, em janeiro de 1921¹⁵. E, por outro lado, aderiu plenamente às diretrizes do Comintern, e se sabe que sua sorte política no Pcd'I foi substancialmente devido ao apoio de Moscou em função anti-bordiguista.

¹³ Cf. SALVADORI, M. L. *Gramsci e il problema storico della democrazia*. Torino: Einaudi, 1973, p. 320, na qual Salvadori cita a partir do vol. 31 das Obras Completas de Lênin as p. 192 e 240 sgg., e LENIN, V. I. *Discorso sul parlamentarismo*, in Id., *Opere complete*. Roma: Editori Riuniti, 1967, v. XXXI, apr./dic. 1920, p. 240.

¹⁴ “Os que não são comunistas revolucionários devem ser eliminados do Partido; e a direção liberada da preocupação de conservar a unidade e o equilíbrio entre as diversas tendências e entre os diversos *leaders*, deve dirigir toda a sua energia a sua energia para colocar as forças operárias em pé de guerra” (GRAMSCI, A. *Per un rinnovamento del partito socialista* cit., p. 320).

¹⁵ Gramsci dá um julgamento amargo sobre a fundação do novo partido, diria que Bordiga havia realizado a sua “alucinação particularista”, e depois escreveria em uma carta à Togliatti, de 17 de julho de 1923: “A reação está disposta a expulsar o proletariado nas condições em que se encontrava no período inicial do capitalismo: disperso, isolado, individualizado, não como classe que sente ser uma unidade e aspira ao poder. A cisão de Livorno (o deslocamento da maioria do proletariado italiano da Internacional Comunista) foi, sem dúvida, o maior triunfo da reação” (citato in FIORI, G. *Vita di Antonio Gramsci*. Bari: Laterza, [1966] 1989, p. 172).

Spriano detectou a inspiração leninista de *Para Uma Renovação do Partido Socialista*, no qual

pela primeira vez “L’Ordine Nuovo” coloca, antes de tudo, a ação do partido como um fator de centralização e coordenação [...] a mudança de acento, da elaboração local de “conselho” para a exigência da programação geral. (SPRIANO, 1971, p. 103).

Há, no entanto, em Gramsci, uma fase conselhistas sem partido e uma fase posterior do partido sem conselhos. Com efeito, por um lado, o papel do partido era considerado, também, antes como um elemento central da organização, da coordenação e da educação do proletariado: pode-se ver, por exemplo, o editorial de Gramsci e Togliatti, *Democracia Operária*, que apareceu no “L’Ordine Nuovo” de 21 de Junho de 1919, um ano antes do *Para Uma Renovação do Partido Socialista*. Enquanto, por outro lado, no artigo *Duas Revoluções*, de julho de 1920, dois meses após *Para Uma Renovação do Partido Socialista*, os Conselhos continuavam a serem fundamentais e estavam em primeiro plano, ao contrário do partido que era considerado um elemento do fracasso das revoluções alemã, húngara, etc., e a solução era vista (como já trabalhado em *Democracia Operária*) na relação dialética entre o partido e organização operária na fábrica, na interconexão, isto é, entre o partido e os conselhos. Nesta dialética, o partido educador é elemento central, um elemento que Gramsci tinha em comum com Lênin, mas que era muito precoce e precede o conhecimento que o jovem socialista sardo teria sobre o revolucionário russo. De fato, o tema da hegemonia, como seria discutido nos *Cadernos*, teria como atenção original, consubstancial ao socialismo de Gramsci desde o início, o partido educador. E política e cultura se identificavam em Gramsci do início ao fim.

Gramsci veria claramente os limites políticos, mais que teóricos, da experiência ordinovista dos Conselhos alguns anos mais tarde: “Não ter posto o objetivo de criar uma verdadeira fração, não ter dado a ela um fôlego regional ou nacional, não ter lutado no terreno específico do *partido*” e não ter feito

do movimento turinense dos Conselhos um centro nacional de acolhimento e de propulsão para a classe trabalhadora italiana: esses são os motivos da auto-crítica mais profunda que indicaria Gramsci, em 1924¹⁶.

De fato, a experiência ordinovista no centro dos episódios de luta dos trabalhadores, em 1920, havia subestimado a importância do partido e do sindicato¹⁷, tomada pelo entusiasmo por uma massa que constituísse por si só a sua própria posição “moral” (GRAMSCI, 1920). No entanto, já recordamos o texto gramsciano da primavera de 1920, no qual era enfatizado o papel do partido coeso e organizado. Mas, na verdade, o grupo de Turim não teve a força para fazer isso tendo contra o reformismo dos dois gigantes do PSI e da FIOM.

Lênin, por sua vez, havia julgado duramente a experiência de ocupação de fábricas como uma luta não marxista, e diria assim confirmando a expulsão do Partido Socialista Italiano, decretada pelo Comitê Executivo da Internacional:

Durante a ocupação das fábricas foi talvez revelado apenas um comunista? Não, na época o comunismo não existia na Itália. Se poderia falar de uma certa anarquia, mas, certamente não de comunismo marxista. Este último deveria ser criado, absorvido pelos trabalhadores, somente através da experiência da luta revolucionária. (LENIN, 1976, p. 222).

É o importante argumento que reside no *Estado e a Revolução*: a luta que produz a forma da revolução e da sociedade comunista não é algo pré-estabelecido para ser aplicado, porque é a experiência revolucionária (organizada) que constitui os organismos revolucionários. Agora, quem ler o belo livro de Paolo Spriano sobre as ocupações de fábricas de agosto-setembro de 1920, poderá perceber a ausência de um verdadeiro espírito revolucionário, da inércia do partido e da desorientação dos operários.

Está presente nesta experiência ordinovista de conselhos e das ocupações de fábricas o forte elemento de democracia operária sobre o

¹⁶ Idem, p. 34. Spriano retoma a carta de 27 de janeiro de 1924 de Viena, para Togliatti: “Cometemos um grave erro em 1919 e em 1920, ao não atacar mais fortemente a direção socialista e também a propagar a ideia de uma expulsão, constituindo uma fração que saísse de Turim e fosse algo a mais que a propaganda que poderia fazer o *L'Ordine nuovo*”.

¹⁷ Cf. SPRIANO, P. *L'occupazione delle fabbriche. Settembre 1920*. Torino: Einaudi, 1964. p. 62. Veja-se também a reação de Gramsci, em junho de 1920, ao relatório de Tasca que dava aos conselhos de fábrica um caráter político transitório e propunha submeter o movimento ao sindicato.

qual insiste muito Lênin. Em *O Estado e a Revolução*, onde comenta sobre a importância das indicações que Marx expõe sobre a Comuna, não como uma experiência que confirma teorias preconcebidas, mas como ato de um movimento de massas que ofereceu à Marx a experiência sobre a qual refletir e que assim pode adicionar os elementos fundamentais sobre o funcionamento da democracia popular e o comunismo que ainda lhe faltava no *Manifesto do Partido Comunista*, Lênin escreveu:

Organizamos a grande indústria partindo do que o capitalismo já criou; a organizamos nós *mesmos*, nós trabalhadores, fortes com a nossa experiência operária, impondo uma disciplina rigorosa, uma disciplina de ferro, mantida pelo poder estatal dos operários armados; reduzimos os funcionários do Estado à função de simples executores de nossas atribuições, à função de “observadores e fiscais”, modestamente pagos, responsáveis e revogáveis (preservando, claro, os técnicos de todos os tipos e de todos os graus): esta é a *nossa* tarefa proletária; é a partir desta que podemos e devemos *começar* a fazer a revolução proletária. Este começo, fundado na grande produção leva de si à gradual “extinção” de toda a burocracia, ao estabelecimento progressivo de uma ordem - ordem sem aspas, ordem diferente da escravidão assalariada - na qual as funções, cada vez mais simplificadas, de vigilância e contabilidade serão cumpridas por todos e irão se tornando um hábito e, finalmente, desaparecerão como funções *especiais* de uma categoria especial de pessoas. (LENIN, 1967a, p. 103).

A ruptura é grande em comparação com o capitalismo, tornam-se sujeitos os trabalhadores, as massas populares, trata-se de alterar as funções, mas não criar organizações projetadas para fora das relações existentes.

É esta a democracia que Gramsci tem em mente na experiência dos Conselhos. Sobre isso, a crítica certamente já insistiu. Referindo-se, em especial, ao artigo *A Conquista do Estado*, (“L’Ordine Nuovo”, 12 de julho de 1919) (GRAMSCI, 1954, p. 13-19), Spriano observa que “a tese central ecoa agora claramente a tese de Lênin, e em particular - como foi observado incisivamente - [Gerratana, *A Teoria do Estado no Pensamento de Gramsci*, primeira aula de um curso de estudos do Instituto Gramsci, em 1959] a sua apreciação das conclusões teóricas que Marx e Engels tinham desenhado a partir da experiência da Comuna de Paris, isto é, a tese de que

a classe trabalhadora não pode puramente tomar posse da máquina estatal já pronta e colocá-la em funcionamento para seus próprios fins”.

Se tratava de fazer nascer - intuía Gramsci (27/6/1919) - um novo tipo de Estado da “experiência associativa da classe proletária”, e tal inspiração animava a alma do famoso escrito do “golpe de estado” redacional, *Democracia Operária*, no qual se pode ler que “o Estado socialista já existe potencialmente nos organismos de vida social da classe trabalhadora explorada” [...] criar esse Estado a partir dessas *instituições*, conectá-los em seguida numa hierarquia superior harmônica, mas primeiramente potenciá-los como fonte de poder dos trabalhadores na fábrica, no coração da produção. O fundamento leninista do pensamento de Gramsci está, então, em primeiro lugar em sua convicção de que a luta na esfera política expressa, antes de mais nada, uma luta para quebrar a “máquina” do Estado burguês construindo, começando a construir, os pilares e engrenagens fundamentais de uma máquina estatal nova [...]. O que Gramsci coloca em primeiro plano na concepção leninista da revolução é a necessidade de iniciar imediatamente a construção das bases de um novo estado [...] gerando no íntimo do processo produtivo as bases de um edifício estatal novo. (SPRIANO, 1971, p. 61-63).

Gramsci não era sectário na organização do conselho de fábrica, que se distinguia da precedente comissão interna, entre outras coisas, porque esta última

era eleita pelos trabalhadores organizados em sindicatos; ao contrário dos Conselhos de fábricas, que deveriam ser eleitos por todos os trabalhadores, incluindo os anarquistas, e até mesmo os católicos. (FIORI, [1966] 1989, p. 140).

Essa era a mesma atitude que Lênin recomendava para as associações de reivindicações econômicas em *O que fazer?*¹⁸ em ambos os casos, para não se encerrar em reivindicações de natureza econômica, mas tendo em vista uma transição política democrática para o comunismo.

¹⁸ “As organizações operárias para a luta econômica devem ser organizações tradeunionistas. Cada operário socialdemocrata deve, o quanto lhe seja possível, sustentar e trabalhar ativamente. É verdade. Mas não é do nosso interesse que apenas os socialdemocratas possam pertencer às associações “corporativas”, pois isso restringiria a nossa influência sobre a massa. Deixemos participar na associação corporativa qualquer operário o qual compreenda a necessidade de se unir para lutar contra os patrões e contra o governo! As associações corporativas não atingirão seu objetivo se não reagruparem todos aqueles que compreendem ao menos tal necessidade elementar, se não forem muito *amplas*. E quanto mais amplas forem, tanto mais a nossa influência sobre eles se estenderá, não apenas graças ao desenvolvimento “espontâneo” da luta econômica, mas também graças a ação consciente e direta dos aderentes socialistas com seus próprios companheiros”(LENIN, V. I. *Che fare?*, tr. it. di L. Amadesi. Roma: Editori Riuniti, 1968. p. 153).

A QUESTÃO DA HEGEMONIA

Vou deixar de lado aqui a questão, amplamente debatida, se a noção gramsciana de hegemonia seja, ainda que parcialmente, de ascendência leniniana. Sabe-se do reconhecimento explícito de Gramsci a Lênin nos *Cadernos*: Lênin é o “teórico da hegemonia”¹⁹. A crítica, no entanto, não é totalmente de acordo sobre este ponto. Para Luciano Gruppi, esse conceito era o elo mais forte entre Gramsci e Lênin²⁰. Outros viram este laço, mas insistiram na diferenciação progressiva da teoria gramsciana da leninista, como Tamburrano²¹. Outros intérpretes sublinharam, no entanto, mais a amplitude e o alcance da teoria da hegemonia em Gramsci, como Perry Anderson, mas que também notou como a categoria em Gramsci perdesse precisão²². Para outros autores, a noção gramsciana de hegemonia teria ascendência crociana²³, ou outra²⁴.

As três frentes de luta que Lênin retomou a partir Engels, e sobre as quais insistiu muito no *O Que Fazer?*, são a econômico-social, a política e a ideológica. Esta última também é chamada de “teórica”, e é fundamen-

¹⁹ No cárcere, Gramsci não possuía consigo nenhum texto leniniano: “No cárcere não resultou que Gramsci poderia ter a sua disposição alguma obra de Lênin, enquanto conseguia procurar alguns escritos de Marx e Engels. As referências às obras de Lênin que se encontram nos *Cadernos* são, portanto, feitas de memória, ou são de segunda mão, obtidas de citações de escritos leninistas em revistas e livros diversos. A aquisição de livros de Lênin não lhe foi mais consentida pela direção carcerária” (Togliatti, *Il leninismo nel pensiero e nell'azione di A. Gramsci, Studi gramsciani*, trechos da conferência no Istituto Gramsci, entre os dias 11-13 de janeiro de 1958, Roma, Editori Riuniti, 1958, p. 142).

²⁰ Cf. GRUPPI, L. *Il concetto di egemonia in Gramsci*. Roma: Editori Riuniti, 1972. p. 9 et seq.; Cf. anche SALVADORI, M. L. *Gramsci e la PCI: due concezioni dell'egemonia*, in *Egemonia e democrazia. Gramsci e la questione comunista nel dibattito di Mondoperaio*, Nuova serie dei quaderni di «Mondoperaio» 7, 1977, p. 33-34; IZZO, F. Marx dagli scritti giovanili ai «Quaderni». In: DI BELLO, A. (a cura di), *Marx e Gramsci. Filologia, filosofia e politica allo specchio. Atti del convegno internazionale organizzato dal Dipartimento di Filosofia e Politica dell'Università degli Studi di Napoli «L'Orientale» con il patrocinio dell'Istituto Fondazione Gramsci di Roma e dell'Associazione Italiana degli Storici delle Dottrine Politiche. Napoli, 4-5 dicembre 2008*. Napoli: Liguori, 2011. p. 85.

²¹ Cf. TAMBURRANO, G. *Antonio Gramsci. La vita, il pensiero, l'azione*. Manduria: Lacaita, 1963, poi Milano, Sugarco 1977, p. 285-290, cf. anche BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e lo Stato. Per una teoria materialistica della filosofia* [1975], tr. it. di C. Mancina e G. Saponaro. Roma: Editori Riuniti, 1976. p. 212; GERRATANA, V. *Gramsci. Problemi di metodo*. Roma: Editori Riuniti, 1997. p. 76; Id., *Il concetto di egemonia nell'opera di Gramsci*. In: BARATTA, Giorgio; CATONE, Andrea. (a cura di). *Antonio Gramsci e il «progresso intellettuale di massa»*, Milano: Unicopli, 1995. p. 141-147.

²² Cf. ANDERSON, P. *Ambiguità di Gramsci* [ma il titolo originale è *The Antinomies of Antonio Gramsci*. London: New Left Books, 1977], tr. it. di I. Pedroni. Bari: Laterza, 1978. p. 27-34.

²³ Cf. MARTELLI, M. *Etica e storia. Croce a Gramsci a confronto*. Napoli: La Città del Sole, 2001. p. 134.

²⁴ Cf. MONTANARI, M. *Politica e storia. Saggi su Vico, Croce e Gramsci*. Bari: Publierre, 2007. p. 159, no qual contexta a ideia de que a gênese da teoria gramsciana da hegemonia se encontre no leninismo (e contexta como “operação ideológica e tendenciosa” falar de Gramsci como um “pequeno Lênin”, como o fez BEDESCHI, G. *Il piccolo Lenin. Antonio Gramsci e «L'Ordine Nuovo»*. *Nuova Storia Contemporanea*, n. 6, p. 39-52, 1998).

tal para o revolucionário bolchevique que insiste, contra o economicismo, na centralidade da teoria. Também sobre este ponto, o da *ideologia*, a coincidência parcial de Gramsci com Lênin não se dá em termos de mera influência deste último sobre o primeiro. A influência de Lênin se enxerta em pressupostos teóricos já equilibrados em Gramsci e que retornam, ainda, esquemas bastante idealistas, pragmáticos. Para Lênin “ideologia” expressa o sistema de idéias de uma determinada classe, e, como indicado num trecho de *O Que Fazer?*, não há alternativa entre a ideologia burguesa e a ideologia comunista²⁵. Da mesma forma para Gramsci, a ideologia torna-se um sistema de idéias de uma determinada parte social, cuja “verdade” se resolve inteiramente na sua função de eficácia. Veja, por exemplo, o artigo *República e Proletariado em França*, de abril de 1918:

Na história uma verdade não tem muito valor em si mesma, mas pelos efeitos que ela causa, e pelos homens ou grupos de homens que a propagam. Sua eficiência é condicionada pelo modo de produção de riqueza e na concretude de pensamento dos homens. Uma ideologia se afirma ou cai no esquecimento, mas proporcionalmente ao seu valor filosófico e humano, proporcionalmente à receptividade das condições históricas do momento em que a ideologia vem concebida e difundida. (GRAMSCI, 1958, 205-206).

Uma discussão sobre a verdade que se coloca em termos exclusivamente pragmáticos, um relativismo que se encontrará incorporado na teorização da filosofia da práxis.

A este respeito, deve-se ter em consideração uma diferença fundamental detectada entre Lênin e Gramsci: Gramsci considera

cada consciência como uma ideologia parcial, como “política” na qual a “veracidade histórica” está submetida ao juízo do partido. Assim, o nosso autor leva ao extremo o princípio revolucionário leninista, ou seja, o partido. Se em Lênin o partido era um elemento profissional de agitação revolucionária, em Gramsci não é apenas a “teoria revolucionária” que constitui a política militante, mas todo o conhecimento, incluindo a ciência [...]. Em Lênin, a realidade do mundo externo, a

²⁵ “Ou ideologia burguesa ou ideologia socialista”. Não há via intermediária (pois a humanidade não criou uma “terceira” ideologia e, além disso, em uma sociedade dilacerada pelos antagonismos de classe, não poderia nunca existir uma ideologia fora ou superior às classes). Isso, portanto, porque *cada* enfraquecimento da ideologia socialista, *cada* afastamento dessa, implica necessariamente no reforço da ideologia burguesa” (LENIN, V. I. *Che fare?* cit., p. 73-74).

objetividade do conhecimento científico fazia com que fosse para além do partido um princípio ao qual este deveria seguir. Gramsci, levado à luta contra todas as formas de metafísica, chegou a um historicismo absoluto, no qual o princípio é a política, consubstanciada em um órgão contingente, o partido. Assim, a metafísica exorcizada ressurge como metafísica do contingente. (BUZZI, 1973, p. 344).

Aqui reencontramos a questão do materialismo de Lênin, por um lado, do pragmatismo de Gramsci, por outro. Trechos dos *Cadernos* indicam que o conteúdo da filosofia da práxis está relacionado à sua função de transição da sociedade liberal para a sociedade regulada. Assim, a filosofia da práxis é uma *ideologia*. No entanto, essa tende a se tornar filosofia, política, história em ato, universalidade concreta. Pragmaticamente essa se realiza²⁶.

Agora, como já dito, a pronta adesão gramsciana e o entusiasmo pela Revolução Russa são devidos ao fato de que Gramsci estava entre aqueles que acreditaram imediatamente na realidade do socialismo no Ocidente e na revolução bolchevique. Gramsci

orientou toda a sua experiência intelectual e prática para a escolha de participar daquela palingenese, e dirigir essa revolução. O que bem explica por que - após o fato - estava inteiramente imerso na busca incansável das razões para a derrota²⁷.

²⁶ “Se pode mesmo chegar a afirmar que, enquanto todo o sistema da filosofia da praxis pode se tornar ultrapassado em um mundo unificado, muitas concepções idealistas, ou ao menos alguns aspectos dessa, que são utópicas durante o reino da necessidade, poderiam se fazer “verdade” depois da passagem, etc. Não se pode falar de “Espírito” quando a sociedade é reagrupada, sem necessariamente concluir que se trata de espírito de corpo [...] mas se poderá falar quando chegar à unificação, etc.” (GRAMSCI, 1975, p. 1490). Veja-se a argumentação análoga em alguns aspectos do ensaio de Lukács *Il mutamento di funzione del materialismo storico*, em *Storia e coscienza di classe* (Obra que apresenta algumas analogias com a posição gramsciana, mas também outras importantes diferenças): “As verdades do conteúdo do materialismo histórico possuem a mesma origem da verdade da economia política clássica descrita por Marx: essas são verdades no interior de um determinado ordenamento social e da produção. Como tais, e apenas como tais, possui uma validade incondicional. Mas isto não exclui a aparência de sociedade na qual, por via das próprias estruturas sociais, valem outras categorias, outros nexos de verdade [...]. Nós devemos, antes de tudo, colocar o problema das premissas sociais da validade dos conteúdos do materialismo histórico, assim como Marx indagou suas premissas sociais e econômicas da validade da economia política clássica” (LUKÁCS, G. *Storia e coscienza di classe*, tr. it. di G. Piana. Milano: Sugar, [1923] 1967. p. 284).

²⁷ Cf. CANFORA, L. *Su Gramsci*. Roma: Danews, 2007. p. 9, 19-20. Disse assim Losurdo: “Se trata de um autor e de um dirigente político que viveram a tragédia da derrota do movimento operário e da vitória do fascismo e, por isso mesmo, foram constringidos a romper com as esperanças de rápida e definitiva palingenese revolucionária, para aprofundar, ao contrário, a análise do caráter complexo e contraditório e dos tempos longos do processo de transformação política e social [...]. Segundo Gramsci, a passagem do capitalismo à “sociedade regulada”, isto é, ao comunismo, durará provavelmente séculos” (GRAMSCI, 1975, p. 882).

É conhecido os elogios de Gramsci à Lênin nos *Cadernos* por ter compreendido, ao contrário de Trotsky, a necessidade da “guerra de posição” no Ocidente para realizar o comunismo e, porém, é importante notar que Gramsci imediatamente acrescenta que, no fundo, mesmo que Lenin não tivesse morrido, tal questão “poderia ser aprofundada apenas teoricamente, porquanto a tarefa fundamental era nacional” (GRAMSCI, 1975, p. 866). Então, como parece óbvio, Gramsci dissocia mais a sua posição daquela de Lênin, como também do modelo da revolução bolchevique para encontrar o caminho a seguir para o comunismo italiano - um longo caminho, de fato, secular, um resultado que não se vê, como o tinha sido desde a guerra e depois com o 1917, até 1920. Este é o significado da importância da dicotomia de guerra de posição/guerra de movimento nos *Cadernos*. Não que Lênin não seja mais utilizado, porém a pesquisa gramsciana agora é outra. Além disso, Gramsci desenvolve um padrão que era propriedade comum imediatamente após a Revolução Russa: a consciência da diferença entre a Rússia e o Ocidente em relação à dificuldade da revolução, as dificuldades para realizar a “ditadura do proletariado” e as dificuldades ainda maiores que seriam encontradas depois. Em *Esquerdismo: doença infantil do Comunismo*, texto de 1920 – portanto, na época do “comunismo de guerra” - destinado aos comunistas europeus, Lênin tentava transmitir a lição da revolução aos companheiros ocidentais, sem esquecer de enfatizar constantemente as diferenças que surgem a partir de um confronto entre a Rússia e o Ocidente. Isso não significa, no entanto, endossar uma linha de interpretação que faz de Gramsci um precursor da togliatiana “svolta di Salerno”. Aqui está uma das razões por que se sente a necessidade de clarificar alguns pontos historiográficos e políticos, de forma contínua. Além disso, recordava Guido Liguori em sua *incipt* de seu *Gramsci Conteso* argumentou que Gramsci foi o teatro onde se combateu parte decisiva da batalha pela hegemonia na Itália e na esquerda italiana, uma verdadeira e própria arma ideológica (LIGUORI, 1996, p. xii; 28 et seq.). É naturalmente claro que o julgamento sobre as operações de Togliatti é complexo, mas o primeiro a fazer do seu antigo companheiro de partido uma arma ideológica foi o próprio Togliatti, enquanto o pós Segunda Guerra Mundial conduzia uma crítica cerrada contra o crocianismo; de outra parte, Gramsci foi retomado para dar uma tradição histórica e intelectual a um partido de massas diverso em diferentes maneiras daquele dos anos

20 e 30. Não se pode esquecer que o lendário fundador não havia feito as experiências político-intelectuais dos anos 30, ou qualquer “svolta de Salerno”. E disse bem Liguori, não impulsionado por uma mágoa sobre Togliatti, que havia um

livro escrito por Togliatti sobre seu velho camarada durante um período de 37 anos. Sem este livro de Togliatti sobre Gramsci, escrito no papel, mas, mais ainda na prática, Gramsci, o Gramsci que o mundo inteiro hoje conhece, talvez nunca teria existido. (LIGUORI, 1996, p. 120).

No entanto, Gramsci na prisão toma um caminho diferente do de Lênin, uma estrada que, se não pode ser reduzida unicamente à “via nacional”, centra-se sobre essa, e leva a excluir a solução russa. É sobre esta nova estrada de Gramsci que insistiu Losurdo com a intenção de mostrar a novidade da teoria gramsciana da revolução em relação àquela de Marx e Lênin. Para Losurdo, até Gramsci condenar sua abordagem histórica mecanicista, sua posição seria a partir da lição de Lênin, mas, em seguida, Gramsci seria o primeiro a perceber que de revolução só se poderia falar a partir de um “reconhecimento profundo do caráter nacional” (QC, p. 866)²⁸. Losurdo revê em Marx, Engels, Lênin, Lukács²⁹, a tese ideológica do declínio da burguesia, sendo que esta seria capaz apenas de repressão, enquanto que a classe trabalhadora haveria então a iniciativa da prerrogativa social. Gramsci, ao contrário, distinguiria a “crise orgânica” - que começa em 1870-1871, ano a partir do qual, de acordo com a indicação de Lênin, começaria a era do imperialismo – daquela de “conjuntura”, das “flutuações econômicas” (1077-1078 QC, p. 1588 e 1716). Isto comportaria uma mudança de governo expansivo para um repressivo (QC, p. 821), das relações de “centralismo democrático” para formas de “centralismo burocrático” (QC, p. 1634). Mas próprio na era de “crise orgânica”, as formações capitalistas desenvolvem e reforçam o domínio e a direção de tipo hegemônico através dos aparelhos ideológicos do Estado (LOSURDO, 1997, p. 140-144).

Somado a este ponto, revisto várias vezes no discurso sobre Gramsci e Lênin, parece inevitável esclarecer a relação de Gramsci com o

²⁸ Cf. LOSURDO, D. *Antonio Gramsci dal liberalismo al «comunismo critico»*. Roma: Gamberetti, 1997. p. 140-144.

²⁹ Cf. LUKÁCS, G. *Marx e il problema della decadenza ideologica* (1938). In: Id., *Il marxismo e la critica letteraria*. Torino: Einaudi, 1964. Lukács rebate aqui o tema da burguesia post-quatrocentos como uma classe na qual ciência e cultura resultam cada vez mais em “decomposição” (ivi, p. 148-149).

pensamento de Marx. Tal confrontação dificilmente pode ser conduzida nos limites deste texto. Limitamo-nos então a reportar, na forma de documentos e em perspectiva problemática, as palavras do obreirista Tronti, com a qual iniciamos:

uma ideologia é sempre burguesa: porque é sempre um reflexo mistificado da luta de classes no terreno do capitalismo [...]. O marxismo foi concebido como “ideologia” do movimento operário. E aqui há um erro fundamental. Pois seu ponto de partida, a sua certidão de nascimento foi precisamente a destruição de toda ideologia, por meio da crítica destrutiva de todas as ideologias burguesas. Um processo de mistificação ideológica é, de fato, possível somente com base na sociedade burguesa moderna: foi e continua sendo o ponto de vista burguês sobre a sociedade burguesa [...] a classe trabalhadora não precisa de uma sua própria “ideologia”. Porque sua existência como classe, ou seja, a sua presença como uma realidade antagônica a todo o sistema capitalista, a sua organização em classe revolucionária, não a liga ao mecanismo desse desenvolvimento, tornando-a independente dele e contraposta a ele [...]. Marx não é a ideologia do movimento operário: é a sua teoria revolucionária. Teoria que nasceu como uma crítica às ideologias burguesas e que deve viver continuamente desta crítica - deve continuar a ser “a crítica implacável de tudo o que existe”. (TRONTI, [1966] 1971, p. 33-34).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. *Ambiguità di Gramsci*. Bari: Laterza, 1978.
- BEDESCHI, G. *Il piccolo Lenin. Antonio Gramsci e «L'Ordine Nuovo»*. *Nuova Storia Contemporanea*, n. 6, p. 39-52, 1998.
- BOBBIO, N. *Saggi su Gramsci*. Milano: Feltrinelli, 1990.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e lo Stato. Per una teoria materialistica della filosofia* [1975]. Roma: Editori Riuniti, 1976.
- BUZZI, A. R. *La teoria politica di Gramsci*. Firenze: La Nuova Italia, 1973.
- CANFORA, L. *Su Gramsci*. Roma: Datanews, 2007.
- FIORI, G. *Vita di Antonio Gramsci*. Bari: Laterza, [1966]1989.
- FORTICHIARI, B. *Comunismo e revisionismo in Italia. Testimonianza di un militante rivoluzionario*. Milano: Mimesis, 2006.
- GERRATANA, V. *Gramsci. Problemi di método*. Roma: Editori Riuniti, 1997.

_____. Il concetto di egemonia nell'opera di Gramsci. In: BARATA, G.; CATONE, A. (Org.). *Antonio Gramsci e il «progresso intellettuale di massa»*. Milano: Unicopli, 1995.

GRAMSCI, A. *Domenica rossa. Avanti!*, Ed. Piemontese, 5 set. 1920.

_____. *L'Ordine Nuovo. 1919-1920*. Torino: Einaudi, 1954.

_____. *Scritti giovanili. 1914-1918*. Torino: Einaudi, 1958.

_____. *Quaderni del cárcere*. Edição Crítica de V. Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.

_____. Per un rinnovamento del partito socialista. In: SPRIANO, P. (Org.). GRAMSCI, A. *Scritti politici*. Roma: Editori Riuniti, [1967] 1987a.

_____. P. Togliatti, *Democrazia operaia*. In: SPRIANO, P. (Org.). GRAMSCI, A. *Scritti politici*. Roma: Editori Riuniti, [1967] 1987b.

GRUPPI, L. Introduzione. In: LENIN, V. I. *Che fare?*. Roma: Editori Riuniti, 1968.

_____. *Il concetto di egemonia in Gramsci*. Roma: Editori Riuniti, 1972.

HOBSBAWN, E. J. Notas sobre Gramsci. In: HOBSBAWN, E. J. *I rivoluzionari*. Torino: Einaudi, 1975.

IZZO, F. Marx dagli scritti giovanili ai «Quaderni». In: DI BELLO, A. (Org.). *Marx e Gramsci. Filologia, filosofia e politica allo specchio. Atti del convegno internazionale organizzato dal Dipartimento di Filosofia e Politica dell'Università degli Studi di Napoli «L'Orientale» con il patrocinio dell'Istituto Fondazione Gramsci di Roma e dell'Associazione Italiana degli Storici delle Dottrine Politiche. Napoli, 4-5 dicembre 2008*. Napoli: Liguori, 2011.

LENIN, V. I. *Stato e rivoluzione. La dottrina marxista dello Stato e i compiti del proletariato nella rivoluzione*. Roma: Editori Riuniti, 1967a.

_____. *Opere complete*, Roma, Editori Riuniti, 1967b.

_____. Discorso sulla questione italiana, no III Congresso da IC, 28 junho de 1921. In: LENIN, V. I. *Sul movimento operaio italiano* [1962]. Roma: Editori Riuniti, 1976.

_____. *Che fare?*. Roma: Editori Riuniti, 1968.

LIGUORI, G. *Gramsci conteso. Storia di un dibattito 1922-1996*. Roma: Editori Riuniti, 1996.

LOSURDO, D. *Antonio Gramsci dal liberalismo al «comunismo critico»*. Roma: Gamberetti, 1997.

- LUKÁCS, G. *Il marxismo e la critica letteraria*. Torino: Einaudi, 1964.
- _____. *Storia e coscienza di classe*. Milano: Sugar, 1967.
- MARRAMAO, G. *Marxismo e revisionismo in Italia. Dalla «Critica Sociale» al dibattito sul leninismo*. Bari: De Donato, 1971.
- MARTELLI, M. *Etica e storia. Croce a Gramsci a confronto*. Napoli: La Città del Sole, 2001.
- MONTANARI, M. *Politica e storia. Saggi su Vico, Croce e Gramsci*. Bari: Publierre, 2007.
- SALVADORI, M. L. *Gramsci e il problema storico della democrazia*. Torino: Einaudi, 1973.
- _____. Gramsci e il PCI: due concezioni dell'egemonia. In: *Egemonia e democrazia. Gramsci e la questione comunista nel dibattito di Mondoperaio*, Nuova serie dei quaderni di «Mondoperaio» 7, 1977.
- SPRIANO, P. *L'occupazione delle fabbriche. Settembre 1920*. Torino: Einaudi, 1964.
- _____. *L'«Ordine Nuovo» e i consigli di fabbrica*. Torino: Einaudi, 1971.
- _____. *Introduzione a V.I. Lenin, Sul movimento operaio italiano [1962]*. Roma: Editori Riuniti, 1976.
- TAMBURRANO, G. *Antonio Gramsci. La vita, il pensiero, l'azione*. Manduria: Lacaita, 1963.
- TOGLIATTI, P. *Il leninismo nel pensiero e nell'azione di A. Gramsci, Studi Gramsciani*. Roma: Editori Riuniti, 1958.
- TRONTI, M. *Operai e capitale*. Torino: Einaudi, [1966]1971.

ANDERSON DEO; ANTONIO CARLOS MAZZEO &
MARCOS DEL ROIO
(ORG.)

LUKÁCS, LENIN E O CAMINHO PARA MARX: APONTAMENTOS

Anderson Deo

I

O texto que aqui apresentamos procura analisar o encontro político-filosófico do pensador marxista György Lukács com Vladimir I. Ulyanov, mais conhecido pelo seu codinome revolucionário, Nicolai Lenin. O que discutiremos são os resultados de leituras preliminares de projeto de pesquisa em desenvolvimento, cujo núcleo da análise é a possível similaridade entre os autores no que diz respeito à Teoria do Reflexo. Cabe dizer que, como forma de introdução ao debate, tais apontamentos buscam discutir e identificar o momento inicial de influência de Lenin sobre as formulações de Lukács. A hipótese por nós levantada é a de que essa aproximação se inicia no bojo das transformações alavancadas pela Revolução Russa, a partir de 1917, dando início a um processo de inflexão teórica nas formulações do filósofo húngaro, que contribuiu decisivamente para sua adesão à teoria social de Karl Marx.

Do ponto de vista biográfico, este momento coincide, portanto, com sua adesão ao marxismo, bem como, com o trânsito teórico-conceitual presente em suas publicações *História e consciência de classe* (1923), e do opúsculo *Lenin – um estudo sobre a unidade de seu pensamento* (1924). Para o presente trabalho, nos concentraremos nas formulações deste segundo texto, buscando compreender o processo de elaboração teórica (re-

produção/negação/superação) do autor, que o levaria “até Marx”. Trata-se, portanto, de debate teórico que busca apontar os núcleos constitutivos da “viragem” filosófica de Lukács, as implicações desta na posterior obra do autor, bem como em suas formulações e ações políticas.

II

A Revolução Bolchevique, em 1917, impactou decisivamente a trajetória intelectual e política de György Lukács. O entusiasmo com que o autor recebe as notícias vindas da Rússia produziu a mais importante ruptura de toda sua vida (NETTO, 1983). O ingresso nas fileiras do Partido Comunista da Hungria, no momento de sua fundação¹, ilustra com clareza o início desse processo de ruptura, que terá continuidade nos dez anos seguintes, onde o autor se dedica à intensa militância política. É nesse período que se processa nas elaborações lukacsianas um claro “acerto de contas” consigo mesmo. Trata-se da ruptura com seu passado intelectual, das “obras de juventude”, que transitaram entre o idealismo kantiano, da grande influência da sociologia compreensiva, da filosofia de Hegel, para um período de profunda absorção da obra de Karl Marx, que redundariam num vigoroso acúmulo teórico, expresso na vitalidade criativa de sua “obra madura”, constituindo-se como uma inflexão de caráter ontológico. Apontaremos a seguir, em linhas gerais, as referidas influências sobre sua obra nessa fase inicial para, em seguida, demarcar o processo de ruptura.

Se é verdade que a recusa radical dos padrões de sociabilidade do mundo burguês já estava presente na sua obra de juventude, tal crítica era permeada por um conteúdo romantizado, cuja influência teórica transitou entre as exigências morais próprias do universo kantiano e a sociologia

¹ Sob a liderança de Béla Kun, o Partido Comunista da Hungria foi fundado em 24 de novembro de 1918. O ingresso de Lukács no PC ocorreu no dia 2 de dezembro do mesmo ano. Importante ainda destacar que em 21 de março de 1919, um movimento revolucionário derrubou a monarquia e proclamou a República Húngara dos Conselhos, liderada pelo mesmo Béla Kun e pelo PC húngaro, em aliança com o Partido Social Democrata. Lukács foi nomeado Vice-Comissário do Povo para a Cultura e Educação Popular. Mesmo que com efêmera duração – a República dos Conselhos foi derrotada 133 dias depois pelas forças fascistas lideradas por Miklós Horthy, em 6 de agosto de 1919 –, a experiência de Lukács à frente do cargo equivalente a Ministro da Educação se constituiu como seu “batismo de fogo da prática política”, pois esta “deixava de ser um imperativo da consciência moral e o pensador idealista, recém convertido ao marxismo mal assimilado, estava às voltas com a tarefa de intervir na ‘árida realidade’” (FREDERICO, 1997, p. 10).

inaugurada por Toennies – o primeiro a propor a diferenciação e a oposição entre *comunidade* (a tradição) e a *sociedade* (a ordem social embasada na economia capitalista, caracterizado pela racionalidade e pela impessoalidade) (NETTO, 1983). Estes elementos teóricos delineiam as formulações da primeira grande obra de Lukács, a *História da evolução do drama moderno*, finalizada em 1908, mas que veio a público em 1911. Aqui se apresenta uma crítica apaixonada aos valores e costumes burgueses, mas que são entendidos como uma realidade inexorável (o caráter “romântico” da crítica se encontra no fato de tal recusa não transcender ao nível da essência dos fenômenos sociais).

Ainda nesse momento, que identificamos como o período de “juventude” intelectual de nosso autor, observamos o trânsito teórico entre Kant e Hegel, expresso na obra *A teoria do romance*, publicada em 1916. O contato com as elaborações hegelianas ocorreu durante sua estadia em Heidelberg, entre 1913 e 1915, e lhe fora proporcionado pelas mãos de Ernst Bloch. A visão a-histórica, própria do universo kantiano, entra em choque com as formulações de Hegel, sobretudo pela influência da dialética hegeliana, que aguça as exigências morais de Lukács, radicalmente humanista e antiburguesas (NETTO, 1983). Fundamental às suas formulações futuras, a categoria da *totalidade* é incorporada neste trabalho, absorvida a partir de suas leituras de Hegel.

Uma das características fundamentais da elaboração lukacsiana em sua obra de maturidade é a preocupação com o movimento do real/concreto. Tal preocupação – assim como em Marx² - será determinante para o filósofo húngaro, no momento em que este inicia o processo de ruptura com sua “fase idealista”. O que aqui afirmamos é que ao confrontar suas elaborações teóricas com os processos históricos – portanto, com a realidade concreta – Lukács é impactado profundamente em suas formulações, pois, de algum modo, estas não são suficientes, e não conseguem captar a dinâmica do “mundo dos homens”, na relação fundamental entre essência e aparência das coisas, dos fenômenos sociais. Talvez seja esse o

² É conhecida a passagem em que Marx faz referência à sua preocupação em tomar “parte na discussão sobre os chamados interesses materiais” (MARX, 1974, p. 134), ao referir-se à questão da lenha, envolvendo os camponeses do Vale do Moselle, sobre o parcelamento da propriedade fundiária, sobre o livre comércio e a questão aduaneira, e como estes temas o impeliram ao estudo e análise das questões econômicas (MCLELLAN, 1990, p. 67-72).

principal efeito causado pela Revolução Russa na trajetória do autor. Dito de outra maneira, os acontecimentos desencadeados a partir de outubro de 1917, impulsionam uma revisão autocrítica nas formulações de Lukács, que serão acompanhadas de uma intensa militância política e da leitura e aprofundamento da obra teórica de Marx. Segundo José Paulo Netto,

Ao longo de toda a sua vida, *esta* foi a ruptura mais decisiva sofrida por Lukács – concretizou a opção que determinaria todo o perfil da sua *obra madura*. Foi o *salto qualitativo* que o conduziu para as trincheiras do movimento operário revolucionário e lhe permitiu elaborar uma *concepção dialética* da história, da sociedade e da cultura. Mas que não significou o abandono das suas preocupações *juvenis*: estas reaparecerão intermitentemente no desenvolvimento de sua reflexão, resgatadas e tratadas sob novas luzes (1983, p. 27-28).

Como seria próprio de suas elaborações futuras, este momento se constituiu como um *processo* de ruptura, iniciado em 1918, constituído de “corte e continuidade, rompimento e conservação”. Sendo assim, tal ruptura só pode ser compreendida “mediante a categoria hegeliana da *Aufhebung*: simultaneamente preserva, nega e supera” (NETTO, 1983, p. 28).

Tais elementos já podem ser observados em seu escrito de 1918, *O bolchevismo como problema moral*. As inquietações do “jovem Lukács” identificam o proletariado como a força capaz de resolver as antinomias pela destruição da realidade capitalista. A partir de então, independente dos acertos e de possíveis equívocos presentes em suas análises, Lukács terá seu nome vinculado à história do movimento comunista.

Referimo-nos anteriormente à intensificação da leitura de Marx, elaborada por Lukács, a partir de 1918. Mas é também nesse período que o filósofo húngaro toma contato com a obra de Lenin, cuja influência será marcante em sua trajetória. O que passamos a discutir, a partir da análise sobre a obra *Lenin – um estudo sobre a unidade de seu pensamento*³, é a adesão de Lukács ao marxismo e a importância de Lenin nesse processo.

³ Os apontamentos sobre as influências iniciais de Lenin na obra lukacsiana serão por nós analisados a partir do referido opúsculo, como afirmado na introdução desta comunicação. Cabe apontar, no entanto, que tais elementos não se limitam ao livreto de 1924, pelo contrário, são elementos iniciais – com alguns problemas de ordem teórica, inclusive – que procuraremos apontar, mas que serão encontrados em vários outros textos ao longo de sua trajetória intelectual. À medida de nossas necessidades – respeitados os limites do presente texto

III

Podemos identificar uma “primeira fase marxista” das elaborações de Lukács, no interregno entre 1918 e 1925/1926. Segundo Miguel Vedda, na Apresentação da edição brasileira de *Lenin* (2012), este é um período ainda de grandes deficiências, derivadas do período “pré-marxista”, e que só seriam superadas nos textos *A nova edição das cartas de Lassale* (1925) e *Moses Hess e o problema da dialética idealista* (1926). Em linhas gerais, tais deficiências se expressavam através da defesa, por parte de Lukács, de um *rigorismo ético*, pautado na convicção da existência de um abismo insanável entre os princípios morais autênticos e a realidade empírica de então. Tais princípios diziam respeito a mais “pura moral comunista”, defendida pelo filósofo húngaro em seus primeiros estudos marxistas. Lukács constrói assim uma espécie de muralha – intransponível, diríamos – entre a ordem burguesa e a pureza ética comunista. Segundo Vedda (2012, p. 10), tal propositura, encontrada em seu primeiro trabalho de corte marxista, *Tática e ética*, de 1919, “limita-se, pois, a postular um voluntarismo não menos radical que o oportunismo economicista propulsado pelos sociais-democratas”.

Já em *Sobre a questão do parlamentarismo*, de 1920, nosso autor defende que seria necessário preservar a “pureza ética do comunismo” de todo e qualquer contato com as instituições burguesas, o que expressa, mais uma vez, um conteúdo voluntarista, de caráter ideal. Ao criticar a participação dos comunistas em instituições burguesas, expressamente o parlamento, Lukács procurava argumentar que o que deve mover a “tática comunista” é o princípio – ou conjunto de princípios – fundamental à realização do próprio comunismo. Assim, desde as primeiras linhas do referido texto, envolveu-se numa rigidez de princípios, próprio de quem busca um comportamento puro, ilibado moralmente, de acordo com os supostos fundamentos da “ética e moral comunistas”. Tais formulações trazem consigo um conteúdo marcadamente abstrato, como podemos observar na passagem a seguir:

– faremos referência a alguns destes títulos. Passamos a citar a obra com *Lenin*, em itálico, para diferenciar as referências ao líder comunista, propriamente.

Afirma-se agora, universalmente, que a questão do parlamentarismo não é uma questão de princípios, mas meramente tática. Apesar de sua indubitável veracidade, esta tese padece, no entanto, de clareza em vários aspectos. [...] Em especial, porque – como consequência da ausência de uma verdadeira epistemologia socialista – a relação entre uma questão tática e os princípios, não foi esclarecida ainda, em absoluto.

E prossegue, afirmando que

A tática significa a aplicação prática dos princípios determinados na forma teórica. A tática é, por consequência, o nexos de união entre a postulação de um fim e a realidade imediatamente dada. Encontra-se determinada, pois, a partir de duas perspectivas. Por um lado, através dos princípios e das postulações dos fins, inapelavelmente determinados pelo comunismo. Por outro, através da realidade histórica em contínua transformação. Embora se tenha dito repetidas vezes sobre a grande ductilidade da tática comunista [...], não há que se esquecer, para uma compreensão adequada dessa tese, que *a ausência de rigidez da tática comunista é a consequência direta da rigidez dos princípios do comunismo*. (LUKÁCS, 2005, p. 68-69).

O próprio Lenin fez duras críticas ao conteúdo subjetivista impresso no artigo, apresentando seus argumentos três meses depois da publicação de Lukács, no panfleto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1920). Mesmo que este escrito não seja direcionado especificamente ao texto do filósofo húngaro, a crítica elaborada por Lenin atinge o núcleo da argumentação presente em *Sobre a questão do parlamentarismo*. É o que podemos observar nas passagens a seguir, quando Lenin se dirige aos comunistas “de esquerda” alemães, argumentando sobre a necessidade de o proletariado participar dos parlamentos burgueses:

Participamos das eleições ao parlamento burguês da Rússia, à Assembleia Constituinte, em setembro-novembro de 1917. Nossa tática estava correta ou não? Se não estava, é preciso dizê-lo com clareza e demonstrá-lo; isso é indispensável para que o comunismo internacional elabore a tática correta. Se estava, é preciso tirar as conclusões que se impõem. Naturalmente, não se trata, de modo algum, de equiparar as condições da Rússia às da Europa Ocidental. Mas quando se trata em particular do significado da ideia de que “o parlamentarismo caducou politicamente”, é indispensável levar em conta com exatidão a

nossa experiência, pois sem considerar uma experiência concreta, estas ideias convertem-se muito facilmente em frases vazias.

Observamos que Lenin, fiel ao conteúdo analítico marxiano sintetizado na correta expressão da “análise concreta da realidade concreta”, busca argumentar que, mesmo com o proletariado “às portas” do Palácio de Inverso, o Partido Bolchevique participa das eleições do parlamento burguês, da Assembleia Constituinte, como forma de explicitar todos os limites daquela instituição, e a necessidade de sua superação. E conclui o argumento:

Por acaso nós, bolcheviques russos, não tínhamos, em setembro-novembro de 1917, *mais* direito que todos os comunistas do Ocidente de considerar que o parlamentarismo havia sido superado politicamente na Rússia? Tínhamos, sem dúvida, pois a questão não se baseia em se os parlamentos burgueses existem há muito ou há pouco tempo, mas sim em que medida as massas trabalhadoras estão *preparadas* (ideológica, política e praticamente) para adotar o regime soviético e dissolver (ou permitir a dissolução) do parlamento democrático-burguês. (LENIN, 2014, p. 96-97).

Como procuramos argumentar, trata-se ainda de resquícios de um *anticapitalismo romântico*, que o autor magiar trazia consigo das elaborações teóricas de sua fase anterior.

É o que se percebe, também, em *História e consciência de classe*, de 1923, quando constatamos uma série de deficiências, derivadas, em parte, da insuficiência de conhecimento da própria obra de Marx – como o próprio Lukács admitiria, em 1967 (VEDDA, 2012, p. 11). Em linhas gerais, a questão da análise da consciência de classe, sofrerá os efeitos da posição, ainda presente, fundada no rigorismo ético e na desatenção pela vida cotidiana dos homens. Observamos uma considerável abstração em tais formulações, pois Lukács promove uma oposição entre aquilo que define como crise ideológica do proletariado – que seria o equivalente a uma falsa consciência, derivada da consciência empírica e “psicológica” da classe trabalhadora – e a *consciência atribuída*, ou seja, a verdadeira, a perfeita e pura consciência de classe. Vedda assevera ainda, que é possível observar uma importante influência da sociologia de Weber sobre a categoria lukacsiana de *consciência atribuída*,

O problema é, por um lado, que os tipos ideais weberianos divergem substancialmente da metodologia de Marx, com a qual queria adaptá-los o jovem Lukács; por outro, que a consciência atribuída, como tipo ideal contraposto à realidade concreta, não faz mais do que reeditar as linhas idealistas dominantes na obra precedente. (VEDDA, 2012, p. 12).

Sendo assim, podemos concluir que não há nenhuma conexão entre a *consciência atribuída* e a vida cotidiana do proletariado, sendo que os artigos de *história e consciência de classe*, segundo Vedda, não podem oferecer nenhuma mediação concreta entre a teoria e a práxis.

Toda essa abstração em relação ao mundo real e concreto dos trabalhadores se complementa com o rigorismo ético, apontado acima, quando Lukács trata do Partido Comunista. Observamos uma concepção de partido de teor sectário, que propugna que a práxis militante deve dissolver totalmente a personalidade individual dos membros do partido, pois para se alcançar a realização do “reino da liberdade”, seria necessário suspender todas as liberdades individuais. A abstração ideal também se faz presente nessa formulação, pois postula que os revolucionários compõem uma vanguarda acima da classe, capazes de encarnar a consciência de classe autêntica. O próprio Marx já havia superado tais proposições, de forma crítica, ao postular que o partido revolucionário deveria representar os interesses do proletariado a partir de suas próprias demandas, e não o contrário, como propostas vindas “de cima” ou “de fora” do universo do trabalho⁴.

De qualquer forma, é importante afirmar que, mesmo com os problemas por nós aqui apontados – e outros que extrapolam o formato do presente texto –, problemas estes exaustivamente revistos e superados pelo próprio Lukács, no importante prefácio à edição de 1967, *História e consciência de classe* se constitui como um clássico da literatura marxista do século XX, tendo alçado as elaborações de Marx ao patamar de teoria filosófica, o que por si só, já é de tamanho significado. E no processo de adesão ao marxismo, em seus passos seguintes, Lukács já promove inflexões decisivas em suas elaborações. É o que observamos em *Lenin – um estudo sobre a unidade de seu pensamento*.

⁴ Para uma primeira aproximação da discussão da teoria do partido em Marx, veja-se, entre outros: (LÖWY, 2012) e (DEO, 2014).

Devido às modestas pretensões do presente trabalho, aqui nos limitaremos a apontar alguns aspectos que já aparecem no opúsculo de 1924 e que, mesmo que não estejam plenamente desenvolvidos – pois seriam objetos de tratamento pelo autor húngaro durante toda sua vida, alcançando formulações definitivas em sua obra de maturidade – já denotam importantes transformações em seu pensamento, mesmo quando comparado com sua obra imediatamente anterior à fase marxista. Especificamente, trataremos de três questões: da concepção de *partido*, da consequente ruptura com o *sectarismo político* e do tema da *vida cotidiana*.

IV

Como apontando anteriormente, a hipótese da qual partimos indica para o opúsculo *Lenin* como um momento inicial de decisiva “viragem” teórico-política na trajetória de Lukács. Segundo Vedda (2012), o texto nos apresenta uma leitura “*sui generis* do líder bolchevique”, na medida em que destaca uma série de aspectos que pouco se aproxima da “versão produzida pelo stalinismo”. A obra traz consigo – ou reafirma – alguns elementos de sua leitura marxista “da primeira fase” – que duraria até meados dos anos 1920 –, em parte, como forma de responder aos críticos de *História e consciência de classe*, que a caracterizaram como uma obra antagonista à teoria e à práxis leninistas. Mas mesmo quando se mantém muito próxima do universo de *História e consciência de classe*, *Lenin* apresenta algumas diferenças significativas em relação à produção teórica presente em escritos imediatamente anteriores (mesmo aqueles já identificados como de filiação marxista). Ainda segundo Vedda, algumas análises sobre as rupturas e continuidades entre *História e consciência de classe* e *Lenin*, pautaram-se num duplo equívoco: ou identificaram uma mera continuidade entre as duas obras, ou uma simples oposição radical entre ambas⁵.

Assim, seguindo o argumento de Vedda, podemos identificar que o sectarismo lukacsiano está presente principalmente nos últimos capítulos

⁵ Vedda faz referência à leitura de “Andrew Arato e Paul Breines, *El joven Lukács y los orígenes del marxismo occidental* (trad. Jorge Aguilar Mora, México, Fondo de Cultura Económica, 1986) e de Werner Jung, *Georg Lukács* (Stuttgart, Metzler, 1989)” (In: LUKÁCS, 2012, p. 16), especificamente as notas 20, 21 e 22.

de *História e consciência de classe*, sendo que em *Lenin* a ênfase sobre a disciplina revolucionária se encontra “contrabalanceada por repetidas e enfáticas exortações”, sobre a necessidade de o revolucionário – e o partido – não perderem o contato com o conjunto da classe. Dessa forma, no opúsculo de 1924, Lukács continua com a mesma posição em relação aos quadros dirigentes do partido, cuja escolha deve ser pautada no grau de consciência de classe dos indivíduos, bem como de sua dedicação incondicional à revolução, ao reafirmar a “mais rigorosa escolha dos membros do partido, em relação à clareza da consciência de classe e à dedicação incondicional à causa da revolução” (LUKÁCS, 2012, p. 54). Mas já é possível observar um elemento totalmente novo em suas formulações, cuja influência das leituras do revolucionário russo nos parecem evidentes, quando afirma que a referida clareza (consciência de classe) e dedicação às tarefas da revolução “tem de ser conjugada com a completa fusão à vida das massas que sofrem e lutam” (LUKÁCS, 2012, p. 54). E continua, dizendo que

A organização do partido do proletariado só pode ser compreendida de fato quando se conhece o contexto histórico em que ele tem de atuar. [...] Como o partido, a partir do conhecimento da totalidade da sociedade, representa o interesse de todo o proletariado (e, portanto, os interesses de todos os explorados, o futuro da humanidade), *ele tem de reunir em si todas as oposições que expressam essas tarefas postas pelo centro da sociedade considerada em sua totalidade.* (LUKÁCS, 2012, p. 54, grifos nossos).

Ao afirmar que o partido deve “reunir em si todas as oposições” nos parece claro que Lukács se distancia daquela posição esquerdista de seus textos anteriores, pois aponta à possibilidade – e necessidade – da composição de alianças políticas, diante de situações concretas colocadas pela totalidade histórica.

Ainda se referindo à relação entre o partido e as massas, aponta para uma característica fundamental que o aproxima, no nosso entendimento, das concepções de Lenin – que derivam, por sua vez, das de Marx –, ao afirmar que a consciência imediata do proletariado é condicionada e delimitada pelas condições materiais, da sua relação objetiva com a imediatez do mundo da produção e, portanto, limitada à sua condição – no máximo – econômica. O partido revolucionário tem a função de propiciar os elementos constitutivos de uma análise teórica

que a consciência imediata do proletariado, absorvido pelo cotidiano da produção, não produziria espontaneamente. Mas essa análise teórica, que elevaria a consciência da classe a outro patamar de intervenção política, não é aqui, no texto de 1924 – diferentemente dos escritos anteriores –, “descolada” ou “desconectada” da realidade concreta do próprio proletariado. Lukács aponta, inclusive, para o que poderíamos identificar como o “caráter pedagógico” da luta de classes, ao afirmar que “as massas só podem aprender agindo” e “é somente na luta que se tornam conscientes de seus interesses” (LUKÁCS, 2012, p. 54)⁶. E conclui afirmando que

O partido dirigente do proletariado só pode cumprir sua missão se, nessa luta, ele estiver sempre um passo à frente das massas em luta, a fim de lhes indicar o caminho a ser percorrido. Contudo, *sem jamais se distanciar mais do que um passo*, para se manter sempre como o líder da luta. Assim, sua clareza teórica só tem valor quando não se limita à correção geral meramente teórica da teoria, mas faz com que esta culmine na *análise concreta da situação concreta*; quando, portanto, a retidão teórica expressa apenas a direção da situação concreta. (LUKÁCS, 2012, p. 54-55, grifos nossos).

Atentemo-nos para o trecho “sem jamais se distanciar mais do que um passo”. A concepção de partido como “vanguarda do proletariado” se faz presente, mas com o cuidado de que esta vanguarda só pode estar nessa condição porque elabora a devida compreensão da “análise concreta da situação concreta” da luta de classes, desde a perspectiva do proletariado, que luta pela superação de sua condição de classe universalmente explorada e, portanto, luta pela universalização da emancipação humana. E concluí afirmando que o partido tem “de ter a clareza e a firmeza teóricas para se manter no caminho correto a despeito de todas as oscilações das massas”, ao mesmo tempo em que deve “ser elástico e receptivo o suficiente para detectar em todas exteriorizações das massas, mesmo confusas, as possibilidades revolucionárias” presentes na totalidade histórica, mesmo que as massas não sejam/estejam conscientes de tais processos (LUKÁCS, 2012, p. 55).

Também em *Lenin*, observamos as preocupações de um Lukács que passa a tratar as questões relativas à realidade material, que passa a se

⁶ Percebemos ainda, laivos de espontaneísmo.

preocupar, cada vez mais, com a questão da *vida cotidiana* dos homens⁷ e, sobretudo, com as questões sociais pertinentes ao proletariado. Não se trata aqui de propor uma leitura anacrônica da categoria “vida cotidiana” na obra de Lukács, mas de reconhecer que, ao se dedicar à compreensão do mundo real dos homens, mais especificamente, às relações materiais e espirituais do proletariado, o filósofo húngaro indica outro aspecto que caracterizaria seu momento de inflexão teórica no período: aqui precisamente, começa a superar sua conceituação anterior de vida cotidiana como sinônimo de alienação – no sentido mesmo de “falsa-consciência” – que impossibilitaria qualquer forma científica de compreensão da realidade, sobretudo ao proletariado, que estaria impossibilitado de “enxergar” para além das falsificações de sua vida imediata. Tal concepção, herdada da fase pré-marxista, começa a ser superada na medida em que o autor passa a discutir a relação entre consciência de classe do proletariado e partido revolucionário, como procuramos demonstrar anteriormente. De qualquer forma, como nos assevera Vedda, somente nos textos de 1925/1926 – apontados acima – tais questões assumem contornos precisos.

No nosso entendimento, são as preocupações do “último” Lenin⁸, quando este reflete sobre a necessidade de retomada e aprofundamento da “democracia dos conselhos operários”, diante do – já perceptível – processo de burocratização⁹, que viria a se consolidar com o período stalinista,

⁷ Como afirmamos anteriormente, muitos dos temas tratados pelo “jovem Lukács”, mesmo antes de sua inflexão ao marxismo, o acompanharam durante toda sua trajetória intelectual, alcançando formulações definitivas, com alto grau de complexidade, em suas obras de maior envergadura. A questão da *vida cotidiana* foi um desses temas, cuja formulação lukácsiana apresentou contornos definitivos em sua *Estética*, de 1963.

⁸ Alguns desses últimos escritos, em formato de cartas, em sua maioria, podem ser encontrados na coletânea: LENIN, V. I. Últimos escritos e diários das secretárias. São Paulo: Ed. José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

⁹ O discurso de Lenin na “sessão conjunta de delegados ao VIII Congresso dos Sovietes e de membros do Conselho Central dos Sindicatos da Rússia e do Conselho de Sindicatos de Moscou militantes do PC(b) da Rússia”, de dezembro de 1920, publicado com o título de *Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trotsky*, apresenta vários argumentos sobre o referido processo de burocratização, bem como aponta para os equívocos de membros do Comitê Central, sobretudo Trotsky, quando este passa a defender a incorporação dos sindicatos à máquina estatal. O trecho a seguir aponta para tais preocupações de Lenin: “Porém há mais alguma coisa. No programa de nosso Partido — documento que o autor do “O ABC do Comunismo” conhece muito bem — já assinalamos que nosso Estado é operário *com uma deformação burocrática*. Tivemos que pendurar-lhe — como diria eu? — esta lamentável etiqueta, ou coisa parecida. É esta a realidade do período de transição. Pois bem, será que diante desse tipo de Estado, que praticamente se consolidou, nada têm os sindicatos a defender? Pode-se dispensá-los na defesa dos interesses materiais e espirituais do proletariado organizado em sua totalidade? Esta seria uma opinião completamente errada do ponto de vista teórico. Isto nos levaria às regiões da abstração ou de um ideal que alcançaremos no fim de quinze ou vinte anos, embora eu não esteja seguro de que o alcançaremos precisamente neste prazo. Temos diante de nós uma realidade que conhecemos bem, se não perdemos a cabeça, se não nos deixamos levar por especulações pretensamente intelectuais, ou por raciocínios abstratos, ou por

que passaram a orientar as formulações do filósofo húngaro. Toda essa nova formulação está permeada pelo pressuposto leniniano – e também marxiano – da “análise concreta da situação concreta”. Tal preocupação com a democracia dos conselhos seria objeto de análise de Lukács em vários de seus escritos posteriores, alcançando uma formulação madura em texto de 1968, intitulado *O processo de democratização* (2008), quando o autor defende o princípio da “democracia da vida cotidiana”, onde a autogestão democrática deveria estender-se aos níveis mais simples das relações humanas, como forma de resposta à crise política pela qual passavam as experiências socialistas, crise esta aberta pela divulgação dos “Processos de Moscou”, após a morte de Stálin, em 1953. Ao discutir os possíveis avanços promovidos pela socialização da produção, introduzidas pelo socialismo, Lukács afirma:

[...] a novidade determinante está no modo pelo qual este trabalho excedente é capaz, no plano econômico objetivo e no *plano da subjetividade humana*, de transformar a vida dos homens tanto externa quanto internamente. Para repetir o que já disse: a chamada humanização das condições de trabalho, que ocorre também no atual capitalismo, é o meio através do qual os homens são adaptados aos modos de trabalhar existentes (ou a serem criados), capazes de intensificar a exploração ou de torná-la mais “suave”. No caso da passagem do socialismo ao comunismo, ao contrário, trata-se de adaptar o modo de trabalhar à essência adequada do homem, à sua dignidade, à sua capacidade de realização enquanto homem.

E avança, no sentido de demonstrar como novas relações de produção deveriam – ou poderiam – dar origem a novas formas de sociabilidade:

Estamos diante, portanto, de uma reestruturação do processo econômico enquanto tal, mas com finalidades – a serem materialmente realizadas – que já não são mais, em sua essência, meras categorias econômicas. [...] Estes resultados, para serem exequíveis na prática, devem evidentemente estar de acordo com as exigências da produção, mas não podem decorrer diretamente dela. Como Lenin costumava dizer, eles devem ser trazidos de fora da produção imediata. E é precisamente esta a função específica da democracia socialista. Esta particular função

alguma coisa que às vezes parece “teoria”, mas que na realidade é um erro, uma falsa apreciação das particularidades do período de transição. Nosso Estado de hoje é tal que o proletariado organizado em sua totalidade deve defender-se, e nós devemos utilizar estas organizações operárias para defender os operários em face de seu Estado e para que os operários defendam nosso Estado. Uma e outra defesa são realizadas através de uma combinação original de nossas medidas estatais e de nosso acordo e “entrelaçamento” com nossos sindicatos.” Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1920/12/30.htm>. Acesso em: 1 jul. 2015.

social determina o caráter desta democracia, ou seja, suas diferenças específicas com relação a todas as democracias próprias de formações sociais anteriores, baseadas na propriedade privada, na exploração e na alienação, particularmente com relação à democracia existente no capitalismo. (LUKÁCS, 2008, p. 183-184).

Observamos, assim, que a preocupação com a vida cotidiana expressa uma posição fundamentada em convicções éticas e políticas, diante das possibilidades e expectativas abertas no período pós-stalinismo, pois o debate que Lukács entabula em *O processo de democratização*, recoloca, em um novo momento e patamar históricos, aquela que foi uma das questões fundamentais da obra leniniana: “que fazer?”. A resposta oferecida pelo revolucionário magiar no texto de 1968 nos parece clara: aprofundar a revolução socialista, ampliando e aprofundando o processo de democratização em todos os sentidos das relações sociais, até que se alcancem os mais elementares laços de sociabilidade da vida cotidiana.

V

Para fins de conclusão, mas sem nenhuma pretensão de superação – sequer de originalidade – ou de esgotamento da discussão, apontaremos uma última nota sobre o *Lenin*, de Lukács.

Podemos observar a ênfase que passa a ser dada pelo filósofo húngaro à análise da realidade concreta, em várias passagens de *Lenin*. Destacamos aqui um trecho onde este aponta para os vínculos fundamentais entre Lenin e Marx:

Mas a superioridade de Lenin [...] não pode ser esgotada com bordões do tipo “genialidade política” ou “aguçado olhar prático” etc. Trata-se antes de uma *superioridade puramente teórica* na avaliação do *processo geral*. Não há uma única decisão prática em sua vida que não tenha sido consequência material e lógica de sua imaginação teórica. E que a máxima fundamental dessa imaginação seria a exigência da análise concreta da situação concreta só desloca a questão para o terreno da *realpolitik* aos olhos daqueles que não pensam dialeticamente. *Para os marxistas, a análise concreta da situação concreta* não constitui nenhuma oposição à teoria “pura”, mas, ao contrário, o *ponto culminante da autêntica teoria*,

o ponto em que a teoria é verdadeiramente realizada e, por essa razão, transforma-se em práxis. (LUKÁCS, 2012, p. 62).

Parece-nos claro, a partir do trecho citado, que a leitura da obra de Lenin já havia produzido importantes alterações nas formulações de Lukács, sobretudo quando identificamos as análises pertinentes à relação entre teoria e práxis, que além de serem aprofundadas pelo revolucionário russo – que a levou às últimas consequências – possuem sua fundamentação nas *Teses ad Feuerbach*, quando Marx discute a temática. E a análise lukacsiana, já desse momento, capta de forma explícita o caráter essencialmente revolucionário da obra de Lenin. Ao se debruçar sobre a temática do imperialismo, a partir das elaborações leninianas, Lukács compreende que o líder da Revolução Bolchevique reproduziu, *mutatis mutandis*, o fundamento teórico-prático d’*O capital*, de Marx, qual seja: a compreensão do modo de produção capitalista, em seu momento de maior desenvolvimento, seus nexos fundantes, as contradições que o mesmo origina e desenvolve, as forças sociais que nele operam, ou seja, a totalidade histórica de seu tempo. Ainda, uma análise que aponta para a “Crítica da economia política” e, portanto, para sua necessária superação. Assim, segundo Lukács, também procederá Lenin, ao analisar o capitalismo em sua fase imperialista:

A superioridade de Lenin consiste – e esta é uma proeza teórica sem igual – em sua articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas do presente, transformando a economia da nova fase num fio condutor para todas as ações concretas na conjuntura que se configurava então. (LUKÁCS, 2012, p. 61, grifos do autor).

A argumentação aponta para o fato de Lenin – assim como Marx, em seu tempo – ter produzido uma análise da totalidade visceralmente articulada ao projeto de transformação da mesma, reproduzindo com profunda fidelidade os fundamentos marxianos que apontam para o fato de que “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. (MARX, 2007, p. 535). É o que podemos observar na passagem a seguir:

A teoria do imperialismo de Lenin é menos uma teoria a respeito de seu surgimento economicamente necessário e de seus limites econômicos –

como a de Rosa Luxemburgo – do que uma teoria das forças concretas de classe que o imperialismo desencadeia e que atuam em seu interior; é a teoria da situação mundial concreta provocada pelo imperialismo. Quando Lenin investiga a essência do capitalismo monopolista, o que lhe interessa é fundamentalmente essa situação concreta mundial e a divisão de classe que daí surge [...] (LUKÁCS, 2012, p. 63).

A partir de tais observações analíticas, parece-nos claro que o contato com a obra de Lenin produziu efeitos importantes e decisivos nas concepções de Lukács já nos escritos de 1924 – mesmo que, como procuramos demonstrar, laivos de um idealismo da fase anterior ainda se faziam presentes. De qualquer modo, como dito nas linhas iniciais do presente escrito, no “caráter processual” da formação e da formulação teórica de nosso autor, as leituras e interpretações da obra leniniana presentes em *Lenin – um estudo sobre a unidade de seu pensamento* indicam importante momento desse processo, sobretudo, porque representa o início de rupturas e inflexões que incorporariam seus contornos finais nos anos seguintes, apontando para uma verdadeira inflexão ontológica em suas formulações¹⁰.

Assim, como procuramos indicar no título do presente trabalho, a reflexão e a adesão à obra de Lenin, foi fundamental na trajetória que levaria Lukács até Marx.

REFERÊNCIAS

- DEO, A. Alguns apontamentos sobre a concepção de partido em Marx – 1943 a 1948. In: DEL ROIO, M. T. *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Oficina Universitária, 2014.
- FREDERICO, C. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997.
- LENIN, V. I. *Últimos escritos e diário das secretárias*. São Paulo: Ed. José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

¹⁰ Foge aos propósitos da presente comunicação, a discussão sobre o momento da viragem ontológica nas formulações de Lukács. Apenas à título de uma primeira indicação, apontamos para a importante contribuição de Guido Oldrini, quando este demarca os anos de estadia em Moscou, precisamente entre 1930-31, como sendo cruciais à superação dos “resquícios hegelianos” que até então estariam presentes na obra de Lukács. Tal superação derivaria do contato e das leituras dos “escritos marxianos de juventude e dos *Cadernos filosóficos* de Lenin”. OLDRINI, G. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. (Org.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

_____. *Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trotsky*. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1920/12/30.htm>. Acesso em: 1 jul. 2015.

LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. *Historia y consciencia de classe*. Barcelona: Ediciones Orbis, 1985.

_____. *Tactica y etica*. Escritos tempranos (1919-1929). Tradução Miguel Vedda. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 2005.

_____. O processo de democratização. In: COUTINHO, C. N.; NETTO, J. P. (Org.). *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

_____. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. Para a crítica da economia política – Prefácio. In: _____. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCLELLAN, D. *Karl Marx: vida e pensamento*. Petrópoles: Vozes, 1990.

NETTO, J. P. *Georg Lukács: o guerreiro sem repouso*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

OLDRINI, G. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

VEDDA, Miguel. Apresentação. In: LUKÁCS, G. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 7-25.

ANDERSON DEO; ANTONIO CARLOS MAZZEO &
MARCOS DEL ROIO
(ORG.)

LUKÁCS INTÉRPRETE DE LENIN¹

Antonino Infranca

Pode parecer paradoxal que Lukács tenha se tornado marxista antes de se tornar leninista, ainda que sua adesão ao Partido Comunista Húngaro tenha ocorrido em dezembro de 1918, ou seja, pouco mais de um ano após a Revolução de Outubro. Se compararmos a adesão ao leninismo de Lukács com a de outro grande e reconhecido pensador marxista, Gramsci, podemos ver que o italiano tenha reconhecido na ação política de Lenin, de imediato, ou seja, logo após as Teses de Abril, uma novidade absoluta em relação à reflexão política marxista da época. Lukács, por sua vez, participa antes da experiência revolucionária da República dos Conselhos e depois,

Somente em Viena [em 1920, isto é, após a derrota da República dos Conselhos] apresentou-se a mim a oportunidade de realmente conhecer Lenin, de interpretar com clareza cada vez maior o significado de sua fisionomia espiritual-prática-moral para mim. (LUKÁCS, 1983, p. 213).

O próprio Lukács argumenta que, com “clareza crescente” apropriou-se da “fisionomia espiritual-prática-moral” de Lenin, até transformá-

¹ Tradução: Araguaia Solange de Souza Lopes: Doutora em Letras na área de Teoria da Literatura, atua como professora de Língua e Literatura Italianas junto à UNESP-Universidade Estadual Paulista – Campus de São José do Rio Preto/SP. Desenvolve pesquisas nas áreas de Língua e Literatura Italianas e Tecnologias aplicadas ao ensino de Língua Estrangeira.

-lo em um modelo do “grande tipo humano do revolucionário socialista” (LUKÁCS, 1975, p. 51), nem jacobino nem místico: “Os revolucionários autênticos e, entre eles especialmente Lenin, distinguem-se desta utopia pequeno-burguesa pela ausência de ilusões.”² “Nenhum dirigente comunista húngaro, ainda que tenha vivido na Rússia durante os meses da revolução, ou que tenha convivido pessoalmente com Lenin, de acordo com Lukács, tinha entendido este aspecto”³.

O primeiro contato entre Lukács e Lenin foi a crítica que o líder bolchevique expressou sobre o artigo do húngaro “A questão do parlamentarismo” (1920). Lukács postulava que os comunistas não deveriam participar das eleições parlamentares e dos trabalhos parlamentares, porque “empenhar-se na atividade parlamentar comporta, assim, para cada partido comunista *a consciência e a admissão de que a revolução é impensável à curto prazo*” (LUKÁCS, 1972b, p. 76). Ao invés da ação parlamentar, Lukács preferia

as explosões revolucionárias [que] são ações de massa espontânea, nas quais ao partido cabe a tarefa de tornar consciente o objetivo, indicar a direção. Mas justamente porque o ponto de partida do conflito está no parlamento, a espontaneidade das massas corre um sério perigo. (LUKÁCS, 1972b, p. 80).

Portanto, Lukács mostrava-se propenso à espontaneidade da ação revolucionária e reconhecia a debilidade do proletariado para tomar parte de uma ação política legal junto à burguesia, sustentando teses de matriz filo-luxemburguiana. Tratava-se de uma confissão da incapacidade política de uma classe que, caso vitoriosa na revolução, se candidatava a governar a

² LUKÁCS, G. “La missione morale del partito comunista» (24 aprile 1920), In: _____. *Scritti politici giovanili 1919-1928*. Tr. it. P. Manganaro e N. Merker. Bari: Laterza, 1972a. p. 95 [Ressalta-se que na nota do tradutor às páginas XLIII-XLIV não há informações bibliográficas deste artigo, ainda que tenha sido incluído na coletânea].

³ “Na minha opinião, para Béla Kun o verdadeiro teórico da ditadura naquele tempo era Bukharin e, portanto, trouxemos muito pouco da elaboração teórica de Lenin. Os textos traduzidos eram pouco numerosos, e, se no partido húngaro foi possível falar mais tarde de tradições leninistas, isso deveu-se à emigração. Naturalmente, todos viam Lenin como o grande líder da revolução, mas de seus escritos, por exemplo, eu tinha lido apenas alguns artigos de *Estado e revolução*. Nas questões teóricas nos encontrávamos assim, entregues a nós mesmos” (LUKÁCS, G. *Cultura e Repubblica dei consigli*. In: _____. *Cultura e potere*. Editado por C. Benedetti. Roma: Editori Riuniti, 1974a. p. 107. Igualmente se repete em “Lenin e il contenuto attuale del concetto di rivoluzione” in G. L., *Luomo e la rivoluzione*, cit., p. 50). Ressalte-se que no início após a Revolução de Outubro, Gramsci também pensava que o líder revolucionário mais eminente fosse Chernov e não Lenin (cf. GRAMSCI, A. “I massimalisti russi” e “Kerensky-Cernof”. In: _____. *La città futura*. Editado por S. Caprioglio. Torino: Einaudi, 1984, respectivamente p. 265-267 e 358-360).

sociedade civil na sua totalidade. Lukács recai em expectativas messiânicas: “Dado que o parlamentarismo é uma tática de defesa do proletariado, é preciso preparar esta defesa de modo que a iniciativa tática caiba sempre ao proletariado, e que os ataques da burguesia tornem-se fatais a ela própria” (LUKÁCS, 1972b, p. 78), sem explicar como seja possível sair dessa posição defensiva para uma mais ofensiva, admitindo, assim, que a ação revolucionária só nasce espontaneamente no proletariado.

A crítica de Lenin foi áspera e drástica:

O artigo de G.L. é muito de esquerda e muito ruim. O marxismo ali exposto é puramente verbal; a distinção entre a tática “defensiva” e a “ofensiva” é artificial; carece de uma análise concreta de situações históricas bem determinadas; as coisas essenciais (a necessidade de conquistar e de aprender a conquistar todos os campos de atividades e organizações em que a burguesia exerce a sua influência sobre as massas, etc.) não são levadas em consideração. (LENIN, 1967, p. 134).

Decorridos quarenta anos, Lukács retorna ao episódio e reconhece a pobreza de seus argumentos frente a riqueza daqueles de Lenin:

Lenin propôs fazer uma distinção entre as instituições ultrapassadas no sentido histórico universal e instituições ultrapassadas em um sentido histórico contingente. Mesmo o parlamentarismo burguês, por sua vez, pode ser reforçado e melhorado. E, pelo menos em parte, manterá sua natureza dentro do sistema capitalista⁴ (mas será sempre uma arma na luta política do proletariado).

Para amenizar a dura crítica de Lenin, Lukács recorda que Bela Kun era o verdadeiro alvo do ataque de Lenin e na ocasião as posições de

⁴ O parentese é nosso. LUKÁCS, G. I compiti della sinistra nella società occidentale. In: _____. *Cultura e potere*, cit., p. 162. Ainda sobre o espontaneísmo, Lukács abandonou rapidamente as suas posições filo-luxemburguiana e se afastou de Rosa Luxemburg: “Hoje é possível afirmar tranquilamente, sem a mínima irreverência para com a memória de Rosa Luxemburg, que a sua oposição a Lenin em 1904, estava baseada na mais completa incompreensão das suas propostas; e que naquela época também Rosa Luxemburg tinha diante dos olhos somente a velha estrutura do partido, e vendo nela – e com razão no que diz respeito à Europa Central e Ocidental — um elemento de freio da revolução, e fazendo assim um apelo próprio a espontaneidade das massas como o elemento portador da revolução” (LUKÁCS, G. Problemi dell’iniziativa rivoluzionaria. In: _____. *Scritti politici giovanili 1919-1928*, cit., p. 159-160).

Lukács e Bela Kun eram idênticas quanto à questão do parlamentarismo, sendo que Lenin não tinha uma boa opinião de Bela Kun⁵.

A primeira obra de Lenin que exerceu influência sobre Lukács foi *Estado e Revolução*⁶. O produto daquele estudo mais aprofundado das obras de Lenin foi o “livrinho” *Lenin. Teoria e práxis na personalidade de um revolucionário*, que só por este fato, representou uma verdadeira superação da obra marxista mais célebre de Lukács, ou seja, *História e consciência de classe*.⁷ Neste livro, Lukács pretendia

sobretudo reproduzir não o sistema objetivo, teórico, de Lenin, mas as forças motrizes, tanto objetivas quanto subjetivas, que haviam permitido essa sistematização, a sua encarnação na pessoa e nos atos de Lenin, sem nem mesmo tentar explicar completa e pormenorizadamente essa unidade dinâmica na sua vida, na sua obra. (LUKÁCS, 1970, p. 113).

O grande mérito de Lenin é ter vislumbrado a atualidade da revolução melhor do que outros líderes bolcheviques e com isso realizou a teoria marxista. Nessa previsão, Lenin orientou-se pela sua teoria da astúcia da revolução e de que o homem político deve ser capaz de lançar mão dessa astúcia e pensar que “a atualidade da revolução significa, assim, que cada problema atual em sua singularidade deve ser considerado em relação à totalidade histórico-social e visto como um momento da emancipação do proletariado” (LUKÁCS, 1975, p. 15). Aqui aparece o tema da totalidade, um dos temas centrais de *História e consciência de classe*, e Lukács vê em Lenin o modelo de político que é capaz de captar o sentido da totalidade social e, assim, coloca suas próprias teorias na vanguarda da ação revolucio-

⁵ “Apenas em um caso, quando na revista *Kommunismus* de Viena eu tinha me pronunciado contra a participação dos comunistas no parlamento, Lenin mencionou em um artigo – que, observe-se, era dirigido sobretudo contra Béla Kun - o fato de que eu tinha escrito sobre o assunto um artigo muito radical e anti-marxista. Esta opinião de Lenin foi extremamente instrutiva para mim. O parlamentarismo visto no contexto da história mundial, é uma etapa superada: isso não significava porém que o atraso do desenvolvimento histórico permitisse ignorar a tática do parlamentarismo. Para mim, esta foi uma grande lição.” (LUKÁCS, G. “Su Lenin e il contenuto attuale del concetto di rivoluzione”, cit., p. 48). Sobre a antipatia de Lenin por Bela Kun, cf. LUKÁCS, G. *Pensiero vissuto*, cit., p. 100.

⁶ “Confesso que também compreendi somente mais tarde o poderoso significado teórico desta obra [*Estado e revolução*]. Os verdadeiros anos de aprendizagem obrigatória começaram com a ditadura [do proletariado na Hungria] e depois o seu colapso”. (LUKÁCS, G. *Pensiero vissuto*, cit., p. 69)

⁷ “[O] retrato intelectual de Lenin representa um progresso em relação a *História e consciência de classe* na medida em que ao voltar a atenção sobre este grande modelo ajudou-me a compreender o conceito de práxis segundo uma conexão mais autêntica, ontológica e dialética, com a teoria.” (LUKÁCS, G. “Prefazione del 1967” a *Storia e coscienza di classe*. Tr. it. G. Piana. Milano: Sugar, 1978. p. xxxv-xxxvi).

nária, ultrapassando todas as outras que não conseguem captar esse sentido de totalidade. Consequência dessa capacidade de previsão da atualidade da revolução é a organização do partido, que deve reunir as próprias energias precisamente na realização da ação revolucionária. Lukács adere à organização bolchevique e também ao sectarismo revolucionário, exatamente por causa da iminência da revolução.

Já no opúsculo escrito na juventude, Lukács reconhece em Lenin a capacidade de interpretar dialeticamente o fator humano no cerne da organização revolucionária do Partido Comunista. Exige-se do partido um alto grau de consciência de classe, embora este seja sempre determinado pelo ser social⁸. É reconhecida também a superioridade da teoria do imperialismo de Lenin em relação à de Rosa Luxemburg, e que consiste no fato que ele consegue coligar a teoria com a análise concreta da situação histórica que lhe é contemporânea e a complexidade do processo de realização do imperialismo. Ao mesmo tempo, porém, Lenin entreve a possibilidade concreta e prática de um movimento de emancipação dos povos submetidos à dominação imperialista e, nesse sentido, sua teoria foi imediatamente prática e representou um momento de superação da teoria do próprio Marx. É certo que, mais de quarenta anos depois, e após a Segunda Guerra Mundial, Lukács reconhecerá que a teoria do imperialismo de Lenin não era eterna e que, mesmo depois do conflito mundial, o imperialismo crescia e isso não comportava o perigo de um conflito com a União Soviética.

Mesmo na teoria do Estado, Lenin soube continuar o trabalho teórico de Marx e Engels. Além de analisar a estrutura do Estado burguês, Lenin fez do Estado uma arma nas mãos do proletariado para combater a burguesia, que apesar de derrotada pela Revolução de Outubro, permanece a classe mais poderosa. Em Lenin revela-se uma Realpolitik, ou seja, uma análise realizada segundo o método do materialismo dialético de Marx e a intuição, que elimina qualquer utopismo, de todas as tendências presentes na sociedade. Assim, o “comunismo de guerra”, medida provisória, mas inevitável, uma medida a ser adotada em *estado de emergência*,

⁸ Mesmo em suas últimas formulações voltará a este tema da maturidade da consciência de classe, explicitando que Lenin “concordando plenamente com Marx, identifica uma verdadeira luta de classes, uma genuína consciência de classe proletária, só onde venha à luz conscientemente a prioridade do político. Por isso pede que ao lado da organização dos operários haja uma organização de revolucionários” (LUKÁCS, G. *Ontologia dell'essere sociale*, parte II, cap. III: “Il momento ideale e l'ideologia”, § 3, tr. it. A. Scarponi. Roma: Editori Riuniti, 1982. p. 502).

não era considerada por Lenin uma forma de socialismo (LUKÁCS, 1968, p. 22-23), ainda que tal medida econômico-política fosse tomada com o único propósito de construir o socialismo, como de fato aconteceu. Ele considerava socialista toda medida econômica que permitisse ao proletariado dominar o instrumento de produção mais avançado, a indústria pesada. Naturalmente favorecer a indústria pesada não significava abandonar a produção agrícola que foi incrementada pela NEP, que por sua vez não era a continuação do “comunismo de guerra”, mas exatamente o seu contrário.

Lenin não foi um político realista, no sentido de astuto, mas realista no sentido de que soube captar e compreender as tendências sociais que podiam facilitar e apoiar a luta do proletariado. O compromisso também se estabelece ao fazer alianças com outras classes sociais na luta contra a burguesia, porque se o proletariado não pode escolher as condições para começar a luta com a burguesia, pode ao menos escolher seus aliados nesta luta. “Para Lenin, ao contrário, o compromisso provém diretamente e logicamente da atualidade da revolução, se essa revolução, em cada país assim como no mundo todo, pode eclodir de um momento para o outro, sem que, no entanto, esse momento possa ser exatamente pré-determinado” (LUKÁCS, 1975, p. 100). Compromisso, para Lenin, é também contrair a análise concreta das situações concretas no processo histórico atual: “A justa unificação dialética do geral e do particular, a individuação do geral (da tendência fundamental e geral da história) no particular (na situação concreta), a consequente concretização da teoria é, portanto, a ideia fundamental desta teoria do compromisso” (LUKÁCS, 1975, p. 102). Portanto, para Lukács, Lenin nunca definiu as leis gerais do processo revolucionário e, antecipando a crítica à Stalin de trinta anos depois, Lukács chama de “leninismo vulgar” qualquer pretensão de encontrar no pensamento do revolucionário russo, regras gerais, como por exemplo, a economia planejada, que Lenin jamais considerou uma medida típica da economia socialista⁹.

Todo problema na construção do socialismo deve ser enfrentado dentro do partido, que representa não apenas o sujeito revolucionário prático, mas também teórico. Por esta razão, as discussões, os confrontos, as dissensões são extremamente úteis e fecundas para a análise e a busca de

⁹ Cf. LUKÁCS, G. *La democrazia della vita quotidiana*. Tr. it. A. Scarponi. Roma: Manifestolibri, 2013. p. 62. Trata-se da segunda edição italiana do famoso ensaio sobre a *Demokratisierung*.

soluções para as questões postas pela construção do socialismo. Então, em última análise, Lukács encontra em Lenin o melhor uso, ou melhor, um novo uso, do método materialista e dialético do marxismo, pelo qual traz do estudo da coerência do seu pensamento uma lição: “Se a atual tarefa dos comunistas é seguir adiante no sentido do leninismo, esse prosseguimento pode frutificar somente se houver um esforço de referir-se a Lenin, do mesmo modo pelo qual Lenin se referiu a Marx.” (LUKÁCS, 1975, p. 109). O modelo leniniano é aquele do procedimento tradicional do marxismo: descobrir no universal o particular, entrever o novo no velho, compreender a unidade dialética dos contrários.

Lukács, em 1933, fala de um seu terceiro momento de aproximação com Marx sob a influência de Lenin, influência iniciada justamente durante o período de exílio em Viena¹⁰. Em 1934, no brilhante ensaio “Arte e verdade objetiva”, é possível perceber os primeiros sinais de uma leitura mais profunda dos ensaios do Lenin pré-Outubro, do Lenin de *Materialismo e empiriocriticismo*, do Lenin filósofo mais do que do revolucionário e político. Acredito que se possa falar de um terceiro momento: depois das primeiras aproximações dos anos anteriores à morte de Lenin e o sucessivo período do “livrinho” *post-mortem*; este terceiro período é o da influência de Lenin sobre o materialismo de Lukács, que, de fato exprime-o com um jogo de palavras, ou melhor, de sinais gráficos, em *Existencialismo ou marxismo?* que é de 1947:

A ideologia dos autores do *Manifesto Comunista* é um materialismo *dialético e histórico*, enquanto que na época em que se situa a atividade de Lenin, o centro de gravidade do problema se desloca: a evolução do pensamento agora está centrada em um *materialismo* dialético e histórico¹¹.

Lukács com este jogo gráfico quer indicar que o problema do materialismo é mais central na teoria de Lenin do que em Marx e Engels, enquanto que para os fundadores do marxismo prevalecia o problema da interpretação materialista da história e do método dialético. Não que em

¹⁰ Cf. LUKÁCS, G. La mia via al marxismo. Tr. it. U. Gimmelli. In: _____. *Marxismo e politica culturale*. Torino: Einaudi, 1977a. p. 14. Atente-se que este ensaio tem um post-scriptum de 1957, portanto depois da morte de Stalin e a Revolução de 1956 com importantes modificações de Lukács em sua opinião sobre Stalin.

¹¹ LUKÁCS, G. *Esistenzialismo o marxismo?*. Tr. it. F. M. Ausilio. Acquaviva delle fonti: Acquaviva, 1995. p. 247 [A tradução foi feita da edição francesa e não do original alemão].

Lenin o problema da dialética seja deixado de lado, pelo contrário, a dialética serve para renovar o materialismo, torná-lo uma ferramenta ainda mais poderosa de interpretação da realidade que o idealismo e o velho materialismo burgueses. Lukács usa este Lenin como modelo para confrontar com as teorias filosóficas do idealismo burguês.

Precisamente deste Lenin, Lukács retoma a teoria do reflexo, que manterá por toda a sua produção filosófica subsequente, até a morte. Primeiro, o reflexo mecânico, absoluto, rígido e subjetivo, típico da filosofia burguesa, é rejeitado por Lukács seguindo indicações precisas de Lenin em favor de um reflexo vital, sensível, capaz de compreender a transformação da realidade concreta, sobretudo da totalidade da realidade, ou seja, colocando em conexão dialética a economia e a lógica com a qual o homem reproduz em sua mente a transformação da realidade. Este processo de reprodução dialética é realizado mediante uma abstração objetiva da realidade, feita pelo sujeito cognoscente no ato de conhecer, mas mantendo nesta abstração todas as relações existentes dentro da realidade. O universal resultante deve ser entendido como uma síntese dialética, que tem uma direção - precisamente *uni-versum-*, a da transformação da realidade. O absolutismo do reflexo burguês era exatamente a abstração da direção objetiva da realidade concreta, era uma sobreposição exaltada ou mística de uma pressuposição subjetiva à realidade objetiva. Desta concepção leniniana compreende-se a condenação do jacobinismo político e das suas consequências mais brutais, como o Terror, que caracteriza o Lukács marxista, assim como contra-distingue o Lenin político.

Desta forma, penetrando profundamente na incompletude da reprodução mental da realidade, seja no reflexo imediato dos fenômenos, seja nos conceitos e nas leis (quando considerados unilateralmente, não dialeticamente, quando não são considerados no processo infinito de sua dialética ação recíproca), Lenin chega a superar materialisticamente todas as falsas impositões da gnosiologia burguesa. Toda gnosiologia burguesa, de fato, enfatizou unilateralmente a prioridade de um único modo de compreender a realidade, de *um único* órgão de sua reprodução na consciência. Lenin por sua vez apresenta concretamente o cooperar dialético no processo cognitivo. (LUKÁCS, 1977b, v. I, p. 147).

É preciso considerar que Lukács fala de superação “das falsas im-
postações da gnosiologia burguesa” não da “incompletude da reprodução
mental”, isto é, o reflexo não reproduz inteiramente a realidade objetiva,
resta sempre uma diferença entre realidade e conhecimento da mesma por
parte do homem. Continua, portanto, válida a dúvida cartesiana sobre a
capacidade cognitiva do homem.

Tem-se, no entanto, uma nova consciência: a realidade material
é mais rica do que qualquer conhecimento possível que dela tenhamos,
tanto assim que o conhecimento é um processo infinito, mas neste pro-
cesso a filosofia deve manter sua própria autonomia em relação às ciências,
ainda que delas retome os resultados das investigações. A única certeza é
que entre o reflexo e a realidade há uma dialética dos opostos e os opostos
são o ideal e o real, tal como Hegel já os tinha compreendido. Há uma
antinomia superada pela teleologia, isto é, no momento em que a ideia
por meio da práxis passa pela realidade e a transforma conforme as leis da
própria realidade. Esta estrutura, presente na *Lógica hegeliana* é a mesma
estrutura do trabalho produtivo do qual Lukács fala pela primeira vez em
Existencialismo ou marxismo?, mas que irá desenvolver de forma mais am-
pla na *Ontologia do ser social*.

Retomando a questão leniniana, se a representação, inclusive a ar-
tística, ou o pensamento, sejam mais próximos à realidade, Lukács argu-
menta que a resposta pode ser encontrada em um terceiro e mais elevado
momento comparado à representação e ao pensamento, isto é, na práxis, na
ação produtiva de uma nova realidade. A práxis começa a partir do conheci-
mento da dialética entre ideal e real, e termina na construção de uma nova
realidade, que porém será sempre diferente da realidade ideal e obedecerá
mais às leis fenomênicas da realidade material. Para esta concepção da práxis,
Lukács baseia-se na obra política de Lenin, que tinha consciência de que o
comunismo que ele estava começando a construir na União Soviética, não
era exatamente a cópia real de seu ideal político, mas sim a síntese entre a
realidade russa e a ideal que ele queria realizar, era contuso, um resultado
objetivo da ação política, onde o ideal servia como princípio orientador da

ação real: “Ele compreende, correta e profundamente, o objetivismo do materialismo dialético como objetivismo da práxis, da *partiticidade*¹².”

Para aqueles que continuam a considerar Lukács um stalinista, lembro que a contraposição entre Stalin e Lenin era feita por Lukács mesmo em anos insuspeitos, ou seja, em pleno stalinismo. Em 1934, sobre o propósito da *partiticidade* na obra de arte, Lukács escreveu:

Esta representação de uma vida que é tanto mais rica e mais claramente articulada e ordenada de quanto sejam em geral as experiências da vida humana, está estreitissimamente coligada com a função social ativa, com a eficácia da propaganda das obras de arte autênticas. Os artistas são “engenheiros das almas” (Stalin) antes de tudo porque têm a capacidade de representar a vida nessa unidade e movimento. De fato, é impossível que essa representação seja a morta e falsa objetividade de uma reprodução “imparcial”, sem tomada de posição, sem tendência, sem o apelo à atividade. Sabemos já por meio de Lenin que esta *partiticidade* não é arbitrariamente colocada no mundo exterior pelo sujeito, mas é em vez disso uma força motriz intrínseca à própria realidade, a qual é trazida à consciência e introduzida na práxis através do correto, dialético reflexo da realidade. (Ivi, p. 161).

Um leitor atento, ou melhor, um leitor que queira estar atento, percebe que, mesmo citando Stalin, Lukács o contrapõe a Lenin, que sobre a *partiticidade* argumenta exatamente o contrário de Stalin; isto é, que o que o artista deve representar é a vivacidade da vida, fazendo parte dela, enquanto que o engenheiro da alma deve construir de forma calculada, ou seja, friamente, a representação da realidade e, em seguida, sobre o subjetivismo, como mostrarei mais tarde, afirma teses opostas ao stalinismo.

A representação artística da realidade é a construção de uma nova realidade que está diante dos olhos do fruidor da obra de arte, que, conforme a intenção do artista, deveria reviver dentro da obra de arte o transformar-se da realidade representada, como se ele próprio participasse dela. A concepção da arte de Lukács marxista está totalmente impregnada do pensamento político leninista; a política entrou na fruição estética da arte, porque no fundo, a arte é construção e comunicação de uma realidade

¹² LUKÁCS, 1977b, v. I, p. 149. Em *Existencialismo ou marxismo?* Lukács também sustentará a *partiticidade* leninista nas questões gnoseológicas (cf. p. 260).

vivida, é um estar juntos em uma dimensão comum tanto ao artista quanto ao espectador, ambos fazem parte de uma totalidade:

Todavia, a tarefa do formar artístico é fazer de modo que este recorte não opere como recorte de uma totalidade, assim que para compreendê-lo e para que tenha eficácia, seria necessário o contexto com todo o seu ambiente espaço-temporal, mas ao contrário, que tenha o caráter de um todo, ou não tenha necessidade de nenhuma integração do exterior. (Ivi, p. 170).

O fruidor, portanto, ao contrário de quanto acontece na arte contemporânea, não deve completar a obra, mas ser partícipe dela, porque a obra já é uma totalidade real e objetiva, como se fosse a comunidade política a que pertence porque está inserida nela. Mas, sendo um único fruidor, ainda que confrontasse a sua interpretação com a de outros fruidores, a compreensão da obra seria sempre uma aproximação da verdade da obra, cuja verdade não pertence nem mesmo ao artista. A obra de arte é um fato em si, que representa a intenção do autor, mas que é compreendida pelos fruidores; ela é o centro da troca ideal entre o artista e os fruidores, os quais, por sua vez, podem trocar opiniões e interpretações em relação à mesma; a obra de arte forma uma comunidade, um todo, entre os seres sociais.

Até 1956 Lukács é forçado a falar sobre Lenin sempre sob o manto do stalinismo dominante, ainda que de forma dissimulada consiga contrapor Lenin a Stalin, como vimos. Depois de 1956 e, portanto, nos anos de sua velhice, seu julgamento sobre Lenin torna-se mais livre e objetivo, mais que isso, é importante notar como Lukács sinta a necessidade de estabelecer um confronto entre Lenin e Stalin para revelar mais claramente os desvios de Stalin em relação a Lenin, desvios que sobre alguns pontos teóricos são verdadeiras traições do autêntico pensamento leninista. Lukács afirmava com razão que a relação entre Lenin e Stalin é

uma questão decisiva quando se quer, de um lado, julgar corretamente em que aspectos Lenin tenha desenvolvido o marxismo e [de outro] em que aspectos Stalin tenha deformado o marxismo-leninismo. Para esclarecer a questão, seria necessário naturalmente estudar

com cuidado as obras de Lenin, sobretudo no período de 1917 até sua morte, e evidenciar o contraste com Stalin¹³.

Mas a distinção entre os dois líderes bolcheviques contribui também para o esclarecimento dos papéis opostos que os dois desempenharam no que diz respeito ao desenvolvimento da revolução bolchevique, e também para a defesa da obra de Lenin frente à crítica da historiografia burguesa:

O interesse da ideologia burguesa tem um peso considerável para fazer recair sobre Lenin as deformações stalinianas da democracia no socialismo. Tanto as orientações burocráticas que buscam conservar os princípios de Stalin quanto as ideologias da “guerra fria” contrárias a eles, compartilham da tendência de reconduzir o máximo possível a Lenin a teoria e a prática de Stalin. Somente uma crítica marxista da atividade de Stalin pode evidenciar a descontinuidade teórico-prática que na realidade existe entre eles. Tal crítica mostraria, inclusive no plano histórico, como Stalin justamente sobre as grandes questões estratégicas, não tenha tido de fato uma linha mais leniniana do que aquela de seus sucessivos opositores. (LUKÁCS, 2013, p. 67-68).

Falar, portanto, da influência de Lenin sobre o velho Lukács significa inevitavelmente analisar também a crítica de Lukács a Stalin. Quase sempre, quando Lukács critica Stalin, o ponto de partida é compará-lo a Lenin, e é uma escolha cautelosa, porque questiona uma fonte de legitimidade de Stalin: o fato de considerar-se o melhor herdeiro de Lenin. Lukács, no entanto, aponta que sobre as grandes questões políticas enfrentadas por Stalin, ele nunca seguiu os ensinamentos de Lenin, pelo contrário, muitas vezes tomou decisões opostas às de Lenin.

Um dos desvios é com relação ao papel dos sindicatos na União Soviética. Lenin era a favor de sindicatos independentes do Partido Comunista e do governo soviético, enquanto Trotsky queria colocá-los sob o controle do partido e do governo. Lenin afirmava a sua tese, porque a crítica, que eventualmente os sindicatos poderiam levar à política do Estado, poderia enriquecer o partido e teria desenvolvido uma obra de

¹³ LUKÁCS, G. Carta de 29 de dezembro de 1963 a W. Hoffmann. In: LUKÁCS, G.; HOFFMANN, W. *Lettere sullo stalinismo*. Editado por A. Scarponi. Gaeta: Bibliotheca, 1993a. p. 45.

controle e de contenção da ação governativa. Após a morte de Lenin e da tomada de poder por Stalin ocorre a liquidação da linha política de Trotsky; e também, na política sindical é realizada a proposta de Trotsky, exatamente para aumentar o poder de controle social do partido e do governo. Lukács comentou sobre este ponto: “Aqui, gostaria de observar que, para uma exposição correta do problema inclusive a lenda ocidental de uma oposição metodológica entre Trotsky e Stalin deveria ser destruída.”¹⁴ Em uma entrevista, declarou: “como ideólogo, apóio a necessidade de retornar à linha de Lenin. Mas isso ainda não aconteceu em nenhum país socialista” (LUKÁCS, 1974c, p. 25). Nenhum país do socialismo real, portanto, tinha colocado em prática a proposta de Lenin na política sindical, que não é um ponto secundário da sociedade socialista.

Por outro lado, para Lenin a oposição sindical não se deu apenas sobre a independência do sindicato, mas também na formação da consciência socialista. Lukács é muito preciso no uso dos termos: “Não por acaso Lenin disse, em ‘*O que fazer?*’, que no proletariado pode surgir espontaneamente apenas uma ‘consciência sindical’. A consciência socialista deve ser levada ‘de fora’ para a classe operária, e essa é a função da ideologia.” (Ivi, p. 16). “Consciência sindical” significa consciência dos próprios direitos sobre o trabalho, mas isso não quer dizer consciência do fim da luta política de classe, isto é, “a consciência do socialismo”. Os sindicatos independentes defenderiam os interesses do mundo do trabalho, eventualmente também contra o partido, portador da “consciência socialista”, no curso da edificação do socialismo. Em suma, Lenin não queria que o objetivo final se servisse dos meios com os quais poderia ser alcançado, a sua posição era antimaquivélica. De fato, no socialismo, o trabalho deveria se transformar em jogo – como algo prazeroso – e não manter a sua natureza alienante. Mas isso aconteceu em algum país do socialismo real? Lukács, portanto, aprecia em Lenin a busca de opiniões diferentes e a crítica como momentos de contribuição na fase de construção do comunismo; o sindicato deveria estimular, por um lado, e controlar, por outro, a ação do partido e não permanecer, como aconteceu com Stalin, sob o controle do partido, um mecanismo da burocratização da vida social da URSS, justamente o que Lenin sempre tentou evitar.

¹⁴ LUKÁCS, G. Lettera del 11 aprile 1964 a W. Hoffmann. In: LUKÁCS, G.; HOFFMANN, W. *Lettere sullo stalinismo*, cit., p. 53.

Lukács lembra que não só a burocracia sindical se opôs a Lenin sobre este ponto da ideologia que penetra na consciência da classe trabalhadora, mas também “a própria Rosa Luxemburg escreveu, certa vez, um artigo contra essa concepção de Lenin.”¹⁵ A concepção leninista de consciência introduzida de fora era o resultado de uma análise marxista do movimento interno à sociedade civil, ou seja, a constatação de que até mesmo alguns membros de uma classe social inimiga do proletariado poderiam militar no movimento operário, porque eles lutavam por valores éticos superiores, capazes não só de defender os próprios interesses de classe, mas também de representar os valores éticos da classe adversária, como valores autenticamente humanos, portanto, o antagonismo de classe podia ser superado em uma posição política superior: “Só assim, como Lenin reconhecia, o legado ético do desenvolvimento humano tornar-se-á praticamente atual.” (LUKÁCS, 1977c, p. 147). Naturalmente, a consciência de classe do proletariado é uma ação espontânea que surge em reação à própria posição de classe e na unidade no curso da luta de classes. A partir desta fase “embrionária” de consciência é transplantado um processo de devir da consciência, uma forma de amadurecimento da consciência política, que contudo permanece sempre ligada às aquisições espontâneas. Contrariamente, o membro da burguesia que se juntou ao movimento operário revela uma capacidade de superar essas aquisições e se encontra, paradoxalmente, mas logicamente, em um nível de consciência superior ao espontaneísmo proletário.

Com relação ao partido, a posição de Stalin era oposta à de Lenin e para Lukács a partitividade era um ponto crucial da política bolchevique. A explicação vem nas palavras do próprio Lukács. Segundo o qual a posição stalinista é

como se a partitividade significasse apenas que a arte deve ilustrar, de uma forma ou de outra, esta ou aquela resolução do partido. Na minha opinião, a partitividade é uma tomada de posição espontânea do homem e, conseqüentemente, também da arte e da cultura. [...] A partitividade é uma manifestação espontânea da vida humana, da vida e não apenas da

¹⁵ Ivi, p. 17. Em *História e consciência de classe* Lukács apresenta outro motivo para a oposição entre Lenin e Rosa Luxemburgo: “A oposição entre Lenin e Rosa Luxemburg, portanto, consistia no problema se a luta contra o oportunismo, sobre a qual concordavam tanto no nível político quanto no dos princípios, fosse uma luta espiritual a ser realizada dentro do partido revolucionário do proletariado, ou se devesse ser decidida em nível organizacional” (p. 351).

arte, como eu mesmo oriento a minha vida cotidiana através da aceitação de algumas coisas e a rejeição a outras. (LUKÁCS, 1974d, p. 102).

Para Stalin, a partiticidade era a afirmação no mundo espiritual da centralidade do partido, enquanto Lenin, e Lukács com ele, entendia por partiticidade o tomar parte, o participar espontaneamente no mundo humano, portanto espiritual, segundo a própria personalidade, o *parteggiare*¹⁶. Na verdade, a partiticidade é o campo de livre expressão da personalidade madura e opõe-se à objetividade:

o objetivismo dos estudiosos burgueses refere-se a um certo tipo de determinismo, que pode se transformar em uma apologética dos fatos considerados necessários, a partidarietà materialista investiga os acontecimentos de uma forma mais profunda e concreta, a partir de suas forças motrizes reais, é mais rigorosamente objetiva que “objetivista”, valoriza a objetividade de forma mais profunda e completa. (LUKÁCS, 1977d, p. 125).

Assim, enquanto Lenin considerava as obras de arte do ponto de vista da objetividade, valorizando Puskin ou Cernysevskij, ou seja, com o devido respeito à cultura burguesa, Stalin valorizava o general czarista Suvorov, unicamente porque ele tinha se oposto a Napoleão, permitindo a um regime brutal, como o czarismo, continuar sua dominação sobre as massas russas. É claro que a escolha de Stalin em favor de Suvorov e contra Puskin ou Cernysevskij era orgânica à sua concepção da política de dominação sobre as massas soviéticas. Para manutenção de tal domínio Stalin chegou a modificar ou censurar os textos do próprio Lenin, como lembra Lukács sobre a partiticidade da literatura:

Eram falsamente interpretadas e até mesmo falsificadas as orientações de Lenin, ou melhor, seus textos. Um exemplo particularmente explícito é o ensaio de Lenin em 1905 sobre a literatura de partido, do qual resulta uma diretriz para a orientação ideológica da literatura, embora a esposa e colaboradora de Lenin, N. Krupskaja, já na década de trinta declarasse que aquele texto não se referia de fato à literatura.¹⁷

¹⁶ Este é um outro ponto comum entre a visão política de Lukács e de Gramsci (cfr. GRAMSCI, A. “Indifferenti”, in Id., *La città futura*, cit., p. 13-15).

¹⁷ LUKÁCS, G. Carta de 11 de abril de 1964 a W. Hoffmann, em G. Lukács-W. Hoffmann, *Lettere sullo stalinismo*, cit., p. 54.

A partiticidade staliniana esconde o juízo moral, mas o grande prestígio que Lenin tinha na URSS só permitiu a Stalin instaurar o seu domínio através de um lento processo de distanciamento das massas da vida política, de liquidação da participação popular na política.

A comparação entre as escolhas artísticas de Lenin e de Stalin nos coloca frente à questão da objetividade:

Lenin, aqui, enfatiza com grande vigor o lado objetivo da partiticidade, ou melhor, exige que o estudioso do partido supere o seu adversário exatamente do lado da objetividade. Somente com Stalin tem-se que o “objetivismo” é um insulto. Nos clássicos, portanto, a posição social, a classe à qual pertence o escritor não é negada, mas conscientemente conduzida a reencontrar-se com a investigação objetiva sobre a realidade.¹⁸

Os clássicos são, portanto, leituras que não morrem, atemporais, eternos, porque descrevem objetivamente a realidade humana, *participando* do mundo a que pertenciam, são autênticos. O Stalinismo, no entanto, negava a autenticidade do indivíduo. Mas Stalin não era marxista, porque “Lenin, ao tratar da partiticidade [...], disse que o marxismo é caracterizado, por um lado, pela capacidade de representar a sociedade de forma mais objetiva que a ciência burguesa e, por outro lado, pelo fato de que através desta objetividade ele ao mesmo tempo assume uma posição.”¹⁹ O marxismo é a ciência objetiva da sociedade burguesa e assume uma posição, luta contra essa sociedade, porque é capaz de conhecê-la em sua verdadeira essência: “Lenin acredita, com razão, que a partiticidade assim expressa pode atingir um nível de objetividade ainda maior do que o puro objetivismo.” (LUKÁCS, 1982, v. II, t. II, cap. III, § 2, p. 428). A superação do mero objetivismo é no fundo a própria ação do homem político na luta política. O objetivismo era condenado pelo stalinismo, que privilegiava o subjetivismo, outra atitude psicológica tipicamente burguesa, de domínio.

¹⁸ LUKÁCS, G. Carta de 22 de agosto de 1964 a W. Hoffmann, em G. Lukács-W. Hoffmann, *Lettere sullo stalinismo*, cit., p. 60.

¹⁹ LUKÁCS, G. Il cinema e la cultura ungherese. In: _____. *Cultura e potere*, cit., p. 61. Lukács faz da partiticidade leniniana também um critério para julgamento das obras de arte: “Já em Lenin e Engels pudemos ver como a partiticidade na obra de arte seja uma parte integrante da realidade objetiva e do seu reflexo artisticamente correto e objetivo”. E então justifica a sua condenação da arte como propaganda imediata pelo fato de que esta “negligencia em sentido leniniano da partiticidade” (LUKÁCS, G. *Arte e verdade objetiva*, cit., p. 166).

Então, por que Stalin está tão longe de Lenin, de quem se intitulava o herdeiro? Neste caso Lukács também nos dá uma resposta satírica na sua drasticidade: “Cada classe revolucionária herda os defeitos e as virtudes da velha sociedade, e tudo depende da energia com que ela é capaz de eliminar os defeitos... Eis aí a enorme diferença entre Lenin e Stalin” (LUKÁCS, 1974e, p. 64). Stalin continuou a manter os defeitos da sociedade burguesa, Lenin superou-os.

Em geral, no velho Lukács é relevante também a estima sobre o homem Lenin, sobre o político especialista que podia lidar com os problemas da vida cotidiana do ponto de vista da concretude das situações vividas. O ascetismo revolucionário era muito distante do estilo de Lenin como revolucionário. Não desprezava a dedicação total à práxis revolucionária, mas não entendia essa dedicação como a única atividade cotidiana do revolucionário, nem mesmo requeria aos demais, sejam eles revolucionários ou simples cidadãos, uma participação ascética na práxis revolucionária. Cada uma devia participar segundo suas próprias capacidades e segundo as próprias necessidades, para dizer com o léxico de Marx, para compreender como desde os fundadores do marxismo, até o maior político revolucionário marxista do século XX, nunca se tenha requerido uma cega participação revolucionária *perinde ac cadaver*. A revolução requer, sem dúvida alguma, uma participação moral, uma tomada de posição, a partiticidade como mencionada acima, mas não o ascetismo, porque ela se transforma facilmente em sectarismo, que é a reação infantil às contradições que podem suscitar um processo revolucionário. O sectarismo é uma das atitudes tipicamente burguesas características da era de Stalin e que geralmente é assumido por quem está no poder contra aqueles que criticam esse poder. Lenin sempre se alinhou com a posição crítica, para aqueles que promoviam críticas, dignos de réplicas ou de consenso, era uma estratégia moral que permitia aliar-se com elementos ou facções que não eram totalmente hostis à revolução proletária, ou até mesmo para alcançar objetivos políticos que não eram genuinamente socialistas e que podiam ser implementados também na sociedade burguesa, como por exemplo a concessão de terras e a paz (LUKÁCS, 1974b, p. 170; 1982, cap. III, § 3, p. 486). Uma das suas preocupações era que a evolução da revolução fosse tão rápida a ponto de ser incompreensível para os homens que dela parti-

cipavam, ou seja, que o fator humano e subjetivo não fossem capazes de acompanhar a evolução objetiva da realidade.

Isto significa que Lenin considerava sempre presente também o fator subjetivo na ação revolucionária, isto é, os homens que participavam da ação ou que eram o alvo da ação. Lukács recorda: “Sabe-se que a definição de Lenin era de que a situação revolucionária é caracterizada pelo fato de que as classes dominantes não podem governar mais à maneira antiga, as classes oprimidas não querem mais viver à maneira antiga.” (LUKÁCS, 1975, p. 51). Lenin estava ciente de que a dialética histórica oferece as condições objetivas da transformação social, mas muitas vezes essas condições não são suficientes para que a mudança ocorra. O fator subjetivo é precisamente representado pela vontade de transformação, vontade por sua vez determinada pela consciência de que a situação concreta em que se vive não é mais tolerável. Eis porque considerava que o revolucionário deve sonhar, porque o sonho representa uma primeira representação imaginária do desejo de realizar, do que se gostaria no futuro, e que faz com que se empenhe a construir no presente. Na prática Lenin era capaz de perceber as tendências sociais e, ao mesmo tempo, os sujeitos em seu grau de maturidade para tornar factível a guinada revolucionária.

De fato, o último Lukács, do ensaio sobre democratização, indica claramente que o ideal da democracia socialista já tinha sido concebido por Lenin em *Estado e a Revolução*, isto é, antes da Revolução de Outubro, como uma tendência na existência dos seres humanos, e nela a democracia no socialismo real deveria inspirar-se:

Seu objetivo é ocupar realmente toda a vida material de todos os homens, para trazer a expressão social como um produto da atividade pessoal de cada um, desde a vida cotidiana até a questão decisiva de [qual] sociedade. Em tempos agudamente revolucionários, tal movimento de baixo para cima e de cima para baixo surge com espontaneidade explosiva. (LUKÁCS, 2013, p. 64).

A democracia é concebida por Lukács, com base em Lenin como uma práxis cotidiana, uma maneira de manifestar a própria generidade, isto é, o próprio pertencimento ao gênero humano; uma práxis que envolve as instituições a ponto de fazê-las tornarem-se uma presença na vida

cotidiana dos seres humanos, a ponto de colocá-las a serviço dos seres humanos, a ponto de fazê-las desaparecer, porque a práxis democrática tornou-as totalmente implícitas na vida cotidiana. Trata-se de fazer as instituições, ou o Estado, tornarem-se um hábito da vida cotidiana dos seres humanos, como alimentar-se, trabalhar, objetivar a própria humanidade. Em um país democraticamente maduro e evoluído o exercício dos plenos poderes políticos por parte dos cidadãos é considerado um fato completamente normal. Uma vez habituados à democracia desaparece o entusiasmo, ainda que comovente, da participação nas eleições, que se nota nos países que acabaram de sair de uma ditadura ou de uma guerra; habitua-se de tal maneira à democracia que se acaba por não participar das eleições, porque deixou de ser um fato excepcional. Em países democráticos, os cidadãos, conscientes dos próprios direitos, exercem-nos sem parar para pensar, por força do hábito, e exigem o respeito de seus direitos por parte das instituições e do Estado, e, ao mesmo tempo, é claro, respeitam os direitos dos outros e os seus próprios deveres em relação a outros cidadãos, ou ao Estado. Exercita-se a democracia como se respira, sem pensar, por força do hábito, porém esta forma de exercitar os direitos é inerente à natureza humana, mas apenas no socialismo pode-se exercitá-los livremente, sem temor. Para Lukács, Lenin tinha uma concepção positiva da natureza humana, completamente oposta àquela do fundador da ideologia burguesa, ou seja, Hobbes, mas totalmente alinhada com a concepção marxista:

É aqui que a metodologia de Lenin que o une profundamente a Marx e de maneira igualmente radical separa-o de Stalin e de seus sucessores: a ligação orgânica entre o reconhecimento da continuidade de determinadas tendências históricas e reconhecimento da sua necessidade radical de mudança de função nas passagens e subversões revolucionárias. (LUKÁCS, 2013, p. 68).

A mesma dialética entre continuidade e mudança, entre o velho e o novo, a dialética entre os tempos históricos do presente e do passado domina no método do marxismo autêntico de Marx e Lenin.

Pode-se perceber que Lenin dava grande peso ao hábito, isto é, à faculdade humana de con-formarse - ou seja, tomar forma - às situações melhores ou piores: “O hábito pode ser um elemento social de profunda transformação, mas útil ou nocivo dependendo do que se acostuma.”

(LUKÁCS, 2013, p. 123). Naturalmente Lenin preferia que a revolução melhorasse as condições de existência dos homens, porque a finalidade principal da revolução era dar dignidade ao ser humano. Lukács comenta sobre esse papel do hábito: “A dialética interna à teoria leninista do hábito possui a priori uma intenção essencial: contribuir para realizar este domínio do presente sobre o passado.” (LUKÁCS, 2013, p. 66). O presente, se é pleno de sentido para os homens que o vivem, torna-se marxianamente o ponto de perspectiva a partir do qual julgar o passado, a história. “A anatomia do homem e a chave para a anatomia do macaco”, é o lema constantemente citado por Lukács. A mudança, gerada pelo hábito, é uma mudança ontológica, portanto radical, da natureza humana. Parece-me, portanto, excessiva a crítica de Carlos Nelson Coutinho à retomada de Lenin por Lukács: Coutinho tem uma leitura redutiva de Lukács quando ele argumenta que a sua proposta política da época da maturidade se reduzia a um “retorno a Lenin” (COUTINHO, 1996, p. 156). Este retorno a Lenin era uma clara des-legitimação do stalinismo. Coutinho não levando em conta este aspecto expressa uma crítica severa demais contra Lukács e também contra Lenin, porque a grande riqueza do pensamento de Lenin, se retomada na sua totalidade, era suficiente para uma reflexão política ampla e profunda, ontológica e radical. A crítica de Coutinho é claramente condicionada por sua referência política, ou seja, a partir de Gramsci: em Lukács, Coutinho não podia encontrar o que era característico de Gramsci e vice-versa, sobretudo não encontrava em Lukács uma reflexão sobre a política institucional, isto é, que pudesse ser uma teoria comunista do Estado.

Ainda que tenha feito tanto em sua vida, Lenin sempre refletia profundamente e não pateticamente com os próprios erros e com o dos outros, porque compreendia o quão relevante fosse o fator subjetivo e humano na ação revolucionária (LUKÁCS, 1970, p. 121) e muitas vezes encontrou forte oposição a esta maneira de pensar. Mesmo dentro do grupo dirigente do partido bolchevique. O partido, de acordo com Lenin, tinha precisamente a função de dirigir a não-vontade, ou melhor, a vontade de negação, do que a situação existencial em direção à guinada revolucionária, caso contrário, é possível, também, uma guinada em sentido reacionário. No fundo Lenin estava consciente de que a revolução deve ser feita com o material humano que foi construído pelo capitalismo, porque

o socialismo não tendo ainda se realizado não construiu um tipo humano seu. Os homens são parte da situação concreta e, portanto, uma análise concreta dos homens, até mesmo do nível de miséria a que estão submetidos, se inclui entre as tarefas do partido e dos intelectuais revolucionários, como foi Lenin. Sua atitude humana o diferenciava profundamente de Stalin: Lenin sempre mantinha posições políticas separadas de suas atitudes humanas, por isso não compartilhava das posições revolucionárias de Bukharin e Trotsky, mas expressava um julgamento positivo e lisonjeiro sobre a personalidade deles, para enfatizar que o julgamento humano nunca deve invalidar o revolucionário. Esta atitude pessoal nos permite dizer que não teria utilizado medidas extremas, como a eliminação física, contra seus opositores, medida que Stalin, ao contrário, utilizou constantemente. Stalin, porém, exaltava suas habilidades negativas justamente nas situações de extremo contraste. Outro aspecto da personalidade de Lenin que Lukács enfatiza é o estóico “estar preparados” (LUKÁCS, 1970, p. 127) sempre, estar prontos para a ação, mais do que participar, mas sempre conduzidos por uma profunda consciência da situação no âmbito da qual agir.

O outro ponto fundamental de divergência entre Lenin e Stalin é quanto às relações entre tática e política da ação revolucionária; divergência altamente significativa para Lukács porque era uma consequência direta da concepção leniniana da concretude da ação revolucionária. Lenin considerava que qualquer decisão política devia partir da consciência concreta da situação concreta, dentro da qual acontece a ação revolucionária. O homem político, portanto também o revolucionário, que atua na realidade deve interagir concretamente com ela. Em seu ensaio de 1934, isto é, do incipiente consolidar-se da ditadura stalinista, Lukács indica que

a obra de arte deve operar como um todo concluído, da mesma forma que nela deve ser reconstituída de modo imediatamente sensível a concretude da realidade objetiva, isto significa dizer que nela devem ser representadas em suas inter-relações e em suas unidades todas as determinações que objetivamente tornam concreto o concreto. (LUKÁCS, 1977b, p. 170-171).

A tarefa do artista é a mesma que a do político, como é Lenin, ou seja, ser capaz de compreender a realidade concreta e resolver problemas concretos de que a realidade concreta lhe apresenta.

Naturalmente que o conhecimento concreto da situação é precedido e seguido por elaborações teóricas que contribuem para a mediação dialética entre teoria e práxis:

A sua força teórica [de Lenin] se apoia no fato de que ele considera qualquer categoria - não importa o quão abstratamente filosófica - a partir do ponto de vista da sua eficácia dentro da práxis humana e, ao mesmo tempo, faz a análise concreta da situação concreta dada ao longo do tempo, sobre a qual se baseia constantemente cada ação sua, em uma conexão orgânica e dialética com os princípios do marxismo. Assim, ele [é] um profundo pensador da práxis, um homem que converte apaixonadamente a teoria em prática, um homem cujo olhar penetrante está sempre voltado para o ponto em que a teoria penetra na práxis e práxis na teoria. (LUKÁCS, 1978, p. xxxv-xxxvi).

Stalin, porém, que pecava pela mediocridade na elaboração teórica, deixava passar como “naturais” as suas decisões, como se fossem óbvias consequências das teorias marxistas-leninistas. Lukács enfatiza a capacidade dialética de Lenin de unir teoria e prática, e frente a essa capacidade destaca-se claramente a rudeza política de Stalin, absolutamente carente de qualquer conhecimento do método dialético.

Lukács lembra que Lenin estudou cuidadosamente os grandes avanços da ciência moderna de seu tempo, sobretudo em física, mas nunca afirmou que o marxismo deveria guiar a pesquisa científica, já que Marx não havia elaborado uma teoria no campo das ciências naturais, mas no das ciências sociais.

Em Lenin podemos perceber essa dialética concreta do justo e do injusto, para a qual não existe uma regra geral para deduzir se, por exemplo, um professor universitário tenha ou não o direito de ocupar a sua cátedra. Lenin nunca considerou o marxismo uma antologia de dogmas válidos de uma vez para sempre, mas como a primeira teoria justa sobre a sociedade, teoria desenvolvida em estreita ligação com o desenvolvimento social, que, tal como se desenvolveu, pode também regredir. (LUKÁCS, 1975, p. 54).

Em Lenin, portanto, emerge a concretude da tomada da posição, nunca ideológica, nunca imposta com violência à realidade, antes ao reconhecimento da situação existente e ao respeito de outras teorias, até mesmo

contrárias às suas, tampouco exigia que suas próprias teorias fossem exatas. No campo da ciência ou da filosofia a luta ideológica, ensina Lenin, não impede de reconhecer as razões do adversário ideológico, assim Lenin criticou Hegel, mas usou-o, por sua vez, na crítica a Kant, superando todo fanatismo ou ideologismo; mesma atitude de Lukács contra Sartre e seu existencialismo.

Por todas estas razões, nos escritos de Lenin, a história da filosofia torna-se viva, vibrante e até mesmo dramática. O estilo da crítica leniniana é vivo e vigoroso e seu senso crítico acolhe cada tendência progressista, ainda que plena de contradições. O que Lenin reprova nos pensadores marxistas de seu tempo é precisamente o caráter puramente negativo de sua crítica, que ele não considera nem exaustiva nem suficientemente convincente. (LUKÁCS, 1995, p. 261).

Como citei há pouco, Lukács usa Lenin como modelo para enfrentar não só questões políticas, mas também teóricas, se não como modelo humano de revolucionário.

Ainda mais forte emerge a diferença sobre a questão da disciplina de partido: Lenin pretendeu uma disciplina muito rigorosa no período da ação política na ilegalidade e durante o “comunismo de guerra”, mas sempre com a adoção da medida corretiva do respeito à disciplina de partido, isto é, as massas deviam reconhecer como correta tal disciplina, caso contrário, ela se transformava em uma farsa; enquanto afrouxou a disciplina durante a NEP – medida política praticável, mesmo sob um regime burguês e repúdio flagrante do “comunismo de guerra” - para Stalin a disciplina partidária era um dogma inquestionável. Assim, com os aliados de classe Lenin teve um confronto frutífero, enquanto para Stalin os aliados se transformaram imediatamente em inimigos de classe a depurar. Em vez disso “depuração para Lenin significa o controle democrático dos membros do partido, isto é participação ativa dos sem-partido à depuração no partido, portanto, a concepção do partido como um delegado do povo, que é necessariamente controlado pelo próprio povo.”²⁰ Lenin era, portanto, favorável a uma democracia direta e participada, mesmo ao extremo de considerar um direito indiscutível o direito à secessão dos povos que passa-

²⁰ LUKÁCS, G. Carta de 22 de agosto de 1964 a W. Hoffmann. In: LUKÁCS, G.; HOFFMANN, W. *Lettere sullo stalinismo*, cit., p. 57.

vam a fazer parte da União Soviética. Na verdade Lukács insiste em que a ditadura do proletariado era para ele uma forma de democracia proletária.

Sobre uma decisão precisa de ordem estratégica vale a pena fazer uma pausa. Lukács sempre foi favorável à escolha de Stalin em favor da construção do socialismo em um só país, contra a escolha de Trotsky para a revolução mundial. Mas Lukács recorda que “o socialismo em um só país vem por Lenin. Stalin somente após a morte de Lenin defendeu com sucesso essa ideia contra a chamada ortodoxia marxista de Trotsky”²¹. Esta declaração assume um valor ainda maior quando se pensa que Lenin expressou esta teoria do socialismo em um só país, quando recusou ajuda militar à República Húngara dos Conselhos de 1919, da qual Lukács participou ativamente. Lenin não queria construir o socialismo em um país com uma ação de força externa, com uma espécie de ocupação militar, como aconteceu, inevitavelmente, no final da II Guerra Mundial, na Europa Oriental ocupada pelo Exército Vermelho, antes o revolucionário russo era por uma ação de apoio a um processo revolucionário suficientemente enraizado e, portanto, vitorioso, como aconteceu no Vietnã dos anos sessenta e setenta. A República Húngara dos Conselhos não dispunha de um enraizamento forte na sociedade civil húngara e por isso toda intervenção russa em apoio da República se transformaria em uma ocupação militar.

Esta falta de apoio à República Húngara dos Conselhos revela que, para Lenin, a experiência revolucionária soviética não era um modelo para outras revoluções, mas cada país deveria encontrar seu próprio caminho para o socialismo. Ao contrário, Lukács afirma claramente:

Lenin [...] viu com grande clareza que a revolução russa não correspondia ao conceito (clássico) de revolução. Marx imaginava que a revolução socialista acontecesse nos países capitalistas mais desenvolvidos, do que concluía-se que nesses países não era mais necessário um intenso desenvolvimento das forças produtivas. Assim era, ao contrário, na Rússia, razão pela qual a construção socialista recebia uma tarefa de caráter completamente novo.²²

²¹ Idem.

²² LUKÁCS, G. Carta de 11 de abril de 1964 a W. Hoffmann, citada, p. 53. Cfr. G. L. “Nuovi modelli umani”, in G. L., *Il marxismo nella coesistenza*, cit., p. 41. Sobre este tema Gramsci também havia acolhido a modificação leniniana dos cânones revolucionários de Lenin em relação a Marx (cfr. GRAMSCI, A. “La rivoluzione contro *Il capitale*”, in Id., *La città futura*, cit., p. 513-517). O parentese é nosso.

Na verdade Lenin introduziu a NEP como uma forma de relações econômicas inteiramente nova, ausente nas obras de Marx, que nunca tinha tratado em detalhes o momento da construção do socialismo. E a NEP não foi relegada somente ao econômico, simultaneamente a ela Lenin lançou uma campanha para o fim do analfabetismo. Lukacs conclui: “Acabar com o analfabetismo significa que as pessoas devem ler e adquirir através da leitura autonomia na capacidade de orientação, sem a qual não pode se realizar a democracia socialista” (LUKÁCS,1974d, p. 93).

Lukács retoma o famoso problema da construção do socialismo em um país atrasado como a Rússia de 1917, que teria permanecido atrasado, ainda que a revolução tivesse atraído para ela a atenção do mundo inteiro, e reconhece a habilidade de Lenin de não ficar preso às teorias marxistas, segundo as quais a revolução aconteceria em um país capitalista desenvolvido, portanto Lukács, ao contrário do stalinismo, vê uma diferença entre Marx e Lenin, ou melhor, Lenin supera Marx. De fato, Lenin sempre considerou a Revolução de Outubro como um evento excepcional, não previsível por Marx, mas, nem mesmo pelo próprio Lenin, apenas alguns meses antes de fevereiro de 1917. Lenin superou até mesmo as concepções dos partidos russos mais importantes na época, o menchevique e o socialista-revolucionário, concedendo terras aos camponeses e promovendo a paz, medidas políticas que eles também poderiam ter posto em prática.

Comparado àqueles partidos, Lenin, uma vez retornado à Rússia, foi capaz de entrever e intuir que a revolução socialista era iminente, já estava em andamento, era preciso apenas facilitá-la com a participação do partido no movimento revolucionário. Isso mostra o quanto a teoria de Lenin era ao mesmo tempo precisa e flexível, em uma palavra dialética, anti-dogmática, não-esquemática, aberta a qualquer transformação possível, desde que não questionasse os fundamentos da teoria marxista. Com base nisso, Lukács pode afirmar: “Lenin foi a última grande figura de um desenvolvimento possível tempos atrás, e em seguida sempre mais impossível” (LUKÁCS,1974d, p. 65). Mas Lenin continua a ser o modelo de uma figura de intelectual prático, tanto que “poder-se-ia afirmar, sem exagero, que na pessoa e na obra de Lenin, a última e conclusiva tese de Marx sobre Feuerbach foi corporificada: até então os filósofos apenas interpretaram o mundo, trata-se, no entanto, de transformá-lo” (LUKÁCS,1970, p. 117-118).

A bússola que orienta a ação de Lenin é, de acordo com Lukács, o uso autêntico do marxismo, ou seja, a capacidade de utilizar à risca os ensinamentos de Marx e, ao mesmo tempo, um uso dialético deles, isto é, a capacidade de compreender o espírito dos escritos de Marx, sua relação concreta com a realidade concreta. Lukács descreve de forma muito acentuada a personalidade de Lenin:

Sua figura se cristaliza maravilhosamente por um lado na unidade inseparável de um desejo poderoso pelo que é radicalmente novo, e por outro, em um emaranhado de contradições reais de cuja íntima conexão resulta simultaneamente a monumentalidade humana de sua obra e a vastidão dos problemas que aquela época abriu como necessidades a cada homem. (LUKÁCS, 1968, p. 38).

É claro que esta é uma capacidade mais única que rara em todos os marxistas representativos que viveram depois de Marx, mas também é o limite do papel histórico de Lenin, após sua morte, uma personalidade como a dele não é possível encontrar e, com ele, perde-se a capacidade de interação dialética com a realidade. A um interlocutor epistolar, nos últimos anos de vida, Lukács observa com tristeza: “O tipo Lenin parece estar extinto.”²³

REFERÊNCIAS

- CASES, C. *Su Lukács*. Torino: Einaudi, 1985.
- COUTINHO, C. N. Lukács, a ontologia e a política. In: COUTINHO, C. N. *Marxismo e política*. São Paulo: Cortez, 1996.
- GRAMSCI, A. I massimalisti russi e Kerensky-Cernof. In: GRAMSCI, A. *La città futura*. Torino: Einaudi, 1984.
- LENIN, V. I. Kommunismus (12 de junho de 1920). In: _____. *Opere complete*. Roma: Editori Riuniti, 1967. v. XXXI.
- LUKÁCS, G. Nuovi modelli umani. In: LUKÁCS, G. *Il marxismo nella coesistenza*. Tr. it. M. Dallos e A. Scarponi. Roma: Editori Riuniti, 1968.
- _____. Postilla all'edizione italiana. In: LUKÁCS, G. *Lenin. Unità e coerenza del suo pensiero*. Tr. it. G. D. Neri. Torino: Einaudi, 1970.
- _____. La missione morale del partito comunista (24 aprile 1920). In: LUKÁCS, G. *Scritti politici giovanili 1919-1928*. Bari: Laterza, 1972a.

23 LUKÁCS, G. Lettera del 5 settembre 1964 a C. Cases. In: CASES, C. *Su Lukács*. Torino: Einaudi, 1985. p. 181.

- _____. Sulla questione del parlamentarismo (1 marzo 1920). In: LUKÁCS, G. *Scritti politici giovanili 1919-1928*. Bari: Laterza, 1972b.
- _____. Problemi dell'iniziativa rivoluzionaria. In: LUKÁCS, G. *Scritti politici giovanili 1919-1928*. Bari: Laterza, 1972c.
- _____. Cultura e Repubblica dei consigli. In: LUKÁCS, G. *Cultura e potere*. Roma: Editori Riuniti, 1974a.
- _____. I compiti della sinistra nella società occidentale. In: LUKÁCS, G. *Cultura e potere*. Roma: Editori Riuniti, 1974b.
- _____. A colloquio con Lukács (25 febbraio 1970). In: LUKÁCS, G. *Cultura e potere*. Roma: Editori Riuniti, 1974c.
- _____. La nuova direzione economica e la cultura socialista. In: LUKÁCS, G. *Cultura e potere*. Roma: Editori Riuniti, 1974d.
- _____. Il cinema e la cultura ungherese. In: LUKÁCS, G. *Cultura e potere*. Roma: Editori Riuniti, 1974e.
- _____. Lenin e il contenuto attuale del concetto di rivoluzione. Trad. it. L. Menato. In: LUKÁCS, G. *L'uomo e la rivoluzione*. Roma: Editori Riuniti, 1975.
- _____. La mia via al marxismo. In: LUKÁCS, G. *Marxismo e politica culturale*. Torino: Einaudi, 1977a.
- _____. Arte e verità oggettiva. In: LUKÁCS, G. *Arte e società*. Roma: Editori Riuniti, 1977b. v. I.
- _____. Sul dibattito tra Cina e Unione Sovietica. In: LUKÁCS, G. *Marxismo e politica culturale*. Torino: Einaudi, 1977c.
- _____. Lettera al sig. Carocci. In: LUKÁCS, G. *Il marxismo e la politica culturale*. Tr. it. A. Solmi Marietti. Torino: Einaudi, 1977d.
- _____. Prefazione del 1967 a *Storia e coscienza di classe*. Tr. it. G. Piana. Milano: Sugar, 1978.
- _____. *Ontologia dell'essere sociale*. Tr. it. A. Scarponi. Roma: Editori Riuniti, 1982.
- _____. *Pensiero vissuto. Autobiografia in forma di dialogo*. In: SCARPONI, A.(Org.). TÍTULO. Roma: Editori Riuniti, 1983.
- _____. *Esistenzialismo o marxismo?*. Acquaviva delle fonti: Acquaviva, 1995.
- _____. *La democrazia della vita quotidiana*. Tr. it. A. Scarponi. Roma: Manifestolibri, 2013.
- LUKÁCS, G.; HOFFMANN, W. *Lettere sullo stalinismo*. Gaeta: Bibliotheca, 1993.

ANDERSON DEO; ANTONIO CARLOS MAZZEO &
MARCOS DEL ROIO
(ORG.)

SOBRE OS AUTORES

ANDERSON DEO: Doutor em Ciências Sociais, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – FFC/Unesp-Marília. Coordenador do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana – Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM); pesquisador do Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho; membro do Instituto Caio Prado Júnior (ICP) e do Instituto Astrojildo Pereira (IAP).

ANTONINO INFRANCA: Doutor em Filosofia pela Academia Húngara de Ciência e colaborador da revista italiana *Crítica Marxista. Pós-doutorando em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Buenos Aires (UBA)*. Publicou, entre outros, *Giovanni Gentile e la cultura siciliana* (Roma, 1990), *Di Tecnecrate. Dialogo* (Roma, 1998) e *Trabalho, indivíduo e história: o conceito de trabalho em Lukács* (Boitempo, 2015).

ANTONIO CARLOS MAZZEO: Livre-Docente em Ciências Políticas, é professor do Departamento de História da FFLCH-USP e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP. É Secretário Geral do Instituto Caio Prado Júnior. Publicou, entre outros, *Estado e Burguesia no Brasil – origens da autocracia burguesa*, Boitempo, 2015; *O Voo de Minerva – a construção da política, do igualitarismo e da democracia no Ocidente Antigo*, Boitempo 2009 e *Sinfonia Inacabada – a política dos comunistas dos comunistas no Brasil*, Boitempo, 1999

FERNANDO LEITÃO: Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Conselho Editorial da Revista Crítica Marxista - IFCH/UNICAMP, Membro do Conselho Editorial da Revista Novos Temas do Instituto Caio Prado Júnior. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Trabalho, Saúde e Subjetividade NETSS- UNICAMP, Pesquisador do Grupo de Estudos de Crítica à Economia Política - GECEP/UFVJM. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (PPGTAS) do ICET/UFVJM, Professor Adjunto III lotado no Departamento do Curso de Ciências Econômicas - UFVJM.

GIANNI FRESU: graduado em História das Doutrinas Políticas e Doutor em Filosofia pela Universidade de Urbino, professor convidado da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília e membro da IGS Brasil. Os seus livros: *Il diavolo nell'ampolla, Antonio Gramsci gli intellettuali e il partito*, Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, La Città del Sole, Napoli, 2005; *Lenin lettore di Marx. Determinismo e dialettica nella storia del movimento operaio*, La città del Sole, Napoli, 2008; *Oltre la parentesi. Fascismo e storia d'Italia nell'interpretazione gramsciana*, Carocci, Roma, 2009; *Eugenio Curiel. Il lungo viaggio contro il fascismo*, Odradek, Roma, 201

JAIR PINHEIRO: Professor do Depto. de Ciências Políticas e Econômicas da UNESP/Marília. Pesquisa movimentos sociais e Estado desde a pós-graduação, tendo publicado vários artigos sobre o tema; atualmente desenvolve uma pesquisa teórica sobre a crítica marxista do direito, é organizador da coletânea *Marx: crise e transição – contribuições para o debate hoje*.

JEFFERSON RODRIGUES BARBOSA: Jefferson Rodrigues Barbosa é doutor em Ciências Sociais pela UNESP e docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista UNESP/FFC. Pesquisador e professor em Teoria Política investiga intelectuais, ideologias e partidos políticos de direita na América Latina. É membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Política no Mundo do Trabalho, cadastrado no CNPq. Publicou recentemente: *Dio patria famiglia. Plínio Salgado e gli "integralisti" Itàlia: Historia Magistra 2015 Fasciculo 17*.

JOSÉ PAULO NETTO: Professor Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor honoris causa pela Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN). Tem experiências docentes na área do Serviço Social (Brasil, Portugal, América Latina), tematizando os fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, suas relações com as ciências sociais e o marxismo. Participa do debate brasileiro e latino-americano sobre a tradição marxista e a obra de Marx e Lukács. É autor de vários livros, dos quais o mais recente é *Pequena história da ditadura brasileira. 1964-1985* (São Paulo: Cortez, 2014).

LEANDRO GALASTRI: doutor e mestre em Ciência Política pela Unicamp, onde também se graduou em Ciências Sociais. Realizou estágio de doutoramento no Departamento de Filosofia da Université Paris VIII (2008-2009), sob a supervisão do professor doutor Daniel Bensaïd. É membro do conselho editorial das revistas “Crítica Marxista”, “História e Luta de Classes” e “Outubro”, e editor do blogue “marxismo21”. Autor do livro “Gramsci, marxismo e revisionismo”,

atualmente é professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp/Marília, atuando na área de Teoria Política.

MARCELO BRAZ: Doutor em Serviço Social (ESS/UFRJ). Pós-doutorando em Economia, 2015 (ISEG-ULisboa). Professor Adjunto IV da ESS/UFRJ onde foi Vice-Diretor entre 2010 e 2014 e é integrante do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas). Professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes onde participa da coordenação do curso “Introdução Sistemática à obra de Marx e de Engels”. Autor de *Partido e Revolução: 1848-1989* e de *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil* (ambos publicados pela Editora Expressão Popular). Co-autor, com José Paulo Netto, de *Economia Política: uma introdução crítica* (São Paulo: Cortez; 8ª. edição).

MARCO VANZULLI: Marco Vanzulli é pesquisador na Università degli Studi de Milano-Bicocca na area da história da filosofia. Publicou, entre outros, *La scienza delle nazioni e lo spirito dell'idealismo. Su Vico, Croce, Hegel.* Milão 2003; *La scienza di Vico. Il sistema del mondo civile,* Milão 2006; *Razionalità e modernità in Vico (org.),* Milão 2012. Sobre a tradição marxista e do neoidealismo italiano publicou *Il marxismo e l'idealismo. Studi su Labriola, Croce, Gentile, Gramsci,* Roma, 2013.

MARCOS DEL ROIO: Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo Professor Titular do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP (campus de Marília), onde pesquisa e orienta principalmente nas áreas de Teoria Política do Socialismo e Política Operária. Conta com diversas publicações em forma de livros, capítulos de livro, artigos e outras, no Brasil e no exterior.É também editor da Revista Novos Rumos e Presidente do Instituto Astrojildo Pereira.

MIGUEL VEDDA: Professor titular regular de Literatura Alemã (Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Buenos Aires) e pesquisador do CONICET. Diretor do Departamento de Letras da UBA. Membro do conselho editorial da revista *Herramienta*.

OSVALDO COGIOLLA: É doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1983). Atualmente professor titular da Universidade de São Paulo na área de História Contemporânea. Atua principalmente nos seguintes temas: marxismo, América Latina, movimento operário, capitalismo e socialismo.

RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS: Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, do Programa de Pós-Graduação da Unesp de Marília e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação da Unicamp. É co-líder do Grupo de Pesquisa “Marxismo e Pensamento Político”, pesquisador do Grupo de Pesquisa NEOM - Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana e pós-doutorando do Instituto de Economia da Unicamp.

RONALDO COUTINHO: Professor Titular de Sociologia na UFF (1965/1990), Professor Adjunto na UERJ (1991/2007). Áreas de atuação ensino/pesquisa: Sociologia (Teoria Social; Sociologia Urbana; Sociologia Jurídica); Direito (Direito Urbanístico, Teoria do Estado e Direito Ambiental). Publicou, entre outros, “Lênin: a dimensão teórica e prática do compromisso político revolucionário”, Apresentação de V.I.Lenin, *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. São Paulo :Expressão Popular, 2014; “Por que Lênin”, In: *Novos Temas- Revista do ICP*, S.Paulo, 2014.

SOBRE O LIVRO

Formato	16X23cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro
Papel	Polén soft 85g/m2 (miolo) Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catálogoção	Telma Jaqueline Dias Silveira - CRB- 8/7867
Normalização	Maria Luzinete Euclides
Assessoria Técnica	Maria Rosangela de Oliveira - CRB-8/4073
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos

2015

LENIN

Teoria e Prática Revolucionária

O livro que hora apresentamos ao público é o resultado de um esforço coletivo que teve início com o VI Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo – Lenin 90 anos depois: política, filosofia e revolução. A iniciativa para organização do evento partiu do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana – Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM), do Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho, do Instituto Caio Prado Júnior, do Instituto Astrojildo Pereira e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Marília.

ISBN 978-85-7983-680-0



9 78 85 79 83 68 00